

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**FÁBIO GLEISER VIEIRA SILVA**

**O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO CAMINHO ABERTO À PAZ E À  
SOLIDARIEDADE NA PERSPECTIVA DOS PONTIFICADOS DE JOÃO  
PAULO II E FRANCISCO**

GOIÂNIA  
2020

FÁBIO GLEISER VIEIRA SILVA

O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO CAMINHO ABERTO À PAZ E A  
SOLIDARIEDADE NA PERSPECTIVA DOS PONTIFICADOS DE JOÃO  
PAULO II E FRANCISCO.

Tese a apresentada à Escola de  
Formação de Professores e  
Humanidades, Programa de Pós-  
graduação Stricto Sensu em Ciências  
da Religião – Doutorado - da Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Ecco. Linha  
de pesquisa: Cultura e Sistema  
Simbólico

GOIÂNIA

2020

S586d Silva, Fábio Gleiser Vieira

O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade na perspectiva dos pontificados de João Paulo II e Francisco / Fábio Gleiser Vieira Silva.-- 2020.

524 f.

Texto em português, com resumo em inglês

Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020

Inclui referências: f. 503-524

1. Concílio Vaticano - 2., 1962-1965. 2. Liberdade religiosa. 3. João Paulo - II - Papa, 1920-2005. 4. Fundamentalismo religioso. 5. Francisco - Papa, 1936. 6. Fraternidade. 7. Respeito. 8. Convergência. 9. Convivência. I.Ecco, Clóvis. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 272-732.2(043)



PUC  
GOIÁS



JUBILEU DE  
DIAMANTE  
1964-2024

O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO CAMINHO ABERTO À PAZ E À SOLIDARIEDADE NA PERSPECTIVA DOS PONTIFICADOS DE  
JOÃO PAULO II E FRANCISCO

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de  
Goiás, aprovada em 25 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás

Profa. Dra. Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti / UFT

Profa. Dra. Valéria Gomes Momentê / UFT

Profa. Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás

Prof. Dr. José Reinaldo Felipe Martins Filho / PUC Goiás

Prof. Dr. Omar Lucas Perroux Fortes de Sales / Pós-Doutorando PUC Goiás

Prof. Dr. Ricardo Delgado de Carvalho / UFG

*Dedico este trabalho aos meus pais, José e Maria (In memoriam), genitores de uma família de nove filhos, que ensinaram o diálogo ao redor da mesa, no tapete de casa, nas correções e na compreensão das diferenças entre seus filhos. Deram-me a vida, os passos e as palavras, matéria prima do diálogo em todas as suas dimensões.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus-Amor que criou todas as coisas e seres, formou um povo para Si, deu-lhe a terra como casa comum a todos, Se encarnou, morreu e ressuscitou para nos salvar e Se faz companheiro de estrada levando-nos à plenitude.

Ao professor Dr. Clóvis Ecco, que ao assumir a orientação dessa tese, abriu as fronteiras conduzindo-me à autonomia de vôo na pesquisa. Com um tom de caráter e de voz inconfundíveis se fez companheiro das letras, das ideias, dos cansaços e das descobertas. Um doutor que permaneceu mestre no diálogo entre o saber e a simplicidade.

A todos que dão corpo e visibilidade ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás, o corpo docente, aos amigos discentes e funcionários administrativos, todos conjugando partilha de saber e parceria.

Aos ilustres professores, Dra. Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti, Dr. José Reinaldo Felipe Martins Filho, Dra. Carolina Teles Lemos, Dra. Valéria Gomes Momenté, pela preciosa leitura e contribuições nas etapas de qualificação e defesa desta tese.

Ao Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, organismo da Santa Sé Apostólica em Roma, na pessoa da Ir. Judith Zoebelin, que atendeu todas as solicitações sobre o diálogo inter-religioso no âmbito da Igreja Católica, e ainda possibilitou acesso livre aos arquivos do referido Conselho patrocinando-me assinatura de acesso. Ao professor Dr. Clemildo Anacleto da Silva, pela disponibilidade em atender solicitação de entrevista, ao padre Eleazar López Fernández, por entrevista por meio do whatsapp, a Ir. Maria Eugênia R. Silveira pelo incentivo e apoio ao longo de todo o curso de doutorado.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram com este projeto.

Deus abençoe a todos !

Muito obrigado!

## RESUMO

Com o tema “O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade na perspectiva dos pontificados de João Paulo II e Francisco;” este trabalho discorre sobre o diálogo inter-religioso, em torno de dois problemas centrais: Identificar e compreender os elementos que inviabilizam e os que promovem o diálogo inter-religioso na modernidade a partir da perspectiva católica nos pontificados de João Paulo II e Francisco como perspectivas do Concílio Vaticano II. A hipótese em que nos apoiamos é que a Igreja Católica assumiu o debate e iniciativas no campo do diálogo inter-religioso a partir do Concílio Vaticano II, como porta aberta à modernidade multicultural em vistas à construção da paz e da solidariedade ; Nos pontificados de João Paulo II e Francisco concretizam-se as iniciativas do Concílio em direção ao diálogo com a diversidade cultural e religiosa. Partindo de tal hipótese, a pesquisa foi realizada por meio do levantamento de dados para o estudo teórico-bibliográfico, descritivo e compilativo sobre o conteúdo proposto: o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, na perspectiva dos pontificados de João Paulo II e Francisco. Partimos das obras dos próprios pontífices sobre o tema, buscamos outros autores que tratam da mesma temática; aurimos também de autores da teologia, antropologia e sociologia como apoio à essa pesquisa. Acessamos ainda sites que divulgam obras acadêmicas sobre o diálogo inter-religioso. Fizemos contato telefônico e via E-mail com O Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, órgão responsável pelo processo de diálogo inter-religioso na Igreja Católica. Obtivemos acesso aos arquivos do mesmo Conselho para estudo dos documentos publicados no período abordado nessa pesquisa, 2008 a 2019. Assim foram feitos fichamentos de livros, artigos, documentos pontifícios e trabalhos acadêmicos disponibilizados nos sites das universidades. Consta dessa metodologia a participação em eventos referentes à temática e entrevista. Desde os problemas e da hipótese, o trabalho tem como objetivo identificar nesses pontificados as mudanças de paradigmas na participação da Igreja Católica no campo do diálogo inter-religioso, indo da prática caracterizada pelas premissas: a Igreja Católica e as outras tradições religiosas; e, a Igreja Católica com as outras tradições religiosas. A integração da Igreja Católica na sociedade moderna com a superação da condenação da modernidade e sua adequação às novas sociedades pelo diálogo. Julgamos o tema relevante dada a proximidade dos últimos acontecimentos violentos que trazem como pano de fundo questões de fundamentalismo e intolerância religiosa. Tais eventos estão, não somente expatriando pessoas, que passam a viver nos entre-lugares da cidadania e da cultura, afetando sua identidade sócio-religiosa, como também tem alterado o quadro social dos países nos quais buscam e, algumas vezes encontram abrigo. Iniciamos a pesquisa discorrendo sobre as características da modernidade na primeira metade do Século Vinte e o comportamento da Igreja nesse cenário. Em seguida abordamos o Concílio Vaticano II, como marco referencial para a Igreja Católica no Século Vinte, no processo de construção do diálogo inter-religioso. Em sequência tratamos da questão do fundamentalismo e da intolerância religiosas ainda presentes na modernidade, como plataforma para a onda de violência que vem sendo praticada. Em seguida iniciamos as tratativas propriamente ditas do diálogo inter-religioso como mecanismo de superação do fundamentalismo, da intolerância e da violência religiosa, no período entre os anos 2008 a 2019. Nesse momento

da pesquisa o destaque é para o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Concluída a parte anterior abordamos o pontificado de João Paulo II, que segundo nosso entendimento tem o processo de diálogo inter-religioso caracterizado pela premissa: A Igreja Católica e as demais tradições religiosas. Por fim tratamos, na parte final, o pontificado de Francisco, que apresenta um paradigma sem precedentes no processo de diálogo inter-religioso no cenário da Igreja Católica caracterizado pela premissa: A Igreja Católica com as demais tradições religiosas.

Palavras-chaves: Diálogo Inter-religioso. Concílio Vaticano II. Intolerância religiosa. Fundamentalismo religioso. Liberdade religiosa. Fraternidade. Respeito. Convivência fraterna. Convergência. Cultura do encontro. Paz.



## ABSTRAT

With the theme “Interreligious dialogue as an open path to peace and solidarity in the perspective of the pontificates of John Paul II and Francisco;” this work discusses interreligious dialogue, around two central problems: Identifying and understanding the elements that make unfeasible and those that promote interreligious dialogue in modernity from the Catholic perspective in the pontificates of John Paul II and Francis as perspectives of the Second Vatican Council. The hypothesis on which we rely is that the Catholic Church took up the debate and initiatives in the field of interreligious dialogue since the Second Vatican Council, as an open door to multicultural modernity with a view to building peace and solidarity; In the pontificates of John Paul II and Francisco, the Council's initiatives towards dialogue with cultural and religious diversity took shape. Based on this hypothesis, the research was carried out by collecting data for the theoretical-bibliographic, descriptive and compilation study on the proposed content: interreligious dialogue as an open path to peace and solidarity, in the perspective of the pontificates of João Paul II and Francis. We start from the works of the pontiffs themselves on the theme, we look for other authors who deal with the same theme; we also hear from authors of theology, anthropology and sociology to support this research. We also access websites that publish academic works on interfaith dialogue. We made contact by phone and via e-mail with The Pontifical Council for Interreligious Dialogue, the body responsible for the process of interreligious dialogue in the Catholic Church. We obtained access to the archives of the same Council to study the documents published in the period covered in this research, 2008 to 2019. Thus, bookings, articles, pontifical documents and academic works were made available on the websites of the universities. This methodology includes participation in events related to the theme and interview. From the problems and the hypothesis, the work aims to identify in these pontificates the paradigm changes in the participation of the Catholic Church in the field of inter-religious dialogue, going from the practice characterized by the premises: the Catholic Church and other religious traditions; and, the Catholic Church with other religious traditions. The integration of the Catholic Church in modern society by overcoming the condemnation of modernity and its adaptation to new societies through dialogue. We consider the theme relevant given the proximity of the latest violent events that bring issues of fundamentalism and religious intolerance against the background. Such events are not only expatriating people, who come to live in the midst of citizenship and culture, affecting their socio-religious identity, but they have also changed the social situation of the countries in which they seek and sometimes find shelter. We started the research by discussing the characteristics of modernity in the first half of the Twentieth Century and the behavior of the Church in this scenario. Then we approached the Second Vatican Council, as a landmark for the Catholic Church in the Twentieth Century, in the process of building interreligious dialogue. Next, we deal with the issue of religious fundamentalism and intolerance still present in modern times, as a platform for the wave of violence that has been practiced. Then we started the actual dealings of interreligious dialogue as a mechanism to overcome fundamentalism, intolerance and religious violence, in the period between the years 2008 to 2019. At this point in the research, the highlight is the Pontifical Council for Inter Dialogue -religious. At the

end of the previous section, we address the pontificate of John Paul II, who according to our understanding has the process of interreligious dialogue characterized by the premise: The Catholic Church and other religious traditions. Finally, we address, in the final part, Francis' pontificate, which presents an unprecedented paradigm in the process of interreligious dialogue in the scenario of the Catholic Church characterized by the premise: The Catholic Church with the other religious traditions.

**Keywords:** Interreligious Dialogue. Vatican Council II. Religious intolerance. Religious fundamentalism. Fraternal living. Convergence. Date culture. Peace.

## **SIGLAS**

CELAM - Conselho Episcopal Latino-americano

CLAR - Confederação Latino-americana e Caribenha de Religiosos

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DA – Documento de Aparecida

DH – Dignitatis humanae

DM – Diálogo e Missão

DI – Dominus Iesus

GS – Gaudium et Spes

Gn – Gênesis

Mt – Mateus

Lc – Lucas

LG – Lumen Gentium

NA – Nostra Aetate

OCIC Organização Católica Internacional do Cinema

ONU – Organização das Nações Unidas

SELACC - Secretariado da América Latina e Caribe de Cáritas

REPAM - Rede Eclesial Pan-Amazônica

RM – Redemptoris Missio

UNDA - Organização Católica Internacional de Rádio e Televisão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 A IGREJA CATÓLICA NA TRILHA DO DIÁLOGO .....</b>	<b>20</b>
1.1 A modernidade e as marcas do espetáculo .....	21
1.2 A Igreja Católica na trilha do diálogo: desafios e avanços .....	31
1.3 O lento processo de adequação da Igreja à modernidade.....	35
1.4 A Igreja e os totalitarismos europeus .....	44
<b>2 A IGREJA CATÓLICA AJUSTANDO OS PASSOS COM SÉCULO XX .....</b>	<b>73</b>
2.1 O Vaticano II: um novo olhar da Igreja sobre si e sobre o mundo .....	73
2.2 O Concílio e o Diálogo Ecumênico e Inter-religioso: novos caminhos .....	93
<b>3 UM OLHAR SOBRE AS MARCAS DA INTOLERÂNCIA NO MUNDO MODERNO .....</b>	<b>134</b>
3.1 As Marcas da intolerância religiosa no mundo contemporâneo.....	135
3.2 A intolerância, plataforma que sustenta o fundamentalismo .....	141
<b>4 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, ANTÍDOTO AO FUNDAMENTALISMO E INTOLERÂNCIA .....</b>	<b>166</b>
4.1 A Igreja Católica no cenário da intolerância .....	166
4.2 O Percorso Institucional do Diálogo Inter-religioso na Igreja Católica .....	177
<b>5 JOÃO PAULO II NAS TRILHAS DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: AVANÇOS E RETROCESSOS .....</b>	<b>267</b>
5.1 João Paulo II – Eleito para reformar a ação, reforçou as estruturas: A Igreja Católica e as outras tradições religiosas .....	267
5.2 Entre divergências e convergências. O diálogo subsiste nos entrelugares.....	277

5.3 Avanços, retrocessos e conflitos internos à Igreja nas trilhas do diálogo inter-religioso .....	279
<b>6 FRANCISCO UM PAPA PARA SITUAR A IGREJA NA MUDANÇA DE ÉPOCA .....</b>	<b>364</b>
6.1 Francisco, levar a Igreja a reconhecer, dialogar e aprender com as diversidades .....	365
6.2 Francisco, o papa do fim do mundo. O peregrino do diálogo .....	367
6.3 Francisco: novas perspectivas para o diálogo inter-religioso .....	371
6.4 Francisco, reformar as estruturas e ações: a Igreja com as outras tradições religiosas .....	422
6.5 A Igreja e o diálogo inter-religioso: diferentes em identidades, iguais na meta: a paz .....	425
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>493</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>503</b>

## INTRODUÇÃO

Há vinte e três anos cheguei em Palmas para ser ordenado o primeiro sacerdote católico na nascente arquidiocese de Palmas. Logo em minha chegada deparei-me com um ambiente aparentemente hostil ao catolicismo. Havia naquele momento uma tentativa de muitas denominações cristãs evangélicas em fazer de Palmas a capital evangélica do Brasil. Logo de início a inquietação de um jovem prestes a ser ordenado sacerdote católico acirrou em meu coração o desejo de reafirmar minhas convicções católicas, abrindo espaço para uma resistência ao que não era católico.

Esse episódio foi tomando força e forma ao longo dos primeiros anos de ministério, pois era real a oposição de grupos não católicos à chegada da Igreja Católica em Palmas. Logo percebi que estávamos em um ambiente de recíproca rejeição e não raros desencontros discursivos. Desde minha ordenação empenhei meu ministério para estabelecer o catolicismo em uma arquidiocese criada no mesmo período em que fui ordenado sacerdote. Ao longo desses anos inúmeras vezes fui desafiado por cristãos e não cristãos, crentes e ateus a responder sobre a cultura de guerra que não somente envolve cristãos e crentes de outros credos, mas que algumas vezes os tem como protagonistas, mantenedores e beneficiados com os conflitos bélicos.

Palmas desde sua construção tornou-se um ambiente de diversidade cultural abrigando culturas advindas de diversos estados da federação. Da mesma forma muitas denominações cristãs e credos não cristãos habitavam o mesmo espaço, com uma relativa impossibilidade de convivência harmoniosa. A diversidade religiosa com a respectiva impossibilidade do diálogo entre as denominações cristãs e outros credos, aos poucos me inquietaram fazendo-me questionar a mim e aos outros sobre as motivações da mútua rejeição entre seguidores e seguidores crentes e aguçaram a necessidade de compreender esse processo de ruptura.

Dessa inquietação decidi dar um passo rumo à proximidade e ao diálogo com denominações cristãs diferentes, divididas e por vezes opositoras. Assim realizei o primeiro culto ecumênico de Palmas no ano 2000, data que marcou o

bimilenário do nascimento de Jesus Cristo. Na ocasião participaram da celebração líderes a Igreja Luterana, a Igreja evangélica de confissão luterana, a Igreja presbiteriana e a Igreja Católica. A celebração foi realizada na matriz da paróquia São José. Houve a presença de fiéis das denominações indicadas acima. A partir daí a temática do diálogo foi ocupando espaço em minhas leituras. Esse desejo teve apoio nos discursos do Papa São João Paulo II, que incentivava o diálogo ecumênico e inter-religioso. Assim que me senti movido a pesquisar sobre essa temática, na expectativa de compreender quais os elementos que inviabilizam o diálogo e aqueles que podem promover uma convivência pacífica entre propostas de fé diferentes.

Um dos grandes desafios para as sociedades do século XXI, caracterizadas pela diversidade, multiculturalismo, plurireligiosidade, é o diálogo inter-religioso. Essa pesquisa tem como tema: O Diálogo Inter-Religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade na perspectiva dos Pontificados de João Paulo II e Francisco, buscando no Concílio Vaticano II a plataforma a partir da qual os referidos papas desenvolvem suas reflexões e práticas no tocante à nossa temática.

Esse processo implica em questões estruturantes no tocante à diversidade cultural e o modo como efetivamente são entranhadas na construção identitária pessoal e coletiva. Percebe-se a necessidade de se redescobrir o diálogo entre as diferenças em sociedades multiculturais, pluri-identitárias e plurirreligiosas, daí a necessidade de um relacionamento criativo e mútuo entre as diversas tradições religiosas. É preciso identificar os elementos que emergem como dificultadores da compreensão das diversidades identitárias na sociedade multicultural.

O objetivo desta pesquisa foi investigar e compreender como o diálogo inter-religioso pode ser um meio de transformação das relações humanas e sociais, garantindo-lhes uma real solidariedade mundial para a paz que promove e protege a vida. Considerando o diálogo inter-religioso como espaço de solidariedade, justiça e paz apontando as diversidades como elementos enriquecedores das culturas, salvaguardando as especificidades identitárias que as caracteriza em sua originalidade cultural e reassumir as alteridades religiosas como portadoras e construtoras de valores simbólicos capazes de incluir nas

diversas sociedades elementos reconstrutores do próprio diálogo includente das diferenças. Desenvolver a ideia de diálogo inter-religioso no catolicismo romano, e a partir dessa apontar se os passos dados pela Igreja Católica Romana na direção do diálogo inter-religioso são de fato uma abertura para o reconhecimento da presença do sagrado em outras tradições ou se são apenas uma atitude tolerante frente a outras tradições religiosas. Tendo como recortes os pontificados de João Paulo II e Francisco como concretização da abertura proposta pelo Concílio Vaticano II para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A partir disso verificar nesses pontificados a participação da Igreja Católica nesse processo com um novo paradigma caracterizado pelas premissas: a Igreja e as outras tradições religiosas, e, a Igreja com as outras tradições religiosas.

A hipótese dessa pesquisa parte do pressuposto que as tradições religiosas monoteístas, tem elementos comuns que permitem o diálogo tendo em vista a possibilidade de se estabelecer uma cultura de paz. Isto posto, considera-se que a Igreja Católica assume o debate e iniciativas no campo do diálogo inter-religioso a partir do Concílio Vaticano II, como porta aberta à modernidade multicultural em vistas à construção da paz e da solidariedade.

No entanto nota-se que o caráter universal das mesmas, dificultam a possibilidade dialogal para o estabelecimento da cultura do encontro com a consequente promoção da paz. Considera-se porém, que a tradição cristã católica romana abriu espaço em seu ambiente interno com iniciativas de proximidade a outras tradições, flexibilizando sua convicção de depositária única da verdade salvífica, com uma nova compreensão da premissa *Extra Ecclesia, nulla salus est*. Nesse sentido acredita-se que as reflexões e iniciativas do magistério católico desde o Concílio Vaticano II, especialmente nos pontificados dos Papas João Paulo II e Francisco encontram-se passos significativos no pensar da Igreja sobre si mesma que apontam para um concreto diálogo inter-religioso.

A partir da hipótese levantada, surgiram alguns problemas que exigem respostas nesta pesquisa. Os problemas foram sintetizados em duas questões fundamentais como seguem: O primeiro problema que nos inquieta é identificar e compreender os elementos que inviabilizam e os que promovem o diálogo inter-religioso na modernidade a partir da perspectiva católica; e ao tratar esse



processo nos pontificados de João Paulo II e Francisco como perspectivas do Concílio Vaticano II, identificar os elementos que emergem como dificultadores da compreensão das diversidades identitárias, na sociedade multicultural; O segundo problema trata do processo de integração da Igreja católica na sociedade ocidental moderna, que vai do seu fechamento predominante no período das quatro primeiras décadas do século XX, marcado pela sua autoafirmação como a única depositária da revelação universal, sua ausência em iniciativas para o diálogo ecumênico e inter-religioso e o seu posterior ingresso na modernidade com uma suposta mudança do seu olhar para o mundo não católico e os passos por ela dados que viabilizaram um real cenário de diálogo inter-religioso a partir do Concílio Vaticano II.

Diante dos problemas levantados, elaboramos algumas perguntas que nos auxiliaram no desenvolvimento da temática aqui proposta.

1. É possível o diálogo inter-religioso da Igreja Católica na percepção do Concílio Vaticano II, sob o olhar dos Papas João Paulo II e Francisco, num cenário de diversidade cultural e pluralismo religioso, desde a premissa do primado da Igreja católica romana e sua mediação na salvação universal em Jesus Cristo?

2. Nos pontificados de João Paulo II e Francisco, no tocante ao diálogo inter-religioso é possível identificar convergências e divergências a partir da proposição, a Igreja e as demais tradições religiosas; e, a Igreja com as demais tradições religiosas?

3. Pode-se afirmar que o Papa Francisco avançou na compreensão e na prática católica sobre o diálogo inter-religioso, compreendendo a Igreja no cenário social como parceira das outras tradições religiosas, onde o diálogo inter-religioso nasce a partir de pessoas de religião para depois chegar ao diálogo institucional?

A metodologia usada nesta pesquisa foi de caráter teórico-bibliográfica, descritiva e compilativa sobre o conteúdo proposto: o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade na perspectiva dos pontificados de João Paulo II e Francisco. Partindo das obras dos próprios pontífices sobre o tema e abarcando bibliografias referentes às Ciências da Religião em particular aquelas que atendam à discussão proposta neste trabalho a qual ficou estruturada em levantamentos teóricos, com vistas à compreensão de categorias

teóricas relacionadas ao tema. Foram feitos fichamento de livros, artigos, participação em eventos cuja temática foi de interesse desta pesquisa.

Considerando que o processo de diálogo inter-religioso implica questões estruturantes no tocante às diversas culturas em que nascem e das quais são ao mesmo tempo fecundadas e fecundantes, e o modo como efetivamente estão entranhadas na construção identitária coletiva e pessoal, depara-se com problemas que emergem desse processo dialogal tais como: a presença de elementos da tradição do catolicismo romano que interferem decisivamente em sua constituição dogmática referendando seu caráter universalista e sua afirmação do primado da Igreja católica sobre as outras denominações cristãs e outras tradições religiosas; apesar de proclamar sua unicidade, verifica-se na dinâmica interna da Igreja divergências na reflexão teológica e na interpretação da tradição, provocando avanços e retrocessos no diálogo inter-religioso no ambiente católico. Isso faz surgir um aparente antagonismo na prática da Igreja, na qual forças opostas lutam entre avançar e retroceder na prática do diálogo inter-religioso; o inevitável pluralismo nascido da catolicidade da Igreja romana denota uma relativa inaceitabilidade ou impossibilidade de admitir o pluralismo religioso *ad intra* e *ad extra* da própria Igreja.

Assim verificamos a necessidade de escolher as categorias analíticas que nos permitirão entender os processos culturais para analisar o objeto de pesquisa. São essas categorias das quais precisamos nos apropriar para analisar o diálogo inter-religioso no monoteísmo católico nos pontificados de João Paulo II e Francisco. Para tanto as categorias que nos acompanharam ao longo de todo o percurso dessa pesquisa foram: Identidade na perspectiva cultural e religiosa; Pluralismo religioso; Diálogo; Poder político, religioso e simbólico.

Sendo assim, no primeiro capítulo vai-se desenvolver a temática: A Igreja Católica na trilha do diálogo. O conteúdo será desenvolvido por meio de quatro subtemas, a saber: A modernidade e as marcas do espetáculo; A Igreja Católica na trilha do diálogo: desafios e avanços; O lento processo de adequação da Igreja à modernidade; A Igreja e os totalitarismos europeus. Prosseguindo a reflexão, o capítulo segundo está intitulado: a Igreja Católica ajustando os passos com o Século XX. Nesse capítulo centra-se no Concílio Vaticano II. Esse

conteúdo será desenvolvido por meio de dois subtítulos, a saber: O Vaticano II: um novo olhar da Igreja sobre si e sobre o mundo. O Concílio e o diálogo ecumênico e inter-religioso: novos caminhos. O capítulo terceiro traz como título: Um olhar sobre as marcas da intolerância no mundo contemporâneo. Nele o conteúdo será desenvolvido em dois subtemas: As marcas da intolerância religiosa no mundo contemporâneo. A intolerância, plataforma que sustenta o fundamentalismo. Avançando na dissertação, o capítulo quarto denominado: O diálogo inter-religioso, antídoto ao fundamentalismo e intolerância, será desenvolvido em dois subtítulos denominados: A Igreja católica no cenário da intolerância. O percurso institucional do diálogo inter-religioso na Igreja Católica. Isso será considerado a partir de alguns dos vários documentos publicados pelo magistério católico e pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso no período de 2009 a 2019, em vistas ao tema da pesquisa. Em seguida o capítulo quinto tem como título: João Paulo II, nas trilhas do diálogo inter-religioso: avanços e retrocessos. Esse capítulo será desenvolvido por meio de três subtítulos: João Paulo II, eleito para reformar a ação, reforçou as estruturas: A Igreja Católica e as outras tradições religiosas. Entre divergências e convergências; o diálogo subsiste nos entrelugares. Avanços, retrocessos e conflitos internos à Igreja nas trilhas do diálogo inter-religioso. Finalizando a reflexão, o capítulo sexto traz como título: Francisco um papa para situar a Igreja na mudança de época. Esse capítulo desenvolve o pensamento do pontífice sobre o diálogo inter-religioso em cinco subtítulos: Francisco, levar a Igreja a reconhecer, dialogar e aprender com as diversidades. Francisco o papa do fim do mundo; o peregrino do diálogo. Francisco, novas perspectivas para o diálogo inter-religioso. Francisco, reformar as estruturas e ações; a Igreja Católica com as outras tradições religiosas. A Igreja e o diálogo inter-religioso; diferentes em identidades, iguais na meta: a paz.

## 1 A IGREJA CATÓLICA NA TRILHA DO DIÁLOGO

Nesse primeiro capítulo, o conteúdo será desenvolvido por meio de quatro subtemas, intitulados como segue: A modernidade e as marcas do Espetáculo. Nele discorre-se sobre algumas das características da sociedade moderna na primeira metade do século XX, que interessam à temática dessa pesquisa e o comportamento da Igreja no campo do diálogo diante dessas transformações. O segundo item intitulado A Igreja Católica na trilha do diálogo: desafios e avanços; será apontada uma conceituação etimológica da palavra diálogo e o que a Igreja entende por diálogo; definir diálogo inter-religioso e o que do magistério católico assume sobre esse tema. O item terceiro trás como título O lento processo de adequação da igreja à modernidade, no qual desenvolve-se a atuação dos Papas Pio X e Bento XV, e suas tratativas frente às transformações estruturais da sociedade. Incluindo as iniciativas da Igreja na proposta de paz no cenário da Primeira Guerra Mundial, destacando nesse a atuação de Bento XV. O quarto subtema intitulado A Igreja e os totalitarismos europeus, desenvolve uma reflexão sobre as relações da Igreja com o fascismo e o nazismo no conturbado e violento ambiente da Segunda Guerra Mundial. Destaca-se nesse item os pontificados de Pio XI, e sua tentativa de fortalecer internamente a Igreja para demonstrar a força do papado comandando os fiéis católicos. Já Pio XII, apresenta um itinerário focado na busca da paz entre os povos. Atua como mediador para minimizar as perseguições fascistas às minorias, especialmente aquelas religiosas com destaque aos judeus. Para concluir o primeiro capítulo tratamos do pontificado de João XXIII, marcado por uma profunda mudança de paradigmas da Igreja. Um pontífice do diálogo e da paz. João XXIII intentou aproximar a Igreja da sociedade e das novas realidades decorrentes das transformações porque passara a ordem social. O episódio decisivo para isso em seu pontificado foi a convocação, abertura e início do Concílio Vaticano II, cujo conteúdo será desenvolvido no segundo capítulo.

## 1.1 A modernidade e as marcas do espetáculo

De acordo com Vovelle (1989), a Revolução Francesa ocorrida em 1789, e que teve seu marco principal na tomada da Bastilha acenando para a abertura de espaço à expansão e consolidação das ideias da nova classe social, a burguesia, que assumia o protagonismo na sociedade francesa e daí espalharia seus ideais a outras sociedades. Essa modificou radicalmente a concepção do poder e seu exercício nas sociedades ocidentais e cujo modelo político foi se consolidando até os dias atuais. A Revolução Francesa, além de estabelecer a tripartição do poder, no âmbito da sociedade, promoveu a separação entre o Estado e a Igreja. O novo cenário político e social tornou-se estranho às práticas da Igreja até então envolvida e não raras vezes detentora e interventora no poder.

A partir de Vovelle (1989), nota-se que o envolvimento da Igreja com o poder desde a perspectiva do Estado monárquico, atraiu a atenção da Revolução Francesa. Não se tratava apenas de separar dois organismos institucionais que exerciam o poder. A Igreja na França passou à diligência do Estado, tanto no controle dos bens como na formação do clero católico, que desde então sofria interferência do Estado francês.

Do ponto de vista ideológico a Revolução Francesa foi marcada pelo iluminismo filosófico cuja proposta aponta para a supremacia da razão e o desenvolvimento da ciência para assegurar o progresso da sociedade e da humanidade. O racionalismo iluminista resgata não somente o papel social do homem, como a concepção nova que lhe resgata da marginalidade cósmica, da indefesa submissão diante dos acontecimentos sobrenaturais e naturais. Não se trata mais de um indivíduo cujo lugar social é definido pela vontade da divindade cabendo-lhe somente a resignação. O homem iluminista torna-se o centro do universo, não mais à mercê das forças da natureza, mas seu conhecedor e interventor nos fenômenos naturais; está inserido na totalidade do cosmo, sendo sujeito de sua existência pessoal e social, partícipe na construção da ordem social e de sua identidade pessoal.

O desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no Ocidente marcado pela conquista territorial das grandes nações europeias em busca de terra, matéria-prima e mercado consumidor, são marcas da modernidade; ainda

alimentou-se a convicção de que seria o tempo de superar as injustiças das organizações sociais anteriores. Contudo tal superação não foi real como constata Costa,

Porém o projeto da modernidade se mostrou tão mais cruel do que a idade média. Temos liberdade, porém temos outros problemas tais como: exclusão, desigualdade, fome, dentre outros (MONDIN, 1980). É desta situação vivida que surgem novos problemas para as ciências humanas, com excesso de informação e de abundância em matérias que, no entanto, não trouxeram a plena felicidade e organização social, com a desvalorização da força de trabalho, o excesso de produtividade e miséria, com o terror da exclusão social e dos impactos ambientais; situações que geram insegurança e desconforto. Mas, focando-se em um só aspecto da modernidade, existe a crença inevitável de que a ciência é a única verdade (COSTA, 2014, p. 224).

A Igreja não assistia toda essa ebulição de transformações sociais com inércia, contudo nem sempre as iniciativas ajudaram-na a desenvolver uma estratégia de diálogo.

Ao ser eleito papa em 1903, Pio X estava convencido de que a sociedade vivia uma grave crise de fé, acenando como causa o abandono de valores e princípios cristãos por parte dos governantes e das nações. O pontífice então iniciou um programa de reformas espirituais na Igreja. Pio X reagiu e resistiu fortemente à modernização e intentava combater o mal social com o endurecimento doutrinário. A intuição do papa sobre o que ele chamou de crise espiritual indica que a Igreja não estava alheia aos acontecimentos no cenário social em que estava inserida. Zagheni ao descrever o pontificado de Pio X afirma que,

Por isso, foi um papa reformador, sobretudo no plano religioso; nos campos político e social, deixou para trás os grandiosos projetos de Leão XIII, preocupando-se em manter a unidade interna da Igreja: todas as suas intervenções tendiam a fazer com que as mais diversas iniciativas fossem controladas pela Secretaria de Estado e pelo episcopado. Essa orientação para a predominância dos aspectos espirituais era indicada também pelo lema escolhido para o seu pontificado, *Instaurare omnia in Christo*, isto é, fazer com que a influência de Cristo se estendesse a toda a sociedade, através do seu vigário na terra e dos seus demais representantes (ZAGHENI, 1999, p. 235).

O Século das Luzes<sup>1</sup> anunciou um tempo futuro em que o bem e a felicidade dos indivíduos seriam possíveis sem a necessidade da religião e no ocidente em especial, sem a necessidade dos valores cristãos. No início do século XX, a configuração política europeia estava fortemente alterada, os grandes impérios se desagregavam dando origem a novas nações soberanas, e isso marcava igualmente uma nova ordem política, novas nações entravam no cenário ocidental e o poder político e econômico foram deslocados. A diversidade de nações era uma realidade na primeira metade do século XX.

O início do século foi marcado por fermentos sociais e por delitos políticos: entre eles, o assassinio do arquiduque austríaco Francisco Fernando, em Sarajevo, foi o pretexto para a guerra declarada, em 1914, pela Áustria-Hungria contra a Sérvia. França e Grã-Bretanha alinharam-se com a Rússia, e a Alemanha com a Áustria. As maiores consequências políticas desse primeiro conflito mundial foram a queda do regime czarista, a revolução bolchevista de 1917 e a entrada dos Estados Unidos no cenário europeu (ZAGHENI, 1999, p. 207).

Em um cenário de fortes e aceleradas transformações era inevitável que em ambientes eclesiais as ideias do modernismo, encontrassem eco negativo. Pio X buscou combater incansavelmente o modernismo com especial expressão no pensamento de Kant. As ideias modernistas afetavam a dimensão sobrenatural do cristianismo, tendo um forte caráter ateísta<sup>2</sup>. Na interpretação do pontífice as ideias do modernismo não somente não deviam ser aceitas no ambiente da Igreja, mas deviam ser combatidas fortemente. Destaca-se no combate de Pio X ao modernismo o decreto *Lamentabili* de 03 de julho de 1907, no qual o papa condena, segundo a interpretação do magistério da Igreja sem levar em conta outras possíveis interpretações, sessenta e cinco proposições modernistas. Destaca-se ainda a encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, de 08 de setembro de 1907 na qual o papa faz a exposição das ideias modernistas e as refuta. Nesse documento o pontífice apresenta os aspectos essenciais do

---

<sup>1</sup> O Século XVIII, ou Séculos das Luzes foi o século de surgimento do chamado Iluminismo. Movimento de cunho cultural baseado no racionalismo feito pela elite europeia. Esse movimento tentou buscar um rompimento com a mentalidade medieval e acreditava na ideologia do progresso.

<sup>2</sup> Doutrina ou atitude de espírito que nega categoricamente a existência de Deus, asseverando a inconsistência de qualquer saber ou sentimento direta ou indiretamente religioso, seja aquele calcado na fé ou revelação, seja o que se propõe alcançar a divindade em uma perspectiva racional ou argumentativa. <https://www.google.com.br>

modernismo em forma radical. O naturalismo, no qual a origem divina da revelação é negada. O pragmatismo que considera apenas o aspecto moral da revelação desprezando a doutrina. O individualismo para o qual a autoridade da Igreja não tem relevância; o evolucionismo segundo o qual os dogmas podem ser transformados indefinidamente. Um outro documento importante foi o *Motu próprio*<sup>3</sup> *Praestantia Scripturae* (Excelência da Escritura), de 18 de novembro de 1907 que determinava a excomunhão a todos os que se opunham à encíclica *Pascendi dominici gregis* (Apascentar o rebanho do Senhor). Zagheni indica que,

Pio X, contra o modernismo como também em todos os problemas encontrados em seu pontificado, agia com a consciência de que seu dever era defender os valores absolutos do cristianismo, a posse de uma revelação e a natureza hierárquica da Igreja por disposição de Cristo, mas, dada a época, fazia-o dentro um ângulo que nós, hoje, poderíamos chamar de integrista. De qualquer forma, abriu um caminho: a proeminência dos aspectos espirituais na vida e na ação da Igreja. Nesse sentido deve ser interpretado o conjunto de seus atos: a reforma do Código, a catequética, a litúrgica, as intervenções no campo social e na defesa da integridade da fé. Essa linha foi seguida por seus sucessores (ZAGHENI, 1999, p. 260).

Os grandes acontecimentos desse século deram um novo rumo à perspectiva do homem sobre si mesmo, a sociedade, a história e os ideais que viriam a caracterizar a nova experiência no ambiente humano e suas relações nos mais diversos cenários. Um século de grandes eventos contraditórios nos quais grandes transformações sociais, políticas, econômicas e religiosas caracterizariam a nova sociedade. Uma ebulição que faria ruir grandes e estáveis concepções do homem sobre si e o mundo, e a gênese de novas percepções que dariam novos significados à existência e à ação do homem. Segundo Maffesoli,

O pensamento só é interessante quando é perigoso. Perigoso para a opinião consagrada e ronronante que serve de fundamento a todos esses “pareceres de especialistas” em que se refestela o poder. Tagarelice tonitruante. Jargão enlouquecido fazendo as vezes de pensamento. São cada vez mais numerosos os que nada têm a dizer e o dizem em voz alta. É, com efeito, o que tende a dominar. Uma repulsiva vulgata em que se comprazem a mediocridade e a midiacracia unidas num espasmo incestuoso (MAFFESOLI, 2007, p.13).

---

<sup>3</sup> Pela própria deliberação: espontaneamente. Diz-se de documentos pontifícios emanados diretamente do papa, e que tornaram obrigatórias para os católicos as disposições e doutrinas neles tratadas. <https://www.dicionariodelatim.com.br>



Logo no início levou as expectativas e propostas iluministas ao descrédito. Nem o capitalismo, nem a ciência, nem a tecnologia foram capazes do desenvolvimento igualitário, nem da paz, nem da superação das misérias sociais. As duas grandes guerras mundiais desvelaram as atrocidades cometidas pelas nações tidas como patrocinadoras do desenvolvimento, do progresso, da igualdade e da paz. Citando Hobsbawm, Zagheni apresenta a estrondosa novidade do século XX,

O século XX, apresenta-se extremamente complexo, porque os acontecimentos que o caracterizaram foram tão intensos e profundos que induziram mudanças que alteraram de maneira irreversível o homem, o seu ambiente e o seu modo de encarar a história. “O século vinte ‘foi o século mais violento da história da humanidade... Um século de progresso científico extraordinário e de guerras totais, de crises econômicas e de prosperidade desigual, de revoluções na sociedade e na cultura. Um ‘século breve’, pela aceleração assumida pelos eventos históricos e pelas transformações na vida dos homens, que ocorrem num ritmo cada vez mais vertiginoso” (HOBSBAWM. 1914 - 1991. *Apud* ZAGHENI, 1999, p. 206).

Nessa sociedade conflitante emerge o jogo da realidade e da virtualidade no qual a verdade cede à simulação da verdade. O tempo cede à destemporalidade, o agora supera o mundo a vir. Diante desse quadro de decepções, a modernidade torna-se palco de um novo espetáculo, a vida, o indivíduo, a cultura, a desgraça e a própria sociedade. Essa sociedade denominada do espetáculo nada mais é que uma das etapas do capitalismo, aqui denominada indústria cultural. Segundo Guy Debord,

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, midiaticizada por imagens [...] O espetáculo compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. É o coração da irrealidade da sociedade real. Constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o seu corolário do consumo (DEBORD, 1991, p. 10).

O evento que sacudiu a economia ocidental e que ficou conhecido como Revolução Industrial, acompanhou o movimento da sociedade estruturando a produção e o consumo como marcas predominantes da sociedade contemporânea. Estabeleceu uma forte relação de dependência mútua de modo que uma não subsiste sem a outra. A sociedade contemporânea traz consigo o predomínio da produção e do consumo. Embora Zigmund Bauman seja um autor

pós-moderno, entendemos que sua reflexão pode nos ajudar na compreensão dessa afirmação, como podemos verificar abaixo,

Uma “sociedade de consumidores” não é apenas a soma total dos consumidores, mas uma totalidade, como diria Durkheim, “maior do que a soma das partes”. É uma sociedade que (para usar uma antiga noção que já foi popular sob a influência de Althusser) “interpela” seus membros basicamente, ou talvez até exclusivamente, como consumidores; e uma sociedade que julga e avalia seus membros principalmente por suas capacidades e sua conduta relacionadas ao consumo. Dizer “sociedade de consumidores” [...] É dizer, além disso, que a percepção e o tratamento de praticamente todas as partes do ambiente social e das ações que evocam e estruturam tendem a ser orientados pela “síndrome consumista” de predisposições cognitivas e avaliativas (BAUMAN, 2007, p. 109).

Mas não se trata apenas de produção de bens materiais de consumo, uma nova mercadoria passa a ser forjada na produção, os bens simbólicos.

Connor apresenta o pensamento de Baudrillard para ajudar a compreender a ação do capitalismo na comercialização do simbólico na indústria cultural,

Baudrillard se refere à genealogia em três estágios do crescimento do mercado e do seu elemento identificador, o valor de troca, proposta por Marx. Em *A miséria da filosofia*, Marx sugere que numa primeira fase (na sociedade feudal, por exemplo) somente uma pequena proporção do que é produzido nas oficinas, na agricultura etc. é excedente e, portanto, está disponível para ser vendida ou trocada no mercado. Como resultado, nessa situação, o valor de uso predomina sobre o valor de troca. Numa segunda fase, a de produção industrial, tudo o que é produzido pelas novas formas industriais de produção se torna uma mercadoria a ser vendida e trocada no mercado. Sobrevém uma terceira fase, quando qualidades abstratas – como o amor, a bondade e o conhecimento -, antes consideradas imunes às operações de compra e venda, também entram no domínio do valor de troca (CONNOR, 1989, p. 47-48).

A própria sociedade se encarrega de exacerbar o consumo até digerir os bens simbólicos, então feitos produtos industrializados fortalecendo a indústria cultural. O consumo reifica o indivíduo, a vida e as relações interpessoais, fragilizando o diálogo pessoal, social e cultural. Connor apresenta o pensamento de Baudrillard sobre a indústria cultural,

Baudrillard [...] nessa situação já não é possível separar o domínio econômico ou produtivo dos domínios da ideologia ou da cultura, porque os artefatos culturais, as imagens, as representações e até os sentimentos e estruturas psíquica tornaram-se parte do mundo do econômico (CONNOR, 1989, p. 48).

Essa reificação fará do próprio indivíduo ambiência do mercado produtor e consumidor que promove a espetacularização da vida. A relação entre produção e mercado exige a alienação do consumidor que perde sua subjetividade e seu protagonismo. Segundo Debord,

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre dessa escolha (DEBORD, 1991, p. 14).

Na modernidade a Igreja vislumbra uma diversidade de toda ordem jamais imaginada e percebe ali, nesse cenário um novo modelo de homem ao qual o discurso eclesial torna-se insuficiente. Diante disso é compreensível que em alguns aspectos não tenha participado do processo de construção da nova sociedade e por isso mesmo precisou buscar novas categorias para dialogar com os novos sujeitos sociais, culturais; com as novas identidades e com a diversidade cultural. Considere-se os esforços de teólogos em busca de atualização teológica<sup>4</sup> que permitisse uma nova perspectiva da religião na sociedade moderna, e o surgimento de novas ações no ambiente interno da Igreja no uso das novas tecnologias de comunicação.

Nesse contexto de transformações tecnológicas, um ambiente novo e desconhecido, a Igreja vê-se impelida a comunicar-se e dialogar; percebe a

---

<sup>4</sup> O chamado movimento teológico novo, *Nouvelle Theologie* (c. 1930s-1960s) foi uma renovação da reflexão teológica na Igreja Católica e insere-se no cenário do chamado modernismo, arduamente condenado pelo Papa Pio X e seus sucessores antes do Concílio Vaticano II. A nova Teologia foi condenada pela hierarquia católica das primeiras quatro décadas do Século XX, sendo retomada posteriormente no Concílio Vaticano II. O movimento se desenvolveu em quatro fases consecutivas. A primeira fase (c. 1935-1942) refere-se a um tomística *ressourcement*, em que dominicanos (Y. Congar, L. Charlier, M. -D Chenu) desempenharam um papel importante. A segunda fase (c. 1942-1950) diz respeito a um recurso teológico em que os jesuítas (J. Daniélou, H. Bouillard, H. de Lubac) assumiram a liderança. A terceira fase (c. 1950-1962) refere-se à internacionalização do movimento, particularmente nos mundos de língua holandesa, de língua alemã e de língua inglesa. A quarta fase diz respeito ao Concílio Vaticano II (1962-1965), que assimilou as características centrais da nova teologia. O ensaio conclui com algumas considerações destinadas a nuances da apresentação esquemática deste movimento histórico.

Disponível em:  
<https://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780199552870.001.0001/acprof-9780199552870-chapter-12> Acesso em 03 de março de 2020 às 19h19.

necessidade de fazer-se ouvida e para tanto incrementa sua prática junto à sociedade. De acordo com Puntel (1994), as primeiras décadas do séc. XX foram marcadas por uma efervescência mutacional na Igreja como iniciativas que propõem sinalização de busca e necessidade de diálogo. Em várias partes do mundo intensificou-se a fundação de editoras católicas destinadas a produzir, publicar e divulgar a mensagem cristã. Isso fez com que congregações religiosas desenvolveram uma nova mentalidade eclesial no campo do diálogo, e uma reformulação de sua prática evangelizadora com o uso das novas tecnologias. Multiplicaram-se as organizações católicas para tratar especificamente da comunicação social. Em vários países a Igreja iniciou uma forte mobilização de inserção no ambiente dos novos meios tecnológicos de comunicação.

Dentre as inúmeras iniciativas, nesse campo, pode-se destacar a criação em 15 de dezembro de 1927, em Bruxelas do Centro Internacional de Jornalistas Católicos. Em 19 de maio de 1928, em Colônia a criação da Organização Católica Internacional de Rádio e Televisão - UNDA. Em 1928, em Haia a criação da Organização Católica Internacional do Cinema - OCIC. Nos dias 1 e 2 de setembro de 1930, em Bruxelas realizava-se o Primeiro Congresso Mundial de Imprensa Católica que contou com a participação de 210 jornalistas de 33 países. Em 12 de fevereiro de 1931, O Papa Pio XI inaugurou a Rádio Vaticano. Em 12 de maio de 1936, no Vaticano, realizou-se a Exposição Mundial de Imprensa Católica, dela participaram 95 países. Sobre esse novo homem em processo Lipovetsky afirma que,

Porque o homem não é Uno, a filosofia da felicidade tem o dever de fazer justiça a normas ou princípios de vida antitéticos. Temos de reconhecer a legitimidade da frivolidade hedonística ao mesmo tempo que a exigência da construção de si pelo pensamento e pelo agir. A filosofia dos Antigos procurava formar um homem sábio que permanecesse idêntico a si próprio, querendo sempre a mesma coisa na coerência consigo e na rejeição do supérfluo. Isso é de fato possível, de fato desejável? Não o creio. Se como sublinha Pascal, o homem é um ser feito de “contrariedades”, a filosofia da felicidade não tem de excluir nem a superficialidade nem a “profundidade”, nem a distração fútil nem a difícil constituição de si mesmo. O homem muda ao longo da vida e não esperamos sempre as mesmas satisfações da existência. Significa dizer que não poderia haver outra filosofia da felicidade que não desunificada e pluralista: uma filosofia menos cética que eclética, menos definitiva que móvel” (LIPOVETSKY, 1944, p. 369-370).

Um novo olhar, porém, foi sendo consolidado pela Igreja que percebeu a necessidade de dar respostas aos homens e sociedades contemporâneos. Na sociedade contemporânea se dá a colisão de duas percepções de mundo e de códigos de valores. A significação social e cultural de valores sólidos, estáveis e duradouros, que até então regiam as instituições sociais e os indivíduos, entra em colisão. O novo cenário em que as novas características estabelecem os critérios da vida e das relações, transitoriedade, indiferença, individualismo, consumo e as novas fronteiras das diferenças sociais são acirradas; e a sociedade é alterada. A nova modalidade de economia capitalista interfere na significação social e na construção dos valores que nortearão a modernidade. Connor explicita essa interferência da economia na cultura e na significação social,

Baudrillard dá como exemplos a exclusão de minorias étnicas e linguísticas da significação, a rigorosa concentração da sexualidade em torno dos genitais e da família, o domínio sem remorso sobre as mulheres e a invisibilidade construída e sustentada da juventude, dos idosos e dos desempregados, dizendo que, em todos esses casos, “o capitalismo permeia toda a rede de forças naturais, sociais, sexuais e culturais, todas as linguagens e códigos” (*Mirror of Production*, 138). Todo esse complexo maquinário de regulação opera através do controle dos signos, signos que não podem ser considerados a emanção de algum sistema mais real e fundamental de exploração no nível econômico. Com efeito, diz Baudrillard, é o reino econômico que é usado pelo sistema capitalista para nos desviar do domínio sem remorsos no nível do simbólico e para deslocá-lo (CONNOR, 1989, p. 49).

A diversidade cultural traz consigo um novo cenário de diversidade e pluralismo religioso, em cujo ambiente a Igreja deve gravitar e dialogar, pois não haverá na modernidade uma única voz mediando a sociedade, o indivíduo e o Sagrado. O diálogo pode ser retardado, porém é inevitável.

Comunicar-se com homens e instituições fluidas em uma sociedade multicultural, multi-identitária e diversa com valores relativos, tornou-se um desafio para a Igreja que propõe relações comunitárias alicerçadas em valores estáveis, a fim de promover corresponsabilidade no processo de resgate da pessoa para consolidar o diálogo como instrumento estruturante da tolerância e da convivência fraterna geradora e mantenedora da paz. Sobre a realidade da nova identidade dos indivíduos. Oliveira propõe que,

A natureza relacional da identidade resulta das múltiplas pertenças que nos definem, dos laços que se cruzam, das múltiplas comunidades a que pertencemos. Estamos sempre nos redefinindo em relação ao outro. Não nos definimos apenas em relação a uma única pertença, mas a várias delas. A identidade é concebida num processo contínuo de construção de significados no qual a pessoa “faz-se” e “torna-se”. O “fazer-se” e o “tornar-se” estão inter-relacionados e construídos tendo como base uma teia de significados (GEERTZ, 1989); por esta razão, as identidades estão marcadas pelas culturas e pelas fontes de significação nas quais elas estão imersas (OLIVEIRA, 2015, p. 31).

Se de um lado a Igreja se propõe à busca do diálogo com as diversidades, entre elas a religiosa, de outro as relações interpessoais na modernidade mudaram radicalmente. Ao que parece houve um deslocamento nas relações que provocam uma fratura relacional dificultadora da adesão consciente da fé que supera uma participação meramente hereditária. Ao tratar desse tempo novo e incerto Sodré propõe que,

No momento em que se concebe a hipótese de um futuro diferente do passado, dá-se o rompimento com o mundo da tradição e das ordens eternizadas. Desde o Iluminismo, a História afirma-se como aspiração a uma unidade racional, distinta das histórias exemplares narradas, trabalhada pelos historiadores e pelos filósofos. Os acontecimentos deixam de ser pensados no quadro de uma desordem ontológica (a heterogeneidade das experiências) para serem enfiados no conceito de uma entidade maior, racional e teologicamente orientada no sentido do Progresso. Para Hegel, o grande inventor de um sistema de pensamento em que a História desponta como motor do mundo, a razão opera de conformidade com um fim, apreensível pelo conceito. Neste, a verdade encontra o elemento de sua existência, em meio a um novo mundo feito de transições e passagens, onde a razão é imanente aos acontecimentos em si mesmos (SODRÉ, 2009, p. 21).

De modo que o mundo culturalmente homogêneo idealizado no passado não era mais possível em uma realidade social multicultural, diversificada, hibridizada e pluri-religiosa. A partir de Konze, pode-se pensar que esse novo cenário sócio-cultural exigia cada vez mais a necessidade do diálogo como possibilitador da paz e da solidariedade entre os povos e os indivíduos. Isso provocou em muitas instituições sociais, incluindo a Igreja, a necessidade de rever sua perspectiva acerca do diálogo com as diferenças, incluindo a religiosa com vista à promoção da paz e da solidariedade.

Quando uma pessoa humana, individualmente ou em grupo corporativista, olha apenas para si, para dentro do seu grupo, e a partir daí projeta sua ação, manifesta uma opção fundamental de egoísmo. As opções-projetos que brotam nesse contexto são pecaminosas...A

opção fundamentalmente correta – altruísta, comunitária – deve levar qualquer pessoa ou grupo a olhar para fora de si mesmo, para a sociedade, e se pergunta: que resultado terá aquilo que projetamos-fazemos em relação à vida e ao bem-estar global da sociedade-humanidade? (KONZE, 2007, p. 248).

A insistência de alguns papas ao longo das cinco primeiras décadas do Século XX, em tentar deter os avanços da modernidade pela condenação de suas ideias não surtiram mais efeito. Nesse mesmo período essa perspectiva foi perdendo força e a Igreja passou a dar sinais de sua disposição ao diálogo com o novo cenário moderno.

Em seguida vamos tratar dos passos que a Igreja deu ao longo desse período na mudança de sua perspectiva sobre o diálogo com a moderna diversificada. Nessa pesquisa o desenvolvimento será marcado pela compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade; como possibilitador da superação da violência e da guerra pela promoção da paz. Assim, julga-se oportuno tornar clara a percepção de diálogo, o que parece ficar bem exposto ao partirmos da etimologia desse vocábulo, cuja prática por vezes tem sido bem cara às diversas sociedades.

## **1.2 A Igreja Católica na trilha do diálogo: desafios e avanços**

Julgamos oportuno iniciar este tópico com destaque à etimologia do termo diálogo que nos abre à perspectiva de recepção das alteridades, justificando nossa insistente compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, na superação da violência e da guerra pela promoção da paz.

Partindo do grego que propõe a formação da palavra Diálogo tomando o prefixo (*δια*), dia, cujo significado remete à ideia de algo “através, completamente para o outro lado. E com a mesma origem, (*δύο*) “dois”. Unido a esse prefixo o vocábulo (*λόγος*), Lógos, razão. Daí a riqueza desse vocábulo e o inestimável valor para toda a humanidade do seu conteúdo que bem trabalhado e assimilado pode desconstruir no universo simbólico as divergências promotoras de toda sorte de violência. Temos então segundo o dicionário Aurélio que pela etimologia

grega, (*διαλόγου*), Diálogo é “conversa; fala interativa entre duas ou mais pessoas. Troca de ideias; discussão que busca um acordo entre duas partes”.<sup>5</sup>

A voz que diz o nome da pessoa e que o faz ser, o diz diante e a favor dos outros seres. Voz que ao ser pro-nunciada, deve ser pro-respondida e co-respondida. Pro-respondência e co-respondência significam levar o peso e o risco de si próprio, das pessoas e das coisas... A partir da consciência somos ou nos situamos moralmente diante do mundo, já que nela se produz o chamado imperativo à responsabilidade perante o mundo (BENNASSAR, 2002, p. 169).

Partindo desse pressuposto etimológico na prática do diálogo não há uma razão, uma verdade que se sobreponha às outras. Parte-se então, da idéia de que duas ou mais razões se encontrem, se apresentem, se façam conhecer, sejam ouvidas e discutidas. A partir daí busca-se a construção de uma via conciliatória que permita a superação das controvérsias sem desqualificar as proposições originárias. Eis o desafio posto aos indivíduos, às organizações e às sociedades.

O homem foi deixado em suas próprias mãos para que responda com sua existência ao seu ser em relação, com e para os demais. Despertando a si mesmo com a voz e fazendo-se ouvir durante toda a sua vida, o homem abandona a infância e os infantilismos, inclusive as instruções, mantendo-se sempre à espreita.... Afirmamos que o homem se faz progenitor e mestre de si mesmo quando se torna adulto, atento, obediente e responsável. Abrir-se ao mais íntimo de si mesmo e aos outros entende-se como um abrir-se para a verdade e para a Verdade (BENNASSAR, 2002, p. 166).

Na perspectiva da Igreja Católica o diálogo ecumênico é entendido como partilha da experiência cristã, é um caminho que se desenvolve em etapas e momentos consecutivos, servindo-se de muitos instrumentos. Um desses instrumentos é o confronto entre as expressões de fé e de doutrina das confissões cristãs, em vista da reconstituição da unidade.

Esse diálogo é um caminho complexo que exige disposição e abertura de todos os que estejam direta ou indiretamente nele envolvidos. Assim, é possível verificar a necessidade de uma séria formação do indivíduo, do grupo e da sociedade que crie uma ambiência favorável ao desenvolvimento da capacidade dialogal na sociedade, entre as sociedades e entre as culturas.

---

<sup>5</sup> Dicionário Aurélio on line – <https://www.dicio.com.br>. Acessado em 10.06.18 às 15h45



O diálogo ecumênico pressupõe uma profunda convicção de sua fé religiosa e dos princípios que a sustentam ou dela advém. Somente essa segurança confessional permitirá uma proximidade respeitosa e dialógica com as diferenças. Mas exige ainda a disposição pessoal para conhecer a história da alteridade, seus ideais, a constituição de sua fé, seus fundamentos e seus valores. A quebra das barreiras e a superação das trincheiras que separam, isolam e por vezes desqualificam a tradição religiosa diferente daquele que o indivíduo professa exige um sincero respeito pelo outro e suas convicções.

A convicção de sua própria profissão religiosa dá a cada indivíduo a oportunidade de fazer-se compreender. Não se trata de uma disputa de doutrinas cuja intenção seja a superação de uma pela outra, ou o intuito de asenhoriar-se da verdade e fazer vir à tona a “mentira” do outro.

Quando se trata de diálogo de qualquer natureza é preciso ter em vista que não se limita a palavra, a textos, e encontros, mas há uma exigência na cooperação mútua para o bem dos indivíduos e da sociedade. Insistindo como resultado final do diálogo a constituição de um ambiente favorável à paz e à solidariedade.

Tomando o Decreto *Unitatis et Redintegratio* (Reintegração da Unidade), assumimos nessa pesquisa como proposta para o diálogo ecumênico o que se segue como pensamento da Igreja Católica no que se refere ao ecumenismo.

Por “movimento ecumênico” se entendem as atividades e iniciativas suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos Cristãos. Tais são: primeiro, todos os esforços para eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles; em seguida, o “diálogo” iniciado entre peritos e competentes nos encontros de Cristãos de diversas Igrejas ou Comunidades organizadas em espírito religioso. Ali cada qual explica mais profundamente a doutrina da sua Comunhão e apresenta perspicuamente suas características. Com este diálogo todos adquirem um conhecimento mais verdadeiro e uma avaliação mais adequada da doutrina e da vida de uma e outra Comunhão. Então essas Comunhões conseguem também uma colaboração mais ampla em certos serviços que toda consciência cristã exige em vista do bem comum, e onde é permitido, reúnem-se em oração unânime. Enfim, todos examinam sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja e, na medida do necessário, iniciam vigorosamente o trabalho de renovação e de reforma (VATICANO II, n. 766, p. 314).

Feita essa exposição sobre o diálogo ecumênico, a título de apreciação do processo que avançará ao diálogo inter-religioso c/omo caminho aberto à paz e à solidariedade na perspectiva dos pontificados de João Paulo II e Francisco, que é a temática específica dessa pesquisa, iniciamos apresentando que do ponto de vista da Igreja Católica, o diálogo Inter-religioso é uma necessidade irrenunciável. O que pode ser verificado nas palavras do episcopado latino-americano e caribenho, na Conferência Episcopal de Aparecida, quando os bispos católicos declararam que a urgência da evangelização em novos parâmetros deve ser considerada inadiável. Declararam que a Igreja está inserida não em um conjunto de mudanças na sociedade, mas é evidente que está em um contexto de mudança de época, em que os valores até então suficientes para manter as estruturas tanto da sociedade como das Igrejas e da evangelização já não correspondem às ambições do homem e da sociedade contemporâneos.

Vivemos uma mudança de época cujo nível mais profundo é o cultural. Dissolve-se a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus; “aqui está precisamente o grande erro das tendências dominantes do último século... Que excluem Deus de seu horizonte, falsificam o conceito da realidade e só podem terminar em caminhos equivocados e com receitas destrutivas. Surge hoje com grande força uma sobrevalorização da subjetividade individual. Independentemente de sua forma, a liberdade e a dignidade da pessoa são reconhecidas. Os fenômenos sociais, econômicos e tecnológicos estão na base da profunda vivência do tempo, ao que se concebe fixado no próprio presente, trazendo concepções de inconsistência e instabilidade. Deixa-se de lado a preocupação pelo bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos, à criação de novos e muitas vezes arbitrários direitos individuais, aos problemas da sexualidade, da família, das enfermidades e da morte (DA, 2007, n.44, p. 14).

Dentre os desafios gritantes nas sociedades está o diálogo inter-religioso, que expõe a realidade de uma sociedade multicultural, plurireligiosa e multi-identitária. Dialogar com essa diversidade é irrenunciável para que a possibilidade de paz seja real.

O Decreto *Unitatis Redintegratio*, é um dos documentos conciliares de grande importância para a compreensão, aceitação e prática do diálogo ecumênico por parte da Igreja Católica. Insiste na superação do medo e forte vigilância contra os perigos das doutrinas não católicas passando a uma postura de acolhimento das diferentes perspectivas de vivenciar o cristianismo nas

diversas sociedades. O grande objetivo do Concílio Vaticano II, é promover a unidade dos cristãos, cuja separação é marcadamente uma declaração de impossibilidade de diálogo. O documento ainda reconhece que o diálogo ecumênico de iniciativa dos “irmãos separados”, é uma moção do Espírito Santo para unir a Igreja. Ainda o Concílio afirma que a Igreja admite esta ação divina nos cristãos separados da Sé Romana. Novidades muito fortes do contexto precedente em que a Igreja refutava as iniciativas não católicas, vistas por vezes como ações nefastas para enganar os católicos e contaminá-los com os erros de falsas doutrinas. A declaração da Assembleia episcopal de Aparecida deixa entrever a concepção da Igreja sobre o diálogo inter-religioso.

O diálogo inter-religioso, além de seu caráter teológico, tem um especial significado na construção da nova humanidade: abre caminhos inéditos de testemunho cristão, promove a liberdade e dignidade dos povos, estimula a colaboração para o bem comum, supera a violência motivada por atitudes religiosas fundamentalistas, educa para a paz e para a convivência cidadã: é um campo de bem-aventuranças que são assumidas pela Doutrina Social da Igreja (DA, 2007, n. 255 p.51),

No próximo título desenvolve-se de modo particular as iniciativas da Igreja Católica no quadro das transformações porque passava a sociedade com destaque à resistência do pontificado de Pio X e a contribuição de Bento XV, um papa que atuou para além das fronteiras dos interesses da Cúria Romana.

### **1.3 O lento processo de adequação da Igreja à modernidade**

No pontificado de Pio X, a Igreja se deparava com uma nova relação com o Estado que teve início nos séculos anteriores. De acordo com Vovelle (1989) a separação entre Estado e Igreja ocorrido na França com o advento da Revolução Francesa em 1789, causou prejuízos à Igreja no que diz respeito à plena liberdade de culto, o respeito e a liberdade da Igreja na escolha dos bispos e a liberdade do clero que devia obediência ao Estado. Essa situação levou Pio X a uma reação forte contra a França e o seu empenho no sentido de mudar a situação da Igreja na nação Francesa. Zagheni percebe a reação do pontífice nesse assunto indicando que,

Pio X protesta solenemente contra essa legislação anti-religiosa com a encíclica *Vehementer Nos* (dirigida aos bispos franceses): “Ficamos cheios de inquietação e de angústia ao pensarmos em vós. E como poderia ser diferente, depois da promulgação da lei que, quebrando violentamente os laços seculares, com os quais a vossa nação esteve ligada à Sé Apostólica, cria para a Igreja Católica na França uma situação indigna e muito lamentável? Esse é um acontecimento gravíssimo; e todas as almas boas devem deplorá-lo, porque funesto para a sociedade civil tanto quanto para a religião” (ZAGHENI, 1999, p. 238).

Dentre as mudanças ocorridas no Século XX, destaca-se o surgimento de uma nova rota das decisões políticas, econômicas, militares e ideológicas. A Europa que detinha esse controle, deixou de ser o centro referencial do mundo ocidental. Esse é um fator que causou dificuldades para a Igreja que estava fortemente inculturada<sup>6</sup> com esse continente que lhe era referência e ao qual pretendia ser referência, em uma espécie de retroalimentação cultural. O deslocamento desse eixo afetou todas as áreas da sociedade e da vida, incluindo as relações. Mas não foi apenas o deslocamento do eixo do poder ou a queda dos antigos impérios, muito mais que isso foi o declínio sem retorno do mundo que caracterizou o século XIX. Essa nova realidade exigiu da Igreja nova leitura do momento histórico em que se encontrava, e fez com que os seus olhos contemplassem outros eixos de seu protagonismo que não a Europa. Tendo a Europa deixado de ser o centro do mundo, era igualmente necessário incluir-se no novo eixo protagonista do cenário pós Primeira Guerra Mundial. Zagheni afirma que,

O mundo, ao final do “século breve”, era diferente do mundo do início do século. Em primeiro lugar, porque não era mais um mundo eurocêntrico, pois o século XX, levou ao declínio e à queda da Europa, a qual perdeu seu indiscutível papel de centro do poder, da riqueza, da cultura e da “civilização ocidental”. A segunda transformação estava no fato de que entre 1914 e 1989 o mundo se tornou um campo operativo unitário (muito mais do que era em 1914) nos terrenos econômico, cultural e social. Instala-se então uma tensão entre esse processo cada vez mais acelerado de globalização e a incapacidade de as instituições públicas e os comportamentos coletivos dos homens harmonizarem-se com ele. A terceira transformação está na desintegração dos velhos modelos de relações humanas e sociais, redundando também na ruptura dos laços entre as gerações, entre o passado e o presente (ZAGHENI, 1999, p. 213).

---

<sup>6</sup> Aquisição gradual dos preceitos, dos hábitos, das normas e das características de uma cultura ou de um grupo por outra (cultura ou pessoa). <https://www.dicio.com.br>

O pontificado de Pio X terminou no ano em que a Primeira Guerra teve seu início. O mundo seria cenário de uma onda impiedosa de violência, destruição e morte que aterrorizou a sociedade. Trabalhar para restabelecer a paz tornou-se imperativo nas ações da Igreja. Embora Pio X tenha promovido inúmeras reformas na Igreja, seu pontificado foi marcado pela desconfiança e recusa às transformações trazidas pela modernidade. Exerceu o ministério petrino com um determinismo que proclamava o absolutismo dos valores cristãos e firme determinação de que a hierarquia da Igreja advém da vontade de Cristo. Um olhar mais atento verificará no pontificado de Pio X um integrismo religioso. Esse integrismo reaparecerá na Igreja depois do Concílio Vaticano II, quando alguns membros da hierarquia rejeitarão as reformas conciliares e iniciarão movimentos de reação ao Concílio. Um sentimento de grande desconfiança do homem e suas iniciativas e desenvolverão uma visão negativa da história.

O Papa Pio X vitimado de uma broncopneumonia, faleceu no dia 20 de agosto de 1914, deixando a Igreja às portas da Primeira Guerra Mundial. Momentos de grandes tensões que culminariam na guerra. Áustria-Hungria declarou guerra contra a Sérvia. Nesse mesmo período a Alemanha declarou guerra à Rússia e posteriormente à França. Enquanto a Alemanha invadia a Bélgica para atacar a França, a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha. A Europa entrava em estado de guerra que culminou na Primeira Guerra Mundial. Nesse quadro conflituoso, com a morte de Pio X, era preciso um líder para a Igreja que tivesse a arte da diplomacia e que fosse conhecedor dos problemas de governo. Esse perfil foi encontrado no cardeal Giacomo Della Chiesa que contava com grande habilidade na diplomacia. No dia 31 de agosto o conclave elegeu Giacomo Della Chiesa ao papado, o qual assumiu o nome de Bento XV. Seu pontificado será marcado pelas terríveis dores da Primeira Guerra Mundial. Considerando a Exortação Apostólica, *Do Início*, datada de 1º de agosto de 1917, do referido pontífice, verifica-se seu empenho durante todo o período da guerra, na busca da paz e na reorganização justa da sociedade quando do fim dos conflitos.

Desde o início de Nosso Pontificado, em meio aos horrores da terrível guerra desencadeada na Europa, propusemos três coisas entre todas: manter uma perfeita imparcialidade em relação a todos os beligerantes, como convém a Ele, o Pai comum que ama todos os seus filhos com igual afeto; Esforçamo-nos continuamente para fazer o melhor possível, sem aceitar pessoas, sem distinção de nacionalidade ou religião, pois ditamos também a lei universal da caridade e a suprema carga espiritual que nos foi confiada por nós. Cristo; finalmente, como Nossa missão pacificadora também exige, não omitir nada, tanto quanto estava em Nosso poder, do que poderia ajudar a acelerar o fim dessa calamidade. Qualquer um que acompanhou o nosso trabalho durante esses três anos dolorosos, que acabaram de passar, poderia facilmente reconhecer que, se sempre permanecermos fiéis à nossa resolução de absoluta imparcialidade e à nossa ação de caridade, não paramos, nem instar os povos e governos beligerantes a se tornarem irmãos novamente, embora a publicidade não tenha sido dada a tudo o que fizemos para alcançar esse objetivo tão nobre (BENTO XV, 1917).

As declarações do Papa Bento XV na Exortação Apostólica, de início, marcam o modo explícito de suas denúncias à guerra e em defesa da paz. No dia 1º de agosto de 1917, quando a Primeira Guerra Mundial encontrava-se no seu momento culminante o pontífice pronunciou-se exigindo a paz no mundo. Segundo o historiador Patrick J. Houlihan Bento XV foi um papa cuja atuação foi importante no período da Primeira Guerra Mundial,

O papado de Bento XV foi um brilhante exemplo de defesa humanitária, tanto acima quanto abaixo do nível confuso e necessário da alta diplomacia. No nosso tempo, quando os políticos clamam pela frase de efeito (ou tuíte), a verdadeira liderança inspira através da humildade e da dedicação pessoais para servir às necessidades existenciais mais profundas dos outros”<sup>7</sup>

Duas propostas para o fim dos combates e o fim da guerra e uma nova organização justa da sociedade. De um lado o Papa Bento XV e a Nota da Paz, propõe que após a grande guerra o mundo buscasse uma organização justa que resultasse em uma paz duradoura. Houlihan (2017) nos permite compreender que embora a nota do papa caracterizasse um empenho de proposta idealista, o que para muitos foi confirmado pelo fato de não ter conseguido interromper a guerra; episódio que disseminou a ideia de que a religião perdera sua força e capacidade de influenciar a sociedade. A Nota de Paz de Bento XV, na Exortação Apostólica de agosto 1917, traz a marca de sua originalidade na busca

---

<sup>7</sup> (O artigo foi publicado na revista América, 03-08-2017. A tradução é de Moisés Sbardelotto.) Religion e Everyday Life in Germany and Austria-Hungary, 1914-1922.

da paz durante seu pontificado. O papa não se posicionou em defesa dos interesses de nenhuma nação em particular.

Qualquer um que acompanhou o nosso trabalho durante esses três anos dolorosos, que acabaram de passar, poderia facilmente reconhecer que, se sempre permanecermos fiéis à nossa resolução de absoluta imparcialidade e à nossa ação de caridade, não paramos. nem instar os povos e governos beligerantes a se tornarem irmãos novamente, embora a publicidade não tenha sido dada a tudo o que fizemos para alcançar esse objetivo tão nobre (BENTO XV, 1917).

Seus esforços foram sempre norteados e norteadores de uma paz mundial sem privilégios para vencedores e sem opressão para vencidos. Ao contrário propunha uma paz justa para uma estabilidade social duradoura. Em meio à guerra seria comum pensar nos interesses de nações que tradicionalmente salvaguardaram os interesses da Igreja. Essa postura de Bento XV seguramente não representava os interesses das nações que saíam da guerra como vencedoras. John F. Pollard verifica que,

E, antes de tudo, o ponto fundamental deve ser que a força moral da lei esteja subordinada à força material das armas. Portanto, um acordo justo de todos na redução simultânea e recíproca de armamentos, de acordo com normas e garantias a serem estabelecidas, na medida necessária e suficiente para manter a ordem pública em cada Estado; e, em vez de armas, a instituição da arbitragem com sua alta função pacificadora, de acordo com as regras a serem acordadas e a sanção a ser acordada contra o Estado que recusou ou submeteu questões internacionais ao árbitro ou aceitou a decisão (BENTO XV, 1917).<sup>8</sup>

Essa imparcialidade de Bento XV lhe custará a indiferença dos líderes políticos de então. Não estava preocupado naquele momento em defender uma determinada bandeira, mas tinha convicção de que o papa devia posicionar-se pelo mundo. Isso nos parece sinalizar sua preocupação com o diálogo na busca da paz.

Quanto aos danos a serem reparados e aos custos da guerra, não vemos outra maneira de resolver a questão, exceto colocando, como princípio geral, um desconto total e recíproco, justificado, além disso, pelos imensos benefícios a serem obtidos com o desarmamento; tanto mais que ninguém entenderia a continuação de tal carnificina apenas por razões econômicas. Se, em certos casos, existem, pelo contrário,

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/letters/1917/documents/hf\\_ben-xv\\_let\\_19170801\\_popoli-belligeranti.html](https://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/letters/1917/documents/hf_ben-xv_let_19170801_popoli-belligeranti.html)

razões particulares, que as pesamos com justiça e equidade (BENTO XV, 1917).

Ao considerar que todos os homens são filhos do mesmo Deus, deixa em segundo plano os interesses particulares da Igreja ou mesmo do cristianismo. Estava convencido de que o romano pontífice é pai para a humanidade e devia intervir no conflito entre irmãos que se destruíam por meio da guerra. Houlihan destaca a ação do papa para além dos interesses católicos indicando que,

Em momentos cruciais durante e depois da Primeira Guerra Mundial, despojado de território e fora das alianças políticas, Bento XV focou a Igreja nas preocupações humanitárias em todo o mundo – convocando explicitamente que as pessoas se ajudassem mutuamente, para além da filiação a nações ou religiões (HOULIHAN, 2017).

Isso não significa que Bento XV não fosse convicto da universalidade da fé cristã e da salvação em Jesus Cristo. Menos ainda que a Igreja Católica não fosse a legítima representante e mediadora entre os homens e a salvação. Sua atenção para uma paz justa rompeu com um paradigma que a séculos a Santa Sé adotara; estava sempre de um lado, salvaguardando determinados interesses que lhes fossem mais caros. Bento XV revelou-se voltado para os dramas da humanidade em seu pontificado e não para os interesses de alguns Estados-nação. Em sua primeira encíclica “*Ad Beatissimi Apostolorum*” (Para o mais feliz dos apóstolos) , datada de 1º de novembro de 1914, na qual dirigiu-se aos governantes a renunciarem à guerra, o papa não obteve sucesso. Os líderes políticos dos diversos países lançaram olhar de desconfiança aos apelos do papa, e cada lado julgava que o pontífice estivesse se posicionando pelos interesses do adversário. Assim o papa se expressou sobre o tormento da guerra,

Agora, assim que tínhamos, do cume da dignidade apostólica, abraçamos o curso dos assuntos humanos com um olhar, fomos apanhados com um sofrimento agudo, contemplando as condições deploráveis da sociedade civil. Como, de fato, se tornando o pai comum de todos os homens, não teríamos o coração violentamente destruído pelo espetáculo apresentado pela Europa e até o mundo inteiro, certamente o espetáculo mais assustador e angustiante nunca visto na memória humana? [...] Em todos os lados, domina a imagem triste da guerra, e, por assim dizer, não há outro pensamento que ocupe as mentes. As nações - as mais poderosas e as mais importantes - estão em jogo: é de admirar que, equipados com



máquinas terríveis, devido aos últimos avanços na arte militar, estão visando, por assim dizer, se destruir com refinamentos da barbárie? Não há mais limites para as ruínas e a carnificina: todos os dias, a terra, inundada por novos fluxos de sangue, está coberta de mortos e feridos. Para ver esses povos armados uns contra os outros, duvida que eles descem do mesmo Pai, que tenham a mesma natureza e façam parte da mesma sociedade humana? Nós os reconheceríamos pelos filhos do mesmo Pai que está no céu? E enquanto grandes exércitos lutam ferozmente, o sofrimento e a dor, companheiros tristes da guerra, descem nos estados, nas famílias e nos indivíduos: todos os dias o número de viúvas aumenta demais e órfãos; O comércio languishes, por falta de comunicações; os campos são abandonados, a indústria é silenciada; os ricos estão no desconforto, os pobres na miséria, todos de luto (BENTO XV, 1914).

Bento XV não se serviu do desastre da guerra como instrumento de condenação das inovações contemporâneas, atitude marcante no pontificado de Pio X, que o antecedeu. Menos ainda serviu-se desse desastroso evento da humanidade para acusar a sociedade pelas perdas do Patrimônio de São Pedro.<sup>9</sup> Ao contrário de fechar os olhos ao mundo enclausurando-se nas muralhas do Vaticano, o papa lança um olhar para um universo maior no qual os interesses humanos superavam os interesses da Igreja. Assim Bento XV buscou com afinco fazer-se presente ao seu momento histórico e com uma diplomacia de alto nível trabalhou pela paz no mundo. O papa propunha seis objetivos principais da Nota de Paz, a partir dos quais pretendia envolver os lados beligerantes. Podem ser assim sintetizados, a redução simultânea e recíproca de armamentos; a arbitragem internacional; a verdadeira liberdade e comunidade dos mares; a renúncia recíproca às indenizações de guerra; a evacuação e restauração recíprocas de todos os territórios ocupados; e um exame “com espírito conciliatório” das reivindicações territoriais contenciosas. Houlihan indica que,

O desejo de paz de Bento XV ressoou com a maioria da população global, mas as reações dos líderes das grandes potências não foram entusiasmadas. Os dois pontos finais referentes ao território ressaltaram as principais razões pelas quais a “Nota de Paz” de 1917 fracassou, já que os lados opostos se recusaram a se mexer. A “Nota de Paz” mencionou expressamente o território na Bélgica, no norte da França, nas colônias alemãs, na Itália e na Áustria. No entanto, o alto comando alemão, dominado pela ditadura militar de Paul von Hindenburg e de Erich Ludendorff, recusou-se a abrir mão do território na Bélgica. (HOULIHAN, 2017).

---

<sup>9</sup> Territórios doados à Igreja, por parte de Pepino, o Breve, dando origem ao Estado do Vaticano. <https://interna.coceducacao.com.br/ebook/glossario/583.htm> Acesso em 15 de maio de 2018.

A Nota de Paz que o pontífice apresentou foi de imediato rejeitada pelo presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos da América, que despontava como uma grande força moral e política; via ali uma ameaça ao seu poder. Wilson argumentava que não podia confiar no governo alemão. Propondo um programa para a paz em contraposição à proposta do papa Bento XV, Wilson apresentou em 1918 os QUATORZE PONTOS para a paz. Embora tenha recusado a Nota de Paz do papa, Wilson conservou grande parte do que substancialmente estava na Nota de Paz de Bento XV. A nova ordem social estabelecida depois da Primeira Guerra Mundial, trouxe consigo muitas distorções sociais, políticas e econômicas. Ao contrário do que propunha o papa Bento XV em sua diplomacia pela paz, a nova ordem não seria duradoura. O jogo de interesses resultou em um conflito ainda pior, A Segunda Guerra Mundial.

Embora Bento XV tenha exercido um grande esforço para que a guerra acabasse e a paz fosse restabelecida, a Santa Sé foi excluída da mesa de negociações. Tanto na Conferência da Paz de Paris, como na Liga das Nações a voz da Igreja não foi incluída. Mas o pontífice deixou para a Igreja um legado de abertura e diálogo com organismos não eclesiais e não governamentais, como A Cruz Vermelha, o Fundo *Save the Children*.<sup>10</sup> Bento XV não se limitou ao ambiente católico no trato com líderes políticos ao tratar da paz. Embora a figura do pontífice tenha ficado na obscuridade, o Papa Bento XV deixou marcas profundas no tocante ao diálogo entre as diversidades de seu tempo. Isso ficou imortalizado no dia 11 de dezembro de 1921, quando uma estátua dedicada a ele foi inaugurada em uma praça pública de Constantinopla, ao pé da qual está escrito: " Ao grande Pontífice do mundo, à hora trágica, Bento XV, benfeitor dos povos sem distinção de nacionalidade e religião como sinal de gratidão, o Oriente 1914-1919 ». Bento XV tomado de pneumonia faleceu no dia 22 de

---

<sup>10</sup> A Save the Children surgiu há mais de 90 anos como uma resposta humanitária após a Primeira Guerra Mundial, quando nosso fundador, Eglantyne Jebb, procurou uma equipe de especialistas para trabalhar em prol das crianças afetadas pelo conflito. Por esse motivo, nos especializamos em respostas humanitárias, concentrando nossa atenção nas necessidades especiais das crianças. Em 1919, a União Internacional Save the Children foi criada com sede em Genebra, e a presença da organização no mundo foi ampliada. Em 1923, Eglantyne Jebb elaborou a primeira Declaração dos Direitos da Criança, antecedentes históricos da Convenção sobre os Direitos da Criança e a menina, a mesma que foi adotada pelos países membros da Organização das Nações Unidas em 1989 e que entrou em vigor em 1990.

janeiro de 1922. (*Introibo ad altare Dei: Acerca do Sumo Pontífice Sua Santidade Bento XV*).

Após a morte de Bento XV, em 2 de fevereiro na 14ª votação do conclave, Achille Ratti foi eleito Papa com 42 votos. Ele assumiu o nome de Pio XI e, com um gesto surpreendente transmite a tradicional bênção "*Urbi et orbi*" da parte externa da basílica de São Pedro, que havia sido fechada desde que em 1870 quando o Reino da Itália havia tomado o Vaticano. A partir da reflexão de Zagheni (1999), esse pontificado foi particularmente turbulento e caracterizou-se com um forte teor de autoridade do papa que alimentava uma certa desconfiança de tudo e de todos, incluindo os partidos chamados católicos. Do ponto de vista histórico a ascensão do facismo, nazismo e o totalitarismo stalinista; a experiência democrática praticamente desprezada e estrangulada pelo vigor dos regimes acima indicados, durante os quais a Igreja sofreu marcas dessa nova composição político-ideológica. A multiplicidade cultural desse momento trazia uma face comum que era a expressão da angústia, medo e drama que então se vivia. Com destaque ao expressionismo, surrealismo, existencialismo. Uma exceção, porém, nesse cenário foi a doutrina norte Americana do presidente Roosevelt dos Estados Unidos da América. Já no interior da Igreja essa intensa movimentação cultural, política e econômica promoveu certa riqueza de amadurecimento notadamente de Maritain, Mounier, Bernanos, De Lubac, Marrou. Ao abordar o pontificado de Pio XI Zagheni aponta um perfil desse papado,

Nesse contexto, Pio XI orientou o seu pontificado segundo algumas linhas bem precisas: realizou a conciliação com o Estado italiano, superando a Questão Romana; dedicou-se com empenho à promoção da atividade missionária; lutou contra os regimes totalitários dominantes; procurou continuamente afirmar a autoridade moral e religiosa da Igreja, sobretudo através de grandes encíclicas (*Divini illius Magistri; Casti connubii; Quadragesimo anno; Mit brennender Sorge*) (ZAGHENI, 1999, p. 262).

Segundo Zagheni (1999, p. 262), "já no início de seu pontificado ao apresentar sua encíclica programática, *Ubi arcano Dei* (Pelo imperscrutável desígnio de Deus), Pio XI deixa clara a sua visão triste e pessimista sobre o mundo." Segundo o Pontífice esses graves males que assolavam a sociedade mundial eram o nacionalismo exagerado, discórdias internas em diversos

países, lutas de classe, desagregação das famílias. O papa entendia e afirmava que a única solução seria apelar a motivações de caráter religioso e moral. Insiste na autoridade da Igreja apresentando-a como um caminho sólido para a superação da situação conflituosa de então. Zagheni destaca as palavras do pontífice a esse respeito no discurso papal,

Esses males – sustenta ele – têm como causa o afastamento de Deus por parte da sociedade (Deus expulso da legislação, da escola, da família, mediante a redução do matrimônio a mero contrato civil) e a rejeição da autoridade da Igreja. Afirma também que a Igreja, sendo sociedade perfeita, depositária e intérprete do pensamento divino, é também mestra e guia das outras sociedades; que a paz interna e externa só será obtida se se voltar a confiar nos princípios de Cristo. Enfim, assume uma atitude crítica em relação à Sociedade das Nações, porque incapaz de impor a todos os povos um código internacional apto a manter a paz (ZAGHENI, 1999, p. 263).

#### **1.4 A Igreja e os totalitarismos europeus**

O ambiente político absolutamente conturbado do momento histórico, em que o nacionalismo unindo-se ao totalitarismo anunciava um tempo de diminuição das liberdades democráticas, a Igreja não assume como postura o apoio em um partido essencialmente católico. Mesmo que o partido católico defendesse um programa em oposição ao nazifascismo, não foi nele que a Igreja entendeu naquele momento que devia ancorar-se politicamente. Embora o partido católico trouxesse consigo elementos dos valores cristãos o momento não lhe foi favorável devido a não articulação nem unidade política entre os católicos. A presença protagonista dos leigos agindo com autonomia frente à hierarquia católica foi um dos motivos para a Igreja não o ter assumido como seu representante político. Zagheni aponta algumas das ideias defendidas pelo partido católico,

A um Estado centralizador, tendente a limitar e regular todo tipo de poder orgânico e todas as atividades cívicas e individuais, queremos propor como substituto, no terreno constitucional, um Estado verdadeiramente popular, que reconheça os limites da sua atividade, que respeite os núcleos e os organismos naturais, a família, as classes, os municípios, que respeite a personalidade individual e encoraje a iniciativa privada. Propõe, então, as necessárias reformas institucionais (voto proporcional, direito de voto às mulheres, reforma da burocracia e dos ordenamentos jurídicos, simplificação da legislação e autonomia municipal) (ZAGHENI, 1999, p. 271).

O Papa Pio XI fazendo uma leitura da sociedade em que o seu pontificado se desenvolvia, entendeu a necessidade de uma estratégia que ao mesmo tempo mantivesse a Igreja livre da interferência do Estado, livre das ideias fascistas, mas também articuladora de suas forças fazendo-se vista e respeitada pelo Estado italiano. Na verdade, duas grandes manifestações de força na sociedade, a Igreja e posteriormente o fascismo. Adversários que se mediam com desconfiança e mantinham-se em uma distância segura. Por isso Pio XI buscou um pontificado altamente centralizado, mostrando aos inimigos da Igreja a capacidade de mobilização que o papado exercia sobre seus súditos. Qualquer movimento católico que de alguma maneira aguçasse o olhar fascista, logo era controlado pelo papa. Esse por sua vez dava diretrizes que deixam claras sua autoridade e capacidade de mobilizar seus súditos em todo o mundo católico. Zagheni aponta essa centralização de Pio XI indicando que,

Para limitar a “invasão” fascista, que buscava o apoio da base católica, a Igreja entendeu que devia fortalecer o catolicismo enquanto tal. Pio XI entende que a sua força está em conseguir fazer da Igreja não só uma aglutinadora de consciências, mas também uma grande organização de massa centralizada em torno de um chefe, que deveria ser seu intérprete exclusivo (ZAGHENI, 1999, p. 274).

Pio XI estruturou seu pontificado sob forte consciência da própria autoridade e sua firme intenção de fazer da Igreja uma organização forte comandada por um único líder sob cujo comando todos os católicos deviam agir. Para ele o papa devia ser aceito como o único intérprete da doutrina católica e sob seu comando toda a Igreja devia ser conduzida. Não obstante essa percepção sobre a hierarquia da Igreja, Pio XI combateu com ardor os regimes totalitários europeus. Em um primeiro momento sua atenção esteve centrada em resolver os problemas políticos entre o Estado italiano e a Igreja e não mediu esforços para resolver a chamada Questão Romana<sup>11</sup>, que resultou no acordo

---

<sup>11</sup> Se refere à disputa territorial ocorrida entre o governo italiano e o papa durante os anos de 1861 a 1929, que culminou na criação do Vaticano pelo Tratado de Latrão durante o governo de Benito Mussolini. Em 11 de fevereiro de 1929, Pietro Gaspari, Cardeal Secretário de Estado do Papa Pio XI e Mussolini, assinaram o Tratado de Latrão que colocava um fim na Questão Romana, a disputa de seis anos entre o papado e o reino da Itália. O Tratado de Latrão de 1929 foi uma tentativa de acabar com um conflito que existia desde 1870-1871 entre o Estado italiano e a Igreja Católica Romana. Entre 1870 e 1929, os papas eram “prisioneiros do Vaticano”, e eram opositores do “liberal” Estado italiano. A maioria dos líderes políticos italianos eram abertamente anticlericais e procurou limitar o controle católico na educação e no casamento.

do Estado italiano com a Igreja dando origem ao Estado do Vaticano e a soberania do papa dentro desse território. Tendo concluído esse processo, a Igreja de Pio XI lançou seu olhar para os regimes totalitários na Europa no período entre guerras. Zagheni afirma,

Ao abordar essa temática, é preciso levar em conta que a situação apresentava-se muito heterogênea, seja no seio da Igreja quanto dos Estados, tanto que algumas tomadas de posição de Pio XI foram, algumas vezes, acentuadas e, outras, reduzidas, dependendo das convicções dos bispos dos sacerdotes e dos leigos. Além disso, não se deve esquecer que as decisões de Pio XI – geralmente muito duras, do ponto de vista doutrinal – eram acompanhadas de atitudes práticas mais flexíveis, ditadas tanto pela sua vontade de não oferecer ocasião para novas perseguições quanto pelo desejo de manter abertos alguns canais de diálogo (ZAGHENI, 1999, p. 284).

A Igreja Católica na Alemanha, alimentou por algum tempo a distância do nazismo e hesitou em posicionar-se politicamente de modo favorável a ele. Contudo com o notável crescimento do partido comunista depois das eleições de 1930, embora não concordasse com o programa político nazista, via nele uma oportunidade de conter o avanço do comunismo soviético. Essa escolha, porém, não foi duradoura; logo em 1932 a conferência dos bispos alemães declara que o programa nazista é inconciliável com a fé católica e ainda manifestou sua preocupação com os possíveis danos que a Igreja sofreria com a Ascensão do nazismo na Alemanha. Mas esse mesmo episcopado oscilou em suas decisões frente ao nazismo, e quando nas eleições de 1933 o nazismo conquistou uma vitória esmagadora e a conferência episcopal alemã revogou a proibição dos católicos se filiarem ao partido nazista. Embora o programa nazista fosse incompatível com a doutrina católica, a decisão da conferência dos bispos alemães encontrou apoio do vaticano que considerava isso uma possibilidade que pudesse conter o avanço do comunismo. Não tardou para a Igreja perceber que o nazismo iniciaria um tempo de forte intolerância, autoritarismo e desrespeito às instituições, inclusive à Igreja. Zagueni relata que,

Quase imediatamente começaram as violências contra as associações e a imprensa católica, suscitando protestos formais da Igreja alemã, a qual, mesmo nessas situações de opressão e de violência, procurou distinguir o regime e o governo dos grupos extremistas que tendiam à descristianização, renovando as garantias de fidelidade ao Estado. Em parte, essa atitude era ditada também pela preocupação de não expor os fiéis a maiores perseguições, caso se

chegasse a uma ruptura definitiva; como também pelo temor de perder a confiança dos católicos mais ligados ao regime (ZAGHENI, 1999, p. 288).

Logo o nazismo mostrou-se um organismo anticatólico com o objetivo de descristianizar a Alemanha. Esse caráter antirreligioso, a intolerância rígida com as diferenças, o forte racismo, as perseguições indiscriminadas e o desrespeito aos direitos humanos fizeram com que a Igreja atentasse para o forte período de intolerância que estava se consolidando na Europa. O quadro se agravou nas relações diplomáticas entre a Igreja e o Estado alemão quando Hitler passou a demonstrar desinteresse pela Concordata com a Igreja. Por insistência do Vaticano Hitler assinou a Concordata, isso, porém logo mostrou-se sem importância para o Estado alemão nazista, que embora tivesse assinado o respeito pelo cristianismo logo revelou seu verdadeiro interesse. A própria Igreja estava no miolo do furacão da intolerância e agora como alvo dela. Zagheni insiste que,

A Concordata afirmava que a Alemanha manteria um “cristianismo positivo”, mas logo ficou claro que o nazismo queria substituir a fé cristã por uma “fé alemã”, baseada na “religião da raça”, quase que imediatamente foram submetidas a medidas restritivas as associações católicas e as escolas confessionais, obrigadas inclusive a fechar as portas; a educação da juventude passou a se inspirar em critérios racistas e anticristãs; foi imobilizada a imprensa católica; difundiram-se teses fortemente anticristãs; graves restrições impediam as manifestações católicas; implantou-se uma severa vigilância sobre a pregação dos sacerdotes. Tratava-se de verdadeira perseguição à Igreja e de tentativa de anulação dos princípios cristãos. O episcopado alemão interveio com um forte protesto, mas sem obter qualquer mudança de atitude (ZAGHENI, 1999, p. 290).

Os bispos alemães conseguem um encontro com o papa e apresentando-lhe a real situação da Igreja na Alemanha. O pontífice decide manifestar-se publicamente contra o nazismo condenando-o. Essa decisão do papa chegou à sociedade por meio da Encíclica *Mit Brennender Sorge* (com intensa preocupação e crescente espanto); que trata da situação da Igreja na Alemanha nazista. Essa encíclica foi lida na Alemanha simultaneamente por todos os bispos no domingo de Ramos de 1937, a fim de tornar pública a importância do documento e a gravidade da situação em que se encontravam. A manifestação pública da opinião da Igreja sobre o nazismo depois de a Santa Sé assinar a Concordata com o estado nazista, gerou certa incompreensão por parte de

alguns católicos. Assim que os bispos alemães cuidaram para que houvesse um verdadeiro trabalho de orientação dos fiéis católicos no sentido de que entendessem que a decisão do papa em assinar a concordata visava muito mais preservar a Igreja alemã. Zagheni recorda que,

Prosseguindo, como que para marcar desde logo a distância entre a Igreja e o nazismo, lê a Concordata não como um acordo com ele, mas como uma necessidade, um mal menor do qual não era possível escapar, tendo em vista o bem da Igreja alemã: “Apesar das muitas e graves preocupações, chegamos, então, não sem esforço, à determinação de não negar o nosso assentimento. Queríamos poupar os nossos fiéis, os nossos filhos, e filhas da Alemanha, dentro do humanamente possível, das tensões e das tribulações que, em caso contrário, seriam certamente esperáveis, dadas as condições da época (ZAGHENI, 1999, p. 293).

Pio XI estava decidido à superação da crise espiritual que segundo ele instalara-se na sociedade. Estava convencido de que somente o retorno aos princípios cristãos sob o protagonismo da Igreja seria capaz de solucionar tal crise. Por isso empenhou-se por deixar claro o conteúdo da verdadeira fé, da verdadeira doutrina, da verdadeira Igreja e do seu legítimo e verdadeiro pastor. Tudo alicerçado sob a única plena revelação e única verdade em Jesus Cristo. Esta convicção conduziu Pio XI ao longo do seu pontificado; estava determinado à recondução aos valores cristãos e por isso empenhou-se em apresentar a incompatibilidade entre o cristianismo e o nazismo; cristianismo e o comunismo. Uma vez tornada pública a posição da Igreja frente ao nazismo, sua atenção dirigiu-se a outro inimigo igualmente feroz e ameaçador da fé, o comunismo. A esse Pio XI atacou e condenou sem poupar esforços para que os católicos rejeitassem decididamente a aproximação com tal doutrina.

O pontífice declarou publicamente a condenação ao comunismo como doutrina perversa através da encíclica *Divini Redemptoris Promissio* (A promessa de um Divino Redentor), na qual apresentou os erros do comunismo. Pio XI insistentemente apontava os erros do comunismo e advertia ao perigo de sua expansão, contra a qual pregou com veemência. Zagheni destaca da crítica de Pio XI ao comunismo, a incompatibilidade entre este e a Igreja apontando,

Essa crítica atingia o coração do comunismo, do ponto de vista doutrinário, porque, criticando o ateísmo, o materialismo, o coletivismo, a idéia de família e de sociedade próprios do comunismo, evidenciava – sem deixar margem a dúvidas – sua inconciliabilidade com o



cristianismo: “Onde o comunismo pôde afirmar-se e dominar... esforçou-se de todas as maneiras para destruir (e proclama-o abertamente), em seus fundamentos, a civilização e a religião cristã, extirpando-as do coração dos homens, sobretudo da juventude ...” (ZAGHENI, 1999, p. 297).

Sem dúvidas Pio XI foi um papa fortemente atento e conectado com os problemas do seu tempo. Os acontecimentos político, econômicos e sociais estavam presentes em sua mente. Sentiu-se impelido a dar um parecer sobre a situação de crise e ameaça em que se encontrava a sociedade ocidental, o pontífice publicou no dia 31 de maio de 1931, quando se completaram quarenta anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII, a encíclica *Quadragesimo anno*, na qual apresentou a dramática situação em que se encontrava a sociedade. Na encíclica fala abertamente do fascismo, os regimes totalitários e os problemas que trouxeram para a sociedade.

O pontificado de Pio XI, deu-se em meio aos desafios que a sociedade enfrentava no período entre guerras. Tratava-se de um mundo complexo, com relações igualmente complexas, cujas configurações políticas e econômicas não permitiam mais um olhar nem um agir faccionados. O olhar devia ser de conjuntura; tornou-se imperioso entender a nova realidade, suas tramas, suas articulações, seu pensar e sua ideologia fortemente articulados. Nesse cenário Pio XI buscou reafirmar a doutrina católica como expressão da verdade e dos valores cristãos cujo depósito estava confiado à Igreja. Insistiu em condenar o fascismo, o nazismo e o comunismo bem como todo autoritarismo dos governos de então e denunciou o desprezo desses governos aos direitos humanos. De acordo com Zagheni ao tratar da *Quadragesimo anno*,

A encíclica é importante porque aborda os temas fundamentais da organização econômica da sociedade, do direito de propriedade, do salário, do comunismo e do socialismo, propondo-se “restaurar a ordem social segundo o evangelho”. Aspectos novos surtem da consciência de que as mudanças produzidas na vida do mundo não permitem mais falar só da “questão operária”; era necessário enfrentar toda a complexidade da vida econômica e social. A nova ordem social apóia-se na justiça social integrada pela caridade e organizada segundo os critérios corporativos (ZAGHENI, 1999, p. 299-300).

No dia 10 de fevereiro de 1939, o Papa Pio XI faleceu e logo no dia 1º de março convocou-se o conclave, e no dia 2 de março o conclave elegeu o novo papa, Eugênio Pacelli e tomou o nome de Pio XII. O Papa Pacelli era um homem

experimentado na diplomacia e assumiu o governo da Igreja fortemente estruturada por Pio XI, com poder centralizado e unida. Embora tenha seguido os passos do seu predecessor, insistindo que a reorganização social depois das duas grandes guerras, deveria se fazer com base nos valores cristãos, na verdade da divindade de Cristo e a superação do laicismo que pretendia uma sociedade sem Cristo. Contudo o novo papa emplacou uma política mais moderada em relação ao nazismo e ao fascismo, nos quais a Santa Sé via uma força capaz de deter o avanço do comunismo, visto como inimigo absoluto da fé cristã.

Logo de início Pio XII mudou a dureza discursiva característica de Pio XI em relação ao Estado nazista. O Papa Pacelli tentou diálogo direto com Hitler sem sucesso. Esse discurso mais moderado com o governo nazista foi uma iniciativa pessoal do papa, que buscou consenso com os cardeais alemães que ainda estavam em Roma depois do conclave que o elegera. A situação da Igreja na Alemanha era preocupante. Não havia coesão entre os bispos quanto ao apoio ao governo nazista. Na verdade, o episcopado alemão em sua maioria optou algumas vezes por um discurso de apoio ao nazismo, no qual via um aliado contra o avanço do comunismo. Essa postura foi apoiada na aceitação de muitos fiéis católicos adeptos do novo governo que despertava forte patriotismo. Houve bispos que declararam abertamente lealdade ao governo alemão. Poucos foram os bispos alemães que manifestaram publicamente oposição ao regime nazista autoritário, seus métodos e sua violência. Esses poucos foram a voz das vítimas da intolerância, do racismo, dos deportados e dos exterminados.

A partir das reflexões de Zagheni (1999), Pio XII foi construindo uma proposta de uma nova sociedade. Estava convencido da necessidade de pensar a compreensão da convivência social e os valores que nasciam dessa convivência. Zagheni (1999, p. 310) “o aspecto fundamental para compreender o papado de Pio XII está aqui: “uma sociedade que pretende governar sem Deus, é uma sociedade condenada a por alguém no lugar de Deus”. Pio XII não deixou um legado de grandes encíclicas sociais, mas ocupou-se em demonstrar as bases para a construção da nova sociedade estruturada em Deus. As encíclicas do papa Pacelli explicitam sua grande preocupação religiosa que serviram de apoio ao Concílio Vaticano II.

As encíclicas de Pio XII, denotam uma percepção de abertura no olhar do papa ao desenvolvimento das ações da Igreja. Na *Mystici Corporis* (Corpo Místico), datada de 1943, embora se apoie na premissa *Societas perfecta inaequalis et hierarchica* atualiza a presença e a atuação do leigo. Esse tema será retomado pelo Concílio Vaticano II. Já na encíclica *Divino afflante Spiritu*, de 1943, procura um modo melhor de estudar e aproximar-se da Sagrada Escritura. Com a *Mediator Dei* datada de 1947, na qual trata da liturgia, depois de fazer observações quanto ao perigo do excesso de novidade, o papa estimulava maior participação dos fiéis nos ritos. Na *Evangelii praecones* com data de 1951, sobre as missões e a *Fidei donum* de 1957, sobre a situação da ação missionária da Igreja. O papa Pacelli facilitou a criação de dioceses nos territórios de missão. Em ambas estimulava a formação e valorização do clero local.

Ao tratar do conjunto da obra de Pio XII, é possível verificar três momentos de seu pontificado. Primeiro uma diplomacia prudente sem declarações explícitas contra os autoritarismos. Em segundo a proposta de realinhar a formação de uma nova ordem social reestruturando o sentido da convivência comum e os valores daí decorrentes. Em ambos um forte desejo de paz e a recusa de toda forma de violência. Por fim o terceiro momento marcado por um forte pessimismo e fechamento. Esse posicionamento do papa fica explícito nas encíclicas desse período, 1945 – 1957. A *Humani generis* datada de 1950 condena algumas orientações teológicas em favor da teologia Escolástica<sup>12</sup>. Com relação ao comunismo reafirma o pensamento de Pio XI e excomunga os comunistas. Em 1949 o papa excomungou os comunistas como resposta à perseguição Stalinista à Igreja.

Apesar de seus esforços não conseguiu evitar a guerra. Pio XII governaria a Igreja no pior conflito bélico da história da sociedade humana, a Segunda

---

<sup>12</sup> *Scholasticism*. Em sentido próprio, a filosofia cristã da Idade Média. Literalmente Escolástica significa filosofia da escola. Como as formas de ensino medieval eram duas (*Lectio*, que consistia no comentário de um texto, e *disputatio*, que consistia no exame de um problema através da discussão dos argumentos favoráveis e contrários. Na Escolástica a atividade literária assumiu predominantemente a forma de comentários ou de coletâneas de questões. O problema fundamental da escolástica é levar o homem a compreender a verdade revelada. A Escolástica é o exercício da atividade racional (ou, na prática, o uso de alguma filosofia determinada, neoplatônica ou aristotélica) com vistas ao acesso à verdade religiosa, à sua demonstração ou ao seu esclarecimento nos limites em que isso é possível, apresentando um arsenal defensivo contra a incredulidade e as heresias. Abbagnano, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução de Alfredo Bosi. 4ª edição. São Paulo. Ed. Martins fontes. 2000. P.344

Guerra Mundial. Diante do fracasso de suas tentativas de mediar a paz, passou a fazer parte do seu discurso palavras mais explícitas de condenação da violência e de busca da paz.

Esse conflito foi sem dúvida a maior tragédia causada no mundo e deixou centenas de milhares de mortos e um rastro de destruição assombroso. O uso de armas químicas tornou-se um dos elementos em destaque nessa ação beligerante.

O Primeiro conflito Mundial marcou o período da ruína do até então vigente modelo de Estado que não suportou as pressões e o empoderamento que os grandes magnatas da indústria conquistaram. Já na Segunda Guerra Mundial o distanciamento entre economia e Estado delineavam uma nova configuração do poder na sociedade. Zagheni ao tratar desse assunto assevera que,

A dimensão estatal da economia reduziu-se significativamente: os mercados, agora mundiais, subtraíram dos governos nacionais o controle sobre os investimentos privados e a taxação dos respectivos lucros, podendo as empresas privadas escolher o lugar melhor para investir. O Estado perdeu parte de sua soberania porque, também no campo da moeda, as suas decisões são influenciadas por outros governos, ou a estes estão ligadas (ZAGHENI, 1999, p. 227).

Foi um dos papas da primeira metade do século XX que mais insistiu na busca da paz, na superação da intolerância e no diálogo. Um dos acontecimentos que levaram Pio XII a fazer pronunciamentos condenatórios mais explícitos, foi a política de deportação que o governo nazista iniciou atingindo sobretudo os judeus. Essa prática nazista conhecida como a “solução final”. Depois de segregar do convívio social nos guetos, os deportados eram levados ao destino final. Esse quadro de segregação e extermínio fez surgir manifestações da opinião pública de vários países pressionando a Santa Sé. Em 1942, por ocasião das celebrações natalinas o papa se pronunciou sobre a questão judaica, referindo-se a inocentes que estavam sendo conduzidos à morte ou à tortura do definhamento lento. Como esperado o governo alemão reagiu negativamente.

O tom moderado de Pio XII acompanhou sua manifestação pública contra os regimes totalitários mesmo quando o fez explicitamente sobre a violência

contra os judeus. Zagheni aponta essa discrição de Pio XII ao indicar sua recomendação aos bispos alemães,

A respeito das declarações episcopais, nós deixamos aos pastores locais a função de avaliar se e em que medida o perigo de represálias e de pressões, bem como outras circunstâncias devidas à duração e à psicologia da guerra, aconselhem a discrição, apesar das razões para uma intervenção a fim de evitar males maiores. Esse é um dos motivos pelos quais nós mesmos impusemos limites às nossas declarações (ZAGHENI, 1999, p.322).

O excesso de discrição custará a Pio XII sérios questionamentos de seus contemporâneos e na história posterior à sua vida sobre sua atuação aparentemente insuficiente diante do drama dos judeus oprimidos pelo Estado nazista. O próprio pontífice indicava sua sutileza ao tratar das práticas violentas dos governos totalitários acreditando que isso evitaria o agravamento da violência àqueles que estavam sofrendo, como reação ao seu pronunciamento. Sob o pontificado de Pio XII a diplomacia da Santa Sé, especialmente nos países em que o drama dos perseguidos e exterminados era explícito, as nunciaturas apostólicas atuaram com grande importância na libertação dos judeus. Zagheni indica essa ação da Santa Sé com as seguintes palavras,

Neste período intensificou-se também a ação da Santa Sé junto ao governo alemão para obter a libertação de doentes, velhos, mulheres e crianças e garantir um tratamento humano aos prisioneiros. Essa ação foi, em seguida, praticamente confiada à solicitude dos representantes diplomáticos da Santa Sé. De fato, os representantes pontifícios na Hungria, Romênia, Eslováquia e em outros países tiveram um importante papel na libertação de judeus das mãos dos nazistas, enquanto na Itália casas e instituições religiosas foram amplamente usadas para oferecer a eles um refúgio (ZAGHENI, 1999, p. 323).

O período pós II Guerra Mundial trouxe grandes mudanças nas características das relações sociais, instituições dos Estados e construções culturais que reconfiguraram as sociedades contemporâneas. O papa Pio XII seguiu os passos de Pio XI alimentando a esperança de um retorno à civilização cristã em que a Europa tinha uma certa coerência, como solução para a crise em curso e a consolidação da paz. De fato, o pontificado de Pio XII se desenvolveu sob uma complexidade social que exige um esforço grande para entender o comportamento do pontífice que insistia em uma diplomacia de

cautela diante dos grandes desafios que exigiam uma resposta mais explícita da Igreja.

Pio XII durante o seu pontificado buscou promover a paz pelo diálogo. Mesmo usando discursos pouco explícitos visava evitar um sofrimento maior especialmente aos católicos dos países ditatoriais. Por numerosas vezes apresentou-se como mediador dos conflitos. Zagheni aponta algumas das estratégias de Pio XII na tentativa de combater a guerra,

No conjunto durante a guerra Pio XII orientou sua ação em quatro direções: tentou delimitar o conflito, começando pelas potências ainda não-envolvidas; não perdeu nenhuma oportunidade de evidenciar as condições e os princípios que poderiam inspirar uma volta à paz; ativou todos os instrumentos possíveis, da parte da Igreja, para aliviar as consequências de uma guerra ilimitada; chegou a formular gradualmente uma doutrina bem articulada e capaz de oferecer pontos seguros aos povos e aos indivíduos, tendo em vista a futura reorganização do mundo pós-guerra (ZAGHENI, 1999, p. 319-320).

Embora o pontífice tenha tentado com insistência encontrar um caminho para a paz, não conseguiu evitar a Segunda Guerra Mundial. Além disso a reorganização do mundo pós-guerra passou longe das propostas feitas pelo papa. Na verdade, o mundo ficou polarizado entre duas grandes potências, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que lideraram praticamente todas as nações do planeta; O mundo estava dividido entre o capitalismo e o socialismo. Uma nova modalidade de guerra surgiu, A Guerra Fria. Esse novo quadro foi marcado pela constante busca de expansão do capitalismo e do socialismo que geraram inúmeros conflitos nos países em que esses dois modelos ora se instalavam, ora provocavam um levante revolucionário para derrubar o modelo existente e substituí-lo por seu oposto.

Pio XII encerrou o período da Igreja nas primeiras cinco décadas do século XX. Sua atuação provocou opiniões antagônicas por parte de diversos autores. Destacamos aqui dois que tornam explícitas a polarização nas opiniões sobre a atuação do pontífice. Alberto Giovannetti que expressa uma atitude de defesa do pontificado de Pio XII na questão dos judeus junto ao governo nazista. Já Ernesto Buonaiuti expressa a opinião contrária a essa visão e a partir de Pio XII estende sua crítica à Igreja como uma instituição que se mostrou incapaz naquele momento de entender, dialogar e inserir-se nas transformações da sociedade moderna.

Do ponto de vista religioso Pio XII deixou elementos doutrinários que prepararam o caminho para o Concílio Vaticano II. Ou pelo menos foram retomados em algumas sessões do Concílio. Muitos dos conteúdos de suas encíclicas foram retomados nas reflexões do Concílio.

Pio XII teve um pontificado longo e personalista; o pontífice não era incisivo em seus posicionamentos diante das grandes e graves questões de então. O pontificado de Pio XII entrou em uma fase de lento declínio sem conseguir colocar a Igreja no ritmo dos acontecimentos e não alcançou a nova ordem social, política e econômica. Nesse período a Igreja conheceu uma grande desaceleração de sua atuação no cenário social. A paz pela qual Pio XII se empenhou não aconteceu; o mundo continuou sob a égide de vencedores e vencidos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial uma paz frágil e mais aparente que real fez com que a Igreja de Pacelli não alcançasse a nova ordem mundial. No final do pontificado e da vida de Pio XII, o mundo estava polarizado entre duas grandes realidades ideológicas, econômicas e militares. Estava já consolidado o predomínio dos Estados Unidos da América como grande liderança do bloco capitalista. A Rússia liderava o bloco comunista e daí por diante o medo de uma catástrofe nuclear perpassava a vida social, política e pessoal. A Igreja parecia emudecida diante dessa nova realidade. A estratégia até então usada de invocar maldições sobre a Rússia não foi capaz de deter o avanço do comunismo. O pontífice morreu em Castel Gandolfo em 9 de outubro de 1958, após nove horas de agonia. Seu corpo foi movido para Roma, em São Pedro, e enterrado nas cavernas do Vaticano. Com sua morte, após os ritos fúnebres e sepultamento, a Igreja se preparou para eleger o novo papa.

O conclave que se seguiu à morte de Pio XII foi aparentemente tranquilo dado à rapidez com que os cardeais elegeram um novo papa. Porém o ambiente eclesial era por demais delicado. A Igreja parecia tímida diante do novo quadro mundial, e a iminência de um conflito armado com dimensões planetárias exigia a escolha de um novo líder católico capaz de levar a Igreja a essa nova realidade. Contudo os cardeais não estavam naquele momento dispostos a uma eleição que explicitasse uma ruptura com o pontificado anterior. Era preciso uma transição que lhe permitisse tempo suficiente para manter a situação eclesial interna e externamente. Um tempo sereno sem grandes manifestações nem tão poucas transformações. Por essa razão o conclave estava inclinado a um novo

pontificado de manutenção, marcado por uma curta duração a fim de que lhe permitisse respirar e refletir sobre a nova realidade do mundo. Com isso a Igreja teria tempo para reordenar-se e reassumir seu protagonismo no cenário conflituoso do mundo polarizado. Martin Greschat aponta que no final do pontificado de Pio XII,

O mundo emergiu de um conflito geral extenuante e viveu a divisão em dois blocos ideológicos, militares e econômicos opostos; a guerra fria parecia destinada a não terminar mais. O colégio de cardeais, apesar da presença de algumas personalidades de destaque, considerou a sucessão a Pio XII essencialmente em uma perspectiva subordinada ao seu próprio pontificado. Assim, G. B. Montini não se atreveu a votar porque Pacelli não lhe dera o chapéu do cardeal e nem ousou votar em um candidato que rompeu com o pontificado anterior; acima de tudo, acreditava-se que a situação do mundo e da Igreja era estável - como Pio XII queria acreditar - de acordo com a visão maniqueísta (GRESCHAT, 1995, p. 841- tradução nossa).

Diante do quadro de uma paz frágil e incerta os cardeais iniciaram o conclave já com uma estratégia mais ou menos definida. Eleger um papa idoso para um pontificado breve e sem grandes surpresas. O novo cenário social exigia prudência por parte da Igreja. O cardeal Angelo Giuseppe Roncalli estava entre os mais velhos e possuía um extenso currículo, o que lhe dava grande e real chance de ser eleito. De acordo com Martin Greschat,

Assim, a eleição de um papa idoso e, portanto, de curta duração, sem grandes características pessoais e, portanto, sem hostilidade prejudicial, com um currículo muito longo e composto, conhecido pessoalmente por muitos por sua bondade, parecia a solução mais adequada e prudente, confiando que, entretanto, os problemas se resolveriam por conta própria. A escolha do patriarca de Veneza, com quase oitenta anos, ocorreu neste clima e com esse significado (GRESCHAT, 1995, p. 841 - tradução nossa).

Em um conclave breve e sem grandes hesitações o cardeal Roncalli foi eleito papa e assumiu o nome de João XXIII. O que deveria ser um tempo sereno de repouso eclesial, logo foi impactado com as decisões do novo papa que não somente surpreenderam a Igreja como atraíram os olhares do mundo para a Igreja que até então parecia adormecida e alheia ao mundo. De fato, o Colégio Cardinalício acertou ao eleger o cardeal Roncalli para ocupar um pontificado curto. Quanto a ser esse um período de transição, marcado por um pontificado de manutenção, isso nunca ocorreu no breve tempo do papa João XXIII. Um



papa de transição que surpreendeu com mudanças capazes de transformar as estruturas da Igreja situando-a na modernidade. Martin Greschat, destaca que o pontificado de João XXIII foi de importância capital para a revitalização da Igreja e sua imersão na sociedade moderna. Assim apresenta uma periodização que ajuda na compreensão das transformações estruturais da Igreja Católica em um tempo muito curto. Greschat (1995, p. 842 - tradução nossa) “Os cinquenta e cinco meses do breve pontificado joanino tiveram um desenvolvimento apertado e, acima de tudo, tiveram um impacto relevante na Igreja.” O mesmo autor nos propõe, para a verificação de tal impacto nas estruturas da Igreja, uma periodização do pontificado de Roncalli, em seis períodos com marcas distintas de decisões que explicitam o papa visionário que foi João XXIII, desde a composição do corpo eclesial responsável pelas decisões fundamentais da Igreja como também sua visão para a política externa do Vaticano.

O primeiro período (28 de outubro de 1958 a 25 de janeiro de 1959) compreende os primeiros cem dias, que se tornaram particularmente importantes - de fato decisivos - para o anúncio, feito em São Paulo, fora dos Muros, da decisão de convocar um concílio, pela revelância dada pelo papa com sua própria responsabilidade como bispo de Roma e pela reação da cúria, durante anos de uma condição de funcionamento anômalo. O segundo período (26 de janeiro de 1959 - 31 de janeiro de 1960) se vê a consulta do episcopado católico em vista do novo concílio, a celebração do sínodo romano e o prudente início dos contatos com a URSS, depois de longo período de frio estranhamento e de polêmica ideológica. No terceiro período (1 de fevereiro de 1960 a 2 de dezembro de 1960), se acentua o degelo ideológico e confessional e se dá início à complexa preparação do Vaticano II; isso se conclui com o encontro com G. Fisher, primaz anglicano. O quarto período (3 de dezembro de 1960 - 25 de dezembro de 1961) é caracterizado pelo início formal do concílio, das manifestações de simpatia e do sustento verso à emancipação do Terceiro Mundo e pela publicação da encíclica *Mater et magistra*. O quinto período (26 de dezembro de 1961 - 22 de setembro de 1962) é dominado por tensões durante a instalação do concílio agora iminente, enquanto o sexto período (23 de setembro de 1962 - 3 de junho de 1963) compreende o desenvolvimento da doença, a celebração da primeira fase conciliar, a intervenção para afastar o êxito atômico da crise cubana, seguida pela encíclica *Pacem in terris* e, finalmente, a morte (GRESCHAT, 1995, p. 842 - tradução nossa).

Torna-se assim, bem explícita a nova fase e a nova face que a Igreja de Roncalli assume para apresentar-se ao mundo. Greschat (1995, p. 844) “*D'altronde già il giorno successivo all'elezione aveva messo l'accento su tale qualità parlando con i cardinali Tardini e Tisserant. Anzi aveva loro dichiarato di non intendere di restare prigioniero in Vaticano*”. Quando João XXIII, declara que

não tem a intenção de fazer-se prisioneiro no Vaticano, não se trata apenas de uma formalidade que diferenciaria seu pontificado dos anteriores, mas sua abertura à sociedade moderna. De fato, externava sua convicção de que a Igreja deve dialogar com a cultura, a sociedade, o mundo e ser protagonista do diálogo, incluído nesse diálogo não somente as tradições religiosas não católicas como também os sistemas políticos e econômicos alternativos que do ponto de vista ideológico são incompatíveis com o cristianismo. Isso fica muito claro quando o papa decide cessar as condenações à Rússia, muito presentes nos pontificados predecessores, abrindo a Igreja ao diálogo, ainda que lento com a URSS. Esse descongelamento das conversações entre o Vaticano e o regime comunista sinalizará positivamente na questão de Cuba, cenário de um iminente conflito nuclear mundial. Mas ainda a disposição de João XXIII em aproximar-se da Igreja Anglicana, recebendo no Vaticano o arcebispo primaz da mesma. Um pontífice eleito para a manutenção, rompe o silêncio e estabelece pontes de diálogo. De fato, a Igreja Católica entrava em uma nova realidade interna e externa. Continuamente o papa dizia que a Igreja precisa de um ajustamento ao tempo em que estava inserida.

Ao contrário do seu predecessor, João XXIII recusa um pontificado personalista e logo inicia transformações na própria composição do corpo gerenciador da Igreja. Enquanto Pio XII tinha suspenso as audiências de mesa com os responsáveis dos dicastérios nas quais se tratava dos assuntos específicos pedidos por seus responsáveis, João XXIII logo restabeleceu essa prática dialogal nas questões da Igreja em seus diversos assuntos. O novo pontífice deixou claro que pensava uma Igreja melhor representada. Uma vez que esta encontrava-se em todo o mundo devia ter mais presente essa diversidade nas instâncias de decisões maiores da mesma Igreja. Por isso modificou a composição do colégio cardinalício, aumentando o número e a representatividade de cardeais da Igreja. Com isso o papa pretendia que a Igreja expressasse sua catolicidade também de forma representativa. Isso trouxe uma modificação para a composição do conclave, responsável pela eleição do papa. João XXIII criou cinquenta novos cardeais e incluiu ao colégio cardinalício, japoneses, filipinos e africanos. É possível verificar que para o pontífice a representatividade da Igreja não devia ser somente afetiva, mas também efetiva.

Trazendo para o rol das decisões a diversidade de culturas em que a Igreja atuava.

João XXIII estava convencido da necessidade de atualizar a Igreja, sua linguagem e sua ação para alcançar a realidade da sociedade e do homem contemporâneos. Trazia consigo a firme decisão de fazer isso de modo a envolver toda a Igreja e para tanto voltou todas as forças de seu pontificado para a celebração de um concílio universal ecumênico. A reestruturação realizada pelo pontífice na cúpula da Igreja e sua administração sinaliza uma preparação para o concílio. Martin Greschat nos faz saber que,

O concílio constitui a pedra basilar do pontificado joanino; o papa dedica uma atenção muito especial a ele, tanto em anunciá-lo quanto na especificação de sua fisionomia e objetivos, seja dispondo pessoalmente a preparação e a celebração. Segundo alguns, João XXIII limitou-se a colocar em movimento a máquina do concílio, sem ter consciência das consequências que teria desencadeado, nem prevendo o trabalho da assembléia. Segundo outros, seu empenho para o Concílio foi de tal forma grande que ele quis prever e determinar por antecipação todos os atos. Na realidade, o Papa João escolheu uma data, local e oportunidade significativos para anunciar publicamente sua intenção (GRESCHAT, 1995, p. 845 - tradução nossa).

O Papa João XXIII trazia consigo uma forte convicção da necessidade de dialogar não somente internamente à Igreja, embora isso fosse uma necessidade sob o seu olhar. Mas, tentou convocar a Igreja para dialogar com o mundo da ciência, da cultura, da diversidade, incluindo aqui a diversidade religiosa. Um episódio inesperadamente surpreendente foi a reação contrária de muitos cardeais e sua explícita tentativa de abortar tanto as modificações nas estruturas no comando eclesial e especialmente em relação ao concílio. Dado não ser comum na prática interna da Igreja o colégio cardinalício reagir explicitamente como força contrária a um ato formal do papa e ainda mais de vulto tão significativo. Giuseppe Alberigo acena que,

Mas era ainda inacreditável ao interno da Igreja Católica diante de um ato de responsabilidade tão solene no qual o papa empenhava a própria autoridade e o prestígio do pontificado, se manifestasse um dissenso assim tão grande e elevado tanto mais da massa dos fiéis e com elas milhões de outros não cristãos perceberam a importância vivificante da decisão do papa (ALBERIGO, 1995, p. 846. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

O pontífice não via a diversidade religiosa como um impedimento para a convivência pacífica das religiões. É possível verificar a partir de seus discursos que pensava a religião como capaz e responsável do diálogo. Convocar um concílio ecumênico em meio à polarização política, militar, econômica e ideológica, preanunciava a clareza do papa para a necessidade de convergir para a unidade sem descaracterizar a diversidade. De acordo com Giuseppe Alberigo,

É também verdadeiro que o anúncio tonteou a mesma opinião pública, condicionada a considerar que o clima de contraposição entre os dois blocos das potências hegemônicas quer dos Estados Unidos e da URSS pudesse consentir só atos subordinados a tal lógica e não estranhos a essa como se apresentava à primeira vista o anúncio de um concílio (ALBERIGO, 1995, p.846. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

Isso nos permite perceber em João XXIII, um homem do seu tempo e capaz de decisões que atualizassem a práxis evangelizadora da Igreja. Tome-se como exemplo a convocação do Concílio Vaticano II, que foi uma decisão pessoal do papa, sem consulta aos cardeais. Ao verificar a data escolhida pelo pontífice para anunciar sua decisão pessoal de convocar um concílio, encerramento da semana de oração pela unidade dos cristãos. Percebe-se a força que o próprio papa atribuía a essa ação eclesial que marcou radicalmente um salto da Igreja na concepção de si mesma, sua missão e atuação no mundo contemporâneo. A isso nos chama atenção Giuseppe Alberigo relatando que,

Na realidade, o papa João escolheu uma data, local e ocasião significativas para anunciar publicamente sua intenção. Ele decidiu que isso aconteceria em 25 de janeiro, um dia solene de conclusão da semana de orações pela unidade. O local escolhido foi a basílica de São Paulo fora dos muros, um lugar considerado pela antiguidade cristã e dedicado ao apóstolo dos gentes, que João amou associar habitualmente a Pedro, segundo um costume antigo. Finalmente, a ocasião em fim, era constituída pela decisão de que o papa e os cardeais presentes em Roma interviessem em uma oração pública pelos cristãos chineses. Nesse contexto, o papa enfatizou, antes de tudo, que o papa tinha iniciado somente uma perspectiva do bem das almas e uma correspondência bem clara e definida de um novo pontificado com espiritual exigência do momento presente. E formulava por consequência com humilde resolução o anúncio de um sínodo diocesano para Roma e de um concílio ecumênico para a Igreja universal, e devia seguir a atualização do Código de Direito Canônico (DMC,I, 575-578). (ALBERIGO, 1995, p.846. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

Enquanto Pio XII não foi explícito em suas manifestações de denúncia aos totalitarismos, mantendo um discurso prudente com o intuito de não agravar a violência com que os Estados totalitários agiam, especialmente contra os civis; os textos de Alberigo (1995), apontam que o Papa João XXIII, manifestou logo um interesse pela paz agindo de modo mais explícito e disposto ao diálogo sem privilegiar um dos blocos em que o mundo estava dividido. Aqui é possível verificar uma visão que não privilegiava nenhum dos lados que caracterizavam uma forma de poder, de economia e de sociedade. A ideia de reafirmar o capitalismo em detrimento do bloco socialista não parece presente na perspectiva de João XXIII. Estava mais preocupado com o cenário mundial que simplesmente com as questões internas da Itália que afetavam diretamente interesses da Igreja. A ideia da paz estava sempre presente em seu pontificado e de fato atuou junto aos líderes das duas potências que controlavam, cada uma por sua vez, os blocos em que o mundo estava polarizado. Essa atuação do pontífice junto aos líderes mundiais revela seu pensamento sobre a Igreja. Para ele não tinha a Igreja apenas a responsabilidade de manutenção das coisas ou mesmo não lhe parecia ser próprio da Igreja ser um depósito da história; ao contrário devia protagonizar na sociedade, contribuir, atuar para o bem comum e o estabelecimento da paz. Alberigo assim descreve essa convicção de João XXIII,

Em vez das intervenções políticas, muitas vezes ditadas pelas circunstâncias internas italianas, João mostra maior interesse nos vários aspectos do problema da paz que, mesmo com sua contribuição, entrarão em uma nova fase naqueles anos. Em várias ocasiões, ele insiste na justa aspiração dos homens à paz. Deste ponto de vista, seu horizonte político se torna mundial, mesmo sob o estímulo da realização premente da independência de todo o continente africano. O papa está bem convencido de que a igreja não é um museu de arqueologia, mas é viva, incansável, animadora; e avança, geralmente através de formas inesperadas (ALBERIGO, 1995, p. 848 - 849. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

João XXIII foi um homem atento aos sofrimentos da humanidade, seu espírito estava voltado para a humanidade e travou forte empenho contra a guerra e todo o sofrimento dela decorrente. A paz tornou-se um propósito em todo o seu curto pontificado. A paz mundial era uma constante em seus pensamentos, reflexões e ações. O pontífice propõe uma Igreja construtora da paz mediante o diálogo e não pensava Roma como os seus limites. O mundo

era o ambiente da Igreja, da fé e do Evangelho. É possível verificar que o papa estava convencido do diálogo como meio para a construção da paz; para tanto o pontífice lança a Igreja à experiência de alargar sua reflexão bíblica e teológica. A aproximação de Igrejas não romanas e não católicas marca a intenção de João XXIII no sentido de abrir a Igreja Católica Romana ao mundo novo com suas diversidades também religiosas. Ao contrário dos seus predecessores, o papa não se ocupou de reafirmar a superioridade da Igreja católica em relação às outras. Reconhece ao contrário, que não somente na Igreja católica está a autenticidade evangélica. É um salto na reflexão e na práxis da Igreja; a partir de João XXIII o catolicismo romano assume um novo rosto e abre-se à convivência e diálogo com as diferenças em um mundo heterogêneo marcado por grande diversidade. Alberigo explicita essa nova atitude da Igreja no pontificado de João XXIII apontando que,

Um ponto de virada que teve uma compreensão teológica transparente: o reconhecimento da existência de elementos de autenticidade evangélica mesmo fora da Igreja Católica Romana. A aprovação da iniciativa de Bea é consolidada quando o ato de 4 de junho de 1960, que estabelece as comissões preparatórias do concílio, inclui, além de nove comissões paralelas ao mesmo número de congregações curiais, também o Secretariado da Unidade dos Cristãos. O crescente papel do jesuíta Agostino Bea, expoente do movimento católico de renovação exegética, provavelmente induziu alguns círculos romanos a abrir uma violenta controvérsia com o Pontifício Instituto Bíblico, cujo cinquentenário da instituição foi comemorado no início de 1960. A controvérsia surgiu em continuidade com a Encíclica *Humani Generis* de Pio XII, dando um significado restritivo a outra encíclica do mesmo pontífice na pesquisa exegética: *Divina Afflante Spiritu*. Pretendemos desconsiderar a evolução dos estudos bíblicos, evocando o fantasma do modernismo, com o resultado de dificultar os contatos com o mundo protestante e lançando as bases para uma decisão conciliar no mesmo sentido. (ALBERIGO, 1995, p. 850. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

O espírito de renovação da Igreja que movia João XXIII com certeza não transitou com tranquilidade em todos os seus seguimentos. Não faltaram oposições que afetavam mesmo o desenvolvimento do concílio. Acerca dessa realidade adversa à direção que o Papa João XXIII dava ao Concílio, Teixeira assinala que,

Nem todos, porém, compartilhavam do mesmo sonho. Havia na Cúria Romana uma “alergia institucional” e uma resistência significativa à proposta e aos caminhos do Concílio. Pesava igualmente em certos ambientes acadêmicos de Roma uma situação de dificuldade e

suspeição, fruto do clima de ensura da *Humani generis* (Pio XII, 1950) ainda reinante. Todos os 72 esquemas preparatórios do Concílio traduziam o estrito controle da Cúria Romana e da teologia romana, já que haviam sido elaborados pelos peritos e teólogos dos dicastérios e universidade das condenações anteriores. A sequência da dinâmica conciliar rompe com essa tendência, apesar da resistência permanente da minoria conciliar, e instaura um novo clima: abre espaço para a voz teológica anteriormente reprimida e acolhe o vigor pastoral dos bispos vindos a Roma, muitos dos quais manifestavam perspectivas distintas dos caminhos curiais (TEIXEIRA, 2004, p. 274).

Se de um lado havia toda uma mobilização católica para a revisão e renovação da exegese bíblica, de outro havia a forte resistência da Comissão Bíblica, presidida pelo cardeal Tisserant, que trabalhava internamente no sentido de apoiar os movimentos de resistência a uma exegese mais aberta da sagrada escritura. Esse episódio teve tão grande ressonância que provocou uma intervenção direta do papa, que agiu com uma autoridade pouco comum em seu pontificado. O pontífice prontamente ameaçou a dissolução da Comissão Bíblica e seu reordenamento caso o assunto não fosse encerrado. O papa então, exige que a Comissão trabalhe no sentido de apoiar a renovação que se esperava nascer do concílio. Sobre isso Alberigo acena que,

O papa queria que os vários órgãos da Santa Sé participassem da preparação do concílio, de acordo com a abordagem que ele sugeriu. Em vez disso, a comissão bíblica, presidida pelo cardeal Tisserant, estava endossando atos de desagrado em relação aos exegetas abertos, causando perplexidade em um dos movimentos mais ricos da Igreja, o bíblico, chamado a dar uma contribuição importante à renovação conciliar. João XXIII foi, portanto, forçado a fazer uma intervenção severa, documentada por uma carta ao próprio Tisserant, datável da primeira metade de 1962. A conexão foi alcançada através do perfil de uma dissolução, escrevendo: "Ou a comissão bíblica aceita mover e trabalhar aderindo às orientações do santo padre na preparação do concílio, adequadas às necessidades da hora presente; ou vale a pena dissolver a comissão e a sua autoridade para uma nova reconstituição desse corpo. Mas é absolutamente necessário remover a impressão sobre as incertezas que circulam aqui e ali, e não honram a ninguém, os medos sobre uma posição clara que deve ser tomada sobre os endereços de pessoas ou escolas ... Seria uma questão de grande consolo se com a preparação do um concílio ecumênico poderia ter sucesso em uma comissão bíblica de ressonância e dignidade que se tornaria um ponto de chamada e respeito por todos os nossos irmãos separados que, abandonando a Igreja Católica, se refugiaram como fuga e salvação sob as sombras do Livro Sagrado, de várias maneiras lido e interpretado " (Zizola, *L'utopia ...*,39). (Alberigo, 1995. p. 850 - 851. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

A abertura de Joao XXIII promoveu a iniciativa de tradições não católicas e mesmo não cristãs de aproximação da Igreja Católica Romana. Os crentes não cristãos e os não católicos viram nas atitudes do pontífice a oportunidade para o início do diálogo a séculos silenciado e impossibilitado. Uma determinação do papa que parecia sem grande importância revela sua perspectiva de valorização do mundo não católico ou de tradição religiosa não cristã. João XXIII determinou que fosse retirado do rito da sexta-feira santa a expressão “traíçoeiro”, aplicado ao povo judeu.

Até representantes do mundo judaico compreenderam as novas perspectivas abertas pelo papa Roncalli, já que na ocasião da Semana Santa de 1959 ele havia abandonado o uso de "perverso" aplicado aos judeus nas intercessões da Sexta-Feira Santa. Em junho de 1960, o expoente judeu Jules Isaac foi recebido em audiência, a quem o papa convidou para fazer contato com o cardeal Bea; quando, em 25 de julho, foram aprovados os novos diretórios do breviário e do missal, constatou-se que o "*pro perfidis Iudaeis*" foi definitivamente eliminado; Finalmente, em 18 de setembro, Bea foi oficialmente encarregado de revisar as relações da Igreja com os judeus (ALBERIGO, 1995. P.851. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

A década de 1950 chegou ao seu final com um evento de grande importância para a nova perspectiva de abertura que João XXIII propunha à Igreja. Não somente assumia para a Igreja o ecumenismo de modo mais explícito e com uma postura de ir ao encontro dos outros que eram respeitados em suas convicções religiosas, mas ainda admitia a possibilidade de convivência com a diversidade, assumindo-a como realidade possível ao diálogo e recusando atos condenatórios. Na perspectiva de Teixeira,

Ao sinalizar a visão mais geral do Concílio sobre “o tema das religiões”, e antes de entrar na análise um pouco mais detalhada de alguns documentos, há que sublinhar que o internto geral do Vaticano II foi pastoral, traduzindo uma visão mais aberta sobre o mundo e mais otimista com respeito à dinâmica de salvação. Sob esta sintonia pastoral, a preocupação do Concílio não era tanto doutrinal, mas mais de mudança de perspectiva com respeito às religiões, no sentido de uma “recíproca compreensão, estima, diálogo e cooperação”. Pela primeira vez na história dos concílios verificou-se uma perspectiva positiva da Igreja católica romana com respeito às religiões, ainda que os procedimentos adotados estivessem resguardados por grande cautela (TEIXEIRA, 2004, p. 277).

É possível verificar que o pontífice ao mesmo tempo em que reafirmava sua convicção católica, entendia que não somente nela os elementos da verdade



revelada em Jesus Cristo estavam presentes. Assumia os que saíram da comunhão da Igreja Romana como irmãos, pondo fim à velha concepção de que os mesmos fossem rebeldes e inimigos da “Santa Igreja”. Prefere vê-los como irmãos que estão fora da Igreja, mas não da verdade do Evangelho. Isso é de tamanha grandeza que continua sendo um desafio aos católicos em nossos dias. Esse é um sinal de que a Igreja entrava em uma nova modalidade de olhar para si e para a alteridade religiosa e que assumia o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Alberigo verifica a dimensão ecumênica e abertura à diversidade em João XXIII ao expor que,

1960 terminou com um evento de significância ecumênica, resultado do intenso trabalho realizado pelo Secretariado da Unidade (e, embrionário, já antes, pela Conferência Católica para questões ecumênicas) no novo clima de pesquisa de elementos comuns. o da exaltação da diversidade. De fato, em 2 de dezembro, João XXIII recebe a visita do primaz da comunhão anglicana, Geoffrey Francis Fisher, arcebispo de Canterbury. O encontro, na sua simplicidade e na ausência de conteúdos de particular interesse, marca a inversão da temporada de hostilidade e inaugura a de convergências. Também mostra que o pontificado joanino não é apenas sensível aos ortodoxos orientais, mas também ao universo cristão, nascido ou influenciado pela Reforma Protestante. (ALBERIGO, 1995, p. 851. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

É possível verificar que João XXIII pretendia valorizar as populações nativas e sua cultura. Isso diminuiria o controle da Igreja europeia sobre as demais realidades eclesiais. Um passo significativo no sentido de compreender a diversidade cultural presente nas sociedades modernas. O pontífice insere a Igreja no processo de independência do continente africano. Uma decisão histórica do ponto de vista da política externa do Vaticano, pois ao escolher dentre o clero nativo padres eleitos ao episcopado, o papa neutralizava a ação de alguns missionários cuja prática evangelizadora coadunava com o domínio das nações imperialistas. Com isso João XXIII colocava a Santa Sé na linha contrária aos interesses dos colonizadores e alinhava a Igreja com as nações colonizadas. O predomínio da cultura europeia nessa perspectiva, foi sendo fragilizado. Uma mudança significativa na mentalidade do magistério católico, um salto no sentido de dialogar com a diversidade cultural e o surpreendente reconhecimento da legitimidade das culturas não europeias.

A atitude de simpatia explícita da Santa Sé pela transição para delegar independência ao nascimento de qualquer solidariedade desse tipo facilita de fato a transição da igreja missionária, dirigida pelo clero europeu, para as igrejas indígenas, confiadas aos pastores nativos das mesmas terras. Em novembro de 1959, a hierarquia indígena foi criada no Congo e Burundi; posteriormente, em 8 de maio de 1960, ele pessoalmente consagrou bispos do terceiro mundo; em 5 de junho de 1960, enviou uma mensagem aos africanos, que renovou em 5 de novembro de 1961; No início de 1961, a hierarquia indígena foi criada também no Vietnã, Coréia e Indonésia. Assim começou um processo de imenso alcance, não apenas para a presença católica no continente africano, mas também para a deseuropeização e descentralização do catolicismo latino. Foi a mesma concepção da igreja que evoluiu, com os católicos da América Latina. (ALBERIGO, 1995, p. 852. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

O pontificado de João XXIII reconfigura o cenário interno da Igreja e sua relação com o mundo externo. Atento aos novos tempos, a hora atual, como costumava referir-se. O papa insistia em adequar a Igreja à nova realidade social. Isso pode ser apontado em sua decisão de incluir no cenário das decisões da Igreja clérigos não europeus. Inclusive o pontífice vai substituindo a prática de condenação pelo diálogo interno e externo. Considere-se a diminuição das intervenções do Santo Ofício nas Igrejas particulares, um marco absolutamente diferente nos pontificados anteriores cuja centralização de controle sobre as diversas dioceses estava rigidamente centralizada e exercida pela Cúria Romana. Essa despolarização que o papa vai concretizando na Igreja aponta para a possibilidade de diálogo e convivência pacífica com as diferenças. Importa considerar que nesse período histórico, a polarização do mundo entre dois blocos, capitalistas e comunistas é uma realidade, naquele momento incontornável. A necessidade de convivência era pauta primordial a fim de se evitar uma tragédia planetária. Nesse clima e nesse ambiente João XXIII insiste no diálogo e, segundo o pontífice, devia a Igreja demonstrar a viabilidade de diferentes conviverem. Isso pode ser verificado a partir da encíclica *Mater et Magistra*, na qual o papa introduz consideráveis mudanças na compreensão da doutrina social da Igreja. Contrariando a estrutura tradicional da doutrina social da Igreja, o papa parte não de suposições abstratas para tratar das questões sociais, mas segue a partir dos problemas concretos de seu tempo, da realidade do momento. Ainda nesse mesmo documento o papa serve-se de termos até então estranhos às manifestações pontifícias. ALBERIGO (1995, p. 853)“ *l’enciclica ha come punto di maggior interesse l’uso senza riserve del termine*

*“socializzazione”, di cui analizza ... l’incidenza come fenomeno di massa”.*<sup>13</sup>

Enquanto o mundo se dividia e se isolava, fenômeno ilustrado pelo Muro de Berlim, o pontificado de João XXIII aponta a proximidade e o diálogo como construtores da paz. Esse ajustamento o papa estava propondo e realizando na Igreja. Nesse sentido é possível verificar um protagonismo da Igreja Católica na perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João XXIII dialoga com o mundo e o convida a dialogar. Dialoga com a diversidade cultural, religiosa, política e ideológica. O papa tem uma forte consciência de sua autoridade religiosa, mas não desconhece a necessidade de influenciar politicamente no sentido de colaborar para que a paz sobreviva aos conflitos. Alberigo reporta que,

Não é por acaso que o Papa João dedica uma longa e importante meditação em agosto "sobre a prudência do papa e dos bispos, na qual ele se concentra na delicada relação entre sutileza espiritual e ação política. Segundo João, que transcreve Rosmini", a sublime tarefa , santa e divina do papa para toda a igreja e dos bispos para a diocese de cada um, é pregar o evangelho, levar os homens à salvação eterna, com o cuidado de garantir que nenhum outro assunto terreno impeça, dificulte ou perturbe esse primeiro ministério. .... acima de todas as opiniões e partes que agitam e atormentam a sociedade e toda a humanidade, é o evangelho que surge " (Giornale, 13 agosto 1961) (ALBERIGO, 1995, p. 852. *Apud* GRESCHAT, 1995, tradução nossa).

O grande feito do Papa João XXIII foi a convocação e realização de um Concílio ecumênico. Ainda que outros pontífices que lhe foram anteriores tivessem se pronunciado sobre a realização de um concílio, esses pretendiam tão somente concluir o Concílio Vaticano I. João XXIII ao contrário chama a Igreja a um concílio de grandes proporções, grandes consequências e históricas mudanças nos paradigmas do catolicismo romano. Desde a convocação para o Concílio o papa enfrentou grandes resistências internas, especialmente da cúria romana. Havia um boicote cuja intenção era retardar ao máximo a realização do concílio. Por fim, as ações de abertura do papa ao mundo, à cultura e às diferenças religiosas inquietavam parte do episcopado e do colégio cardinalício.

O papa decidiu concluir a etapa de preparação para o Concílio, enviando aos bispos e ao clero de todo mundo uma carta com a determinação do início do

---

<sup>13</sup> A encíclica tem como ponto de interesse o uso não reservado do termo "socialização", do qual analisa ... a incidência como fenômeno de massa. Tradução nossa.

concílio. Estava claro ao pontífice que começa um novo tempo para a Igreja. (*lettere*, n. 175). Essa determinação do papa estabelecendo a data de início do Concílio foi importante, pois havia mesmo quem não acreditava em sua realização, muito menos no pontificado de João XXIII. A iminência da realização do Concílio acirrou as reações contrárias, as tentativas de dar ao Concílio uma direção diferente daquela que o papa pretendia. Um dos meios então buscados foi manter o controle do Concílio com o episcopado europeu, especialmente italiano e espanhol. Isso porque o papa havia convocado os bispos a participarem efetivamente do Concílio. Exortando-os a não se limitarem a votar os documentos, mas queria a participação ativa de todos, de modo colegial. Essa intenção do papa foi muito criticada por parte do episcopado europeu contrário às reformas propostas pelo pontífice. Alberigo acena o esforço do papa no sentido de uma participação efetiva do episcopado mundial a fim de que o Concílio não se tornasse a voz de apenas uma parte da Igreja,

Na Páscoa, o Papa João se dirige a todos os bispos católicos para solicitar o logotipo para participação ativa no conselho (cartas, n. 181). A carta quebrou a confidencialidade quase absoluta em torno do trabalho preparatório, afirmando inequivocamente que, segundo o papa, o Concílio tinha uma responsabilidade inalienável, que os bispos deveriam exercer plenamente e de forma colegiada, sem se limitar à aprovação passiva dos textos preparados pelas comissões preparatórias, como muitos esperavam. Os ambientes que acreditavam poder controlar, através da preparação, o Vaticano II reagiram duramente a essas iniciativas papais para criar uma atmosfera de envolvimento ativo dos vários componentes eclesiais e, acima de tudo, do episcopado. Um tópico aparentemente marginal, mas realmente crucial, é o idioma em que o trabalho do Conselho ocorrerá. Em várias ocasiões, o aparato de preparação havia afirmado com intransigência a inalienabilidade do latim; era impossível esconder que isso criaria uma forte vantagem para os bispos da cúria ou perto dela (italiano, espanhol), enquanto colocaria outros, e especialmente os não europeus, em condições de inferioridade. A publicação, em 22 de fevereiro de 1962, da carta apostólica *Veterum Sapientia*, dedicada a um elogio intransigente da língua latina como a língua da igreja, que os bispos mais fechados da cúria conseguiram obter do papa era, portanto, muito desconcertante. Na mesma linha, está o alerta contra o paleontólogo jesuíta Teilhard de Chardin, publicado pelo Santo Ofício no início de julho. Foi um ato hostil contra muitos teólogos transalpinos - começando por H. de Lubac - que sempre apoiaram toda a ortodoxia jesuíta. o santo ofício reafirmou sua autoridade "suprema" e, simetricamente, o crédito dos propósitos de renovação do papa aos episcopados estava sendo minado (*Giornale*, 13 agosto 1961) (ALBERIGO, 1995, p. 855 - 856. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

João XXIII soube assimilar as reações contrárias às suas intenções com relação à Igreja, de modo que não se deixou abalar por essa tentativa de inibir os resultados do Concílio. Para resolver a problemática levantada, serviu-se de um recurso eclesiástico denominado *motu próprio*. Por meio desse o pontífice fecha questão sobre as determinações acerca das atividades conciliares. O papa reafirma sua autoridade de idealizador e presidente do Concílio, sem a intenção de transferir a outrem essa responsabilidade. João XXIII era bem consciente de oposição existente em relação ao Concílio, por isso usa como estratégia a participação efetiva do episcopado mundial no Concílio. Com isso inibiria o controle sobre o Concílio, pretendido pela cúria romana. Segundo Alberigo o papa deixa claro seu apelo e sua intenção em relação ao Concílio na alocução radiofônica que foi ao ar trinta dias antes da abertura do Concílio, nesses termos,

Estamos, portanto, com a graça de Deus, no ponto certo. As palavras proféticas de Jesus [...] encorajam as boas e generosas disposições dos homens, especialmente em algumas horas históricas da Igreja, abertas a um novo momento de elevação em direção aos picos mais altos ". Assim, é formulado em uma ocasião solene em um julgamento magisterial global que constitui o pano de fundo de todo o pontificado e, ainda mais, de uma nova fase na vida da Igreja. Toda a mensagem é dominada por um motivo cristológico recorrente na teologia de Roncalli: a luz de Cristo como luz da Igreja e luz dos povos. Essa abordagem, portanto, forneceu uma perspectiva precisa para as obras conciliares, precisamente na medida em que não colocou a Igreja e o Papa em seu centro. Seguindo para a Igreja, João sublinhou sua vitalidade, que deveria ser expressa em "apresentar, diante de seus filhos, os tesouros da fé iluminadora e da graça santificadora" indicados pelo próprio Cristo e, juntos, colocar-se a serviço do homem, de sua dignidade e sua vocação cristã. A parte central da alocução foi, portanto, dedicada a uma revisão dos grandes problemas da humanidade contemporânea, que culminaram na reafirmação da paz, não apenas como a ausência de conflitos armados, mas como coexistência fraterna (ALBERIGO, 1995, p.857. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

João XXIII inaugurou na Igreja uma nova fase que se diferenciava dos séculos anteriores. Ao contrário de uma política de condenação e uma percepção de inimizade às diferenças religiosas até então vistas como ameaça à santa doutrina, o pontífice entendeu que o melhor caminho é o diálogo, é não ter medo de aproximar-se das diferenças, mas abrir-se a conhecê-las e deixar-se conhecer. Foi iniciativa sua que líderes de tradição religiosa não católica participassem do Concílio como observadores. Esse foi um grande passo para o diálogo ecumênico e inter-religioso, tema que essa pesquisa desenvolve.

Segundo a opinião de Alberigo (1995), o papa insistiu que o Concílio não se prendesse a um aspecto da doutrina, mas que estivesse aberto a buscar uma nova ação pastoral que desse à Igreja a capacidade de falar aos homens do tempo presente. Propunha que a Igreja não se acomodasse à condição de guardiã da doutrina, mas sem abandonar essa missão fosse dinamizadora da verdade, do diálogo. Que não ficasse presa ao passado, mas que não temesse o futuro e olhando para ele realizasse sua primordial missão, anunciar o evangelho. Alberigo apresenta essa percepção do papa na alocução do pontífice para os inícios dos trabalhos conciliares,

A parte central da alocução foi, portanto, dedicada a uma revisão dos grandes problemas da humanidade contemporânea, que culminaram na reafirmação da paz, não apenas como ausência de conflitos armados, mas como convivência fraterna [...] em um contexto alegremente solene, Rodeado por mais de dois mil bispos e sob os olhos de grande parte da humanidade, o Papa João afirma que, por dois mil anos, o grande desafio que o mundo enfrenta ainda é Cristo, com relação ao qual os homens são chamados a se posicionar. A Igreja propõe agora "com atualizações apropriadas e com a organização sábia de boa colaboração para garantir que homens, famílias e povos raramente voltem seus espíritos para as coisas celestiais". (GME, 299 – 305) (ALBERIGO, 1995, p. 857- 859. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

O pontífice era movido por sua fé na revelação cristã e estava convencido na bondade dos homens, que segundo ele tornava possível a paz, que se traduzia na convivência fraterna. Essa convivência fraterna exige a aceitação da alteridade em todas as suas dimensões: religiosa, social, cultural e ideológica. O pontífice pensava a Igreja como uma realidade de amor em ação para todo o mundo, não devendo, pois, limitar-se a agir em favor dos católicos, mas era preciso ir além deles sem preteri-los. Outro gesto inusitado no pontificado de João XXIII, foi a convocação que fez à Igreja para ter um olhar especialmente para os pobres e com os pobres. Esse desejo de uma Igreja aberta ao mundo e presente no meio dos pobres, além de ter sido uma marca incorrigível do papa, voltará ao cenário do Concílio Vaticano II. A grande força do papa João XXIII não se demonstrou com feitos extraordinários, mas na força de sua palavra marcada de forte convicção e autêntico amor à humanidade, ao Cristo e à Igreja. A clara convicção do pontífice de que a Igreja não deve negligenciar a realidade do homem e do tempo em que está situada, aproximando-se das realidades

humanas concretas despertou em muitos bispos um verdadeiro desejo de dar ao Concílio o rosto pedido pelo papa. Para tanto o pontífice aconselhou a Igreja a despir-se de sua suposta e imaginada perfeição, não envergonhar-se de suas contingências concretas e temporais. Essa consciência a levaria para mais perto dos homens concretos e suas realidades igualmente concretas. Alberigo relata essa guinada na atitude dos bispos em assumir o concílio como um trabalho de colegiado apontando que,

O Papa João não consumiu ou talvez até implicou atos sensacionais de espoliação, mas ele iniciou toda a igreja em um caminho de conscientização de seus limites, fazendo-a emergir do mito da onipotência. Vários bispos estavam cientes disso e, alguns dias depois, vindo a Roma para o concílio, eles se encontraram espontaneamente em um grupo de trabalho informal, que foi diretamente inspirado pela passagem da alocução papal. Mais uma vez uma palavra capaz de despertar fatos. Muitos bispos, que receberam o primeiro grupo de preparadores do esquema para o trabalho conciliar nessas semanas, reagem a essa mensagem com intensa consciência, na medida em que compreendem claramente que o papa realmente confia ao concílio e, portanto, a eles. , um espaço e uma tarefa de renovação e união (ALBERIGO, 1995. p.857. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

O pontificado de João XXIII marcou uma nova fase na vida e na história da Igreja católica. O pontífice deixou para a Igreja a marca de uma extraordinária sensibilidade para a causa da humanidade, disposição para o diálogo e capacidade de olhar para o futuro e não prender-se ao passado; sua aceitação da alteridade e da diversidade característica da sociedade contemporânea e sua incansável busca da paz. Sem dúvida o grande legado de João XXIII para toda a catolicidade ocidental foi o Concílio Vaticano II, maior evento católico do século XX, um verdadeiro divisor de águas na vida da Igreja nos últimos séculos. Alberigo acena que,

Além de tudo isso, o papa pretende, acima de tudo, situar o concílio, no início do trabalho, na perspectiva histórica geral em relação à qual ele o convocou. Assim, ele insiste em rejeitar avaliações essencialmente negativas do presente e nostalgia do passado. Sua linguagem se faz tomada de autoridade solene ao afirmar "ter que discordar desses profetas do infortúnio. (GME, 384-389). (ALBERIGO, 1995. p.857. *Apud* GRESCHAT, 1995, tradução nossa).

A surpreendente reviravolta de um pontificado eleito para ser transitório e mantenedor das estruturas. Ao contrário de todas as expectativas foi o mais inovador e reformador papa da Igreja católica no século XX. Alberigo diz que,

Certamente a imagem de um pontificado monolítico não é adequada a João XXIII, não porque seja equilibrada entre orientações contraditórias, mas porque teve um curso humano, com a renúncia a tudo o que "provou mistério e terror circunspecto de Jesus na "simplicidade mais atraente, não separada da previsão dos sábios e dos santos" (giornale, 13 agosto 1961). (ALBERIGO, 1995. p. 857. *Apud* GRESCHAT, 1995 - tradução nossa).

Na tradição católica o dia de Pentecostes assinala o momento em que a Igreja assume a vida pública e sai da clausura silenciosa do medo e enfrenta a realidade que a aguarda. Superando o medo libera-se do saudosismo do passado e enfrenta o futuro. Foi precisamente no dia de Pentecostes que o papa João XXIII morreu. Um novo tempo começa para a Igreja; um mundo novo e heterogêneo estava à sua frente. O pontífice deu os passos necessários para que a jornada não mais parasse.

Encerramos aqui a proposta de uma perspectiva das primeiras cinco décadas do século XX como grande cenário de um processo que culminou no Concílio Vaticano II, que no entendimento dessa pesquisa é a plataforma segundo a qual, o diálogo inter-religioso encontrou as bases até concretizar-se nos pontificados de João Paulo II e Francisco. A partir daqui a pesquisa dedicar-se-á ao Concílio Vaticano II, grande legado de João XXIII para a Igreja, mas também a síntese de um processo lento de compreensão e aceitação dos novos cenários sociais, políticos e econômicos. Pretende demonstrar, que o Concílio é o resultado dessas cinco primeiras décadas que a Igreja percorreu ao longo do século XX. Um processo de atualização e consolidação de compreensão do diálogo como construtor da paz. Pretende-se demonstrar que passo a passo o magistério católico foi transitando da percepção ideal de mundo e sociedade à percepção real e concreta tanto da sociedade quanto do homem. Um caminho de idas e vindas que maturou na convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, com sua maior expressão nos pontificados de Joao Paulo II e Francisco.



## **2 A IGREJA CATÓLICA AJUSTANDO OS PASSOS COM O SÉCULO XX**

O capítulo segundo está subdividido em dois temas. O primeiro intitulado O Vaticano II: um novo olhar da Igreja sobre si e sobre o mundo. Nele destaca-se dois pontificados, João XXIII e Paulo VI. O primeiro convocou o concílio, fez sua abertura e iniciou os trabalhos. O segundo estruturou os trabalhos conciliares e o concluiu. Nesse capítulo aborda-se a mudança de paradigmas da Igreja no que se refere ao trato com a sociedade, as novas estruturas sociais, políticas e econômicas. Inclui-se aqui as novas perspectivas da Igreja diante das culturas não católicas e não cristãs. O segundo tema denominado O Concílio e o Diálogo Ecumênico e Inter-religioso: novos caminhos, reflete a nova perspectiva da Igreja no seu relacionamento com os cristãos não católicos e as tradições religiosas não cristãs. Aponta-se o esforço conciliar no sentido de reconstruir sua reflexão sobre a possibilidade da salvação em Cristo para os não cristãos. Nesse item dialoga-se com os principais documentos conciliares sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso. Desenvolve-se nesse capítulo o pensamento sobre o Concílio Vaticano II, como um marco decisivo para a Igreja Católica no século XX, para seu ingresso na modernidade e abertura ao diálogo com as diversidades religiosas. Inclui-se ainda os passos dados pela Igreja desde o Vaticano II, tanto *ad intra* quanto *ad extra* que funcionaram, ora como acelerador do processo de construção do diálogo inter-religioso, ora como retardador do mesmo processo.

### **2.1 O Vaticano II: um novo olhar da Igreja sobre si e sobre o mundo**

Iniciamos a reflexão sobre o Concílio Vaticano II, transcrevendo trechos do discurso de abertura do Concílio, proferido pelo Papa João XXIII, idealizador do mesmo, cuja finalidade era fazer uma adequação da Igreja aos novos tempos e possibilitar seu diálogo com a nova realidade sociocultural.

“Na verdade, com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja cons Neguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais. No exercício cotidiano do nosso ministério pastoral ferem nossos ouvidos sugestões de almas, ardorosas sem dúvida no zelo, mas não dotadas de grande sentido de discrição

e moderação. Nos tempos atuais, elas não vêm senão prevaricações e ruínas; vão repetindo que a nossa época, em comparação com as passadas, foi piorando; e portam-se como quem nada aprendeu da história, que é também mestra da vida, e como se no tempo dos Concílios Ecumênicos precedentes tudo fosse triunfo completo da idéia e da vida cristã, e da justa liberdade religiosa. Mas parece-nos que devemos discordar desses profetas da desventura, que anunciam acontecimentos sempre infaustos, como se estivesse iminente o fim do mundo.

No presente momento histórico, a Providência está-nos levando para uma nova ordem de relações humanas, que, por obra dos homens e o mais das vezes para além do que eles esperam, se dirigem para o cumprimento de desígnios superiores e inesperados; e tudo, mesmo as adversidades humanas, dispõe para o bem maior da Igreja. O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz. Essa doutrina abarca o homem inteiro, composto de alma e corpo, e a nós, peregrinos nesta terra, manda-nos tender para a pátria celeste.

Mas, para que esta doutrina atinja os múltiplos níveis da atividade humana, que se referem aos indivíduos, às famílias e à vida social, é necessário primeiramente que a Igreja não se aparte do patrimônio sagrado da verdade, recebido dos seus maiores; e, ao mesmo tempo, deve também olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida introduzidas no mundo hodierno, que abriam novos caminhos ao apostolado católico. Por esta razão, a Igreja não assistiu indiferente ao admirável progresso das descobertas do gênero humano, e não lhes negou o justo apreço, mas, seguindo estes progressos, não deixa de avisar os homens para que, bem acima das coisas sensíveis, elevem os olhares para Deus, fonte de toda a sabedoria e beleza; e eles, aos quais foi dito: « Submetei a terra e dominai-a » (Gn 1, 28), não esqueçam o mandamento gravíssimo: « Adorarás o Senhor teu Deus, e só a ele servirás » (Mt 4, 10; Lc 4, 8), para que não suceda que a fascinação efêmera das coisas visíveis impeça o verdadeiro progresso.

A finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos, que se supõe sempre bem presente e familiar ao nosso espírito... Uma coisa é a substância do «

*depositum fidei* », isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance.

A Igreja sempre se opôs a estes erros; muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações”.<sup>14</sup>

Infelizmente, a família cristã, não atingiu ainda, plena e perfeitamente, esta visível unidade na verdade. A Igreja Católica julga, portanto, dever seu empenhar-se ativamente para que se realize o grande mistério daquela unidade, que Jesus Cristo pediu com oração ardente ao Pai celeste, pouco antes do seu sacrifício. Vemos, ao vosso lado, em atitude de grande respeito e de expectativa cheia de simpatia, essas digníssimas personalidades aqui presentes, chegadas a Roma dos cinco continentes, para representarem as nações do mundo.” (JOÃO XXIII, 1962).

Com essas palavras João XXIII dava início ao maior evento católico do século XX, o qual teria impacto sobre as práticas católicas de evangelização e sua relação com a modernidade. Os trabalhos do Concílio Vaticano II foram intensos e marcados de avanços e tentativas da Cúria Romana em assumir o controle e a direção do Concílio. O gênio do Papa João XXIII, contudo conseguiu contornar a situação assegurando que o Concílio trouxesse a Igreja para o presente.

A Igreja católica ao longo de muitos séculos adotou uma política e uma prática de combate à modernidade. Os questionamentos advindos do Renascimento cultural, urbano, comercial; a gradativa perda de poder político da hierarquia católica com o surgimento do Estado moderno e as descobertas da ciência moderna que trouxeram à luz elementos da natureza que passaram a ser conhecidos e controlados pelo homem. Posteriormente as Revoluções europeias marcadamente antirreligiosas e anticlericais, o Iluminismo, com a separação entre Igreja e Estado. Tudo isso fez com que a Igreja assumisse uma prática de ruptura com o novo, com o moderno, com as transformações sociais,

---

<sup>14</sup> Discurso do Papa João XXIII na abertura do Concílio Vaticano II. Roma, 11 de outubro de 1962.

políticas, econômicas e ideológicas. Optou por fechar-se em si mesma e reafirmar sua crença e suas práticas. De acordo com Leonardo Boff em artigo especial para a Folha de São Paulo,

Dito de uma forma simplificador, mas real: há na igreja duas opções claramente opostas, o que não impede que, na prática, possam se entrelaçar. Face ao mundo, à cultura e à sociedade há a atitude de confronto ou de diálogo. A partir da Reforma no século 16 predominou na Igreja Católica romana a atitude de confronto: primeiro com as Igrejas protestantes (evangélicas) e depois com a modernidade. Face à Reforma houve excomunhões, e face à modernidade, anátemas e condenações de coisas que nos parecem até risíveis: contra a ciência, a democracia, os direitos humanos, a industrialização. A Igreja se havia transformado numa fortaleza contra as vagas de reformismo, secularismo, modernismo e relativismo. Missão da igreja, segundo esse modelo do confronto, é testemunhar as verdades eternas, anunciar a Cristo como o único Redentor da humanidade e a Igreja sua única e exclusiva mediadora, fora da qual não há salvação (BOFF, 2007).<sup>15</sup>

Tendo a Igreja percorrido esse caminho e inúmeras vezes tentado conter ou deter, o que muitos no universo da hierarquia católica considerava o inimigo, a modernidade, ocorreu que enquanto se fechava em si mesma reafirmando-se como única legítima intérprete da verdade, recusando-se a dialogar com as novas realidades dos indivíduos e das sociedades, a Igreja foi se tornando uma voz pouco ouvida. Leonardo Boff propõe que “a Igreja tornou-se uma fortaleza sitiada em si mesma para se defender do mundo moderno e tudo o que esse representava. A contemporaneidade tornou-se o grande inimigo da Igreja”. Alberigo ao tratar desse período aponta que,

O Concílio de Trento teve o grande mérito de represar a ameaça de fragmentação da Igreja. Mas representou também um catolicismo romano afastado das outras tradições cristãs do ocidente e do oriente, entrincheirado diante da cultura moderna e avesso ao contato com outras culturas nativas (ALBERIGO, 1985, p. 26).

Após as primeiras cinco décadas do século XX, marcadas de grandes transformações científicas, tecnológicas e sócio culturais, a Igreja em um processo de avanços e retrocessos, foi percebendo a necessidade de reconfigurar seu olhar sobre o mundo em que se encontrava. Isso, porém, exige

---

<sup>15</sup> Artigo publicado na Folha de São Paulo: Bento XVI e a guerra na Igreja. 13 de maio de 2007. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc13052007.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc13052007.htm). Acesso em 13 de junho de 2019.

que se redescubra em um cenário de profundas transformações e lance sobre si mesma um olhar diferente que lhe permita redefinir seu próprio papel no processo da salvação e na sociedade, marcada por diversidades de toda ordem. Esse novo olhar é caracterizado por um ver-se por dentro, um olhar *ad intra*, e relocar-se no cenário da sociedade, um olhar *ad extra*. Essa é uma ação que pode parecer simples, contudo não se trata apenas de olhar para si, mas ver-se a partir de uma nova configuração que a faça perceber-se como um meio e não como um fim em si mesma. Ou seja, trata-se de redimensionar-se, assumindo-se como uma realidade em dependência. Faustino Teixeira aponta que,

Essa sensibilidade de abertura foi essencial para a instauração de um clima de diálogo não só com o mundo moderno, mas também com as demais Igrejas (ecumenismo) e religiões não-cristãs (diálogo inter-religioso). A Igreja católica estava agora envolvida por uma nova solicitação, marcada pela tônica da busca e o imperativo da comunhão. A renovação profética exigia a superação de posicionamentos cerrados, de certezas dogmáticas, de inslamentos surdos aos apelos da alteridade. Instaurava-se com o Concílio as premissas em favor da “superação do eclesiocentrismo” e da “relativização da eclesiologia”. A Igreja católica passou a reconhecer-se como “mistério”, distinto do horizonte mais amplo do Reino de Deus e fiel servidora de seus valores na histórica (TEIXEIRA, 2004, p. 273).

Nessa perspectiva a Igreja explicita a centralidade de Cristo e não a sua própria no processo da salvação universal que anuncia e de cuja revelação declara-se guardiã. Uma espécie de re colocação dos lugares e dos papéis. Então assume-se como coadjuvante na salvação re assumindo a centralidade não somente de Cristo, mas também em Cristo. A Igreja assume algo inusitado até o momento, ou seja, passa a afirmar de si que não tem luz própria, mas anuncia a luz que recebe de Cristo. Isso muda radicalmente não somente a visão que de si tem a Igreja, como também redefine sua presença, sua missão e seu agir na sociedade. Nesse sentido a verdade deixa de ser exclusiva da Igreja e na Igreja, admitindo a possibilidade de reconhecer em outras tradições a presença de valores que podem contribuir para o bem, promovendo a paz pelo diálogo.

Nesta mesma perspectiva, F. TEIXEIRA percebe essa abertura conciliar como um novo horizonte para a reflexão teológica, ao mesmo tempo em que afirma a teologia das religiões - cujo nascimento coincide com o período conciliar e cujo status epistemológico desde então pré-definido - avanços na reflexão sobre o valor salutar das

diversas tradições religiosas. Nesse sentido, a teologia das religiões não se contenta em avaliar apenas as "disposições subjetivas dos homens de boa vontade", mas considera sobretudo essas mesmas tradições em sua positividade histórica como portadoras de uma densidade soteriológica (ELARION. 2018, p..6).

O Papa João XXIII, idealizador do Concílio Vaticano II, pensava-o como um evento novo e inovador na vida da Igreja; pretendia que não fosse apenas a continuação do Concílio Vaticano I. Assim, é possível verificar que o Vaticano II tem uma originalidade que o destaca no corpo dos concílios que a Igreja realizou ao longo dos milênios de sua existência. Isso permite considerar que não foi mais um concílio para afirmar a doutrina pela definição de dogmas, nem tão pouco para condenar heresias. É um concílio sem inimigos a serem combatidos, mas de irmãos a dialogar. Carlos Josaphat acena que,

Foi aí que o bom Papa João e os bispos com ele reviraram a mesa do Concílio. Não mudaram um concílio. Mudaram o jeito de fazer concílio. Todos os outros concílios anteriores, de Niceia ao Vaticano I, tiveram adversários. Inimigos da ortodoxia pregada e estabelecida pela cristandade, quadrilhas de hereges, de apóstatas, com seus cúmplices e aliados, chegavam até a pretender abater o altar e o Trono. O que nós estamos comemorando, o grande evento de há cinquenta anos, é que o Concílio revirou tudo isso. Largou essas ideias, mentalidades e ideologias. [...] Está aí a suprema originalidade do Concílio Vaticano II. Passou da terrível estranha interrogação à resposta tranquila da sabedoria salvadora. Que se olhe de qualquer lugar na terra, na história, na cultura: Deus é o Amor Universal. Vamos começar a ver a Igreja à luz do amor. E tudo fazer para que ela seja o "sacramento", quer dizer, a bandeira bem visível e o instrumento eficaz da reconciliação universal. Nela esteja a forte e suave energia do amor abrindo a conversa e os estilos de vida entre todos os fiéis de Deus. É claro que virar a mesa imensa dos concílios não foi nada fácil (JOSAPHAT, 2013, p. 17).

Sua preocupação não estava voltada para definição de dogmas religiosos, nem tão pouco para condenação das novas realidades sócio políticas e ideológicas da modernidade. De fato, o papa era convicto da força do diálogo como construtor da paz. Por isso o Concílio foi marcado por uma forte revisão na prática pastoral e na necessidade de compreender as novas realidades sociais, ideológicas e individuais características da sociedade contemporânea e pretendia dar respostas capazes de contribuir para o bem social e individual. Teixeira afirma que,

Essa convocação à abertura presente no evento conciliar não aconteceu sem dificuldades, tensões, embaraços e resistências. Já a decisão de João XXIII de anunciar a convocação do Concílio em janeiro de 1959 causara vivo mal-estar. Tratava-se de um “ato inesperado, imprevisto e surpreendente para quase todos os ambientes, tomados que estavam pelo clima de ‘guerra fria’ e acomodados na aceitação de um catolicismo imóvel nas suas certezas”. Em ato de grande alcance histórico, João XXIII manifestou sua intenção em favor de um “concílio novo”, realizado em horizonte de liberdade, e não uma mera continuação do Vaticano I. As intenções pastoral e ecumênica estavam já presentes na sua proposta de “dar um salto para a frente” e de “dilatatar os espaços da caridade” até os confins da humanidade (TEIXEIRA, 2004, p. 274).

Ao contrário de se debruçar sobre novos dogmas, o Concílio fez declarações inovadoras sobre o conteúdo da fé católica. Houve de fato, na intenção do Concílio, desde o seu idealizador, João XXIII, o desejo e empenho de uma readequação da profissão de fé, da sua prática pastoral e de sua práxis evangelizadora. Estava claro para a grande maioria dos padres conciliares a necessidade de levar a Igreja ao diálogo com os novos tempos, tanto na dimensão tecnocientífica marcadamente racionalista, como compreender as novas condições, dramas e anseios do homem. Uma situação incondicional: ou a Igreja adequava sua linguagem ou corria o risco de falar apenas para si mesma.

De certo modo a Igreja no Concílio Vaticano II, redescobre a humanidade como povo de Deus. A partir do Concílio a ideia de povo de Deus exclui a concepção de um gueto, um grupo de escolhidos e privilegiados, fora de cujo recinto não há possibilidade de verdade e de salvação. Importante recordar que antes do Concílio a Igreja se concebia e declarava-se como sociedade perfeita; então para se alcançar a perfeição era necessário integrar essa sociedade que se apresentava como modelo para todas as sociedades. Nesse conceito é possível verificar um quadro de intolerância, posto que tudo o que estivesse fora da Igreja estava igualmente destituído de perfeição e de salvação. Nesse sentido a cultura não cristã era considerada algo que precisava ser purificada e adequada à cultura cristã ocidental. Nessa perspectiva não faltaram vozes que temiam a direção do Concílio e o resultado de suas conclusões. Não foram poucas as vozes que pretendiam manter a política de condenação dos erros ideológicos e doutrinários. Josaphat aponta que,

Alguns levantavam a voz, apontando o terrível pluralismo de hoje, esse matagal de vale-tudo, e reclamavam: “vamos anatematizar esses erros e errados”. O Vaticano II responde, tranquilo. Ninguém está total e irremediavelmente errado. É hora de dialogar, para o bem de todos, a começar para o bem da Igreja. Ela não recebeu a incumbência de condenar. Mas de anunciar na liberdade os caminhos do amor a serem acolhidos e seguidos livremente (JOSAPHAT, 2013, p. 18).

É a partir do Concílio que o conceito de povo de Deus incluiu os não católicos e não cristãos; tornou-se um conceito universal e abarcou a humanidade em sua totalidade, com suas inúmeras diferenças, com suas identidades, suas histórias, e suas culturas. Houve uma nova formulação paradigmática no olhar da Igreja para a cultura cristã e as diversas culturas não cristãs; considerava-se a cultura cristã europeia como modelo único para todas as sociedades, enquanto as demais, eram profanas e necessitadas de purificação, ou seja, cristianização. Essa postura acabou reforçando e justificando a hegemonia cultural europeia como referência de civilização para os outros povos. Josaphat insiste nessa novidade que o Concílio Vaticano II insere na Igreja e na qual insere a Igreja,

A novidade de leitura exigida pela novidade da escrita conciliar é que tudo foi pensando, discutido, debatido no conjunto e ponto por ponto, sempre na perspectiva da vida, da realidade histórica, sobretudo da situação da Igreja e do mundo. E o Concílio visava juntar Igreja e mundo em um confronto pacífico, e chegar, se possível, a tornar viável uma atitude de entendimento e de ajuda mútua (JOSAPHAT, 2013, p.20).

Sob o olhar do Concílio algo significativo acontece. As culturas não cristãs deixam de ser vistas como perniciosas, sendo reconhecidas como capazes e portadoras de valores possíveis de contribuir para o bem na e da sociedade. Já se antevê no Concílio a decisão de recusar os parâmetros da cristandade, cuja práxis resultou na imposição do cristianismo permeado da cultura europeia, com a tentativa de consolidar um mundo monocultural. É possível, a partir dessa nova perspectiva, segundo a qual a Igreja admite a humanidade plural como povo de Deus, verificar o seu novo olhar sobre si e sobre o mundo; olhar que admite a diversidade cultural e a necessidade e possibilidade do diálogo como potência para a superação da violência e a consolidação da paz e da solidariedade.



Sob o aspecto positivo, ele concentrará seus esforços para fazer emergir o conceito de uma Igreja comunhão, realizando na história o “mistério” de uma semelhança e de uma união com Deus, contemplando como amor infinito e universal, tudo produzindo e conduzindo pelos caminhos do amor. O que vai significar para o Concílio trilhar as veredas deste amor, isto é, aceitação da liberdade, do respeito do outro, do diálogo, da parceria com todos os que tendem à busca da Verdade e à construção de um mundo humano, justo, livre e solidário (JOSAPHAT, 2013, p. 22).

Considere-se que as cinco décadas que precederam o Concílio, foram marcadamente assinaladas pela violência da guerra e que durante o Concílio a polarização ideológico-militar alimentava a guerra fria e inviabilizava o diálogo entre os blocos divergentes e inimigos. Entende-se assim a insistência do Vaticano II no diálogo para a paz e a solidariedade.

O Concílio Vaticano II inclui nessa nova perspectiva o desafio de repensar os povos, as culturas, as identidades e as diversidades religiosas. Desde a admissão de uma humanidade constituída como povo de Deus, a Igreja é levada à necessidade de superação da fase de condenação das culturas religiosas não cristãs ou não católicas. Josaphat (2013, p.23), “a intenção primordial, anunciada e realizada pelo Concílio, é atualizar a Igreja, confrontando-a com o ideal evangélico e com as exigências de sua presença no mundo, indicando o que é preciso renovar ou inovar”.

O catolicismo refaz seu olhar sobre presença da salvação entre os que não estão sob o teto da Igreja; os não católicos são capazes da salvação. O discurso de condenação cede lugar ao respeito à diversidade religiosa que exigirá abertura ao diálogo catalizador da paz.

Fim da cristandade e da Contra-Reforma são outras expressões para caracterizar a orientação dada ao Concílio no discurso de abertura do papa e nas suas primeiras congregações gerais. Ele quis que fosse A Igreja um concílio ecumênico e visasse à busca de unidade dos cristãos. Com o desiderato “ecumênico” introduziu-se o início de uma reviravolta na compreensão teológica católica cujos efeitos até hoje perduram e cujas muitas consequências ainda nos escapam. A teologia católica pós-tridentina assentara-se na polêmica com a Reforma. Se nesta se acentuavam os pólos da Escritura, da graça, da fé fiducial e da liberdade pessoal do cristão, naquela se reafirmavam mais a tradição, os dogmas, as verdades objetivas, as obras e a obediência ao magistério (LIBÂNIO, 2002, p. 61).

Essa compreensão da necessidade de superação do olhar desconfiado e excludente da alteridade religiosa, até então vista como inimiga da fé católica, é

um chamado do Concílio e foi fundamental para possibilitar tanto o diálogo ecumênico, como o inter-religioso. A perspectiva nova da compreensão de si mesma e de sua missão no cenário da salvação e da sociedade, ambas inclusas na dimensão de povo de Deus juntamente com toda a humanidade, faz nascer a exigência de superação do pensar da Igreja Romana sobre si, como única verdade eclesial no cenário da salvação cristã. Desse modo o Concílio avança na superação da condenação dos não católicos passando admiti-los como integrantes do povo de Deus. Uma vez aceitos como membros do mesmo povo abre-se a porta para o diálogo. Isso é bem significativo ao considerar que o cenário social em que o Concílio é convocado e realizado, é aquele de um mundo polarizado, separado, dividido; um cenário em que os pólos não se admitem, não se aceitam e não convivem.

Essa sensibilidade de abertura foi essencial para a instauração de um clima de diálogo não só com o mundo moderno, mas também com as demais Igrejas (ecumenismo) e religiões não-cristãs (diálogo inter-religioso). A Igreja Católica estava agora envolvida por uma nova solicitação, marcada pela tônica da busca e o imperativo da comunhão. A renovação profética exigia a superação de posicionamentos cerrados, de certezas dogmáticas, de insulamentos surdos aos apelos da alteridade. Instaurava-se com o Concílio as premissas em favor da “superação do eclesiocentrismo” e da “relativização da eclesiologia”. A Igreja católica passou a reconhecer-se como “mistério”, distinta do horizonte mais amplo do Reino de Deus e fiel servidora de seus valores na história (TEIXEIRA, 2004, p. 273).

Daí a importância significativa da abertura ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, contrariando as perspectivas político-econômica e ideológica então vigentes. Uma perspectiva nova que passa a acolher o cristianismo para além da Igreja, o que permite assinalar a disposição para o diálogo,

Por muitos títulos a Igreja sabe-se ligada aos batizados que são ornados com o nome cristãos, mas não professam na íntegra a fé ou não guardam a unidade da comunhão sob o Sucessor de Pedro. Muitos deles honram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida. Mostram sincero zelo religioso. Crêem com amor em Deus Pai Onipotente e em Cristo Filho de Deus Salvador [...]. Temos até com eles certa união verdadeira no Espírito Santo, que também neles opera com Seu poder santificante por meio de dons e graças, tendo fortalecido a alguns deles até à efusão de sangue. (VATICANO II n. 41, p. 56)

A atitude do Concílio no tocante ao diálogo foi uma grande profecia no ambiente de contínua ameaça de um conflito atômico de dimensões mundiais em que o diálogo entre as diferenças era improvável. O Concílio de fato incita a imersão da Igreja no mundo, mas com uma nova prática para um mundo novo em suas estruturas, posturas e ideologias. A riqueza da admissão da alteridade religiosa como capaz de Deus e de sua presença na sociedade, incluindo nessa alteridade não apenas cristãos não católicos, mas também os não cristãos; marca a afirmação dessa pesquisa, que propõe o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, proposto pela Igreja. O alcance e compreensão da importância do respeito à diversidade religiosa, embora estivesse na dinâmica do Concílio foi uma oportunidade de acirradas discussões. Não foram todos os padres conciliares que entenderam essa importância.

Em duas intervenções marcantes, o bispo de Bruges, D. smedt, reafirmou a dimensão ecumênica do Concílio ao propor a rejeição do esquema sobre as duas fontes da Revelação. Não bastaria a preocupação com o propor a doutrina católica com fidelidade de maneira completa e integral. Seria necessário atender à maneira de fazê-lo. Esta precisaria ser ecumênica, isto é, ser compreendida pelos outros irmãos de quem estamos separados, num espírito de diálogo, de colóquio. Esse método, dizia o bispo, “pode ser aplicado no Concílio, segundo a vontade do Soberano Pontífice”. Em outra intervenção, então sobre o esquema da Igreja, rejeitou-o também por causa da falta de espírito ecumênico. Ele deveria ser corrigido por causa de seu triunfalismo, clericalismo e juridicismo. Triunfalismo tão comum no *osservatore Romano* e em documentos romanos, observou o bispo. Clericalismo que aparece na descrição piramidal da Igreja. Para corrigir o juridicismo, sugeriu a categoria de “Igreja Mãe” na qual todos os batizados são filhos e irmãos entre si, mesmo daqueles que estão separados (LIBÂNIO, 2002, p.63).

As discussões foram exaustivas e não pouco controversas. Se de um lado havia vozes determinadas a encampar a defesa do diálogo ecumênico e inter-religioso, não faltaram aqueles que temiam a descentralidade da verdade unicamente na Igreja Católica. De acordo com Ney de Souza,

No decorrer do debate foram sendo suscitadas algumas questões: o que é o ecumenismo católico? Não deveria a Igreja procurar uma ligação com o movimento ecumênico? A Igreja católica romana renunciaria a sua pretensão de ser a verdadeira Igreja e chamaria de “Igrejas” as comunidades eclesiais separadas? O capítulo terceiro não agradou nem aos representantes das Igrejas orientais, nem aos observadores protestantes. Afirmavam, orientais e protestantes, que, de um lado, não fazia mais sentido – como havia sido feito no Vaticano I – convidá-los para retornar à Igreja católica e acentuar as diferenças

existentes, mas que, de outro, não era conveniente esconder as diversidades doutrinárias que existiam. O esquema se dirigia aos católicos exortando-os a fazer de sua Igreja um modelo e uma contínua busca da perfeição cristã. Recomendava uma recíproca vontade de aprender a conhecer-se e uma disponibilidade ao diálogo, à oração comum para a unidade, mas não a comum celebração dos mistérios (SOUZA, 2004, p. 50).

Apesar de tensa discussão sobre o tema do diálogo e proximidade entre as diversas tradições cristãs e não cristãs, a admissão da alteridade religiosa como um bem capaz de cooperar para a paz e a solidariedade na sociedade, revela uma nova perspectiva na relação da Igreja com as outras tradições religiosas e a fé. Esta última não será mais de imposição do cristianismo católico às demais; não haveria mais a tentativa de imposição de uma cultura religiosa sobre as outras. Na perspectiva do Concílio Vaticano II o caminho é superar a imposição da fé, geradora de violência simbólica e física, pelo respeito e admissão de que os não cristãos podem contribuir, a partir de seus valores próximos ou distantes do cristianismo, para o bem comum, o progresso da sociedade e a garantia da paz. Esse é um sinal da abertura da Igreja ao diálogo ecumênico e inter-religioso e sua disposição à paz e à solidariedade tendo o diálogo como método e práxis. Miranda aponta a disposição do Vaticano II ao diálogo ao indicar que,

Os textos desse Concílio confirmam à sociedade como estava presente nos participantes o imperativo do diálogo. Este atinge todos os setores e atividades, pessoas e obras, como nos atestam os vários documentos. Seja diálogo dentro da Igreja, estimando e reconhecendo as legítimas diversidades (GS 92), seja dos bispos com os sacerdotes (CD 28), dos sacerdotes com os leigos (AA 25), ou mesmo dos leigos com outros leigos (AA 31; GS 43). Esse diálogo se dá também com a sociedade (GS 92), devendo ser realizado por todos na Igreja: bispos (GS 43; CD 13), sacerdotes (PO 12; 19), seminaristas (OT 19) e leigos (AA 14). Ele é expressamente recomendado nos países de missão (AG 11), no trato com os irmãos separados (UR 11; 19), com as outras religiões (NA 2) ou culturas (AG 34) e até com os incrédulos em vista da construção da sociedade (GS 21) (MIRANDA, 2012, p.399).

Essa mudança na perspectiva da Igreja sobre si e sobre o mundo teve implicações diretas na prática missionária do catolicismo romano. Os povos não cristãos a serem evangelizados não serão mais vistos como portadores de uma cultura, uma fé, uma sociedade e uma moral inferiores que precisavam ser elevadas à perfeição da fé e da cultura cristã-europeia. Essa práxis esteve em

íntima proximidade com os interesses das nações neocolonizadoras que impunham seu domínio e sua cultura aos povos colonizados em nome do progresso.

Finalmente, aqueles que ainda não receberam o Evangelho, estão de uma forma ou outra orientados para o Povo de Deus (32). Em primeiro lugar, aquele povo que recebeu a aliança e as promessas, e do qual nasceu Cristo segundo a carne (cfr. Rom. 9, 4-5). [...] Mas o desígnio da salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar os muçulmanos, que professam seguir a fé de Abraão, e conosco adoram o Deus único e misericordioso, que há-de julgar os homens no último dia. E o mesmo Senhor nem sequer está longe daqueles que buscam, na sombra e em imagens, o Deus que ainda desconhecem; já que é Ele quem a todos dá vida, respiração e tudo o mais (cfr. Act. 17, 25-28).[...] Tudo o que de bom e verdadeiro neles há, é considerado pela Igreja como preparação para receberem o Evangelho (34), dado por Aquele que ilumina todos os homens, para que possuam finalmente a vida. (Vaticano II n 42, p. 57).

Situamos o Concílio Vaticano II, na necessidade que a Igreja enfrentou de adequar-se ao mundo a que se dirigia a fim de ser ouvida e participar efetivamente do novo cenário político, econômico e ideológico da sociedade contemporânea a cujos atores sociais dirigia sua missão.

O Concílio Vaticano II, em vez de dirigir-se ao destinatário pré-moderno até então hegemônico na Igreja, responde aos novos anseios, perguntas e interesses do homem e da mulher situados num mundo de relações econômicas predominantemente capitalistas e, em menor grau, socialistas, políticas democrático-liberais, culturais e religiosas próprias da modernidade ocidental. Isso significou uma reconciliação com muitos dos ideais do mundo moderno. Cria-se uma abertura às outras denominações religiosas com atitude permanente de autocrítica a partir de tais diálogos. Amplia-se o espaço de liberdade e participação no interior da Igreja. Cultiva-se um otimismo diante do “mundo”, do “progresso”, do “desenvolvimento” (LIBÂNIO, 2002, p. 65 - 66).

O Papa João XXIII logo manifestou com clareza sua perspectiva de um concílio não marcado com o objetivo de definir dogmas ou publicar condenações. Mas, pretendeu ajustar os passos da Igreja ao acelerado desenvolvimento das sociedades modernas. A Igreja então na perspectiva do Concílio olhava primeiro para si mesma, verificava sua deficiência na comunicação da fé às sociedades, às instituições e aos indivíduos contemporâneos. Esse caráter do Vaticano II o situa numa perspectiva diferente dos concílios anteriores. Daí que esse concílio não devia ser, segundo João XXIII, uma continuidade do Vaticano I, mas sim um

novo concílio para os tempos novos. De acordo com Alberigo, o *motti aggiornamento* do Concílio indica a percepção do Papa João XXIII do descompasso da Igreja e sua linguagem com a sociedade,

*Aggiornamento* significa atualização, renovação, reforma mesmo. Pressupõe primeiramente um descompasso da Igreja com a sociedade envolvente, uma dificuldade, mais experimentada e sentida do que formulada, de proclamar na cultura de então a mensagem evangélica, uma convicção firme sobre o fim de uma configuração histórica do catolicismo (ALBERIGO, 1985, p. 28).

Enquanto vários papas antes do Concílio Vaticano II, se fizeram prisioneiros do Vaticano para protestar a perda do patrimônio de São Pedro e ao estado das coisas modernas, a Igreja ficou igualmente aprisionada a um modo de pensar e agir. Isso a distanciou do cenário das grandes decisões do mundo moderno. Leonardo Boff (2013), “a Igreja precisava situar-se positivamente dentro deste fato emergente. Até então a atitude era de desconfiança e de condenação”.<sup>16</sup>

Como foi dito na primeira parte desse capítulo, na primeira metade do século XX, entre avanços e retrocessos, a Igreja iniciou um caminho de abertura e diálogo com as sociedades, as culturas e os indivíduos contemporâneos. Pode-se então verificar que o Concílio marcou, por parte da Igreja, um despertar ainda que tardio, de uma prática infecunda que provocava mais perda que ganho, realizando uma ruptura entre o Evangelho e a cultura moderna. O Concílio então, foi e é o grande sinalizador da ruptura de uma práxis da Igreja Católica que manifestadamente condenava com decretos após decretos os males da modernidade, e o início de uma nova fase marcada não somente pela imersão da Igreja na atualidade, como sua disposição de reconhecer na modernidade valores e benefícios, bem como sua abertura ao diálogo. O Vaticano II, portanto é um divisor na história da Igreja nos últimos mil anos. Leonardo Boff (2013) “Antes de mais nada, o Concílio representou, na linguagem cunhada pelo papa João XXIII, um *aggiornamento*, quer dizer, uma atualização e uma reconstrução de sua auto compreensão e do tipo de presença no mundo.”<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Artigo - Um Concílio de toda a cristandade? 09/08/2013. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2013/08/09/um-concilio-de-toda-a-cristandade/> Acesso em 17 de novembro de 2019. Às 17h

<sup>17</sup> Idem

O Papa João XXIII desejava que o Concílio Vaticano II fosse um novo concílio, com marcas próprias e específicas para a Igreja internamente e para sua comunicação com o mundo moderno. O pontífice não pretendia que o Concílio fosse uma simples conclusão do Vaticano I que ficou inacabado.

Na tradição da Igreja, os Concílios exerceram uma função principalmente dogmática e disciplinar. Definiam as verdades em litígio na defesa da ortodoxia e decidiam sobre normas importantes para a disciplina da Igreja. E assim os dois últimos Concílios, Trento e Vaticano I, tomaram posições nitidamente dogmáticas. João XXIII dá uma guinada ao definir como punctum saliens desse novo concílio a perspectiva pastoral. Não o quer dogmático definitivo nem condenatório. Pode tratar de verdades de fé, como de fato o fez, mas sem pretensão de elaborar condenações ou elaborações de caráter dogmático definitivo (LIBÂNIO, 2002, p. 60).

Essa é uma das razões porque o Vaticano II não foi um concílio convocado para tratar de questões dogmáticas, ou para tratar de condenações às novas realidades do mundo polarizado. O próprio Papa ao proferir seu discurso inaugural do Concílio deixou clara sua esperança de novos tempos para a Igreja e seu desejo de que a Igreja respirasse novos ares. Por isso o caráter fortemente ecumênico do Concílio. Tratava-se de superar o caminho da condenação daquilo que a Igreja julgava “erros”, pelo diálogo, a superação de posturas severas de rígido fechamento à diversidade, pela aplicação de um novo remédio marcado de compreensão e disposto ao diálogo. A misericórdia.

Mas não é lícito omitir algo que é da maior importância quando examinarmos o significado religioso deste Concílio: isto teve ele a peito perscrutar o mundo deste nosso tempo. Nunca talvez como no tempo deste Concílio a Igreja se sentiu na necessidade de conhecer, avizinhar, julgar rectamente, penetrar, servir e transmitir a mensagem evangélica, e, por assim dizer, atingir a sociedade humana que a rodeia, seguindo-a na sua rápida e contínua mudança. Esta atitude, nascida pelo facto de a Igreja, no passado e sobretudo neste século, ter estado ausente e afastada da civilização profana, esta atitude, sempre inspirada pela essencial missão salvadora da Igreja, esteve presente eficaz e continuamente no Concílio. Por isso é que alguns suspeitaram que nos homens e nos actos do Concílio tinha dominado mais do que era justo e com demasiada indulgência a doutrina do relativismo que se encontra no mundo externo, nas coisas que passam fugazmente, nas novas modas, nas necessidades contingentes, nos pensamentos dos outros; e isto à custa da fidelidade devida à doutrina tradicional e com prejuízo da orientação religiosa que necessariamente é própria dum Concílio. Julgamos que não lhe deve ser atribuída esta atitude perniciosa, se bem atendermos às suas verdadeiras e misteriosas intenções e às suas autênticas manifestações. (PAULO VI, 1965).

Essa perspectiva torna compreensível que o concílio seja marcado pela forte expectativa de abertura. Esse era um grande desafio para a Igreja, passar do paradigma do fechamento e da condenação à abertura a um mundo novo que se distanciava da Igreja. Uma sociedade multicultural, híbrida, polarizada, secularizada e fortemente marcada e disseminadora da diversidade. Novos valores e princípios forjaram um novo modelo de indivíduo. Já não era possível atitudes de intolerância, nem tão pouco havia mais a possibilidade de uma sociedade homogênea. Um mundo em ebulição em que o avanço técnico-científico conflitava com as contradições bélico-ideológica que tornava a paz uma realidade insustentável.

O Concílio Vaticano II foi em todo o seu processo um inquietante evento da Igreja, na Igreja, porém situado na sociedade contemporânea ocidental. De modo que o Concílio impactou o cenário da Igreja que vinha do pontificado de Pio XII, que em sua parte final deixou a Igreja em uma certa inércia, sem grande visibilidade e ainda dado que esse pontificado protagonizou-se com acentuado personalismo do papa. Nesse sentido o Vaticano II foi um grito a despertar o catolicismo. É importante ressaltar um certo consenso que reinava no mundo de então, polarizado e separado ideológica e militarmente entre os blocos comunistas e capitalistas; o fechamento ao diálogo. Não é de se estranhar que um chamado à abertura, ao diálogo, à convivência, à renovação, tenha causado impacto na sociedade e na própria Igreja em cujo interior nasceram reações fortes contra o Concílio, sua estrutura e seu objetivo.

De acordo com Teixeira, travou-se uma disputa na própria Cúria Romana em contrariedade ao Concílio; mesmo nas dinâmicas preparatórias para o evento, tentou-se manipular a direção do concílio no sentido de que a mesma exerceria o controle do desenvolvimento, do objetivo, das conclusões e decisões do Vaticano II.

Nem todos, porém, partilhavam do mesmo sonho. Havia na Cúria Romana uma “alergia institucional” e uma resistência significativa à proposta e aos caminhos do Concílio. Pesava igualmente em certos ambientes acadêmicos de Roma uma situação de dificuldade e suspeição, fruto do clima de censura da *Humani Generis* ( Pio XII, 1950) ainda reinante (TEIXEIRA, 2004, p. 274).



Essa reação decorreu da influência ainda presente do pontificado de Pio XII, nesse particular especialmente, o teor de censura da *Humano Generis* do mesmo pontífice. Porém apesar das tentativas da cúria romana em assumir o controle do Concílio, os padres conciliares conseguiram assimilar as mudanças teológicas, exegéticas e pastorais que já vinham sendo buriladas na Igreja.

Apesar das reações de parte da Cúria Romana que tentou sabotar as intenções do Papa João XXIII para o Concílio, o projeto do pontífice chegou finalmente à concretude. No dia 11 de outubro de 1962 o papa abriu o Concílio com um discurso emocionado. As seguintes palavras deram a tônica de todo o discurso de João XXIII e sua visão para o Concílio,

Veneráveis irmãos. Alegra-se a Santa Mãe Igreja, porque, por singular dom da Providência Divina, amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se inaugura o Concílio Ecumênico Vaticano II, aqui, junto do túmulo de São Pedro, com a proteção da Santíssima Virgem, de quem celebramos hoje a dignidade de Mãe de Deus. [...]. Iluminada pela luz deste Concílio, a Igreja, como esperamos confiadamente, engrandecerá em riquezas espirituais e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro. Na verdade, com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja conseguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais<sup>18</sup>

A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja dispôs-se ao diálogo com a nova ordem social; desde então entende-se sua aceitação da diversidade social, da multiculturalidade, das diversidades identitárias e pluralismo religioso.

A outra palavra-chave para uma correta compreensão do Concílio Vaticano II é o termo diálogo. Uma realidade intimamente conexa e exigida pelo *aggiornamento* e pela pastoralidade. Para que a sociedade perceba o significado profundo, a dimensão salvífica, bem como a razão de ser da Igreja, é necessário que a própria Igreja conheça bem seu público. Daí se impor o diálogo como instrumento deste conhecimento. Ao entrar em diálogo com seu interlocutor a Igreja não apenas fala, mas também escuta, aprende, se repensa, se questiona, se modifica, se atualiza. Sua auto compreensão se enriquece, se renova, se deixa transparecer melhor em sua dimensão institucional (MIRANDA, 2012, p. 398).

Ainda que não estejam explícitas no Concílio tais reflexões, pode-se assumir esse postulado ao verificar que a presença da Igreja nos inúmeros

---

<sup>18</sup> Disponível em:

[https://w2.vatican.va/content/johnxxiii/pt/speeches/1962/documents/hf\\_jxxiii\\_spe\\_19621011\\_op\\_enincouncil.html](https://w2.vatican.va/content/johnxxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_jxxiii_spe_19621011_op_enincouncil.html)). Acesso 15 de outubro de 2019. Às 23h15.

continentes vai se libertando do “padrão romano de qualidade”; entendido aqui como o predomínio antes presente da grande disciplina, segundo a qual a presença eclesial fora de Roma devia refletir a estrutura, prática e cultura eclesiásticas romanas. Um modo de garantir a unidade e unicidade pela uniformidade de conteúdo moral, litúrgico, teológico e formativo. Um padrão que devia ser adotado em detrimento das culturas locais. Verifique-se por exemplo a obrigatoriedade do latim nas celebrações litúrgicas da Igreja no mundo católico. Leonardo Boff indica que dentre as contribuições do Concílio Vaticano II para a vida da Igreja está,

O primeiro, sem dúvida, foi a profunda mudança de atmosfera eclesial: antes predominava a “grande disciplina”, a uniformização romana e o ar sombrio e antiquado da vida eclesial. As Igrejas da América Latina, da África e da Ásia eram Igrejas-espelho daquela romana. De repente começaram a sentir-se Igrejas-fonte. Podiam se inculturar e criar linguagens novas. Agora se irradia entusiasmo e coragem de criar (BOFF, 2013).

Mas, o Concílio provocou a abertura ao diálogo não somente nos limites do catolicismo; ampliou sua perspectiva abrindo a Igreja para o encontro com as denominações cristãs não católicas. Isso incluindo o reconhecimento de verdades doutrinárias nas denominações cristãs separadas da Igreja. Uma nova perspectiva que explicita a disposição do magistério católico em dar passos significativos na construção do diálogo com a diversidade religiosa.

Ademais, alguns – e até muito e exímios – elementos ou bens, com os quais, em conjunto, a própria Igreja é edificada e vivificada, podem existir fora do âmbito da Igreja católica: a Palavra escrita de Deus, a vida da graça, a fé, a esperança, a caridade e outros dons interiores do Espírito Santo e elementos visíveis. Tudo isso, que provém de Cristo e a Cristo conduz, pertence por direito à Única Igreja de Cristo. Os irmãos separados de nós realizam, também, não poucas ações sacras da religião cristã. Estas podem, sem dúvida, por vários modos, conforme a condição de cada Igreja ou Comunidade, produzir realmente a vida da graça. Devem mesmo ser tidas como aptas para abrir as portas à comunhão salvadora (VATICANO II, n. 761-762. p. 313).

Recorde-se aqui que, para o Concílio foram convidados líderes religiosos não católicos a participarem como ouvintes. O próprio Concílio foi denominado como um concílio ecumênico. Mas a Igreja recebe também os não cristãos, marca do diálogo inter-religioso. Seja o ecumenismo, seja o diálogo inter-religioso na perspectiva do Concílio Vaticano II, não se propõe a convergência

doutrinária, nem tão pouco a formação de uma única denominação cristã. Miranda (2012, p. 395-420) “Duas palavras sintetizam o que ele pretendia com o Concílio: *aggiornamento* e diálogo. Duas realidades que se completam, mas que também se implicam mutuamente.” Trata-se especialmente da aproximação das diversidades religiosas, do reconhecimento e do respeito aos seus valores como contributos significativos na constituição do bem comum nas sociedades.

O diálogo rompe com a ideia de uma Igreja voltada para si mesma, bastando-se a si mesma, identificando a verdade revelada com seus pronunciamentos e normas, sem ter em conta a origem histórica e contextualizada dos mesmos. O diálogo recoloca em primeiro plano o sentido último da instituição eclesial como sacramento da salvação para o mundo, fazendo-a entrar seriamente no desenrolar histórico da humanidade, participar da aventura humana, conviver em sociedade e construir o futuro. O diálogo com os de fora ganha credibilidade a partir do diálogo no interior da própria Igreja, pois também em seu seio a subjetividade, a historicidade e a comunidade devem poder emergir e plasmar sua própria fisionomia (MIRANDA, 2012, p.399).

Importa recordar que o Vaticano II não foi convocado com o fim de proclamar ou reafirmar dogmas da doutrina católica, mas foi um concílio ecumênico e pastoral. Duas palavras foram decisivas e definitivas para o desenvolvimento do Concílio, *Aggiornamento* e pastoral. A partir desse *motti* o papa pensava em recolocar a Igreja no cenário da sociedade moderna, com efetiva abertura ao desenvolvimento sociocultural, e incluía nesse *aggiornamento*, um olhar acolhedor da nova teologia que antes havia sido associada ao modernismo e condenada. Leonardo Boff faz ver que,

Dois eram seus *mottos* principais: *aggiornamento* e Concílio pastoral. *Aggiornamento* é dizer: sim para o novo, sim para a atualização da Igreja em sua linguagem, em sua estrutura e em sua forma de se apresentar no mundo. Concílio pastoral queria exprimir uma relação para com as pessoas e para com o mundo de abertura, de diálogo, de acolhida e de fraternidade. Portanto, nada de condenações do modernismo e da “*nouvelle théologie*” como se fizera furiosamente antes. Em vez de doutrinas, diálogo, mútuo aprendizado e trocas (BOFF, 2013).

É importante ter em vista que o Concílio não foi um ponto de chegada da Igreja, mas sim um ponto de partida. Certo é que o Vaticano II, de certo modo sintetizou as aspirações que vinham percorrendo o ambiente católico que pedia inovações teológicas, litúrgica e pastorais. O fato de o Concílio ter conseguido decodificar os anseios de transformação no ambiente católico, permite verificar

que o Vaticano II, não foi simplesmente um evento pensado de cima para baixo; tem marcas do mundo não hierárquico.

As grandes mudanças ocorridas no âmbito da Igreja católica romana nunca aconteceram de cima para baixo, mas foram sempre precedidas de movimentos que, a partir da base, foram se afirmando e sendo reconhecidos e acolhidos. Assim também aconteceu com o Concílio Vaticano II, que soube catalisar e legitimar inovações teológicas, litúrgicas e pastorais que já estavam em andamento na Igreja (TEIXEIRA, 2004, p. 275).

Ainda assim o Concílio não deve ser entendido como um ponto de chegada. Foi sim um salto para adiante numa perspectiva pastoral inovadora que permitiu enfrentar os desafiantes caminhos de uma nova hermenêutica. Embora o Concílio tenha sido um grande motivador de renovação, nem todos estavam em acordo com essa transformação. Se de um lado o Papa João XXIII incrementava e se empenhava para que os padres conciliares entrassem nessa dinâmica transformadora, de outro a Cúria Romana articulava os seus pares, que vale dizer eram a minoria no Concílio, inúmeras tentativas de sabotar o projeto, os esquemas, as orientações e as decisões do Concílio.

Um dos grandes avanços do Concílio foi a reelaboração do olhar da Igreja para os não católicos com um chamado explícito ao diálogo ecumênico e inter-religioso. Essa abertura conciliar esbarrava em um problema com a teologia tradicional que reafirmava a superioridade do cristianismo como condição para a salvação.

A propósito do tema das religiões, o contexto teológico católico do período refletia de forma dominante uma perspectiva particular de abordagem que considerava o cristianismo como ponto culminante, de remate, dos valores positivos presentes nas outras tradições religiosas. Trata-se do que se convencionou chamar teologia do cumprimento ou do acabamento. Havia um reconhecimento positivo das demais religiões, que deixavam de ser consideradas, como antes, obstáculos a vencer, e, no plano da pedagogia divina, deviam ser situadas como preparação ao Evangelho (TEIXEIRA, 2004, p. 275).

A compreensão dessas tensões deve considerar que o Concílio Vaticano II, foi convocado para uma revisão pastoral, e não para tratar de novos dogmas ou condenações. Esta parte da pesquisa se propôs a uma contextualização do Concílio no cenário da sociedade contemporânea polarizada política-econômica e ideologicamente. Seu esforço em refazer o diálogo entre o Evangelho na

perspectiva católica romana e os tempos modernos; o empenho do Concílio em redefinir o olhar da Igreja sobre si e sua missão e a disposição institucional ao diálogo com a diversidade cultural e religiosa. A compreensão dessas tensões deve considerar que o Concílio Vaticano II, foi convocado mais para uma revisão pastoral, e não para tratar de novos dogmas ou condenações. Por essa razão o Concílio Vaticano II é a plataforma assumida nessa pesquisa para a dinâmica do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade nos pontificados de João Paulo II e Francisco.

Passamos agora ao estudo dos documentos conciliares que trataram diretamente do diálogo ecumênico e inter-religioso. Recorde-se que essa pesquisa se propõe a demonstrar que na perspectiva da Igreja Católica, o diálogo inter-religioso é o caminho para a construção, consolidação e manutenção da paz e da solidariedade.

## **2.2 O Concílio e o Diálogo Ecumênico e Inter-religioso: novos caminhos**

A partir deste item vamos tratar de alguns documentos conciliares que marcam o início dos trabalhos formais da Igreja no campo do diálogo inter-religioso. Importante considerar que tais documentos estão inseridos no processo de abertura que em um movimento crescente abriu a Igreja ao diálogo com a modernidade, situando-a no contexto social desde então.

Iniciamos com a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, por tratar da Igreja, sua nova impressão de si mesma e sua inserção no mundo moderno.

### **Constituição Dogmática *Lumen Gentium* – Sobre a Igreja.**

Durante a Segunda Sessão do Concílio o texto desta constituição dogmática tomou grande tempo de discussão. Sua temática é a natureza e a constituição da Igreja, enquanto instituição e como corpo místico de Cristo.

A primeira proposta para a discussão dessa temática foi duramente criticada em seu corpo estrutural, seu método, sua argumentação, seu conteúdo e seu espírito. Foi então elaborado outra proposta textual composta de quatro capítulos, que foram debatidos, sendo em princípio aprovado durante a Segunda Sessão em 1963. O texto foi revisto e acrescido de mais quatro capítulos que o

compuseram como está hoje. Apresentado à Terceira Sessão passou por vários debates sobre os capítulos novos, recebeu muitas emendas da Comissão e foi votado e aprovado finalmente pela Congregação Geral em 19 de novembro de 1964.

SENDO CRISTO A LUZ DOS POVOS, este Sacrossanto Sínodo, congregado no Espírito Santo, deseja ardentemente anunciar o Evangelho a toda a criatura (Cf. Mc 16,15), e iluminar todos os homens com a claridade de Cristo que resplandece na face da Igreja. E porque a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, ela deseja oferecer a seus fiéis e a todo o mundo um ensinamento mais preciso sobre a natureza e sua missão universal, insistindo no tema de Concílios anteriores. As presentes condições do mundo tornam mais urgente este dever da Igreja, a fim de que os homens, hoje mais intimamente unidos por vários vínculos sociais, técnicos e culturais, alcancem também total unidade em Cristo (VATICANO II, n. 1, p. 39).

A *Lumen Gentium* traz à tona uma inquietante reflexão da Igreja sobre si e sua missão no mundo e para o mundo. Esse novo olhar fez rever estruturas, posturas e ações da Igreja, propondo nova perspectiva de seu protagonismo margeado pela abertura ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O tema das outras religiões aparece também na *Lumen Gentium* (LG), que é o documento conciliar que aborda a questão da igreja. Ao tratar o plano de salvação que envolve os membros das outras religiões, essa constituição dogmática reconhece a possibilidade de uma resposta positiva para aqueles “que buscam a Deus com coração sincero” e levam uma vida reta, mesmo que desconhecendo o evangelho. Isso em razão do influxo positivo da graça. E numa reflexão teológica bem típica do período, o documento reconhece que “tudo o que de bom e verdadeiro se encontra entre eles, a igreja julga-o como uma preparação evangélica” (LG 16). Há o reconhecimento da positividade desse caminho espiritual *extra ecclesia*, mas que deve ser “sanado, elevado e aperfeiçoado” pela igreja (LG 17). Vigora assim uma perspectiva de ordenação dessa positividade religiosa ao “grêmio do Povo de Deus” (LG 18). Trata-se de uma reflexão bem sintonizada com a linha teológica do acabamento, bem em voga na ocasião, e defendida por importantes teólogos como Jean Daniélou e Henri de Lubac (TEIXEIRA, 2015).

A eclesiologia católica, em linhas gerais obedece a uma trajetória que aponta para dentro de si, o que foi revisto a partir do Concílio Vaticano II que ousou reconduzir Cristo ao centro em detrimento do eclesiocentrismo. Pode-se verificar que em sua origem a eclesiologia nasce com um explícito caráter jurídico com a função da defesa eclesial quando o papa Bonifácio VIII e o rei

francês Filipe, o Belo, disputavam o poder. Mais tarde a mesma eclesiologia serviu ao Concílio de Trento com um caráter apologético a fim de defender a verdadeira fé e a verdadeira Igreja, das heresias protestantes e das heresias modernas. A solução dessa problemática foi tecida pelo Concílio através da *Lumen Gentium*, que aponta a superação do eclesiocentrismo reconduzindo Cristo ao centro.

Dá-se, dessa forma, um deslocamento prévio. A eclesiologia deixa o âmbito imediato do direito para situar-se dentro da teologia. No horizonte mais amplo do mistério trinitário, fora das relações imediatas de poder, explicitadas justamente pelo direito, é que se pode ver sob luz nova a relação da Igreja com o mundo, a relação entre hierarquia e fiéis e a relação entre a dimensão universal da Igreja e sua realização local (CALIMAN, 2004, p. 230-231).

A Igreja respondeu à Reforma protestante e ao mundo moderno com seu desenvolvimento, com sua autocompreensão como “Sociedade Perfeita”, o que a tornara uma realidade paralela e única possibilidade da verdade. Ao longo de séculos a Igreja não limitou seus esforços para legitimar-se como a verdadeira Igreja e por isso única portadora da verdade. Sendo uma Sociedade Perfeita a Igreja assume-se como não estando subordinada ao Estado laico e explicita sua presença na sociedade assumindo uma grande diversidade de ações paralelas ao Estado. Seja nas escolas, nos hospitais, em partidos políticos e outras tantas ações a Igreja se apresenta como a única tábua de salvação.

A eclesiologia jurídica da *societas perfecta* foi praticamente a eclesiologia dominante até a década de 1940, passando pela crise modernista, como crise de assimilação dos pressupostos científicos e hermenêuticos modernos, na abordagem de questões referentes à fé e à exegese. Mais tarde, a encíclica *Mystici Corporis Christi*, de Pio XII (1943), ultrapassa os padrões de uma eclesiologia jurídica. Nessa encíclica o papa faz um discurso global. Toma como ponto de partida a participação de todo batizado no “corpo místico” de Cristo, pela fé. Prepara-se, dessa forma, a proposta de renovação da Igreja que o Concílio vai assumir, seguindo as orientações do Papa João XXIII, que desejava uma Igreja aberta ao mundo contemporâneo, aos cristãos não-católicos e ao mundo dos pobres (CALIMAN, 2004, p.232).

Ao assumir-se como povo de Deus, a Igreja propõe uma fundamental inversão eclesiológica, cujo enfoque não será mais perceber-se como corpo rigidamente hierárquico. Essa foi a chave da eclesiologia conciliar. Isso porém não foi uma transformação pacífica, ao contrário foi um mar revolto de grandes

discussões que fez vir à tona a disputa entre duas concepções eclesiológicas com intenções e interesses bem definidos. Era claro no Vaticano II a retomada do espírito de colegialidade episcopal que durante o Vaticano I foi secundarizada. De um lado havia os defensores de um exercício do poder episcopal como governantes das Igrejas locais a serviço do papa, sem nenhuma compensação ao episcopado. Esse modelo de eclesiologia migrava ainda do Concílio Vaticano I. Do outro a colegialidade e corresponsabilidade.

Mas a Cúria não desistiu e, durante todo o Concílio, procurou obstaculizar a orientação dada pela maioria. Nem João XXIII nem Paulo VI quiseram desautorizar oficialmente os líderes conservadores da Cúria. Esta, longe de aceitar as orientações dos papas nunca deixou de conspirar. Com a sensibilidade de funcionários eclesiásticos, entreviam que, caso se aplicasse o princípio da colegialidade, o papa não iria perder sua importância, mas a Cúria teria o seu papel muito reduzido. Membros da administração defendiam supostos direitos adquiridos, e a rejeição da teologia que justificava a concentração de poderes na Cúria Romana vinha a enfraquecer essa argumentação. Rejeitada aquela teologia, as repartições da Cúria perderiam muitas atribuições (COMBLIM, 2004, p. 9-14).

É importante, todavia, verificar que a compreensão de povo de Deus não está restrita ao povo católico ou cristão. A Igreja sim, percebe-se como povo de Deus juntamente com todos os povos da terra. O povo de Deus não é um gueto habitado por alguns, mas todos são irmanados e constitutivos desse mesmo povo. Verifica-se assim que a própria categoria de um povo de Deus composto de todos os povos permite o diálogo não obstante as diferenças culturais e as diversidades religiosas que caracterizam os diversos povos. Essa nova compreensão da Igreja propõe superar as animosidades religiosas tantas vezes responsáveis pelas mais terríveis violências decorrentes da intolerância. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sinaliza a disposição da Igreja ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Essa disposição é verificável na Constituição, ao destacar positivamente os valores culturais dos povos e das tradições religiosas não cristãs.

Assim, pois, o único Povo de Deus estende-se a todos os povos da terra, recebendo de todos eles seus cidadãos para fazê-los cidadãos de um Reino com índole não terrestre mas celeste. Pois todos os fiéis dispersos pela terra estão em comunhão com os demais no Espírito Santo, e assim “aquele que ocupa a sede de Roma sabe que os da Índia são membros seus”. (cf. Jo 18,36), também a Igreja ou o Povo de Deus que forma este Reino, nada subtrai ao bem temporal de qualquer



povo, até pelo contrário fomenta e assume, enquanto bons, as capacidades, as riquezas e os costumes dos povos. Assumindo-os, purifica-os, reforça-os e eleva-os (VATICANO II, n.35, p.54).

A nova perspectiva da Igreja sobre si e sobre o mundo, sua disposição ao acolhimento e diálogo com os povos e as culturas, partindo da premissa da centralidade de Cristo aponta a *Lumen Gentium* como um dos documentos fundamentais do Concílio e permite que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade seja tessitura possível nas sociedades.

### **Declaração *Dignitatis Humanae* – Sobre a Liberdade Religiosa**

O primeiro documento a ser aqui apresentado no trato do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é a Declaração *Dignitatis Humanae*, que trata da Liberdade Religiosa. Esse documento percorreu um caminho longo que conta de 19 de novembro de 1963, apresentação do seu primeiro esquema; passou por um processo de grandes discussões entre os padres conciliares o que provocou nada menos que seis reelaborações da redação do texto até sua aprovação na Sessão Pública de 07 de dezembro de 1965; aprovado 2.308, contra 70 e 8 votos nulos, prevalecendo entre os conciliares a abertura para o diálogo ecumênico e inter-religioso. É importante considerar que o primeiro passo dado na perspectiva conciliar foi o reconhecimento da liberdade dos indivíduos e o respeito à sua liberdade de escolha bem como de adesão. O destaque à liberdade como um valor inalienável permite acusar a atualidade do Concílio e sua sintonia com a sociedade contemporânea polarizada, em cujo labirinto ideológico a liberdade não era um consenso.

DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA tornam-se os homens de nosso tempo sempre mais cômnicos. Cresce o número dos que exigem que os homens em sua ação gozem e usem de seu próprio critério e de liberdade responsável, não se deixando mover por coação, mas guiando-se pela consciência do dever. Da mesma forma, postulam uma delimitação jurídica do poder público, para não ser por demais cerceado o campo da liberdade honesta tanto da pessoa quanto das associações. Esta exigência de liberdade na sociedade humana visa soberanamente o que se refere aos bens da alma humana, sobretudo como é natural aqueles bens que atingem o livre exercício da religião na sociedade. Secundando com solicitude esses anelos dos espíritos e propondo-se declarar quanto são conformes à verdade e à justiça,

esse Sínodo do Vaticano perscruta a sagrada tradição e doutrina da Igreja, tirando daí coisas novas sempre de acordo com as verdades antigas (VATICANO II n 1533 p. 599).

Não somente os pólos comunista e capitalista, mas as inúmeras ditaduras dos regimes autoritários que continuavam surgindo, especialmente nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos que estavam sob a influência direta de um dos dois blocos em que a sociedade estava dividida apontam a ameaça contínua à liberdade. Percebe-se assim um avanço na perspectiva de abertura ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade no seio da Igreja, partindo do pressuposto da liberdade religiosa que indica a aceitabilidade da diversidade religiosa com a qual é possível e inevitável o diálogo para a construção da paz e da solidariedade entre os indivíduos, as sociedades e as culturas. Assim se expressa ao tocar na temática da liberdade religiosa:

Este Sínodo Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Consiste tal liberdade no seguinte: os homens todos devem ser imunes da coação tanto por parte de pessoas particulares quanto de grupos sociais e de qualquer poder humano, de tal sorte que em assuntos religiosos a ninguém se obrigue a agir contra a própria consciência, nem se impeça de agir de acordo com ela, em particular e em público, só ou associado a outrem, dentro dos devidos limites. Além disso declara que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, como a conhecemos pela palavra revelada de Deus e pela própria razão natural. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na organização jurídica da sociedade deve ser de tal forma reconhecido, que chegue a converter-se em direito civil" (VATICANO II n. 1536. p. 600).

É significativo que o indivíduo é apontado como capaz da liberdade e deve ser protegido de toda e qualquer ameaça à sua liberdade. Mesmo no tocante à religião a Igreja assume que deve ser resguardado o direito à liberdade religiosa, incluindo no tocante, a ação das diversas tradições religiosas ao transmitirem o conteúdo de suas verdades, sua doutrina. É possível verificar no Concílio a compreensão da religião, incluindo o catolicismo, uma organização para os indivíduos e não o inverso. Observe-se que nesse plano de uma abertura ao reconhecimento às diversidades religiosas, pode-se verificar na declaração *Dignitatis Humanae*, uma disposição da Igreja no sentido de reconhecer o direito de que não somente os cristãos possam exercer livremente seu credo. Vaticano

II (n.1533, p. 599), “Esta exigência de liberdade na sociedade humana visa soberanamente o que se refere aos bens da alma humana, sobretudo como é natural aqueles bens que atingem o livre exercício da religião na sociedade.”

Ao estudar a Declaração *Dignitatis Humanae* do Concílio Vaticano II, que trata da Liberdade Religiosa, verifica-se a dificuldade de aceitação que a temática encontrou por parte considerável dos padres conciliares, o que provocou várias reelaborações do texto até que fosse aprovado. Um problema que marcará ainda por longos anos a concretização do diálogo inter-religioso na prática sócio evangelizadora por parte de muitos membros do clero e do laicato católicos. Contudo a posição oficial do magistério católico não recuou apesar da indisposição de membros tanto da hierarquia quanto do laicato. Como explicita-se a percepção do magistério ao pronunciar-se sobre a liberdade religiosa.

Encontra-se traços da percepção da Igreja na compreensão e aceitação do livre exercício da religião na sociedade como um valor inerente à dignidade da pessoa humana. Aponta esse documento uma virada de página no modo como até então, em geral, a Igreja se relacionava com as religiões não cristãs; um modo fortemente agressivo no sentido de identificá-los como destituídas da verdade e da possibilidade de levar a pessoa humana à salvação.

Consta, pois, que os homens de nosso tempo desejam poder professar livremente a religião tanto em particular quanto em público. Consta mesmo que a liberdade religiosa em muitas Constituições já é declarada como direito civil e é solenemente reconhecida por documentos internacionais. No entanto, ainda existem regimes que, embora reconheçam em sua Constituição a liberdade do culto religioso, levam assim mesmo seus poderes públicos a empenhar-se em afastar os cidadãos da profissão da religião, dificultando ao máximo e pondo até em perigo a vida das comunidades religiosas (VATICANO II, n. 1573-1574, p. 614).

É possível verificar nessa declaração que o reconhecimento da diversidade e sua aceitação estão contidos no programa de *aggiornamento* desejado pelo Papa João XXIII, para o qual convocou o Concílio. Embora o texto insista na centralidade de Cristo como ápice da revelação, ao qual todos os povos são chamados, a *Dignitatis Humanae* faz emergir o respeito à liberdade dos indivíduos que professam uma fé não cristã e a convivência cordial com as diferenças religiosas.

Pois o discípulo se compromete por um grave dever para com Cristo Mestre a conhecer sempre mais cabalmente a verdade d'Ele recebida, a anunciá-la com fidelidade e a defendê-la com coragem, excluídos os meios contrários ao espírito do Evangelho. Ao mesmo tempo, porém, anima-o a caridade de Cristo a tratar com amor, prudência e paciência os homens que vivem no erro ou na ignorância acerca da fé. Não de levar-se assim em conta tanto os deveres para com Cristo, o Verbo vivificante que deve ser pregado, quanto os direitos da pessoa humana, como ainda a medida da graça dada por Deus através de Cristo ao homem que é convidada a receber e professar voluntariamente a fé (VATICANO II, n.1572, p. 614).

Adequar seu modo de pensar o mundo, as sociedades, as culturas e os indivíduos a partir da realidade concreta em que se encontram. O reencontro da Igreja com o indivíduo é marca forte na proposta conciliar; vê-lo a partir da vida real permitirá o reconhecimento e respeito ao diferente, que deixa de ser estranho.

DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, tornam-se os homens de nosso tempo sempre mais cômicos. Cresce o número dos que exigem que os homens em sua ação gozem e usem de seu próprio critério e de liberdade responsável, não se deixando mover por coação, mas guiando-se pela consciência do dever (VATICANO II, n. 1533, p.599).

O Concílio propõe e assume uma nova perspectiva da qual nasce um discurso positivo sobre as religiões não cristãs, as quais passam a ser acolhidas como um dinamismo próprio cujo esforço é levar os homens ao encontro com o absoluto. Esse absoluto na percepção do Concílio é o Amor Universal. A mudança de olhar do Concílio sobre os não cristãos é possível graças ao novo postulado conciliar de substituir a condenação pelo diálogo com todas as esferas das sociedades e das culturas. Josaphat (2013, p. 266) “As interpretações sobre as religiões não cristãs podem ser positivas, porque o Concílio desenvolve a dinâmica de ver o outro não como elemento estranho ao seu universo, mas busca identificar o que tem de melhor”.

A declaração passa a dar das religiões a explicação positiva que vem de sua atitude contemplativa de Deus agindo na história e conduzindo a marcha da humanidade rumo a seu destino, que o Concílio põe em referência com o Amor Universal que é o Deus do Evangelho (JOSAPHAT, 2013, p. 265).

É possível assim, verificar que a Igreja ultrapassa os limites institucionais que poderiam lhe reservar privilégios, lançando-lhe para o universo da pessoa e não da instituição como destinatário de sua abertura e prática no campo do diálogo ecumênico e inter-religioso. Pode-se verificar ainda que a Igreja avançou na consciência de que o caminho do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade é um elemento indispensável para a construção da paz e a solidariedade humana. Esse princípio traz consigo a possibilidade de convivência entre as diferenças.

Tudo isto aparece ainda mais claramente quando se considera que a suprema norma da vida humana é a própria lei divina, objectiva e universal, com a qual Deus, no desígnio da sua sabedoria e amor, ordena, dirige e governa o universo inteiro e os caminhos da comunidade humana. Desta sua lei, Deus torna o homem participante, de modo que este, segundo a suave disposição da divina providência, possa conhecer cada vez mais a verdade imutável (3). Por isso, cada um tem o dever e conseqüentemente o direito de procurar a verdade em matéria religiosa, de modo a formar, prudentemente, usando de meios apropriados, juízos de consciência rectos e verdadeiros. Mas a verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou ensino, da comunicação e do diálogo, com os quais os homens dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na inquirição da verdade; uma vez conhecida esta, deve-se aderir a ela com um firme assentimento pessoal (VATICANO II, n. 1538-1539, p. 601-602).

Não se trata por isso, de uniformizar a religião ou impor uma verdade sobre as outras. É possível identificar na perspectiva do Concílio Vaticano II uma compreensão da Igreja que assume a religião a serviço do bem da humanidade e não um fim em si mesma.

A contemplação se enraíza na caridade, que vê Deus como o único digno de amor e se compraz nesse Bem soberano e na conformidade com a Vontade Divina. E esta fé, na sua radicalidade evangélica, vê Deus no próximo, amável no próximo, tornando-o divinamente amável – o que traz, ainda por cima, a felicidade de poder fazer alguma coisa por Deus fazendo-a pelo próximo. Esta verdade cristã primordial é efetivamente fonte de contemplação quando se torna dominante, quando supera tudo o mais para se tornar a força motora da existência (JOSAPHAT, 2013, p. 273).

Mas, é preciso manter-se alinhado às convicções pessoais e nelas seguros compreender, aceitar, respeitar e assegurar a convivência, a relação e a paz na sociedade humana, o que permitiria a superação do estranhamento

entre pessoas e povos pela solidariedade no gênero humano. Daí a insistência da Igreja Católica em não reduzir a temática da liberdade religiosa, e aqui vislumbra-se o diálogo inter-religioso como expressão dessa mesma liberdade, ao âmbito interno das instituições religiosas, mas fazê-lo compreendido como assunto e necessidade social assegurado pelos poderes públicos.

É manifesto que todos os povos tendem dia a dia para a unidade, que os homens de cultura e religião diferentes se entrelaçam por relações mais estreitas, que afinal cresce a consciência da responsabilidade de cada qual. Por isso, com o fito de estabelecer e consolidar as relações pacíficas e a concórdia no gênero humano, exige-se que por todas as partes do mundo a liberdade religiosa se proteja por uma eficaz tutela jurídica e se respeitem os supremos deveres e direitos dos homens de levarem livremente vida religiosa na sociedade (VATICANO II, N.1576, p.615).

### **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* – Sobre a Igreja no Mundo de Hoje**

Apresentada no Concílio, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que trata da Igreja Católica no mundo de hoje, destaca a sua colaboração à família humana universal. Trata-se então de perceber-se como presença que coopera, que se integra e pretende atuar ao lado dos outros.

AS ALEGRIAS E AS ESPERANÇAS, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. Com efeito, a sua comunidade se constitui de homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo, na sua peregrinação para o Reino do Pai. Eles aceitaram a mensagem da salvação que deve ser proposta a todos. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história (VATICANO II n. 200 p. 144).

Essa constituição sinaliza a abertura da Igreja ao mundo pluricultural, dispondo-se ao diálogo numa sociedade multicultural com uma mensagem de esperança na modernidade.

Essa sensibilidade de abertura foi essencial para a instauração de um clima de diálogo não só com o mundo moderno, mas também com as demais Igrejas (ecumenismo) e religiões não-cristãs (diálogo inter-religioso). A Igreja Católica estava agora envolvida por uma nova solicitação, marcada pela tônica da busca e o imperativo da comunhão. A renovação profética exigia a superação de posicionamentos cerrados, de certezas dogmáticas, de insulmentos surdos aos apelos da alteridade. Instaurava-se com o Concílio as premissas em favor da

“superação do eclesiocentrismo” e da “relativização da eclesiologia”. A Igreja católica passou a reconhecer-se como “mistério”, distinta do horizonte mais amplo do Reino de Deus e fiel servidora de seus valores na história (TEIXEIRA, 2004, p. 273).

A elaboração da *Gaudium et Spes* não foi um processo simples, ao contrário foi oportunidade de fortes conflitos que explicitaram as duas correntes presentes entre os padres conciliares. De um lado o desejo do Concílio em lançar a Igreja na realidade do mundo contemporâneo e sua disposição em substituir a prática da condenação pelo diálogo com todas as realidades presentes na sociedade e sua pretensão de falar a homens concretos com seus problemas reais. De outro, um grupo de conciliares que insistiam nas prerrogativas tridentinas e do Vaticano I, e pretendiam inibir as reformas empreitadas pelo Vaticano II. Deixar uma espiritualidade desencarnada e abrir as portas de uma Igreja fechada e centralizada em si mesma foi um grande desafio ao Concílio, e traduzir essa nova dinâmica em forma de documento exigiu grande esforço dos padres conciliares.

Defrontar-se com o projeto generoso e ambicioso do diálogo da Igreja com o mundo atual e com toda a humanidade é conhecer o *piloti sine qua non* da *Gaudium et Spes*. O ensinamento inovador da constituição é revisitado e examinado neste artigo, na tessitura de três categorias: o ponto de partida do diálogo, a forma e o método do discurso e o seu estilo. Elas trazem à baila o desafio de encontrar o tom acertado, a atitude adequada, o método apropriado para a tarefa da Igreja católica de dirigir-se ao mundo, haurindo dos gestos dos Padres conciliares os caminhos que eles abriram, que permanecem exemplares (ROUTHIER, 2015, p. 161).

A Igreja saía das muralhas do Vaticano e estava disposta a falar ao mundo. Não se tratava mais de um mundo ideal, homogêneo e monocultural. É possível verificar, ao tratar desse documento que a Igreja abria-se ao mundo diverso e dividido a fim de dialogar.

O mundo portanto que tem diante dos olhos é o dos homens, e toda a família humana com a totalidade das coisas entre as quais vive; este mundo, teatro da história do gênero humano e marcado por sua atividade: derrotas e vitórias; esse mundo criado e conservado pelo amor do Criador, segundo a fé dos cristãos; esse mundo na verdade foi reduzido à servidão do pecado, mas o Cristo crucificado e ressuscitado quebrou o poder do Maligno e o libertou, para se transformar de acordo com o plano de Deus e chegar à consumação (VATICANO II n. 202 p. 144).

Ao tratar dessa disposição da Igreja no sentido de abrir-se ao mundo contemporâneo e buscar a adequação de sua linguagem e suas posturas no cenário da modernidade pelo diálogo, considera-se que tem em vista os três horizontes que formam o universo espiritual: a dimensão antropológica, a dimensão teológica e a dimensão sociológica.

O Concílio Vaticano II fez o encontro oficial da teologia com a modernidade. Não se tratou de simples modernização, nem mera atualização, nem uma renovação da teologia. Essas categorias são por demais limitadas para dar conta desse novo paradigma. A modernização conota antes o aspecto funcional de introduzir numa realidade os procedimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos na era moderna e contemporânea (LIBÂNIO, 2002, p. 65).

Não se apoiará unicamente em sua estrutura teológica ou em seus dogmas. WOLFF (2016, p. 97) “A espiritualidade é, a um só tempo, humana, religiosa e social. Esses horizontes expressam o espírito de um credo, e nesse espírito e que deve acontecer o encontro entre as religiões”.

Nesse encontro as religiões se enriquecem mutuamente no que cada uma tem de mais essencial para humanizar a pessoa, dar testemunho da fé em Deus e agir no mundo. Os horizontes mencionados são comuns às diferentes tradições religiosas e espirituais, o que contribui para a relação entre elas. O diálogo das religiões é, em maior profundidade, um diálogo das espiritualidades (WOLFF, 2016, p. 97).

Verificou-se um cuidadoso processo de discussão sobre sua redação e seu conteúdo desde a apresentação de sua primeira redação datada de maio de 1963. Depois de várias modificações textuais, no dia 02 de dezembro de 1965, foi apresentado um texto definitivo que foi votado e aprovado capítulo por capítulo no dia 04 de dezembro de 1965; e no dia 6 de dezembro do mesmo ano foi votado em seu conjunto. Somente no dia 07 de dezembro de 1965, em Sessão Pública o documento foi aprovado com 2.309 votos favoráveis, 75 votos negativos e 7 votos nulos. Nessa perspectiva da Igreja se propõe ser presente na sociedade como cooperadora na busca e descoberta de caminhos novos que conduzam à convivência pacífica. Trata-se de uma nova perspectiva da compreensão da presença da Igreja na sociedade.

Por isso, proclamando a vocação altíssima do homem e afirmando existir nele uma semente divina, o Sacrossanto Concílio oferece ao



gênero humano a colaboração sincera da Igreja para o estabelecimento de uma fraternidade universal que corresponda a esta vocação. Nenhuma ambição terrestre move a Igreja. Com efeito, guiada pelo Espírito Santo ela pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para condenar, para servir e não para ser servido (VATICANO II n. 204 p. 145).

O Concílio tem diante de si um grande desafio, reafirmar a doutrina soteriológica<sup>19</sup>, segundo a qual somente em Jesus Cristo é possível ao ser humano salvar-se; mas, precisa compreender como a salvação acontecerá em outras tradições religiosas, visto que a perspectiva conciliar aponta para o reconhecimento da possibilidade da verdade e da salvação nas diversas tradições religiosas não cristãs. A solução será contemplada no número 22 da *Gaudium et Spes* que indicará a absoluta liberdade de ação de Deus no modo *Deo cognitio*. Foi um salto considerável da Igreja, a afirmação da salvação centrada no Salvador e não nas organizações em torno Dele.

Afirmando Cristo (e não a Igreja ou o Cristianismo) como a única mediação salvífica entre Deus e a humanidade (cf., At 4,12; 1Tm 2,3-5; GS 22), o concílio possibilita à teologia pós-conciliar considerar as religiões no horizonte das mediações da graça crística, concretizações diferenciadas do diálogo salvífico que Deus estabelece com a humanidade. É o Espírito de Cristo que se manifesta como fundante e sustento de todas as experiências, de Deus, no Cristianismo e para além dele. Esse Espírito, dado a todas as pessoas e povos, é pródigo na dispensa de dons e suscita a perseverança nas boas práticas de suas tradições culturais e religiosas, como o cuidado que Deus tem para com a salvação de todos: “Deus cuidou continuamente do gênero humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação (cf. Rm 2,6-7)” (WOLFF, 2016, p. 100).

Verifica-se que já não se trata de insistir na construção de um mundo uniformizado, nem tão pouco de catolicizar os não católicos e menos ainda pretender um mundo somente cristão. Contra as inovações propostas pelo Vaticano II, havia um grupo de padres conciliares, especialmente liderados pela Cúria Romana que insistia em manter as estruturas eclesiais, teológicas e pastorais do Concílio de Trento e do Concílio Vaticano I. Contudo o Concílio

---

<sup>19</sup> Soterologia. Do grego, Σωτηριολογία: sōtērion: salvação + lógos: estudo. Parte da teologia que estuda a salvação do homem por um redentor, um salvador. No caso dos cristãos, estudo da salvação dos homens realizada por Jesus Cristo.

Vaticano II prevaleceu com a proposta de inovação na vida interna e externa da Igreja.

Essa tendência hegemônica na saída do Concílio Vaticano II defronta-se com uma outra, residual, que insiste nos elementos teológicos tridentinos da Contra-Reforma e do Vaticano I. Uma teologia de cunho primacial, clerical, sociojurídico e apologético. Afirmava sobretudo a estrutura hierárquica, a autoridade jurídico-institucional dos seus ministérios, máxime do Primado. Os três centros da Igreja – romano, diocesano e paroquial – permaneciam praticamente intocados pelo espírito de colegialidade, soprado no Vaticano II. O eclesiocentrismo se contrapunha ao reinocentrismo. A autoridade, a ortodoxia, a lei, as tradições, as normas, o dogma na sua objetividade definida, os aspectos institucionais, a insistência nos contornos visíveis e juridicamente determinados, as resistências às inovações e mudanças, a afirmação da doutrina católica sem preocupação dialogal, uma desconfiança das realidades terrestres, um espiritualismo desencarnado, uma escatologia das últimas realidades, a tendência à uniformidade: eis alguns traços do paradigma anterior que teimavam em impor-se ( LIBÂNIO, 2002, p. 70 – 71).

Essa foi uma herança da cristandade que pretendeu uniformizar as culturas e a fé. O Concílio faz compreender que a paz exige o diálogo com as diferenças e, por conseguinte a recusa ao monopólio de uma tradição religiosa sobre as demais. É possível assim verificar nesse documento conciliar a disposição da Igreja no sentido de acolher a diversidade cultural nas sociedades contemporâneas, como se pode ler,

Por isso o Concílio, testemunhando e expondo a fé de todo o povo de Deus congregado por Cristo, não pode demonstrar com maior eloquência sua solidariedade, respeito e amor para com toda a família humana, à qual esse povo pertence, senão estabelecendo com ela um diálogo sobre aqueles vários problemas, iluminando-os à luz tirada do Evangelho e fornecendo ao gênero humano os recursos de salvação que a própria Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe de seu Fundador. É a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renomada. É, portanto, o corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, que será o eixo de toda a nossa explanação (VATICANO II n. 203 p. 144).

O Concílio chamou a atenção para a necessidade de a Igreja conhecer o mundo em que estava inserida; um convite a uma releitura de sua prática de condenação que a mantinha entrincheirada em si mesma e a distanciava das novas realidades sociais, políticas e individuais.

O colóquio é, portanto, modo de exercer a missão apostólica, arte de comunicação espiritual. Os seus caracteres são os seguintes: l)

Primeiro que tudo, a clareza. O diálogo supõe e exige compreensibilidade, é transfusão do pensamento, é estímulo do exercício das faculdades superiores do homem. Bastaria este seu título para o classificar entre os mais altos fenômenos da atividade e da cultura humana; e basta, esta sua exigência inicial, para levar o nosso zelo apostólico a rever todas as formas da nossa linguagem: para examinar se ela é compreensível, popular e digna. 2) Outro caráter é a mansidão, aprendida na escola de Cristo, como Ele nos recomendou: "aprendei de mim que sou manso e humilde de coração" (Mt 11,29). O diálogo não é orgulhoso, não é pungente, não é ofensivo. A autoridade vem-lhe da verdade que expõe, da caridade que difunde, do exemplo que propõe; não é comando, não é imposição. O diálogo é pacífico, evita os modos violentos, é paciente e é generoso. 3) Outra característica é a confiança, tanto na eficácia da palavra-convite, como na receptividade do interlocutor. Produz confidências e amizade, enlaça os espíritos numa adesão mútua ao Bem, que exclui qualquer interesse egoísta. 4) E o último caráter é a prudência pedagógica, que atende muito às condições psicológicas e morais de quem ouve (cf: Mt 7,6): se criança, se inculto, indisposto, desconfiado e mesmo hostil. Essa prudência leva a tomarmos o pulso à sensibilidade alheia e a modificarmos as nossas pessoas e modos, para não sermos desagradáveis nem incompreensíveis. No diálogo, assim entabulado, realiza-se a união da verdade e da caridade, da inteligência e do amor (PAULO VI, 1964, n. 47).

Uma vez que pretendia falar ao mundo dos homens, não podia furtar-se a esse mundo e precisa compreender suas novas estruturas, os males e os benefícios daí decorrentes. O mundo, ao que indica a leitura desse documento, é descortinado e desvestido de seu caráter maligno, sendo então acolhido como realidade dos homens e das sociedades. Um novo continente simbólico e real foi construído às margens da Igreja.

Importantes elementos para uma avaliação positiva das outras tradições religiosas serão encontrados na *Gaudium et spes*. Marcada pela perspectiva de abertura ao mundo e aos outros, essa constituição pastoral revela um olhar marcadamente otimista. Sintonizada com a dinâmica dialogal, a GS reconhece nas outras tradições "preciosos elementos religiosos e humanos" (GS, n. 92) (TEIXEIRA, 2004, p. 281).

A ação que o Concílio propõe à Igreja no sentido de restabelecer um diálogo com a sociedade é marcada pelo abandono das práticas precedentes que partia da premissa da impossibilidade da presença da verdade em qualquer realidade religiosa que não fosse a Igreja.

A questão do diálogo aparece viva na *Gaudium et Spes*, em sintonia com toda a dinâmica conciliar de abertura ao mundo. Trata-se de um desejo ardente de "prestar serviço aos homens do mundo de hoje, com generosidade sempre maior e mais eficaz". Nessa tarefa a Igreja se vê acompanhada não só pelos irmãos cristãos, mas também por todos

aqueles “que amam e praticam a justiça” (GS, n. 93). A relação e o diálogo com os outros em favor do crescimento e afirmação da comunidade humana aparecem como centrais na GS, ou seja, a busca de um “diálogo fraterno” que se aperfeiçoa em profundidade “na comunidade de pessoas, e que exige uma reverência mútua para com sua plena dignidade espiritual” (GS, n. 23). O espírito do diálogo deve começar “no seio da própria Igreja”, mediante a estima mútua, o respeito e o reconhecimento do valor da diversidade. E daí se estender para os fiéis das comunidades cristãs não-católicas e a “todos que admitem Deus”. Um “diálogo aberto” que propicie o acolhimento dos “impulsos do Espírito e o cumprimento deles com entusiasmo” (GS, n. 92). (TEIXEIRA, 2004, p. 282).

Toda essa realidade nova da Igreja sobre si mesma apoia-se na dinâmica do Concílio Vaticano II que assumiu um recolocar das coisas em seu lugar. A decisão de substituir o Eclesiocentrismo pelo Cristocentrismo<sup>20</sup>, o que propõe uma dinâmica da salvação como ação única de Cristo para todos os homens de todos os tempos, não sendo exclusividade do cristão ser salvo. Uma dinâmica do Espírito que supera todo entendimento humano.

Feito conforme à imagem do Filho que é o Primogênito entre muitos irmãos, o homem cristão recebe “as primícias do Espírito” (Rom 8,23), que o tornam capaz de cumprir a nova lei de amor. Por esse Espírito, “penhor da herança” (Ef 1,14) o homem todo se renova interiormente, até a “redenção” do corpo” (Rom 8,32). “Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus Cristo dos mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Jesus Cristo dos mortos, vivificará também os vossos corpos mortais, por virtude do seu Espírito que habita em vós” (Rom 8,11). [...] Isto vale não somente para os cristãos, mas também para todos os homens de boa vontade em cujos corações a graça opera de modo invisível. Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem, isto é, divina, devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus a este mistério pascal (VATICANO II, n. 267 – 268, p. 165-166).

---

<sup>20</sup> Jacques Dupuis. O cristianismo e as Religiões – do desencontro ao encontro. Tradução: Orlando Soares Moreira. Edições Loyola. São Paulo, 2004. Página 208. A mudança de paradigma com que se passou do eclesiocentrismo ao cristocentrismo representa, com efeito, uma importante reviravolta prenhe de consequências não apenas para uma teologia das religiões (inclusivismo contra exclusivismo), mas para a teologia em geral. Ela implica uma radical descentralização da Igreja, que se encontra agora re-centrada no mistério de Jesus Cristo. É Cristo e não a Igreja que está no centro do mistério cristão; a Igreja é, ao contrário, um mistério derivado, relativo, que encontra nele a sua razão de ser. Essa descentralização da Igreja, e sua consequente centralização em Jesus Cristo, é absolutamente necessária, se ela quiser evitar tendências eclesiológicas maximalistas, cujo exemplo extremo é o axioma “Fora da Igreja não há salvação”. Uma tacanha aproximação eclesiocêntrica deve ser substituída por uma perspectiva cristocêntrica mais ampla.

Essa afirmação do Concílio é reveladora da intenção da Igreja Católica de não somente reconhecer o valor das diversas tradições religiosas, e por isso admitir a diversidade religiosa como algo positivo, mas ainda acolher com respeito e em diálogo tal diversidade.

De fato, a "valorização positiva" do pluralismo religioso é explicitamente reconhecida pelo Concílio Vaticano II. Está claramente formulado por muitas expressões como, por exemplo, falamos de "elementos religiosos e humanos preciosos" dessas tradições (GS 92), ou "tudo o que, com eles, pode ser considerado bom e verdadeiro" (GS 16), ou, elementos de "verdade e graça" (AG 9), "de verdade e santidade, novamente, raio de verdade que ilumina todos os homens (A 2), para citar algumas expressões<sup>21</sup> (ELARION, 2018, p. 5-6 - tradução nossa).

Ao reconhecer que a salvação pode ser alcançada fora do modo ordinário, o cristianismo, reafirma Jesus Cristo como único meio de salvação, mas reconhece que os homens podem ser levados à fonte de salvação que é Jesus por um modo conhecido somente por Deus, modo *Deo cognitio*. Dessa forma mesmo que não tenham recebido o anúncio do Evangelho de Jesus Cristo, de algum modo Deus os conduzirá à salvação em Jesus. Essa disposição da Igreja em relação às outras tradições religiosas levanta, contudo, alguns elementos desafiadores.

Como conciliar a convicção fundamental da fé cristã, que afirma que Deus é definitivamente revelado em Jesus Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro homem para a salvação de todos, com o reconhecimento do valor positivo das outras religiões do mundo? Por que um evento particular, uma vez que está situado no espaço e no tempo, tem um alcance não-transversal e transhistórico? Pode-se dizer claramente que o processo de salvação é realizado de forma independente e inequívoca por outras religiões? Ou, pelo menos, não podemos dizer que existem em outras religiões "mediadores" da salvação? E mais uma vez, como respeitar experiências "salvíficas" não-cristãs no que elas especificam às afirmações de nossa fé? De fato, a Trindade é a fonte da universalidade da salvação. Em outros termos, Deus é a raiz primeira da universalidade da salvação. Ele é a fonte da qual brota a vida da Igreja e de sua missão no mundo, tanto em sua vida como um povo de Deus, em seu ministério e em sua relação com as religiões históricas ou mesmo com o mundo. Em outras palavras, o objetivo primordial de toda ação pastoral da Igreja é a salvação do ser humano (ELARION, 2018, p. 6-7 - tradução nossa).

---

<sup>21</sup> De fato, a "valorização positiva" do pluralismo religioso é explicitamente reconhecida pelo Concílio Vaticano II. É claramente formulada por muitas expressões como, por exemplo, falamos de "preciosos elementos religiosos e humanos" dessas tradições (GS 92), ou "tudo que nelas possa-se achar de bom e verdadeiro" (GS 16), ou, elementos de "verdade e graça" (AG 9), "de verdade e santidade", ou ainda, "um raio da verdade que ilumina todos homens" (NA 2).

Ao propor o diálogo, a Igreja não acrescenta apenas mais um item em seu escopo doutrinário, mas reelabora a percepção de seu papel na sociedade. Um agir que não aponte para si mesma, mas que aponte para a pessoa humana, sua dignidade e o respeito à sua identidade livre e autônoma,

O homem, porém, não pode voltar-se para o bem a não ser livremente. Os nossos contemporâneos exaltam e defendem com ardor esta liberdade. E de fato com razão. Contudo, eles a fomentam muitas vezes de maneira ciciada, como uma licença de fazer tudo o que agrada, mesmo o mal. A verdadeira liberdade, porém, é um sinal eminente da imagem de Deus no homem. Pois Deus quis “deixar ao homem o poder de decidir”, para que assim procure espontaneamente o seu Criador, a Ele adira livremente e chegue à perfeição plena e feliz. Portanto a dignidade do homem exige que possa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e não por força de um impulso interno cego ou debaixo de mera coação externa (VATICANO II, n 249 p. 150).

### **Decreto *Unitatis Redintegratio* – Sobre o Ecumenismo**

Avançando no processo em direção ao ecumenismo o Concílio trouxe à tona o Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o Ecumenismo. Já na primeira sessão de 1962, no Concílio Vaticano II, três documentos sobre ecumenismo elaborados por comissões diferentes foram apresentados aos padres conciliares, na seguinte dinâmica. Um documento que tratava da unidade da Igreja, elaborado pela Comissão das Igrejas Orientais em novembro de 1962; um capítulo sobre o ecumenismo, elaborado pela Comissão Teológica; um decreto preparado pelo secretariado para a União dos Cristãos. Esses dois últimos não chegaram a ser debatidos. No dia 1 de dezembro de 1962 em uma votação especial aprovou-se uma proposta de transformar os três documentos em um só Decreto, que deveria então ser elaborado pelo Secretariado para a União dos Cristãos.

É importante ressaltar que o ambiente eclesial católico não era unânime em considerar a necessidade e a viabilidade de diálogo entre a Igreja Católica e as denominações não católicas. Havia ainda a inaceitação de que fora da Igreja Católica existisse a presença da verdade revelada. Perpassava a mente de alguns padres conciliares e mesmo outros membros da Igreja a afirmação da impossibilidade de diálogo entre a verdade e não verdade. Para os opositores dessa aproximação com os outros, a verdade estava somente na Igreja Católica,

e ao contrário de dialogar com os demais, a Igreja devia simplesmente reafirmar-se como única, verdadeira Igreja de Jesus Cristo e quem estivesse fora dela estava no erro; devia converter-se e retornar ao seio da única Igreja verdadeiramente de Cristo.

Os adversários do ecumenismo, em sua expressão radical, digamos fundamentalista, se apegam a um antinomismo absoluto e irredutível: só existe uma única Igreja verdadeira e todas as outras são simplesmente falsas. Não há possibilidade de diálogo entre a verdade e o erro. Os errados devem se converter à verdade, abandonar suas falsas Igrejas e entrar para a única Igreja verdadeira. [...] A rejeição da prática ecumênica buscava se apoiar na pura evidência, no princípio de contradição, do sim e do não. A Igreja Católica é a única verdadeira Igreja de Cristo, todas as outras são falsas. Não há lugar para dialogar com o erro nem de reconhecer ao erro o direito à liberdade (objeção encarecida e respondida com clareza na declaração conciliar sobre a liberdade religiosa) (JOSAPHAT, 2013, p. 260 -261).

Vale lembrar que essa compreensão não expressava o pensar da Igreja, especialmente no Concílio Vaticano II sobre as Igrejas não Católicas, e nem sobre o ecumenismo. O próprio Concílio explicita isso em seus textos e declarações. Josaphat (2013, p. 261) “O Concílio vai lançar e explicar o grande princípio que sustenta todo o seu dinamismo. O amor da Verdade suscita a parceria na busca da unidade”.

Embora o movimento para o ecumenismo na modernidade conte mais de um século, a Igreja Católica oficialmente entrou nessa discussão com um atraso de 50 anos. O período anterior foi marcado fortemente por uma aversão e condenação das denominações cristãs não católicas. Considere-se o forte eclesiocentrismo presente na Igreja. Essa postura foi responsável pelas divergências durante as discussões conciliares sobre o tema do ecumenismo. Ainda assim vale considerar que algumas iniciativas ao longo desse período que antecedeu o Concílio Vaticano II no campo do ecumenismo são reais por parte de membros da Igreja. Contudo não era uma preocupação do magistério católico.

A Igreja Católica Romana (RCC) é uma retardatária do movimento ecumênico moderno. Ainda se recuperando da Reforma Protestante, sua atitude em relação ao ecumenismo foi muito moldada por uma eclesiologia de "retorno" dos "cismáticos" e "hereges" à Santa Igreja Católica Romana. Quando o bispo anglicano Charles Brent se encontrou com o papa Bento XV em 1919 para discutir a possível participação da RCC no movimento F & O, o papa declinou. Mas ele

prometeu orar pela iniciativa e acrescentou que "se o congresso for praticável, os participantes podem, pela graça de Deus, ver a luz e reunir-se à cabeça visível da igreja, por quem seriam recebidos de braços abertos". "(35) Os escritórios do Vaticano igualmente recusaram quando convidados a enviar participantes católicos para a primeira conferência de Vida e Trabalho (1925). Certamente não é coincidência que a encíclica *Mortalium animos* ("Sobre a Unidade Religiosa") do Papa Pio XI tenha sido promulgada logo após a primeira conferência da Fé e Ordem em 1927. O documento começa informando aos católicos sobre os esforços ecumênicos em curso e as tentativas de promover a unidade entre os cristãos. Em seguida, adverte-os a ficarem atentos de que "por baixo dessas palavras sedutoras e mentiras esconde-se um erro gravíssimo, pelo qual os alicerces da fé católica são completamente destruídos" (n. 4) (CHIA, 2015, p. 515 - tradução nossa).

O Concílio muda a natureza da reflexão sobre a divisão dos cristãos; abre um leque que por si permite a possibilidade do diálogo com as diferenças. Tendo em outros tempos a tenaz convicção de que os que saíram estavam no erro e eram responsáveis por esses mesmos erros. Dessa maneira ficava a Igreja isentada de qualquer responsabilidade pela separação e divisão entre os cristãos.

Rompendo com o clima de medo, de vigilância e reserva, o Vaticano II fala claro, tomando uma posição ecumênica, doutrinal e prática, de valor primordial e decisivo: "Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II" – tal é a palavra de entrada do decreto (n.1) (JOSAPHAT, 2013, p.259).

O Concílio faz um *mea culpa*, e inclui também atitudes da Igreja Católica como responsáveis da divisão entre os cristãos. Por conseguinte cabe à mesma Igreja rever suas atitudes e buscar o diálogo, a comunhão e a fraternidade com os irmãos separados.

O Concílio pede, então, uma reversão que é uma conversão. Ele pratica e quer promover a reversão da posição intolerante, generalizada na cristandade e por vezes praticada pela Igreja Católica. Essa reversão é uma conversão intelectual e cultural, mas sobretudo espiritual, teológica. É uma questão de prioridade. A Igreja da Verdade deve apontar os erros e corrigir os errados. Mas, a sua primeira atitude para que essa atitude corretiva seja eficaz é que reconheça, testemunhe a parte de verdade e de bondade naquele que é ou foi seu adversário. Ele só se corrigirá e progredirá tomando consciência da herança de verdade, de valores, de dons de que já está dotado, e que a Igreja vem despertar, reforçar, ajudar a viver e a conviver em comunidade (JOSAPHAT, 2013, p. 263).



Depois de intensas discussões e intervenções modificativas do texto, no dia 1 de novembro de 1964 o Papa Paulo VI aprovou o Decreto e determinou que fosse promulgado.

A reintegração da Unidade entre todos os cristãos é um dos objetivos principais do Sagrado Sínodo Ecumênico Vaticano Segundo. O Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja. Todavia muitas Comunhões cristãs se apresentam aos homens como sendo a herança verdadeira de Jesus Cristo. Todos, na verdade, se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e andam por caminhos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. Esta divisão sem dúvida, contradiz abertamente a vontade de Cristo, e se constitui em escândalo par o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a de toda criatura (VATICANO II, n. 751, p. 309).

A iniciativa por parte do magistério da Igreja Católica Romana no tocante ao diálogo ecumênico deu sinais da superação de uma idéia distorcida sobre o ecumenismo. Não se tratava de fazer com que os cristãos não católicos reconhecessem seu pecado de separação e voltassem à comunhão com a Igreja. Havia por parte do Concílio uma disposição em rever o olhar e a postura da Igreja em relação aos cristãos separados da Igreja Católica Romana.

Uma das maiores expressões conciliares desse fato é o decreto sobre o ecumenismo, *Unitatis redintegratio*, declarando ser a busca da unidade entre todos os cristãos um dos objetivos principais do Concílio (cf. UR, n. 1). [...] O ensinamento conciliar incentiva todo tipo de iniciativa que favoreça a unidade, fortalecendo quatro elementos: a) o ecumenismo como uma atitude, com um comportamento dialogante em face das diferentes Igrejas, eliminando palavras, juízos e ações que não correspondam à condição dos irmãos separados (cf. UR, n.4); b) o diálogo teológico, para aprofundar a doutrina cristã nas várias confissões, distinguindo o \*conteúdo\* e as “formas” de explicação das verdades da fé (cf. UR, nn. 9.11), e compreendendo que existe uma \*hierarquia das verdades\*, que mostra “o diverso nexo com o fundamento da fé cristã (cf. UR, n. 11); c) a cooperação prática, que favorece a co-responsabilidade das Igrejas em iniciativas pastorais concretas (cf. UR, n. 12); d) o ecumenismo espiritual, considerando a oração “a alma de todo o movimento ecumênico” (cf. UR, n. 8). (WOLFF, 2004, p.256).

A Igreja convocou, a partir do Concílio, não somente os membros do clero, mas também os fiéis católicos a renovarem sua disposição em relação aos cristãos não católicos e ao ecumenismo. De modo que o Concílio apresentou a compreensão que a Igreja assumia sobre ecumenismo.

Por “Movimento ecumênico” se entendem as atividades e iniciativa suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja e

oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos. Tais são: primeiro, todos os esforços para eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles; em seguida, o “diálogo” iniciado entre peritos e competentes nos encontros de Cristãos de diversas Igrejas ou Comunidades organizados em espírito religioso. Ali cada qual explica mais profundamente a doutrina da sua Comunhão e apresenta perspicuamente suas características. Com esse diálogo todos adquirem um conhecimento mais verdadeiro e uma avaliação mais adequada da doutrina e da vida de uma e outra Comunhão. Então essas Comunhões conseguem também uma colaboração mais ampla em certos serviços que toda consciência cristã exige em vista do bem comum, e, onde é permitido, reúnem-se em oração unânime. Enfim, todos examinam sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja e, na medida do necessário, iniciam vigorosamente o trabalho de renovação e de reforma (VATICANO II, n. 766. p. 314).

O Decreto *Unitatis Redintegratio*, revela uma disposição por parte da Igreja Católica para intensificar o processo de diálogo com as demais igrejas cristãs. A Igreja não nega seu primado; sua veracidade está em que nela subsiste a Igreja de Cristo. Abre-se então, uma porta à recepção do reconhecimento de proximidade com os cristãos separados que participam do mesmo cristocentrismo e da eclesialidade. Portanto a salvação para esses não está condicionada a retornarem à Igreja Católica como condição sine qua non para entrarem na verdade e participarem da salvação pessoal e eclesial.

Abrindo essas perspectivas de grande sabedoria, o decreto retoma e explicita a afirmação da Constituição *Lumen gentium*: a Igreja Católica é verdadeira porque nela “subsiste”, se encontra a Igreja de Cristo, a religião autêntica. Mas professa que, em outras confissões religiosas, existem não apenas pessoas de boa-fé, que buscam a Deus, a Verdade, a Justiça, o Amor de todo coração, mas também que essas confissões são portadoras de meios objetivos da salvação e que elas dão adesão a verdades, que formam uma certa ordem ou “hierarquia”. O que significa que podem professar as verdades de base, em sintonia com os fundamentos da Revelação cristã. Semelhante acordo sobre esse núcleo de verdades fundadoras permite e mesmo obriga a dizer: neste caso, “o que nos une é mais do que o que nos separa” (JOSAPHAT, 2013, p. 263).

É significativo considerar aqui um novo paradigma eclesial. Afirmar que a Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica sem que esta esgote aquela, desconstrói a perspectiva de uma eclesiologia dogmaticista. De modo que não se trata de uma relação absoluta da Igreja Católica como única realidade de salvação.

Essa nova autoconsciência põe fim nas interpretações exclusivistas do axioma *extra ecclesiam nulla salus est*, e a Igreja compreende que não é ela o centro do cristianismo e da salvação, mas Cristo e seu Reino. Daqui, surgem outras afirmações teológicas já constatadas pelo diálogo intereclesial como pilares da ecumenicidade da Igreja do Concílio (WOLFF, 2004, p.260).

Há no documento uma mudança na perspectiva da dinâmica do diálogo. Não insiste em apontar um culpado ou responsável pela divisão entre cristãos, mas assume também sua parcela de responsabilidade em todo o processo de separação e distanciamento do diálogo.

Comunidades não pequenas separaram-se da plena comunhão da Igreja católica. Algumas vezes não sem culpa dos homens de ambas as partes. Contudo, os que agora em tais Comunidades nascem e são imbuídos na fé em Cristo não podem ser arguidos do pecado da separação, e a Igreja Católica os abraça com fraterna reverência e amor. Aqueles que crêem em Cristo e foram devidamente batizados estão constituídos numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja Católica. Com efeito, as discrepâncias vigentes, sob diversas formas, entre eles e a Igreja Católica – quer em questões doutrinárias, e às vezes também disciplinares, quer acerca da estrutura da Igreja – criam não poucos obstáculos, por vezes muito graves, à plena comunhão eclesial. (VATICANO II, n. 760 p. 312).

O estudo do Vaticano II permite verificar um esforço da Igreja no sentido de dar passos na busca do diálogo ecumênico e inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Embora o documento *Unitatis Redintegratio*, trate do diálogo ecumênico, é possível verificar nele a disposição da Igreja no sentido de abrir-se ao reconhecimento da presença positiva de outras tradições religiosas, e sua disposição em participar da promoção da paz mediante o diálogo. “Este Sacrossanto Sínodo exorta os fiéis a se absterem de qualquer zelo superficial ou imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade.” (Vaticano II, n. 828, p. 331). Pode-se verificar no postulado do Vaticano II, no Decreto *Unitatis Redintegratio* que a busca da paz pelo diálogo entre diferentes tradições religiosas propunha uma unidade de ação. Isso permite requerer que a Igreja, na perspectiva do Concílio Vaticano II reconhece que a diversidade religiosa pode ser um bem para a sociedade e para os indivíduos.

Assim, após termos exposto brevemente as condições segundo as quais se pode exercer a ação ecumênica e os princípios pelos quais ela deve ser moderada, olhamos com confiança para o futuro. [...] Este Sacrossanto Sínodo deseja com insistência que as iniciativas dos filhos da Igreja Católica se desenvolvam unidas às dos irmãos separados;

que não ponham obstáculos aos caminhos da Providência; e que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo” (VATICANO II, n. 828 - 829 p. 331).

No tocante ao diálogo ecumênico o postulado da Igreja não foi proposto somente do ponto de vista acadêmico, ou técnico. É possível verificar uma exortação aos católicos para que reformulassem seu modo de pensar em relação aos não católicos. Isso previu a tentativa de corrigir distorções classificatórias dos “irmãos separados”, modo como o Concílio passou a referir-se aos não católicos.

Esses fatos mostram a profundidade das transformações ocorridas na relação da Igreja romana com as demais Igrejas. O rosto católico romano passou a ser um “rosto de irmão” para elas, e vice-versa. Os cristãos separados não se consideram mais estranhos, concorrentes ou inimigos, mas “irmãos” e “irmãs”, linguagem desconhecida até bem pouco tempo (WOLFF, 2004, p. 259).

O magistério da Igreja verificou a necessidade de uma reformulação de sua concepção e seu discurso sobre os não católicos, de modo que fez-se mister, não apenas uma postura formal sobre a relação e consideração com os separados da Igreja. Não somente a hierarquia e o clero precisavam reelaborar seu olhar sobre os outros cristãos, mas também os fiéis católicos estavam impregnados de intolerância religiosa.

Desde que os fiéis da Igreja Católica prudente e pacientemente trabalhem sob a vigilância dos pastores, tudo isso contribuirá para promover a equidade e a verdade, a concórdia e a colaboração, o espírito fraterno e a união. [...] É sem dúvida necessário que os fiéis católicos, na ação ecumênica, se preocupem com os irmãos separados, rezando por eles, comunicando-se com eles sobre assuntos da Igreja, dando os primeiros passos em direção a eles. Mas, sobretudo, examinem, com espírito sincero e atento, o que dentro da própria Família católica deve ser renovado e realizado, para que sua vida dê um testemunho mais fiel e luminoso da doutrina dos Apóstolos (VATICANO II, n. 767 – 769. p 315).

### **Declaração *Nostra Aetate* – Sobre as Relações da Igreja com as Religiões não Cristãs**

O Decreto *Unitatis Redintegratio*, tratou da relação da Igreja Católica com outras Igrejas cristãs, permitindo verificar que estava na pauta conciliar a abertura para o diálogo ecumênico. Por sua vez a Declaração *Nostra Aetate*, que

trata das relações da Igreja com as Religiões não-cristãs revela a abertura da Igreja para as outras tradições religiosas com um olhar positivo e isso diferencia o discurso desse Concílio em relação a outros que ao abordarem os não católicos ou não cristãos traziam sempre um tom condenatório.

... há que sublinhar que o intento geral do Vaticano II foi pastoral, traduzindo uma visão mais aberta sobre o mundo e mais otimista com respeito à dinâmica de salvação. Sob esta sintonia pastoral, a preocupação do Concílio não era tanto doutrinal, mas, mais de mudança de perspectiva com respeito às religiões, no sentido de uma “recíproca compreensão, estima, diálogo e cooperação”. Pela primeira vez na história dos concílios verificou-se uma perspectiva positiva da Igreja católica romana com respeito às religiões, ainda que os procedimentos adotados estivessem resguardados por grande cautela (TEIXEIRA, 2004, p. 277).

O modo claro como a Igreja explicita nesse documento, sua decisão de abertura respeitosa às outras tradições religiosas faz verificar a marca forte que o Concílio Vaticano II tem como um novo paradigma relacional da Igreja Católica, dando início a um novo tempo e um novo modo de ser e atuar.

Embora seja breve em relação a muitos outros documentos conciliares, a *Nostra Aetate* tem uma visão corajosa para se aventurar nesse terreno. Essa coragem deve ser celebrada porque é o mesmo espírito necessário hoje para a Igreja Católica começar a articular, e envolver novas realidades e dificuldades que enfrenta. Uma coisa é certa; os novos empreendimentos enfrentados hoje na tentativa da Igreja de promover laços duradouros com outras religiões devem ser envolvidos através de uma visão renovada do que significa ser diálogo. (AIHIOKHALI, 2016, p. 400).<sup>22</sup>

O Concílio provoca uma ruptura entre dois mundos católicos na Igreja Romana. Se de um lado o tridentismo servia de base para a prática condenatória da Igreja como meio de reafirmar-se nas sociedades, postulando uma clara recusa da modernidade, por outro a Igreja do Concílio Vaticano II abre um novo tempo de acolhimento, valorização, respeito e diálogo com a modernidade e as novas estruturas sociais dela nascidas. Incluindo aí a realidade e reconhecimento da diversidade religiosa.

A nova postura da Igreja Católica em relação às diferentes tradições religiosas se expressa, sobretudo, nas declarações *Nostra Aetate* e

---

<sup>22</sup> AIHIOKHALI, SA. Going beyond *Nostra Aetate*: The Way Forward for Interreligious Dialogue. Texto originário em língua inglesa. A tradução nesse trabalho é de nossa autoria.

*Dignitatis Humanae*, mas inspirou também outros documentos do concílio, tais como: *Lumen Gentium*, 16; *Gaudium et Spes*, 22; *Ad Gentes*, 3,7-9,11. Nesses textos encontramos os elementos-chave para o diálogo inter-religioso. E neles encontramos, também, uma espiritualidade do diálogo. [...] Uma espiritualidade aberta para o mistério divino que se manifesta para além da Igreja e do Cristianismo. Contemplando esse mistério, o concílio entende a unidade da humanidade inteira em Deus, origem e fim último da vida humana (NA 1) e de toda a criação. Deus quer “elevar os homens à participação da sua vida divina” (LG 2), o que acontece pela união de todos com seu Filho, Jesus Cristo (LG 3): “Cristo, de fato, morreu por todos e a vocação última do homem é efetivamente uma só, a divina; por isso devemos afirmar que o Espírito Santo dá a todos a possibilidade de serem associados ao mistério pascal, nos modos que só Deus conhece” (GS 22) (WOLFF, 2016, p. 99).

Ainda essa declaração conciliar permite avançar na investigação sobre o diálogo inter-religioso no âmbito da Igreja partindo do Concílio Vaticano II como suporte teórico para chegarmos às respectivas perspectivas do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade nos pontificados de João Paulo II e Francisco.

EM NOSSA ÉPOCA, quando o gênero humano dia a dia se une mais estreitamente e se ampliam as relações entre os diversos povos, a Igreja considera mais atentamente qual deve ser a atitude para com as religiões não-cristãs. No seu dever de promover a unidade e a caridade entre os homens, e mesmo entre os povos, considera aqui sobretudo o que é comum aos homens e os move a viver juntos o seu destino. Todos os povos, com efeito, constituem uma só comunidade. Têm uma origem comum, uma vez que Deus fez todo o gênero humano habitar na face da terra. Têm igualmente um único fim comum, Deus, cuja Providência, testemunhos de bondade, e plenos de salvação, abarcam a todos, até que os eleitos se reúnam na Cidade Santa, que será iluminada pelo esplendor de Deus e em cuja luz caminharão os povos. Por meio de religiões diversas procuram os homens uma resposta aos profundos enigmas para a condição humana, que tanto ontem como hoje afligem intimamente os espíritos dos homens, quais sejam: que é o homem, qual o sentido e fim de nossa vida, que é bem e que é pecado, qual a origem dos sofrimentos e qual sua finalidade, qual o caminho para obter a verdadeira felicidade, que é a morte, o julgamento e retribuição após a morte e, finalmente, que é aquele supremo e inefável mistério que envolve nossa existência, donde nos originamos e para o qual caminhamos (VATICANO II, n.1580. p. 619).

Em um primeiro momento essa declaração foi apresentada aos padres conciliares pelo Secretariado para a União dos Cristãos como um capítulo do Decreto sobre o Ecumenismo, intitulado “A atitude dos católicos perante os não-cristãos” com um destaque aos judeus. Mas não chegou a ser discutido por falta de tempo na II Sessão. O documento foi apresentado aos padres conciliares na III Sessão de 1964, como uma Declaração independente do Decreto *Unitatis*

*Redintegratio*, sob o título “*De Iudaeis et de non-christianis*”, o qual sofreu muitas modificações. No dia 18 de novembro de 1964, o documento foi apresentado aos padres conciliares sob o título “*De Ecclesiae habitudine ad religiones non-christianas*.” Desse título foi retirada a ênfase aos judeus. Josaphat (2013, p. 265) “Ela (*Nostra Aetate*) manifesta a originalidade singular do Concílio. Diante da pluralidade, da humanidade dividida, ele não hesita em professar a sua fé, a sua aposta total no Amor Universal”.

A declaração *Nostra Aetate*, é um dos textos mais curtos do Concílio Vaticano II, e, contudo, um dos mais desafiadores aos padres conciliares. O postulado dessa declaração tocou em temas caros no ambiente da hierarquia católica, pois trazia à tona a discussão sobre a relação da Igreja Católica com as tradições religiosas não cristãs, abrindo a perspectiva da possibilidade da salvação universal sem a mediação da Igreja. Além disso o acolhimento de tais tradições estranhas ao mundo cristão, como possíveis de portar a verdade, tocaria no ponto nevrálgico da doutrina cristã acerca da salvação universal unicamente em Jesus Cristo.

A Declaração anuncia uma mudança fundamental, bem diferente de ela receber uma corrente teológica que, então influenciaria numa mudança. Em outras palavras, ela é um documento que abre as portas a um território não mapeado. Anuncia que a nova relação entre judeus e cristãos precisa ser vivida a fim de ser compreendida teologicamente. Nesse sentido, a história da recepção da *Nostra Aetate*. A eclesiologia da *Nostra Aetate* levanta questões importantes sobre a distinção entre a Igreja ontologicamente falando e os membros da Igreja. Na versão inicial, pode-se ler que a Igreja “condena” (*damnat*) o ódio e as perseguições, enquanto que no texto final encontramos um mais fraco “deplorar” (*deplorat*). Trata-se claramente de uma atenuação. (FAGGIOLI, 2015 p.27).

Depois de inúmeras modificações o texto foi apresentado aos padres conciliares no dia 30 de novembro de 1965 na IV Sessão e votado e aprovado pelos padres conciliares nos dias 14 e 15 de outubro com 2.221 votos favoráveis, 88 votos contrários e 3 votos nulos, na Sessão Pública de 28 de outubro de 1965, e foi aprovado e promulgado pelo Papa Paulo VI.

As relações com o exterior, com as outras comunidades cristãs, com as religiões não cristãs e com o mundo em geral constituem tema fundamental no paradigma global do Concílio, que considera todos esses elementos dentro de sua visão original e de sua opção de base: Deus Amor Universal (JOSAPHAT, 2013, p. 257).

A controvérsia entre os padres conciliares sobre a declaração *Nostra Aetate* faz perceber a força do conteúdo desse documento. O conteúdo trouxe uma nova perspectiva sobre a salvação e tocou na mediação exclusiva da Igreja na salvação realizada por Jesus Cristo. O que permite compreender o expressivo número de votos negativos para esse documento. Quando se postula uma afirmação conciliar, que exige consenso para as suas declarações, o grande número de padres conciliares contrários à *Nostra Aetate* é inquietante. Essa declaração ainda hoje causa desconforto no ambiente da hierarquia católica e ao mesmo desafia os líderes católicos a não recusarem a dinâmica do diálogo com as tradições religiosas não cristãs. Para ilustrar nossa compreensão sobre a importante transformação do pensamento da Igreja em relação aos não cristãos, apontamos o seu pensamento sobre essa temática em dois momentos distintos de sua história.

Vaticano II, *Nostra Aetate*, n.3: “A Igreja olha também com estima para os muçulmanos. Adoram eles o Deus Único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, criador do céu e da terra, que falou aos homens e a cujos decretos, mesmo ocultos, procuram submeter-se de todo o coração, como a Deus se submeteu Abraão, que a fé islâmica de bom grado evoca. Embora sem o reconhecerem como Deus, veneram Jesus como profeta... Têm, por isso, em apreço a vida moral e prestam culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum. Eugénio IV, Concílio de Florença, 1441, ex cathedra: “[A Santa Igreja Romana] crê firmemente, professa e prega que nenhum dos que estão fora da Igreja Católica, não só pagãos como também judeus, heréticos e cismáticos, poderá participar na vida eterna; mas que irão para o fogo eterno que foi preparado para o demónio e os seus anjos, a não ser que a Ela se unam antes de morrer; e que é tão importante a unicidade do corpo da Igreja que só aos que nela permanecem lhe aproveitam, para a salvação, os sacramentos da Igreja e [lhes] dão prémios eternos os jejuns, as esmolas e as demais obras de piedade e os exercícios do dever cristão. E que ninguém, por mais esmolas que dê, ainda que derrame seu sangue pelo Nome de Cristo, pode salvar-se se não permanecer no seio e na unidade da Igreja Católica.”<sup>23</sup>

Nesse decreto verifica-se uma nova perspectiva no horizonte da Igreja Católica no tocante ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, quando observa-se seu discurso referente à liberdade religiosa, o

---

<sup>23</sup> *Nostra Aetate* - Decreto sobre as Religiões Não-cristãs. Por Ir. Miguel Dimond e Ir. Pedro Dimond. Disponível em: [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eTArI8zWEEgJ:https://www.igrejacatolica.org/nostreaetate/+&cd=15&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br#.Xugl\\_EVKJIU](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eTArI8zWEEgJ:https://www.igrejacatolica.org/nostreaetate/+&cd=15&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br#.Xugl_EVKJIU)



que denota um novo paradigma eclesial no cenário de uma sociedade pluri-religiosa, a partir do que expressa esse documento.

A Igreja, por conseguinte, reprovava toda e qualquer discriminação ou vexame contra homens por causa de raça ou cor, classe ou religião, como algo incompatível com o espírito de Cristo. Consequentemente, o Sacrossanto Concílio, seguindo os vestígios dos santos Apóstolos Pedro e Paulo, pede com insistência aos fiéis cristãos, que “tenham bom procedimento entre os povos” (1Pd 2,12), na medida do possível. Quanto deles depende, mantenham paz com todos os homens, (Rom 12,18), de modo que sejam verdadeiramente filhos do Pai que está nos céus (Mt 5,44) (VATICANO II, N.1596, p.624).

A declaração *Nostra Aetate*, traz nova luz às relações da Igreja com as religiões não cristãs, o que se evidencia nos textos desse documento quando trata de algumas das principais tradições religiosas não cristãs. Verifica-se a disposição a uma proximidade no modo respeitoso como o Concílio Vaticano II aborda tais tradições. Um discurso marcado por esse novo paradigma de não condenação, mas de conhecimento e proximidade para construção do diálogo.

Assim, no Hinduísmo os homens perscrutam o mistério divino, explicando-o por uma inesgotável abundância de mitos e sutis tentativas filosóficas, e procuram a libertação das angústias de nossa condição humana, quer através de modalidades da vida ascética, quer pela meditação aprofundada, quer ainda mediante o refúgio em Deus com amor e confiança. No Budismo, que se manifesta em várias modalidades, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo mutável e se ensina o caminho pelo qual os homens de espírito dedicado e resolutos possam atingir a suprema iluminação, seja conseguindo um estado de perfeita libertação, seja pelos próprios esforços ou apoiados em ajuda superior. Assim também as demais religiões que se encontram por todo o mundo esforçam-se de diversos modos por irem ao encontro da inquietação do espírito humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas e regras de vida, como também ritos sagrados (VATICANO II, n. 1581, p. 620).

A mesma linguagem respeitosa verifica-se nesse documento ao referir-se ao Islamismo e ao Judaísmo. Sempre a tônica do paradigma do diálogo ulterior à prática condenatória até então marcadamente presente nos discursos e práticas da Igreja em relação ao outro considerado o estranho a ser convertido.

Quanto aos muçulmanos, a Igreja igualmente os vê com carinho, porque adoram a um único Deus, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, Criador do céu e da terra, que falou aos homens. A seus ocultos decretos esforçam-se por se submeter de toda a alma, como a Deus se submeteu Abraão, a quem a crença muçulmana se refere com agrado. [...] Embora no decorrer dos séculos tenham surgido não

poucas dissensões e inimizades entre Cristãos e Muçulmanos, o Sacrossanto Concílio exorta a todos a que, esquecidos os acontecimentos passados, sinceramente ponham em prática a mútua compreensão. Em benefício de todos os homens e em ação conjunta, defendam e ampliem a justiça social, os valores morais, bem como a paz e a liberdade (VATICANO II, n. 1584 – 1585, p. 621).

A menção que o Concílio faz aos judeus indica uma especial atenção, tanto para corrigir constrangimentos passados promovidos pela Igreja, quanto para corrigir o erro de responsabilizá-los e imputar-lhes a culpa pela morte de Jesus Cristo.

Prescrutando o Mistério da Igreja, este Sacrossanto Concílio recorda o vínculo pelo qual o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à estirpe de Abraão. [...] Pois a Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da fé e de sua eleição já se encontram nos Patriarcas, em Moisés e nos Profetas, segundo o mistério salvífico de Deus. [...] Sendo pois tão grande o patrimônio espiritual comum aos Cristãos e Judeus, este Sacrossanto Concílio quer fomentar e recomendar a ambas as partes mútuo conhecimento e apreço. Poderá ele ser obtido principalmente pelos estudos bíblicos e teológicos e ainda por diálogos fraternos. [...] Além disso, a Igreja, que reprova toda a perseguição contra quaisquer homens, lembrada do comum patrimônio com os Judeus, não por motivos políticos, mas impelida pelo santo amor evangélico, lamenta os ódios, as perseguições, as manifestações anti-semíticas, em qualquer tempo e por qualquer pessoa dirigidas contra judeus. (VATICANO II, n. 1586, 1587, 1590,1592, p. 622 - 623 ).

A Igreja insiste na indispensável liberdade da pessoa humana poder expressar e professar a sua fé, e reconhece esse direito como algo inalienável e intocável cuja violabilidade negligencia a inviolabilidade da pessoa.

Não podemos, na verdade, invocar a Deus como Pai de todos, se recusarmos o tratamento fraterno a certos homens, criados também à imagem de Deus. A relação do homem para com Deus Pai e a relação do homem para com os homens irmãos, de tal modo se interligam, que a Escritura chega a afirmar: “quem não ama, não conhece a Deus” (1 Jo 4,8) (VATICANO II, n. 1594, p. 624).

Ao que parece há uma relação indissociável entre a liberdade religiosa, princípio para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade entre os povos para que a paz seja mais que uma utopia. Vaticano II, (N.1560, p.607.) “Esta doutrina sobre a liberdade tem suas raízes na revelação divina, motivo por que há de ser tanto mais santamente observada pelos cristãos.”

Desde o Concílio Vaticano II é possível vislumbrar uma atitude interna da Igreja no sentido de admitir o pluralismo religioso, o que é indispensável para que de fato o diálogo inter-religioso seja possível. Desde a afirmação de que não somente por meio do cristianismo o homem pode encontrar respostas às perguntas fundamentais do mistério de sua existência e alcançar a salvação, propondo que Deus tem um modo conhecido somente por Ele para levar os não cristãos ao encontro do Cristo Salvador, permite verificar uma disposição para a alteridade religiosa não mais com o propósito de destituí-la de sua identidade religiosa para cristianizá-la,

Por meio de religiões diversas procuram os homens uma resposta aos profundos enigmas para a condição humana, que tanto ontem como hoje afligem intimamente os espíritos dos homens quais sejam: que é o homem, qual o sentido e fim de nossa vida, que é o bem, que é o pecado, qual a origem dos sofrimentos e qual sua finalidade, qual o caminho para obter a verdadeira felicidade, que é a morte, o julgamento e retribuição após a morte e, finalmente, que é aquele supremo e inefável mistério que envolve nossa existência, donde nos originamos e para o qual caminhamos (VATICANO II, N.1580, p. 619).

O contexto social que precedeu o Concílio sinaliza que a perspectiva de abertura da Igreja, proposta pelo Vaticano II não é resultado de uma necessidade da Igreja por estar perdendo a hegemonia. É importante considerar que em muitos lugares o catolicismo ainda era majoritário. De modo que esse mesmo contexto sustenta uma disposição dialogal da Igreja como resposta ao contexto de um mundo dividido, intolerante, violento e ideologicamente separado. Há uma redescoberta e releitura de todo o mistério da criação e da salvação. Trata-se de todo o mundo criado ter a mesma origem e o mesmo destino, Deus. A salvação deixa de ser compreendida como exclusividade de uma tradição religiosa. Sem negar o primado de Jesus Cristo como único salvador, admite-se nas demais tradições, de algum modo, a presença de salvação.

A Declaração esclarece que aquilo que se perpetrou na Paixão de Cristo “não pode indistintamente ser imputado a todos os judeus que então viviam, nem aos de hoje”, refutando assim a acusação de deicidas costumeiramente lançada contra as sucessivas gerações do povo judeu. E, citando o Apóstolo Paulo, lembra que “os judeus ainda são amados por causa de seus pais, porque Deus não se arrepende dos dons e da sua vocação”. Dentre outros aspectos, ela salienta o “tão grande patrimônio comum entre cristãos e judeus”, e “lamenta os ódios, as perseguições, as manifestações antisemitas, em qualquer tempo e por qualquer pessoa dirigidas contra os judeus”. E declara: “De

resto, a Igreja sempre teve e tem por bem ensinar que Cristo, por causa dos pecados de todos os homens, sofreu voluntariamente e por imenso amor se sujeitou à morte, para que todos conseguissem a salvação”. Mas a labareda que representou a *Nostra Aetate* não surgiu por combustão espontânea; a gênese do documento foi fruto do coração e do itinerário ecumênico do saudoso papa João XXIII, que durante a Segunda Guerra Mundial foi Delegado Apostólico na Turquia e ali testemunhou e se sensibilizou ante a monstruosidade da Shoah (o Holocausto) e se empenhou pessoalmente em salvar milhares de judeus( BARBOUTH.2016).<sup>24</sup>

A partir do conteúdo proposto na declaração *Nostra Aetate*, é possível verificar que a Igreja Católica alargou suas fronteiras e assumiu uma atitude de abertura não somente das portas dos seus templos, mas as portas da compreensão de sua índole e de sua missionariedade como presença positiva, mas não imperativa entre outras tradições religiosas. Vaticano II (n.1594, p.624), “Não podemos, na verdade, invocar a Deus como Pai de todos, se recusarmos o tratamento fraterno a certos homens, criados também à imagem de Deus.” E ainda uma declaração na qual fica explícita a compreensão da necessidade do encontro respeitoso como ponte positiva e indispensável para que o diálogo inter-religioso passe do campo teórico para a práxis religiosa. Vaticano II (n. 1596, p.624) “A Igreja, por conseguinte, reprovava toda e qualquer discriminação ou vexame contra homens por causa de raça ou cor, classe ou religião, como algo incompatível com o espírito de Cristo”.

Já na constituição pastoral *Gaudium et Spes*, verifica-se uma disposição, pelo menos em nível conciliar de um diálogo amplo, não apenas entre os catolicismos ou entre cristãos, mas um diálogo de certo modo irrestrito no sentido de fazer eclodir realmente uma cultura de solidariedade disposta e capaz da paz de que tanto se fala e de cuja necessidade a vida humana carece.

Por este motivo, depois de ter investigado de modo mais profundo o mistério da Igreja, o Concílio Vaticano II não mais hesita em dirigir a palavra somente aos filhos da Igreja e a todos os que invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens. Deseja expor a todos como concebe a presença e a atividade da Igreja no mundo de hoje. O mundo portanto que tem diante dos olhos é o dos homens, e toda a família humana

---

<sup>24</sup> Carlos Barbouth. 50 anos de *Nostra Aetate*: Evolução, presente e futuro do relacionamento cristão-judaico *Jewish-Christian Relations*. Entendimentos e Assuntos no Diálogo Cristão-Judaico Disponível em: [http://www.jcrelations.net/50\\_anos\\_de\\_](http://www.jcrelations.net/50_anos_de_)

com a totalidade das coisas entre as quais vive; este mundo, teatro da história do gênero humano e marcado por sua atividade: derrotas e vitórias; esse mundo criado e conservado pelo amor do Criador, segundo a fé dos cristãos; esse mundo na verdade foi reduzido à servidão do pecado, mas o Cristo crucificado e ressuscitado quebrou o poder do Maligno e o libertou, para se transformar de acordo com o plano de Deus e chegar à consumação (VATICANO II, n. 201-202, p. 144).

Assim que o Concílio insiste com as lideranças hierárquicas no sentido não somente de abrirem-se ao diálogo com todos, mas pede que se disponham à preparação adequada para que tal aspiração não se perca. Em um mundo polarizado, fechado ao diálogo e sob a ameaça de conflitos inimagináveis; um mundo sitiado por pólos ideológicos e econômicos bem definidos e antagônicos torna-se essencial dar um passo firme e decidido rumo ao diálogo. Assim que o Concílio compreende a necessidade de os pastores da Igreja assumirem a dimensão do diálogo como decisão irreversível para a construção da paz e da solidariedade.

Os bispos, aos quais foi confiada a missão de dirigir a Igreja de Deus, juntamente com seus Presbíteros, preguem a mensagem de Cristo de tal modo que todas as atividades terrestres dos fiéis sejam banhadas pela luz do Evangelho. Além disso, todos os pastores estejam lembrados de que, com o seu comportamento cotidiano e sua solicitude, os homens julgam a força e a verdade da mensagem cristã. Pela vida e palavra, juntamente com os religiosos e seus fiéis, demonstrem que a Igreja, só por sua presença, com todos os dons que possui é uma fonte inesgotável daquelas virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa. Com estudos assíduos tornem-se de tal modo aptos que possam participar do diálogo a ser estabelecido com o mundo e com os homens de todas as opiniões. Mas antes de tudo guardem no coração as palavras deste Concílio: "já que hoje em dia o gênero humano tende cada vez mais a uma unidade civil, econômica e social, é mais necessário, por isso mesmo, que os sacerdotes congregando os cuidados e as forças, sob a direção dos Bispos e do Sumo Pontífice, evitem qualquer motivo de dispersão, para que todo o gênero humano seja levado à unidade da família de Deus." (VATICANO II, n. 337, p.190).

Percorrendo a iniciativa do Concílio a Igreja continuou com iniciativas em direção ao diálogo. Algumas vezes dando maior ênfase ao diálogo ecumênico e por vezes avançando em direção ao diálogo inter-religioso. Não poucas vezes foi necessário retomar o discurso do diálogo, seja em nível de ecumenismo, seja em nível de diálogo inter-religioso. Isso podemos verificar nos documentos do Papa João Paulo II, cujo olhar para o diálogo indicou alguns avanços e por vezes timidez, especialmente no campo do diálogo inter-religiosos.

### **Decreto *Orientalium Ecclesiarum* – Sobre as Igrejas Orientais Católicas**

Ao tratar das Igrejas Orientais, o Concílio conservou a mesma perspectiva de otimismo e olhar positivo. Esse decreto foi discutido e seguiu alguns passos até sua redação definitiva. Em um primeiro momento iniciou-se a discussão sobre a unidade da Igreja, na qual incluiu-se a temática das Igrejas Orientais, contudo essa discussão não prosperou e foi retomada na temática De *Oecumenismo*. Nos meses de fevereiro a abril de 1963, foi elaborado o documento De *Ecclesiis Orientalibus*, e no mesmo, logo no mês de maio foi enviado aos padres conciliares para discussão na II Sessão. Mas esse esquema de discussão não aconteceu. Ao ser retomada a temática das Igrejas Orientais em 15 de janeiro de 1964, a comissão que coordenava os trabalhos preferiu elaborar um esquema mais reduzido. O que faz compreender o modo sintético como esse tema foi abordado e apresentado no decreto. O resultado foi que nesse decreto ficaram exclusivamente os princípios fundamentais das relações com as Igrejas Orientais.

Na Sessão 102<sup>a</sup> da Congregação geral de 15 de outubro de 1964, foi apresentado aos padres conciliares um texto de seis páginas. A votação apresentou o seguinte resultado: 1911 votos contra, 265 votos favoráveis e 1920 votos modificativos. Feitas as emendas o projeto foi levado ao plenário na Sessão 126<sup>a</sup> da Congregação geral em 19 de novembro de 1964. No dia 21 de novembro procedeu-se a votação cujo resultado foi de 2110 *placet*, 39 *non placet* e foi solenemente promulgada pelo Papa Paulo VI.

Neste primeiro documento, o Concílio dá uma amostra de verdadeira disposição de superar os limites Ocidentais, acolhendo, com efusão, católicos de ritos diferentes, enaltecendo a presença dos dons e valores nessas Igrejas patriarcais do Oriente. Manifesta a convicção de que elas guardam e vivem a mensagem da fé e exercem com grandeza o verdadeiro sacerdócio, guardando veneráveis tradições patrísticas na prática de um fecundo ministério evangélico. O que nos une é o essencial, é muito maior do que tudo quanto nos separa, que é acidental decorrência de diferentes contextos históricos (JOSAPHAT, 2013, p. 258).

Nesse documento encontra-se a admissão da Igreja de certa diversidade religiosa no âmbito interno. Reafirma que as Igrejas Orientais estão na Unidade

da Igreja Católica, assegurada pelo vínculo com o Romano Pontífice. Embora deixe claro a Comunhão das Igrejas Orientais na Igreja Católica, admite a diversidade de ritos reconhecendo a liberdade das Igrejas na manutenção de ritos específicos que salvaguardam a especificidade cultural das mesmas. As três questões fundamentais tratadas e aprovadas pelo Concílio nesse decreto explicitam a singularidades das Igrejas Orientais. Um passo significativo desse documento é o reconhecimento das Igrejas Orientais como iguais em dignidades às outras Igrejas particulares. Isso definitivamente encerrou o mal-estar entre as mesmas que consideravam as Igrejas Católicas Orientais em certo grau de inferioridade.

Tais Igrejas particulares, tanto do Oriente como do Ocidente, embora difiram parcialmente entre si pelo que chamam de Ritos, isto é, pela liturgia, pela disciplina eclesiástica e pelo patrimônio espiritual, são, todavia, igualmente confiadas ao governo pastoral do Pontífice Romano, que por determinação divina sucede ao Bem-aventurado Pedro no primado sobre a Igreja universal. Por isso elas gozam de dignidade igual, de modo que nenhuma delas preceda as outras em razão do rito; gozam dos mesmos direitos e se aтем às mesmas obrigações, também à de pregar o Evangelho em todo o mundo (cf. Mc 16, 15), sob a direção do Pontífice Romano (VATICANO II, n. 832, p. 336).

Outro aspecto abordado no decreto diz respeito à pastoral, estabelecendo uma nova postura dos ministros da Igreja Católica de rito latino, em relação aos fiéis das Igrejas Católicas do Oriente. O Concílio estabelece laços de proximidade entre ambos e insiste que os fiéis católicos das Igrejas Orientais sejam acolhidos de modo fraterno e que lhes sejam concedidos os sacramentos quando solicitados, mesmo aos ministros de rito latino,

*Orientalium Ecclesiarum* é digno de nota principalmente por exaltar a igual dignidade e a relativa autonomia dos patriarcados orientais e suas prescrições específicas para aumentar a comunhão com os ortodoxos separados. [...] embora este breve documento não tenha a extensa discussão eclesiológica da *Lumen Gentium* e da *Unitates Redintegratio*, seu tratamento destes dois assuntos dá uma ideia de como o Concílio interpretou e aplicou sua eclesiologia. O tratamento do decreto do patriarcado deixa claro que as Igrejas p//\*articulares são essenciais para a constituição da Igreja. Eles existem por direito, não por concessão, e em termos iguais em termos de dignidades e jurisdição, sendo responsáveis por ninguém mais além da autoridade suprema da Igreja (PAL, 2015, p.34).

O terceiro ponto refere-se ao estímulo que o Concílio faz às Igrejas Católicas Orientais em suas relações com as Igrejas Ortodoxas, que se encontram separadas da Igreja Romana. Embora os ortodoxos estejam separados da Igreja Católica o Concílio estimula o diálogo ecumênico, o que pode ser facilitado pela proximidade fundante da teologia. Contudo encontram-se separadas de Roma por razões teológicas ou por questões políticas.

Esse aspecto do decreto permite verificar que na perspectiva do Concílio a Igreja dirige seu olhar mais para o indivíduo e menos para a instituição. Essa preocupação pastoral-ecumênica aponta para a verificação de que há cristãos católicos que por força de sua desterritorialização não tem acesso à sua Igreja, sendo impelidos a buscar em outro apoio espiritual. Essa solução ficou marcada por certa falta de clareza na vida prática dos fiéis, o que foi solucionado posteriormente pelo Código de Direito Canônico Oriental de 1990.



### **Decreto *Inter Mirifica* – Sobre os Meios de Comunicação Social**

Esse decreto foi o segundo documento publicado pelo Concílio Vaticano II. Foi um documento que provocou muita discussão dentro e fora do ambiente conciliar. Entre os padres conciliares influenciados por diversos grupos de profissionais da comunicação, houve acirrada discussão. A proposta original do decreto formado de 114 artigos, depois de muitas discussões e alterações foi aprovado com apenas 24 artigos, no dia 4 de dezembro de 1963.

Podemos inserir o *Inter Mirifica* no contexto da abertura ao diálogo, ao considerarmos a mudança na perspectiva da Igreja em sua relação com os meios de comunicação que entra nesse universo com uma proposta em que sua atenção estava voltada não somente para o aspecto técnico da comunicação, mas interessava-se pelo aspecto humano da comunicação. Ficando claro aqui sua preocupação com a massificação e espetacularização promovidos pelas *mass media*.

O Vaticano II usou um conceito de tecnologia que não se atinha apenas às técnicas ou à difusão destas mas incluía os atos humanos decorrentes, que são, no fundo, a principal preocupação da Igreja em seu trabalho pastoral. [...]. Em outras palavras, quis não apenas abarcar o fator técnico, mas também o aspecto humano e relacional, isto é, o agente que opera as técnicas (e os que o recebem), além da consideração dos instrumentos de comunicação (PUNTEL, 2004, p. 319-320).

De acordo com Puntel (1994) a opinião das empresas de comunicação e dos profissionais de comunicação foi de forte crítica ao decreto, alegando que não trouxe novidades e o discurso da Igreja no *Inter Mirifica* dirigia-se a uma realidade inexistente. Há críticos que afirmam mesmo um olhar mais voltado para o passado do que para o presente e o futuro. Contudo é possível verificar nesse decreto uma disposição ao diálogo com a modernidade. Ainda Puntel (1994) recorda que anteriormente o olhar da Igreja para os meios de comunicação era de profunda desconfiança e não foram poucas as tentativas para conter o avanço dos meios que colocavam em risco o bem das almas. Essa disposição nova por parte da Igreja para a comunicação pode ser verificada quando professa ter ela mesma o direito não somente de acesso aos meios de

comunicação, mas ainda afirma o decreto *Inter Mirifica* que a Igreja tem direito ao uso dos mesmos.

Isso não deve ser entendido como direito de posse, mas como parte da missão da Igreja de educar e de contribuir para o desenvolvimento da humanidade. A última, mas não menos importante, razão para tal afirmação era o fato de o direito nato da Igreja ao uso e à posse de as tecnologias de comunicação ter sido negado em vários países sob regimes totalitários (PUNTEL, 2004, p. 320).

Há no decreto uma grande novidade que revela essa nova perspectiva dialogal da Igreja com a sociedade. Não mais uma postura de controle social, mas de reconhecimento do direito de opinar, e por isso mesmo é possível inserir o *Inter Mirifica* no contexto do diálogo. A Igreja proclama como direito intrínseco a informação. Um salto qualitativo no contexto de um mundo polarizado militarmente, ideologicamente e economicamente; e uma ambiência de autoritarismo e vetação da informação em vários países.

O primeiro problema refere-se ao que chamam de informação, ou seja, a procura e divulgação de notícias. Sem dúvida, é evidente que ela, devido ao progresso da sociedade hodierna e dos laços mais estreitos entre seus membros, chega a ser muito útil e quase sempre necessária; a comunicação pública e oportuna dos fatos e das coisas possibilita a cada homem um conhecimento mais perfeito e contínuo deles, de sorte que podem contribuir eficazmente para o bem comum e todos promovem mais facilmente um maior progresso de toda a sociedade civil. Portanto é intrínseco à sociedade humana o direito à informação naqueles assuntos que interessam aos homens, quer fomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme as condições de cada qual (VATICANO II, n. 1468, p. 569).

Apesar das críticas sofridas pelo decreto, pode-se verificar que marca uma mudança na perspectiva da Igreja no seu modo de relacionar-se com a mídia e por isso mesmo sua disposição de diálogo com a sociedade contemporânea. Não se tratava mais de condenação, mas disposição para ouvir e fazer-se ouvida. É possível pensar que a temática desse decreto tenha sido tratada no momento indevido no Concílio. Caso tivesse sido abordado depois dos documentos que anunciaram a missão da Igreja nos tempos modernos e sua disposição ao diálogo universal, seu conteúdo certamente teria sido mais contundente e ido mais de encontro aos anseios da sociedade e da comunicação.

## **Decreto *Ad Gentes* – Sobre a Atividade Missionária da Igreja**

Na fase preparatória para o Concílio, a Comissão das missões preparou nada menos que sete esquemas de decretos a serem apresentados aos padres conciliares. No final do ano de 1962, a Comissão das Missões acabou tendo que rever seus esquemas o que resultou na apresentação de um novo esquema em março de 1963. No mês de setembro a Comissão elaborou um novo esquema que mesmo antes de ser discutido na Aula Conciliar foi fortemente criticado e no final de 1963 foi substituído por um novo projeto, o quarto na ordem de elaboração. Este foi enviado aos bispos em janeiro de 1964. No mês de maio do mesmo ano a Comissão recebeu ordens de reduzir a redação do decreto, daí resultou um esquema de 13 proporções. No mês de maio de 1964 foi enviado aos bispos para ser discutido no período de 6 a 9 de novembro e foi recusado. Em junho de 1965 foi enviado aos bispos um novo projeto que depois da oitava revisão foi aprovado o texto atual no dia 30 de novembro de 1965. O papa Paulo VI publicou o decreto no dia 07 de dezembro de 1965.

O Decreto *Ad Gentes* versa sobre a atividade missionária da Igreja, trazendo uma nova perspectiva em sua prática missionária que delineia um novo modo de relacionar-se com os povos e culturas não cristãos. Há nesse decreto um novo olhar para o mundo não cristão que deixa de ser visto como o inimigo a ser conquistado, sendo a partir de então tomado como uma realidade a ser vista e amada, cuidada e salva. Parte-se então do pressuposto de que todas as culturas trazem em si sinais do bem e é exatamente a partir daí que se torna possível uma ação missionária dialógica.

Ademais, por motivos diversos as sociedades entre as quais vive a Igreja não poucas vezes sofrem mudanças radicais, podendo assim surgir condições totalmente novas. Deve então a Igreja ponderar se essas condições exigem de novo sua ação missionária. Além disso podem ocorrer circunstâncias que não possibilitam por algum tempo a proclamação direta e imediata da mensagem evangélica. Nesse caso, com paciência, prudência e ao mesmo tempo grande confiança, os missionários ao menos podem e devem testemunhar a caridade e beneficência de Cristo, e assim preparar os caminhos ao Senhor e torna-l'O de algum modo presente (VATICANO II, n. 877, p. 358-359).

O tom dialógico e aberto do discurso do Concílio Vaticano II está em sintonia com o momento traumático do pós Segunda Guerra Mundial, evento destrutivo e manifestador dos horrores a que a intransigência é capaz de levar

os indivíduos e as sociedade. Não por acaso a Igreja faz ecoar em seu discurso, a partir do Vaticano II, uma mensagem de tolerância com as diferenças em que o diálogo torna-se o caminho da construção da paz e da solidariedade social.

Para que eles possam frutuamente dar esse testemunho de Cristo, liguem-se aos demais homens com estima caridosa. Reconheçam-se como membros do corpo social em que vivem, e tomem parte na vida cultural e social através das várias relações e ocupações da vida humana. Familiarizem-se com suas tradições nacionais e religiosas. Com alegria e respeito descubram as sementes do Verbo aí ocultas. Também atendam à profunda transformação que se realiza entre os povos. E empenhem-se para que os homens desta época, por demais encafados na ciência e na técnica do mundo moderno, não se alienem das coisas divinas. Mas antes despertem para um mais ardente desejo da verdade e caridade divinamente reveladas. Cristo mesmo sondou o coração humano e o conduziu à luz divina em um colóquio deveras humano. Da mesma forma Seus discípulos, profundamente impregnados de Seu Espírito, conheçam seus concidadãos e relacionem-se com eles, para esses mediante um diálogo cheio de sinceridade e paciência venham a conhecer quantas riquezas o munificente Deus prodigalizou aos povos. Ao mesmo tempo à luz do Evangelho procurem iluminar, libertar e submeter essas riquezas ao domínio de Deus salvador (VATICANO II, n.887, p.364-365).

A própria revisão de sua prática missionária já denota uma disposição eclesial no sentido de trilhar um novo caminho em substituição daquele percorrido por séculos. O desafio e exigência passava então, por adequar-se aos novos tempos e às novas realidades. Isso exigia novos métodos e novas práticas. Daí que fazer a passagem de uma ação missionária sustentada pela ideia de uma Igreja da cristandade intolerante, a uma perspectiva de mansidão, compreensão, acolhimento e diálogo com o mundo não católico e não cristão. De modo que o decreto ad gentes explicita esse novo olhar da Igreja para a missão. Não tinha mais a intenção de conquistar o mundo impondo-lhe uma só possibilidade de crença; mas era preciso uma revalorização como processo de salvação. Esse espírito encontra-se presente, a partir do Concílio Vaticano II, nos discursos do magistério católico que reafirma a índole missionária da Igreja, mas propõe uma missionariedade dialogal, de aproximação, compreensão e ajuda.

A grande colaboração deste Decreto é a passagem que faz da missão territorial ("Missões") para a essência missionária da Igreja, Povo de Deus, que tem sua origem e centralidade no Deus Uno e Trino (*Missio Dei*), e está a serviço do Reino de Deus, valorizando o diálogo com toda a humanidade (CALDEIRA, 2010).

No capítulo seguinte trataremos especificamente da atual situação da intolerância religiosa na modernidade e as ações da Igreja no período de 2009 a 2019, como tentativas de concretizar sua práxis no diálogo ecumênico e inter-religioso. Entende-se que o desenvolvimento da pesquisa até aqui aponta para o processo dialógico vivido pela Igreja por meio dos documentos pontifícios, com particular atenção ao Concílio Vaticano II acenando para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

### 3 UM OLHAR SOBRE AS MARCAS DA INTOLERÂNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Nesse terceiro capítulo o conteúdo será desenvolvido por meio de dois subtemas. Sendo o primeiro intitulado As marcas da intolerância no mundo contemporâneo. Nele pretende-se refletir sobre o comportamento da Igreja nesse cenário com o ensejo de identificar os passos por ela dados no reconhecimento, validação e práxis dialogal, apontando sua convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O segundo denominado A intolerância, plataforma que sustenta o fundamentalismo. Esse item assinala as características do tempo, da sociedade e das identidades que atuam por vezes como sujeitos ou cenários em que se desenvolvem tanto a intolerância como as tentativas de diálogo. Aborda-se ainda a mudança conceitual e prática na perspectiva da Igreja no campo do diálogo ecumênico e inter-religioso. Consta desse item ainda a questão do fundamentalismo e da intolerância que geram a violência motivada pela religião ou em seu nome é exercida.

Isso será feito a partir do diálogo com uma série de documentos publicados pelo magistério católico e pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso<sup>25</sup> no período compreendido entre os anos de 2008 a 2019, em vistas ao tema da pesquisa. Há uma riqueza incomensurável de publicações do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Os documentos destacados para essa pesquisa foram escolhidos por elencarem ações concretas por parte da Igreja Católica no campo do Diálogo inter-religioso.

Há várias explicações para o fundamentalismo, que cultiva o pensamento único e a intolerância, devendo sublinhar-se três. Quando se não suporta viver na perplexidade e na interrogação, surge a tentação de absolutizar as próprias crenças, excluindo e perseguindo quem as não partilha. Em toda a História foi permanente a utilização da religião para fins que não são os seus: alcançar o poder, servir os próprios interesses económicos, políticos, culturais, impor hegemonicamente o próprio domínio. Em última análise, na base está uma determinada concepção de verdade, que se confunde com a posse do Fundamento. Mas, precisamente aqui, é preciso perguntar:

---

<sup>25</sup> O Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso é um dicastério da Cúria Romana. Composto pela seguinte estrutura: O órgão de decisão. O órgão consultivo. O órgão e A Comissão para as Relações Religiosas com os Muçulmanos.

quem é o Homem, um ser finito, para considerar-se A senhor do Fundamento? Ele não possui o Fundamento, é o Fundamento que o possui a ele. Isto não é relativismo, mas perspectivismo: vamos ao encontro da realidade sempre numa determinada perspectiva. Por isso, no domínio religioso, há que reconhecer que há mais verdade nas religiões todas do que numa só, e dessa verdade faz também parte a pergunta pelo ateísmo (BORGES, 2006, p. 171-177).

### **3.1 As Marcas da intolerância religiosa no mundo contemporâneo**

Parece-nos importante iniciar essa temática trazendo um conceito de intolerância religiosa. Para tanto partimos da conceituação apresentada pela Organização das Nações Unidas.

A intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções é “toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções, gerando a abolição ou o fim do reconhecimento, do gozo e do exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (Resolução 35/36 1981).

Ao longo da história é possível verificar que muitos conflitos sociais e bélicos tiveram como base a intolerância de diversos tipos dentre elas a intolerância religiosa. Esta por sua vez, é marcada por requintes de violência e resultando na morte de milhões de pessoas. Um exemplo dessa realidade foi a perseguição, tortura, aprisionamento e extermínio de milhares de judeus na Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Outro ato de intolerância foram os ataques terroristas no início do século XXI, às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, praticado por extremistas islâmicos. A intolerância e as práticas de violências por ela causadas, ocasionou a concepção de uma nova ordem social, onde o Estado devesse ser laico. Segundo a professora, Dra. Ivanilda Figueiredo,

A separação entre as religiões e o Estado foi de grande conquista civilizatória do início da idade moderna na Europa. Essa desvinculação foi pela superação de conflitos religiosos, sendo o maior deles na história as “guerras santas”, que assolaram o continente, e a própria intolerância gerava inúmeras perseguições e injustiças dentro dos próprios países (FIGUEIREDO, 2016, p. 5).

Ao referir-se à intolerância religiosa, o professor Clemildo Anacleto da Silva (2012) avalia que não obstante muitas tradições religiosas tenham

elementos comuns, esses não são suficientes para evitar a intolerância entre si e dessas com as demais.

É difícil aceitar que em um estado livre, as mesmas leis que regem a vida religiosa também dirijam a vida civil. É isso que caracteriza o estado teocrático. O direito de acesso à cidadania não pode estar atrelado a fazer parte de um grupo religioso. Como dissemos, fazer parte de um grupo religioso é uma decisão voluntária que não tem nada a ver com o acesso aos direitos civis ou de cidadão. O ser humano tem que ter o direito de estar ligado ou não a um grupo religioso. Tem o direito de se desligar do grupo religiosos quando lhe convier e tem, até mesmo, o direito de não ter religião alguma. Essas decisões não podem comprometer seu acesso aos bens sociais e aos direitos relativos à cidadania.<sup>26</sup>

A falta do diálogo entre religiões, que não é um elemento unilateral dentro da sociedade, conta com uma forte presença do Estado. Este por vezes ajuíza os critérios de tolerância e intolerância ao cancelar os parâmetros de normalidade cultural e, por conseguinte religioso. Nessa perspectiva a intolerância não é algo do acaso, mas nasce de um conjunto de elementos embrionados no interior do Estado.

O modo como a tolerância pode ser compreendida em diversos regimes estadistas fez com que o Estado-nação se tornasse o mentor do que é a tolerância mais apropriada para o convívio social. Estabeleceu o seu domínio, em que seus membros minoritários passaram a ser tolerados. A tolerância nos estados-nações não contemplava os grupos, mas sim os participantes individuais. Assim, religião, cultura e história da minoria eram questões que faziam referência ao coletivo privado (ECCO e RIBEIRO, 2016, p. 44).

Essa relação de cumplicidade tem levado muitas tradições religiosas a atitudes de fechamento em si mesmas, despertando, por vezes, em seus fiéis o fanatismo religioso, tornando este fator uma das bases para a propagação de ideias e atitudes intolerantes.

As Nações Unidas em sua Assembleia Geral, de 25 de maio de 1981, Resolução 35/36, proclamaram a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções,

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida pelo Professor Clemildo Anacleto da Silva ao autor desta pesquisa em 07 de novembro de 2018



Toda pessoa tem o direito de liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou qualquer convicção a sua escolha, assim como a liberdade de manifestar sua religião ou suas convicções individuais ou coletivamente, tanto em público como em privado, mediante o culto, a observância, a prática e o ensino; ninguém será objeto de coação capaz de limitar a sua liberdade de ter uma religião ou convicções de sua escolha, e ainda, a liberdade de manifestar a própria religião ou as próprias convicções estará sujeita unicamente às limitações prescritas na lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.<sup>27</sup>

A liberdade de expressão garante aos indivíduos o direito de manifestar sua opinião sobre quaisquer assuntos, incluindo a crítica em relação aos dogmas religiosos. No entanto, a intolerância religiosa passa a se configurar quando a pessoa age com indiferença, violência ou de qualquer outro modo que fira a dignidade de outrem.

A própria essência do diálogo inter-religioso é abordar essas questões, por mais complexas e difíceis que sejam, colaborativa e civilmente. O diálogo reflete a capacidade das sociedades civis de se empenharem efetivamente no respeito a diferentes pontos de vista, encontrar soluções práticas para problemas fundamentais e permitir que o "responsável" (eu prefiro este termo para o líder mais comum) religioso e os guias espirituais trabalhem em uníssono com seus correligionários para prevenir, identificar e eliminar potenciais conflitos dentro de uma comunidade (GUIXOT, 2017, p. 133).

Considere-se que nesta ambiência de intolerância a alteridade torna-se ao intolerante não algo invisível, mas algo inadmissível. O outro torna-se referência e ameaça ao "Eu", individual, coletivo ou religioso. Desse modo a alteridade, a diferença ou a diversidade não cabem no universo do intolerante e este armado com seus conceitos, princípios e dogmas passa a identificar na diversidade um inimigo a ser convertido ou eliminado.

A concepção de que a intolerância religiosa fomenta o ciclo da violência demonstra a condicionalidade do Eu revelando sua animalidade, num caráter racional, mas tendo reação de agressividade ao sentir a possibilidade do risco de perder seu poder. Na relação entre religião e violência, percebe-se que a primeira pode ser vista como um dos meios que a segunda busca utilizar para sua legitimação (ECCO e RIBEIRO, 2016, p. 21).

---

<sup>27</sup> Resolução 35/36, de 25 de novembro de 1981 – proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas – artigo 1º, incisos 1 a 3 – Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções.

O discurso intolerante, fruto da interpretação fundamentalista dos textos considerados sagrados pelos grupos, imprime uma prática conversionista, muitas vezes, acompanhada de atos de intolerância porque traz em seu fundamento a ideia de demonização do que lhe seja diferente e da missão a ser realizada pela conversão e conquista de adeptos no mercado religioso a qualquer preço.

O fundamentalista absolutiza a sua verdade, a sua religião, a sua cultura. No limite, impõe pela força, inclusive das armas, a sua própria verdade. Quanto aos textos sagrados, não percebe que a sua leitura não pode ser literal, pois eles não são um ditado divino. Que eles não podem ter sido ditados por Deus prova-se inclusivamente pelo facto de conterem erros nos vários domínios científicos, desde a astronomia à química, da física à biologia e à história. Precisam, pois, de uma leitura histórico-crítica e de uma mediação hermenêutica. Em última análise, o fundamentalista não aceita a contingência da história e uma identidade a caminho (BORGES, 2006, p. 171 – 177).

Quando se fala de religião é preciso despir-se dos preconceitos que por vezes acompanham os discursos acadêmicos e científicos sobre a temática. É possível verificar que a princípio a religião esteve e está presente em todas as culturas e sociedades. Sua presença é visível na legislação das sociedades, seja como instrumento de controle social, seja como elemento articulador de valores e princípios coletivos e individuais. Dessa constatação é possível verificar que em si e por si a religião não é um mal social, mas um elemento catalizador das posturas dos indivíduos e das forças vitais da sociedade e da cultura.

Partindo dessa premissa seria então, possível perguntar-se a razão da intolerância e da violência religiosa presentes nas mais diversas sociedades e culturas. O problema não é a religião, mas a absolutização de uma tradição religiosa que se considera única e legítima portadora do mandato da divindade e sua indispensável mediação no processo de salvação dos indivíduos. As instituições e os indivíduos convencidos de sua eleição sagrada apoiam-se nessa afirmação para agir de modo a não permitir a presença ou intromissão de outro modo de crer e de pensar a crença. A partir dessa convicção eletiva parte-se à conquista da conversão dos outros e nessa impossibilidade, sua eliminação. Um fio muito tênue entre o crer e o violar a crença.

Pretender o controle do sagrado e absolutizar a verdade do próprio credo desqualificando os outros aponta para a passagem da crença ao fanatismo,

despertando nas instituições e nos indivíduos os espíritos mais primitivos da selvageria humana. Considere-se que todo processo absolutizador de verdades doutrinárias, não somente tende ao fundamentalismo como o dissemina e o justifica. O caminho possível seria a referencialidade das tradições que se autodenominam universais. De modo que não se perpetuaria a prática de uma exigência de adesão a essa verdade como única condição para a salvação, mas teríamos na sociedade referências propostas retro-alimentadoras das diversas tradições religiosas que cooperariam para o bem comum pelo alcance do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Coutinho propõe que,

A posição final e oficial do Concílio haveria de ficar consignada particularmente em três documentos: duas declarações, uma sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae*) e outra sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs (*Nostra Aetate*); e um decreto (*Ad Gentes*) sobre a actividade missionária. [...], a Igreja assume como um dos «princípios doutrinários» da sua actividade missionária que esta deve ser exercida longe de qualquer tentação de domínio, seguindo, pelo contrário, «a mesma via de Cristo, via de pobreza, de obediência, de serviço e imolação própria até à morte» [...]. Com esta posição, a Igreja não só operou uma mudança histórica, regressando, afinal, também nisto, ao genuíno Evangelho de Cristo, mas também acabou por se tornar efectivamente, como é desiderato de Vattimo, um modelo e uma referência para outras religiões e comunidades religiosas. Mesmo no que se refere a coisas referidas por Vattimo, é inegável que a Igreja renunciou, por exemplo, tanto às contaminações de europeísmo como às de colonialismo, em sua maneira de ver a actividade missionária e, em geral, a sua relação com a cultura, as culturas e as outras religiões (COUTINHO, 2006, p. 254-255).

Não se trata de uma exigência de negação das tradições religiosas, posto que uma das condições ao diálogo inter-religioso autêntico e respeitoso é a convicção da própria fé professada. Mas cuida-se nesse aspecto de acolher os demais olhares para o sagrado como possíveis da verdade e possibilidades de se chegar à verdade.

Se realizasse uma tal secularização, o cristianismo não precisaria de se negar a si mesmo para entrar em diálogo com outras religiões, mas apenas de se assumir, em face destas, como uma interpretação em face de outras interpretações. Em vez de se posicionar como detentor totalitário da (suposta) absoluta verdade, detentor que é, apesar de tudo, de um valioso capital de civilização, poderia e deveria funcionar, isso sim, como referencial para as demais religiões, e a Igreja como «comunidade de referência» para as demais comunidades religiosas (COUTINHO, 2006, p. 252).

Não pensamos em relativizar a verdade sagrada, mas mergulharmos numa ambiência secularizada os olhares para o sagrado. De fato estes estão no tempo, enquanto o sagrado suplanta a temporalidade. De modo que a intolerância se torna o porta voz dos fundamentalismos e estes abrem-se à violência simbólica e física.

O fanatismo não está atrelado ao bem ou ao mal. Está, sim, ligado a uma verdade que acomete a alma, fazendo com que as pessoas cometam atos desmedidos, como os cometidos na Santa Inquisição, ou na noite de São Bartolomeu ou, mais recentemente, no ataque às torres gêmeas. Essas histórias nos mostram o quanto é temeroso esse fenômeno. A maior questão envolta do fanatismo não é a religião, mas sim, a crença infundada em uma verdade tida como absoluta e incontestável. A junção desse fenômeno com a política e com a religião nos trouxe um terrível mal, trouxe-nos as manifestações de intolerância religiosa que perduram até hoje (SILVA, 2012, p. 1195 – 1209).

O fenômeno religioso frequentemente está associado à cultura em que nasce e tende a um expansionismo conversionista que lhe faz transpor os limites geográficos de seu berço e invade outras ambiências culturais e geográficas. Esse processo, porém, segue marcado da significação e percepção de mundo e de existência próprios de sua cultura. Desse modo as religiões tendem a condicionar a salvação de todos à adesão de suas verdades próprias, diminuindo ou suprimindo o que lhe seja estranho. Esse imperialismo religioso tende sempre a deformar a própria religião que a partir dessa prática não religa, mas suprime as diferenças ou intenta a fazê-lo. Esse é um problema para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Um entrave para o diálogo entre verdades absolutas que excluem a veracidade do que lhe seja diferente.

Vattimo observa por isso, com fundamento, que, no terreno real da história, «dentro do mundo ocidental a religião cristã é mais um termo do conflito que um factor óbvio de unificação e pacificação». Infelizmente, observa ainda, «o cristianismo não nos aparece mais como a revelação da verdade que ilumina as trevas das culturas 'outras', libertando-as dos seus erros ou da sua parcialidade: é uma religião e uma cultura que se confronta com culturas e tradições diversas, e conseqüentemente é um dos termos em jogo no conflito entre culturas e não, ao menos não tão obviamente, a sua solução (VATTIMO, *Apud* COUTINHO, 2016, p.251).

Quando uma cultura, uma sociedade ou uma tradição religiosa faz-se suficiente em si e para si, sua práxis tende a diminuir a alteridade, seu valor e

sua necessidade. No caso do cristianismo, focado nessa pesquisa, é possível verificar uma inversão de rota. Considere-se a perspectiva do apóstolo Paulo ao escrever a *Kénosis*, o caminho da diminuição de si para alcançar o outro e fazer-se uma unidade na compreensão e apreensão dessa alteridade para somente depois ascender juntos em uma rota de superação e ascensão das diferenças. Quando um grupo religioso compreende-se como detentor da verdade reduz as outras verdades a inverdades e tende a suprimi-las. Esses entraves colocam a possibilidade do diálogo inter-religioso em rota de colisão com as diferentes tradições religiosas.

Por esta via, em sua actuação, o cristianismo acabou por se contaminar com uma perspectiva europeísta na visão do mundo e com a ideia colonialista de domínio do mesmo mundo pelos europeus. Colonialismo religioso andou assim a par com colonialismo político, enquanto conquista do espaço religioso de outros povos e imposição (que nem sempre, na prática, simples proposição) da própria verdade religiosa, e, mais ainda, segundo o modelo cultural-religioso europeu ou ocidental e romano. Na história da expansão portuguesa, é sabido, esse desígnio andou francamente servido pelo slogan «Dilatar a Fé e o Império» (VATTIMO *Apud* COUTINHO, 2016, p.105. 250).

### **3.2 A intolerância, plataforma que sustenta o fundamentalismo**

Apresentamos alguns elementos que julgamos importantes para situar as características do tempo, da sociedade e das identidades, que atuam às vezes como sujeitos, e por vezes como cenários em que o fenômeno da intolerância e as tentativas de diálogo ocorrem. Julga-se importante identificar a Igreja como sujeito social situando-a nessa nova ambiência sócio-política-econômica-cultural, marcada por rupturas de toda ordem. A mudança conceitual e prática na perspectiva da Igreja em relação ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso, podem ser inseridas nesse cenário multifacetado, multicultural, plural e plurirreligioso. Um forte desafio para a mais sólida instituição cristã, habituada à hegemonia social com forte influência política e econômica na sociedade ocidental, mais ou menos pensada, conduzida, costurada e governada a partir de paradigmas homogêneos, pelo menos do ponto de vista teórico.

Antes de se identificar algumas marcas da intolerância religiosa no mundo contemporâneo há que compreender seu presente, contextualizando histórica e comparativamente os cenários civilizatórios que a configuram hoje como mundo

contemporâneo, do ponto de vista, cultural e religioso. Deste modo considera-se importante abordar, a título de informação, o que se compreende por modernidade. Suas características, transformações, anseios, identidades e crises, contextualizando a temática desta pesquisa e sua importância.

Em um momento de crescente violência política e perseguição contra minorias religiosas (*christianophobia e islamofobia*), é necessário para cristãos e muçulmanos em particular, eles se comprometem, local e globalmente, a condenar a uso de violência justificada sob o pretexto de motivação religiosa. Ataques contra minorias religiosas, incluindo as atrocidades cometidas contra a Árabes-cristãos na África, como em outras partes do mundo globalizado, é apenas a última de uma longa lista de brutalidades perpetradas por movimentos extremistas, como os chamados 'Estado Islâmico' (IS), ao qual Boko Haram e Al-militants se alinharam Shabab, respectivamente na Nigéria, Somália e Quênia, particularmente contra Cristãos e Muçulmanos (GUIXOT, 2017, p. 133).

Abordaremos primeiro a questão do fundamentalismo, especialmente o religioso, por ser considerado, nessa pesquisa como um dos elementos responsáveis pela intolerância religiosa que ao mesmo tempo inibe o diálogo, mas torna-se provocador do mesmo. Partimos do pressuposto que o fundamentalismo é uma forte plataforma por onde transitam as intolerâncias que desafiam a paz e criam obstáculos ao diálogo.

O mundo contemporâneo é percorrido por vagas persistentes de intolerância, de fanatismo, de nova religiosidade sectária e de nacionalismo agressivo em pleno contraste com as exigências de secularização, de liberdade, de crítica, de tolerância da razão moderna. Ao nascer de uma crítica ao mito e à sacralização do mundo, a filosofia iniciou no Ocidente o processo lento de secularização, que a ideia bíblica de criação e a confissão da humanidade plena, sem mistura, de Cristo sobremaneira consolidaram e a Época Moderna culminou (PEREIRA, 1992, p. 205).

Bauman (2017, p.52) “são as diferenças entre grupos populacionais sempre reduzidas a um relacionamento de inferioridade/superioridade? O tribalismo é a causa”. Por isso mesmo julga-se oportuno trazer à tona o que fica às sombras da intolerância, alimentando e firmando um processo de retroalimentação entre as duas realidades. Enquanto o fundamentalismo alimenta a intolerância, essa alarga os seus espaços imaginários e reais. Ao contrário do que se possa pensar esse danoso elemento está realmente

presente na sociedade, nada tem de inocente, traz consigo uma lógica que objetiva conquistar também o poder político. Enzo Pace afirma que,

A lógica fundamentalista tem como objetivo a conquista do poder político porque entende que somente partindo de uma decisão política é possível organizar a sociedade, reescrever as leis do Estado e reconduzir as autônomas esferas da vida à ética da fraternidade. A religião se constitui, assim, o sentido último da ação: da luta contra o inimigo à construção de uma microfísica do poder, da disciplina dos corpos ao restabelecimento das regras alimentares, da autoguetização em bairros ou enclaves territoriais não contaminados pelos símbolos da modernidade, à iconoclastia relacionada à TV via satélite (para-dia-bólica), da construção de lugares de cultos alternativos aos oficiais, da descoberta de antigos hábitos no modo de ser vestir à transformação de rituais tradicionais, sob a égide das políticas identitárias (PACE, 2017: 16).

A grande maioria das instituições ou pessoas que praticam ou disseminam a intolerância, não se consideram intolerantes. Outros não a consideram um mal. Ao contrário entendem e afirmam que suas ações não são intolerantes, mas agem em defesa de suas convicções religiosas. Desse modo as atitudes desrespeitosas e, por vezes violentas não entram no universo simbólico das pessoas como intolerância. Um mascaramento que permite a circulação de atitudes e comportamentos intolerantes com roupagem de convivência pacífica diante dos que assumem crenças ou hábitos religiosos diferentes.

O horizonte simbólico, porque, pela sua própria natureza, a teologia, se quiser manter-se fiel ao Sagrado que se revela e oculta, tem de substituir a linguagem dogmática pela linguagem simbólica. Como dizia Ricoeur, “o símbolo dá que pensar”, enquanto o dogma tende a fechar o horizonte do pensamento e do sentido (BORGES, 2006, p. 171 – 177).

Por conseguinte, a perseguição velada surge e surte efeito da incompreensão do diferente no campo religioso. Não somente por parte das massas de fiéis, mas com maior eficácia entre líderes religiosos das diversas tradições. Porém o que não se percebe é que tais atitudes caracterizam o que chamamos de crime de ódio que atinge diretamente o princípio da liberdade e avilta a dignidade da pessoa humana. Muitas vezes essa falta de compreensão e respeito transforma-se em perseguição. E isso acaba sendo definido como um

crime de ódio que fere a liberdade e dignidade humana. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos e boa parte das Constituições de inúmeros países, busca-se assegurar a preservação desses direitos.

Tornou-se de facto claro para todos o que Hans Küng há anos se não cansa de sublinhar: não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões e não haverá paz entre as religiões sem diálogo entre as religiões. Para evitar o choque de civilizações, anunciado por Huntington, impõe-se o diálogo entre as culturas e as religiões. Este diálogo é difícil – a dificuldade maior é com o Islão –, mas não impossível. E tudo começa pelo conhecimento mútuo: as religiões não podem dialogar sem se conhecerem. O leitor tem nesta obra a possibilidade de informar-se, de modo objectivo, sereno e dialogante, não só sobre as três religiões monoteístas ou abraâmicas – judaísmo, cristianismo e islão –, mas também as chamadas religiões místicas – o hinduísmo e o budismo (BORGES, 2006, p. 171-177).

Ao constarmos a intolerância como uma presença disseminada em praticamente todas as sociedades, e isso aplica-se também à intolerância religiosa, é preciso ter em conta que a própria religião se expõe ao questionamento quanto à sua presença benéfica no seio da sociedade. O termo religião por si é o grande depoente contra a intolerância. Sua origem Religare, adverte que a religião é o paradoxo da intolerância, dado que parte do princípio de uma realidade dividida, quebrada, fracionada, fragmentada e multifacetada. Partindo daí se propõe a reconduzir tal realidade à recomposição da comunhão, da unidade. Unir o que de alguma maneira ou por uma razão qualquer foi dividido, fragmentado.

Todas as religiões são manifestações e encarnações da relação de Deus com o homem e do homem com Deus e, desde que se não oponham ao *Humanum*, mas, pelo contrário, o afirmem e promovam, são reveladas e verdadeiras. Todas são relativas, no duplo sentido de relativo, dito já no étimo latino: relativas, na medida em que estão inseridas num determinado contexto histórico-social, e relativas, no sentido de que estão referidas, isto é, em relação com o Absoluto, mas, como já ficou dito, elas próprias não são o Absoluto. Precisamente porque não são o Absoluto, embora referidas a ele, os homens e as mulheres religiosos devem dialogar para melhor se aproximarem desse Mistério divino já presente em cada religião, mas sempre transcendente a cada uma e a todas. Não se trata, portanto, de mera tolerância religiosa, que pressupõe ainda uma superioridade de quem tolera o outro considerado inferior. É o próprio Mistério infinito de Deus que exige o diálogo para que os crentes se enriqueçam mutuamente num sempre a caminho do Mistério que se revela e ao mesmo tempo se oculta, e do qual o ser humano não pode apoderar-se nem dominar (BORGES, 2006, p. 171 – 177).



A intolerância não se propõe a recompor o que está dividido, mas pretende suprimir o que seja diferente. Aqui é possível verificar que o comportamento intolerante é averso à própria religião que pretende religar. Somente é possível religar partes; se uma delas é suprimida não há mais o que religar. Não obstante todas as tradições religiosas partam desse princípio de religar as partes, é inegável o crescimento da violência, do preconceito, da intolerância em todos os níveis e nas diversas estruturas da sociedade. Embora pareça um equívoco a religião vem se mostrando, em muitos casos, insuficiente para seu propósito de religar as partes divididas e por vezes divergentes.

O horizonte inter-religioso implica a passagem da religião única à elaboração de uma teologia ecumênica das religiões para a paz, a partir das vítimas e com a práxis de libertação, que não é assunto de uma só religião, mas de todas. A este pluralismo religioso e cultural deve corresponder uma inter-espiritualidade ou espiritualidade inter-religiosa. O horizonte hermenêutico é a chave de toda a teologia, implicando a passagem da mera exegese dos textos sagrados para uma teologia toda ela hermenêutica enquanto procura de sentido. Pela sua própria natureza, a teologia não pode limitar-se a repetir literalmente ou mesmo comentar os textos sagrados e fundacionais. Ela tem de ler de modo crítico os textos e trazê-los para a nossa experiência de mundo, na confluência e fusão de horizontes. Sem a mediação hermenêutica, o discurso teológico não passará de simples repetição dos textos do passado e reprodução do discurso religioso oficial, legitimando as teologias feitas e as instituições (BORGES, 2006, p. 171 – 177).

Ao contrário do que propõe a intolerância frente à diversidade, é sabido que desde o advento da vida em sociedade os indivíduos assumem um conjunto de valores comumente denominados crenças, que passam a agir poderosamente em seu imaginário, em suas atitudes e em sua identidade. O drama se dá quando um grupo entende que possui o monopólio da verdade religiosa e se declara como a única possibilidade de salvação. Essa percepção torna-se plataforma para uma ação de negação do que lhe seja diferente e justifica os atos de violência destinados a neutralizar ou extinguir esse outro religioso. Mas a violência é em si e por si negação da religião visto que violar a alteridade impossibilita a religação das realidades divididas.

O fundamentalismo é um obstáculo decisivo para o diálogo inter-religioso. Ora, a história ensina-nos que a tolerância não foi propriamente a virtude que animou as religiões e os seus fiéis. De modo geral, impuseram uma ortodoxia com um pensamento único, perseguindo, excluindo e inclusivamente matando os dissidentes e

heterodoxos. E, ao contrário do que se poderia pensar e exigir, o fundamentalismo não está em vias de extinção. Pelo contrário, Tamayo, recordando a expressão célebre do Manifesto Comunista: “Um fantasma percorre a Europa: o do comunismo”, escreve que esse grito poderia hoje ser substituído por outro, que é exacto e exprime um clima generalizado: “Um fantasma percorre o mundo moderno: o fundamentalismo” (BORGES, 2006, p. 171 – 177).

Os fundamentalismos estão relacionados à negação ou recusa da modernidade fluida, em que o relativismo parece ter afetado as seguranças que nascendo da realidade do sagrado dão estabilidade à sociedade e abrem diante dos indivíduos e da própria sociedade um horizonte seguro. Embora uma leitura menos atenta o vincule somente às questões religiosas, é preciso compreender que atua em todos os labirintos da sociedade. Não raras vezes realiza uma mistura entre religião, política e economia que atuam de modo a não se perceber, exceto por um esforço de apreciação crítica, as teias que tecem envolvendo a sociedade e o Estado.

Não menos horríveis são as políticas de marginalização patrocinadas de uma maneira mais sutil, mas não menos eficaz por governos autocráticos no mundo árabe e muçulmano. Com suas políticas discriminatórias, alguns regimes privam as minorias direitos humanos e constitucionais fundamentais. Tudo isso traz à tona a questão das relações inter-religiosas em uma época em que a violência não se instala por causa do sectarismo e das intervenções militares em áreas afetadas por conflitos no Oriente Próximo e em várias regiões África (GUIXOT, 2017, p. 133).

As sociedades, as culturas e as identidades são diversas, tal como são diversos os fundamentalismos que gritam no interior das muitas tradições religiosas e garimpam as redes das sociedades e culturas. Bauman identifica nesses grupos fundamentalistas um caráter tribal em cujo interior são forjados discursos e práticas que insistem na superioridade do seu grupo em relação aos outros.

Uma vez que a divisão entre “nós” e “eles” tenha sido implementada segundo essas regras, a proposta de qualquer encontro entre os antagonistas já não é mais sua mitigação, porém a aquisição/criação de novas provas de que a mitigação é contrária à razão está fora de conversa. Para deixar as coisas como estão e evitar infortúnios, membros de tribos diferentes se trancam num discurso circular de superioridade/inferioridade não de um para o outro, mas para além do outro (BAUMAN, 2017, p. 53).

Este é também um elemento que dificulta a compreensão do fundamentalismo. Não é de uma cultura, nem de uma tradição religiosa, mas é de um entre lugar que estando dentro também está fora; sendo temporal estigmatiza-se de eternidade; sendo de uma tradição religiosa grita-lhe seu conluio com a modernidade e por isso mesmo arroga-se a missão de redentor inclusive da religião donde emergiu. Roberlei Panasiewicz verifica que,

Enquanto a modernidade é uma reação à estrutura de organização medieval, centrada na autoridade, ela centra-se na razão humana e na ciência, carregando a bandeira da autonomia do sujeito histórico. Em contrapartida, o fundamentalismo religioso é um movimento crítico às inovações trazidas pela modernidade a partir de uma narrativa sagrada e de um monopólio de interpretação balizado pela religião (PANASIEWICZ, 2008, p.12).

Essa reação fundamentalista à modernidade não é uma negação da sociedade ou da história, mas sua recondução às mãos de Deus, do qual o grupo se considera ao mesmo tempo fiel e enviado. Trata-se de dar uma nova fundamentação à própria história cujo sentido será prestar um culto de fidelidade a Deus trazendo para a cidade terrena a estabilidade fundada nos valores eternos que seriam dádivas divinas. De modo que o fundamentalismo reage à ideia de que a ciência daria ao homem as respostas fundamentais da existência.

A habilidade e a facilidade com que o homem cria técnicas sempre novas e mais perfeitas provocou, nas gerações recentes, uma confiança sem limites no progresso humano, nas possibilidades de levá-lo à frente até a realização do paraíso na terra e à feliz solução de todos os problemas e mistérios do homem. Mas é realmente verdade que as ciências e a técnica têm o poder de resolver todos os problemas e enigmas humanos? Não tem, o fundamentalista percebe isso e reage contra isso (COSTA, 2014, p. 229).

Considere que a modernidade foi uma forte e estruturada reação ao fundamentalismo religioso medieval, cuja sociedade estava disposta de modo a refletir as realidades sobrenaturais. Então tínhamos uma ordem temporal com um propósito muito claro em suas estruturas, visibilizar na terra a ordem celeste. A partir desta premissa a dinâmica social transcorria em uma ordem aparentemente homogênea em que cada sujeito sabia o seu papel e o desempenhava.

Mais do que uma focalização e um ponto fixo na história, a modernidade é uma condição humana, é uma crença na certeza do cientificismo e da racionalidade, na qual as relações sociais são mudadas. Seu termo seguido – pós-modernidade – não é algo dividido dela, é apenas a maximização do individualismo, enquanto na modernidade o seu ápice ideológico, a focalização dos supostos direitos foram direitos políticos. Hoje o foco é o indivíduo, mas considero isso apenas uma consequência da modernidade e não um período disjuntivo dela. Talvez a melhor definição de pós-moderno seja a de Lyotard. O pós-moderno, como Lyotard (1984) o definiu, é «a incredulidade para com as metanarrativas», inclusive é uma crítica às representações religiosas. E uma maximização do projeto moderno de independência de Deus (idem) ao homem que fica individualizado na história e, portanto, egoísta (COSTA, 2014, p. 222).

É compreensível então que a modernidade tenha surgido com um forte caráter racionalista que recusava a perspectiva puramente espiritual, teológica e teocêntrica da Idade Média. Tratava-se então de dar um novo fundamento à história e à sociedade, que passavam a ter como sujeito protagonista o homem. De modo que a história do indivíduo e da sociedade passassem ao controle do próprio homem que ressignificaria seu presente e seu futuro amparado na razão. A consciência de historicidade da sociedade, dos indivíduos e da própria história, tudo como resultado da racionalidade livre do homem faz com que a modernidade e o fundamentalismo sigam em rota de colisão.

A Modernidade, a princípio, é o período histórico que se estende entre fins do século XV e os dias atuais. Contudo, além de um período histórico, a Modernidade é a denominação de um conjunto de fenômenos sociais e é também o resultado de uma série de eventos marcantes no mundo ocidental ocorridos nos últimos quinhentos anos. “Mundo Ocidental” seria, neste ponto, a Europa Ocidental: Grã-Bretanha, França, “Alemanha”, “Itália”, Áustria, Suíça, Países Baixos, Portugal e Espanha. Os países com nomes entre aspas não formavam uma única nação na época. No pós-primeira guerra os EUA e Japão (já extremamente imersos no capitalismo científico e ocidental) se tornam parte importante do “Mundo Ocidental” (COSTA, 2014, p. 224).

Enquanto a modernidade propõe como fundamento da verdade somente aquilo que possa ser verificado e quantificado a partir da razão científica, o fundamentalismo assume que a verdade somente o é, se fundada em Deus. De modo que ao considerar o fundamentalismo como uma reação à modernidade que recusa a interferência de uma ordem sobrenatural divina que estabeleça os

contornos das sociedades e as identidades dos indivíduos, deve-se ter em conta que não se trata meramente de voltar a um tempo que por si já não existe.

Uma maior consciência das questões sócio-políticas, juntamente com um intercâmbio teológico mais aprofundado orientado para a busca de pontos comuns, ao invés de diferenças - mesmo que estas também possam ser discutidas com franqueza evitando atitudes iranistas ou relativistas - permitirá apertar fortes laços entre comunidades religiosas e proteger grupos vulneráveis de atrocidades e barbárie (GUIXOT, 2017, p. 135).

Mas refere-se à tentativa de resgatar os valores, as verdades, os dogmas que poderiam dar contornos estáveis às sociedades e definir as identidades dos indivíduos a partir de uma verdade que transcenda as sociedades, os indivíduos e o próprio tempo. Ao se falar da relação do fundamentalismo com a modernidade, há que se considerar que ocorre posteriormente à tentativa da organização religiosa dialogar com a modernidade a fim de dar consistência à argumentação religioso-teológica em um cenário de descrédito religioso em que a ciência é critério irrenunciável para se pensar também nas questões existenciais.

Quando se refere o fundamentalismo religioso, pensa-se essencialmente no islamismo. Mas, de facto, as palavras “fundamentalismo” e “fundamentalista” nasceram nos Estados Unidos, nos princípios do século XX e no contexto do protestantismo. Com o objectivo de preservar e defender os pontos considerados fundamentais da fé cristã, protestantes evangélicos norte-americanos de várias denominações escreveram artigos teológicos que foram reunidos e publicados entre 1910 e 1915, em doze fascículos com o título *The Fundamentals: a Testimony to Truth*, numa edição de três milhões de exemplares. Em 1919, foi criada a *World's Christian Fundamentals Association*, na convicção de que a regeneração do protestantismo implicava o combate ao liberalismo teológico. Foi em 1920 que o termo passou à opinião pública através de um artigo de *Curtis Lee Laws*, no qual se lia: “Sugerimos que aqueles que ainda continuam firmemente apegados aos grandes fundamentos (Fundamentals) e que estão decididos a combater a sério por esses fundamentos sejam chamados *Fundamentalists*”, devendo, portanto, o termo ser considerado “um elogio e não um insulto” (BORGES, 2006, p. 171 – 177).

No ambiente racionalista da modernidade, em que a religião perdia espaço considerável, e na tentativa de fazer com que a voz da religião fosse ouvida na sociedade cientificista, buscou-se aplicar nos estudos da sagrada escritura o método da crítica literária. Isso acabou por fazer surgir uma nova

interpretação bíblica e doutrinária em algumas correntes teológicas protestantes especialmente na Alemanha e sob especial influência de Kant. A proposta dessa nova onda de reflexão teológica era a submissão do conteúdo bíblico ao rigor científico fazendo com que os textos sagrados não fossem tomados literalmente como dados historicamente comprovados.

Sobre essa base, a investigação dos textos bíblicos pôs em dúvida, entre outros temas, os milagres narrados na Bíblia, interpretando-os como expressões de uma religiosidade piedosa e eivada de credices, e não de realidades objetivas. Essas alterações na forma de compreender a Bíblia se inseriam no âmbito de uma maior mutação que vivia a teologia sob o impacto das correntes filosóficas surgidas com a Modernidade. Particularmente o racionalismo, que tendia a enfatizar a razão humana como critério único para o reconhecimento da verdade, e o empirismo, recolhendo exclusivamente na verificação experimental a garantia para uma ciência confiável, interferiram no modo de pensar, no contexto teológico, a presença de Deus no mundo e particularmente, a maneira de abordar os textos bíblicos (VASCONCELOS, 2008, p.23).

Esse movimento teológico foi classificado como liberalismo bíblico e afetou radicalmente a estrutura do pensamento protestante de caráter mais conservador. Uma das grandes manifestações como consequência dessa nova perspectiva teológica foi uma dinamização do voluntariado como expressão da fé e vivência religiosa. Vasconcelos destaca os aspectos mais explicitamente característicos da teologia liberal,

Ênfase em Deus como amor, em lugar de sua figura de juiz da humanidade pecadora; a presença, em cada ser humano, de uma centelha divina, proporcionando uma visão otimista quanto à sua identidade e futuro; Jesus, mais do que salvador da humanidade pecadora, é o exemplo da plenitude das potencialidades humanas; a Bíblia deve ser enfocada como testemunho múltiplo e multifacetado da experiência religiosa de Israel e da Igreja cristã em seus inícios; as doutrinas e dogmas ensinados pelas Igrejas cristãs devem ceder sua prioridade à experiência religiosa dos crentes confrontados ao ensinamento moral de Jesus Cristo (VASCONCELOS, 2008, p.24).

Mas, embora essa perspectiva teológica tenha alcançado grande destaque no meio protestante americano, as reações não tardaram a surgir. Uma vez que a submissão dos textos bíblicos à crítica resultou no questionamento da veracidade factual dos acontecimentos bíblicos considerados miraculosos e repensaram elementos fundamentais da fé cristã. Isso fez com que uma parte

dos líderes religiosos protestantes nos Estados Unidos se unissem para combater aquilo que passaram a denominar ameaça diabólica à integridade da fé. Assumiram assim a missão emblemática de defenderem os verdadeiros princípios bíblicos e doutrinários.

Tais postulados foram percebidos pelos grupos conservadores em todos os cantos dos Estados Unidos como horror e impiedade. Para os protestantes que não se deixaram seduzir por tais novidades, elas só poderiam ser associadas a outros fatores comprometedores: a imigração de inúmeros contingentes europeus, muitos deles católicos, o advento de ideais socialistas e de postulados científicos que comprometeriam a verdade bíblica, tudo isso soava como ameaça à identidade cristã que, segundo eles, constituía e devia continuar constituindo a nação. Uma identidade *Wasp (White, Anglo-Saxon and Protestant)*: branca, anglo-saxônica e protestante (VASCONCELOS, 2008, p.24-25).

O que estava em jogo então, na perspectiva dos grupos conservadores era a fé que segundo eles, estava ameaçada. Os homens de bem e devotados a Deus deveriam agir para a glória de Deus. Muitos movimentos de reação surgiram nos Estados Unidos, formando um verdadeiro exército em defesa da fé. O ponto de partida foi a série de conferências contrárias à teologia liberal no espaço de tempo entre 1883 e 1895, que ficou conhecido como o acampamento bíblico *Niágara Falls*. Nesse acampamento muitos teólogos da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Canadá, se uniram para contestar as interpretações bíblicas resultantes da crítica histórica aplicada à Sagrada Escritura. Do ponto de vista científico o movimento logo reafirmou sua recusa à teoria darwinista da evolução das espécies. Reafirmaram a autenticidade do criacionismo bíblico. Como resultado desse acampamento *Dwight Moody*, fundou o *Moody Bible Institute*, para combater a teologia liberal e sua interpretação crítica da Bíblia. Outros organismos surgiram seguindo esse mesmo propósito de revitalizar a interpretação bíblica a partir dos fundamentos da própria Bíblia com base na tradição religiosa. Dentre tantas destacamos, O *Northwestern Bible School*, fundado por Willian Bell Reley em 1902; e com o apoio do capital petrolífero, em 1907 a *Union Oil Company*, financiou o *Bible College of Los Angeles*.

Todas essas instituições surgiram em contraposição aos seminários e faculdades de teologia abertos às novidades da pesquisa bíblica, entre os quais os de Harvard, Yale e Princeton, e fiéis ao princípio formulado

da seguinte maneira por Arthur Pierson, em 1895: teologia bíblica adequada é aquela que, “em vez de partir de uma hipótese e manejar os fatos e a filosofia de modo a adequá-los a nosso dogma, [segue] um sistema *baconiano*, que primeiro reúne os ensinamentos da Palavra de Deus e depois procura deduzir uma lei geral segundo a qual se podem organizar os fatos (VASCONCELOS, 2008, p.26).

Foi por isso mesmo que o fundamentalismo moderno surge nos Estados Unidos da América em 1895, em *Niágara Falls* por meio de um seguimento protestante, como um grande protesto profético de não aceitação de uma crítica literária ao apresentar as verdades bíblicas. Compreende-se a razão de se apegarem ferrenhamente à reafirmação da sacralidade e inerrância do conteúdo da Bíblia e absoluta recusa de qualquer modificação dos elementos doutrinários acerca de Jesus e sua divindade.

Para esses teólogos, o método histórico-crítico colocava em risco as verdades afirmadas e defendidas pelo cristianismo durante todos os séculos. A bíblia passa a ser um livro fechado às várias interpretações e a segunda vinda de Cristo será amplamente pregada. Essas ideias passaram a ser defendidas pelos teólogos conservadores até que entre 1909 e 1915 foi publicada uma série de volumes com o título *The Fundamentals: A Testimony to the Truth* (Os Fundamentos: O Testemunho da Verdade) [...]. É o título desta coleção que irá qualificar esse movimento de fundamentalista, pois ele quer fixar os fundamentos da fé cristã. Para se ter ideia do conteúdo publicado nesses volumes, seguem nove pontos que buscam condensar esta reflexão: a inspiração e a inerrância da Bíblia; a Trindade; o nascimento virginal e a divindade de Cristo; a queda do homem e o pecado original; a morte expiatória de Cristo para a salvação dos homens; a ressurreição corporal e a ascensão; o retorno pré-milenar de Cristo; a salvação pela fé e o novo nascimento e o juízo final. Esses pontos expressam verdades que devem ser aceitas e não debatidas, pois estão na bíblia e ela não contém erros. Tudo que está na bíblia foi inspirado por Deus e, portanto, deve ser acatado, pois é para o bem e felicidade do ser humano. [...] Desta maneira geral, há quatro elementos essenciais que permitem caracterizar o fenômeno fundamentalista em suas várias formas. São eles: o princípio da inerrância, o princípio da historicidade, o princípio da superioridade e o primado do mito da fundação da identidade de um grupo (PANASIEWICZ, 2008, p. 12).

O resultado desse fervilhar de reação à teologia liberal e o método crítico histórico para a interpretação bíblica foi o surgimento de um movimento fundamentalista que se arrogava a missão de defender os verdadeiros princípios religiosos fundamentados na revelação bíblica. Esses princípios em linhas gerais estavam presentes nas diversas denominações protestantes. Mas o apelativo



assumido a partir de então marcou uma tal diferença de compreensão e posicionamento que é considerado como o estabelecimento do movimento fundamentalista.

Esses princípios sobre os quais não caberia nenhum tipo de negociação ou concessão, reapareceriam em 1910, assumidos por teólogos das mais diversas confissões protestantes, e alcançariam enorme repercussão. São eles: A infalibilidade das Escrituras – na verdade, a base por excelência do programa fundamentalista; [...] A divindade de Cristo, afirmação indispensável já que os liberais tendiam cada vez mais a ver em Jesus um homem que, por sua vida e pelos ensinamentos que deixou logrou ser divinizado pelos seus seguidores; [...] o nascimento virginal de Jesus – ou seja, a certeza de que, com base nos Evangelhos, Jesus foi gerado no ventre de Maria sem a participação de um pai humano; [...] A remissão dos pecados da humanidade pela crucificação de Jesus; a ressurreição de Jesus como fato objetivo e a certeza de seu retorno no fim dos tempos (VASCONCELOS, 2008, p. 28-29).

Os grupos conservadores assumiram de modo muito particular a afirmação da volta de Jesus, incluindo nessa pregação um caráter apocalíptico caracterizado pela guerra entre o bem e o mal. No corpo do anúncio da volta de Jesus Cristo para julgar a humanidade e arrebatá-la os seus eleitos fiéis, incluiu-se a pregação de uma volta iminente de Jesus, assim era necessário colaborar na luta contra o anti-Cristo. O grupo mais determinado nessa modalidade de pregação ficou conhecido como dispensacionalismo<sup>28</sup>.

Essa leitura pré-milenarista e dispensacionalista da Bíblia e da história se tornaria uma dos alicerces do movimento fundamentalista especialmente pela publicação, em 1909, de *The Scofield Reference Bible*, do pastor Cyrus I. Scofield, de Dallas, no estado do Texas. Sua edição da Bíblia trazia o texto bíblico acompanhado de notas que expressavam a visão apocalíptica que emergia das conferências de *Niágara Falls*; tais notas aos olhos dos fundamentalistas foram adquirindo autoridade sempre crescente, quase comparável à dos próprios textos da Escritura (VASCONCELOS, 2008, p. 30).

Não nos parece coerente pensar que o fundamentalismo seja um movimento isento de interesses bem claros e definidos e com um objetivo específico de tomar parte no poder. Vasconcelos destaca que os

---

<sup>28</sup> Dispensacionalismo: é um sistema teológico que apresenta duas distinções básicas: uma interpretação consistentemente literal das Escrituras, em particular da profecia bíblica. A outra, a distinção entre Israel e a Igreja no programa de Deus.

fundamentalistas buscavam sim influência política e relação com o poder para assegurar seus ideais,

Havia a luta por influência no mundo político. Como vimos o processo contra o professor Scopes foi embasado na lei que proibia o ensino da teoria de Darwin sobre a evolução das espécies. Ora esse dispositivo foi obra de grupos fundamentalistas, que também dessa forma buscavam interferir na educação formal. Na verdade tratava-se de salvar a identidade cristã da nação, que só assim teria garantida sua hegemonia no cenário internacional (VASCONCELOS. 2008, p.34).

Algumas vezes o movimento fundamentalista alimenta o fervor de grupos que realmente estão animados por convicções religiosas, por motivos de fé que fazem com que seus integrantes acreditem realmente na intervenção da ordem sagrada na ordem social. Movidos por tal convicção atuam na sociedade sempre em modos de protestos. Seja assumindo um estilo de vida que contrarie a dinâmica da ordem estabelecida e os elementos que fundamentam seus interesses, ou com atos de violência de diversas ordens; acreditam-se investidos da autoridade de Deus.

Um primeiro ponto para entendermos esse fundamentalismo religioso: é uma estratégia de tomada de poder de extrema direita e que se reveste da autoridade religiosa para justificar a inflexibilidade de suas posições no processo de regulação e políticas públicas (LIONÇO, 2015, p. 13).

Estão convencidos de que através de sua fidelidade ao mandato sagrado podem alterar a ordem social, desde os seus fundamentos. Na perspectiva do fundamentalismo suas ações são verdadeiras porque estão na verdade e sua verdade é absoluta. Esta convicção inibe toda possibilidade de diálogo, seja com a sociedade moderna ou com os indivíduos que tenham a modernidade como plataforma na qual transitam.

Fundamentalista é aquele, portanto, que está muito mais interessado em guardar a letra da doutrina do que em fazer vivificar o seu espírito. A interpretação atualizada é um risco para uma mente fundamentalista, pois pode vir a perder sua verdade original, primitiva. Assim, a sua maneira de ler a „letra da doutrina “é que deve ser preservada. Nesta perspectiva, se sua forma de apreender a verdade é absoluta, significa que ninguém mais poderá chegar à verdade, a não ser através da sua

forma de apreendê-la. Esta compreensão gera intolerância e desprezo do outro e das outras maneiras de compreender a verdade, provocando, inclusive, práticas violentas. Nesta perspectiva, pode ser compreendida como fundamentalista a pessoa que se fecha em sua própria concepção da verdade, não se abrindo para o diálogo e nem para novas construções de identidade. Quer impor sua maneira de compreender “a verdade” aos seus interlocutores (PANASIEWICZ, 2008, p. 12).

Tal mudança reconduziria todas as pessoas à fidelidade, a Deus e, por conseguinte inauguraria o tempo do governo de Deus que traria a paz e a prosperidade aos povos. Verifica-se a partir dessa convicção que os movimentos fundamentalistas são animados por convicções religiosas e empenhados na conquista do poder político. Panasiewicz (2008) “nas últimas décadas, o movimento fundamentalista tem articulado religião e política como uma forma de fazer valer os valores cristãos a partir de sua concepção teológica.” Não reconhecem a legitimidade do Estado moderno laico e neutro. Isso devido a sua ação governamental não visar à proteção nem ao privilégio da religião, que pelo menos no universo simbólico da maioria, represente a fidelidade a Deus e aos seus interesses. Daí pode-se entender que mesmo os atos de violências praticados pelos fundamentalistas de quaisquer crenças são revestidos de sacralidade cujo objetivo é a salvação de todos e a confirmação da autoridade de Deus.

É característico dos movimentos coletivos, de tipo fundamentalista, a centralização e a legitimação das formas radicais da luta política. Neste sentido, a convicção de estar na mente de Deus, ou fazer parte da lei eterna, que governa todo o universo, superaria os limites, ou condições ordinárias, que impediriam exercitar a violência contra o outro. O fundamentalismo pretende não suprimir o Estado, mas reinventar o fundamento absoluto da legitimidade, sonha com uma comunidade de puros e iguais, uma comunidade santa com um povo fiel em torno do príncipe absoluto (PACE, 2017, p. 16).

Tome-se por ilustração o fundamentalismo dos judeus ortodoxos que assumem a convicção de que a retomada da Terra Santa é condição para a realização da promessa de Deus ao seu povo. Pode-se verificar que esse grupo encontra a justificativa de todos os seus atos que pretendem não permitir a instalação de outros povos nesse mesmo território, o que caracterizaria a profanação da própria aliança de Deus com o seu povo. Esse mesmo movimento

estabelece uma vida social paralela àquela ordem social que o Estado Israel estabelece. Ainda assim o movimento fundamentalista dos judeus ortodoxos não é isento de interesses políticos; além de fazer concessões ao Estado, busca concretamente ter influência decisiva junto ao governo.

Estes grupos se tornaram, desde 1977 em diante, graças à nova lei eleitoral proporcional, um elemento decisivo para a formação da maioria que, muitas vezes, participa de coalizões governamentais dando uma dimensão cada vez mais política à sua convicção social e religiosa. Este processo conheceu uma fase forte de exasperação com o agravamento do conflito Israel-Palestinense. Para os militantes se torna impensável ceder qualquer parte da Terra de Israel, uma vez que semelhante decisão poderia violar um princípio fundamental do hebraísmo: o *pikuah nfish* (salvaguarda da vida) (PACE, 2017, p. 25).

Mas o fundamentalismo não é um fenômeno isolado ou específico de um povo ou de uma religião e nem tão pouco deve ser pensado como um fenômeno da Idade das Trevas. Mas é uma resposta encontrada por grupos que nascem no interior das diversas religiões como manifestação da vitalidade da própria religião. Por isso pode-se compreender nas palavras de Leonardo Boff (2002, p. 25) que, “o fundamentalismo não representa nem apresenta uma nova doutrina, mas um olhar diferente para a doutrina e sua interferência na vida das sociedades e dos indivíduos”. É visível que o fundamentalismo vem assumindo caráter universal não somente em número de adeptos mas também com sua presença em diversos países e sua organização interna. É explícito ainda que o fundamentalismo é um movimento organizado, com estratégias e objetivos bem definidos.

O projeto fundamentalista estadunidense, configurado numa “ortodoxia protestante militantemente antimodernista”, tinha duplo escopo: a renovação espiritual dos indivíduos, fundada na consciência da fragilidade humana e na absoluta necessidade da graça salvadora de Deus; e a regeneração moral da sociedade, a ser alcançada pela renovação retromencionada. Apenas dessa forma seria possível a recuperação das glórias do passado, comprometidas pelo avanço do materialismo científico e do utilitarismo ético, bem como pela ameaça do socialismo (VASCONCELOS, 2008, p.34).

Isso tem feito com que um grande número de tradições religiosas conviva internamente em paralelo com seguimentos fundamentalistas que não raras vezes colocam em cheque a legitimidade do poder da autoridade religiosa que

não se identifique com as posturas radicais de tais grupos. Essa realidade tem feito com que as autoridades religiosas constituídas percam em larga escala o controle sobre parte dos seus seguidores. Essa condição das instituições religiosas vem enfraquecendo sua influência nas decisões sociais.

Chama-se de fundamentalismo um tipo de conflito cultural e político que emerge, seja nas sociedades ultramodernas ou naquelas em via de modernização e que se encontram sempre em estreito contato com os modelos de vida moderna, devido à forte interdependência econômica. Por isso, os fundamentalismos não são corpos estranhos à sociedade em que se vive. Eles revelam a existência, nas sociedades contemporâneas, de um baixo índice de confiança em relação ao sistema político e a tendência das pessoas de olharem apenas para os interesses pessoais. A universalidade do fundamentalismo parece excluir a ideia de que somente uma religião, como o Islã, por exemplo tenha monopólio (PACE, 2017, p. 27).

Não se deve estranhar a relação do fundamentalismo com a modernidade. Foi nesse período da história da sociedade humana ocidental que apostou-se na inutilidade religiosa, e no fim da religião. Acreditou-se mesmo, que seria extirpada da vida das sociedades e dos indivíduos. É nessa ambiência de crença na oxidação e decomposição da religião que emerge do seio da religião e da sociedade uma resposta que contrariou as expectativas. Pace (2017, p.17), “O fundamentalismo, produto maduro da modernidade, tem um século de vida e se manifesta em diversos ambiente sociais e religiosos.” Para ajudar na compreensão do que se afirmou até aqui tomemos uma definição de fundamentalismo apresenta por Pace, embora não seja a única, nem esgote o significado do termo,

O fundamentalismo é, na realidade, o nome que é dado a um conflito que possui uma grande dimensão e que, de formas e graus diversos, se apresentou em todas as sociedades que tinham como pretensão organizar a vida coletiva baseada em instituições e leis, que pudessem, no mínimo, fazer ao menos uma referência explícita à religião (PACE, 2017, p. 25).

Pace (2017, p. 27) “o modo de pensar e agir do credo fundamentalista se apresenta como uma forma de modernidade religiosa, que se confronta dialeticamente e, às vezes, violentamente, com as formas individualizadas e relativizadas do crer moderno.” O conflito entre modernidade e fundamentalismo

é inevitável pois ambos se apoiam em fundamentos opostos. A modernidade propõe um mundo sustentado pelo racionalismo científico no qual Deus se tornaria uma desnecessidade para qualquer dinamismo social e pessoal. Podemos tomar de Bauman um elemento que ilustre esse saudosismo melancólico de recusa da modernidade.

Durante um dos numerosos encontros abarrotados de apoiadores de Donald Trump, uma mulher chamada Kemper confidenciou (“fulgurante, apaixonada, incrédula”): “Acho que é melhor este país voltar a alguns desses valores. Alguns dos valores com que meus pais foram criados, meus avós foram criados; ... O que quer que desse errado, eles podiam identificar e dizer para a gente.” Ao pronunciar em público, sem papas na língua e de cara limpa, pensamentos que tinham sido semiclandestamente nutridos e afinados na privacidade de um smart-phone ou teclado de tablete, foi acionada a chave para enaltecer o sr. Trump aos olhos de uma nação formatada on-line (BAUMAN, 2017, p. 68).

Por outro lado, o fundamentalismo assume como condição inegociável Deus como razão e dinâmica da sociedade e dos indivíduos. No ideal da modernidade a razão científica daria aos indivíduos aquilo que buscavam em Deus. Dessa forma pretendia o esvaziamento religioso e a desconstrução do sagrado. Tailche (2012, p. 72), “o surgimento da ciência moderna, com sua verdade forte, acabou colidindo com a religião desde tempos anteriores. Durante o século XX, quando surge o fundamentalismo moderno esse conflito se intensificou.”

A modernidade racionalista, laica e cientificista é um audacioso projeto de uma nova modalidade de vida, da qual pretendeu e pretende ausentar Deus. O anúncio nietzscheniano de que Deus estava morto anunciava o caráter da modernidade, segundo a qual os fundamentos da sociedade, a felicidade e realização dos indivíduos não dependeriam de uma intervenção divina o que tornava a religião sinônimo de retrocesso, comumente associada a crendices e superstições. Diante de tudo isso é possível perguntar se por trás dessa rebelião anti-modernidade assumida pelo fundamentalismo, não estaria a negação de uma identidade individual, resultado dos diversos processos culturais e pessoais que os indivíduos e as sociedades constroem. A partir do pensamento de Bauman (2017) é possível verificar um movimento de retorno. Essa volta a práticas religiosas antigas, o fechamento em comunidades nucleares fechadas

e estereotipadas, comuns aos grupos fundamentalistas podem sinalizar a renúncia a uma identidade pessoal. Nasceria então uma nova perspectiva identitária, a coletiva em detrimento da individual como construção de um processo social e individual. Tal fechamento com tom de protesto ao mundo moderno racionalista e cientificista resulta em um afastamento do mundo. Isso revela uma das falhas do próprio fundamentalismo em relação ao conteúdo que ele mesmo arroga-se a defesa. Ao isolar-se do mundo a título de protesto afasta-se comumente do propósito de sua religião, no caso do cristianismo, cuja proposta é inserir-se no mundo para transformá-lo.

Refugiar-se nesse universo fechado da comunidade pode ser visto como um aporte que permita ao indivíduo resgatar o que lhe parece seguro, mas que foi deixado no passado. A comunidade torna-se um portal possibilitador do retorno a uma segurança não existente no agora social e individual. É um resultado da rota de colisão entre a modernidade e o fundamentalismo. Por um lado na modernidade os indivíduos se encontram nas redes e a virtualidade torna-se o ambiente desterritorializado em que as relações são mediadas. Na comunidade as relações frente a frente, que permitem o tato não somente dos sentidos físicos, mas também o toque nos valores e verdade comuns que carregam a identidade coletiva que se sobrepõe ao indivíduo. A comunidade traga o indivíduo e sua identidade estabelecendo uma conexão retroalimentar de ambas as instâncias com predomínio da identidade e dos ideais da comunidade. Essa identidade coletiva fortalece o fundamentalismo e engrossa as fileiras e propagação de suas ideias e suas práticas. Apoiamo-nos em Baumann (2017), para identificar no fundamentalismo a recusa à modernidade geradora da instabilidade social mediante a frustração de suas promessas. Ainda identificamos que a insistência fundamentalista de voltar à suposta segurança existente no passado em que os valores sagrados indicavam a ordem social e a vida dos indivíduos. Bauman identifica esse fenômeno de um olhar para trás. As esperanças não são mais lançadas em um mundo por vir, a ser construído apoiado na utopia de um futuro seguro, estável e promotor de oportunidades iguais. Ao contrário as esperanças são lançadas no passado, seja ele próximo ou distante.

O que eu chamo de retrotopia é um derivativo do já mencionado segundo grau de negação – a negação da negação da utopia. É um derivativo que compartilha com o legado de Thomas More a fixidez num topos territorialmente soberano: uma base sólida que, segundo se crê, fornece e otimistamente garante um mínimo aceitável de estabilidade; e, por conseguinte, um grau satisfatório de autoconfiança. Entretanto, a retrotopia difere do seu legado ao aprovar, absorver e incorporar as contribuições/correções supridas por seu predecessor imediato: a saber, a substituição da ideia de “perfeição suprema” por uma hipótese de incompletude e dinamismo endêmico da ordem que ela promove, permitindo, por conseguinte, a possibilidade (bem como a desejabilidade) de uma sucessão infinita de mudanças posteriores, as quais aquela ideia a priori deslegitima e obstaculiza. Fiel ao espírito utópico, a retrotopia deriva seu estímulo da esperança de reconciliar, finalmente, segurança e liberdade, feito que nem a visão original nem sua primeira negação tentaram alcançar – ou, se tentaram, fracassaram (BAUMAN, 2017, 13 -14).

De modo que o fundamentalismo encontrou na modernidade o elemento que lhe é caro para refugiar os imigrantes da modernidade em busca do elo perdido. A instabilidade institucional, social, pessoal e existencial que emerge como resultado da impossibilidade de se concretizar a utopia prometida pela modernidade, fez nascer o medo diante de um futuro incerto. A solução a esse medo foi buscar refúgio na suposta segurança esquecida no passado. Esse desejo de encontrar no passado, seja ele qual for, faz do fundamentalismo um terreno sólido sobre o qual se pode transitar em busca da reafirmação do indivíduo e de uma sociedade estável, ainda que apenas no imaginário dos fundamentalistas e dos fundamentalismos. Citando Paul Klee (1921), Bauman propõe que nessa modernidade os indivíduos lançaram um olhar de frente para o passado, dando ao futuro as costas, posto que desse não se pode esperar a esperança.

O rosto do anjo da história está voltado para o passado. Onde nós percebemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe indivisa, que não cessa de juntar destroços e lança-os diante de seus próprios pés. O anjo gostaria de ficar, ressuscitar os mortos e restaurar tudo o que foi destruído. Contudo, uma tempestade se ergue do paraíso; e as asas do anjo são arrebatadas com tal violência eu ele já não consegue mais fechá-las. A tempestade o empurra irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas cresce até o céu. A tempestade é o que nós chamamos de progresso (KLEE, *Apud* BAUMAN, 2017, p. 7).

O diálogo inter-religioso é uma necessidade para as tradições religiosas desafiadas a readequar sua linguagem, mas também sua compreensão da



salvação. Nos últimos cinquenta anos a sociedade vem passando por mudanças tão profundas e radicais, que assinalam, segundo vários pensadores, uma mudança de era. Não se trata de mudanças de alguns comportamentos, mas mudanças de paradigmas estruturantes da própria sociedade. Nesse sentido as religiões foram fortemente atingidas e desafiadas. De um lado trazem seus códigos de conduta, seus dogmas, sua estrutura institucional aos quais seus fiéis devem adequar-se. Por outro lado os mesmos fiéis estão inseridos nas estruturais mudanças da sociedade e obviamente nasce nesse contexto um conflito de ordem identitária para as instituições e para os adeptos.

Nessa ambiência as tradições religiosas com suas instituições deparam-se com dois elementos importantes; sua experiência com a verdade revelada ou com o Sagrado e a experiência com o mundo real atual no qual estão inseridos como instituição e como indivíduos. Com facilidade a inadequação ou incompreensão dessa realidade pode polarizar as próprias instituições o que facilmente conduziria ao endurecimento de posicionamentos na relação com o sagrado e com a sociedade. A nosso juízo isso oportunizaria o radicalismo fundamentalista.

Quando se não suporta viver na perplexidade e na interrogação, surge a tentação de absolutizar as próprias crenças, excluindo e perseguindo quem as não partilha. Em toda a História foi permanente a utilização da religião para fins que não são os seus: alcançar o poder, servir os próprios interesses económicos, políticos, culturais, impor hegemonicamente o próprio domínio. Em última análise, na base está uma determinada concepção de verdade, que se confunde com a posse do Fundamento. Mas, precisamente aqui, é preciso perguntar: quem é o Homem, um ser finito, para considerar-se senhor do Fundamento? Ele não possui o Fundamento, é o Fundamento que o possui a ele. Isto não é relativismo, mas perspectivismo: vamos ao encontro da realidade sempre numa determinada perspectiva. Por isso, no domínio religioso, há que reconhecer que há mais verdade nas religiões todas do que numa só, e dessa verdade faz também parte a pergunta pelo ateísmo (BORGES, 2004, p. 175).

Insistir em modelos que não ecoam mais no universo simbólico e prático das sociedades e dos indivíduos levam a uma incapacidade dialogal. O que está em jogo não é ortodoxia dos dogmas de cada tradição ou instituição religiosa, mas a inflexibilidade do discurso dogmático religioso. Essa inflexibilidade depara-se com sociedades e indivíduos emancipados. Na modernidade respira-se emancipação em todos os níveis da vida social, privada e pessoal. De modo

geral as religiões exercem poder e controle sobre seus fiéis e isso vai em rota de colisão com essa ideia de emancipação, autonomia e liberdade que tanto caracterizam a modernidade.

A sexualidade constitui outro domínio problemático para o cristianismo e para a teologia, que continua com uma concepção dualista de Homem e uma atitude repressiva frente ao corpo, como diz de modo cortante e lúcido este pequeno poema de Eduardo Galeano: “Diz o mercado: o corpo é um negócio. Diz a Igreja: o corpo é pecado. Diz o corpo: eu sou uma festa” (BORGES, 2004, p. 172).

Quando a organização religiosa se fecha e reafirma sua prática assumindo um paradigma que recua diante do novo e busca ancorar-se nos modelos do passado assumindo o que Bauman chamou de retrotopia, rompe-se o diálogo com as condições culturais do presente. Essa ruptura corrobora para atitudes de recusa e agressão ao novo e a tudo o que a ele esteja vinculado, incluindo instituições e pessoas. Ao reafirmar-se na rigidez de sua verdade universal o caminho escolhido é de suprimir o que lhe seja diferente ou ameaçador. Borges (2004, p. 173) “nenhuma religião autêntica se exprime numa teologia dos vencedores”. O radicalismo assume caráter intolerante, a impossibilidade de espaço compartilhado entre diferentes.

Vivemos num tempo de pluralismo cultural, que põe termo ao etnocentrismo, impedindo, portanto, a afirmação da superioridade da cultura ocidental e a sua imposição através de potentíssimos meios de comunicação. Vivemos igualmente num tempo de pluralismo religioso e já não de religião única com a pretensão de afirmar-se e impor-se como caminho único de salvação (BORGES, 2004, p. 172).

São desafios para as religiões conciliar algumas impossibilidades humanas atribuídas a desígnios de Deus diante da revolução científica que em grande escala deu solução a situações insolúveis cuja compreensão era lançada na ambiência do sagrado com forte espírito de resignação. Mesmo nesse aspecto há posturas de intolerância de algumas tradições religiosas que vêm na revolução científica especialmente no campo da genética, uma invasão ao território de Deus. O diálogo entre religião e ciência tornou-se um campo minado no tocante à vida, ao controle de sua concepção, à sua seleção e ao seu término. São eventos promotores de intolerância cujas ações não raras vezes se manifestam envoltas em violência.

O velho paradigma, anquilosado, já não dá conta nem responde a uma série de fenómenos revolucionários em curso. Assistimos, efectivamente, durante os últimos cinquenta anos a transformações de tal modo profundas e radicais que pode dizer-se que nos encontramos numa mudança de era que exige um modo novo de viver a fé cristã, compreender o cristianismo e fazer teologia (BORGES, 2004, p. 171).

Não se trata, contudo, de cada tradição religiosa forjar-se como uma nova religião, mas tomar diante de si que há um novo mundo em movimento de feitura em que beleza e feiura se refazem como conceitos e imprimem nova percepção e aceitação de critérios de normalidade e anormalidade, de bem e de mal, de certo e de errado. Esse novo mundo, em que se misturam realidade e virtualidade, exige uma nova capacidade de fala, de linguagem e de compreensão. Exige um esforço e capacidade de ocupar no mesmo universo junto com os diferentes e as diferenças, o mesmo espaço, a casa comum<sup>29</sup> a todos. É necessário a superação do conceito de hegemonia cultural, de uma cultura superior como referência a todas as outras. O mundo hegemônico não é mais uma realidade; somos mundos dentro da casa comum, somos culturas dentro do mesmo universo geográfico perpassando os universos simbólicos. Exigências para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O horizonte intercultural implica a passagem da cultura única ao pluralismo cultural e, concretamente, da inculturação da teologia, que continua ainda a manter os princípios e as categorias teológicas da cultura dominante, à elaboração de uma teologia intercultural, portanto, de uma teologia que assume o diálogo entre culturas baseado na igualdade. O horizonte inter-religioso implica a passagem da religião única à elaboração de uma teologia ecuménica das religiões para a paz, a partir das vítimas e com a práxis de libertação, que não é assunto de uma só religião, mas de todas. A este pluralismo religioso e cultural deve corresponder uma inter-espiritualidade ou espiritualidade inter-religiosa (BORGES, 2004, p. 172).

O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e a solidariedade exige que as tradições religiosas abandonem seus sonhos de imperialismo religioso que alimentam uma práxis excludente das pessoas, das sociedades e

---

<sup>29</sup> Referência a *Laudato Si*: Encíclica do Papa Francisco publicada em 24 e maio de 2015, que trata da questão da ecologia e preservação do meio ambiente. Nessa Encíclica o papa chama à responsabilidade comum pela preservação do planeta, ao qual se refere como casa comum.

das culturas. Nesse sentido a perspectiva religiosa pode fortemente contribuir para a solidariedade entre as sociedades, as culturas, os povos e os indivíduos. Borges (2004, p. 174), “E tudo começa pelo conhecimento mútuo: as religiões não podem dialogar sem se conhecerem.” Desde que as religiões se apresentam como mediação do Sagrado que age na dialética do inacessível e da revelação, é importante superar os resquícios de monopólio do sagrado como uma única portadora da verdade, única mediação, e a compreensão das demais tradições religiosas como secundárias e por vezes desnecessárias.

O fundamentalismo é um obstáculo decisivo para o diálogo inter-religioso. Ora, a história ensina-nos que a tolerância não foi propriamente a virtude que animou as religiões e os seus fiéis. De modo geral, impuseram uma ortodoxia com um pensamento único, perseguindo, excluindo e inclusivamente matando os dissidentes e heterodoxos. E, ao contrário do que se poderia pensar e exigir, o fundamentalismo não está em vias de extinção. Pelo contrário, Tamayo, recordando a expressão célebre do Manifesto Comunista: “Um fantasma percorre a Europa: o do comunismo”, escreve que esse grito poderia hoje ser substituído por outro, que é exacto e exprime um clima generalizado: “Um fantasma percorre o mundo moderno: o fundamentalismo” (BORGES, 2004, p. 174).

É importante verificar a urgência de tratarmos do fenómeno da intolerância religiosa como um dano à vida social. Embora muitos estudiosos da sociologia tenham concluído a superação do fenómeno religioso como fundamental na sociedade, o que se percebe é exactamente o contrário. Ainda que com características diferentes, a religião se mostra muito presente, e por vezes, determinante nas dinâmicas sociais. Mas o retorno desse fenómeno e sua prática ocorre em um cenário multifacetado, transcultural<sup>30</sup>, plurireligioso, e isso nos faz verificar a necessidade de uma profunda reflexão sobre essa ambiência e as relações necessárias com as tradições e as práticas religiosas para que suas potencialidades dialogais não sucumbam às suas radicalidades fundamentalistas, de modo que o diálogo inter-religioso seja um caminho aberto à paz e à solidariedade.

Nenhuma religião tem o monopólio da verdade e, por isso, nenhuma é a única verdadeira. Todas as religiões são manifestações e encarnações da relação de Deus com o homem e do homem com Deus e, desde que se não oponham ao *Humanum*, mas, pelo contrário, o

---

<sup>30</sup> Transculturalidade: visa à recomposição do mundo através de uma recontextualização dialógica que tem por objetivo criar relações menos conflituosas, mais dinâmicas e relacionais.

afirmem e promovam, são reveladas e verdadeiras. Todas são relativas, no duplo sentido de relativo, dito já no étimo latino: relativas, na medida em que estão inseridas num determinado contexto histórico-social, e relativas, no sentido de que estão referidas, isto é, em relação com o Absoluto, mas, como já ficou dito, elas próprias não são o Absoluto. Precisamente porque não são o Absoluto, embora referidas a ele, os homens e as mulheres religiosos devem dialogar para melhor se aproximarem desse Mistério divino já presente em cada religião, mas sempre transcendente a cada uma e a todas. Não se trata, portanto, de mera tolerância religiosa, que pressupõe ainda uma superioridade de quem tolera o outro considerado inferior. É o próprio Mistério infinito de Deus que exige o diálogo para que os crentes se enriqueçam mutuamente num sempre a caminho do Mistério que se revela e ao mesmo tempo se oculta, e do qual o ser humano não pode apoderar-se nem dominar (BORGES, 2004, p. 176).

Encerramos esse capítulo da pesquisa em que se apresentou elementos do fundamentalismo como plataforma em que transita a intolerância religiosa. Passamos agora a verificar no capítulo seguinte o comportamento da Igreja, seu discurso e suas propostas nos últimos dez anos. Serão fontes bibliográficas alguns dos mais relevantes documentos do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Encerramos esse capítulo com um pensamento de Miguel Baptista Pereira que nos parece sintetizar o quadro da modernidade e a configuração religiosa.

O mundo contemporâneo é percorrido por vagas persistentes de intolerância, de fanatismo, de nova religiosidade sectária e de nacionalismo agressivo em pleno contraste com as exigências de secularização, de liberdade, de crítica, de tolerância da razão moderna. [...] Nesta perspectiva, o fundamentalismo é o "fantasma do mundo moderno", que, aproveitando oportunidades favoráveis e duradouras, se converte num poder em crescimento, que se alimenta dos próprios êxitos e pode derivar em "coveiro do pensamento iluminista e da vida moderna" (PEREIRA, 1992, p. 206-209).

## **4 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, ANTÍDOTO AO FUNDAMENTALISMO E À INTOLERÂNCIA**

O capítulo quatro está organizado em dois subtemas que se complementam. O primeiro intitulado, A Igreja Católica no cenário da intolerância, aborda a questão da intolerância e a práxis violenta que se desenvolve a partir de suas bases. Destaca a nova ordem social marcada pela pluriculturalidade, a pluri religiosidade e as diversidades constitutivas das sociedades modernas. Trata ainda do desencanto nascido das frustrações das promessas propostas ao homem moderno desde o advento do Iluminismo como caminho de demonstrar a religião como algo desnecessário para desenvolvimento da sociedade e das culturas. O segundo aqui denominado O Percurso Institucional do Diálogo Inter-religioso na Igreja Católica, tratará das ações do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, através dos documentos, reflexões publicados e dos encontros realizados com os líderes mundiais de tradições religiosas não cristãs. Nele serão abordados os Cardeais Arinze e Tauran. Ambos presidentes do referido Pontifício Conselho. O destaque será para o cardeal Jean Louis Tauran, por ser o presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso quando durante quase totalidade do tempo desta pesquisa.

### **4.1 A Igreja Católica no cenário de intolerância**

A modernidade é o cenário de promessas, expectativas, esperanças, frustrações e negações do ideal moderno de superação das diferenças e das intolerâncias. Essa mesma ambiência tornou-se palco do ressurgimento de fenômenos que se julga intolerância superados e considerados apenas narrativas de um tempo há muito distante da perspectiva contemporânea de convivência das diversidades. Dentre tantos fenômenos ressurgidos na modernidade, destacamos a intolerância religiosa por ser parte do objeto dessa

pesquisa. Ao contrário do que muitos sociólogos anunciaram, a religião não sucumbiu, mas ressurgiu com grande força de expressão e novas modalidades.

Frente às frustrações surgidas da incapacidade dos ideais modernos se concretizarem na sociedade contemporânea, emerge um grito de muitos seguimentos sociais que temendo um futuro duvidoso, buscam no passado sua referencialidade e identidade que recusam a diversidade cultural e o pluralismo religioso buscando reafirmar de modo fundamentalista seus valores e sua perspectiva de mundo. O que Bauman chamou de retrotopia. Na V Conferência Geral do episcopado brasileiro, Latino Americano e Caribenho, a Igreja assim se expressa diante da diversidade própria da sociedade contemporânea racional e científica, e os dramas de questões sem respostas,

Não basta supor que a mera diversidade de pontos de vista, de opções e, finalmente, de informações, que costuma receber o nome de pluri ou multiculturalidade, resolverá a ausência de um significado unitário para tudo o que existe. A pessoa humana é, em sua própria essência, o lutar da natureza para onde converge a variedade dos significados em uma única vocação de sentido (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, p. 31).

As novas tecnologias de comunicação potencializaram a presença da violência religiosa fundamentalista. Desterritorializaram e destemporalizaram as práticas violentas do fundamentalismo. Em tempo real os indivíduos presenciaram por meio das novas mídias as atrocidades praticadas por grupos fundamentalistas nas diversas sociedades, o que descortinou a violência velada da intolerância e ao mesmo tempo espetacularizou esses episódios. Todos esses atos de violência proclamavam uma missão recebida da divindade que investira seus autores da autoridade sagrada para purificar a humanidade e conduzi-la à verdadeira fé e à única salvação e recompor as estruturas sociais pela ação da fé. O pano de fundo da intolerância fundamentalista é o ideal de implantar um Estado teocrático, de modo que Deus seja o centro da ordem e da vida social. Isso justificaria uma sociedade monocultural com o estabelecimento de uma fé universal como única possibilidade de salvação e por isso mesmo a intolerância à diversidade religiosa. De modo geral a violência religiosa nascida do fundamentalismo tem sua atenção voltada para as minorias étnicas e

religiosas e se lançam ainda sobre todos os que não comungam dos mesmos códigos e preceitos.

Sob esse véu da intolerância as diferenças não são aceitas, devem ser suprimidas e o estabelecimento da supremacia de uma verdade que se pretende universal sobre as outras tradições religiosas motiva seus seguidores a uma frenética ação agressiva contra tudo o que não seja a própria tradição e seu desejo de supremacia. O antagonismo, diversidade e intolerância ocupam o mesmo espaço social e conflitam interesses de grupos opostos que preconizam modelos opostos de sociedade, de cultura e de indivíduos. A intolerância de qualquer natureza recusa a possibilidade de uma sociedade diversa e encerra os indivíduos em uma visão monocular da existência e da história. Esse fenômeno social evidencia a necessidade de que as religiões se abram ao diálogo como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Cabe ao homem pós-moderno selecionar as informações que recebe buscando saber o que é coerente ou não. Além disso não devemos radicalizar nenhum movimento político, religioso ou social, pois os extremistas existem em todo lugar, mas são minorias, e não devem responder pelo todo que representam.<sup>31</sup>

A última década do século atual presenciou a atuação de grupos fundamentalistas que arrasando monumentos milenares reduziram-nos ao pó. Referimo-nos ao Estado Islâmico cujas ações foram justificadas em nome da verdadeira fé que devia destruir os ídolos pagãos. Esse episódio pode ser somado aos inúmeros massacres, torturas e execuções de minorias religiosas, homossexuais e cristãos. Muitos desses episódios foram acompanhados pelas sociedades através das mídias sociais. Um dos episódios mais aterrorizantes foi o atentado às torres gêmeas nos Estados Unidos, que ficou conhecido como 11 de setembro. Não somente provocou a morte de centenas de pessoas, mas desafiou o sistema de segurança da maior potência mundial.

Para a compreensão da intolerância religiosa como fenômeno na modernidade pode-se partir de um conceito que lhe seja oposto. Tomemos o conceito de tolerância, oposto ao de intolerância a partir de Carlota Boto,

---

<sup>31</sup> Redação: intolerância no Brasil pós-moderno. Blog Descomplica. Disponível em: <https://descomplica.com.br/artigo/redacao-pronta-and8211-intolerancia-no-brasil/45X/>



Tolerância é uma atitude imprescindível para se lidar com tudo aquilo que não nos é familiar, em termos de crenças, de costumes, de atitudes, de pensamentos. Significa a rigor estar disposto a ouvir o pensamento do outro; e a ponderar sobre ele. Estar aberto ao diálogo - seja qual for a própria convicção pessoal, ou seja, a tolerância requer uma disposição para aceitar o diferente, e isso exige algum empenho interior (BOTO, 2010 p.29).

De acordo com Boto a tolerância convive na mesma ambiência que a intolerância, por isso mesmo tanto os indivíduos quanto as instituições gravitam a todo tempo entre elas. Não há isenção social ou individual quando se trata dessas duas instâncias. Ou assume-se uma postura intolerante ou tolerante. Seja no campo religioso, político, social ou individual, a modernidade tem sido cenário de sangrentos textos de intolerância que por vezes são contrapostos por discursos e práticas tolerantes. Boto parte do conceito etimológico de intolerância para a compreensão desse fenômeno e sua discussão. *Intolerantia*, significa impaciência de aguentar, de reconhecer a condição humana no que nos é absolutamente diverso.

O “intolerante” carrega consigo duas faces, racional/sentimental, a primeira caracterizada pela incapacidade intelectual em compreender a diferença e, a segunda, que é agir a dissemelhança com sentimentos de dor, ódio e, mesmo, extermínio (ROCHA, *Apud* BOTO, 1994, p.7).

Embora a intolerância religiosa sempre tenha estado presente nas diversas culturas e sociedades, sua manifestação na modernidade tornou-se mais explícita. Em tempos passados julgava-se lícita a intolerância pela necessidade de conquistas territoriais dentre outras. Hoje porém sua marca é também simbólica, ou seja, o ataque visa desqualificar a tradição religiosa que lhe é estranha ou que lhe seja diferente fazendo-a carregada de elementos nocivos e responsabilizando-a pelos trágicos acontecimentos da vida social ou individual.

A intolerância religiosa, de fato, não é um fenômeno moderno. Ela perpassa a história dos povos, das culturas. Os exemplos aqui descritos cobriram um período muito curto da história brasileira, mas dão uma ideia do quanto esse comportamento está presente entre as religiões e os religiosos, em diferentes épocas, sugerindo mesmo um atavismo” (AQUINO e SILVA, 2017, p. 106).

A intolerância religiosa é tão violenta quanto todas as outras modalidades de intolerância; e muitas vezes age no âmbito do imaginário com uma intenção clara de expor a suposta fraqueza da tradição ou denominação religiosa vitimada por suas ações. Na modernidade muitos foram os ataques violentos que visaram o imaginário dos adeptos de determinados seguimentos religiosos na sociedade. Ao atingir os elementos simbólicos de uma tradição religiosa, o grupo intolerante pretende reafirmar seu poder e desacredenciar o grupo atacado expondo sua fraqueza e incapacidade. A ação intencional dos grupos intolerantes é provocar o deslocamento dos seguidores desse grupo por meio de ações agressivas provocando a conversão à tradição dominante que se apresenta como portadora da força de Deus, a quem a vitória é atribuída. O ataque bem sucedido reforça a autoridade e o poder do líder, reafirmando sua tutela sobre os crentes que o seguem.

A intolerância religiosa é: Sentimentos e entendimentos de superioridade por parte de pessoas e grupos em relação à pluralidade de crenças e vínculos religiosos. Expressam-se, em geral, via comportamentos e práticas discriminatórias e desrespeitosas, que afirmam serem os “outros” inferiores, desprezíveis e ignorantes da verdadeira transcendência. Assim, justificam suas atitudes e atos verbais agressivos, ofensivos e impeditivos do exercício individual da liberdade de crer e de suas respectivas manifestações (ALMEIDA, 2018).

Almeida (2018) durante uma entrevista afirma que alguns atos de intolerância são de tal modo agressivos que estão elencados para além do âmbito religioso, sendo inclusive elencados como crimes. É o caso por exemplo da destruição do patrimônio religioso e que inclusive expõem as vidas dos outros ao risco além de violar a dignidade de outrem.

O comportamento intolerante na maior parte das vezes, não se compreende a si mesmo como tal. O intolerante em geral porta convicções arraigadas, que não se preocupa em fundamentar racionalmente, de maneira analítica. O intolerante não se preocupa em oferecer suas razões; ele é, antes de tudo, um dogmático. Seus conceitos ideologicamente cristalizados em opiniões e práticas preconceituosas, reportam-se, inclusive, muitas vezes, aos anos de formação; e, até por isso, costumam ser bastante arraigados (BOTO, 2010, p.6).

A intolerância é um dado da sociedade contemporânea e se manifesta por ações de violência física ou simbólica. Isso vem restabelecendo fronteiras na vida cotidiana das sociedades e dos indivíduos. Um conflito social que navega entre uma prática ideal de sociedade tolerante mesclada com alguns credos que postulam a posse da verdade salvífica assumindo atitudes intolerantes diante das diversidades religiosas que habitam o mesmo espaço. A violência religiosa que volta ao cenário das sociedades reafirma a necessidade de se retomar a discussão, a ética e a práxis do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A questão que deve pôr a si mesmo o defensor da tolerância em face dos diferentes é outra: como é possível demonstrar que o mal estar diante de uma minoria ou diante do irregular, do anormal, mais precisamente do 'diferente', deriva de preconceitos inveterados, de formas irracionais, puramente emotivas, de julgar os homens e os eventos (BOBBIO, 1992, p.204).

Em seus diversos aspectos e manifestações, a intolerância ocupa o esforço e o tempo de vários pesquisadores que buscam respostas para o enfrentamento desse fenômeno e as práticas violentas com que se manifesta. Há verdadeiro esforço de apresentar caminhos que levem à conquista da paz pelo diálogo como necessidade vital, incluindo aqui o diálogo inter-religioso. Mas é preciso apontar no tocante à intolerância religiosa enquanto experiência de vida social, que já fazia parte do imaginário e das relações entre sociedades e indivíduos e por vezes resultou em graves rupturas sociais.

A intolerância enquanto objeto de análise se constitui na academia como um tema recente se compararmos a imputação de suas práticas por diversos agentes ao longo da história. Isso significa dizer que antes mesmo dos debates, nomeação ou apropriação por cientistas das áreas afins, ela já se constituía enquanto prática nas relações sociais entre diversos grupos humanos (AQUINO e SILVA, 2017, p.102).

Todos os indivíduos vivem nas proximidades das fronteiras da intolerância. As novas tecnologias de comunicação colocam a sociedade e os indivíduos numa relação de proximidade com os atos de intolerância. Não são raros os ataques de grupos específicos que atingem diretamente a autoestima

dos que sofrem os ataques, que algumas vezes respondem com violência semelhante. Em geral os ataques a símbolos religiosos partem com frequência de grupos fundamentalistas que se assumem como fazendo parte de um reduto de eleitos purificados que devem purificar o mundo eliminando o que lhe é diferente.

As mudanças na sociedade se realizam em grande velocidade, fortalecendo sempre mais um mundo globalizado, e influenciam as relações dos organismos e dos indivíduos na sociedade. Os problemas sociais deste século são mundiais, onde parte da população é identificada como faminta, perseguida, violentada e marginalizada; o número dos sem teto está crescendo; homens, mulheres e crianças são vítimas do tráfico, do abuso, da violência, vítimas de discriminação racial, sexual, religiosa e lugar de origem. O fundamentalismo religioso está afetando a vida e as relações das pessoas e sociedades.

A humanidade entrou em uma nova era em que o poder da tecnologia nos põe diante de uma encruzilhada. Somos herdeiros de dois séculos de ondas enormes de mudanças: a máquina a vapor, a ferrovia, o telégrafo, a eletricidade, o automóvel, o avião, as indústrias químicas, a medicina moderna, a informática e, mais recentemente, a revolução digital, a robótica, as biotecnologias e as nanotecnologias. É justo que nos alegremos com estes progressos e nos entusiasmemos à vista das amplas possibilidades que nos abrem estas novidades incessantes, porque “a ciência e a tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu. [...] Não podemos, porém, ignorar que a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades que adquirimos, nos dão um poder tremendo. Ou melhor: dão, àqueles que detêm o conhecimento e, sobretudo, o poder econômico para desfrutá-lo, um domínio impressionante sobre o conjunto do gênero humano e do mundo inteiro. Nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma, e nada garante que o utilizará bem, sobretudo se se considera a maneira como o está fazendo (FRANCISCO, 2015, p. 83-85).

Mary Sujita (2016), apontou que estamos vivendo num mundo de conflitos. Falou sobre o posicionamento do Papa Francisco que aponta uma nova guerra mundial que, segundo Sujita, ele classifica de terceiro conflito mundial não declarado travado de muitas formas e em vários lugares, com ligações em rede, de maneira não visível, porém real. Sujita indica que o Papa Francisco propõe que esses conflitos são causados, muitas vezes, por questões territoriais, conflitos sectários e étnicos, o fundamentalismo religioso e a avidez por recursos raros.

Sobre muitas questões concretas, a Igreja não tem motivo para propor uma palavra definitiva e entende que deve escutar e promover o debate honesto entre os cientistas, respeitando a diversidade de opiniões. Basta, porém, olhar a realidade com sinceridade, para ver que há uma grande deterioração da nossa casa comum. A esperança convida-nos a reconhecer que sempre há uma saída, sempre podemos mudar de rumo, sempre podemos fazer alguma coisa para resolver os problemas (FRANCISCO, 2015, p. 49).

É nesse cenário de um mundo globalizado e entrelaçado pelas redes que julgamos a importância de investigar e verificar a oportunidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Através do diálogo inter-religioso acreditamos que as relações interpessoais e sociais podem ser transformadas e conduzidas à promoção da paz e da solidariedade. Admitir que o mundo contemporâneo é multicultural e multireligioso torna urgente às lideranças religiosas serem capazes de dialogar para além de suas fronteiras doutrinárias a fim de que a superação das violências, incluindo a religiosa, sejam uma realidade que contribua para a construção da paz e da solidariedade.

Alguns grupos apoiados no fundamentalismo, isolam-se e recusam a convivência com o pluralismo religioso e mesmo a diversidade cultural. As tradições religiosas não somente estão situadas em uma cultura, mas também interferem e por vezes afetam a cultura em que estão inseridas. De modo que religião e cultura podem catalisar uma retroalimentação com resultados bons ou não do ponto de vista da intolerância. Há, por parte de diversos grupos fundamentalista a intenção de exorcizar da cultura tudo o que expresse valor contrário à sua moral e visão de mundo que passa a ser considerado fruto do mal e por isso contamina a sociedade; nasce desse pensamento a ideia de purificação da sociedade pela eliminação do mal.

O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente (FREIRE, 2005, p.24).

Em geral as religiões têm algo de intolerância pois trazem consigo um código de revelação a partir do qual expressam sua verdade revelada e a concebem como a verdade plena. Não poucas vezes consideram as demais como uma etapa de um processo que terminará por alcançar aquela verdade

tomada como absoluta. Em geral as religiões têm seus fundamentos e princípios doutrinários elaborados a partir de uma experiência de revelação; decorre dessa realidade certa intolerância em relação às demais.

Essa compreensão de sua verdade como absoluta e inegociável, gera atitudes que envolvem a estrutura do pensamento que, suficiente em si mesmo, pode desabilitar a disposição para olhar a alteridade respeitando as diferenças oriundas das diversas compreensões do sagrado e dos mundos organizados a partir dessas. A impossibilidade de um mundo organizado a partir das pluralidades de compreensão do sagrado cria estímulos marcados com violências de toda ordem. Violências verbais, psicológicas, lúdicas e físicas.

A intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções. Gera a abolição ou o fim do reconhecimento, do gozo e do exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (ONU, 1981).

Os discursos religiosos muitas vezes motivam a intolerância. Isso se explica pela dificuldade que alguns grupos têm em reconhecer outras possibilidades de verdades, acreditando que somente as suas são as únicas verdadeiras e que devem defender um único caminho para a salvação. Essas posições dificultam o diálogo e alimentam atos de intolerância e desrespeito. Historicamente verificamos que a intolerância religiosa foi base para conflitos e guerras, levando à morte milhões de pessoas. A colonização do Brasil também nos mostra um retrato de intolerância e de dominação, com justificativa religiosa cujas opções são ou a conversão ou a morte; como se pode verificar nos relatos históricos de dizimação dos povos indígenas que se recusaram a professar a fé no Deus dos cristãos. Também a perseguição contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial é um dos principais exemplos de discriminação religiosa praticada no século XX.

Já no início do século XXI, citamos os ataques terroristas que também se mostraram manifestações de intolerância religiosa praticada por grupos extremistas agindo em nome de seu Deus. A intolerância e as práticas de violências por ela causadas, ocasionou a concepção de uma nova ordem social, onde o Estado devesse ser laico.

O professor Silva (2012) demonstra como a intolerância religiosa afeta o respeito à diversidade, ao identificar nas três grandes religiões proféticas (judaísmo, cristianismo e islamismo) que têm uma divindade comum, representada por nomes diferentes, uma gênese também comum quanto à afirmação da universalidade da verdade revelada e anunciada em cada uma destas religiões, como o princípio, meio e fim de salvação. É possível verificar que essa postura provocou sentimentos de intolerância entre si e contra outros grupos que expressavam sua espiritualidade de forma diferente.

O Brasil tem uma diversidade e uma pluralidade religiosa que é também resultado do próprio processo de colonização. Mas ainda estamos distantes de uma convivência religiosa amistosa. Há muita discriminação e a intolerância religiosa tem aumentado consideravelmente, especialmente em relação às comunidades tradicionais de matriz africana por parte de grupos religiosos fundamentalistas. Neste sentido, é um desafio poder estabelecer um possível diálogo a fim de enfrentar a violência religiosa e desenvolver uma cultura de respeito às diferenças, à diversidade e aos direitos humanos (STRÖHER, 2013).

Com os estudos aqui realizados, é possível verificar que a falta do diálogo inter-religioso sempre levou as religiões a atitudes de fechamento em si mesmas, despertando, por vezes, em seus fiéis o fanatismo religioso, tornando este fator uma das principais bases para a propagação de ideias e atitudes intolerantes entre milhares de pessoas no mundo. Compreender causas e efeitos da intolerância religiosa requer que busquemos também compreender que os direitos humanos universais têm em si matrizes antropológicas e sociológicas que geram o entendimento de que os seres humanos, enquanto seres culturais, históricos e sociais se constituem pela diversidade de seus aspectos biológico, político, econômico, religioso ou convicção; têm seus modos de expressão próprios, com valores éticos estabelecidos para uma convivência social. Por isso, são todos sujeitos de direito a viver com dignidade, a serem respeitados quanto às suas convicções e crenças como indivíduos e como cidadãos, com iguais oportunidades de acesso aos bens e serviços públicos, livres de preconceitos e de discriminação.

A liberdade de expressão garante aos indivíduos o direito de manifestar as suas opiniões sobre determinado assunto, incluindo a crítica em relação aos

dogmas religiosos, por exemplo. No entanto, a intolerância religiosa passa a se configurar quando a pessoa age com indiferença, violência ou de qualquer outro modo que fira a dignidade de outrem.

Verifica-se aqui, como as marcas da intolerância religiosa no mundo contemporâneo são expressas. Primeiramente é importante dizer que a diversidade religiosa em si não é causa da intolerância, mas esta surge quando um indivíduo ou uma expressão religiosa enxerga a diversidade como ameaça. O discurso intolerante tem sido fruto da interpretação fundamentalista dos textos considerados sagrados por seus grupos. A intolerância religiosa é marcada também pela prática conversionista que muitas vezes traz, em seu fundamento, a ideia de missão a ser realizada e conquistada a qualquer preço no mercado religioso e não no pensamento humanista e humanitário e menos ainda, na secularização da sociedade. Silva (2012, p.120), o problema da conversão se dá quando o grupo se apresenta como a única via para a verdade, não aceitando as demais, travando uma perseguição e promovendo a extinção dos oponentes.

Eles acreditam que os males sociais e individuais são causados por entidades demoníacas, por isso há necessidade de exorcizá-las e derrotá-las. Nesse sentido, os problemas do ser humano se resumem a uma batalha no nível espiritual. Acreditam na Teologia da Prosperidade, segundo a qual o fiel prospera materialmente a medida que contribui financeiramente e se livra dos males causados pelas entidades "demoníacas". Quase sempre as relações que eles estabelecem são conflituosas; agressões verbais e satanização do outro (SILVA, 2012, p.198).

Encerramos aqui a primeira parte do capítulo quatro, cujo propósito foi apresentar um cenário da intolerância e da violência dela decorrentes em nossos dias. Na parte seguinte apresentaremos alguns documentos oficiais da Igreja Católica que contribuem para confirmar a tese defendida nesta pesquisa.



## 4.2 O percurso institucional do diálogo inter-religioso a partir da Igreja Católica

De sua parte, o Papa Francisco oferece sinais contínuos de que a convivência fraterna não é apenas possível, mas obediente e frutífero. Por ocasião da peregrinação na Terra Santa, por exemplo, o Papa não hesitou em afirmar: "Nesta nossa peregrinação nós não estamos sozinhos, nós cruzamos o caminho de outros fiéis às vezes compartilhamos um trecho da estrada com eles, às vezes nós vivemos juntos uma parada que nos tranquiliza ... Vivemos uma comunicação fraterna e troca que pode nos dar descanso e nos oferecer novos pontos fortes para enfrentar os desafios comuns que enfrentamos (GUIXOT, 2017, p. 135).

Os documentos selecionados, seguindo critério de sua repercussão no cenário do diálogo inter-religioso, marcam os últimos dez anos, 2009 a 2019, de trabalhos da Igreja Católica no campo do diálogo inter-religioso, por meio do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, tendo à presidência o Cardeal Jean-Louis Tauran. Antes, porém, de entrarmos nesse período, parece-nos importante um breve olhar a um discurso do Cardeal Arinze, antecessor de Tauran.

O esforço da Igreja para o diálogo inter-religioso insiste que no ambiente interno da Igreja haja empenho concreto para que a relação dialogal vá para além do discurso teórico. Nesse sentido o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso encaminhou uma carta aos Presidentes das Conferências Episcopais da Ásia, Américas e Oceania.

Acreditamos, em vez disso, que a coexistência entre cristãos e muçulmanos é possível e que devemos unir forças em nome de Deus para trabalharmos juntos harmonia e unidade num espírito de sinceridade e confiança mútua. A este respeito, não se pode deixar de notar o esforço sem precedentes da Igreja Católica para se envolver em diálogo inter-religioso de uma forma oficial a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), em particular com a Declaração *Nostra Aetate*. Felizmente, existem alguns exemplos positivos, que atestam que o diálogo é possível e frutífero, onde os líderes religiosos sensíveis e atentos às pessoas a eles confiadas juntam suas forças (ARINZE, 1993).

No mês de novembro de 1992, na última Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, durante a qual foi incluído na pauta a questão das chamadas Religiões Tradicionais às quais a Igreja Católica estava disposta a acolher com um novo olhar. A partir dessa Assembleia

verificou-se a importância de inserir as conferências episcopais dos países nos quais essas religiões estão presentes, chamando a atenção das conferências episcopais para o processo de proximidade, conhecimento, compreensão, valorização e diálogo com tais religiões.

Como já foi feito de maneira louvável por várias Conferências Episcopais, seria oportuno que cada Conferência Episcopal nomeasse um pequeno grupo de pessoas competentes e qualificadas ansiosas por empreender esta pesquisa em estreita cooperação com a Conferência Episcopal e através dela, com os competentes Dicastérios da Santa Sé. A colaboração ecumênica nesse campo deve ser incentivada. Da mesma forma, seria aconselhável promover o estudo e o conhecimento das Religiões Tradicionais como parte do programa de formação em seminários, institutos eclesiais e casas de estudos religiosas (ARINZE, 1993).

Ao classificar um grupo de religiões como Religiões Tradicionais, exclui-se a possibilidade de diminuir a importância de tais tradições, ao contrário buscase sua compreensão a fim de valorizar tudo o que de bom seja encontrado nelas. Julga-se importante expor nas palavras do cardeal Francis Arinze, então presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, a que a Igreja se refere ao falar de Religiões Tradicionais.

Por Religiões Tradicionais queremos dizer aquelas religiões que, diferentemente das religiões do mundo que se espalharam em muitos países e culturas, permaneceram em seu ambiente sociocultural original. A palavra "tradicional" não se refere a algo estático ou imutável, mas denota essa matriz localizada. Não há acordo sobre um único nome a ser usado ao se referir a essas religiões. Alguns nomes (por exemplo, paganismo, fetichismo) transmitem um significado negativo e, além disso, não descrevem realmente o conteúdo dessas religiões. Hoje em dia, mesmo um termo como animismo não é mais comumente aceitável. Considerando que na África essas religiões são comumente referidas como "Religiões Tradicionais Africanas"; na Ásia, eles são chamados de "Religiões Tribais e Religiões Populares", as "Religiões Nativas e Religiões Afro-Americanas" da América, e as "Religiões Indígenas" da Oceania (ARINZE, 1993).

Mesmo que haja um real distanciamento entre as religiões tradicionais, é possível identificar alguns elementos comuns que possibilitam a abertura ao diálogo inter-religioso. Há uma crença comum em um único Deus, ou um Ser Supremo que assume diversos nomes indicativos da Divindade. Refere-se sempre a um ser transcendente que ocupa lugar acima do mundo e dos homens. Embora haja essa linha comum, tais religiões têm um universo simbólico

povoado de outros seres com diversos significados segundo cada tradição. Em muitas encontra-se presente o culto aos antepassados.

Ao contrário das tradições religiosas monoteístas que seguem um livro revelado, a maioria das religiões tradicionais não fazem uso de um texto sagrado com caráter revelado e não possuem um corpo filosófico e teológico explícito. Mesmo assim a Igreja aponta elementos que caracterizam valores nessas religiões e insiste na construção de uma relação de respeito e acolhimento que possibilitem o estabelecimento do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Em muitas sociedades tradicionais, há um forte sentido do sagrado. A religião permeia a vida de tal forma que muitas vezes é difícil distinguir entre elementos estritamente religiosos e costumes locais. A autoridade não é vista como algo secular, mas é considerada uma confiança sagrada. As pessoas das religiões tradicionais mostram grande atenção à terra. Respeitam a vida e celebram as suas etapas importantes: nascimento, entrada na idade adulta, casamento, morte. Há um forte senso da família, que inclui o amor às crianças, o respeito pelos mais velhos, um elo comunitário com os ancestrais. O simbolismo é importante para interpretar o mundo invisível e a relação do ser humano com ele. Existe um amor óbvio pelo ritual (ARINZE, 1993).

Um desafio no processo de diálogo inter-religioso é o sincretismo que estabelece relações porosas entre crentes que gravitam em tradições diferentes. O diálogo parte do princípio do respeito às diferenças presentes nas religiões, sobretudo no campo teológico e doutrinário. O sincretismo por sua vez invade os espaços simbólicos das tradições e afeta a identidade religiosa. A Igreja então insiste com seus pastores que tenham atenção especial às Religiões Tradicionais com sincero empenho em conhecê-las e cuidar para que os cristãos advindos dessas religiões consigam fazer o processo de consolidação de sua identidade religiosa cristã.

As religiões tradicionais constituem o contexto religioso em que um bom número de pessoas vive ou viveu. Muitos convertidos recentes ao cristianismo vêm de um contexto de religiões tradicionais. Isto é verdade não só naquelas Igrejas onde o Evangelho foi pregado somente no último século, mas também em alguns países onde a Igreja foi estabelecida por muitos séculos. Muitos desses convertidos vivem em culturas e contextos influenciados por essas religiões. Isto é provado pelo fato de que em alguns momentos importantes em suas vidas (como doença, perigo, casamento, nascimento de um filho, funeral de um parente) eles tendem a recorrer a práticas de suas religiões tradicionais ou a casas de oração, casas de curas, bruxaria,

"profetas" ou cartomantes. Tudo isto é uma indicação clara de que o arauto do Evangelho deve prestar muita atenção às religiões tradicionais e às culturas que as acompanham. O cristianismo deve visar influenciar toda a vida e produzir pessoas integradas, em vez de fazer com que as pessoas vivam em vidas paralelas, em diferentes níveis. O encontro do Evangelho e da cultura, incluindo o seu elemento religioso, envolverá um exame cuidadoso, um discernimento, que nem sempre é fácil (ARINZE, 1993).

Respeitando as diferenças entre o cristianismo católico e as Religiões Tradicionais, a Igreja insiste no diálogo inter-religioso e adverte que sua presença junto aos crentes dessas religiões não deve ser caracterizada por ações impositivas que resultem em um cristianismo imposto. Àqueles que mesmo tendo contato com o cristianismo optem por continuar no seguimento das Religiões Tradicionais, a Igreja insiste que devem ser respeitados e incluídos no diálogo. Faz parte do processo de diálogo a ajuda mútua para que tais comunidades sejam alcançadas pelas ações cristãs que visem a minorar seu sofrimento.

Com aqueles que aderem às Religiões Tradicionais e não desejam se tornar cristãos ainda, o diálogo deve ser tomado no sentido comum de encontro, compreensão mútua, respeito, descoberta das sementes da Palavra nesta religião, e a busca conjunta pela vontade de Deus. O diálogo deve ser entendido aqui de acordo com suas diferentes formas (cf. Diálogo e Proclamação 42). Particularmente importante no contexto das Religiões Tradicionais será o "diálogo da vida" e o "diálogo de ação", ou colaboração no campo do desenvolvimento humano integral (ARINZE, 1993).

Passamos em seguida ao documento Diálogo e Proclamação, elaborado pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso em parceria com a Sagrada Congregação para a Evangelização dos povos. Esse documento busca elucidar o pensamento da Igreja, orientando sobre a conjugação do diálogo inter-religioso e a proclamação do Evangelho de Jesus Cristo.

A Igreja encoraja e fomenta o diálogo inter-religioso não apenas entre ela e outras tradições religiosas, mas também entre essas próprias tradições religiosas. Esta é uma maneira pela qual ela cumpre seu papel de "sacramento, isto é, um sinal e instrumento de comunhão com Deus e unidade entre todas as pessoas" (LG 1). Ela é convidada pelo Espírito a encorajar todas as instituições e movimentos religiosos a encontrar-se, a entrar em colaboração e a se purificarem para promover a verdade e a vida, a santidade, a justiça, o amor e a

paz, dimensões daquele Reino que, no final dos tempos, Cristo entregará ao seu Pai (1Cor 15.24). Assim, o diálogo inter-religioso é verdadeiramente parte do diálogo de salvação iniciado por Deus. Segundo Pierre Claverie o diálogo é constitutivo da natureza da Igreja Católica.

Não voltaremos ao caráter essencial da proclamação e diálogo. A proclamação é baseada no envio de Jesus, na experiência e nos escritos apostólicos. O diálogo tem origem na prática de Jesus, mesmo que apareça mais recentemente na linguagem teológica, por causa da reflexão sobre as relações entre a Igreja e o mundo. A Encíclica do Papa Paulo VI *Ecclesiam Suam* (ES) continua sendo a principal referência para essa reflexão. Vincula evangelização e diálogo, definindo o diálogo como "o impulso interior da caridade que tende a ser traduzido em gestos externos" (ES, 66). Este diálogo de salvação tem sua origem em Deus mesmo e no modo de sua revelação ", relacionamento sobrenatural que o próprio Deus tomou a iniciativa de estabelecer com a humanidade" (ES, 72) (CLAVERIE, 2018, p.27 – tradução nossa).

Em 1991 dois dicastérios da Santa Sé, o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso e a Congregação para a Evangelização dos Povos, publicaram em conjunto esse Documento que trata da ação evangelizadora da Igreja em consonância com o diálogo com outras tradições religiosas. Apresentam a percepção da Igreja sobre sua missão evangelizadora e sua fidelidade ao anúncio de Jesus Cristo como Filho de Deus e salvador de toda a criação. Propõe ainda a reflexão da Igreja e sua compreensão com o resgate de valores encontrados nas diversas tradições religiosas como um bem na sociedade que pode colaborar com o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Uma justa avaliação de outras tradições religiosas pressupõe normalmente um contato próximo com elas. Isto implica, além do conhecimento teórico, experiência prática de diálogo inter-religioso com os seguidores dessas tradições. No entanto, também é verdade que uma correta avaliação teológica dessas tradições, pelo menos em termos gerais, é um pressuposto necessário para o diálogo inter-religioso. Essas tradições devem ser abordadas com grande sensibilidade, por causa dos valores espirituais e humanos nelas contidos. Eles comandam o nosso respeito porque ao longo dos séculos testemunharam os esforços para encontrar respostas "àqueles profundos mistérios da condição humana" (NA 1) e deram expressão à experiência religiosa e continuam a fazê-lo hoje (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 14, 1991).

Uma novidade marcadamente presente nesse documento é sua clara recusa de condenação às demais tradições religiosas, nas quais reconhece sinais das Sementes do Verbo e aponta para a segura presença de Deus que através de Seu Espírito conduz os povos e as culturas ao encontro da verdade. O documento não propõe uma ação cujo objetivo seja a conversão dos demais crentes ao cristianismo católico, embora reconheça que essa possibilidade existe e não é condenável, como em algumas tradições religiosas.

Estas poucas referências são suficientes para mostrar que o Concílio reconheceu abertamente a presença de valores positivos, não só na vida religiosa de crentes individuais de outras tradições religiosas, mas também nas tradições religiosas a que pertencem. Atribui estes valores à presença ativa de Deus através da sua Palavra, apontando também para a ação universal do Espírito: "Sem dúvida" Ad Gentes afirma, "o Espírito Santo estava em ação no mundo antes de Cristo ser glorificado" (No. 4). A partir disso, pode-se ver que esses elementos, como preparação para o Evangelho (cf. LG 16), desempenham e ainda desempenham um papel providencial na economia divina da salvação. Este reconhecimento impele a Igreja a entrar no "diálogo e colaboração" (NA 2; cf. GS 92-93): "Que os cristãos, enquanto testemunham a sua própria fé e modo de vida, reconheçam, preservem e encorajem o bem espiritual e moral entre os não-cristãos, assim como seus valores sociais e culturais" (NA 2) (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 17, 1991).

O documento trata propriamente do diálogo e anúncio, sem privilegiar um ou outro, mas entendendo a intrínseca relação das duas ações para a evangelização da Igreja no mundo atual. A fidelidade da Igreja à sua missão estruturante que é a evangelização somada ao seu protagonismo tanto na busca do diálogo com outras tradições religiosas, bem como seu dever de fomentar o diálogo entre as diversas tradições religiosas como caminho aberto à paz e à solidariedade.

À Igreja, como o sacramento em que o Reino de Deus está presente "em mistério", estão relacionados ou orientados (*ordinantur*) (cf. LG 16) os membros de outras tradições religiosas que, na medida em que respondem ao chamado de Deus como percebido pela sua consciência, são salvos em Jesus Cristo e assim já participam de alguma forma na realidade que é significada pelo Reino. A missão da Igreja é promover "o Reino de nosso Senhor e seu Cristo" (Rv11:15), a cujo serviço ela é colocada. Parte de seu papel consiste em reconhecer que a realidade incipiente deste Reino pode ser encontrada também além dos confins da Igreja, por exemplo, nos corações dos seguidores de outras tradições religiosas, na medida em que vivem valores evangélicos e estão abertos à ação do Espírito. Deve ser lembrado, no entanto, que esta é, de fato, uma realidade incipiente, que precisa ser completada por estar relacionada ao Reino de Cristo

já presente na Igreja, mas plenamente realizado somente no mundo vindouro (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 35, 1991).

Seu conteúdo deixa claro que a Igreja tem ciência de que o diálogo inter-religioso enfrenta grandes desafios e por vezes resistências dentro e fora do ambiente católico. Contudo o diálogo inter-religioso não se limita a discursos e encontros esporádicos entre pessoas de credos diferentes ou mesmo entre organizações religiosas diversas. Ao contrário supõe a sincera relação de respeito ao conjunto de valores constituídos, algumas vezes, milenarmente por diversas tradições religiosas, e que podem cooperar para o bem comum na sociedade. Por isso persiste na convicção da necessidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A prática do diálogo levanta problemas nas mentes de muitos. Há aqueles que parecem pensar, erroneamente, que na missão da Igreja hoje o diálogo deve simplesmente substituir a proclamação. No outro extremo, alguns não conseguem ver o valor do diálogo inter-religioso. Outros, porém, ficam perplexos e perguntam: se o diálogo inter-religioso se tornou tão importante, o anúncio da mensagem do Evangelho perdeu a urgência? O esforço para levar as pessoas à comunidade da Igreja torna-se secundário ou mesmo supérfluo? Há, portanto, necessidade de orientação doutrinal e pastoral para a qual este documento deseja contribuir, sem pretender responder plenamente às muitas e complexas questões que surgem a esse respeito (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 4 letra c, 1991).

Tal situação é elencada ao longo da reflexão documental, bem como o magistério católico exorta os cristãos a não se considerarem superiores às demais tradições religiosas nem aos seu seguidores, propõe um olhar não desconfiado na direção dos outros, e exorta-os a superarem tais dificuldades pelo estudo aprofundado do tema do diálogo inter-religioso bem como sua proximidade dos seguidores de outras tradições religiosas para dar-lhes a conhecer o conteúdo da fé cristã, propor-lhes perguntas que permitam um melhor e sincero conhecimento de sua doutrina, e também abri-lhes espaços dialogais para que possam fazer o mesmo.

Além disso, a plenitude da verdade recebida em Jesus Cristo não dá aos cristãos individualmente a garantia de que eles compreenderam plenamente essa verdade. Em última análise, a verdade não é uma coisa que possuímos, mas uma pessoa pela qual devemos nos permitir ser possuídos. Este é um processo sem fim. Mantendo sua identidade intacta, os cristãos devem estar preparados para aprender e receber de e através dos outros os valores positivos de suas tradições. Através

do diálogo, eles podem ser movidos a desistir de preconceitos arraigados, a revisar ideias preconcebidas e, às vezes, até mesmo a permitir que a compreensão de sua fé seja purificada (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 49, 1991).

Ao considerar a sociedade contemporânea a Igreja recorda a presença benéfica da religião nas diversas sociedades e está ciente que o mundo hoje é marcado dentre outras realidades diversas pela revolução dos meios de comunicação, a globalização que estabelece uma interdependência e intercomunicação da nova consciência do pluralismo religioso. São questões às quais nem a Igreja nem as demais tradições religiosas podem alhear-se.

Neste contexto, torna-se mais fácil perceber porquê e em que sentido o diálogo inter-religioso é um elemento integrante da missão evangelizadora da Igreja. O fundamento do compromisso da Igreja com o diálogo não é meramente antropológico, mas principalmente teológico. Deus, em um diálogo de longa data, ofereceu e continua a oferecer salvação à humanidade. Em fidelidade à iniciativa divina, a Igreja também deve entrar em um diálogo de salvação com todos os homens e mulheres (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 38, 1991).

Um marco importante, que denota a compreensão da Igreja Católica da necessidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, foi o Dia Mundial de Oração pela Paz, realizado em Assis, na Itália no dia 27 de outubro do ano de 1986, evento idealizado e realizado pelo Papa João Paulo II. Esse evento reforçou e dinamizou a reflexão sobre o tema do diálogo inter-religioso. Ao explicar aos cardeais da Igreja o significado do dia Mundial de Oração pela paz, o papa ressaltou que a Igreja tem um protagonismo necessário no esforço pelo diálogo, visto que há uma unidade na raça humana que é fundamental, a origem e o destino comuns a todos os seres humanos, Deus.

Primeiro vem o fato de que toda a humanidade forma uma única família, devido à origem comum de todos os homens e mulheres, criados por Deus à sua própria imagem. Correspondentemente, todos são chamados a um destino comum, a plenitude da vida em Deus. Além disso, há apenas um plano de salvação para a humanidade, com seu centro em Jesus Cristo, que em sua encarnação "se uniu de uma certa maneira a toda pessoa" (RH 13; cf. GS 22.2). Finalmente, é preciso mencionar a presença ativa do Espírito Santo na vida religiosa dos membros das outras tradições religiosas. De tudo isso, o Papa conclui um "mistério de unidade" que se manifestou claramente em Assis, "apesar das diferenças entre as profissões religiosas" (13) (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 28, 1991).



A elaboração desse documento foi precedida pela encíclica de João Paulo II, *Redemptoris Missio*, na qual o papa trata da relação entre diálogo e anúncio, buscando esclarecer algumas dúvidas sobre os dois temas. Assim que a encíclica e o documento mantêm uma relação de compreensão, ajudando os crentes de diversas tradições à ajuda mútua e à cooperação com o Espírito, para que o diálogo inter-religioso seja caminho aberto à paz e à solidariedade.

Neste diálogo de salvação, os cristãos e outros são chamados a colaborar com o Espírito do Ressuscitado, universalmente presente e ativo. O diálogo inter-religioso não visa apenas a compreensão mútua e as relações amistosas. Atinge um nível muito mais profundo, o do espírito, onde a troca e o compartilhamento consistem em um testemunho mútuo das crenças e uma exploração comum das respectivas convicções religiosas. No diálogo, os cristãos e outros são convidados a aprofundar o seu compromisso religioso, a responder com crescente sinceridade ao chamado pessoal de Deus e à bondade pessoal, como a nossa fé nos diz, passa sempre pela mediação de Jesus Cristo e pela obra do seu Espírito. (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 40, 1991).

Uma importante nota feita pelo documento é o esforço em esclarecer a compreensão da Igreja ao falar de evangelização, anúncio e diálogo. Logo o texto traz distinção dos termos a fim de explicitar a ação que cada um pretende realizar e sua íntima ligação. Por sua vez ao tratar de diálogo o documento faz conhecer a compreensão da Igreja, a fim de que não haja dúvidas que sirvam de apoio à manutenção das resistências internas e externas ao esforço no campo do diálogo inter-religioso. Desse modo verifica-se que há maneiras diferentes e crescentes na compreensão de diálogo,

Em primeiro lugar, no nível puramente humano, significa comunicação recíproca, levando a um objetivo comum ou, em um nível mais profundo, à comunhão interpessoal. Em segundo lugar, uma atitude de respeito e amizade, que permeia ou deve permeiar todas as atividades que constituem a missão evangelizadora da Igreja. Pode ser chamado de "o espírito do diálogo". Em terceiro lugar, no contexto da pluralidade religiosa, o diálogo significa "todas as relações inter-religiosas positivas e construtivas com indivíduos e comunidades de outras religiões dirigidas à compreensão e ao enriquecimento mútuos" (6), em obediência à verdade e respeito à liberdade. Inclui tanto o testemunho quanto a exploração das respectivas convicções religiosas (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 9, 1991).

Incluindo a proclamação dentro da percepção da ação evangelizadora da Igreja, o documento aponta que, embora o diálogo inter-religioso não tenha como meta a conversão forçada de um crente ao seu seio, a Igreja compreende que todo indivíduo tem o direito de aderir a Jesus Cristo como único mediador da salvação oferecida por Deus a toda a humanidade.

Incluído na ideia de conversão, há sempre um movimento geral em direção a Deus, "o retorno humilde e penitente do coração a Deus no desejo de submeter sua vida mais generosamente a ele" (7). Mais especificamente, a conversão pode se referir a uma mudança de adesão religiosa e, particularmente, a abraçar a fé cristã. Quando o termo conversão é usado neste documento, o contexto mostrará qual o sentido pretendido (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 11, 1991).

Quanto ao diálogo inter-religioso, nesse documento, a Igreja compreende que seja uma necessidade que se estenda a todas as religiões e a todos os seus crentes. O documento, porém, se atem às religiões que se remetem à fé de Abraão, incluindo todavia, as tradições asiáticas e africanas. Mas quanto aos novos movimentos religiosos o documento não os inclui em sua tratativa apontando certa dificuldade de percepção clara de seu discernimento quanto aos valores humanos e religiosos e complexidade de situações que apresentam.

Os termos religiões ou tradições religiosas são usados aqui em um sentido genérico e analógico. Eles cobrem as religiões que, com o cristianismo, costumam remeter à fé de Abraão (8), bem como às tradições religiosas da Ásia, da África e de outros lugares. O diálogo inter-religioso deve se estender a todas as religiões e seus seguidores. Este documento, no entanto, não tratará do diálogo com os seguidores de "Novos Movimentos Religiosos" devido à diversidade de situações que esses movimentos apresentam e à necessidade de discernimento sobre os valores humanos e religiosos que cada um contém (9) (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 12-13, 1991).

A Igreja encontra em Jesus uma motivação para a necessidade de dialogar com os indivíduos de tradição religiosa diferente e ainda com as próprias tradições religiosas. Desde a afirmação que a salvação realizada por Jesus atinge o universo todo, incluindo os diversos universos culturais de tantos povos, posto que não se pode afirmar mais de uma salvação. A missão da Igreja impõe-lhe agir de modo, não somente a anunciar a salvação, mas ainda a tarefa de trazer à tona os sinais da salvação realizada por Jesus em outras culturas e

tradições religiosas. Ainda que tais não tenham conhecimento ou consciência de que foram salvos por Jesus.

Jesus mostra uma atitude aberta em relação a homens e mulheres que não pertencem ao povo escolhido de Israel. Ele entra em diálogo com eles e reconhece o bem que está neles. Ele admira a prontidão do centurião em acreditar, dizendo que não encontrou tal fé em Israel (cf. Mt 8, 5-13). Ele realiza milagres de cura para "estrangeiros" (cf. Mc 7, 24-30; Mt 15: 21-28), e esses milagres são sinais da vinda do Reino. Ele conversa com a mulher samaritana e fala-lhe de uma época em que a adoração não se restringe a um determinado lugar, mas quando os verdadeiros adoradores "adorarão o Pai em espírito e verdade" (Jo 4:23). Jesus está, assim, abrindo um novo horizonte, além do puramente local, para uma universalidade de caráter tanto cristológico quanto pneumatológico. Pois o novo santuário é agora o corpo do Senhor Jesus (cf. Jo 2, 21), a quem o Pai elevou no poder do Espírito (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, N° 21, 1991).

A própria mensagem e ação de Jesus, em quem se personifica o Reino de Deus, explicita que não há um povo ou uma cultura que gozem do privilégio de serem exclusivos de Deus ou que tenham Deus em exclusividade. É importante lembrar que Cristo é maior que o cristianismo e maior que a Igreja. Sua ação está dirigida a toda a humanidade, e isso implica na disposição dos cristãos em aceitar a humanidade toda como alcançada pela obra salvífica de Cristo.

A mensagem de Jesus, então, provada pelo testemunho de sua vida, é que em sua própria pessoa o Reino de Deus está rompendo com o mundo. No início de seu ministério público, na Galiléia das nações, ele pode dizer: "Chegou a hora e o Reino de Deus está próximo". Ele também indica as condições para entrar neste Reino: "Arrependam-se e creiam na Boa Nova" (Mc 1,15). Esta mensagem não se limita apenas àqueles que pertencem ao povo especialmente escolhido. De facto, Jesus anuncia explicitamente a entrada dos gentios no Reino de Deus (cf. Mt 8, 10-11; Mt 11, 20-24; Mt25: 31-32,34), um Reino que deve ser entendido como sendo ao mesmo tempo histórico e escatológico. (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, N° 22, 1991).

O Concílio Vaticano II, não estacionou, nem tão pouco encerrou o pensamento e a prática da Igreja no campo do diálogo inter-religioso. O magistério católico posterior ao Concílio manteve viva a decisão da Igreja no sentido de alimentar e continuar nas ações em prol do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Desde o Vaticano II, todos os papas se manifestaram e apresentaram verdadeiro empenho no sentido de promover o diálogo inter-religioso, não somente com documentos, mas com

gestos concretos que provocaram momentos de presença dialogal entre muitas tradições religiosas.

Foi a essa visão cristã primitiva da história que o Concílio Vaticano II fez referência. Depois do Concílio, o Magistério da Igreja, especialmente o do Papa João Paulo II, prosseguiu na mesma direção. Primeiro, o papa dá reconhecimento explícito à presença operativa do Espírito Santo na vida dos membros de outras tradições religiosas, como quando no *Redemptor Hominis* ele fala de sua "firme crença" como sendo "um efeito do Espírito da verdade operando fora os limites visíveis do Corpo Místico" (nº 6). Em *Dominum et Vivificantem*, dá mais um passo, afirmando a ação universal do Espírito Santo no mundo antes da dispensação cristã, à qual foi ordenado, e referindo-se hoje à ação universal do mesmo Espírito, mesmo fora do corpo visível da Igreja (cf. No. 53). Em seu discurso na Cúria Romana após o Dia Mundial de Oração pela Paz em Assis, o Papa João Paulo II enfatizou mais uma vez a presença universal do Espírito Santo, afirmando que "toda oração autêntica é invocada pelo Espírito Santo, que é misteriosamente presente no coração de cada pessoa", cristã ou não. Mas, novamente, no mesmo discurso, o Papa, indo além de uma perspectiva individual, articulou os principais elementos que juntos podem ser vistos como constituindo a base teológica para uma abordagem positiva de outras tradições religiosas e da prática do diálogo inter-religioso (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 26-27, 1991).

A Igreja reconheceu, afirmou e assumiu o diálogo inter-religioso como uma ação que está atrelada à sua ação evangelizadora. Contudo não pretende a sobreposição de uma fé, uma tradição religiosa ou uma cultura sobre as demais. Os excessos do passado conduzem à compreensão da convivência entre culturas e tradições diferentes que apontam para o transcendente e para o bem dos indivíduos. O diálogo inter-religioso na perspectiva do magistério católico dos últimos 50 anos aponta para uma proximidade respeitosa e reconhecimento valoroso da contribuição que as diversas tradições podem trazer à concretização da paz e da solidariedade nas diversas sociedades.

O Papa Paulo VI ensinou isso claramente em sua primeira Encíclica *Ecclesiam Suam*. O Papa João Paulo II também sublinhou o apelo da Igreja ao diálogo inter-religioso e atribuiu-lhe o mesmo fundamento. Dirigindo-se à Assembleia Plenária de 1984 do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, o Papa declarou: "O diálogo (inter-religioso) é fundamental para a Igreja, que é chamada a colaborar no plano de Deus com seus métodos de presença, respeito e amor para com todas as pessoas." Ele passou a chamar a atenção para uma passagem de Ad Gentes" intimamente unidos aos homens em sua vida e obra, os discípulos de Cristo esperam prestar a outros um verdadeiro testemunho de Cristo e trabalhar por essa salvação, mesmo quando não são capazes de proclamar Cristo plenamente" (AG 12). Ele prefaciou isto dizendo: "o diálogo encontra o seu lugar dentro da missão salvífica da Igreja; por isso é um diálogo de salvação" (15) (DIÁLOGO E PROCLAMAÇÃO, Nº 39, 1991).

Esse documento permite verificar que a Igreja vem se empenhando no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A práxis da Igreja aponta para mudanças significativas no campo da aceitação, acolhimento e proximidade das outras tradições religiosas como esforço para que o diálogo inter-religioso venha a dar os frutos que todos esperam e contribua especialmente para a paz e a solidariedade.

Outro documento que julgamos importante para todo o processo de construção do diálogo inter-religioso e sua importância no cenário social, é aquele que trata da Atitude da Igreja frente aos seguidores de outras religiões, intitulado A Igreja e as outras Religiões – Diálogo e Missão. O documento foi elaborado pelo Secretariado para os não cristãos em pentecostes de 1984. É amparado pelo clima de abertura proporcionado pelo Concílio Vaticano II. Permite verificar passos dados pela Igreja Católica na revisão de sua prática missionária cuja dinâmica assume a perspectiva do diálogo com as tradições religiosas não cristãs.

O Concílio trouxe à tona a consciência da Igreja sobre o movimento rápido de mudanças que o mundo vinha passando. Essa realidade promoveu uma reflexão madura da Igreja sobre a realidade em que as relações sociais e individuais vinham se desenvolvendo, incluindo a reformulação do olhar da Igreja para as religiões não cristãs e seus seguidores.

A partir dessa nova ambiência no interior da Igreja, uma renovada atitude de abertura do seu olhar para si e para os outros que ficou conhecida como diálogo e disposição para o diálogo e a partir de Paulo VI esse ideal de dialogar gradualmente foi sendo valorizada e isso pode ser verificado na encíclica de Paulo VI, *Ecclesiam Suam* de agosto de 1964, que abriu caminho para as relações da Igreja Católica com pessoas e organizações de outras religiões, promovendo a oportunidade de mútuo conhecimento e enriquecimento a partir da reciprocidade dialogal.

Como um sinal institucional dessa disposição de conversar e encontrar-se com os seguidores das outras tradições religiosas do mundo, o mesmo Paulo VI instituiu na atmosfera do Concílio Vaticano II, no dia do Pentecostes de 1964, o «Secretariado pró-cristianismo» distinguido pela Sagrada Congregação para a evangelização dos povos. Seus deveres foram assim definidos

pela Constituição "*Regimini Ecclesiae* ":" Procure o método e as maneiras de abrir um diálogo adequado com os não-cristãos. Opera então porque os não-cristãos são corretamente conhecidos e justamente estimados pelos cristãos e que por sua vez, os não-cristãos podem conhecer e valorizar adequadamente a doutrina e a vida cristã "(AAS 59, 1967, pp. 919-920). 20 anos após a publicação da *Ecclesiam Suam* e sua fundação, o Secretariado foi reunificado. Na Assembleia Plenária, ele avaliou as experiências de diálogo que ocorreram em toda a Igreja e tem refletido sobre as atitudes eclesiais para com outros crentes e, em particular, sobre a relação existente entre diálogo e missão (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 4 - 5, 1984).

Com o objetivo de encontrar caminhos metodológicos que promovessem de modo concreto a abertura do diálogo com os não cristãos, a Constituição Apostólica *Regimini Ecclesiae*, do Papa Paulo VI, datada de 15 de agosto de 1967, formalizou a criação do Secretariado para os não cristãos. Dentre os critérios pedidos ao Secretariado para as relações dialogais da Igreja com os não cristãos, foi apontado que ao conhecer os não cristãos, o esforço da Igreja seja honesto e feito com estima, possibilitando aos mesmos conhecer e estimar a vida e a doutrina cristã.

Este documento, portanto, é proposto para ajudar as comunidades cristãs e especialmente, seus líderes a viver de acordo com as diretrizes do Conselho. Oferece elementos de solução para as dificuldades que podem surgir dos deveres de evangelização e diálogo que se encontram juntos na missão da igreja. Através deste documento, os membros de outras religiões podem também entender melhor como a igreja os vê e como pretende se comportar em relação a eles. Muitas igrejas cristãs tiveram experiências semelhantes em seus encontros com outros crentes. "No âmbito de sua Unidade I sobre" Fé e Testemunho ", o Conselho Mundial de Igrejas tem uma subunidade para o " Diálogo com as Pessoas de Fé e Ideologias Vivas". Com este último corpo, o Secretariado para os não-cristãos tem estabilidade e contatos fraternos de consulta e colaboração (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 7- 8, 1984).

No dia 03 de março de 1984, a Secretaria para os Não-Cristãos estava em Assembleia Plenária para conclusão de suas atividades para a elaboração de um documento que expressasse o pensamento da Igreja sobre sua ação missionária e sua relação com os seguidores de religiões não-cristãs. Esse é um momento significativo no processo de abertura da Igreja para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade envolvendo sua prática missionária que é entendida como um conjunto de ações que não pode ser

dissociado da integridade de seu mistério, nem tão pouco das realidades culturais em que a ação missionária da Igreja se desenvolve.

A missão é assim apresentada na consciência da igreja como uma realidade única, mas complexa e articulada. Seus principais elementos podem ser mencionados. A missão é já constituída pela simples presença e pelo testemunho vivo da vida cristã (cf. EN 21), embora se deva reconhecer que “portamos este tesouro em vasos de barro” (2 Cor 4, 7). Assim, a diferença entre o modo como o cristão aparece existencialmente e aquilo que ele se declara nunca é totalmente superada. Há também o compromisso concreto com o serviço da humanidade e todas as formas de atividade para o desenvolvimento social e para a luta contra a pobreza e as estruturas que a produzem. Além disso, há vida litúrgica e de oração e contemplação, testemunhos eloquentes de um relacionamento vivo e libertador com o Deus ativo e verdadeiro que nos chama ao Seu reino e à Sua glória (cf. Atos 2:42). Há também o diálogo em que os cristãos encontram os seguidores de outras tradições religiosas para caminhar juntos em direção à verdade e trabalhar juntos em projetos de interesse comum. Finalmente, há anúncio e catequese em que as boas novas do Evangelho são proclamadas e suas consequências para a vida e a cultura são analisadas. A totalidade da missão cristã abrange todos esses elementos. Há anúncio e catequese em que se proclamam as boas novas do Evangelho e se analisam suas consequências para a vida e a cultura. A totalidade da missão cristã abrange todos esses elementos. (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 13, 1984).

Importante considerar que tanto a Assembleia Plenária reunida, quanto o documento elaborado conservaram o espírito do Concílio Vaticano II, que preconizou uma atitude de respeito aos não cristãos e a compreensão de não se pretender impor o cristianismo aos outros crentes, bem como valorizar tudo o que há de positivo nessas tradições como contribuição para o bem comum. O Papa João Paulo II se fez presente na Assembleia e expressou a importância do esforço incansável pelo diálogo inter-religioso.

Na verdade, ninguém pode deixar de ver a importância e a necessidade que o diálogo inter-religioso assume para todas as religiões e todos os crentes, chamados hoje mais do que nunca a colaborar para que todos possam alcançar seu objetivo transcendente e realizar seu autêntico crescimento. Ajude as culturas a preservar seus próprios valores religiosos e espirituais na presença de rápidas mudanças sociais. O diálogo é fundamental para a Igreja, chamada a colaborar no plano de Deus com seus métodos de presença, respeito e amor para com todas as pessoas (cf. *Ad Gentes*, 10-12; *Ecclesiam Suam*, 41-42; *Redemptor Hominis*, 11-12). Por isso, desde a minha primeira encíclica, depois nos vários encontros com diferentes personalidades e, sobretudo, nas minhas viagens, sempre enfatizei a importância, as razões e os objetivos desse diálogo. Para a Igreja, o diálogo é baseado na própria vida de Deus, uno e trino. Deus é o pai de toda a família humana; Cristo uniu todas as pessoas a si mesmo (*Redemptor Hominis*, 13); o Espírito opera em cada indivíduo: portanto,

o diálogo é também baseado no amor à pessoa humana como tal, que é o caminho primário e fundamental da Igreja (*Redemptor Hominis*, 14), e no vínculo existente entre a cultura e as religiões que as pessoas professar. Este relacionamento amigável entre crentes de várias religiões nasce do respeito e do amor uns pelos outros; pressupõe o exercício das liberdades fundamentais para praticar completamente a própria fé e compará-la com a dos outros (*Redemptor Hominis*, 12). (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 2, 1984).

Na perspectiva do sumo pontífice, a Igreja deu passos significativos no campo do diálogo inter-religioso, mas reconhece ainda que não são suficientes e admite que há ainda um longo caminho a ser percorrido dentro e fora da Igreja. Não se pode supor um olhar ingênuo ao considerar esse caminho do diálogo inter-religioso, mesmo entre as lideranças da Igreja. Um certo espírito de revanchismo ainda precisa ser enfrentado e superado. A Igreja está ciente que não basta um esforço acadêmico na busca do diálogo, mas é preciso ser assumido como práxis na vida de toda a Igreja. Não somente a hierarquia católica precisa superar a animosidade para com os seguidores de outras religiões. Há a necessidade de que os fiéis católicos sejam educados para a convivência respeitosa com crentes não cristãos. Não se deve manter uma ruptura no campo do respeito religioso, quando os fiéis de diversos credos já ocupam e convivem nos mesmos espaços sociais.

Durante esses anos, o exercício do diálogo demonstrou novos caminhos e necessidades. Em primeiro lugar, as Igrejas locais estabeleceram relações sinceras e construtivas com os crentes de outras religiões presentes em sua mesma cultura. Esta Secretaria em si tem sido um estímulo para esse desenvolvimento; deve continuar a especificar e examinar um apostolado apropriado para as relações com os não-cristãos, promovendo a troca de ideais e reflexão. No que diz respeito às Igrejas locais, elas devem se comprometer nesta direção, ajudando todos os fiéis a respeitar e estimar os valores, tradições e convicções de outros crentes e, ao mesmo tempo, promover uma educação religiosa sólida e adequada. Os próprios cristãos, para que eles saibam dar um testemunho convicto do grande dom da fé. Nenhuma Igreja local está isenta deste dever, que se torna urgente por mudanças contínuas. Por causa de migrações, viagens, comunicações sociais e escolhas pessoais, crentes de diferentes religiões e cultos se encontram facilmente e muitas vezes vivem juntos. Portanto, um apostolado que promova respeito, aceitação e testemunho é necessário para que os valores espirituais inspirem nossas sociedades, que são tentadas pelo egoísmo, ateísmo e materialismo. Para promover este apostolado, é mais importante do que nunca constituir uma comissão especial no seio de toda Conferência Episcopal (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 3. 1984).



Na compreensão e proposta do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, a Igreja avança na perspectiva de que não se pode pensar em diálogo com a diversidade sem ter em conta que tanto o diálogo quanto a prática dialogal devem considerar modos diversos de dialogar, caso contrário todo esforço de diálogo entre tradições religiosas diferentes seria apenas uma simulação dialogal resultante no predomínio de uma tradição sobre as demais. O caminho proposto então, segue outra direção, o entendimento a partir de uma relação respeitosa à história das tradições não cristãs e o reconhecimento de seu contributo não somente na constituição da sociedade e cultura em que nasceram, mas ainda sua sincera busca de dar aos seus seguidores respostas consistentes às indagações fundamentais de todos os homens. A compreensão do diálogo inter-religioso por parte da Igreja avança e aprofunda a necessidade de uma relação estabelecida em plataforma de acolhimento respeitosa e disposição à valorização da compreensão da verdade alcançada pelas tradições religiosas não cristãs. Mesmo a Igreja afirmando que a verdade plena da revelação está em Jesus Cristo, admite que o alcance das demais tradições são passos dados na direção da plena verdade. Acolher o processo por elas vivenciado incluindo-as no mistério do Cristo, como sementes do Verbo (Diálogo e Missão, n. 4, 1984). Não há incoerência na fé considerar que as experiências espirituais diversas possam mutuamente enriquecer-se. Isso supera a ideia de que uma se opõe ou anula a outra. A diversidade de modos de se comunicar com Deus pode ser compartilhada para encontrar-se com Deus.

O diálogo com os não-cristãos também pode ser uma maneira de realizar a unidade entre as Igrejas cristãs, movidas pelo mesmo amor de Cristo. A colaboração mútua nesta área é evidente através da participação nesta Assembleia Plenária. Pelo diretor da subunidade correspondente do Conselho Mundial de Igrejas. Mas o diálogo não é uma coisa fácil. A própria religião pode ser transformada em instrumento e se tornar a desculpa para a polarização e a divisão. Na atual situação mundial, engajar-se no diálogo significa aprender a perdoar, já que todas as comunidades religiosas podem apontar para possíveis injustiças sofridas ao longo dos séculos. Significa tentar entender o coração dos outros, o que é particularmente difícil quando há falta de concordância. Significa, em primeiro lugar, colocar-se a serviço de toda a humanidade e do único Deus. Não se deve parar com resultados fáceis ou aparentes. Esse compromisso nasce das virtudes teológicas e cresce com elas (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 3. 1984).

A partir do Concílio Vaticano II a Igreja vislumbra um divisor de águas em sua prática missionária, em sua metodologia pastoral e sua percepção sobre a presença de não cristãos convivendo e compartilhando o mesmo espaço social com cristãos. O reconhecimento das diversidades culturais dará impulso significativo na aproximação dialogal da Igreja com as tradições religiosas não cristãs.

Esta nova atitude tomou o nome do diálogo. Este termo, norma e ideal, foi dado a conhecer à igreja por Paulo VI na encíclica "*Ecclesiam Suam*" (6 de agosto de 1964). Desde aquela época, tem sido freqüentemente usado pelo Conselho, bem como em outros ensinamentos da igreja. Significa não apenas discussão, mas também inclui todas as relações inter-religiosas positivas e construtivas com indivíduos e comunidades de outras religiões que são direcionadas para o entendimento e enriquecimento mútuos (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 3, 1984).

Na mesma perspectiva, a Igreja reafirmou sua índole missionária e Jesus Cristo como conteúdo fundamental dessa mesma ação. Porém considera o homem em sua totalidade e todos os homens das mais diversas culturas acolhidos e respeitados em sua mais absoluta liberdade. Junto com o anúncio da pessoa de Jesus Cristo, a evangelização da Igreja propõe e assume a promoção e o respeito também dos não cristãos e reafirma sua recusa a qualquer prática coercitiva nociva à liberdade humana, inclusive a coerção religiosa. Isso de fato aponta um olhar novo no campo da ação missionária da Igreja, que não aponta somente para a alma humana e seu futuro sobrenatural, mas volta-se para as realidades terrenas e as necessidades temporais, éticas e sociais dos homens e das mulheres. Retomando a Declaração *Dignitatis Humanae*, o Secretariado afirma,

A verdade, porém, deve ser procurada de maneira adequada à dignidade da pessoa humana e à sua natureza social. A investigação é para ser livre, continuada com a ajuda de ensino ou instrução, comunicação e diálogo. No decorrer destes, os homens explicam uns aos outros a verdade que descobriram ou afirmam ter descoberto para ajudar uns aos outros em sua busca pela verdade. Além disso, à medida que a verdade é descoberta, é por consentimento pessoal que os homens devem aderir a ela" (DH 3). "Ao difundir a fé religiosa e introduzir práticas religiosas, todos devem, em todos os momentos, abster-se de qualquer tipo de ação que pareça ter uma sugestão de coerção ou de uma espécie de persuasão que seria desonrosa ou indigna, especialmente quando se lida com pobres ou pessoas sem instrução. Tal maneira de ação teria que ser considerada um abuso do

direito da pessoa e uma violação dos direitos dos outros” (DH 4) (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 18, 1984).

O respeito ao homem tornou-se uma marca acentuada na nova ação missionária da Igreja, cujo diálogo propõe não a condenação dos não cristãos como infiéis, mas os acolhe como colaboradores da verdade cujas crenças podem ser acolhidas em diálogo respeitoso para um conhecimento honesto e sincero a fim de que a troca de experiências na busca da verdade seja oportunidade de diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A missão deve recusar toda forma de imposição da verdade e da fé cristãs às demais tradições religiosas, bem como aos seus seguidores; mas deve ser proximidade dialogal e respeitosa, tendo como ponto de partida o próprio homem com quem se pretende compartilhar a experiência da verdade em Jesus Cristo, sem depreciar seus esforços e experiências na busca da verdade pela fé, ainda que seja por caminhos diferentes do cristianismo.

Este respeito por cada pessoa deve caracterizar a atividade missionária da igreja hoje (cf. ES 77; AAS 1964, pp. 642-643; EN 79-80; RH 12). “O homem é o primeiro caminho que a igreja deve percorrer para cumprir sua missão” (RH 14). Estes valores, que a igreja continua a aprender de Cristo, seu mestre, devem levar o cristão a amar e respeitar tudo o que é bom na cultura e o compromisso religioso do outro. “Refere-se ao respeito por tudo que o Espírito, que sopra onde quer, produziu no homem” (RH 12; cf. EN 79). O fato de a missão cristã nunca poder ser separada do amor e do respeito pelos outros é uma prova para os cristãos do lugar do diálogo dentro dessa missão. O diálogo não surge do oportunismo das táticas do momento, mas surge de razões que a experiência e a reflexão, e até as próprias dificuldades, aprofundaram. A igreja se abre ao diálogo pela fidelidade ao homem. Em cada pessoa e em cada grupo humano existe a aspiração e a necessidade de ser considerados sujeitos responsáveis e de poder agir como tal. Esse é o caso se se considera a necessidade de receber ou, ainda mais, quando se está consciente de possuir algo que deve ser comunicado. Como as ciências humanas têm enfatizado, no diálogo interpessoal se experimenta as próprias limitações, assim como a possibilidade de superá-las. Uma pessoa descobre que não possui a verdade de maneira perfeita e total, mas pode caminhar junto com os outros em direção a essa meta. A afirmação mútua, a correção recíproca e o intercâmbio fraterno levam os parceiros no diálogo a uma maturidade cada vez maior, que por sua vez gera a comunhão interpessoal. Experiências e perspectivas religiosas podem ser purificadas e enriquecidas neste processo de encontro (DIÁLOGO E MISSÃO, n. 19-21, 1984).

A Igreja através desse documento reafirmou sua crença e confiança no diálogo entre as religiões como um caminho aberto à paz e à solidariedade. Pessoas que creem, quando dispostas ao diálogo são capazes de superar as

diferenças e vencer as violências. A sinceridade do diálogo e a disposição para ele é a primeira conquista a ser alcançada por organizações religiosas e pessoas que praticam a religião. Torna-se o mais eloquente testemunho de sua crença e de suas convicções. E por sua vez, vai trilhando e aprofundando um caminho em busca do diálogo com as diferenças e as diversidades, com o intuito de não excluir ninguém, nem mesmo aqueles que escolheram não crer, mas têm o desejo sincero do bem de todos.

Também voltamos nossos pensamentos para todos os que reconhecem a Deus e que preservam em suas tradições elementos preciosos da religião e da humanidade. Queremos que o diálogo aberto nos obrigue a todos a receber as inspirações do Espírito fielmente e a medi-las energeticamente. O desejo de tal diálogo, conduzido com a discrição apropriada e levando à verdade apenas por meio do amor, não exclui ninguém. Nós incluímos nisso aqueles que respeitam valores humanos elevados sem reconhecer quem é o autor desses valores, assim como aqueles que se opõem à igreja e a perseguem de várias maneiras. Como Deus Pai é a origem e propósito de toda a humanidade, todos somos chamados a ser irmãos e irmãs. Portanto, se fomos convocados para o mesmo destino, que é humano e divino. (DIÁLOGO e MISSÃO, n. 42 - 43, 1984).

Passamos agora a abordar o documento Diálogo na Verdade e na Caridade, do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Esse proporciona uma reflexão sobre o diálogo inter-religioso; aponta situações que podem dificultar a prática do diálogo entre tradições religiosas diferentes e indica muitas atividades a serem realizadas pelos cristãos em diálogo com seguidores de outras tradições religiosas. Intitulado Diálogo em Verdade e Caridade. Orientações Pastorais para o diálogo inter-religioso, está dividido em três capítulos dispostos com os temas, A Igreja e o diálogo inter-religioso; Dinâmica do Diálogo inter-religioso e Áreas específicas das relações inter-religiosas.

No campo do diálogo inter-religioso a Igreja aprofundou com seriedade sua reflexão e conseguiu avançar no ponto mais significativo no relacionamento dos cristãos com outras tradições religiosas, e no tocante à sua compreensão do dado da salvação realizada por Jesus Cristo, fora dos limites das estruturas visíveis da Igreja. Isso denota um olhar sincero para as demais tradições e igual disposição para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. De fato, permanece a profissão de fé em Jesus Cristo como único

salvador, mas amplia-se o reconhecimento de sua ação nas tradições religiosas não cristãs.

O recente magistério católico desde o Concílio Vaticano II, demonstrou passos significativos no sentido de aproximar-se das outras tradições religiosas e iniciar ações de abertura ao diálogo inter-religioso. Já nos primórdios do Concílio, em 1964 o Papa Paulo VI criou o Secretariado para os não Cristãos. Desse modo a continuidade das discussões do Concílio no campo do diálogo estava assegurada e a clareza da *Nostra Aetate* apontava e ainda hoje aponta caminhos seguros que ajudam na construção do diálogo. Mas não somente no campo formal desenvolveu-se ações para o diálogo. O dinamismo do pontificado de João Paulo II, que não se contentou apenas em ser um expoente da doutrina católica sobre o diálogo, mas foi ao encontro das outras tradições religiosas. Foram inúmeras as viagens de reuniões com líderes religiosos não cristãos.

Por sua própria natureza, o diálogo inter-religioso se adapta às culturas locais, tradições, línguas e concepções do mundo, com o qual os parceiros de diálogo devem se familiarizar, bem como com sensibilidade local e susceptibilidade a ser melhor capaz de promover uma reunião significativa e colaboração mútua. Considerando a recente proliferação de iniciativas inter-religiosas, o discernimento é necessário. Há necessidade de uma sólida formação teológica e informação sobre a qual estabelecer um justo discernimento. Os católicos envolvidos no diálogo inter-religioso são encorajados a trabalhar com base nas recomendações dadas neste documento, tendo em mente o contexto local e aplicando-os à luz e ao espírito do ensinamento da Igreja Católica (DIÁLOGO em VERDADE e CARIDADE, n. 86, 2014).

Em sua incansável busca da promoção da paz na sociedade o pontífice incrementou a dinâmica católica para o diálogo inter-religioso com a convicção firme de que esse diálogo abre caminhos à paz e à solidariedade. Houve inúmeras tentativas de despertar nos líderes religiosos não cristãos a compreensão da necessidade e da importância das diversas religiões na promoção da paz. A dupla convocação feita pelo papa aos líderes das tradições religiosas não cristãos para o “Dia Mundial de Oração pela Paz”, respectivamente em 27 de outubro de 1986 e 24 de janeiro de 2002, na cidade de Assis, onde nasceu São Francisco, ícone do diálogo e da busca de paz. Esse foi um marco significativo na trajetória da Igreja na busca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Todas as formas de violência com motivações religiosas devem ser consideradas um ataque contra a própria religião e contra o verdadeiro bem da sociedade humana. Os cristãos são chamados a trabalhar em conjunto com seguidores de outras religiões para evitar qualquer instrumentalização da religião para fins políticos ou outros e para combater o terrorismo de forma decisiva. Como o Papa Bento XVI: "Nenhuma situação pode justificar tal atividade criminosa, que cobre os perpetradores de infâmia, e é ainda mais deplorável quando se esconde atrás uma religião, trazendo assim a pura verdade de Deus para a extensão da sua cegueira e perversão moral (DIÁLOGO em VERDADE e CARIDADE, n. 61, 2014).

O Papa Bento XVI, no tocante ao diálogo inter-religioso durante o seu pontificado manifestou a preocupação em que o diálogo inter-religioso fosse reduzido a discutir as diferenças entre as tradições religiosas não cristãs e o cristianismo. Para o pontífice a fé não distancia as pessoas do mundo, mas intensifica a capacidade do crente de compreender-se e compreender o mundo, fazendo com que dessa relação nasça profunda responsabilidade com as sociedades. Bento XVI insiste que o diálogo inter-religioso deve ir além de identificação dos valores e princípios que sejam comuns às diversas tradições religiosas, mas deve mergulhar nos fundamentos últimos da fé, pois estes levarão o homem ao encontro com a verdade.

O longo caminho que a Igreja vem percorrendo nos últimos 50 anos, desde o Concílio Vaticano II, que teve seu início com a primeira sessão em 11 de outubro de 1962 e sua conclusão em 28 de outubro de 1965, quando o Papa Paulo VI, decretou, estatuiu e ordenou que fosse promulgado para toda a Igreja as decisões do Concílio. Permite identificar alguns fundamentos básicos assumidos pela Igreja para que o diálogo inter-religioso seja promovido. Há uma só e mesma origem de todos os homens independente das culturas que venham a criar. A criação é manifestação do amor de Deus que não exclui nenhuma pessoa e não privilegia a ninguém em detrimento de outrem. A terra é por assim dizer a casa comum na qual todos os povos, culturas e indivíduos se espalharam e a qual enriquecem com os valores nascidos do Espírito. Dessa forma o diálogo não pode excluir ninguém. A relação existente entre os homens de todos os povos e culturas, é relação de igualdade em dignidade e direitos, pois todos gozam do mesmo princípio criador, ser imagem e semelhança de Deus.

Como participantes da missão de Cristo, cujo amor redentor abraça todo ser humano, os líderes católicos devem construir uma amizade com o correspondente local de outras religiões. As relações entre líderes locais começam e florescem quando compartilham um desejo comum de se encontrar e ouvir umas às outras, em uma atmosfera de respeito e abertura aos valores de suas respectivas religiões. A partir desses encontros entre líderes religiosos surge um sentimento de solidariedade na alegria e no sofrimento, que se estende aos membros de suas comunidades que, por sua vez, lutam pela paz e pela harmonia, para aliviar a pobreza e defender direitos humanos na sociedade como um todo. Os líderes religiosos têm uma responsabilidade especial de "permeiar a sociedade com um profundo medo e respeito pela vida e liberdade humanas; assegurar que a dignidade humana seja reconhecida e apreciada; facilitar a paz e a justiça; ensinar as crianças o que é certo, bom e razoável ". Em tempos de guerra, fome ou calamidades naturais, pastores católicos devem freqüentemente juntar seus esforços aos de líderes locais de outras religiões para oferecer alívio às vítimas. Mesmo em tempos de paz, os gestos de amizade, como honrar o convite para participar de uma grande festa religiosa, a troca de bons votos durante as férias, etc., ajudam a fortalecer os laços de confiança (DIÁLOGO em VERDADE e CARIDADE, n. 68 – 69, 2014).

A Igreja reafirma sua crença em Jesus Cristo como Deus e homem, sendo ele o único mediador entre a humanidade, a qual assumiu fazendo-se homem, e Deus o Criador de todas as coisas. Fazendo-se homem na encarnação Jesus uniu-se a toda a humanidade, não pertence a um povo em particular. Ao fazer-se humano identificou-se com a humanidade e tudo o que lhe seja pertinente. São Gregório de Nissa (362) "O que não foi assumido pelo Verbo<sup>32</sup>, não foi redimido".

O Espírito Santo age na Igreja, mas não limita-se a ela; sua ação é universal e se faz presente entre todos os povos, culturas, religiões e indivíduos. A ação do mesmo Espírito traz à luz o reconhecimento da ação de Cristo em todos os povos indicando o bem e a verdade presentes em todos. A própria Igreja que se assume como sacramento para todos os povos, não pode isentar-se do diálogo com outras tradições religiosas. Não é proprietária da salvação, mas sua guardiã e deve tornar acessível a todos.

---

<sup>32</sup> A doutrina sobre o Lógos trata na literatura cristã da preexistência de Cristo como Deus. Segundo Nelson Ávila Mesquita Neto: o conceito de Lógos fosse comum e já bem definido no período em que João o empregou, o apóstolo o desenvolve de modo inteiramente novo, atribuindo-o a uma existência divina que se encarna e vive como um homem neste mundo. Sua doutrina do Lógos trabalha para revelar a natureza excepcional de Jesus, o Deus preexistente que se faz homem e apresenta-se numa cruz como sacrifício ao Pai no lugar de pecadores, demonstrando assim o seu amor e garantindo-lhes salvação. Disponível em: <http://emdefesadagraca.blogspot.com/2012/06/doutrina-do-logos-uma-analise-historica.html>. Em 22 de junho de 2012. Acesso: 19 de fevereiro de 2020.

Deus "quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade" (1 Tm 2: 4). "Aqueles que, sem culpa não sabe nada a respeito de Cristo ou sua Igreja, mas que, no entanto, buscar a Deus com sinceridade e com a ajuda da graça, tente em suas ações para fazer sua vontade, como ele sabe que através dos ditames de sua consciência, pode alcançar a salvação eterna. Nem a Providência Divina nega a ajuda necessária para a salvação daqueles que ainda não chegaram ao claro conhecimento e reconhecimento de Deus, mas se esforçam, não sem graça divina, para levar uma vida justa (DIÁLOGO em VERDADE e CARIDADE, n. 23, 2014).

A Igreja convida todos os seus filhos a assumirem o diálogo inter-religioso, e apresenta-o como uma realidade possível a todos. Não se trata portanto, de uma ação que se reduza ao campo teórico ou à especulação teológica. O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, não somente é uma necessidade como é também algo alcançável, possível. Contudo exige-se disposição pessoal, ampliação dos horizontes da fé e abertura pessoal para acolher com sinceridade e respeito tanto os indivíduos que seguem religiões diferentes do cristianismo como as tradições religiosas que lhes dão suporte.

Os Bispos como promotores do diálogo eclesial ad extra, os bispos exercem seu carisma particular sobre a verdade, discernindo, iniciando e monitorando as relações com as comunidades religiosas dentro de suas Igrejas locais e suas regiões através das Conferências Episcopais. [...] Através de exemplo e atividades pessoais, os sacerdotes podem inspirar os seus paroquianos a viver em solidariedade com pessoas de outras religiões, compartilhando suas alegrias e tristezas, por exemplo, por ocasião de nascimentos e mortes, casamentos sucessos e fracassos, doenças, adversidades. [...] Como parte de seu apostolado e as suas competências específicas, os fiéis leigos estão na vanguarda do diálogo inter-religioso, porque eles vivem e trabalham com pessoas de outras religiões nas áreas da vida social, política, econômica e cultural. Ao participar ativamente como membros em suas paróquias e associações, eles podem assumir o papel de interlocutores e colaboradores na ação social com pessoas e comunidades de outras tradições religiosas. [...] Teólogos desempenham um papel específico na identificação de modo sólido e linguisticamente precisas para explicar a fé católica aos outros, bem como pontos de convergência e divergência entre a verdade da fé católica e as crenças dos outros, e promover uma teologia das religiões que está em conformidade com a doutrina católica (DIÁLOGO em VERDADE e CARIDADE, n. 25.27.29.30, 2014).

Seguindo a linha da verdade como afirmação do diálogo, a Igreja propõe esse objetivo que amplie os horizontes e permita o diálogo com as diferenças. Isso faz parte da missão da Igreja. O diálogo inter-religioso é uma experiência que acontece primeiro entre pessoas que creem, ainda que professem tradições



diferentes. A partir desse encontro respeitoso com as demais tradições religiosas, a Igreja entende que a fé leva o homem e a sociedade ao encontro da verdade e isso resulta no bem comum. O diálogo inter-religioso é assumido como um caminho aberto à paz e à solidariedade. É precisamente nas sociedades diversas, marcadas de grandes diferenças culturais que os resultados positivos do diálogo inter-religioso serão vistos. Afirmar a sua própria verdade não pode ser sinônimo de depreciar ou deletar a verdade constituída por séculos por outras tradições religiosas. Mas a Igreja assume que os não cristãos podem colaborar com o bem da sociedade a partir dos valores comuns às religiões.

O diálogo na verdade implica que todos os crentes vejam o diálogo "não só como um meio de reforçar a compreensão mútua, mas também como uma maneira de servir mais amplamente agora, dando testemunho das verdades morais que têm em comum com todos os homens e mulheres de boa vontade"55. Ao promover o diálogo na verdade, seguidores de diferentes religiões são convidados a explicitar o conteúdo de suas crenças. A principal missão da Igreja é definida como um "serviço à verdade": "Verdade sobre Deus, verdade sobre o homem e seu misterioso destino, verdade sobre o mundo. Verdade difícil que buscamos na Palavra de Deus"56. O acto de comunicar esta verdade na sua totalidade e com clareza no diálogo inter-religioso deve ser realizado por cristãos com suavidade e aspecto (cf. 1 Pt 3, 15), de uma maneira que não degrade a liberdade humana, mas aumenta, a progredir no sentido a realização de sua aspiração à felicidade (DIÁLOGO em VERDADE e CARIDADE, n. 37. 2014).

A busca da verdade por parte do indivíduo que segue uma tradição religiosa é algo sincero. Essa busca e essa convicção devem ser respeitadas e estimadas, sempre que se pense em iniciar um diálogo inter-religioso. O respeito à verdade buscada e por vezes encontrada em tradições religiosas não cristãs, abre espaço para relacionamentos humanos fraternos e pacíficos na vida quotidiana entre os crentes de credos diversos. Deve-se considerar que a verdade assumida em um determinado credo integra-se à identidade do indivíduo, e isso exige de todos os que pretendam percorrer o caminho diálogo que sejam profundamente respeitosos e despidos de preconceitos para com as demais tradições. Respeitar a identidade religiosa do outro é condição irrenunciável para que se possa estabelecer diálogo inter-religioso.

Ele (Diálogo) exige respeito, atenção, bondade, confiança, humildade, paciência, perdão, aceitação do outro como um membro da família

humana e, finalmente, o desejo de compartilhar as alegrias e as tristezas. A Igreja ensina que "verdade, justiça, amor não são simplesmente ideais, mas realidade de grande densidade" 57 - realidade pela qual o cristão está disposto a sofrer. De fato, "a caridade não é para a Igreja uma espécie de atividade de assistência social que também pode ser deixada para os outros, mas pertence à sua natureza, é uma expressão inalienável de sua própria essência" 58. Os cristãos são movidos pelo amor de Cristo (ver 2 Coríntios 5:14) para alcançar, mesmo além dos confins da Igreja visível, todo ser humano, sem distinção. Na verdade, a fonte desta missão é o Amor Divino, e todas as atividades da igreja devem ser impregnadas com o mesmo amor 59, que "insta todos os fiéis a ouvir o outro e procurar áreas de colaboração" e "incentiva os parceiros cristãos no diálogo com os seguidores de outras religiões a propor, mas não impor, a fé em Cristo, que é 'o caminho, a verdade e a vida' (Jo 14, 16)" 60. Como uma forma de "diálogo de ação", o diálogo na caridade é realizado através de vários projetos sociais a serviço da justiça, da paz e do desenvolvimento humano integral por meio da cooperação. É um serviço, *diakonia*, oferecido a todos sem distinção (DIÁLOGO em VERDADE e CARIDADE, n. 38, 2014).

Concluimos o estudo desse documento importante para a vivência do diálogo inter-religioso. Além dos documentos pontifícios mais conhecidos, apresentaremos alguns outros dos últimos dez anos que servem como ilustração de iniciativas concretas com ações que apontam para a valorização do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz à solidariedade. Julgamos de importante os pronunciamentos do Cardeal Jean-Louis Tauran, presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, instância da Igreja Católica responsável pelo processo e iniciativas oficiais em nome da Igreja no relacionamento com seguidores de religiões não cristãs.

Em 2008, o então presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, o Cardeal Jean-Louis Tauran, no Fórum Católico Muçulmano, aponta os benefícios de um encontro entre tradições religiosas diferentes. Reconhecendo algumas diferenças profundas do ponto de vista da doutrina, o cardeal privilegia a disposição para o trabalho em conjunto e a busca sincera das diversas tradições religiosas na consolidação da paz e da solidariedade ao apresentar o tema do fórum: "Cooperação Católica e Muçulmana na Promoção da Justiça no Mundo Contemporâneo".

Os cristãos sabem que "Toda a criação está esperando ansiosamente por Deus... Desde o princípio até agora toda a criação tem gemido em um grande ato de dar à luz" (Rm 8: 21-22). E os muçulmanos, por sua vez, não esquecem que Deus pôs à disposição de homens e mulheres tudo o que está no céu e tudo o que está na terra. Como crentes somos, portanto, convidados a fazer deste mundo um lugar onde Deus e suas

criaturas estão em harmonia entre si e com a natureza, e lembrar que somos responsáveis pela realização do projeto de Deus. Assim, como líderes religiosos e intelectuais, somos chamados a atender às necessidades da vida concreta dos povos e a contribuir para tornar a vida social mais humana, mais aberta à transcendência e mais aberta ao bem comum. É aí que entra a justiça: quando falamos de justiça, falamos da capacidade de amar (TAURAN, Vaticano, 2008).

Partindo do ponto comum a todos os que professam a fé, o Cardeal Tauran convida a que se trabalhe em parceria para o bem comum. Destaca que as religiões devem atuar de modo a incrementar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O cardeal ainda destaca a necessidade de um empenho verdadeiro na conquista de uma paz sincera capaz de superar as armas e o uso da força na sociedade. Por fim o cardeal recorda que as possibilidades de um caminho compartilhado entre tradições religiosas diferentes são possíveis e somando-se os esforços e a sincera disposição ao diálogo pode-se juntos encontrar respostas às questões que acompanham os homens de todas as culturas.

Nesse campo, os crentes têm um papel específico a desempenhar, porque a fé religiosa une as pessoas e as une. As crenças religiosas as tornam mais atentas, mais responsáveis, mais generosas em seu compromisso com o bem comum. Portanto, é tarefa dos líderes religiosos assegurar que a liberdade de consciência e a liberdade de religião sejam consistentemente asseguradas para que as comunidades de crentes sejam livres para receber, aprender e anunciar sua mensagem de fraternidade e promover uma pedagogia de respeito. Pluralismo (TAURAN, Vaticano, 2008).

Em discurso no Workshop sobre “Valores morais e espirituais, ética mundial”, de 2 de julho de 2009, o cardeal Jean-Louis Tauran aponta que a partir do fato de sermos todos uma só família humana, traz à tona elementos que iluminam a possibilidade clara de diálogo inter-religioso. Não se trata de tentativas proselitistas de sobrepor uma tradição à outra, nem tão pouco de qualificar qual seja a melhor, nem mesmo de resgatar o sonho de estabelecer uma só religião para todos os povos. Mas entende-se que os valores comuns encontrados em praticamente todas as tradições religiosas são oportunidades salutares que permitem a mútua cooperação entre as tradições religiosas diversas para um bem comum.

Tauran recorda um princípio forte no qual encontra-se elemento basilar para a superação das diferenças. Antes de sermos diversas sociedades, culturas

e tradições religiosas, somos uma única comunidade humana, compartilhamos o mesmo planeta. Recorda ainda que é comum à quase totalidade das tradições religiosas que cada pessoa humana e toda a espécie humana tem em comum sua origem e seu fim, os quais apontam para Deus. A partir dessa comum realidade torna-se possível a mútua cooperação para o bem de todos mediante o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O primeiro pensamento que me vem à mente enquanto compartilho esses poucos pensamentos com você é que todos nós pertencemos a uma família humana. A Introdução do Concílio Vaticano II Declaração “*Nostra Aetate*” sobre as relações da Igreja Católica com os crentes de outras religiões merece ser citada: “Uma é a comunidade de todos os povos, uma sua origem, porque Deus fez toda a raça humana para viver sobre a face da terra. Um também é seu objetivo final, Deus. Sua providência, Suas manifestações de bondade, Seu desígnio salvífico se estende a todos os homens”. A unidade da família humana constitui o fundamento último de uma solidariedade global e a base para a pesquisa de valores éticos comuns, que felizmente despertam um interesse crescente em nossos dias. Muitas vezes uma pergunta é feita: “Existem valores morais objetivos capazes de unir os homens e de obter paz e felicidade?”. Como os crentes respondem a tal pergunta? (TAURAN, 2009).

Nesse sentido todos os que compartilham a experiência da fé compreendem ou compartilham o quanto os valores éticos podem cooperar para o bem comum; indo porém, para além da preocupação de estabelecer normas comportamentais exteriores que estabeleçam padrões de comportamento. Na perspectiva dos que creem a função da ética vai muito mais além, ajudando a formação da consciência dos homens e mulheres para que assumam àquela lei que acompanha naturalmente a todas as culturas, ou seja, é preciso fazer o bem e evitar o mal. Seja a quem for, sem excluir qualquer pessoa, cultura ou sociedade dos frutos benéficos dessa regra.

Este é um princípio fundamental que se impõe a todos e que permite o diálogo com pessoas de diferentes religiões e culturas. Assim, como crentes, devemos ser capazes de indicar aos nossos companheiros homens e mulheres que nossos valores são fundamentais para nossos companheiros homens e mulheres, a fim de promover compreensão mútua, reconhecimento e cooperação entre todos os membros da família humana (TAURAN, 2009).

O cardeal, em seu discurso ressalta a importância áurea da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual explicita e proclama todo valor

dos homens e mulheres e a dignidade de cada um. Tauran convida os que professam a fé a intensificar a luminosidade dessa declaração, recordando que os homens e mulheres foram criados por Deus à Sua imagem e semelhança, e foram criados iguais para a vida e a sincera felicidade. Isso por si desabilita qualquer tentativa de estabelecer diferenças sociais ou ideológicas entre as pessoas.

Os crentes, no entanto, estão em posição de dar uma nova luz ensinando que o homem foi criado à imagem de Deus. Eles foram criados iguais. Eles receberam do Criador direitos inalienáveis entre os quais o direito de viver, ser livre e buscar felicidade. Assim, conseqüentemente, temos que medir o progresso da ciência e da tecnologia não apenas de acordo com seus resultados, mas também de acordo com sua capacidade de defender a especificidade da pessoa humana e verificar se os valores fundamentais espirituais prevalecem sobre nossas reações instintivas. [...] Uma tendência a separar os direitos humanos das dimensões ética e racional deve ser combatida (TAURAN, 2009).

De modo que, segundo Tauran, há um patrimônio moral universal compartilhado por quase todas as tradições religiosas, que devem ser testemunhas concretas da capacidade de tolerância e respeito incondicionais à pessoa humana, sua liberdade e dignidade. O cardeal reconhece que há discordâncias entre as modalidades desse patrimônio moral universal segundo condicionamentos culturais, mas não inviabilizam que apontem todos na mesma direção, o bem comum. Exemplifica com a regra de ouro presente, sob formas diversas, em quase a totalidade das tradições: “não faça a qualquer corpo o que você não quer que seja feito a você” (Tb 4, 15).

As grandes sabedorias e filosofias religiosas têm que testemunhar a existência de um patrimônio moral amplamente compartilhado, que forma a base de todo diálogo sobre questões morais; esse patrimônio expressa uma mensagem ética universal que o homem pode decifrar. A forma e a extensão dessas tradições podem diferir consideravelmente de acordo com culturas e situações, mas nos remetem à existência de um patrimônio de valores morais comuns a todos os seres humanos. Por exemplo, a “regra de ouro”, “não faça a qualquer corpo o que você não quer que seja feito a você” (Tb 4: 15) é encontrada, sob uma forma ou outra, na maioria das tradições da sabedoria (TAURAN, 2009).

No dia 02 de abril de 2009, foi realizada a conferência sobre diálogo inter-religioso no *Canisius - Boston College*, com o tema Diálogo Inter-religioso; Um

risco ou uma oportunidade? O cardeal Tauran, iniciou fazendo uma consideração sobre o cenário religioso nas sociedades. Não se trata de pólos isolados em que determinada tradição religiosa predomina e as demais ou são excluídas, ou então desconsideradas. O século XXI, é marcadamente plural em todos os seus aspectos, sem excluir a religião. Não é possível falar de uma tradição religiosa que possua hegemonia, embora ainda predomine o cristianismo como uma referência religiosa.

O ressurgimento da ação religiosa nas sociedades contraria as previsões e expectativas do passado recente que se profetizou o declínio religioso. Contudo o ressurgimento da religião, segundo o cardeal, Tauran, traz características novas em que o sentido de pertença a uma Igreja não é condição para se professar uma fé. Nesse cenário as instituições religiosas encontram-se diante do desafio de conviver com a diversidade religiosa ao mesmo tempo em que reafirmam sua identidade doutrinária.

A pluralidade de crenças e associações religiosas nas sociedades ocidentais é uma das características distintivas do início do século XXI. Certamente, o cristianismo permanece dominante, mas não é um ponto de referência. De um modo geral, a religião tornou-se para muitos uma opção e o fato de ser membro de uma igreja uma questão irrelevante: acreditar sem pertencer. Séculos de racionalização levaram os ocidentais a ignorar suas raízes cristãs. O Iluminismo, o cientificismo e o totalitarismo marxista e nazista do século passado contribuíram para colocar a pessoa humana no centro da realidade. Ao fazê-lo, o homem teve a ilusão de ser a medida de tudo. A consequência é que muitos de nossos contemporâneos foram convencidos - e ainda estão convencidos - de que aquilo que a razão humana não pode explicar ou justificar simplesmente não existe. O sobrenatural foi, em princípio, eliminado. Nada existe fora do que eu posso ver, ouvir ou verificar (TAURAN, 2009).

Tauran propõe que antes do eclipse religioso anunciado no passado, a modernidade assistiu um ressurgimento religioso entre diversas tradições religiosas. Há uma modalidade diferente na vivência religiosa na qual os crentes se identificam com uma fé, sem necessariamente identificar-se com a instituição que normatiza tal tradição religiosa. Algumas vezes os novos crentes assumem um modo próprio de lidar com a religião diante de suas opções pessoais. É possível verificar, segundo Tauran, que um dos elementos provocadores do ressurgimento fortalecido da religião, foi a precariedade em que a sociedade mergulhou. Seja do ponto de vista da segurança, seja a incapacidade dos

Estados de atenderem às necessidades fundamentais dos cidadãos. As pessoas voltaram a se perguntar sobre o sentido da vida e dos acontecimentos.

Mas aí vem o paradoxo. Antes do eclipse da dimensão religiosa da vida, estamos testemunhando um *remake* da paisagem religiosa de um modo mais individualista e emocional. Por causa de quatro fatores: as seitas, as novas comunidades católicas provenientes do movimento carismático, o sucesso alcançado pelas tradicionais tradições religiosas asiáticas e estou pensando no budismo, a presença duradoura de muçulmanos representando todas as formas e tipos. Eles representam entre 3% e 5% da população europeia. Tantos falam sobre o ressurgimento da religião. Na realidade, não é um retorno ao cristianismo, mas um ressurgimento das religiões em sua diversidade. Não existe uma sociedade religiosamente homogênea: os americanos sabem disso melhor que os outros (TAURAN, 2009).

Após fazer uma apreciação da conjuntura religiosa do século XXI, Tauran, apresenta um novo quadro de destaques das tradições religiosas que apresentaram maior índice de crescimento. Com destaque à expansão do Islam na Europa, especialmente na França onde já é a segunda religião mais expressiva. Em seguida o cardeal inicia uma reflexão sobre o diálogo, esclarecendo alguns pontos cuja incompreensão poderiam fragilizar o processo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Partindo da definição de diálogo encontrada no *Dictionnaire des notions philosophiques* (PUF 1990 vol. Q, p. 642), o cardeal Tauran propõe que as diferenças entre as tradições que compreendem o sagrado de modos às vezes aparentemente opostos, não são negativos. As discordâncias ao contrário de selarem fronteiras intransponíveis, são oportunidades de mútuo conhecimento que resulte no bem dos indivíduos. Tauran (2009) "Há um diálogo quando indivíduos ou grupos humanos estão em desacordo sobre um ponto que julgam essencial, e tentam resolver suas diferenças, trocando argumentos e objeções em vez de depender da violência".

Aplicada ao diálogo inter-religioso, essa definição nos ajuda a entender que, no contexto da religião, não é uma questão de ser gentil com os outros ou de agradá-los. Não é nem uma negociação. Na negociação, encontro uma solução para os problemas e o assunto está encerrado. No diálogo inter-religioso eu me arrisco. Certamente não vou desistir de minhas próprias convicções. Mas me deixo ser questionado pelas convicções religiosas do outro; e aceito levar em consideração argumentos que são diferentes dos meus ou daqueles da minha comunidade. Em tal situação, é importante afirmar que não são as religiões que dialogam entre si, mas sim os que fazem isso. Os crentes

são o sujeito e o destino do diálogo. Diálogo não significa necessariamente concordância. Supõe que todos possam afirmar o que ele acredita. O principal objetivo do diálogo inter-religioso é conhecer a religião do meu próximo, não converter o outro, mesmo que esse diálogo crie um clima propício à conversão (TAURAN, 2009).

O Cardeal Tauran, convicto do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, propõe que não se deve temer as consequências de possíveis proselitismos. Mas reafirma que uma das condições para o autêntico diálogo inter-religioso é precisamente a segurança das convicções religiosas do indivíduo. Em sua perspectiva, o diálogo inter-religioso não é um comportamento meio complacente de uma tradição religiosa com a outra, nem mesmo uma investida para se buscar elementos religiosos comuns que permitam ou justifiquem o diálogo inter-religioso. Muito menos o diálogo deve ser motivado por um sentimento ou perspectiva de que uma tradição seja superior à outra, ou ocupe maior importância social que as demais.

Não nos é pedido encontrar o menor denominador comum religioso. Ou dizer que todas as religiões ensinam mais ou menos a mesma coisa (isso seria relativismo). Não, é antes uma ocasião para afirmar que todos os crentes, e todos aqueles que estão procurando pelo Absoluto, têm a mesma dignidade. O diálogo supõe igualdade entre parceiros, mas não igualdade entre doutrinas. Para nós, Jesus e os fundadores de outras religiões não podem ser colocados no mesmo nível: Ele é Aquele que revelou de uma maneira única e definitiva quem é Deus: ninguém jamais viu Deus; é o único Filho que está mais próximo do coração do Pai que O fez conhecido. (João 1:18) (TAURAN, 2009).

Tauran apresenta um princípio explicativo da necessidade do diálogo inter-religioso que antecede a própria religião, Deus, princípio da criação e sua proximidade na vida de todas as pessoas. O diálogo então é um risco e uma oportunidade que desafiam todos os crentes no sentido de saberem e disporem-se a ouvir com sinceridade os crentes de outros credos e ao mesmo tempo a necessidade de olhar para o seu próprio credo e suas convicções religiosas. Para ilustrar isso cita João Paulo II na *Redemptoris Missio* n. 56.

O diálogo não se origina de preocupações táticas ou interesse próprio, mas é uma atividade com seus próprios princípios orientadores, exigências e dignidade. É exigido pelo profundo respeito por tudo o que foi trazido aos seres humanos pelo Espírito que sopra onde ele Através do diálogo, a Igreja procura descobrir as "sementes da Palavra", um "raio da verdade que ilumina todos os homens", estas são encontradas nos indivíduos e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo é baseado na esperança e no amor e frutificarão no Espírito. As outras



religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na a descobrir e reconhecer os sinais da presença de Cristo e da obra do Espírito, bem como examinar mais profundamente sua própria identidade e testemunhar a plenitude da Revelação que ela recebeu para o bem de todos (JOÃO PAULO II *ibid* TAURAN, 2009).

O Cardeal Tauran insiste que a ação do Espírito Santo não se limita aos cristãos, nem tão pouco unicamente no âmbito das estruturas visíveis do corpo de Cristo, a Igreja. O Mesmo Espírito atua em todas as pessoas e os conduz à verdade. Por isso é um grande desafio proposto pelo diálogo inter-religioso, reconhecer e admitir tudo o que seja positivo nas tradições religiosas não cristãs. Tauran (2009), “as outras religiões representam para nós cristãos um desafio a ser enfrentado. Eles nos obrigam a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito Santo. Somos obrigados a testemunhar a integridade da revelação”.

Tauran traz à luz da reflexão a clara compreensão da Igreja acerca do diálogo inter-religioso, não somente como uma opção entre pares, mas uma necessidade vital para todos os povos. Todos os que acreditam no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade devem compreender a sua própria identidade crente, assegurar o seu próprio direito de expressar a sua crença sem pretender diminuir ou fazer sucumbir o direito que os seguidores de outras tradições religiosas têm de exercer o mesmo direito. A cooperação mútua para que a paz se torne realidade nas diversas sociedades exige das tradições religiosas a disposição para que seu corpo doutrinário inspire a convivência pacífica entre as pessoas. O diálogo inter-religioso exige a superação de dissimulações relacionais; a alteridade passa a ocupar o mesmo espaço e dignidade, e isso torna possível a convivência pacífica entre as diferenças. Essa é na verdade, a condição fundamental para que o diálogo inter-religioso se torne real. Plena consciência e convicção de sua própria crença e o respeito sincero pela convicção que os outros tenham de sua própria crença. O diálogo inter-religioso nos reconduz à essência de todas as sociedades e culturas e indivíduos, somos todos uma mesma família humana, ocupamos o mesmo mundo. Por isso não podemos perder a oportunidade de correr o risco de abrimos essa porta capaz de nos fazer superar o que nos divide para buscarmos o que nos une, o diálogo inter-religioso como caminho aberto para à paz e à solidariedade.

Considerar o outro não como um rival, mas como um candidato a um companheiro de Deus. Respeitar a alteridade do outro, suas crenças, sua cultura e suas convicções significa que eu considero que ele tem a mesma dignidade, os mesmos direitos que eu. Às vezes as pessoas dizem "erro não tem direitos". Mas "erro" é uma abstração; não é uma pessoa. Uma pessoa mantém seus direitos fundamentais mesmo quando está errada. Às vezes, quando participamos de mesas-redondas ou reuniões acadêmicas, ouvimos uma sucessão de monólogos. Ninguém realmente ouve o que o outro está dizendo. Receber o outro é também ouvi-lo em silêncio, porque estamos convencidos de que outras religiões possuem um raio da verdade que ilumina todas as pessoas humanas (TAURAN, 2009).

Tauran concluiu sua conferência retomando a pergunta inicial de sua fala que tematizou o debate, Diálogo Inter-religioso, risco ou oportunidade? Propõe uma resposta com dupla vertente ao indicar que o diálogo inter-religiosos contempla essas duas faces.

O diálogo inter-religioso é um risco porque quando pergunto a um seguidor de outra religião, Quem é o seu Deus? Como você vive sua fé em sua vida cotidiana? Me deixo aberto para a mesma pergunta que me vem logo depois, e eu tem que dar conta das minhas próprias convicções religiosas. O diálogo inter-religioso é também uma oportunidade porque sou convidado a refletir sobre minha própria religião, mantendo minha identidade cristã. Devemos sempre lembrar que não são as religiões que realizam o diálogo, mas sim os crentes, homens e mulheres concretos pertencentes a comunidades específicas (TAURAN, 2009).

Outro momento importante que permite verificar a opção da Igreja pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, ocorre no encontro de líderes de diversas tradições religiosas com o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. O Cardeal Tauran faz um pronunciamento no qual aborda o papel dos líderes religiosos no processo de superação da violência nascida da intolerância no campo religioso. O documento foi intitulado como O Papel dos Líderes Religiosos na Construção de uma Paz Baseada na Tolerância, no Respeito Mútuo e na Cooperação. Foi realizado em Astana Cazaquistão no dia 1 de julho de 2009.

Após cumprimentar os participantes do congresso sobre o Papel dos Líderes Religiosos na Construção de uma Paz Baseada na Tolerância, no Respeito Mútuo e na Cooperação, o cardeal Tauran relata como a experiência vivida no Cazaquistão, no qual a diversidade étnica, cultural, religiosa e de

tradições, permite compreender que pode existir harmonia em meio à diversidade.

Tauran recorda que eventos como esse que está sendo realizado além de mostrar boa vontade dos líderes religiosos para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, torna-se por si um testemunho de que a diversidade não é inimiga da convivência harmoniosa entre as comunidades religiosas e seus seguidores. Assim o cardeal se propõe a apresentar o entendimento da Igreja Católica sobre a paz, sobre a construção da paz e a importância dos líderes religiosos nesse processo de pacificação.

Segundo Tauran, a paz resulta de dupla dimensão, e exige que ambas estejam em coerência. Primeiro recebe a paz como um querer de Deus que se torna dom gratuito a todos os povos e a todos os indivíduos de todos os tempos. Mas somente será realidade concreta entre os povos e os indivíduos se a outra dimensão for acionada em coerência com a primeira. A segunda dimensão é o querer e a disposição do homem. Enquanto as mãos humanas não se colocarem a serviço do querer de Deus, a paz permanecerá como um projeto de Deus para a humanidade. Por isso é importante que os líderes religiosos tenham forte convicção de seu importante protagonismo junto aos seguidores de sua religião, educando-os para a paz.

A paz não é apenas a ausência de guerra ou o equilíbrio do terror, mas a soma de muitos bens, especialmente a segurança. É o fruto da justiça. A guerra, pelo contrário, com toda a sua cadeia de horrores, é uma das piores tragédias que podem ocorrer a comunidades e nações. A paz cresce como uma planta preciosa, precisa de cuidados contínuos. A humanidade precisa promover uma cultura de paz sempre e em toda parte (TAURAN, 2009).

Em seguida apresenta duas ações de iniciativa da Igreja Católica no sentido de chamar os não católicos para o diálogo orante. Algo inusitado na Igreja, tradições religiosas diferentes reunidas em um mesmo lugar, elevando preces, segundo suas convicções religiosas ao mesmo Deus pela paz no mundo, sem excluir a paz entre as religiões. Esse episódio tornou-se um dia institucionalizado na Igreja e acontece a cada ano no dia 1º de janeiro. Junto com a iniciativa prática de reunir tradições religiosas diferentes para rezarem pela paz, a Igreja incluiu em sua estrutura administrativa e pastoral um conselho pontifício para tratar da justiça e da paz.

O cardeal propõe que o tema assumido pelo congresso traz consigo a tríplice base para a construção da paz, tendo as tradições religiosas o protagonismo de mostrar ao mundo que a diversidade étnica, cultural e religiosa não é um empecilho para que a paz se torne realidade nas diversas sociedades. Nesse congresso encontramos elementos fortes, tolerância, respeito mútuo e cooperação, que nos permitem verificar que a Igreja insiste no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz à solidariedade.

A tolerância tem um significado negativo; poderia, no entanto, ser considerado um mal menor, um mínimo. Um irmão não é apenas para ser tolerado; ele tem que ser amado. O respeito é um valor fundamental, um conceito fundamental nas relações humanas. Sem isso, nada de bom poderia ser alcançado, mesmo que outros sentimentos nobres estejam presentes, como piedade, compaixão, etc. O respeito ao outro não significa aceitar aquilo em que ele acredita ou aprova seu comportamento. É antes uma atitude de consideração baseada na dignidade fundamental e inalienável de todo ser humano. A cooperação, isso significa trabalhar em conjunto pelo bem comum e ajudar aqueles que estão em todos os tipos de necessidade, especialmente os mais necessitados. A questão da cooperação entre crentes de diferentes religiões tem sido frequentemente levantada. Muitos pedem que o diálogo vá além da troca de boas elites, passando de palavras a ações (TAURAN, 2009).

Tauran recorda que a Igreja Católica entende o diálogo em quatro modos fundamentais, a partir dos quais todas as outras modalidades de diálogo podem acontecer. Diálogo da vida, da ação, teológico e da experiência religiosa. O cardeal destaca nesse documento que o interesse maior naquele momento para todos é o diálogo da ação. Isso porque essa forma de diálogo permite que cristãos e não-cristãos tenham colaboração recíproca nos esforços não somente para o desenvolvimento da pessoa como também de sua libertação.

O diálogo da vida, o diálogo da ação, o diálogo do intercâmbio teológico e o diálogo da experiência religiosa. O que mais nos interessa neste caso é “o diálogo de ação em que os cristãos e outros colaboram para o desenvolvimento integral e a libertação das pessoas”. (Diálogo e Proclamação. Reflexões e Orientações sobre o Diálogo Inter-religioso e a Proclamação do Evangelho de Jesus Cristo, Documento Conjunto do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e a Congregação para a Evangelização dos Povos, Cidade do Vaticano, 19 de maio de 1991) (TAURAN, 2009).

No documento, o cardeal retoma a encíclica do papa João XXIII, *Pacem in Terris*, para indicar que na compreensão da Igreja Católica a paz pressupõe

pilares tais como, a verdade, a justiça, o amor e a liberdade. Sem esses pilares o desejo de paz entre os povos se torna somente uma utopia. Tauran (2009), “nenhuma paz sem justiça, sem justiça sem amor, sem amor sem liberdade. Tenho o prazer de informar que esses fundamentos da paz foram objeto de um colóquio cristão-muçulmano realizado em Roma em 2003.”

Por último Tauran sugere o processo da construção da paz como resultado também dos esforços dos líderes religiosos empenhados em tal conquista. Destaca a influência que os líderes das diversas tradições religiosas têm sobre seus seguidores, não somente por suas palavras, mas efetivamente com seu exemplo. Por isso se os líderes religiosos se mostram sinceramente abertos e dispostos ao diálogo respeitoso, à convivência fraterna com as tradições religiosas diferentes, os seguidores terão maior segurança e estímulo para abrirem-se a acolhimento dos outros.

Se o ensinamento deles (líderes religiosos), é de respeito de cada pessoa, sua dignidade, direitos - especialmente no campo religioso -, de fraternidade universal, perdão, benevolência, os frutos certamente serão a paz entre pessoas e comunidades. Você sabe que as religiões são algumas vezes acusadas de serem fonte de conflitos, é por isso que muitos olham para elas com desconfiança, mesmo com medo. Portanto, é nossa responsabilidade, como líderes religiosos, provar que estão errados e que a vocação das religiões e dos líderes religiosos é promover e proteger o divino e precioso dom da paz (TAURAN, 2009).

Insiste que o mundo em que vivemos não é resultado de um acaso, mas das escolhas feitas por aqueles que têm o papel de o conduzir. O futuro humano não depende, segundo Tauran, de acontecimentos alheios ao homem. Este escolhe seu futuro. É inerente aos líderes religiosos, pela missão que possuem, cooperar para que a humanidade inteira seja receptora da paz. A existência humana e o mundo em que ela se desenvolve, são respectivamente a ambiência da paz. O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade precisa ser assumido pelos líderes das diversas tradições religiosas, não apenas como uma opção motivada pela simpatia ou discurso que perpassa os ambientes sociais, mas como uma necessidade fundamental para que a violência, incluindo a religiosa, seja superada pela paz conquistada através do diálogo.

Nossa presença como líderes religiosos, estudiosos e personalidades representando nossas respectivas comunidades é uma expressão

evidente do nosso desejo e compromisso de relações amistosas e construtivas entre os seguidores de todas as religiões. Vamos trabalhar pela paz, construir a paz, dar e receber a paz! (TAURAN, 2009).

Outro evento importante ocorrido entre os líderes religiosos em 2010 na cidade de Baku, Azerbaijão, com o tema, Globalização, religiões, valores tradicionais a serviço do mundo. Tauran retoma o tema do encontro de caráter inter-religioso que estavam realizando e informa que o próprio Papa Bento XVI, que o enviou como representante da Santa Sé, manifestou profundo interesse no encontro então em realização. O cardeal citou a encíclica *Caritas in Veritate*, do mesmo pontífice, na qual aponta que, segundo Bento XVI (2009, n. 42) “A verdade da globalização como processo e seu critério ético fundamental é dada pela unidade da família humana e seu desenvolvimento em direção ao que é bom”.

A assembleia inter-religiosa que formamos é um forte símbolo dessa possibilidade - na realidade uma vocação - que os crentes têm de viver a diversidade na unidade, na consciência de que “Deus nos dá força para lutar e sofrer por amor ao bem comum. Porque ele é o nosso todo, a nossa maior esperança” (Encíclica, *Caritas in veritate* n. 78) (TAURAN, 2010).

O Cardeal Tauran começa com uma afirmação desmistificadora da globalização e do mundo globalizado. Questiona o mito de que a globalização esteja promovendo uma fraternidade geral. Na verdade, segundo Tauran, a globalização promove um mundo de ambiguidade. Embora esse mundo contemporâneo globalizado tenha alcançado grandes conquistas positivas no campo científico, educacional e dos direitos fundamentais de todos os homens, não conseguiu superar os graves dramas que assolam a humanidade, a pobreza, as pandemias, as guerras, a fragilização da família e os graves danos ao meio ambiente com os consequentes desperdícios dos recursos naturais. O resultado desse quadro foi o olhar desiludido e pessimista que marcaram muitos aspectos do nosso mundo em nossos dias. Todos esses dados são agravados, segundo o cardeal, pela escolha do Estado contemporâneo de promover uma organização que exclui a necessidade de Deus ou mesmo se organiza contra Deus.

Um século de propaganda ateísta na Europa Central e Oriental, o fim da unanimidade cultural, a invasão do relativismo, o desenvolvimento do pluralismo e o rebaixamento das religiões a uma quarentena na esfera privada, “Tornou-se em poucos anos um fator inevitável no diálogo público. De fato, muitas pessoas esqueceram que o homem é a única criatura que pondera sobre “o sentido do significado” (Paul Ricoeur). É a consciência (a capacidade de refletir sobre o seu destino, o sentido da vida e da morte) que o distingue do reino dos vegetais e dos animais. Hoje como ontem, o homem faz perguntas essenciais. Ele os pergunta no contexto de sociedades pluralistas, religiosamente indiferentes. Mas, assim como seus ancestrais, ele ainda procura respostas para o céu! (TAURAN, 2010).

Diante desse cenário, o Cardeal Tauran, afirma que não se pode fechar os olhos ou acovardar-se, fazendo das diversas tradições religiosas um reduto silencioso e servil aos dramas da humanidade. Mas desse tempo desafiador nasce uma missão para todos os que se declaram crentes, pois o mundo a que pertencem não é outro, senão esse mesmo no qual os dramas e os conflitos se agrupam e aterrorizam. Tauran (2010) “sim, temos uma MISSÃO: revelar (desvelar) aos que hoje vivem que são “habitados” por Deus que os ama e quer a sua felicidade”. Os crentes então olham para o mundo e para seus habitantes e sabem-se responsáveis pelo bem de cada um. A razão de estarem nesse mundo e dele não fugirem é sua firme crença de que Deus está presente em cada um. Tauran, (2010), “Nós, os crentes, pertencemos a este mundo. Compartilhamos as provações e as esperanças de nossos irmãos e irmãs na humanidade. É neste mundo que Deus nos plantou para sermos frutíferos!”

A expectativa é que haja uma séria consciência de que muitas pessoas lutam para manter sua identidade, sua personalidade e dignidade muitas vezes caídas no esquecimento diante das dores da miséria física e espiritual. São resistentes da fé, de uma fé muitas vezes aviltada e uma resistência minada, mas sobreviventes.

Devemos fazer isso em relação às nossas respectivas tradições religiosas, com respeito pela consciência de cada um, na prática de um diálogo inter-religioso que evita duas armadilhas: o relativismo e a intolerância. Mas podemos fazer muito juntos: entre cristãos, obviamente, mas também entre cristãos e não cristãos. “Nossas respectivas tradições religiosas insistem no caráter sagrado da vida e da dignidade da pessoa humana. Juntamente com todas as pessoas de boa vontade, aspiramos à paz” (Bento XVI, 1 de fevereiro de 2007). Gostaria de acrescentar também aos encarregados dos assuntos públicos, quão importante é estabelecer relações de confiança com autoridades religiosas, de modo a extrair valores do patrimônio espiritual de suas comunidades que possam contribuir para a harmonia

dos espíritos, ao encontro das culturas e à consolidação do bem comum. Os valores da tolerância religiosa promovidos pelo Azerbaijão são certamente uma realidade a consolidar e um exemplo a seguir (TAURAN, 2010).

A experiência nascida dos diversos encontros de caráter inter-religioso constitui um patrimônio para todas as tradições religiosas, que ao longo de décadas conseguiram dar passos seguros na compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A convivência fraterna na diversidade religiosa é um grande testemunho para o mundo dividido e intolerante. A experiência vivida pelas tradições religiosas, antes consideradas adversárias e por vezes proclamadas como inimigas a serem vencidas e suprimidas, permitem verificar que unidade e diversidade não são pólos opostos, mas podem constituir sinalização da harmonia nas sociedades plural.

Disponibilizar todo o know-how que vem da experiência de nossas reuniões de oração, onde a diversidade e a unidade se unem harmoniosamente; Ensinar atenção aos outros: temos direitos, mas também deveres; Ensinar, nas nossas famílias, nas nossas escolas e nas nossas comunidades, a pedagogia da paz: “não podemos ser felizes sem um outro e ainda menos uns contra os outros”; Adotar um estilo de vida respeitoso dos recursos da terra e do meio ambiente, que nos faz pensar nos outros e nas gerações futuras; Não ser tímido quando se trata de lembrar aos líderes das sociedades que sem liberdade e solidariedade não é possível a paz ou a felicidade; Nunca desistir diante das afirmações da tecnologia: estou, é claro, pensando em certas experiências na esfera da biologia que poderiam levar a um afastamento de uma abordagem equilibrada do gerenciamento da criação (TAURAN, 2010).

O Cardeal Tauran, insiste na firme confirmação do papel dos líderes religiosos e de suas tradições religiosas, de serem ouvintes atentos das dores do mundo e de seus habitantes. A fidelidade a Deus, tanto das tradições religiosas quanto dos seus respectivos líderes consiste em não ser portadores de um único ouvido para uma só realidade no cenário do mundo. O encontro inter-religioso não pode reduzir-se a um encontro para debater ideias ou fazer das tradições religiosas plataformas mantenedoras dos que conquistaram o poder. É preciso ir longe, deixar-se desafiar pelo próprio diálogo inter-religioso que questiona as convicções pessoais para dispor-se a ouvir o que lhe seja diferente e até estranho. Os líderes religiosos sabem que a religião não é algo nocivo à humanidade, nem tão pouco lhe é acessório e por isso mesmo devem estar prontos a ser presença efetivamente transformadora na sociedade.



Queremos oferecer o nosso bem mais precioso: a convicção de que “o mundo não deriva do acaso, nem da estrita necessidade, mas do plano de Deus” (*Caritas in Veritate*, n. 57). É isso que nos impele a “unir [nossos] esforços com os de todos os homens e mulheres de boa vontade, com os seguidores de outras religiões e com os não-crentes, para que este nosso mundo possa efetivamente corresponder ao plano divino: vivendo como uma família sob o olhar atento do Criador” (ibid.). Enquanto me preparava para vir aqui, uma convicção toma conta de mim: somos responsáveis pela esperança do mundo. Dentro de mim: eu, os crentes, somos responsáveis pela esperança do mundo! (TAURAN, 2010).

Uma experiência positiva para o diálogo inter-religioso como iniciativa da Igreja, foi o *Colloquium* entre o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e o Instituto Real para Estudos Inter-Fé. Esse encontro foi organizado pelos dois organismos e trouxe como tema A educação, os valores que as nossas respectivas tradições religiosas partilham e a ação comum que podemos fazer em conjunto. Uma iniciativa para tratar segundo Tauran (2011), "Valores humanos e religiosos compartilhados por cristãos e muçulmanos para uma educação comum."

O desafio da educação é, em primeiro lugar, no nível pessoal: devemos colocar em prática o que ensinamos, o que pedimos a nossos filhos que façam. Portanto, precisamos ser autênticos para sermos críveis. Isso também é verdade no campo das relações inter-religiosas: a atitude dos filhos para o outro depende muito do exemplo que recebem de nós, de seus pais ou professores (TAURAN, 2011).

O Cardeal Jean-Louis Tauran, destaca a importância da educação como valor comum a ser cultivado por todos como caminho não somente de aquisição de conhecimento científico, mas que seja oportunidade de consolidar as identidades religiosas e culturais de todos, e ainda seja caminho fecundo para o diálogo. A educação pode ser um meio eficaz para formar nova mentalidade entre os crentes das diversas tradições e promover o diálogo inter-religiosos como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A Igreja Católica e o atual Papa estão mais do que nunca convencidos de que zombar das práticas religiosas, usar a religião para justificar a violência ou explorar a religião para obter ganhos políticos é um abuso do próprio cerne do significado da religião. Por esta razão, por exemplo, a Santa Sé, através do Departamento do Vaticano que eu dirigi, não hesitou em condenar em linguagem não qualificada e inequívoca a notícia da queima planejada do livro considerado sagrado

por nossos irmãos muçulmanos, expressando profunda preocupação por tais uma ação, chamando-o de "um gesto ultrajante e grave". Esses mesmos sentimentos são ainda mais justificados quando se sabe que a queima do Alcorão ocorreu (TAURAN, 2011).

Tauran ainda apontou para a educação como oportunidade de revisão constante dos líderes religiosos e dos pais no sentido de serem coerentes junto a seus filhos. Os filhos via de regra seguem os passos de seus pais. Pais e educadores abertos sinceramente ao respeito à identidade religiosa dos outros influenciam seus filhos e alunos respectivamente a assumirem a mesma atitude dialogal.

Outro desafio no campo da educação é a formação de identidades e a atitude em relação à identidade distinta dos outros, como resultado principalmente do ensino da religião e da história. Tenho certeza de que você concordará comigo sobre a necessidade de estar bem enraizado na própria tradição religiosa e cultural, além de estar, ao mesmo tempo, aberto às identidades dos outros (TAURAN, 2011).

No dia 27 de abril de 2011, o presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, ao abordar o tema, "Diálogo inter-religioso, fonte de harmonia, unidade e bem da sociedade", no Centro Internacional de Conferências Bangabandhu Dhaka, Bangladesh, propõe que ao contrário do que alguns acreditam e apregoam, não é natural da religião a intolerância nem a prática da violência seja qual for a sua natureza. A Igreja entende e crê que não há espaço na religião para verbalização ou agressões físicas e culturais, nem mesmo justificativa aos seus seguidores atos de vandalismo religioso. É possível verificar que o diálogo inter-religioso que vem sendo construído ao longo das últimas décadas demonstrou que as relações entre as diversas e diferentes tradições religiosas são um serviço ao bem do mundo, casa comum da família humana.

Certamente, podemos até ajudar uns aos outros a aprofundar nossa identidade espiritual, a purificar nosso comportamento e nos aproximar de Deus. [...] Assim, começamos ouvindo, tentando compreender e compreender e testificando nossas convicções de que todos somos buscadores da verdade, que em última análise é encontrada em Deus (TAURAN, 2011).

O diálogo inter-religioso não é uma utopia, algo do campo do ideal imaginário; mas é realidade concreta e possível entre pessoas que professam a

fé. Essa compreensão é fundamental para que as tradições religiosas diferentes possam dialogar e igualmente pessoas de diferentes credos percebam-se capazes do diálogo com as diferenças. Esse diálogo transita na plataforma do respeito às identidades culturais, religiosas e pessoais, sob o inalienável direito à liberdade que todo indivíduo tem por natureza e dignidade. De modo que o diálogo inter-religioso exige a superação dos equívocos conceituais que associam a religião à violência e à intolerância.

Talvez, alguns sejam imediatamente suspeitos de tal tópico, já que em algumas partes do mundo a religião é marcada e acusada como fonte e causa de intolerância e conflito. A religião é culpada pelo preconceito e fanatismo. Conseqüentemente, há a tentação de ver a religião como um problema. Então a solução é muito fácil, basta colocar a religião de lado e fazer dela um assunto privado, retirado da esfera pública. Por outro lado, argumenta-se que uma religião deve ser imposta a todos, não deixando espaço para as crenças das minorias, criando, por assim dizer, uma religião monolítica dentro da sociedade (TAURAN, 2011).

Verifica-se que há um equívoco ao tratar da religião como promotora de preconceitos, conflitos, intolerância e violência. E não raras vezes justifica-se a partir dessa percepção que a religião seja relegada à marginalidade social e permaneça somente como uma opção do indivíduo para sua vida pessoal e social. Na tentativa de superar as dicotomias religiosas existem ainda aqueles que pensam uma solução pelo estabelecimento de uma religião sobre as outras e a adesão do indivíduo teria como critério não a sua liberdade de crenças, mas a imposição desta a todos. Embora a religião pertença ao campo da cultura, do imaginário simbólico, é uma realidade do homem e da humanidade. Invisibilizá-la não é um ato contra as organizações religiosas, mas contra a própria humanidade, uma tentativa de mutilar o indivíduo.

Para aqueles que desejam deixar a religião de lado e relegá-la ao ponto de serem invisíveis, a resposta é que a religião é uma realidade que pertence ao ser humano tem, por sua própria natureza, uma dimensão pública e deve ser visível na sociedade. Se os crentes têm o direito de praticar sua fé em seus respectivos locais de culto, então eles também têm o direito, dentro das normas e leis básicas da sociedade, de fazer obras de caridade, de participar do debate nacional sobre a dignidade do ser humano, propor valores essenciais que constituem uma sociedade justa e civil, e “moralizar” a consciência nacional. Para aqueles que desejam impor uma religião a todos, deve-se responder que existe um direito fundamental à liberdade religiosa. Deve ser reconhecido, como o Papa Bento XVI declarou em sua Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2011, “abertura à verdade e bondade perfeita, abertura a Deus, está enraizada na natureza humana”. Em

outras palavras, a pessoa humana em seu próprio a natureza é aquela que busca a Deus, o transcendente, a realidade do espiritual e, portanto, tem o direito de seguir essa busca de acordo com a própria consciência. Impedir essa busca ou coagir a crença de um para um é uma afronta à dignidade da pessoa humana (TAURAN, 2011).

As tradições religiosas articuladas em diálogo inter-religioso, movidas pela convicção de que através dele é possível um caminho aberto à paz e à solidariedade, podem responder a toda tentativa de neutralizar a prática religiosa sob a égide de que a religião está associada à violência e intolerância. Para ilustrar a possibilidade concreta de convivência fraterna entre diferentes tradições religiosas, o Cardeal Jean-Louis Tauran cita o exemplo de Bangladesh.

Para Bangladesh, pelo que percebi em preparação para esta visita e durante as palestras que ouvi ontem na Universidade, a realidade da relação inter-religiosa tem sido fundamentalmente positiva. A sociedade de Bangladesh, em seu início, afirmou que seria uma sociedade abrangente, em que cada pessoa de qualquer religião teria um espaço neste novo país. Conseqüentemente, os pais fundadores desta Nação imaginaram uma sociedade pluralista, com espírito de abertura, baseada no direito fundamental da liberdade religiosa. O diálogo inter-religioso deve ser entendido como um ingrediente essencial na preservação de uma sociedade pluralista, permitindo que a religião, ou melhor, as religiões, estejam presentes e ativas na própria alma da Nação (TAURAN, 2011).

As relações humanas avançaram muito nas últimas décadas e o diálogo inter-religioso tem sido uma realidade crescente porque tem como ponto de partida uma profunda mudança de mentalidade dos líderes religiosos com relação às tradições religiosas diferentes; a atitude sincera de reconhecer a busca, o encontro e a presença de Deus nos diversos credos. Ainda esse avanço se dá porque o diálogo inter-religioso tem priorizado antes a proximidade com pessoas que professam credos diferentes e não com instituições religiosas, isto esbarraria em problemas mais difíceis de solução. Por isso é preciso entender que o diálogo inter-religioso faz parte do conjunto de elementos que possibilitam a convivência harmoniosa entre seguidores de diferentes credos. Por se tratar de diálogo entre pessoas que professam a fé de modo diferente, o diálogo inter-religioso deve estar despido da intenção de converter os outros. Seu propósito verdadeiro pretende estabelecer uma retroalimentação do conhecimento religioso de todos os envolvidos; a compreensão das diversidades religiosas através do conhecimento mútuo promove uma convivência harmoniosa.

Consequentemente, o diálogo inter-religioso é teologicamente baseado em nossa busca comum de Deus e então reconhecer os valores positivos de outra religião que não significa abdicar de nossas próprias convicções religiosas, mas melhorá-las e descobrir o que temos em comum. As comunidades unem-se, em vez de dividir (TAURAN, 2011).

O conhecimento despido de preconceito faz redescobrir os valores presentes nas diversas tradições e a superação dos rótulos impostos à alteridade religiosa. Quando isso acontece é possível verificar que todas as tradições religiosas têm sua própria trajetória de busca e encontro de Deus. É na descoberta desse patrimônio cultural religioso e o respeito a seu processo que crentes de diferentes tradições podem sentar-se à mesa e trocar as armas pelo diálogo. Nessa perspectiva reafirmamos que o diálogo inter-religioso é caminho aberto à paz e à solidariedade. O resultado disso é o crescimento das sociedades com suas diversidades, mirando o bem dos indivíduos. Tauran (2011), “não há dúvida de que quando as pessoas de fé estão juntas e especialmente quando os líderes religiosos falam juntos, a sociedade como um todo se beneficia”.

No entanto, o diálogo inter-religioso não é um mero fenômeno social, isto é, fazer com que as pessoas encontrem um terreno comum, ou algo como compromissos políticos, ou mesmo apenas ignorando as diferenças para que possamos estar em paz. Há uma base teológica extremamente positiva e de fato essencial para o diálogo inter-religioso, isto é, os crentes, apesar de suas diferenças doutrinárias e diversas práticas religiosas, podem estar unidos na luta contra o surgimento de um mundo sem Deus que está se tornando mundo contra Deus. A raiz teológica fundamental dessa abordagem é que somos todos criaturas do único Deus e, portanto, irmãos e irmãs. Consequentemente, Deus está trabalhando em todos nós. Sim, Deus na grande extensão de sua existência está trabalhando em cada um de nós e devemos dizer “diferente”. Basta considerar o ensino de nossa fé em como buscar a Deus e encontrar a Deus e como explorar o mistério de uma realidade divina. Estamos todos fazendo o mesmo, buscando e ansiando por Deus, o maior mistério da nossa vida (TAURAN, 2011).

Nossa percepção de que tem havido uma boa evolução do diálogo entre tradições religiosas diversas, não impede que verifiquemos que ainda há um longo caminho a percorrer. Superar as mágoas de erros e violências praticados no passado, superar o estado de desconfiança ainda presentes em alguns líderes e seguidores das diversas tradições religiosas, bem como a

compreensão de que o diálogo inter-religioso não objetiva a prática de proselitismo, nem tão pouco a conversão de seguidores de uma tradição para outra. Embora esse caminho possa acontecer, deve se dar no mais absoluto clima de respeito à liberdade dos indivíduos. Um sinal positivo desse crescimento dialógico entre diferentes é o dado histórico de tradições religiosas diferentes com algumas divergências teológicas e doutrinárias, conseguirem fazer declarações comuns apresentadas às sociedades e promoverem um crescente entendimento entre muitos.

Um dos grandes desafios que permanece é trazer esse desenvolvimento positivo para mais perto do nível da raiz da grama. Nesse sentido, gostaria de salientar um ponto muito concreto. É necessário monitorar livros usados em nossas escolas sobre como eles lidam com religiões. Muitas vezes, pelo menos em algumas partes do mundo, os livros escolares retratam as religiões de forma negativa, deturpando suas crenças e assim por diante. Mesmo aqui, nos perguntamos se isso é resultado de pura ignorância? Talvez não, porque a desinformação pode e deve ser objetivamente retificada. Muitas vezes, isso é o resultado do preconceito contra um adversário baseado na suposição errônea de que alguém que não acredita como eu deve ser meu inimigo e, conseqüentemente, pode ser objeto de violência (TAURAN, 2011).

Para compreendermos o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é importante considerar outra declaração do cardeal Jean-Louis Tauran intitulado O papel das religiões no estabelecimento de uma convivência pacífica em meio à diversidade. Pronunciamento feito no Seminário Internacional de Diálogo no Senado Bhavan da Universidade de Dhaka, no dia 27 de abril de 2011. A Igreja reiterou sua confiança no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, por isso mesmo insiste não somente em desenvolver atividades destinadas a promover e intensificar tal diálogo, mas reconhece, valoriza e aprecia outras iniciativas da mesma natureza.

A Santa Sé está ciente de que o Departamento de Religiões Mundiais desta Universidade tem trabalhado ativamente em conjunto com a Comissão Episcopal para o Diálogo Inter-religioso e o Ecumenismo para promover o diálogo para a paz e a compreensão mútua. Obrigado por seus esforços (TAURAN, 2011).

O diálogo inter-religioso tornou-se uma necessidade, e até mesmo um sinal de maturidade das diversas tradições religiosas, que embora mantenham-se convictas de suas crenças compreendem que estão situadas em um mundo

desterritorializado e fragmentado; inseridas em sociedades multiculturais e multirreligiosas. Seria, como tem sido em alguns casos, um contrassenso religioso ilhar-se no sonho de uma sociedade cultural e religiosamente homogênea e transformaria a religião em um arsenal de violência de toda ordem.

O desafio para a sociedade contemporânea, herdeira do racionalismo que levou o homem ao centro do mundo e marginalizou o sobrenatural, mergulhando a humanidade em atrocidades inimagináveis no século XX, é, pois, redescobrir seu eixo e recompor suas estruturas éticas e morais para superar as presenças da intolerância, do fanatismo e das violências herdadas do século XX. Depara-se a modernidade com um fenômeno desafiador, Deus ressurgiu na sociedade, e de certo modo mais forte que antes. Esse ressurgimento trouxe à superfície da sociedade a temática e a presença das religiões, mais universalizadas que nunca.

O estudo da modernidade exige incluir o fenômeno religioso, sem isso incorreria no erro e no perigo de um estudo insuficiente. Seja pelo fato de que os novos crentes e por vezes novas expressões de fé tem se manifestado tanto como plataforma da paz como da violência. Essa é uma das razões porque se tem associado as violências contemporâneas por vezes à religião.

Ainda hoje é um fato que as pessoas matam por motivos religiosos. A razão é que as religiões são capazes tanto do melhor como do pior: podem servir à santidade ou à alienação. Eles podem pregar a paz ou a guerra. No entanto, é sempre necessário explicar que não são as próprias religiões que estão em guerra, mas sim seus seguidores! Daí a necessidade, mais uma vez, de conjugar a fé com a razão. Pois agir contra a razão é, de fato, agir contra Deus, como disse o Papa Bento XVI na Universidade de *Regensburg* em 12 de setembro de 2006: "No começo era o *λογος* ('logos'). Logos significa razão e palavra - uma razão que é criativa e capaz de se comunicar, precisamente como razão. [...] Uma razão que é surda ao divino e que relega a religião ao reino das subculturas é incapaz de entrar no diálogo das culturas " (TAURAN, 2011).

Os homens e mulheres contemporâneos trafegam entre esperanças e desencantos. O que fora assegurado pelas ideologias racionalistas não chegou a todos os indivíduos nem a todas as sociedades. Nosso século tornou-se uma caricatura da precariedade e impossibilidade de respostas aos anseios mais profundos dos homens e mulheres. Mas embora nosso mundo tenha conquistado grandes avanços na ciência, na tecnologia e na política, as

questões essenciais da existência permanecem inquietando gerações. O diálogo tornou-se uma necessidade, uma urgência, uma meta, que pode enriquecer as diversas culturas para a construção de uma sociedade promotora da paz e da convivência entre as diferenças. Sem o diálogo continuaremos dotados da capacidade de perguntar sobre nós mesmos e continuaremos sem respostas.

Assim, estamos todos condenados ao diálogo. O que é diálogo? É a busca de um entendimento entre dois indivíduos, com vistas a uma interpretação comum de sua concordância ou discordância. Implica uma linguagem comum, honestidade na apresentação da posição e o desejo de fazer o melhor possível para entender o ponto de vista do outro. Aplicadas ao diálogo inter-religioso, essas pressuposições facilitam a compreensão de que, no contexto da religião, não se trata de ser "gentil" com os outros para agradá-los! Também não é uma questão de negociação: eu acho a solução para os problemas e o assunto está encerrado. No diálogo inter-religioso, é uma questão de assumir um risco, não de desistir de minhas próprias convicções, mas de me deixar ser questionado pelas convicções de outro, aceitando levar em consideração argumentos diferentes dos meus ou daqueles da minha comunidade. Todas as religiões, cada uma a seu modo, esforçam-se para responder aos enigmas da condição humana. Cada religião tem sua própria identidade, mas essa identidade me permite levar em consideração a religião do outro. É daí que nasce o diálogo. Identidade, a alteridade e o diálogo caminham juntos. Mas tenha cuidado: não dizemos "todas as religiões são de igual valor". Nós dizemos "Todos aqueles em busca de Deus têm igual dignidade!" (TAURAN, 2011).

O diálogo inter-religioso sincero, torna-se um grande bem às sociedades e às culturas; ensina a se redescobrir o respeito e o valor das tradições religiosas e seus seguidores que pertençam a grupos minoritários, ao mesmo tempo em que questiona às religiões majoritariamente presentes nas sociedades a desafiarem-se a responder a quem de fato servem e sobre a causa que trazem consigo. O cardeal Tauran elenca algumas necessidades que ajudam na superação das injustiças e violências contra a minorias religiosas.

Para remediar esta situação é necessário ter uma identidade espiritual clara, saber em quem se acredita; Considere o outro não como um rival, mas como um buscador de Deus; concordar em falar do que nos separa e dos valores que nos unem. Cristãos e muçulmanos - como exemplo - estão cientes das diferenças teológicas entre eles. Mas eles também estão conscientes das realidades que os unem e às vezes até os levam à colaboração. Apenas para mencionar alguns aspectos: Fé na unidade de Deus, o autor da vida e do mundo material; O caráter sagrado da pessoa humana que permitiu, por exemplo, a colaboração da Santa Sé e dos países muçulmanos com as Nações Unidas para impedir resoluções que prejudicam as famílias; Vigilância para evitar que os símbolos considerados "sagrados" tornem-se objeto de



escárnio público (Sagradas Escrituras, Locais de Adoração, etc. - condenação da queima do Alcorão ou da Bíblia) (TAURAN, 2011).

Outra conquista do diálogo inter-religioso é a superação do medo que se possa alimentar em relação às outras tradições religiosas e seus seguidores. O conhecimento recíproco oportunizado pelo diálogo entre tradições religiosas diferentes faz superar essa condição e redescobrir o valor da convivência da diversidade religiosa em sociedades multiculturais como as contemporâneas. É precisamente pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, que as tradições religiosas podem redescobrir sua condição essencial enquanto profissão de fé, religar os homens entre si e com o Sagrado.

Só Deus é digno de adoração. Portanto, todos os ídolos feitos por homens (riqueza, poder, aparência, hedonismo) constituem um perigo para a dignidade da pessoa humana, a criatura de Deus. À vista de Deus, todos os homens e mulheres pertencem à mesma raça, à mesma família. Todos eles são chamados à liberdade e para encontrá-lo após a morte. Se assim posso dizer, os crentes são profetas da esperança. Eles não acreditam no destino. Eles sabem que dotados por Deus de coração e inteligência, podem com o Seu auxílio mudar o curso da história para orientar sua vida segundo o projeto do Criador: isto é, fazer da humanidade uma autêntica família da qual cada um de nós é um membro. De qualquer forma, para nós, cristãos, devemos sempre lembrar a exortação de Paulo na carta aos Romanos: "Vamos, então, buscar o que leva à paz e à edificação mútua". (14:19) É um belo roteiro! (TAURAN, 2011).

Podemos ainda tomar como iniciativa concreta no esforço para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, o discurso do cardeal Jean-Louis Tauran, aos líderes muçulmanos na Mesquita *Baitul Mukarram* em Dhaka, Bangladesh 26 de abril de 2011, cuja temática foi, Cristãos e Muçulmanos, Promovendo a Compreensão e a Paz.

Na perspectiva do Cardeal Tauran, as sociedades contemporâneas estão vivendo sob o espectro do paradoxo em que duas sentenças se fazem ecoar. Enquanto algumas sociedades ocidentais relegam a religião aos porões do esquecimento, desconstituindo sua necessária cooperação para o bem comum, fazendo-a uma presença inexpressível sem a qual a sociedade caminha tranquilamente na realização de si mesma e seus projetos; por outro lado a reação das pessoas que creem, mesmo tendo cidadania nesses países, reacendeu a presença da religião na sociedade. A negação e a afirmação do mesmo elemento na mesma sociedade e na mesma cultura promove uma

dinâmica religiosa intensa em meio à multiculturalidade e multireligiosidade dos tempos contemporâneos. Contudo os inúmeros discursos sobre a religião não são marcados ou motivados exclusivamente por sentimentos religiosos, esses convivem com o medo do fundamentalismo e terrorismo que são praticados em nome da fé.

Eles olham para a situação no mundo hoje onde alguns fundamentalistas e terroristas sequestraram a religião e a usaram para justificar alguns de seus atos desprezíveis. A consequência é que, para muitas pessoas, a religião as lembra de violência e inspira medo nelas. É, portanto, importante observar o que as pessoas religiosas estão dizendo e fazendo. Mas temos que reconhecer que a religião pode levar ao melhor ou ao pior. Depende se oferece um projeto de santidade ou um projeto de dominação (TAURAN, 2011).

Mas, embora o medo associado à revitalização da religião na modernidade encontre sua justificativa diante da violência praticada por grupos que usurparam o direito religioso, a religião promove entre os crentes a possibilidade de convivência fraterna e pacífica em meio às diversidades culturais e religiosas. E nasce deste mesmo ambiente, algumas vezes hostil aos indivíduos e às tradições religiosas minoritárias, a necessidade do diálogo em todas as esferas sociais, especialmente entre as diferentes tradições religiosas.

Para enfrentar os desafios do nosso tempo, todas as mãos devem estar no convés. Os seres humanos em toda a divisão religiosa devem se unir. O diálogo é uma comunicação bidirecional. Implica ouvir e falar, receber e dar, por crescimento e enriquecimento mútuos. É uma peregrinação e um risco: quando você dialoga com alguém, concorda em compartilhar suas experiências e está exposto à possibilidade de mudar de idéia. É mais do que conversa que envolve "ser gentil com o outro". É mais do que uma negociação que é frequentemente acompanhada por barganha astuta e concessões mútuas, seguida por uma solução e pelo fechamento da questão. Quando a motivação da religião é levada ao diálogo, acrescenta uma dimensão diferente. Inclui testemunho da própria fé e abertura ao do outro (TAURAN, 2011).

O diálogo inter-religioso sincero vai além da tolerância, não basta saber do outro no mesmo espaço, mas saber, reconhecer e aceitar que o outro é o mesmo espaço ocupado pelo mesmo Deus. Nasce daqui o imperativo do respeito a todos os crentes e a todos os credos. São habitados pelo mesmo Deus e buscam o mesmo fim. De modos diferentes trilham na mesma direção. O diálogo inter-religioso é o fio que ata todos os feixes. Por serem diferentes as tradições religiosas, deve-se compreender que o diálogo assume modos

diversos que possibilitam a dinâmica da convivência harmoniosa e pacífica. Dentre tantas formas assumidas pelo diálogo inter-religioso pode-se verificar que,

O diálogo inter-religioso assume diferentes formas. Inclui estar junto: viver a vida como ensinado pela religião de alguém (diálogo da vida). Está trabalhando em conjunto em projetos de interesse comum (diálogo de colaboração). Está refletindo em conjunto sobre os ensinamentos da religião um do outro (diálogo de reflexões teológicas). É também compartilhar experiências religiosas (diálogo de trocas espirituais). Estas idéias foram desenvolvidas ao longo dos anos pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso como formas de relações inter-religiosas (TAURAN, 2011).

Elencamos a seguir iniciativas da Igreja no sentido de cooperar e estabelecer diálogo com a comunidade muçulmana, somando esforços para a conquista do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, para a conquista de uma paz justa e respeitosa na qual as diferenças não sejam motivação para a violência, mas oportunidade de convivência fraterna e respeitosa.

A Santa Sé, através do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso, tem uma longa história de colaboração com os estudiosos muçulmanos. Existem algumas comissões conjuntas com instituições islâmicas, principalmente as do Oriente Médio e dos países do Norte da África. Apenas para mencionar alguns: Joint Comitê Conjunto entre o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e a Sociedade Islâmica Mundial de Chamadas (WICS), sediada em Trípoli, Líbia. Com a "Organização Islâmica de Cultura e Relações" do Irã O "Comitê de Coordenação Islâmico-Católico" baseado na Arábia Saudita Comitê Conjunto com o Comitê Permanente de Al-Azhar para o Diálogo com as Religiões Monoteístas, Cairo, Egito. Com o Instituto Real na Jordânia, etc. (TAURAN, 2011).

A mensagem fundamental do diálogo inter-religioso é de esperança e paz. Ao mundo estremecido pelo medo e fragilizado pela insegurança de um futuro incerto, as tradições religiosas em diálogo respeitoso e fraterno têm uma direção a apontar. Têm uma mensagem capaz de ajudar o homem a reencontrar-se consigo mesmo e com seus pares na grande família humana, chamada por Deus a compartilhar a mesma experiência existencial e o mesmo mundo, casa comum a todos.

Se posso dizer, os crentes são profetas da esperança. Eles não acreditam no destino. Eles sabem que dotados por Deus de coração e

inteligência, podem com o Seu auxílio mudar o curso da história para orientar sua vida segundo o projeto do Criador: isto é, fazer da humanidade uma autêntica família da qual cada um de nós é um membro. Para nós, cristãos, devemos sempre lembrar a exortação do apóstolo Paulo na carta aos Romanos: "Vamos então buscar o que leva à paz e edificar uns aos outros" (14:19). É um belo roteiro! Nosso mundo é o que queremos que seja; nosso futuro é aquele que escolhemos e construímos juntos. Nossa presença como líderes religiosos, estudiosos e pessoas representando nossas respectivas comunidades é uma expressão evidente do nosso desejo e compromisso com relações amistosas e construtivas entre os seguidores de todas as religiões. Vamos trabalhar pela paz, construir a paz, dar e receber a paz! (TAURAN, 2011).

Na perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, verifica-se a reafirmação dessa perspectiva da Igreja no campo do diálogo para a busca conjunta entre diferentes tradições religiosas para o bem comum, para que a humanidade como uma família que habita a mesma casa alcance o seu projeto existencial. Pode-se tomar os comentários do cardeal Jean-Louis Tauran no encontro ente católicos e muçulmanos em novembro de 2012, cujo tema apontado foi, "Cooperação Católica e Muçulmana na Promoção da Justiça no Mundo Contemporâneo".

Tauran retoma a perspectiva que cristãos e muçulmanos têm acerca da criação, pontos que não se anulam, mas convergem na verdade da fé. A compreensão de um autor supremo e soberano que criou todas as coisas e devota amor à sua criação inteira, e de modo singular aos homens e mulheres. Há aqui um ponto de convergência e o diálogo parte como primazia dos elementos convergentes. Há ainda uma compreensão de que os seres humanos atuam como parceiros de Deus em relação à criação, Tauran (2012), "Nosso mundo é o resultado de um projeto extraordinário de Deus que, de uma maneira muito misteriosa, decidiu criar o Cosmos e confiar para a pessoa humana."

O cardeal traça uma linha paralela que reflete caminhos possíveis de diálogo ao tratar da relação dos crentes com a criação. Enquanto os cristãos proclamam que a criação espera pela manifestação de Deus (Rm 8, 21-22), os muçulmanos afirmam que a criação foi dada por Deus aos homens para atendê-los. É possível então verificar que na perspectiva do diálogo inter-religioso os crentes das diferentes tradições podem estabelecer relações harmônicas entre os homens entre si e destes com a natureza, promovendo a paz e a solidariedade.

Assim, como líderes religiosos e intelectuais, somos chamados a atender às necessidades da vida concreta dos povos e a contribuir para tornar a vida social mais humana, mais aberta à transcendência e mais aberta ao bem comum. É aí que entra a justiça: quando falamos de justiça, falamos da capacidade de amar. Se somos criaturas, significa que também somos parceiros de Deus. E todos juntos devemos trabalhar para que a violência desapareça e o diálogo triunfe. Devemos fazer o nosso melhor para que o uso de armas seja substituído pela sincera vontade de paz. Devemos nos comportar para que o orgulho e o egoísmo não estraguem a qualidade de nossos relacionamentos humanos. Você se lembra do que o papa João Paulo II proclamou: Nenhuma paz sem justiça, sem justiça sem perdão (1º de janeiro de 2002) (TAURAN, 2012).

Mas, o diálogo inter-religioso pressupõe a compreensão de que não se pode estabelecer uma relação de revanchismo, de vencedores e vencidos, de dominadores e dominados. A convicção de fé que acompanha cada tradição deve ser tida em conta de sincero respeito, tanto em seu corpo doutrinário que expressa a fé professada, como em sua dinâmica ritual. Nessa perspectiva a responsabilidade das religiões na construção da paz e da solidariedade amadurece na promoção do bem comum.

Portanto, é tarefa dos líderes religiosos assegurar que a liberdade de consciência e a liberdade de religião sejam consistentemente asseguradas para que as comunidades de crentes sejam livres para receber, aprender e anunciar sua mensagem de fraternidade e promover uma pedagogia de respeito ao pluralismo. O caminho que conduz à justiça começa pela solidariedade. Temos que lembrar que a beleza, a verdade e a generosidade são capazes de mudar o mundo e torná-lo um lugar onde é bom vivermos juntos. É minha esperança e minha oração que, durante estes dias, possamos chegar a iniciativas concretas de trabalho conjunto para a promoção do bem comum. Nós vamos nos perguntar, Qual é a origem da dignidade da pessoa humana? Nós servimos a dignidade da pessoa humana? Nós praticamos solidariedade? Estas são questões muito práticas que líderes religiosos, pessoas educadas e líderes da sociedade não podem evitar (TAURAN, 2012).

Na trajetória pelo diálogo inter-religioso, cada passo por mais tímido que pareça concorre para o mútuo conhecimento e compreensão recíproca das diferentes tradições. É precisamente esse conhecimento despretenso, honesto e livre de preconceitos que impulsiona a superação das diferenças e o compartilhamento de ações conjuntas para o bem comum. Essa convicção de que o diálogo inter-religioso é caminho aberto à paz e à solidariedade pode ser verificada no esforço de cristãos e muçulmanos desenvolverem em cooperação

mútua, ações que sustentem a paz e a solidariedade em uma sociedade secularizada. O encontro entre essas duas tradições ocorrido em julho de 2012, permite verificar a necessidade de conhecimento mútuo para a superação das superficialidades com que os fiéis de uma tradição religiosa se relaciona e se refere aos de outra tradição.

O diálogo exige conhecimento mútuo entre os crentes, levando a um maior respeito e compreensão. É também uma ocasião para corrigir imagens errôneas que existem, para superar estereótipos e equívocos que distorcem o verdadeiro conhecimento do outro. Se surgem problemas entre cristãos e muçulmanos, muitas vezes são devidos à ignorância. Muitas vezes não conhecemos o conteúdo de outras religiões ou nunca encontramos crentes de outras religiões. Somos relutantes em encontrar seguidores de outras religiões porque não temos uma ideia clara sobre nossa própria religião. E, é claro, não podemos subestimar a violência perpetrada em nome da religião ou a discriminação das minorias religiosas em países onde a religião majoritária goza de um status privilegiado devido à história. Somente os cristãos convictos são qualificados para se engajar no diálogo inter-religioso (TAURAN, 2012).

O século XXI, é cenário de convivência social entre as diversidades culturais, sociais, políticas e econômicas. Não será diferente a realidade plurirreligiosa nas mesmas sociedades, e a necessidade de assumir o diálogo inter-religioso tornou-se para a modernidade uma questão de vida ou morte. As sociedades contemporâneas não terão outro caminho para manter a paz senão a partir do diálogo em todos os níveis, especialmente o religioso.

À medida em que a religião ressurgiu nas sociedades, cresce também a diversidade religiosa e tanto as instituições como os crentes transitam nas calçadas, nos mercados, nas praças e no comércio com todos os credos e todos os crentes. As diversidades religiosas entraram no fenômeno das migrações e se instalaram nas sociedades que não comungam originariamente de sua fé e passaram da condição de migrantes para cidadãos e cidadãs enraizados e isso favorece os encontros de diferentes religiões no mesmo espaço e nas mesmas disputas; o contato de um com o outro permite aproximação de visões diferentes do mesmo fim último.

Vivendo entre nós, nossos amigos muçulmanos podem abrir uma Bíblia e lê-la. Eles podem encontrar Jesus Cristo. Eles podem entrar em uma igreja e descobrir a beleza de nossa liturgia. De certa forma, a presença de tantos muçulmanos ao nosso redor significa que nós cristãos temos um testemunho para oferecê-los. A maioria deles conhece apenas Jesus do Alcorão; temos o dever de mostrar-lhes

Jesus do Evangelho. Temos que testemunhar que Deus é Amor e somente Amor. Apesar das grandes diferenças, cristãos e muçulmanos são chamados a enfrentar o desafio da modernidade, que não é outra coisa senão a globalização. E assim podemos imaginar que nossa rivalidade poderia assumir a forma de emulação recíproca a serviço do bem comum (*Nostra Aetate*, 3) (TAURAN, 2012).

Nesse discurso o Cardeal Tauran reafirma que o diálogo inter-religioso supera a convenção do politicamente correto, ou de um discurso superficial de uma aparente boa convivência. A exigência do diálogo inter-religioso imputa um aprofundamento na própria fé para o amadurecimento das convicções religiosas de todos os que pretendam percorrer esse caminho. Não é suficiente a polidez de palavras e a discrição em gestos. Muito além dessas fronteiras exige repovoar o imaginário do crente e das organizações religiosas para a superação dos preconceitos mútuos.

Então surge a pergunta: do qual é a essência religioso diálogo? Não é uma questão de ser gentil com o outro. Não é uma negociação. Não é uma estratégia. É antes um convite para descobrir as sementes da Palavra, o raio da Verdade, os sinais da presença de Deus em cada irmão e irmã na humanidade. Com o diálogo inter-religioso somos obrigados a promover todos os relacionamentos positivos e construtivos com pessoas e comunidades "... para aprender a conhecer-se e a enriquecer-se mutuamente em obediência à verdade e respeito pela liberdade de todos". (Diálogo e Proclamação n. 9). O diálogo inter-religioso não é, portanto, a busca pelo menor denominador comum entre as religiões (isso seria relativismo). É de fato o esforço de conhecer e respeitar as convicções do outro e reconhecer que Deus nunca deixa de estar presente e estar em ação no coração de toda pessoa humana. (TAURAN, 2012).

O diálogo inter-religioso é uma prática possível entre pessoas que professam alguma fé religiosas, não entre conceitos doutrinários. Insiste-se que nessa prática não se pretende o embate sobre versões da verdade para ver quem vence e quem é vencido, quem convence e quem é convencido. Busca-se através da compreensão respeitosa valorizar e honrar o referencial religioso de cada um para se promover a partir dos elementos comuns o desenvolvimento do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Tauran retoma os modos de diálogo. O diálogo da vida; o diálogo das obras; o diálogo teológico e o diálogo das espiritualidades.

Tal atitude, naturalmente, não pode levar ao relativismo na concepção da verdade. Para nós, cristãos, Cristo, o Filho de Deus que se fez homem, é o caminho, a verdade e a vida (Jo 14, 6) e é só nele que

todos os homens e mulheres encontrarão a plenitude da vida religiosa. (NA, n.3), mas, reconhecemos o valor de elementos positivos presentes também em muitas religiões e consideramos “com sincera reverência aqueles modos de conduta e de vida, aqueles preceitos e ensinamentos que, embora diferindo em muitos aspectos daqueles ela segura e mostra, no entanto, muitas vezes reflete um raio dessa verdade que ilumina todos os homens” (NA, n. 2) (TAURAN, 2012).

Sem a clareza da própria fé e a reafirmação de suas próprias convicções, não é possível estabelecer diálogo, e fica-se entrincheirado pelo medo do diferente também no campo religioso. Somente na escuta sincera e despretensiosa, crentes de tradições diferentes podem se conhecer e se reconhecer como território comum da habitação de Deus.

Quando os crentes das diferentes tradições religiosas se abrem ao diálogo e efetivamente dialogam no cenário do secularismo da sociedade contemporânea, a paz e a solidariedade se manifestam através de uma convivência harmoniosa que supera as diferenças.

O Cardeal Jean-Louis Tauran propõe que o diálogo inter-religioso deve levar em conta que os sujeitos que dialogam estão inseridos em uma sociedade com matizes fortes e desafiadores. Não se trata de pensar o diálogo entre tradições religiosas como se fossem realidade desconectadas do tempo e da sociedade. É preciso considerar o contexto sócio cultural em que as tradições religiosas estão inseridas, o que permitirá perceber as influências sofridas e promovidas pelas mesmas. Não conhecer a conjuntura sociocultural incorre em grande equívoco na compreensão do diálogo e os desafios que as diferentes tradições sofrem. É possível verificar essa preocupação no discurso do cardeal Tauran em 2013, quando destacou que mesmo em uma sociedade secularizada em que os valores religiosos e a própria religião são relegados à marginalização, o diálogo pode criar pontes que permitam às diferenças se aproximarem, se conhecerem e se reconhecerem. Tauran (2013) “Vivendo juntos, muçulmanos e cristãos têm a chance de se conhecer melhor, apesar de suas diferenças e suas diversidades de crenças religiosas.”

O diálogo inter-religioso ao contrário de inibir ou minimizar o valor da diversidade religiosa, ou imbuído de proselitismo, torna-se oportunidade singular e exortação à reafirmação dos diversos crentes em sua própria religião. Parte-se também dessa premissa de convicção esclarecida da própria fé, disposição e abertura sincera para conhecer o conteúdo das demais tradições religiosas para



que mediante uma aproximação fraterna a diversidade religiosa busque em conjunto respostas aos desafios da modernidade e o cerceamento que as religiões enfrentam no atual cenário social. Desse modo o diálogo inter-religioso vem como uma chave que permite conhecer, pela aproximação o mistério do humano em busca de proximidade com o sagrado.

Por isso, é necessário que tenham diante de si cristãos que sejam coerentes, capazes de testemunhar que Deus é Amor e somente Amor. Sem minimizar as diferenças que nos separam, bem como a herança de uma difícil convivência, cristãos e muçulmanos podem, sem colocar suas convicções religiosas específicas entre parênteses, enfrentar os desafios da modernidade em um mundo globalizado. Vamos nos ajudar uns aos outros! Apesar de pertencerem a duas religiões diversas, cristãos e muçulmanos são convocados para enfrentar os desafios da modernidade em um mundo globalizado. O diálogo inter-religioso, portanto, pode tornar-se uma forma de emulação recíproca no serviço a Deus e à sociedade. (TAURAN, 2013).

É um exercício contínuo para o diálogo, ter em vista sempre o que é essencial na construção do próprio diálogo, incluindo o inter-religioso. Sua busca autêntica exige maturidade de todos os que se empenham em tal conquista. É preciso superar qualquer pensar ou agir ingênuos no sentido de entender que iniciar o diálogo inter-religioso é assumir aquela postura do politicamente correto e fazer eclodir um conjunto de trocas de gentilezas. Mas está na base do diálogo inter-religioso que todos, das diversas tradições acolham os traços da verdade presentes em cada uma das demais e aceitem que podem aprender em reciprocidade.

Mas surge naturalmente uma questão: qual é a essência do diálogo inter-religioso? Não é uma questão de ser gentil com o outro. Não é uma negociação. Não é uma estratégia. É antes um convite para descobrir as sementes da Palavra, o raio da Verdade, os sinais da presença de Deus em cada irmão e irmã na humanidade. Com o diálogo inter-religioso, somos obrigados a promover todos os relacionamentos positivos e construtivos com pessoas e comunidades "... para aprender a conhecer-se e a enriquecer-se mutuamente em obediência à Verdade e respeito pela liberdade de todos". (Diálogo e Proclamação, n. 9). O diálogo inter-religioso não é, portanto, a busca do menor denominador comum entre as religiões (isso seria relativismo)! É de fato o esforço de conhecer e respeitar as convicções do outro e reconhecer que Deus nunca deixa de estar presente e estar no trabalho no coração de toda pessoa humana. Este diálogo geralmente é realizado através de quatro modalidades (TAURAN, 2013).

Importante ainda salientar que o diálogo inter-religioso não aposta, em primeiro momento no diálogo entre religiões, mas considera o diálogo entre homens e mulheres de religião para o bem comum na sociedade. Não se pode fechar os olhos para o fato de que as religiões e os crentes vivem todos em um mundo marcado por diversidades e isso é globalizado. O medo das incertezas futuras mediante os fracassos das ideologias do século XX, não podem se tornar plataforma para o fechamento das instituições religiosas nem dos seus seguidores. Buscar respostas no passado com fechamento às novas realidades sociais pode interromper o processo dialogal que algumas tradições religiosas estão construindo.

Os crentes devem estar, conseqüentemente, mais inclinados a um maior respeito e compreensão da diversidade. Eles podem contribuir eficientemente, para corrigir imagens errôneas existentes, para superar estereótipos e equívocos que distorcem o verdadeiro conhecimento do outro. A maioria dos problemas entre cristãos e muçulmanos se deve à ignorância. Muitos de nós, às vezes, não conhecem o conteúdo das religiões dos outros ou nunca conheceram crentes de outras religiões! Temos também que reconhecer que, na realidade, estamos relutantes em encontrar seguidores de outras religiões porque temos uma ideia muito aproximada de nossa própria religião. Poderíamos dizer o mesmo em relação aos nossos amigos muçulmanos (TAURAN, 2013).

É possível verificar a partir dos últimos pronunciamentos do Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso, apoiado pelo recente magistério católico que houve uma reviravolta na compreensão e iniciativas do próprio magistério católico na compreensão e aproximação das demais tradições religiosas para a realização do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A história atesta que por vezes as tradições religiosas aderiram à violência como recurso para o anúncio de sua mensagem. Nessa perspectiva as religiões atuavam como inimigas insistiam na supressão de uma pela outra. A verdade de uma devia sobrepor-se às demais como justificativa para a salvação de todos. A força não foi evitada e o testamento histórico deixado nas sociedades no campo religioso muitas vezes traz marcas de sangue. Não existe isentos nesse campo. Todos têm as mãos manchadas com o sangue da história. Desde o Concílio Vaticano II, porém, os esforços permitem construções de novas perspectivas e

iniciativas que cooperam para convivência pacífica entre as diferentes tradições religiosas para a superação de conflitos na sociedade.

Assim, os crentes, independentemente da religião a que pertençam, não são concorrentes, mas parceiros, estão prontos não só para ouvir, mas também para reconhecer o que é bom no outro. O sacerdote italiano Andrea Santoro, assassinado na Turquia 05 de fevereiro de 2006, declarou que ele encontrou em seus amigos muçulmanos: “um senso instintivo de Deus e Sua Providência; acolhimento espontâneo de Sua palavra e Sua vontade; confiando no abandono de sua orientação; oração diária no meio da atividade de alguém; certeza sobre o após a vida e ressurreição; a sacralidade da família; o valor da simplicidade do essencial, da acolhida e da solidariedade”. Finalmente, cristãos e muçulmanos que dialogam são uma riqueza para a sociedade. Juntos, eles podem testemunhar a oração, ajudar-se mutuamente a se comportar como cidadãos responsáveis, trabalhar para que a liberdade religiosa se torne cada vez mais uma realidade, defender a família contra políticas agressivas que solapam sua solidez, lutar contra o analfabetismo e a doença. Eles estão cientes de sua responsabilidade comum pela formação moral das gerações mais jovens, ensinando uma pedagogia da paz (TAURAN, 2013).

O Cardeal Jean-Louis Tauran ao abordar a temática do diálogo inter-religioso, na introdução à Nova Evangelização e o Diálogo Inter-religioso, propõe que é preciso uma sincera atitude interior e disposição honesta, para assumir-se como identidade em sua própria fé e a partir daí conhecer a alteridade e considerá-la desde o pressuposto da bondade comum entre as diversidades. A clareza da própria identidade e o reconhecimento do outro como diferença lícita a ser aceita e respeitada são os pré-requisitos fundamentais para o diálogo inter-religioso. São pessoas que compartilham a mesma vida, habitam o mesmo espaço planetário e buscam respostas ao sentido da existência e dos seus dramas na Divindade ou no Absoluto. De modo que o diálogo se dá entre pessoas concretas, com uma história e culturas específicas que trazem consigo um patrimônio precioso que pode servir ao bem comum. Tauran (2013), “O diálogo inter-religioso não é um diálogo entre religiões, mas entre crentes, seres humanos companheiros, que são confrontados com as mesmas provações e desafios.”

Não se trata de um conhecimento superficial ou ingênuo, mas sim da percepção de conhecer e identificar as diferenças que os distinguem e separam em suas convicções, mas um olhar insistente e amadurecimento que permita, apesar das separações, identificar o que se faz comum nas diferenças e despertar para a cooperação entre ambas para o bem comum das pessoas e

das sociedades nas quais convivem crentes e tradições religiosas diferentes. O diálogo inter-religioso é uma resposta fundamental nas sociedades marcadas de diversidades e assoladas por rupturas. Nesse sentido o Diálogo Inter-religioso está inserido na Nova Evangelização, pois a Igreja compreende as transformações que assolaram o mundo em que está inserida e busca respostas aos desafios que esse mesmo mundo impõe aos crentes e às religiões.

A Nova Evangelização, ao contrário, é um convite para aqueles que foram batizados para redescobrir suas raízes cristãs a fim de experimentar o poder do Evangelho. Isto não é uma reevangelização, mas uma evangelização verdadeiramente nova, sobretudo em suas formas. É a capacidade, por parte do cristianismo, de saber ler e decifrar os novos cenários que, nas últimas décadas, transformaram o mundo. Se o diálogo inter-religioso pressupõe que cada um dos parceiros tenha uma identidade espiritual bem definida, então a Nova Evangelização tem uma relação fundamental com ele. A Igreja precisa de um tipo de auto-evangelização para responder aos desafios colocados diante dela pelos povos de hoje. Não é tanto conquistar ou restaurar algum estado anterior, mas antes propor a novidade da Boa Nova do Evangelho. A Nova Evangelização é dirigida a povos que já foram evangelizados, mas que agora vivem em um ambiente secularizado em que o fator religioso foi desvalorizado e a própria religião foi relegada à esfera privada (TAURAN, 2013).

Por ocasião da Assembleia Europeia das Religiões pela Paz, com o tema, “Acolhendo os Outros na Europa: do Medo à Confiança” em 1º de novembro de 2015, o cardeal Tauran, retomou a *Nostra Aetate*, recordando a disposição da Igreja, no que toca ao diálogo inter-religioso, da coerência necessária entre a relação dos homens com Deus e da relação dos homens entre si, marcada pela premissa de Deus criador, como autor de toda a vida e de todos os seres vivos, dando ao homem singular lugar na criação. Nessa perspectiva Tauran apoiado na *Nostra Aetate*, descredencia, a seu juízo, qualquer razão que proponha justificar toda e qualquer forma de desrespeito ou discriminação de qualquer pessoa por qualquer motivo. Tauran (2015), “não resta fundamento para qualquer teoria ou prática que leve à discriminação entre homem e homem ou entre pessoas e pessoas, no que diz respeito à sua dignidade humana e aos seus direitos” (NA n. 5).

O Cardeal Tauran apresenta os grandes desafios para a modernidade e indica a necessária disposição de superação para o bem dos indivíduos e das sociedades. Aponta à necessidade de se redescobrir o valor da religião, que não obstante as inúmeras contradições anotadas na história, traz consigo o elã da

paz e da solidariedade. As tradições religiosas em todas as diversidades que as constituem, devem protagonizar a paz e devem ser determinadas à recusa de qualquer violência que desumanize as pessoas independente de sua condição social ou crédula.

Como podemos transformar o medo em confiança, discriminação em respeito, inimizade em amizade, polarização em solidariedade, estilo de vida egoísta em altruísta, cultura descartável em cuidar da cultura e confrontação em encontro e diálogo? A verdadeira missão da religião é a paz porque a religião e a paz andam juntas. Nenhum líder religioso verdadeiro pode ignorar a cultura de desumanização e violência ou pregar e apoiá-la. Todos nós concordamos que a paz ou a violência e a confiança ou o medo vêm do coração humano. Oração, práticas espirituais e ações por justiça e paz podem despertar nossos corações para superar a visão polarizada de ver nosso próximo como outra pessoa separada. Como líderes religiosos, nosso desafio urgente hoje é transformar a desconfiança, a suspeita, a intolerância em uma nova cultura baseada no respeito, na compreensão mútua, na não-violência, solidariedade e resolução pacífica de conflitos. Como nosso patrimônio espiritual é tão grande, trabalhem juntos para remediar esses males sociais e culturais por meio do diálogo e da cooperação (TAURAN, 2015).

No Quarto Colóquio entre o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e o Instituto Real para os Estudos Inter-Religiosos, realizado em Roma, nos dias 3 e 4 de maio de 2016, é possível verificar na fala do cardeal Tauran um sólido sinal de que a Igreja assumiu o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Esse caminho se abre de modo a promover a inclusão de todos os que acreditam no diálogo e estejam dispostos a trilhar esse caminho. Apontando os sinais desafiadores de contradição na modernidade marcada de crises de toda ordem, o cardeal Tauran insiste que o diálogo é um caminho fecundo e capaz de promover a paz e a solidariedade, apontando um caminho de esperança para os indivíduos e as sociedades para a superação da violência, inclusive a de caráter religioso.

Nosso encontro é um sinal de esperança em um mundo conturbado, que corre o risco de perder a esperança por causa das muitas e profundas crises pelas quais passa: econômico, financeiro, ambiental etc. Além disso, há muita violência, muitos conflitos armados. Terrorismo diabólico, especialmente o cometido em nome da religião. Há também, e por tudo isso, uma crise de esperança, em particular entre os jovens. Felizmente, não existe apenas o lado negativo da medalha: há, graças a Deus, muitos e valores fundamentais que compartilhamos entre nós, como crentes da cristandade e do Islã, mas também com crentes pertencentes a outras tradições religiosas, e finalmente com mulheres e homens de boa vontade que não

professam nenhuma religião; precisamos ser tão inclusivos quanto pudermos (TAURAN, 2016).

Apoiado no valor das riquezas das tradições religiosas diversas, buscando os princípios comuns que emergem de todas elas, tais como o amor, a compaixão, o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, dentre tantos outros, é possível a oportunidade de abrir espaço para ações comuns entre as diferentes tradições religiosas para o bem coletivo. Isso permite verificar a convicção da Igreja acerca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Na sociedade, como veremos, somos cidadãos e crentes. Nós prosperamos para inspirar nossas respectivas sociedades com os valores humanos e religiosos que temos. De um ponto de vista cristão, isto exclui o estabelecimento de um Estado com base na religião, porque acreditamos na autonomia da política e religião, e ao mesmo tempo, em sua colaboração para o bem comum. Isso implica um verdadeiro sistema democrático (TAURAN, 2016).

Para o bom êxito do diálogo inter-religioso é preciso ter sempre com aprofundada clareza que esse diálogo se dá entre diferentes. Deste modo não se deve alimentar a ilusão de que as diferentes tradições religiosas em algum momento deixarão ou abandonarão suas especificidades doutrinárias e teológicas. O diálogo deve acontecer nas verdades das tradições religiosas a partir dos valores comuns a todas e que permitem sinalizar ações destinadas ao desenvolvimento dos povos a partir da diversidade. Seria destinado ao fracasso contrapor fundamentos teológicos no ambiente de diálogo inter-religioso. Não se trata de contrapor verdades, mas na caridade respeitá-las, para que decorra da proximidade, do conhecimento e do respeito às diferenças religiosas, o bem comum.

Nossos valores compartilhados e suas respectivas particularidades” enfatiza várias características de nosso diálogo; Verdade. Consciência das nossas semelhanças e gratidão a Deus por eles; nós não subestimamos ou escondemos nossas diversidades. Isto é verdade, em particular, para questões teológicas, que não estão de forma alguma em nossa agenda. Além da verdade, existe a caridade como fundamento - do diálogo. O último documento publicado pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso (TAURAN, 2016).

O discurso do Cardeal Jean-Luis Tauran, no 9º colóquio entre o Centro Irã para o Diálogo Inter-religioso (CID), e o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso (PCID), realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2017 em Teerã, que anunciou o tema, Cristãos e Muçulmanos no Diálogo Construtivo pelo Bem da Sociedade, permite verificar a insistência para que o diálogo inter-religioso não se restrinja a encontros formais entre líderes religiosos, sem chegar às bases das respectivas religiões. Precisa promover mudanças na mentalidade dos crentes das diversas tradições religiosas e por conseguinte contribuir para que as minorias religiosas sejam respeitadas e não sejam mais vítimas de intolerância e violência por parte das religiões majoritárias.

Estamos todos conscientes da necessidade de diálogo de especialistas, como o nosso. Devemos também estar conscientes da nossa responsabilidade de trazer a descoberta e os frutos das nossas reuniões e deliberações a todos os espaços onde muçulmanos, cristãos e outros crentes, e também pessoas de boa vontade que não professam qualquer religião, vivem, trabalham, estudam em conjunto. A educação, especialmente através de livros de texto, tem a obrigação moral de apresentar as religiões e seus seguidores de maneira objetiva e respeitosa. Além disso, os discursos religiosos, em todos os seus espaços e formas, têm a obrigação de falar sobre os outros como irmãos e irmãs (TAURAN, 2017).

O esforço das várias tradições religiosas em estabelecer diálogo gerou proximidades e permitiram verificar que há muitos elementos comuns entre as diversas tradições, que permitem a convivência fraterna e o esforço sincero de agir contra o fundamentalismo, a intolerância e a violência, destacando a importância do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Como todos sabemos, o conhecimento e a cooperação mútuos, especialmente em tempos de crise, são de grande importância. O próprio fato de líderes religiosos e estudiosos de diferentes religiões estarem se reunindo é uma mensagem eloquente para as respectivas religiões. No entanto, uma vez que estamos de volta às nossas respectivas comunidades, as perguntas normalmente colocadas para nós são: Quais são as vantagens do seu diálogo para nós, muçulmanos e cristãos, no nível da raiz da grama? Que tipo de mudanças podemos esperar em nossa vida diária? Essas questões tornam-se mais pertinentes para as comunidades religiosas, especialmente para aquelas que são pequenas em número em uma sociedade que tem uma grande maioria pertencente a outra religião. Isso é verdade no caso dos muçulmanos na Itália, dos cristãos no Irã e tanto dos muçulmanos quanto dos cristãos na Índia (TAURAN, 2017).

É possível ainda verificar segundo Tauran, que os líderes religiosos devem fazer o diálogo se tornar realidade entre os crentes de sua religião. A perspectiva do respeito à diversidade religiosa não pode ser excludente no que se refere às minorias. Há fatores que fazem com que a religião predominante em um determinado país torne-se minoria em outro. Essa condição não pode gerar um olhar indiferente às violências que esses grupos sofrem. Ao contrário, a disposição ao diálogo deve fazer com que as lideranças das religiões majoritárias não tenham ouvir a minorias. O diálogo deve sempre ser includente.

Ao falar do bem da sociedade, nos referimos a todos os seus componentes, sem excluir nenhum deles. Nisto, imitamos a Deus que, de acordo com as palavras de Jesus, brilha o seu sol sobre o bem e sobre o mal e envia a sua chuva para os bons e para os maus igualmente. Vamos, portanto, provar por nossos atos a utilidade de nossas deliberações e discussões. Caros irmãos e irmãs Muçulmanos e cristãos e, de fato, toda a humanidade precisam de frutos abundantes e concretos de nosso diálogo. Esta reunião é como uma estrela em uma noite escura. Rezemos e trabalhemos, em particular através do nosso diálogo, por um mundo de justiça, paz, segurança, fraternidade e prosperidade (TAURAN, 2017).

A participação do Cardeal Tauran na consulta Anglicana-Luterana-Budista, ocorrida no mês de janeiro de 2017, em Yangon, Myanmar em meio aos conflitos entre cristãos e budistas, permite verificar a convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O diálogo inter-religioso traz à tona uma possibilidade de solução de problemas e conflitos que supera as ações fundamentalistas, intolerantes e violentas que têm deixado marcas sangrentas na sociedade. As religiões devem somar esforços para a superação dessa situação de crise em que vive parte das sociedades. A paz e a compaixão são elementos comuns às religiões e tradições espirituais e isso se contrapõe à cultura da violência e da guerra.

Queridos amigos, é mais urgente que o nosso diálogo genuíno e fraterno fomente a missão que nós, budistas e cristãos, temos em comum. A não-violência e a compaixão são a chave para curar nossas sociedades presas em ciclos de ódio que geram violência. Como podemos melhor viver e transmitir esses ideais para todos, especialmente para as crianças, de modo a construir um mundo harmonioso capaz de sustentar a paz? Inspirados por esses valores comuns em nossas respectivas tradições espirituais, vamos encontrar maneiras de promover a construção de confiança e relacionamentos, em vez de destruí-los, aceitar uns aos outros em vez de rejeitar aqueles que são diferentes, para que a violência não encontre lugar em nosso mundo. [...] Que esta Consulta Anglicana-Luterana-Budista seja uma



ponte sobre as barreiras da desconfiança e do preconceito, demolindo os muros do medo e da ignorância, trazendo uma nova cultura do encontro e da paz (TAURAN, 2017).

Ao estudar esses documentos pontifícios sobre o diálogo inter-religioso, pode-se verificar que a Igreja Católica vem fazendo um processo marcado pela convicção de que o diálogo inter-religioso é caminho aberto à paz e à solidariedade. Embora seja notório o avanço nessa direção e as transformações na perspectiva católica sobre as tradições religiosas não cristãs e sua disposição no sentido de criar laços de proximidade que além do diálogo, permitam estabelecer uma convivência fraterna entre as diferenças religiosas, existe ainda o desafio de fazer com que essa experiência que se consolida entre muitos líderes de diferentes tradições religiosas, chegue à vida dos ministros, sacerdotes e crentes das diversas tradições para aplicação em sua vida cotidiana.

Como a violência destrói vidas humanas, nossa tarefa comum é curar um mundo fraturado. O diálogo inter-religioso é o antídoto para a violência de hoje. Nossas reações à violência devem evitar contradições e inconsistências. Às vezes, temos a tendência de ser vigorosos ao tolerar a violência que foi perpetrada em um incidente, e depois somos igualmente apaixonados por condenar a violência em outro incidente. Nossa reação à violência deve ser baseada na dignidade da pessoa humana e não em nossas identidades e preconceitos culturais. [...] Vamos nos comprometer a cultivar dentro de nossas famílias e dentro de nossas instituições sociais, políticas, civis e religiosas um novo estilo de vida onde a violência é rejeitada e a pessoa humana é respeitada (TAURAN, 2018).

Concluindo o estudo dos discursos sobre o diálogo inter-religioso do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, proferidos pelo então presidente Cardeal Jean-Louis Tauran, referimo-nos agora ao discurso que finalizou todo seu trabalho em prol do diálogo inter-religioso. Pronunciamento feito no Centro de Diálogo Internacional (KAICIID), em Viena no mês de fevereiro de 2018, cujo tema, “Diálogo Inter-religioso pela Paz: Promoção da Convivência e Cidadania Comum,” reflete a importância e a necessidade sempre crescentes do diálogo entre as tradições religiosas diferentes. No mês de julho de 2018, o cardeal faleceu deixando para as diversas tradições religiosas uma riqueza incalculável de reflexões e um testemunho de crença na força do diálogo.

Tauran propõe uma pergunta que acompanha todo o processo insistente de busca do diálogo inter-religioso. Tauran (2018), “O diálogo inter-religioso é realmente útil?” Quem escolheu percorrer o processo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade deve responder a essa questão com clareza e objetividade. O próprio objetivo do diálogo inter-religioso, Tauran (2018), “o diálogo inter-religioso visa a construção da paz através de dois meios principais: promover a coexistência pacífica e apoiar a nossa cidadania comum.”

A paz, como todos sabemos, não pode ser promovida e salvaguardada sem justiça proporcional. A este respeito, “Verdade, Justiça, Amor e Liberdade”, os quatro pilares da paz mencionados na memorável Carta Encíclica de São João XXIII permanecem válidos e relevantes até hoje. [...] De fato, construir uma coexistência pacífica entre nós requer que também promovamos a Verdade, a Justiça, o Amor e a Liberdade. A verdade goza de lugar de honra em todas as religiões. O reconhecimento desse valor em outras religiões, bem como por pessoas de boa vontade que não pertencem a uma determinada religião, é importante para as relações pacíficas entre todos. Neste sentido, todos somos chamados a promover uma “cultura do inclusivismo”, como propõe o Papa Francisco. Somos chamados a ser companheiros de toda pessoa humana na jornada para a Verdade. A afirmação do Concílio Vaticano II *Nostra aetate* Sobre a relação da Igreja Católica com outras religiões diz: “A Igreja Católica não rejeita nada que seja verdadeiro e sagrado nessas religiões. Ela considera com sincera reverência aqueles modos de conduta e de vida, aqueles preceitos e ensinamentos que, apesar de diferirem em muitos aspectos dos que ela detém e estabelece, no entanto freqüentemente refletem um raio daquela Verdade que ilumina todos os homens” (TAURAN, 2018).

Uma das grandes compreensões que o diálogo inter-religioso trouxe como contribuição à sociedade humana, é que toda a humanidade constitui uma cidadania comum que transcende os limites das cidadanias circunscritas em territórios constitutivos de uma nação. Há interesses e necessidade humanos que se sobrepõem aos interesses de um Estado ou de uma nação. Não se trata de mais uma cidadania a ser incluída no conjunto das diversas cidadanias, cujo conceito foi construído e alcançado ao longo dos séculos da história das sociedades.

Essa cidadania comum de certo modo reintegra a humanidade fragmentada pelas cidadanias das sociedades contemporâneas. Uma cidadania humana, comum a todos os povos e que deve se sobrepôr a todos os Estados. Esta pauta-se na igualdade de todas as pessoas com direitos e deveres que estão para além dos condicionamentos étnicos, culturais e mesmo religiosos. O

princípio da igualdade entre todos que se apoia em Deus Criador, elimina toda ambiguidade religiosa no tocante ao diálogo, respeito, à liberdade e dignidade de todas as pessoas. Papa Francisco (02 fevereiro de 2018), “a adesão a uma determinada religião não confere dignidade e direitos adicionais aos indivíduos, nem a não adesão os nega ou diminui”. Nas palavras do cardeal Tauran o diálogo inter-religioso é uma das grandes conquistas da modernidade religiosa e meio indispensável para a paz e a solidariedade. Por isso é preciso corajosa disposição para buscá-lo como meta e como concretude quotidiana. Tauran (2018). “Queridos amigos, vamos nos engajar continuamente, apesar das diferenças de nossas religiões e de nossa missão específica, para nos tornarmos promotores da coexistência pacífica e da cidadania comum por meio do diálogo inter-religioso!”.

O tema do diálogo inter-religioso tornou-se pauta permanente na ação evangelizadora da Igreja. Esta compreende que grande parte dos desafios que a modernidade enfrenta e continuará enfrentando faz com que a busca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, torne-se um direito, um dever e uma obrigação a todas as tradições religiosas comprometidas com o bem comum. As religiões não podem negar a si mesmas e aos seus seguidores, que a modernidade é pluricultural e multireligiosa. Não se pode buscar justificativas em ações do passado que fomentaram e muitas vezes justificaram ações violentas que resultaram em guerras religiosas com atrocidades ainda hoje espantosas. Ao contrário, diante do pluralismo religioso a Igreja opta, e chama as demais tradições religiosas a buscarem novos caminhos e novas possibilidades para o diálogo mediante a cultura do encontro. O bem comum é o propósito das grandes religiões.

É neste contexto de testemunho que a missão do Pontifício Instituto para a Estudos Árabes e Islâmicos (PISAI) está situado. O PISAI foi fundado no início do século passado pela Sociedade Missionária da África, com a intenção de formar missionários e "especialistas" nos modos de viver, trabalhar e dialogar com os Muçulmanos, na clara consciência de que um encontro genuíno com membros de outras religiões devem assumir um caráter espiritual, dialógico e convivial. Na verdade, isso é o primeiro passo para o genuíno desenvolvimento de um espírito de colaboração entre diferentes religiões e culturas, que deve começar com o profundo, objetivo, e conhecimento respeitoso do outro. (TAURAN, 2018).

O século XXI, arrasta consigo heranças do século passado marcadas de forte crise de fundamentalismo e violência; desrespeito aos direitos e à liberdade dos indivíduos. Daí a insistência da Igreja no sentido de propor o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Sua insistência em continuar percorrendo esse caminho e convidando outras tradições religiosas a percorrermos o mesmo percurso a fim de construir uma base social segura para a paz e a solidariedade entre os povos e os indivíduos.

Partindo do pressuposto da existência de um Deus único, o diálogo inter-religioso assume na diversidade dos nomes atribuídos ao mesmo e único Deus, propor que não obstante as diversas compreensões e denominações de Deus, Seu nome seja traduzido entre todos os povos não somente no que Ele é, mas também no que faz. Ao mesmo tempo um nome que clarifica a paz e para ela convoca a todos. A Igreja insiste na importância de reconhecer a contribuição de todas as religiões para o crescimento e desenvolvimento da humanidade. Um salto significativo na construção do diálogo. Não somente o cristianismo e a Igreja Católica contribuíram para que a humanidade se desenvolvesse. A insistência no respeito e valorização da alteridade religiosa como parceiros no bem comum e não inimigos a serem vencidos. Na percepção da Igreja o diálogo sustentado nas diferenças religiosas é um dever para todos os que creem.

Por esta razão, estou muito feliz por poder dar o discurso principal hoje no início do seu novo ano acadêmico. Eu quero te agradecer, ambos os professores e estudantes desta comunidade acadêmica muito especial, que oferece à Igreja uma verdadeira escola onde o diálogo humano, inter-religioso e intercultural é ensinado. Para abordar o nosso tema hoje, devemos lembrar, junto com Novo *Millennio Ineunte*, esse "diálogo deve continuar". Ninguém pode negar a importância e valor das grandes religiões em nossa cena global, seja para aqueles que alegam que a religião é a causa da violência e da intolerância que afligem as relações humanas, ou se para aqueles que consideram a religião) um recurso importante para avançar florescimento humano em uma era de globalização. No entanto, o diálogo encontra uma série de dificuldades específicas, que correm risco - se não forem adequadamente abordada - reduzir o diálogo a um encontro abstrato ou formal sem qualquer uso ou autenticidade. Por esta razão, gostaria de desenvolver o tema em três pontos que são de grande relevância e importância: 1) o diálogo como "testemunha"; 2) testemunha como "responsabilidade para o outro e para o mundo; e finalmente, 3) diálogo como "respeito e amizade". (TAURAN, 2018).

A cultura do encontro é uma plataforma indispensável ao diálogo inter-religioso; dispor-se ao encontro do outro faz superar a antipatia, o preconceito,

a recusa e exclusão das diferenças. O próprio assentimento pessoal à religião imerge o indivíduo em uma busca que seja sincera em seu esforço para encontrar a verdade. O impulso do diálogo faz perceber sempre que há algo a saber dos outros com sua maneira de crer e suas convicções de fé. O diálogo, seja ele qual for, especialmente para nós aquele inter-religioso supera a recusa de relacionar-se com as tradições religiosas diferentes.

Agora é necessário perguntar sobre o significado, função e estrutura deste diálogo com mais precisão, que não pode ser muito inócuo, não simplesmente entretenimento, e nem é mera conversa. A conversa pode levar várias formas: um bate-papo amigável, uma discussão centrada em um tema preciso, uma comparação acadêmica, um exame, um processo social de criação de consenso; qualquer uma dessas formas é distinto dos outros. Não há um modelo. O diálogo nunca é uma forma inócua de abertura ao mundo e à sociedade, e também não é a expressão de uma equalização sem discernimento. O diálogo é não simplesmente conversa fiada. Ao contrário de uma simples "conversa", o diálogo é orientado para o busca comum e reconhecimento da verdade. O diálogo é orientado de forma decisiva em direção ao objetivo e refere-se a um consenso como uma tarefa. Ele visa um acordo (na forma preliminar) que é capaz de pôr fim a pré-existente incompreensão ou conflito. Diálogo procura acordo em controvérsias material, buscando chegar a um consenso, para evitar um conflito que instância. (TAURAN, 2018).

Um aspecto importante a recordar é que para alcançar resultados positivos no campo do diálogo inter-religioso, deve-se considerar sempre que este diálogo se desenvolve entre pessoas que aderem a uma tradição religiosa e não se trata de discutir aspectos teológicos ou doutrinários, mas a busca sincera da verdade para o bem comum. Insistimos assim que, o diálogo inter-religioso é caminho aberto à paz e à solidariedade. Por isso a cultura do encontro é de suma importância para que o diálogo supere o campo da teorização dialogal e alcance a vida diária das pessoas e das sociedades. Trata-se de uma cultura bilateral do encontro; os esforços devem ser recíprocos na aproximação respeitosa dos indivíduos e de suas crenças.

Na compreensão do outro, do estrangeiro que encontramos, como em um espelho, ganhamos um melhor entendimento de nós mesmos. Por esta razão, entender outras demandas religiosas e provocar uma melhor capacidade de testemunhar nossas convicções religiosas, sem qualquer presunção de que o diálogo inter-religioso deve servir de atividade missionária. Vimos que a tarefa de entender assume vários riscos. De um lado e de outro, nossas diferenças não podem ser avaliadas proporcionalmente ou contabilizadas exaustivamente. Aqui surge a aparência de uma falsa comunhão, a qual (se for deixada, não

examinada) traz grande ilusão. A verdadeira compreensão deve ver esses riscos, assumi-los e fazer de tudo para evitar o que é indesejável sobre eles. É por isso que se pode falar de uma "elegia da diferença": compreender realmente as diferentes formas de significado sem julgá-los como algo negativo. (TAURAN, 2018).

Aproximar-se de outras tradições religiosas expressa através do encontro que se valoriza sua presença na sociedade e se reconhece sua contribuição para o aperfeiçoamento da raça humana. No diálogo sincero e verdadeiro as diferenças, ainda que divirjam em doutrina e teologia, são campo fecundo para que os esforços sejam somados na construção do bem comum.

Essa atitude de respeito nos permite examinar e libertar-nos de nos fecharmos de qualquer novidade ou verdade, para colocar-nos em causa, mesmo no que diz respeito à nossa pertença pessoal à fé e estar pronto para dar uma razão para isso (TAURAN, 2018).

A convicção da Igreja no campo do diálogo como caminho aberto à paz e à solidariedade, imprimem o caráter de que entre tradições religiosas diferentes em suas estruturas teológicas e doutrinárias é possível uma convivência amigável e respeitosa. As distâncias simbólicas e relacionais na modernidade tornam-se cada vez menos expressivas. A proximidade não está mais circunscrita à geografia; a mobilidade virtual desterritorializa os indivíduos e os povos em ritmo acelerado e indomável. De fato, o mundo contemporâneo é um mundo diminuído, enquanto as migrações virtuais e geográficas crescem de modo igualmente acelerado. É precisamente nesse mundo decrescido que convivem diferentes culturas e crenças. As diferenças hibridizam as sociedades e as relações.

Como seria possível criar relacionamentos verdadeiros, construir uma sociedade que seja um lar comum, impondo que cada pessoa deixe de lado o que ele considera ser uma parte íntima de seu ser? É impossível pensar em fraternidade "nascida em laboratório". É claro que é necessário que todas as coisas sejam feitas respeitando as convicções de outros, e dos incrédulos, mas devemos ter a coragem e paciência para vir juntos como nós somos. O futuro está na coexistência respeitosa da diversidade, não em homologação a um único modo de pensar teoricamente neutro. Através da história vimos a tragédia da mentalidade estreita (pensée unica). Estamos convencidos que a paz mundial passa por esse caminho. Onde quer que o caminho do diálogo seja praticado, que é o único razoável e maneira desejável, encontramos um terreno comum para compartilhar, que, graças à contribuição de adeptos de outras tradições religiosas, oferecem um poderoso antídoto para neutralizar essas sementes de preconceito, de

recusa do outro e de violência que muitas vezes envenena a sociedade civil. (TAURAN, 2018).

Outro evento de importância significativa na perspectiva católica do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, foi o X Colóquio do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e o Centro para o Diálogo Inter-religioso da Organização Islâmica de Cultura e Relações (I.C.R.O.), com sede em Teerã, República Islâmica do Irã, em Roma nos dias 22 e 23 de novembro de 2016. O Evento está documentado pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso no Boletim 151-152 de 2016, trouxe o tema, Extremismo e Violência em Nome da Religião. Qual abordagem da religião?

O diálogo inter-religioso não pode petrificar-se entre os representantes das tradições religiosas que trilham seu caminho em proximidade com as diferenças sabendo respeitá-las e valorizar sua presença positiva nas sociedades cada vez mais diversas. É preciso abrir os horizontes admitindo que embora, muitas tradições religiosas estejam juntas no caminho do diálogo e já estejam dialogando, há ainda um grande desafio na perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Referimo-nos aqui ao extremismo, violência e terrorismo em nome da religião. Essa prática classifica nesse colóquio como "*Religio-Patologias*", são uma real ameaça, não somente ao processo de diálogo entre as diferenças, mas uma ameaça significativa à paz e à solidariedade entre as sociedades e os indivíduos.

No entanto, estamos convencidos de que as religiões têm um papel importante a desempenhar trazendo a reconciliação, a paz e o cuidado com o planeta, a nossa casa. Certos problemas podem vir de uma compreensão errônea e instrumentalizada dos livros que consideramos sagrados e de nossas respectivas tradições religiosas. Também poderia haver um caso em que um texto não é entendido em seu contexto, é um caráter de permanência e universalidade que realmente não tem. Nisso tenho a satisfação de ler o Apelo à Ação da IV Cúpula Cristã e a insistência na compreensão, interpretação e ensino dos textos e tradições tendo em mente a dignidade e o direito de todas as pessoas, independentemente de questões étnicas, pertences religiosos, culturais ou ideológicos (TAURAN, 2016, p. 152).

As próprias tradições religiosas que assumiram o caminho do diálogo inter-religioso como caminho da paz, devem estar atentas às leis e ações que promovam a desqualificação da dignidade e liberdade das pessoas. Assumir o diálogo, e a partir dele o absoluto respeito às diversidades religiosas, impõe não

somente negar sua participação em ações arbitrárias de violência física e simbólica, seja por parte de indivíduos como do Estado, mas denunciá-las revestida de coragem que revele o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, mediante a cultura do encontro. Isso tornará o diálogo hoje existente credível. Tauran, (2016, p. 156) “Como podemos nos desassociar de decisões ou leis que não são respeitadas ou mesmo prejudiciais para Deus presentes para todas as pessoas, ou seja, sua dignidade e direitos?”

O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, instiga as tradições religiosas a introspectarem-se com sinceridade para refazer a rota que até então seguiam. Diante dos problemas e desafios reais das sociedades marcadas por intolerâncias de toda ordem, as diferentes religiões precisam optar por serem caminho de solução ao fundamentalismo, ao extremismo e à violência disseminados em nome da religião.

Felizmente, ambas as nossas religiões e as dos outros são portadoras de valores, de sabedoria e, portanto, de esperança. A esperança vai além do otimismo "natural". Um verdadeiro crente não pode limitar-se a uma análise fria e, pior ainda, a pessimismo. É, portanto, no espírito de fraternidade, sabedoria e esperança que encontramos, rezando e trabalhando por um mundo onde as religiões desempenham um papel positivo e construtivo pela paz, segurança e prosperidade para todos os membros da única família humana e por sua vida fraterna em uma casa comum limpa e hospitaleira (TAURAN, 2016, p. 153).

Dando continuidade à temática da violência praticada sob a égide da religião, no mesmo boletim 151-152 de 2016, encontramos sinais claros da perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, para a superação da violência. Trazendo à tona o tema “Extremismo e violência em nome da religião: Razões dos seus apoiadores e perpetradores. Resposta das religiões; um ponto de vista católico. O Fr. Fadi Daou propõe aprofundar o problema que segundo ele exige disposição para uma reflexão que não seja nem ingênua, nem passional.

Não é uma tarefa fácil contribuir para a compreensão das questões do extremismo violência em nome da religião, e identificar os dois motivos por trás e a resposta necessária. O tópico é complexo e sensível. No entanto, é também crucial reconhecer que nem a narrativa de vitimização endossada por algumas vozes religiosas que joga a responsabilidade de todo o problema em um antirreligioso inimigo muitas vezes relacionado a uma teoria da conspiração, nem a posição que nega qualquer responsabilidade, opondo a "verdadeira religião" a



um desvio que não tem nada a ver com isso, pode convencer aqueles que buscam soluções genuínas e sustentáveis para um problema tão sério (DAOU, 2016, p. 154).

Para os que assumem e pregam o diálogo inter-religioso, é preciso uma contínua atenção no sentido de não se limitar a olhar para o extremismo, fundamentalismo e terrorismo com base na religião. A negação da ambiguidade entre religião e violência contribui unicamente para o fortalecimento das práticas violentas que se apoiam em interpretações fundamentalistas e equivocadas dos escritos considerados sagrados pelas grandes religiões do mundo. Ao contrário de um discurso persuasivo que pretenda desconectar essas práticas de intolerância e violência, os líderes religiosos com suas tradições podem se empenhar na formação a partir da interpretação de seus livros sagrados desde o princípio do amor, da boa vontade, da compaixão e da busca do bem comum.

Além disso, “alfabetização religiosa” como um processo de aprendizagem aberto e negociável provou ser uma necessidade urgente de responder à falta de compreensão da religião e o risco de manipulação de sentimentos religiosos. Alfabetização Religiosa, acompanhada com capacidades de pensamento crítico, permitem às pessoas contextualizar e historicizar interpretações diferentes e impedir a propagação de ideologias sectárias e monolíticas narrativas (DAOU, 2016, p. 158).

Isto porque tais princípios encontram mais ou menos explícitos em todas as tradições religiosas. Esse caminho de mediação e interpretação do sagrado, feito pelas diversas religiões é capaz de deslegitimar o extremismo, o fundamentalismo e o terrorismo legitimados pela religião.

Para envolver os líderes religiosos para fornecer uma plataforma para intra e inter-fé diálogo e discussões para promover tolerância e compreensão entre as comunidades, e exprimir a sua rejeição de doutrinas violentas enfatizando os valores pacíficos e humanitários inerentes às suas teologias. Os líderes religiosos também têm a responsabilidade de buscar tal entendimento. Tolerância não é passivo: exige a escolha ativa para alcançar em uma base de mútua compreensão e respeito, especialmente onde existe discordância. [...] Apoiar o estabelecimento de redes regionais e globais para a sociedade civil, jovens, organizações de mulheres e líderes religiosos para que possam compartilhar práticas e experiência, de modo a melhorar o trabalho nas suas respectivas comunidades e promover o diálogo intercultural e inter-religioso (DAOU, 2016, p. 155).

O fato mesmo de verificarmos na modernidade, sociedades multiculturais, marcadamente diversas em quase sua totalidade; em que diferentes transitam pelas mesmas ruas, frequentam os mesmos ambientes sociais, lúdicos, profissionais e acadêmicos, reforça a compreensão e adesão ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Dessa forma pode-se verificar que pretender deter o extremismo, fundamentalismo e terrorismo religiosos com um discurso que aporte em si uma outra intolerância não nos parece o melhor caminho. O que nos parece ser necessário antes de pensarmos em combater o radicalismo ou extremismo, é que todos os que se empenham pelo diálogo inter-religioso se pergunte sobre o tipo de radicalismo que devemos enfrentar, confrontar e superar. O que nos parece uma ameaça é o radicalismo intolerante que além de depreciar, desrespeitar a alteridade, agredindo-a física, moral e simbolicamente, intenta em diluí-la, negando-lhe direito e possibilidade de existir e se perpetuar.

Portanto, a resposta ao extremismo expressado religiosamente não pode ser impondo um discurso religioso oposto e autoritário, com desrespeito à livre pensamento e a legitimidade de diversas interpretações. Acesso à palavra divina e para a vontade divina é fundamentalmente um ato de interpretação. Isso nos leva a maiores questões que precisam ser levadas em consideração como a legitimidade da interpretação, a necessidade de reconhecer as subjetividades e como as subjetividades afetam os grupos. O controle e o uso do discurso religioso pelas autoridades políticas pode atrapalhar sua credibilidade e diminuir sua capacidade interna de autocrítica, que indica um modelo negativo para a comunidade em geral. Por causa dessa falta de credibilidade da liderança religiosa tradicional, os jovens se voltam para outras fontes conhecimento sobre religião, especialmente através de redes de mídia social, sem ter a capacidade de julgar a autenticidade da informação (DAOU, 2016, p. 157-158).

Os últimos anos tem sido desafiadores para as tradições religiosas que percorrem com sinceridade o caminho do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A crescente presença de fundamentalismo religioso com práticas de violências das mais diversas ordens é uma realidade inegável. Por isso a necessidade ainda maior para as diversas tradições religiosas se empenharem na cultura do encontro e sua disposição para o diálogo respeitoso. Tomamos aqui um trecho do Papa Francisco em uma de suas audiências para o diálogo inter-religioso que permite verificar a presença ainda predatória do extremismo, fundamentalismo e terrorismo religioso.

Infelizmente, não se passa um dia que não se ouça sobre atos de violência, conflito, seqüestro, ataques terroristas, assassinatos e destruição. É horrível que, às vezes, justificar tal barbarismo, o nome de uma religião ou o nome do próprio Deus é invocado. Que haja clara condenação dessas atitudes iníquas que profanam o nome de Deus e sua busca religiosa da humanidade. Pode lá em vez disso ser promovido em toda parte o encontro pacífico de crentes e genuíno religioso liberdade. Aqui, nossa responsabilidade diante de Deus, da humanidade e do futuro é grande; isto apela a esforços incessantes, sem dissimulação. É uma chamada que nos desafia, um caminho a ser tomado em conjunto, para o bem de todos e com esperança. Que as religiões sejam ventres da vida, levando o amor misericordioso de Deus a uma humanidade ferida e necessitada; que eles sejam portas de esperança ajudando a penetrar nas paredes erguidas pelo orgulho e medo (FRANCISCO, 2016).

Continuando a reflexão sobre a o extremismo religioso, Padre Miguel Angel Ayuso Guixot aborda no primeiro fórum de pensadores árabes, reunidos em Abu Dhabi, cujo objetivo é promover a discussão e promoção do diálogo inter-religioso para a mútua cooperação na construção da paz e da solidariedade. Traz o tema, Diálogo Inter-religioso e Extremismo: Razões e Remédios.

Um elemento importante a ser considerado ao tratar do extremismo e do fundamentalismo, é não considerá-lo como um corpo estranho à sociedade moderna, como se fosse um fenômeno isolado e dissonante da conjunto da modernidade. A fragilidade identitária das sociedades e dos indivíduos na atualidade, abre espaço e subterfúgios de toda ordem, dentre eles os religiosos. As tradições religiosas empenhadas no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, podem cooperar no resgate identitário de seus seguidores e mutuamente na redescoberta da identidade cultural liquidificada na sociedade contemporânea. Este é um significativo passo no processo de diálogo.

Devemos aumentar nossa consciência de que o extremismo, com sua tendência à violência, é incompatível com a verdadeira ética religiosa e, portanto, deve ser derrotado através de uma formação séria e generalizada para o diálogo. Precisa de um esforço genuíno por líderes religiosos e formadores de opinião para identificar as pessoas que retratam falsas crenças e comportamentos como parte de sua ideologia religiosa. Ao mesmo tempo, política os líderes devem apoiar esta campanha de conscientização a fim de evitar o extremismo na sociedade e estabelecer as bases para a moderação. “Como líderes religiosos, não são obrigados a denunciar todas as violações contra a dignidade humana e os direitos humanos. A vida humana, dom de

Deus criador, possui um caráter sagrado. Como tal, qualquer violência que busca justificação religiosa garante a condenação mais forte porque o Onipotente é o Deus da vida e da paz. O mundo espera quem pretendem adorar a Deus para ser homens e mulheres de paz que são capazes de viver como irmãos e irmãs, independentemente das diferenças étnicas, religiosas, culturais ou ideológicas [...]. Nós, muçulmanos e cristãos, somos portadores de tesouros espirituais de valor inestimável [...] Reconhecer e desenvolver nosso patrimônio espiritual comum - através do diálogo inter-religioso - nos ajuda a promover e defender os valores morais, paz e liberdade na sociedade” (GUIXOT, 2016, p. 174).

Os vazios radicados nas sociedades contemporâneas tornam-se plataforma para o medo, o assombro dos indivíduos que buscam segurança em perspectivas extremistas com aparentes soluções à fragilidade das sociedades pluralistas hibridizadas. GUIXOT (2016, p. 174), “o maior desafio que temos à nossa face é o de superar a indiferença para trabalhar juntos pela paz, que deve ser constantemente buscada, pela promoção de uma “cultura de encontro”.

A presença do extremismo religioso nas sociedades exige atenção e esforços redobrados no sentido de assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Não se trata apenas de uma expressão religiosa adoentada, mas ao tratarmos de extremismo, fundamentalismo e terrorismo religiosos, apontamos para perspectivas religiosas que se motivam na eliminação das diferenças com a tentativa de formar uma sociedade homogênea teocêntrica.

Tendências extremistas, independentemente de sua origem, estão entre as mais ameaças perigosas à paz e segurança mundiais. Movimentos extremistas introduzem mudanças fundamentais e repentinas, impondo políticas intransigentes e violentas. Eles criam um ambiente onde a aceitação e compreensão mútua não pode coexistir. Isso dá lugar a vários tipos de animosidade em relação às pessoas de diferentes ideologias, raça e crenças (GUIXOT, 2016 p. 174).

Retoma-se nessa reflexão a necessidade de superar o extremismo, o fundamentalismo, a intolerância e a violência religiosas mediante um sério e sólido processo educacional que vise a uma formação integral para o diálogo.

Precisa de um esforço genuíno por líderes religiosos e formadores de opinião para identificar as pessoas que retratam falsas crenças e comportamentos como parte de sua ideologia religiosa. Ao mesmo tempo, política os líderes devem apoiar esta campanha de conscientização a fim de evitar o extremismo na sociedade e estabelecer as bases para a moderação. “Como líderes religiosos, nós

são obrigados a denunciar todas as violações contra a dignidade humana e os direitos humanos. A vida humana, dom de Deus criador, possui um caráter sagrado. Como tal, qualquer violência que busca justificação religiosa garante a condenação mais forte porque o Onipotente é o Deus da vida e da paz. O mundo espera quem pretendem adorar a Deus para ser homens e mulheres de paz que são capazes de viver como irmãos e irmãs, independentemente das diferenças étnicas, religiosas, culturais ou ideológicas (GUIXOT, 2016 p. 174).

Entre os dias 15 e 16 de outubro de 2016, o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso realizou um encontro com Taipei *Baoan Temple Foundation* e a Conferência Episcopal Regional Chinesa. Essa experiência permite verificar que a Igreja assume o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Não obstante as diferenças estruturais do conteúdo teológico das duas tradições religiosas, o diálogo encurta as distâncias permitindo que ambas possam expor o conteúdo teológico que apoia sua crença.

Não se deve honrar apenas uma religião e condenar as religiões de outros, mas deve-se honrar as religiões dos outros por este ou aquele motivo. Então, um ajuda a própria religião a crescer e presta serviço às religiões de outros também. [...] Na nossa aldeia global, a Igreja, através do diálogo, procura maneiras de trazer os povos juntos para globalizar a unidade, o amor e a comunhão baseados no respeito; o primeiro diálogo cristão-daísta "Buscando a Verdade Juntos, Cristãos e Taoístas no Diálogo" é inovador (PRÓ DIÁLOGO 2016, p. 242).

Mesmo com tantas e distintas diferenças do ponto de vista doutrinário e teológico, é possível encontrar elementos comuns que permitam a essas duas tradições se aproximarem para trabalharem juntas pelo bem comum. Esse é um dos objetivos expressivos do diálogo inter-religioso.

De uma perspectiva inter-religiosa, cristão-taoísta reuniu Cristãos e Taoístas, ainda, em particular, os católicos e os membros do Baon no Templo Gong Taoísta. [...] Em nossos tempos, o histórico diálogo cristão-taoísta realizado em Taipei, Taiwan abre um novo capítulo no diálogo inter-religioso. Deixe esta nova jornada continuar e espalhar, reunindo povos e crenças para construir um mundo melhor! (PRÓ DIÁLOGO 2016, p. 243).

Há um elemento comum entre as duas tradições religiosas, a sua proximidade e relação com a natureza. Ainda que para os cristãos o homem pode aproximar-se de Deus via sua relação com a natureza, sem que veja nessa algo de um ser sagrado. O Taoísmo, que considera a sacralidade da natureza,

entende a possibilidade de encontrar-se com a própria divindade ao encontrar-se e comungar com a natureza, que a esta tradição é divindade.

As duas percepções se distanciam quanto ao ser da natureza, porém podem se aproximar quanto à proximidade respeitosa do homem com a natureza, casa comum de toda a família humana. Essa disposição de escuta respeitosa do outro permite superar a suspeita que comumente um credo alimenta em relação ao outro. Não somente a tradição religiosa, mas os seus seguidores tendem a alimentar a mesma desconfiança e isso instiga e alimenta a violência, física e simbólica.

É verdade que as experiências humanas são subjetivas e só podem ser observadas e sentidas pelo indivíduo e, por essa razão, é difícil colocar uma razão objetiva todas as experiências humanas. Quando tentamos estruturar o critério para o uso humano experiência, falhamos em grande medida e o que assume é suspeita - nos tornamos suspeitos das experiências uns dos outros. No entanto, nossa própria tradição cristã nos mostra que a experiência humana pode ser um meio poderoso de encontrar Deus (doador de vida) (DEVADASS, 2016, p. 261).

Esse encontro entre organismos de tradições verticalmente diferentes resultando em diálogo fecundo e fraterno, permite verificar a necessidade do diálogo inter-religioso como promotor de convivência fraterna entre as diferenças. Isso se torna um ganho expressivo na busca da paz social e entre os indivíduos. Acreditamos que a cultura do encontro que permite o diálogo inter-religioso oportuniza que uma tradição possa dirigir-se à outra com a seguinte interlocução: você poderia nos ajudar a ajudar o mundo, as sociedades e os indivíduos?

O Caminho não tinha, em todos os momentos e em todos os lugares, o mesmo nome; o sábio não tinha, em todos os momentos e em todos os lugares, o mesmo corpo humano. (Céu) causado uma religião adequada a ser instituída para cada região e clima, para que cada um das raças da humanidade podem ser salvas. Bispo Alopen do Reino de Ta-chin, trazendo com ele os Sutras e as Imagens, veio de longe e os apresentou em nossa Capital. [...] Este Ensino é útil para todas as criaturas e benéfico para todos os homens. Assim deixe-o ter curso livre em todo o Império (Como citado em S. H. Moffett, A History do cristianismo na Ásia, pp 292-3) (PRÓ DIÁLOGO 2016, p. 242).

Esse evento foi uma ação concreta no sentido de experimentar a escuta respeitosa tão apregoada por aqueles que insistem no diálogo inter-religioso

como caminho aberto à paz e à solidariedade. É possível que as diferenças de toda ordem possam não somente ocupar o mesmo espaço, mas saberem-se cúmplices na ajuda mútua na diversidade de identidades, culturas e credos. O bem comum supera o dualismo excludente.

A conferência Cristã-Hindu ocorrida em 2016, permite verificar a crescente convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Essa convicção faz crescer na modernidade fragmentada, a partir da diversidade religiosa, a cultura do encontro. Podemos perceber nesse fenômeno o início de uma nova compreensão sobre as diferenças que passam a ser vistas como uma realidade positiva ao bem comum. A escuta respeitosa exercida entre tradições religiosas diferentes permite que uma conheça a perspectiva de verdade que a outra compreende. A partir mesmo desse acolhimento respeitoso do outro no campo religioso, surge a mútua cooperação para o bem comum.

O diálogo se torna um vencedor quando se torna um meio de crescimento mútuo em que tentamos chegar juntos com a verdade que estamos procurando. Neste comparação de luz é traduzida em riqueza epistemológica para investigar e aprender mais profundamente sua própria tradição religiosa e a perspectiva dos outros. Nestes tempos de crise, econômicos, mas ainda mais espirituais, através de um processo virada cultural ocorreu nos últimos quarenta anos, a religiosidade paradoxalmente foi reduzida a um tabu. Nossas empresas são radicalmente alterado. Passamos dos anos em que a forte secularização anunciou a morte de Deus, um retorno do sagrado. Do supermercado das religiões, onde as diferentes identidades correm o risco de perder sua especificidade, novos fundamentalismos de várias naturezas e fanatismo religioso (GHIRI, 2016, boletim 153, p. 350).

O diálogo inter-religioso se desenvolve em um ambiente em que as fronteiras vão se tornando porosas, o que permite a proximidade de povos e culturas diferentes em movimento migratório que por vezes promove a hibridização cultural, religiosa, social e identitária. Os conflitos por vezes se tornam inevitáveis quando o fundamentalismo gera intolerâncias diversas. O próprio diálogo inter-religioso oportuniza novos caminhos de mútuo conhecimento e respeitosa convivência entre tradições religiosas diferentes.

O diálogo deve excluir qualquer inquisição ou julgamento, mas deve promover uma escuta e um conhecimento recíproco na vida cotidiana, nas dificuldades que todo ser humano encontra em sua aventura nesta terra. Portanto, ao medo ditado pela ignorância, o conhecimento mútuo e o encontro de diferentes tradições de fé torna-se essencial para

estabelecer novas formas de relacionamento (GHIRI, 2016, boletim 153, p. 351).

A experiência do diálogo entre cristãos e hindus é uma oportunidade não somente de diálogo entre tradições religiosas diferentes, é também encontro de culturas e histórias distintas. Verifica-se em acontecimentos como esses que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade cria proximidade que permite o mútuo e respeitoso conhecimento capaz de superar fronteiras e possibilitar uma ação conjunta que vise ao bem comum.

O cristão e o hindu não compartilham apenas a mesma esperança; eles não apenas se encontram outros na fé, mas cada um abraça seu "ideal", seja Deus, Cristo ou o *iṣṭadevatā* particular, e se comunica com a Realidade deste símbolo na pessoa de seus irmãos e irmãs, os homens desta terra, sem qualquer distinção de raça, de crença ou condição, incluindo neste abraço o cosmos (GHIRI, 2016, boletim 153, p. 354).

A busca da verdade marca os esforços de todas as tradições religiosas, e esse elemento comum abre caminho para que as tradições religiosas aprendam uma com as outras. Não se trata de medir o grau qualitativo do alcance da verdade de uma religião em relação à outra. Muito menos existe no tecido do diálogo inter-religioso a intenção de suprimir as diversas religiões para se estabelecer uma só que congregue todos os indivíduos e todas as culturas. O diálogo compreende, aceita e valoriza a diversidade cultural, religiosa e identitária.

O mundo das diferentes religiões pode, portanto, ser representado como um círculo. Dispostos no perímetro existem todas as religiões onde a Realidade é encontrada no centro Transcendente, ligado às tradições individuais por múltiplos raios, emblema das diferentes maneiras que os seres humanos possuem para entrar em contato com o Absoluto. Cada caminho é peculiar a uma tradição, mas o centro, o objetivo ou a fonte é sempre a mesma Realidade Transcendente (GHIRI, 2016, boletim 153, p. 354).

O diálogo inter-religioso não gravita entre disputa teológica para verificar a superioridade de uma tradição religiosa sobre a outra, nem deve ser oportunidade par proselitismo. Ao contrário é o encontro de pessoas que creem que se aproximam para enriquecerem-se mutuamente no compartilhamento da verdade e a construção da paz e da solidariedade como frutos do diálogo.



A insistência no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, vem rompendo barreiras antes consideradas intransponíveis entre diferentes tradições religiosas. A compreensão da superação da perspectiva de promover incondicionalmente a conversão dos crentes de uma tradição à outra, é um marco importante na consolidação da cultura do encontro que promove o diálogo e a convivência fraterna entre diferentes tradições religiosas que ocupam o mesmo espaço social.

Jesus, no Sermão do Monte, não só declara “abençoado” aqueles que trabalham pela paz, mas também os chama “Filhos de Deus” (cf. Mt 5, 9), porque é somente reconhecendo a nós mesmos como “filhos de Deus “que podemos aceitar uns aos outros como” irmãos e irmãs”, e construir juntos um mundo de justiça e paz baseado no reconhecimento da única paternidade de Deus, que «faz subir o seu sol sobre os homens maus e os bons, e faz a sua chuva cair sobre homens honrados e desonestos» (cf. Mt 5, 45). “Fraternidade” cristã não pode ser reduzida a um mero relacionamento de reciprocidade, mas deve transbordar em amor: “Você aprendeu como foi dito: você deve amar o seu próximo e odiar o seu inimigo, mas eu digo isso para você: ame seus inimigos e ore por aqueles que perseguem você” (Mt 5:43). A paz que Jesus deixou aos seus discípulos de todos os tempos flui deste fraternal amor cujo modelo é Cristo. Um amor que nasce da doação, do desapego e do auto-empobrecimento em contraste aberto com a recorrente tendência humana à posse e egoísmo. É importante lembrar aqui como a experiência cristã está próxima da experiência budista nesta jornada de desapego e esvaziamento do ego egoísta (DE GIORGI, 2013, p. 58).

A sociedade multicultural e multireligiosa é o cenário das diferenças de toda ordem. Por vezes vem se tornando palco de conflitos, intolerâncias, fundamentalismo e violências de diversas ordens. A modernidade herdou do século XX feridas graves que irromperam grandes descrenças. Duas guerras mundiais, genocídios, polarização política, econômica e militar. A chegada do século XXI, trouxe consigo a expectativa de uma nova realidade sociocultural frente as diferenças, mas a realidade continuou sendo marcada por fundamentalismos, intolerância, violência inclusive religiosa.

A Encíclica (*Pacem in Terris*), centra-se na pessoa humana e nos seus direitos e deveres; em sociedade, o poder público e a comunidade internacional, mostrando como esses corpos são chamados a interagir positivamente uns com os outros para o bem comum. O A busca pelo bem comum e universal é a chave para entender seu ensinamento. João XXIII dirige-se a todos os homens de boa vontade, crentes e não crentes, Ihes diz que “a paz é possível”, que depende de todos e de cada indivíduo porque é o resultado de relações humanas baseadas na verdade, justiça, amor e liberdade (De Giorgi, 2013, p. 58).

Nos últimos anos da atual década, as sociedades foram surpreendidas com atos de fundamentalismo e intolerância tornados espetáculos transmitidos por grupos terroristas que usaram suas crenças como razão suficiente para provocar a morte violenta de indivíduos que professavam uma crença diferente da sua. Esse quadro interpela as diversas tradições religiosas comprometidas com a paz a assumirem e somarem os esforços para a paz através do diálogo. Um dos exemplos que podemos verificar foi o encontro entre cristãos e budistas realizado em 2013, cuja temática “Paz interior, paz entre as pessoas, Valores para construir uma sociedade pacífica”, possibilitou o espaço para que essas duas tradições, à primeira vista, sem nenhuma relação pudessem apontar através do diálogo, valores comuns que incrementem a cooperação para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A descoberta de valores e compromissos comuns entre tradições com profundas marcas de diferenças podem ser verificadas pelo diálogo. De acordo com Irmã Maria A. De Giorgi

Desejo terminar estas breves reflexões sobre a abordagem cristã da paz destacando, mais uma vez, a profunda e apurada sensação de proximidade com o budista mundo, que busca a paz interior através do auto-esvaziamento e isso traz à tona "Compaixão" por todos os seres como condição de coexistência pacífica entre os indivíduos e os povos. O compromisso cristão e budista com a paz é enraizada em uma profunda experiência religiosa. Ambos anseiam por um “além” que, mesmo embora percebido de maneira diferente, transcende a contingência e a realidade visível. Isto é esse anseio que pode, e deve, nos unir no compromisso de construir um mundo de justiça e paz, em fidelidade à aspiração original de nossos respectivos religiosos tradições (DE GIORGI, 2013, p. 58).

Budistas e cristãos apresentaram sua perspectiva de paz e apontaram os caminhos por ambas percorridos para uma convivência pacífica entre diferenças religiosas a partir do respeito mútuo e da mútua cooperação para o bem comum. O professor Hiroshi Munehiro Niwano, em sua participação nesse evento ao apresentar a perspectiva budista para a paz afirma que,

As práticas do Bodhisattva trazem a compaixão do Buda ao mundo real. Claro, o objetivo dos praticantes é a sua própria libertação do sofrimento, mas também dão importância à libertação dos outros, porque através deste objetivo, eles podem aperfeiçoar-se e contribuir para a paz mundial. Como podemos alcançar o nível do bodhisattva, e

como aqueles que têm já atingiu esse nível realizar a prática do bodhisattva? (NIWANO, 2013, p.61).

O diálogo inter-religioso na atual conjuntura em que novas formas de fundamentalismo, intolerância e violência emergem nas sociedades é um antídoto e segurança à integridade, dignidade, segurança e liberdade dos indivíduos. As diferentes tradições religiosas são responsáveis pela construção da paz mediante a superação das feridas do passado sobre as quais os ideais de supremacia religiosa foram também responsáveis.

Hoje, a paz entre os povos parece estar constantemente em perigo de novas e velhas ameaças; da fome nunca satisfeito pelo poder de poucos sobre os muitos interesses econômicos e políticos, a acumulação de recursos vitais, mas também o que é frequentemente definido hoje como o choque de civilizações. A igreja seguindo sobre a melhor e mais profunda inspiração que vem do Evangelho de Cristo senti a necessidade e o dever de testemunhar isso hoje de uma maneira muito especial (DE GIORGI, 2013, p. 58).

Na perspectiva do diálogo inter-religioso a Igreja compreende o desafio que pode gerar para os seus missionários, a relação ou a dificuldade de estabelecer relação entre proclamação de Jesus Cristo e seu Evangelho e o diálogo inter-religioso. O desafio é a compreensão que a proclamação não exclui o diálogo, e este não a inviabiliza. O salto importante no caminho do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, consiste na compreensão do agir do próprio Deus, realidade comum às diversas tradições religiosas. A divindade dialoga com o mundo. A partir de Deus que estabelece por iniciativa Sua uma relação dialógica, não unilateral, com todos os homens em todos os tempos, verifica-se que não há ruptura entre proclamação e diálogo. Perpassa por toda ação do anúncio e da proclamação, o diálogo veia que permite a circulação do próprio anúncio.

Vamos nos lembrar deste ensinamento que o diálogo é o próprio modo do relacionamento de revelação e, portanto, evangelização, e que procede do próprio movimento de caridade. O Concílio Vaticano II confirma, por exemplo, na Constituição *Dei Verbum* (DV). "Deus que é invisível (Cl 1:15, 1 Tim 1,17) fala aos homens como para amigos (Ex 33, 11, Jo 15, 14-15) e conversa com eles (Ba 3, 31) para convidá-los a entrar em comunhão com Ele e recebê-los nesta comunhão " (DV, n.2). Seja por ações, palavras, testemunho ou proclamação, para o caminho e seguindo a Jesus, o Apocalipse é realizado por esta conversa e esta comunhão, relações dialógicas das quais Deus tomou a iniciativa (CLAVERIE, 1987, p. 27).

A relação da Igreja com o mundo, com todos os povos que constituem a família humana e habita a mesma casa comum, é mais que uma relação simbólica no campo das relações. Ela gravita em dois âmbitos de relacionamento construtor de comunhão; com Deus e com a humanidade. É por isso mesmo, de sua natureza estabelecer relação dialógica não excludente; o diálogo expressa essa mesma natureza cuja missão é proclamar Jesus Cristo e o seu Evangelho. Desse modo é possível verificar que entre proclamação e diálogo não existe exclusão, mas um precisa do outro para se concretizar. O diálogo inter-religioso desperta para uma atitude de respeito e valorização do outro durante a proclamação.

À sua maneira, *Gaudium et Spes* (GS) traduz essa relação da Igreja com o mundo, expressando a Revelação do Amor do Pai, ocorre em um diálogo, não é não unilateral: "O Conselho, testemunha e guia da fé de todo o povo de Deus reunidos por Cristo não pode dar uma prova mais clara de solidariedade, de respeito e amor a toda a família humana a qual esse povo pertence, falando com ela sobre (estes) diferentes problemas<sup>1</sup>, esclarecendo-os luz do Evangelho "(GS, n.º 3). Isso será feito em uma relação dialógica com o mundo: "A Igreja tem o dever, em todos os momentos, de examinar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho para que ele possa responder por um adaptado a cada geração para as questões eternas dos homens e sentido da vida presente e futuro "(GS, 4). Mas, no final, "Deixe-a ajudar o mundo ou que recebe dele, a Igreja tende para um único objetivo: que o Reino de Deus "(GS, 45, 1) (CLAVERIE, 1987, p. 28).

Ao falar de proclamação e diálogo, não se privilegia um ou outro, mas um promove ao outro uma nova percepção que eleva a ação da Igreja em relação aos não cristãos proclamar sua verdade. A Igreja deixa de ser a referência à sua proclamação; seu olhar tem em conta não somente a cultura em que se faz presente e o processo de enculturação. Vai além, retomando um olhar e uma compreensão do ser humano concreto ao qual se dirige e exclui radicalmente toda e qualquer proclamação que direta ou indiretamente deprecie ou desqualifique as pessoas em sua dignidade e liberdade.

Seja um testemunho ou uma proclamação, a evangelização é obrigada a respeitar essa liberdade que o próprio Deus respeita. Este respeito exclui qualquer restrição sobre pessoas que seriam contrárias à sua dignidade e à própria natureza da mensagem da salvação. Mas ele vai mais longe, reconhecendo que "a verdade deve ser procurada de acordo com a maneira da pessoa humana e sua natureza social de compreender pela livre pesquisa com a ajuda do magistério, isto é,

ensinando, troca e diálogo (sublinhamos), pelo qual alguns expõem a outros a verdade eles encontraram ou acham que encontraram para ajudar um ao outro na busca pela verdade "(DH, 3) (GS, 45, 1) (CLAVERIE, 1987, p. 28).

As declarações desse documento possibilitam verificar que na Igreja Católica, a nível de pronunciamentos pontifícios, o diálogo inter-religioso perpassa a própria ação evangelizadora da Igreja. De modo que não se trata de uma opção a ser ou não abraçada pelos cristãos católicos, sejam eles leigos ou membros da hierarquia católica. A proclamação, como toda ação evangelizadora da Igreja integra-se ao diálogo inter-religioso mediante o qual o anúncio da fé cristã deve ser assinalado de um anúncio respeitoso que fale a sua verdade e ouça às outras verdades sem diminuí-las ou depreciá-las.

Qualifique esta reunião "diálogo", e por si só, corre o risco de reduzir o alcance essencial do diálogo em todo ato de evangelização, excluí-lo dos outros elementos. É quando por um lado, cada elemento citado é para a evangelização, incluindo o encontro inter-religioso, desde que, por outro lado, se considere a relação dialógica como seu modo normal de implantação. Seja na presença, o testemunho, compromisso social e político, oração e proclamação, nós devemos respeitar as regras do próprio relacionamento de Deus com o homem (CLAVERIE, 1987, p. 29).

O contexto da modernidade formado de sociedades complexas não somente em suas estruturas, mas também em suas relações, é igualmente um contexto novo e desafiador para a missão. Respostas e esquemas prontos não conseguem alcançar essa nova realidade. Ao pensarmos esse novo cenário, marcado de multiculturalidade, plurireligiosidade e pluriidentidade, verifica-se que a missão precisa igualmente entrar nessa dinâmica para que a comunicação entre a religião e a cultura se tornem possível.

Há grandes manifestações sociais que desafiam a ação missionária das tradições religiosas. As grandes migrações, a grande urbanização e a mediatização das sociedades. As grandes migrações resultam em um forte processo de hibridização cultural e religiosa afetando as identidades. Esse processo tem resultado ações de rejeição e violência física e simbólica. As grandes cidades não suportam a fluxo cada vez maior de pessoas que deixam o campo, ou migram de outras cidades e muitas vezes de outros países por

diversas razões. A mídia rompe as fronteiras espaciais e temporais, globalizando os fenômenos sociais.

Trabalhar no contexto inter-religioso é comprometer-se a viajar onde acontece uma reunião de coração e mente entre dois crentes de diferentes religiões, ambos estão caminhando para as verdades e trabalhando juntos em projetos de preocupação. São parceiros sinceros, sem complexos e sem uma agenda ou motivos ocultos; isso significa que não há intenção de manipular o "outro". O cristão entra no diálogo como um seguidor de Jesus Cristo ... O cristão ouve outros crentes e ele ou ela está disposto a aprender com eles. Há esperança de que eles retribuirão. Os crentes de outras religiões também ouvirão o testemunho cristão da sua fé e estarão dispostos a aprender com ele (MBOMA, 2012, p. 159).

Embora o fenômeno das grandes migrações refira-se ao movimento de pessoas fugindo das guerras, perseguições incluindo religiosa e ainda a fuga das situações de miséria. Há uma migração também do cristianismo que se desloca da Europa e ascende no sul. Enquanto a Europa que foi cenário protagonista da expansão do cristianismo mergulha em um processo de descristianização, cujo lugar passa a ser ocupado principalmente pelo islamismo, os países do Sul tornam-se palco de um ressurgimento do cristianismo. Essa migração faz com que haja um deslocamento não somente da ação missionária, mas da reflexão, e dos métodos. Tudo isso exige uma séria remodelação na formação dos missionários que precisam cada vez mais de uma compreensão e aceitação do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O mundo está experimentando a incorporação de Fé cristã nas principais culturas do sul. Enquanto a fé está em declínio no Norte, o cristianismo continua e floresce em um cenário diferente. Muralhas escreve: "A recessão do cristianismo entre os povos europeus parece continuar. E, no entanto, parece que estamos no limiar de uma nova era do cristianismo, cuja base principal será nos continentes do Sul, onde suas expressões dominantes serão filtradas através da cultura desses países. De novo, O cristianismo foi salvo para o mundo por sua difusão através das linhas culturais" (MBOMA, 2012, p. 157).

Esse novo cenário impõe uma realidade para as tradições religiosas que buscam o diálogo inter-religioso. Sua ação precisa prever o diálogo inter-religioso e inter-cultural. Nessa perspectiva a Igreja reafirma sua confiança no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, como meio de construir comunhão entre as diversidades que passam a ocupar o mesmo

espaço. Isso é ainda uma necessidade na perspectiva missionária do século XXI, no qual pessoas de diferentes condições sociais, de credos e culturas diferentes passam a constituir uma vizinhança marcada por diferenças. Muitas vezes isso tem se tornado um estopim de violências diversas.

Outra mudança importante na paisagem missionária do século XXI é: “No coração das cidades europeias e norte-americanas, as culturas do Terceiro Mundo, bem como expressões variadas da Igreja global, criaram raízes”. Da perspectiva missionária, igrejas indígenas de lugares distantes tornaram-se Irmãs Igrejas na rua. Da mesma forma, crescente muçulmano ou Comunidades hindus nas cidades ocidentais se tornaram um desafio para a evangelização que testa a qualidade de nossas vidas cristãs, bem como a nossa capacidade de comunicar o Evangelho (MBOMA, 2012, p. 157).

Nessa perspectiva de compreender o mundo em movimento contínuo de mudanças desafiadoras, a missão desenvolvida para o diálogo inter-religioso é revestida de uma modalidade inovadora e renovadora. Desafia os missionários a compreender que não estão levando Deus a um campo que seja desconhecido a Deus ou O desconheça, ou seja, considerar que o missionário não é um portador de Deus, mas um seu explicitador. Deus já é presença real entre todos, antes mesmo de qualquer ação missionária. Isso implica em dizer que é Deus quem quer se fazer conhecido; não se trata de Deus ser conhecido porque o missionário ou a tradição religiosa na qual milita quer fazê-lo conhecido. MBOMA (2012, p. 158), “hoje você tem que ser capaz de se mover graciosamente da *Missio ad gentes*, que ainda é relevante hoje, em direção a *Missio Inter gentes et cum gentibus*.”

Como podemos ver, para o diálogo interreligioso ser frutífero, requer atitudes mentais, como respeito, escuta, sinceridade, abertura e disposição para receber e trabalhar com outro. Nesse tipo de diálogo, cada lado sai abrir-se à ação de Deus para uma conversão mais profunda do indivíduo à vontade de Deus para a pessoa ... Deixa intacto o direito de cada pessoa a pratique a sua fé e a proponha aos outros. Esse tipo de encontro enriquece e aprofunda a compreensão de Deus; obtém-se uma compreensão mais profunda Cristo. “O diálogo torna-se uma fonte de esperança e um fator de comunhão na mútua transformação (MBOMA, 2012, p. 159).

Essa nova perspectiva propõe uma nova concepção de missão que exige superar a missão como uma ação de expansão da tradição religiosa seja ela qual for. No coração da Igreja Católica a missão passa a transitar no âmbito da

cultura do encontro. Torna-se então uma ação de ir ao encontro dos outros, não para libertá-los das trevas, mas reconhecendo-os como um outro que lhe é igual em dignidade e em cujo ambiente o missionário vai descobrir Deus que já é presente.

O missionário é um tesouro caçador; ela / ele tem que procurar o tesouro que já está lá". O missionário é um convidado e tem que aprender a etiqueta do contexto em que ele / ela está sendo hospedado. O missionário permanece um estranho e entra no jardim de alguém, ele / ela tem que remover os sapatos e aprender com o outro como cuidar do jardim" (MBOMA, 2012, p. 158).

Como destaca Bousquet (2016, p. 161). "No mundo de hoje, o maior serviço que a comunidade de crentes pode render à humanidade é ser um "corpo de esperança". Pode-se encontrar essa percepção no Concílio Vaticano II, que apontando para o diálogo convocou a Igreja a uma guinada conceitual que mudou o curso da sua ação pastoral e sua ação evangelizadora. Através do diálogo inter-religioso o corpo dos que professam a fé abre possibilidades e oportunidades para a compreensão de que não há justificativas a partir da crença que permitam qualquer tipo de exclusão ou violência contra ou entre as diferentes tradições religiosas desde suas estruturas organizacionais até à vivência de seus seguidores.

Esse passo para o diálogo que cria integração entre as diferenças exige das diversas religiões a disposição de superar as feridas históricas que foram abertas ao longo de séculos marcados de guerra, intolerância e condenações. Isso pressupõe a superação do paradigma de uma verdade absoluta residente unicamente em uma religião. Isso faria desta a única possível e confiável em detrimento de toda a riqueza sociocultural constituídas pelas diversas tradições religiosas, que são um tesouro para a família humana e pode ajudar na busca do bem comum.

O primeiro obstáculo que enfrentamos é a memória dolorosa das guerras religiosas e a violência mostrado por seus seguidores que assim deram provas contrárias ao que era esperado deles. E como a lembrança do derramamento de sangue é longa, o resultado é um preconceito que é frequentemente encontrado no mundo secularizado segundo o qual a religião traz divisão e violência. Agora pertence aos crentes provar o contrário, manifestando em ações, não apenas palavras, que a violência e a divisão são contrárias à espírito que os anima (BOUSQUET, 2016, p. 161).



A paz é um propósito e uma expectativa do diálogo. Desde que a história humana registrou a violência deixada por herança também por razões religiosas, uma resposta de esperança é possível no sentido de interromper a violência em nome de Deus ou da fé. A busca da paz exige a exclusão de todos os pensamentos ou interesses que possam ser tomados para justificar a violência. O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade torna-se questão vital para as sociedades e para as próprias tradições religiosas.

O diálogo inter-religioso em si tem como principal objetivo contribuir para a paz. Portanto, continuar o diálogo entre os religiosos é também um grande sinal de esperança. A paz não é sem justiça. Este foi os participantes do encontro inter-religioso em Assis, em 20 de setembro expressaram-se: O nome de Deus é paz. Aquele que invoca o nome de Deus para justificar o terrorismo, a violência e a guerra não seguem o caminho de Deus. A guerra em nome da religião torna-se uma guerra contra a religião em si. Com firme determinação, portanto, reiteramos que a violência e o terrorismo se opõem a um autêntico espírito religioso (BOUSQUET, 2016, p. 165).

O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade não é uma utopia, nem pode ser lançado no campo do mundo das ideias. Isso provocaria, a nosso julgamento, uma ruptura com o mundo real, concreto, multicultural e hibridizado característico da sociedade contemporânea. Trata-se, contudo, de um projeto real e concreto que lida com sociedades, culturas e indivíduos concretos, por vezes conflitantes, em busca da reafirmação de sua própria identidade cultural e pessoal.

A sinceridade das intenções, porque o diálogo, como expressão autêntica do humano, não é uma estratégia para alcançar segundas intenções, mas uma maneira de verdade que merece ser pacientemente realizada para transformar a concorrência em colaboração. Educar para uma abertura respeitosa e um diálogo sincero com os outros, reconhecendo os direitos e liberdades fundamentais, especialmente os religiosos, constituem o caminho melhor para construir juntos o futuro, ser construtores da civilização (TAURAN 2017, p. 89).

É possível verificar, a partir dos inúmeros documentos, eventos e mensagens promovidos e publicados pela Igreja, que o diálogo inter-religioso exige a compreensão e aceitação das diversas identidades que ocupam o mesmo cenário planetário, a casa comum, da família humana. Não reconhecer

a diversidade das identificações resultaria em uma relação dialogal ambígua e promotora do sacrifício de alguns para favorecer a outros.

A alteridade é uma categoria sem a qual o diálogo inter-religioso torna-se apenas um sonho utópico. Essa dimensão do diálogo desmistifica o idealismo de quem pensa e busca com sinceridade a promoção da proximidade pela cultura do encontro. A superação das fronteiras geográficas e simbólicas constitui um desafio à cultura do encontro que permite a compreensão e aceitação da cultura do encontro como novo paradigma sociocultural e religioso.

É preciso a coragem da alteridade, porque quem é diferente de mim, culturalmente ou religiosamente, não deve ser visto e tratado como um inimigo, mas bem vindo como um companheiro de caminho, na genuína convicção de que o bem de cada um reside no bem de todos (TAURAN 2017, p. 88).

Com a exposição e comentários dos documentos acima concluímos o capítulo quatro da pesquisa cujo objetivo foi apresentar uma reflexão sobre a intolerância e as respostas da Igreja Católica e seu protagonismo na reflexão e ações no sentido de propor o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A seguir iniciaremos o capítulo cinco desta pesquisa, no qual nos dedicaremos ao estudo dos pontificados de João Paulo II como uma concretização da perspectiva da Igreja Católica no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade proposto no Concílio Vaticano II.

## **5 JOÃO PAULO II nas trilhas do Diálogo Inter-religioso: avanços e retrocessos**

Nesse capítulo da pesquisa, cujo tema é O Diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade na perspectiva dos pontificados de João Paulo II e Francisco, apresentaremos ações de João Paulo II que podem ser apontadas com concretização das perspectivas do Concílio Vaticano II acerca do diálogo inter-religioso. O capítulo está organizado em três subtemas. O primeiro denominado João Paulo II, eleito para reformar as ações, reforçou as estruturas: A Igreja Católica e as outras tradições religiosas. Nesse item tem destaque os quatro principais documentos do pontífice sobre o diálogo inter-religioso. O segundo é indicado com o título Entre divergências e convergências, o diálogo subsiste nos entrelugares. Nesse item destacam-se algumas ações do pontífice que assinalam sua disposição ao diálogo inter-religioso. Alguns dos seus escritos sobre o tema e sua disposição em aceitar a presença de Deus e a possibilidade de salvação em Cristo sem a pertença à Igreja. Para concluir o capítulo apontamos o terceiro título denominado, Avanços, retrocessos e conflitos internos à Igreja nas trilhas do diálogo inter-religioso. Destaca-se nesse ítem a encíclica *Redemptoris Missio* na qual o pontífice reafirma a prerrogativa de Jesus como único salvador e a mediação da Igreja. Contudo insiste-se que o documento trata da missão e não do diálogo inter-religioso. Aponta ainda para presença da temática do diálogo inter-religioso no pontificado de João Paulo II e sua abertura para aproximar-se e dialogar com não católicos e não cristãos. Nesse capítulos destacamos documentos importantes do Papa João Paulo II, referentes ao tema.

### **5.1 João Paulo II, eleito para reformar a ação, reforçou as estruturas: a Igreja Católica e as outras Tradições Religiosas**

O Papa João Paulo II destacou o diálogo inter-religioso de modo especial em quatro documentos pós sinodais, ou seja, *Ecclesia in Africa* em (setembro de 1995), *Ecclesia in America* (janeiro de 1999), *Ecclesia in Asia* (novembro de 1999) e *Ecclesia in Oceania* (novembro de 2001), dentre outros. A seguir

apresentaremos os documentos escolhidos para esta pesquisa por considerá-los fundamentais para o avanço do diálogo inter-religioso desde a perspectiva da Igreja Católica no pontificado do papa Wojtyła, e por explicitarem os passos dados por João Paulo II em direção ao diálogo inter-religioso.

Logo no início do seu pontificado o Papa João Paulo II apresenta em março de 1979, uma Encíclica na qual deixa transparecer a perspectiva do seu governo na Igreja Católica. A centralidade de Jesus no cosmo e na história da sociedade humana. João Paulo II (1979, n.1) “O Redentor do homem, Jesus Cristo, é o centro do cosmos e da história. Para Ele se dirigem o meu pensamento e o meu coração nesta hora solene da história, que a Igreja e a inteira família da humanidade contemporânea estão a viver.” É inusitado que embora o pontífice insista na centralidade de Jesus, propõe que, segundo a fé católica, o Deus singular tornou-se de alguma maneira coletivo na coletividade humana. João Paulo II (1979, n. 1) “Deus entrou na história da humanidade e, enquanto homem, tornou-se sujeito à mesma, um dos milhares de milhões.” Essa afirmação do papa retoma a insistência na dignidade dos indivíduos não obstante suas diferenças. Deus é um com todos os diferentes que tem a mesma dignidade e cujos direitos são intocáveis. Um sinal de abertura às diferenças e, por conseguinte a disposição em dialogar na ambiência de uma sociedade plural e diversa.

Nessa Encíclica João Paulo II destaca sua intenção de inserir seu pontificado nas orientações do Concílio Vaticano II, e como veremos ao longo deste capítulo seu pastoreio na Igreja Católica fez-se presente à disposição ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (1979, n.4) “Deve-se gratidão a Paulo VI ainda, porque, respeitando toda e qualquer parcela de verdade contida nas várias opiniões humanas, ele conservou ao mesmo tempo o equilíbrio providencial do timoneiro da Barca.” Embora a Encíclica datasse já cerca de dez anos desde o acontecimento do Concílio Vaticano II, persistia ainda nos bastidores da Igreja, setores que recusavam o tão sonhado *aggiornamento* proposto por João XXIII. Desse modo consideramos importante a presença da *Redemptor Hominis* nessa pesquisa, posto que nela já se encontra delineada a ação pastoral do papa e sua disposição à aproximação e ao diálogo com outras tradições religiosas.

João XXIII e Paulo VI constituem uma etapa, à qual desejo referir-me directamente, como a um limiar do qual é minha intenção, de algum modo juntamente com João Paulo I, prosseguir no sentido do futuro, deixando-me guiar por confiança ilimitada e pela obediência ao Espírito, que Cristo prometeu e enviou à sua Igreja. [...]É, pois, confiando plenamente no Espírito da verdade, que eu entro na posse da rica herança dos pontificados recentes. Esta herança acha-se fortemente radicada na consciência da Igreja de maneira absolutamente nova, nunca dantes conhecida, graças ao II Concílio do Vaticano, convocado e inaugurado por João XXIII e, em seguida, concluído felizmente e actuado com perseverança por Paulo VI, cuja actividade eu próprio pude observar de perto. [...] Como timoneiro da Igreja, barca de Pedro, ele sabia conservar uma tranquilidade e um equilíbrio providenciais mesmo nos momentos mais críticos, quando parecia que ela estava a ser abalada por dentro, mantendo sempre uma inquebrantável esperança na sua compacidade (JOÃO PAULO II, 1979, n. 1-2).

É possível entrever nesta Encíclica a percepção de João Paulo II acerca da necessidade de a Igreja estar aberta, segundo as diretrizes propostas pelo Concílio Vaticano II. João Paulo II (1979, n. 4) “Por tal razão, exactamente, a consciência da Igreja há-de andar unida com uma abertura universal, a fim de que todos possam nela encontrar « as imperscrutáveis riquezas de Cristo »<sup>33</sup> das quais fala o Apóstolo das gentes.” A inserção da Igreja na sociedade contemporânea, plural, marcada por diversidades socioculturais e marcadamente plurirreligiosa, tornou-se desde o Concílio um caminho sem volta.

É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem — todos e cada um dos homens, sem excepção alguma — foi remido por Cristo; e porque com o homem — cada homem, sem excepção alguma — Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disse não se acha consciente: « Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes — a todos e a cada um dos homens — oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação »<sup>34</sup> (JOÃO PAULO II, 1979, n. 14).

O pontificado de João Paulo II, no que se refere ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, abriu um horizonte até então não visto no protagonismo da Igreja. João Paulo II, (1979, n.4). “E simultaneamente

---

<sup>33</sup> Ef 3, 8.

<sup>34</sup> Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et Spes*, 10: AAS 58 (1966) 1033.

ela, a Igreja, deve conduzir aquele diálogo que Paulo VI na sua Encíclica *Ecclesiam Suam* chamou « diálogo da salvação », diferenciando com precisão cada um dos círculos no âmbito dos quais ele deveria ser conduzido.” A visibilidade dos esforços, por parte da Igreja, na promoção do diálogo entre tradições religiosas diversas assinala a importância do pontificado de João Paulo II no sentido de promover a cultura do encontro, do diálogo e da paz.

A Encíclica destaca como uma conquista do Concílio a pronta decisão da Igreja em acolher sob a égide do diálogo ecumênico os cristãos não católicos, impulsionado pelo esforço de proximidade respeitosa. João Paulo II (1979, n. 6) “A verdadeira actividade ecuménica comporta abertura, aproximação, disponibilidade para o diálogo e busca em comum da verdade no pleno sentido evangélico e cristão.” O papa reafirma sua disposição de um pontificado em fina sintonia com o Concílio no que se refere ao esforço no campo do diálogo e na cultura do encontro a fim de promover a paz. É possível verificar que João Paulo II considera a recusa ao diálogo ecumênico como uma ação improvável por parte da Igreja. Na modernidade seria uma temeridade para a Igreja recusar a proximidade e o diálogo respeitoso com os não católicos e com os não cristãos.

A todos aqueles que, por qualquer motivo, queressem dissuadir a Igreja de buscar a unidade universal dos cristãos, é necessário repetir ainda uma vez: Ser-nos-á lícito deixar de o fazer? Poderemos nós — não obstante toda a fraqueza humana, todas as deficiências acumuladas nos séculos passados — não ter confiança na graça de Nosso Senhor, tal como ela se manifestou nos últimos tempos, mediante a palavra do Espírito Santo, que ouvimos durante o Concílio? Se procedêssemos assim, negaríamos a verdade que diz respeito a nós mesmos e que o Apóstolo expressou de maneira tão eloquente: « Pela graça de Deus sou aquilo que sou, e a graça que Ele me conferiu não foi estéril em mim ».<sup>35</sup> (JOÃO PAULO II, 1979, n.6).

Desde o Concílio os cristãos não católicos são repatriados à fraternidade universal da Igreja, que renunciou ao olhar de condenação a estes e ainda exortou todo o corpo eclesial à busca de proximidade respeitosa. João Paulo II (1979, n.6) “E uma coisa é certa: temos trabalhado com perseverança e coerência; e conjuntamente conosco têm vindo a aplicar-se também os

---

<sup>35</sup> 1 Cor 15, 10.

representantes de outras Igrejas e de outras Comunidades cristãs, pelo que lhes estamos sinceramente obrigados.” O Papa Wojtyła permite verificar na *Redemptor Hominis* que seu pontificado está comprometido com a busca do diálogo no cenário da pluralidade religiosa.

Depois, é certo também que na presente situação histórica da cristandade e do mundo, não se apresenta outra possibilidade para se cumprir a missão universal da Igreja pelo que respeita aos problemas ecumênicos, senão esta: procurar lealmente, com perseverança, com humildade e também com coragem as vias de aproximação e de união daquele modo que nos deixou o exemplo pessoal o Papa Paulo VI. Devemos buscar a união, portanto, sem nos deixarmos vencer pelo desânimo perante as dificuldades que se possam apresentar ou acumular ao longo de tal caminho; caso contrário, não seríamos fiéis à palavra de Cristo, não executaríamos o Seu testamento. (JOÃO PAULO II, 1979, n. 6).

Esse comprometimento faz perceber que o governo pontifício do papa Karol assume o diálogo incluindo o ecumênico e o inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Essa afirmação encontra eco no número seis da Encíclica quando João Paulo II destaca a importância do diálogo e da proximidade inclusive com as tradições religiosas não cristãs. Ele retoma os princípios do Concílio Vaticano II para insistir no esforço continuado para que a perspectiva dialogal por parte da Igreja não seja frustrada.

Se bem que de um modo diverso e com as devidas diferenças, importa aplicar isto que acabámos de dizer agora à actividade que intenta a aproximação com os representantes das religiões não-cristãs e que se exprime também ela através do diálogo, dos contactos, da oração em comum e da busca dos tesouros da espiritualidade humana, os quais, como bem sabemos, não faltam também aos membros destas religiões. Não acontece, porventura, algumas vezes, que a crença firme dos sequazes das religiões não-cristãs — crença que é efeito também ela do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do Corpo Místico — deixa confundidos os cristãos, não raro tão dispostos, por sua vez, a duvidar quanto às verdades reveladas por Deus e anunciadas pela Igreja, e tão propensos ao relaxamento dos princípios da moral e a abrir o caminho ao permissivismo ético? “É nobre o estar-se predisposto para compreender cada um dos homens, para analisar todos os sistemas e para dar razão àquilo que é justo; isso, porém, não significa absolutamente perder a certeza da própria fé<sup>36</sup>, ou então enfraquecer os princípios da moral, cuja falta bem

<sup>36</sup> Concílio Vat. I, Const. dogmática *Dei Filius*, can. III. *De fide*, n. 6: *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, Ed. *Istituto per le Scienze religiose*, Bologna 1973, p. 811.

depressa se fará ressentir na vida de inteiras sociedades, causando aí, além do mais, deploráveis consequências (JOÃO PAULO II, 1979, n.6).

No número onze da *Redemptor Hominis*, João Paulo II, retoma o pensamento de Paulo VI, ao afirmar que a missão da Igreja na modernidade não pode prescindir do diálogo. O papa inclusive indica a relação da consciência da Igreja com o diálogo com os não cristãos. Reforçando a tese dessa pesquisa que propõe o comprometimento da Igreja com o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O II Concílio do Vaticano realizou um trabalho imenso, para formar aquela plena e universal consciência da Igreja, acerca da qual escrevia o Papa Paulo VI na sua primeira Encíclica. Uma tal consciência — ou antes autoconsciência da Igreja — forma-se « no diálogo », o qual, antes de se tornar colóquio, deve volver a própria atenção para « o outro », ou seja, para aquele com o qual queremos falar (JOÃO PAULO II, 1979, n. 11).

João Paulo II, assume em seu pontificado a importância do Concílio Vaticano II como o evento eclesial principal do século vinte e determinante para a formação de uma nova autoconsciência da Igreja e sua atuação na modernidade. A partir do Concílio a visão da Igreja sobre a sociedade humana tornou-se mais completa e sua atuação mais eficaz.

Nesta união na missão, da qual decide sobretudo o mesmo Cristo, todos os cristãos devem descobrir aquilo que os une, ainda antes de se realizar a sua plena comunhão. E graças à mesma união, abeirarmos-nos também de todas as culturas, de todas as concepções ideológicas e de todos os homens de boa vontade. E aproximar-nos com aquela estima, respeito e discernimento que, já desde os tempos apostólicos, distinguiam a atitude missionária e do missionário. A Igreja do nosso tempo dá grande importância a tudo aquilo que o II Concílio do Vaticano expôs na Declaração sobre a Liberdade Religiosa (JOÃO PAULO II, 1979, n. 12).

Foi a partir dele que a própria compreensão da Igreja sobre a realidade da diversidade religiosa tornou-se mais aprimorada, o que lhe permitiu reformular sua atuação junto às outras tradições religiosas. O papa assume a mesma



perspectiva de valorização e respeito das tradições não cristãs e reconhece seu contributo na construção das diversas sociedades.

Embora João Paulo II reafirme a perspectiva da Igreja Católica de que a plena revelação está em Jesus Cristo, O papa segue a linha conciliar no sentido de considerar que ação do Espírito Santo nas outras tradições religiosas, que em última instância são resultado da ação do mesmo Espírito. Isso assegura a continuidade de ações que reafirmem a convicção da Igreja acerca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Quanto à religião, trata-se, antes de mais, da religião como fenómeno universal, conjunto com a história do homem desde o início; depois, das várias religiões não cristãs e, por fim, do próprio cristianismo. O documento do Concílio dedicado às religiões não cristãs é, em particular, um documento cheio de estima profunda pelos grandes valores espirituais, ou melhor, pelo primado daquilo que é espiritual, e que encontra na vida da humanidade a sua expressão na religião e, em seguida, na moralidade, que se reflecte em toda a cultura (JOÃO PAULO II, 1979, n. 11).

No discurso ao Secretariado para os Não-cristãos, de 03 de março de 1984, o Papa João Paulo II aponta de modo explícito sua compreensão, perspectiva e adesão ao diálogo inter-religioso como um processo necessário e irrenunciável, seja na Igreja Católica, seja entre as demais tradições religiosas comprometidas com a paz e o bem comum. É possível verificar nesse discurso do pontífice a segura convicção da Igreja Católica na perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A ninguém passam despercebidas, de facto, a importância e a necessidade que o diálogo interreligioso assume para todas as religiões e para todos os crentes, chamados hoje mais que nunca a colaborar a fim de que todos os homens atinjam a sua meta transcendente e realizem o seu crescimento autêntico, e ajudem as culturas a salvarem os próprios valores religiosos e espirituais, perante rápidas transformações sociais (JOÃO PAULO II, 1984, n. 2).

João Paulo II, reafirma a opção fundamental da Igreja em abraçar o diálogo inter-religioso e sua fundamental importância para a construção da paz e da solidariedade. Não se trata de uma adesão por simpatia de alguns membros

da Igreja ou sua refutação. Não se trata de ser essa temática um elemento apresentado à simpatia ou não dos pastores da Igreja. Ao contrário está no corolário da própria práxis evangelizadora da Igreja. De modo que não se pode mais pensar em uma missão evangelizadora sem levar em conta o diálogo inter-religioso que permite a aproximação da cultura cristã e do Evangelho às demais culturas não assinaladas pelo cristianismo. O diálogo inter-religioso exclui qualquer possibilidade de imposição da fé cristã a qualquer cultura. Não se trata de medir a legitimidade de uma tradição religiosa em relação às demais, mas importa a aproximação respeitosa de todas, salvaguardando o direito inalienável da liberdade religiosa.

O diálogo é fundamental para a Igreja, que é chamada a colaborar no plano de Deus com os seus métodos de presença, de respeito e de amor para com todos os homens (cf. *Ad Gentes*, 10-12; *Ecclesiam Suam*, 41-42; *Redemptor hominis*, 11-12). Por isto eu mesmo, desde a primeira Encíclica e depois nos vários encontros com diversas personalidades e, sobretudo, por ocasião das minhas viagens, não cessei de salientar a importância, os motivos e as finalidades desse diálogo. Para a Igreja ele está fundado na vida mesma de Deus uno e trino. Deus é Pai de toda a família humana; Cristo uniu a Si todos os homens (*Redemptor hominis*, 13); o Espírito opera em cada um deles: por isso o diálogo está fundado também no amor pelo homem enquanto tal, que é o caminho primário e fundamental da Igreja (*Redemptor hominis*, 14), e no vínculo existente entre cultura e as religiões professadas pelos homens. Esta relação de amizade entre crentes de diversas religiões nasce do respeito e do amor pelo outro, pressupõe o exercício das liberdades fundamentais para praticar inteiramente a própria fé e confrontá-la com a dos outros (*Redemptor hominis*, 12) (JOÃO PAULO II, 1984, n. 2).

João Paulo II, aponta que o diálogo inter-religioso não é uma realidade teórica na vida da Igreja. Se no passado houve experiências dolorosas de intolerância por parte das diversas tradições religiosas, incluindo a Igreja, os novos tempos apontam para ações concretas que permitem verificar a seriedade com que o magistério católico tem indicado caminhos para uma sincera aproximação da Igreja em direção aos crentes que professam outras religiões. São iniciativas que iniciam a quebra do distanciamento pela busca do conhecimento respeitoso do conteúdo religioso que os outros professam e o sincero desejo de dialogar sem depreciar o que seja diferente da fé professada pela Igreja.

Nestes anos o exercício do diálogo mostrou novos caminhos e novas exigências. Antes de tudo as Igrejas particulares estabeleceram relações sinceras e construtivas com os crentes de outras religiões presentes na sua própria cultura. Este mesmo Secretariado foi estímulo para tal desenvolvimento; ele deve continuar a definir e aprofundar uma apropriada pastoral para as relações com os não-cristãos, favorecendo a troca de ideias e a reflexão. As Igrejas particulares, por seu lado, devem empenhar-se nesta direcção, ajudando todos os fiéis a respeitarem e estimarem os valores, as tradições e as convicções dos outros crentes, [...] Nenhuma igreja particular deve eximir-se deste dever, que se tornou urgente devido às contínuas mudanças. [...] É necessária portanto uma pastoral que promova o respeito, o acolhimento e o testemunho, a fim de que os valores espirituais animem as nossas sociedades tentadas pelo egoísmo, pelo ateísmo e pelo materialismo. Para promover essa pastoral é mais que nunca oportuno constituir em cada uma das Conferências dos Bispos uma comissão especial (JOÃO PAULO II, 1984, n. 3).

À medida em que o diálogo vai se concretizando, surgem exigências e desafios novos, o que dinamiza a própria ação pastoral da Igreja no sentido de buscar novas oportunidades de consolidar o diálogo, que por sua vez vai sendo explicitado e conhecido em duas diversas possibilidades promotoras de proximidade e superação da intolerância e violência religiosas. É possível verificar então que, a compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, supera o simples discurso ou partilha e debates de ordem teológica. Mas compreende um conjunto sempre dinâmico e criativo de ações conjuntas que ao mesmo tempo permitam a convivência entre crentes de diferentes religiões e sua ação conjunta na promoção do bem comum e o cuidado da vida humana como bem supremo a ser protegido sempre e sob quaisquer situações.

O diálogo se realiza de múltiplas formas. Não há só o campo doutrinal, [...] mas também o dos relacionamentos quotidianos entre os crentes que são chamados ao respeito recíproco e ao reconhecimento comum. O diálogo de vida, de facto, favorece a coexistência pacífica e a colaboração para uma sociedade mais justa, a fim de que o homem cresça no ser e não só no ter. Na coerência com a própria Fé é possível também partilhar, confrontar e enriquecer as experiências espirituais e as formas de oração, como vias de encontro com Deus. Todos os cristãos são chamados ao diálogo. [...] Para todos são necessários uma preparação adequada e um constante aprofundamento da própria identidade eclesial. [...] Mas o diálogo não é coisa fácil. A própria religião pode ser instrumentalizada e tornar-se pretexto de polarização

e de divisão. Na actual situação do mundo, dialogar significa aprender a perdoar, a partir do momento que todas as comunidades religiosas possam reconhecer eventuais culpas toleradas ao longo dos séculos. Significa procurar compreender o coração dos outros, o que é particularmente difícil quando não existe um entendimento. Significa, \*antes de mais, pôr-se ao serviço da humanidade inteira e do único Deus. Não convém deter-se nos fáceis ou aparentes resultados (JOÃO PAULO II, 1984, n. 4).

O Papa João Paulo II apoiando-se na *Redemptor hominis* n.12, reafirma a importância de considerar na prática missionária da Igreja o diálogo em todas as suas manifestações. O próprio diálogo torna-se missão e anúncio. João Paulo II (1984. n.5) "O autêntico diálogo torna-se testemunho, e a evangelização é realizada no respeito e na escuta do outro".

A partir do discurso do papa, que apoia-se no Decreto *Ad Gentes* n.12, pode-se verificar que ao considerar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, o papa incrementa a ideia de que o diálogo não é um apêndice à ação missionária e evangelizadora da Igreja, está contido na própria alma da missão e evangelização católica. Não se trata de dois elementos que podem ser anexados ou excluídos, mas são necessários para o honesto anúncio católico do Evangelho de Jesus Cristo. Desse modo a missão da Igreja em sua ação evangelizadora promove um encontro e diálogo de crentes de diferentes tradições religiosas sobre a salvação operada pelo único Deus.

O diálogo está inserido na missão salvífica da Igreja; por isto é um diálogo de salvação. "Intimamente unidos com os homens na vida e no trabalho, os discípulos de Cristo esperam oferecer-lhes o verdadeiro testemunho de Cristo e trabalhar na salvação deles, mesmo quando não podem anunciar plenamente a Cristo" (*Ad Gentes*, 12). Também nesta actividade eclesial é preciso evitar os exclusivismos e as dicotomias (JOÃO PAULO II, 1984, n. 5).

## **5.2 Entre divergências e convergências. O diálogo subsiste nos entrelugares.**

No Dia Mundial de Oração pela Paz, em 1986 na cidade de Assis, o Papa João Paulo II pronuncia um discurso que permite verificar a convicção da Igreja Católica na disposição ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (1986, n. 4) “As religiões são muitas e variadas, e elas refletem o desejo de homens e mulheres ao longo dos séculos para entrar em um relacionamento com o Ser Absoluto.” Esse evento revela um aspecto especial no processo de construção do diálogo entre tradições religiosas diferentes. Muitas ações, mesmo da Igreja, são marcadamente experiências de reflexões sobre o diálogo inter-religioso; o evento de Assis ao contrário consolidou-se como um lugar de convergência a partir do qual diversas religiões, cada uma a seu modo e com seus ritos, se reuniram com um propósito comum a partir dos elementos comuns às diversas tradições, rezar pela paz.

Eu vejo esta reunião hoje como um sinal muito significativo do compromisso de todos vocês com a causa da paz. É esse compromisso que nos levou a Assis. O fato de professarmos diferentes credos não diminui o significado deste Dia. Pelo contrário, as Igrejas, Comunidades Eclesiais e Religiões Mundiais mostram que estão ansiosas pelo bem da humanidade (JOÃO PAULO II, 1986, n. 3).

O encontro de tradições religiosas diferentes no mesmo lugar com um mesmo propósito permite compreender e afirmar que as diferenças não ameaçam, mas enriquecem as mesmas diversidades. O pontífice explicita no referido evento a convicção de que o diálogo inter-religioso é caminho aberto à paz e à solidariedade. Não se trata de utopia, mas de possibilidade real pautada no respeito mútuo mediante o diálogo sincero.

A reunião de tantos líderes religiosos para orar é em si um convite hoje ao mundo para se conscientizar de que existe outra dimensão de paz e outra forma de promovê-la, que não é resultado de negociações, compromissos políticos ou acordos econômicos. É o resultado da oração, que, na diversidade das religiões, expressa uma relação com um poder supremo que supera apenas as capacidades humanas (JOÃO PAULO II, 1986, n. 1).

João Paulo II retoma o princípio que viabiliza o diálogo inter-religioso no que tange ao seu objetivo. A Igreja aproxima-se das demais tradições religiosas

com sincera abertura de coração, sem a pretensão de disputas doutrinárias. O evento de Assis permite verificar que na ambiência do diálogo inter-religioso o proselitismo deve ser imediatamente eliminado.

O fato de termos chegado aqui não implica qualquer intenção de buscar um consenso religioso entre nós ou de negociar nossas convicções de fé. Tampouco significa que as religiões possam ser reconciliadas no nível de um compromisso comum em um projeto terreno que superaria todas elas. Também não é uma concessão ao relativismo nas crenças religiosas, porque todo ser humano deve seguir sinceramente sua consciência correta com a intenção de buscar e obedecer à verdade (JOÃO PAULO II, 1986, n. 2).

Essa boa disposição de aproximar-se do outro com sinceridade e respeito reconhecendo o aspecto religioso-sagrado das diversas tradições religiosas e sua verdadeira contribuição para o patrimônio cultural das sociedades é condição fundamental para que o diálogo inter-religioso aconteça como elemento estruturante da paz nas sociedades.

O nosso encontro atesta apenas - e este é o seu verdadeiro significado para o povo do nosso tempo - que na grande batalha pela paz, a humanidade, na sua própria diversidade, deve retirar das suas fontes mais profundas e vivificadoras onde se forma a sua consciência e sobre a qual é fundada a ação moral de todas as pessoas (JOÃO PAULO II, 1986, n. 2).

Em Assis cada religião pode manifestar sua crença e seus ritos no momento de oração. Cada uma rezou segundo suas concepções acerca do sagrado. É muito importante destacar esse aspecto que permite verificar a disposição do pontificado de João Paulo II em assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Desde o Concílio Vaticano II, o diálogo inter-religioso marca uma novidade na práxis evangelizadora da Igreja Católica. É sinal de reconhecimento das transformações culturais e sociais na modernidade e compreensão dos pluralismos de diversas ordens. O processo de globalização das sociedades e inúmeros fenômenos de refugiados mesclaram ainda mais as diversas sociedades e hibridizaram as culturas. Uma clara reviravolta foi verificada na estrutura religiosa dessas sociedades. Nos países tradicionalmente cristãos, nos quais prevalecia a fé cristã e sua influência na ordem social e política, ocorreu o crescimento de religiões não cristãs e a simultânea diminuição do cristianismo.

O Concílio Vaticano II pretendeu renovar a vida e a atividade da Igreja, de acordo com as necessidades do mundo contemporâneo: assim sublinhou o seu carácter missionário, fundamentando-o dinamicamente na própria missão trinitária. O impulso missionário pertence, pois, à natureza íntima da vida cristã, e inspira também o ecumenismo: « que todos sejam um (...) para que o mundo creia que Tu Me enviaste» (Jo 17,21) [...] Já são muitos os frutos missionários do Concílio: multiplicaram-se as Igrejas locais, dotadas do seu bispo, clero e agentes apostólicos próprios; verifica-se uma inserção mais profunda das Comunidades cristãs na vida dos povos; a comunhão entre as Igrejas contribui para um vivo intercambio de bens e dons espirituais; o empenhamento dos leigos no serviço da evangelização está a mudar a vida eclesial; as Igrejas particulares abrem-se ao encontro, ao diálogo e à colaboração com os membros de outras Igrejas cristãs e outras religiões.(JOÃO PAULO II, 1990, n.1-2).

### **5.3 Avanços, retrocessos e conflitos internos à Igreja Católica nas trilhas do diálogo inter-religioso.**

Iniciamos esse item tomando a Encíclica *Redemptoris Missio*, que trata da missão de Jesus Cristo redentor da humanidade e a partir dessa missão a reafirmação da índole missionária da Igreja e sua afirmação como mediadora entre os homens e Cristo para a salvação. João Paulo II reafirma a doutrina de um mandato divino para a Igreja. Está inserida nesse contexto, com a necessidade de reafirmar alguns elementos da eclesiologia e identidade católicas e ao mesmo tempo manter a rota proposta pelo Concílio na compreensão, aceitação e respeito às diversidades religiosas presentes e atuantes nas sociedades.

Não faltam certamente outros motivos e finalidades: corresponder a inúmeros pedidos de um documento deste género; dissipar dúvidas e ambiguidades sobre a missão ad gentes, confirmando no seu compromisso os beneméritos homens e mulheres que se dedicam à 2 actividade missionária e todos quantos os ajudam; promover as vocações missionárias; estimular os teólogos a aprofundar e expor sistematicamente os vários aspectos da missão; relançar a missão, em sentido específico, comprometendo as Igrejas particulares, especialmente as de recente formação, a mandarem e a receberem missionários; garantir aos não cristãos, e particularmente às Autoridades dos Países aos quais se dirige a actividade missionária, que esta só tem uma finalidade, ou seja, servir o homem, revelando-lhe o amor de Deus manifestado em Cristo Jesus (JOÃO PAULO II, 1990, n.2).

Embora a *Redemptoris Missio* tenha sido criticada do ponto de vista do diálogo inter-religioso e ter demonstrado uma certa centralização da fé nos parâmetros da Igreja Católica, ajuda na reflexão sobre o diálogo inter-religioso e declara necessidade irrenunciável do diálogo com as tradições religiosas não cristãs. Mesmo insistindo na necessidade da mediação da Igreja para a salvação, a Encíclica insiste em pontos já assumidos pela Igreja como irrenunciáveis no quadro atual do pluralismo cultural e religioso. João Paulo II, reafirma a necessidade do respeito, do mútuo conhecimento e da valorização do bem presentes nessas tradições.

O diálogo interreligioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíproco, ele não está em contraposição com a missão ad gentes; pelo contrário, tem laços especiais com ela, e constitui uma sua expressão. [...] Ele não deixa de se tornar presente de tantos modos, quer aos indivíduos quer aos povos, através das suas riquezas espirituais, das quais a principal e essencial expressão são as religiões, mesmo se contêm também « lacunas, insuficiências e erros ». [...] À luz do plano de salvação, a Igreja não vê contraste entre o anúncio de Cristo e o diálogo interreligioso; sente necessidade, porém, de os conjugar no âmbito da sua missão ad gentes. De facto, é necessário que esses dois elementos mantenham o seu vínculo íntimo e, ao mesmo tempo, a sua distinção, para que não sejam confundidos, instrumentalizados, nem considerados equivalentes a ponto de se puderem substituir entre si (JOÃO PAULO II, 1990, n.55).

É importante recordar que o papa não publicou uma Encíclica, nesse caso, para tratar do diálogo inter-religioso, mas o seu foco é a ação missionária da Igreja, de modo especial a missão Ad Gentes. Essa especificamente lança a Igreja nos ambientes diversos do mundo, especialmente a imerge entre os não cristãos. Precisamente por isso o diálogo inter-religioso se torna uma necessária atitude da Igreja em sua prática missionária. É considerável que o documento admite a presença de Deus e sua ação fora da ambiência católica, e isso permite afirmar que João Paulo II mantém-se em coerência com o Concílio Vaticano II no tocante à perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Embora João Paulo II insista na prerrogativa da Igreja como mediação necessária à salvação, mantém-se na linha do Concílio ao fazer presente nesta Encíclica o reconhecimento da ação do Espírito Santo entre as tradições religiosas não cristãs. Nesse sentido sua doutrina, embora insista na mediação necessária da Igreja como instrumento de salvação, admite a doutrina



do Concílio e prossegue afirmando que o olhar da Igreja para os não cristãos é um olhar fraterno, respeitoso e imerso na cultura de paz. Propõe na mesma linha do Concílio que tais tradições trazem consigo sinais da verdade e podem cooperar para o bem comum.

A universalidade da salvação em Cristo não significa que ela se destina apenas àqueles que, de maneira explícita, crêem em Cristo e entraram na Igreja. Se é destinada a todos, a salvação deve ser posta concretamente à disposição de todos. É evidente, porém, que, hoje como no passado, muitos homens não têm a possibilidade de conhecer ou aceitar a revelação do Evangelho, e de entrar na Igreja. Vivem em condições socioculturais que o não permitem, e frequentemente foram educados noutras tradições religiosas. Para eles, a salvação de Cristo torna-se acessível em virtude de uma graça que, embora dotada de uma misteriosa relação com a Igreja, todavia não os introduz formalmente nela, mas ilumina convenientemente a sua situação interior e ambiental. Esta graça provém de Cristo, é fruto do Seu sacrifício e é comunicada pelo Espírito Santo: ela permite a cada um alcançar a salvação, com a sua livre colaboração (JOÃO PAULO II, 1990, n.10).

É um aspecto aparentemente conflitante, enquanto a Encíclica afirma a necessidade da Igreja para a salvação, indica da mesma maneira a ação do Espírito que conduz à salvação mesmo fora da estrutura visível do corpo de Cristo, a Igreja. Nesse sentido não unicamente a Igreja, mas toda a família humana é interlocutora na salvação proposta e oferecida por Deus para o bem todo a criação. Os números 55 a 57 da Encíclica *Redemptoris Missio* permite verificar que João Paulo II, aderiu à orientação do Concílio no sentido de abrir-se ao acolhimento das diferenças e acolher de modo respeitoso as tradições religiosas não cristãs e sua contribuição ao bem comum. A Igreja propõe e espera que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade resulte em mútuo enriquecimento de todos na busca e no desenvolvimento de ações que promovam a defesa e valorização da vida e o bem dos indivíduos e das sociedades.

A insistência do papa em reafirmar continuamente, nessa Encíclica, a necessária mediação da Igreja para a salvação está inserida no contexto do diálogo inter-religioso na missão. É uma das exigências para um honesto diálogo entre tradições religiosas diferentes, a sincera e honesta convicção de cada um dos sujeitos que abraçam o diálogo inter-religioso. Nesse sentido o papa explicita

sua convicção no tocante ao cristianismo católico, fazendo-se sujeito disposto ao diálogo.

As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na efectivamente quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da acção do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos. Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade, e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação, nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e simultaneamente em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa (JOÃO PAULO II, 1990, n.56).

A partir das afirmações do pontífice nesse documento, é possível verificar que sua percepção e abertura ao diálogo inter-religioso assume a perspectiva de um diálogo em cujo cenário atuam a Igreja Católica e as demais tradições religiosas. A formulação dessa sentença pode passar despercebida, porém há uma sutil indicação de uma forte proposição. A oração coordenada aditiva indica que são dois sujeitos agindo na ambiência do diálogo inter-religioso; a Igreja Católica como referência e mediação da salvação, que reconhece as demais tradições religiosas não cristãs, porém aponta a necessidade de que os caminhos diversos percorridos não mudam a mediação necessária da Igreja, na qual se encontra a plena verdade de Cristo Salvador.

Na segunda indicação da mesma sentença encontram-se as demais tradições religiosas com um protagonismo coadjuvante, que trazem consigo reflexos da verdade do Deus verdadeiro e do Cristo. Essas, porém tendem para Cristo e, por conseguinte para a Igreja a fim de entrarem na plena verdade. Quando nessa pesquisa abordarmos o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade no pontificado do Papa Francisco, veremos uma nova perspectiva sobre o protagonismo e a corresponsabilidade de ação entre cristãos e não cristãos.

O diálogo deve ser conduzido e realizado com a convicção de que a Igreja é o caminho normal de salvação e que só ela possui a plenitude dos meios de salvação. O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma actividade que apresenta motivações,

exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as « sementes do Verbo » fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens — sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos, no Espírito (JOÃO PAULO II, 1990, n.55 - 56).

Ainda que se reconheça a ação do Espírito Santo entre os não cristãos e acolha de modo respeitoso o que de bom nelas se encontre, o papa insiste que a Igreja Católica é referência de salvação e para a salvação. Contudo isso não diminui a capacidade de diálogo com que João Paulo II acentuou seu pontificado. A convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, pode ser verificado no discurso do Papa João Paulo II, por ocasião da celebração do XXIV Dia Mundial da Paz em 1º de janeiro de 1991, quando o pontífice propõe a relação da paz com o respeito à consciência dos indivíduos. É peculiar que nesse discurso estejam centrados Deus e o indivíduo, considerado em sua personalidade inalienável e intocado em seus direitos fundamentais e essenciais. João Paulo II (1991, n.5) “Não se pode ignorar que o direito à liberdade religiosa mexe com a própria identidade da pessoa”. Um olhar universal que vai além das estruturas visíveis e hierárquicas da Igreja.

A importância da liberdade religiosa leva-me a reiterar que o direito a ela não é apenas um entre os demais direitos humanos; « pelo contrário, este é o mais fundamental, porque a dignidade da pessoa tem a sua primeira fonte na relação essencial com Deus criador e pai, a cuja imagem e semelhança foi criada, enquanto dotada de inteligência e liberdade ».(9) « A liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de cada homem, é uma pedra angular do edifício dos direitos humanos » (10) e, por isso, é a expressão mais profunda da liberdade de consciência (JOÃO PAULO II, 1991, N. 5).

O Papa retoma com vigor a questão da liberdade humana e o irrenunciável dever das instituições governamentais e religiosas não se sobreponem aos indivíduos no uso livre de sua consciência em busca da verdade.

A pessoa não pode ser tratada como um objeto, governado exclusivamente por forças que escapam ao seu controle. Pelo contrário, ela, apesar da sua fragilidade, não está privada da capacidade de desejar e de conhecer livremente o bem, de reconhecer e rejeitar o mal, de escolher a verdade e de se opor ao erro. Na verdade, Deus, ao criar a pessoa humana, inscreveu no seu coração uma lei que todos podem descobrir (cf. Rm 2, 15), sendo a consciência,

precisamente, a capacidade de discernir e agir segundo essa lei: obedecer-lhe é a própria dignidade do homem. (3) Nenhuma autoridade humana tem o direito de intervir na consciência seja de quem for (JOÃO PAULO II, 1991, n. 1).

O pontífice recorda, ao tratar da liberdade de consciência que todo homem e todos os homens têm, além das nacionalidades constitutivas dos diversos Estados, um carácter comum a todos, mais que uma nacionalidade, trata-se de uma universalidade humana. João Paulo II (1991) “Desejo considerar especificamente a importância do respeito da consciência de cada pessoa, como fundamento necessário à paz no mundo.” Toda a humanidade constitui uma só família e a liberdade de consciência dos indivíduos constitui um aspecto inalienável para que a liberdade da pessoa em sua integridade seja verdadeira.

Nesse discurso em que o papa aborda a questão da liberdade de consciência e da paz como elementos em relação de mútua dependência, é possível verificar que reafirma o princípio do respeito incondicional à pessoa e sua liberdade na busca da verdade. Sem negar a compreensão da Igreja sobre a verdade revelada em Jesus Cristo, para a tradição cristã, o pontífice reafirma que a verdade de um não pode ser imposta ao outro.

Infelizmente somos ainda testemunhas de tentativas para impor aos outros uma concepção religiosa particular, quer directamente, graças a um proselitismo que lança mão a meios de verdadeira e própria coacção, quer indirectamente, através da negação de certos direitos civis ou políticos (JOÃO PAULO II, 1991, n. 4).

Embora não negue a ideia de uma verdade absoluta, tira de foco a absolutização da verdade sobre a liberdade dos indivíduos. João Paulo II (1991, n.1) “A verdade absoluta só se encontra em Deus A garantia da existência da verdade objectiva reside em Deus, Verdade Absoluta, e a busca da verdade identifica-se, no plano objectivo, com a procura de Deus.” Isso tem singular importância num contexto em que a intolerância inclusive religiosa volta a campear muitas sociedades.

Negar a uma pessoa a plena liberdade de consciência, e especialmente a liberdade de procurar a verdade, ou tentar impor-lhe um modo particular de compreender a verdade, vai contra os seus direitos mais profundos. Isso vai, depois, provocar um agravamento dos ressentimentos e tensões, que correm o risco de degenerar ou em relações difíceis e hostis, no seio da sociedade, ou até num conflito

aberto. Em suma, é ao nível da consciência que se põe, e pode encontrar solução mais eficaz, o problema de assegurar uma paz sólida e duradoura (JOÃO PAULO II, 1991, n. 1).

Outro dado importante na declaração do papa é a insistência de que os indivíduos se empenhem na formação da própria consciência para a liberdade não unicamente aos seus próprios interesses, mas seja garantia de cooperação com o bem comum e a construção da paz entre as sociedades e nas sociedades. A não liberdade de consciência não deve ser assumida comum um Lobby, como um modismo circunscrito a um tempo. Mais que isso trata-se de reconhecer a dignidade da pessoa e sua capacidade de movimentar-se entre culturas, pensamentos e escolhas diferentes.

João Paulo II propõe que é preciso o conjunto das forças sociais para que o indivíduo se compreenda como parte integrada e integrante do corpo social, por cuja paz, é responsável. Isso torna-se componente importante na compreensão e aceitação da alteridade social, cultural e religiosa. A família, o Estado, as diversas tradições religiosas devem assumir a modo de retroalimentação, como parceiros comuns pela paz a formação dos indivíduos e sua consciência livre. Uma consciência formada na circunscrição do próprio indivíduo não lhe permite sentir-se corpo solidário. Nas relações interpessoais encontra-se a plataforma da convivência fraterna entre diferentes. A autêntica liberdade de consciência nutre a autenticidade das liberdades no seio da família humana.

A formação da consciência fica comprometida, se faltar uma profunda educação religiosa. Como pode um jovem compreender plenamente as exigências da dignidade humana, sem fazer referência à própria fonte dessa dignidade, Deus criador? Nesta perspectiva, o papel da família, da Igreja Católica, das Comunidades cristãs e das outras instituições religiosas é primordial, e o Estado, atendo-se às normas e Declarações internacionais, (4) deve assegurar e facilitar os seus direitos, neste campo (JOÃO PAULO II, 1991, n. 3).

Decorre de uma consciência bem formada a compreensão que a construção da paz não pode prescindir da reconstrução do indivíduo como livre, capaz e responsável por uma cultura de paz. Pensar a própria liberdade como oportunidade de realizar-se à margem da liberdade dos outros indivíduos ou das diversas culturas seria reafirmar o individualismo e a indiferença que são terreno fecundo para a intolerância.

Reivindicar para si mesmo o direito de agir segundo a consciência, sem reconhecer, ao mesmo tempo, o dever de procurá-la com a verdade e a lei inscrita nos nossos corações pelo próprio Deus, na prática significa fazer prevalecer a sua limitada opinião. Tal posição está muito longe de constituir um contributo válido à causa da paz no mundo. Pelo contrário, uma sincera busca da verdade investindo apaixonada e existencialmente o melhor das próprias capacidades leva a respeitar a busca dos outros, e gera também o desejo de uma procura conjunta (JOÃO PAULO II, 1991, n. 3).

O pontífice vai abrindo seu discurso tocando na tessitura social, trazendo à tona elementos que comprometem a paz. Assim reafirma nas entrelinhas de suas palavras a necessidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Desse modo o papa alerta para o ressurgimento da intolerância em diversos aspectos da sociedade incluindo a intolerância religiosa. João Paulo II (1991, n. 4) “Uma séria ameaça à paz se encontra na intolerância, que se manifesta na recusa da liberdade de consciência dos outros.”

Como se devem respeitar, numa Nação, as diferentes tradições, costumes e modos de vida, deveres religiosos, mantendo, entretanto, a integridade da própria cultura? Como é que uma cultura socialmente dominante deve aceitar e integrar os novos elementos sem perder a própria identidade e sem criar fricções? A resposta a estas difíceis questões, podemos encontrá-la numa cuidadosa educação para o respeito da consciência do outro, tendo, como meios, o conhecimento de outras culturas e religiões e a equilibrada compreensão das diversidades existentes (JOÃO PAULO II, 1991, n. 7).

Dentre tantos efeitos de uma consciência mal formada está a fragilidade dos indivíduos frente a discursos fundamentalistas e intolerantes. Estes são envolvidos e terminam por engrossar as fileiras da violência seja ela religiosa, cultural, social ou política. Verifica-se nas palavras do papa que a Igreja compreende que a sociedade humana hoje é uma realidade plural, multifacetada e plurirreligiosa. O diálogo inter-religioso torna-se um saudável elemento na engrenagem da pluralidade sociocultural que permite a superação do fundamentalismo e da intolerância.

No mundo de hoje, raramente a população de um País pertence toda à mesma confissão religiosa, ou a uma só etnia e cultura. As migrações em massa e as movimentações da população estão criando uma sociedade plurifacetada cultural e religiosamente, em várias partes do mundo. Neste contexto, o respeito da consciência assume nova urgência e apresenta novos desafios à sociedade, e, nesta,

particularmente aos legisladores e governantes (JOÃO PAULO II, 1991, n. 7).

A partir da leitura dos discursos de João Paulo II, é possível verificar que a Igreja percorreu um caminho de superação da constituição de uma hegemonia religiosa no cenário social. Isso denota que não se identifica, não compactua e não assume a supressão da diversidade social e religiosa. O princípio do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade assumido pela Igreja, desqualifica a tentativa de imposição de uma fé a qualquer crente.

Que meio melhor, para a unidade na diversidade, poderíamos usar do que o empenhamento de todos na busca comum da paz e na afirmação comum da liberdade, que ilumina e valoriza a consciência de cada um? É até desejável, para uma sã convivência civil, que as várias culturas do mesmo território se respeitem e enriqueçam mutuamente. Um empenhamento sério de inculturação aproveita também à recíproca compreensão entre as religiões (JOÃO PAULO II, 1991, n. 7).

O papa alerta para o perigo da apropriação da fragilidade das minorias religiosas, sociais, culturais e partidárias servindo-se de sua desventura para oferecer-lhe supostas vantagens que ocultem a intenção de aviltar a liberdade de consciência e liberdade de escolha religiosa do indivíduo.

Das diversas conjunturas da história apreendemos dolorosamente os excessos a que ela pode conduzir. A intolerância pode-se insinuar em todos os aspectos da vida social, manifestando-se na marginalização ou opressão das pessoas e minorias, que procuram seguir a própria consciência no que se refere aos seus modos legítimos de viver. Na vida pública, a intolerância não deixa espaço à pluralidade de opções políticas ou sociais, impondo deste modo a todos uma visão uniforme da organização civil e cultural. Quanto à intolerância religiosa, não se pode negar que, apesar da doutrina constante da Igreja Católica, segundo a qual ninguém deve ser obrigado a crer, (5) surgiram, no decurso dos séculos, não poucas dificuldades e até conflitos entre os Cristãos e os membros de outras religiões (JOÃO PAULO II, 1991, n. 4).

João Paulo II traz à tona uma anomalia religiosa ainda presente na sociedade contemporânea. A conjugação entre Estado e religião que por vezes estabelece falta de clareza na função e na missão de ambas as instâncias que diferem não somente em estrutura, mas em natureza. A falta de distinção entre preceitos religiosos e leis que regem a sociedade civil e o Estado resultam

inúmeras vezes em injustiças, intolerância e violência sobretudo para com as minorias sociais.

Uma protecção legal plena deve efectivamente excluir qualquer coacção religiosa, que constitui um sério obstáculo à paz. Pelo contrário, « o conteúdo de uma tal liberdade é que todos os homens devem ficar imunes da coacção, venha ela de indivíduos, grupos sociais ou de qualquer potestade humana, de tal modo que, em matéria de religião, ninguém seja forçado a agir contra a sua consciência, nem se veja impedido, dentro dos devidos limites, de se comportar privada ou publicamente, de forma individual ou associada, segundo a sua consciência ». (DH n. 2.) (JOÃO PAULO II, 1991, n. 6).

A aliança mal construída entre religião e Estado promove uma certa estatização dos preceitos religiosos. Isso implica no fato de que tal preceito assumido pelo Estado passa a ser imposto a todos, incluindo os que não professam aquela religião. Nesse caso a religião colabora para a exclusão, repressão, intolerância e violência. O fundamentalismo e a intolerância instalam-se nesse cenário como oportunistas para fazer prevalecer sua crença e desqualificando os demais. Além disso coage-se as minorias excluindo-as dos processos sociais, políticos e econômicos marginalizando-as.

A intolerância pode ser ainda fruto de um certo fundamentalismo, que constitui uma tentação frequente. Ele pode conduzir facilmente a graves abusos, tais como a supressão radical de toda a manifestação pública de diferença, ou até a recusa da liberdade de expressão como tal. Também o fundamentalismo pode levar à exclusão do outro, da vida civil, ou, no campo da religião, a medidas coercivas de «conversão». Por muito que se ame a verdade da própria religião, isso não dá, a nenhuma pessoa ou grupo, o direito de tentar reprimir a liberdade de consciência de todos quantos têm outras convicções religiosas ou de os induzir a falsear a sua consciência, oferecendo ou negando certos privilégios e regalias sociais, caso eles mudem de religião (JOÃO PAULO II, 1991, n. 4).

Nesses casos então a intolerância contaria com a tutela do Estado, correndo sério risco de ser legitimada na sociedade. De modo que a violência se tornaria uma prática socialmente aceita, pondo em risco a paz e a solidariedade. A intolerância ainda presente em muitas sociedades constitui um grande desafio a ser superado e suprimido. João Paulo II (1991, n.6) “Tanto a colaboração como o diálogo inter-religioso, quando se realizam na confiança, respeito e sinceridade, constituem um contributo para a paz.” O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, exige o mútuo conhecimento das



diferentes tradições religiosas e dos seus seguidores. Dessa forma o medo do diferente há de ser superado pelo conhecimento mútuo e o respeito sincero.

Evidentemente tais manifestações de intolerância não promovem a paz no mundo. Para eliminar os efeitos da intolerância, não basta « proteger » as minorias étnicas ou religiosas, reduzindo-as deste modo à categoria de menores civilmente ou indivíduos sob tutela do Estado. Isso pode desembocar numa forma de discriminação que obstaculiza, ou até impede o desenvolvimento de uma sociedade harmónica e pacífica. Melhor será reconhecer e garantir o inalienável direito de seguir a própria consciência e de professar e praticar individual ou comunitariamente a própria fé, desde que não sejam violadas as exigências da ordem pública (JOÃO PAULO II, 1991, n. 4).

O pontífice adverte que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é oportunidade de superação das práticas de intolerância experimentadas no passado. Abre a perspectiva de se construir a partir da compreensão do presente um futuro de paz, solidariedade, cooperação e convivência fraterna. Somente desse modo pode-se interromper o ciclo de violência praticada ou delgada pela religião. Sem negar os graves erros de violência religiosa praticados no passado, o papa propõe um olhar esperançoso para o futuro e um olhar misericordioso para o passado. Assim cortando as arestas dos ressentimentos passados será possível um futuro promissor e pacífico.

Paradoxalmente aqueles que anteriormente foram vítimas de várias formas de intolerância podem correr o risco de criarem, por sua vez, novas situações de intolerância. O fim de longos períodos de repressão, em algumas partes do mundo, nos quais não se respeitou a consciência de cada um e foi sufocado tudo quanto a pessoa tinha de mais precioso, não se deve tornar ocasião para novas formas de intolerância, por mais difícil que possa ser a reconciliação com o antigo opressor. A liberdade de consciência, rectamente concebida, por sua própria natureza, sempre se orienta para a verdade. Sendo assim, ela conduz, não à intolerância, mas à tolerância e à reconciliação. Esta tolerância não é uma virtude passiva, já que tem as suas raízes num amor activo e tende a transformar-se num compromisso positivo para assegurar a todos a liberdade e a paz (JOÃO PAULO II, 1991, n. 4).

Na viagem apostólica ao Brasil em 1991, o papa João Paulo II dirigiu-se a representantes da comunidade israelita no Brasil com um breve, porém significativo discurso que permite verificar a disposição da Igreja em continuar no mesmo espírito proposto desde o Vaticano II no que se refere ao reconhecimento e respeito ao povo judeu.

Vinte e cinco anos após o Concílio Vaticano II, a Declaração *Nostra Aetate* continua assinalando uma mudança essencial na relação dos cristãos com os judeus. Minha esperança é, portanto, que se reforce sempre mais o diálogo católico-judaico através da Palavra de Deus. Ela, recebida no coração com verdadeira disponibilidade para torná-la efetiva em nossa vida, abre-nos os olhos para reconhecer em todos os nossos irmãos a face do único Deus Criador (JOÃO PAULO II, 1991, n.1).

Um discurso de proximidade e fraternidade a partir dos elementos comuns às duas tradições religiosas. João Paulo II aponta que o diálogo com os judeus tem em comum o respeito mútuo e a fé. A raiz das duas tradições religiosas é a mesma e existem mais elementos comuns e menos divergências. O diálogo sempre será resultado do esforço de todos os que nele acreditam e por ele se empenham.

O diálogo inter-religioso convida todas as Igrejas locais, e, entre elas, também a Igreja no Brasil, a empreender sempre novos esforços para a superação de certos preconceitos que ainda existem em tantos lugares. Assim, se hão de mostrar, perante o mundo de hoje, no qual a fé está exposta a tão duras provas, a beleza e as verdades profundas da crença em um só Deus e Senhor, que como tal deve ser conhecido e amado através de todos os que n'Ele creem (JOÃO PAULO II, 1991, n.1).

No dia 08 de dezembro de 1991, o papa João Paulo II publicou uma mensagem para tratar da comemoração dos 25 anos da instituição do Dia Mundial da Paz, pelo então papa Paulo VI. O papa inicia destacando que ao longo dos 25 anos de esforços pela conquista e consolidação da paz foi marcado por avanços e ameaças à paz e desafio aos que se empenham à sua promoção.

A paz é um bem fundamental que comporta o respeito e a promoção dos valores essenciais do homem: o direito à vida em todas as fases do seu desenvolvimento; o direito à estima, independentemente da raça, sexo e convicções religiosas; o direito aos bens materiais necessários à vida; o direito ao trabalho e a uma equitativa distribuição dos seus frutos, tendo em vista uma convivência ordenada e solidária (JOÃO PAULO II, 1991, n. 7).

O pontífice destaca a responsabilidade conjunta de toda a família humana na conquista e consolidação da paz, que é um bem fundamental e comum a toda a humanidade. Ninguém pode eximir-se do empenho e esforço para que a paz

seja alcançada e promova uma convivência fraterna entre os povos e os indivíduos. Insiste que os que creem em Deus têm especial responsabilidade em insistir, a partir de atitudes pessoais concretas, na promoção da paz.

Num tal contexto de luzes e sombras, esta Mensagem anual não pretende ser um balanço nem um juízo, mas apenas um renovado convite fraterno a refletir sobre os acontecimentos humanos do momento presente, para os elevar a uma visão ético-religiosa, na qual os crentes devem ser os primeiros a inspirarem-se. Precisamente em razão da sua fé, estão chamados a ser individualmente e todos juntos mensageiros e construtores de paz: como os outros e mais do que eles, são chamados a procurar com humildade e perseverança as respostas adequadas aos anseios de segurança e liberdade, de solidariedade e partilha, que, neste mundo por assim dizer cada vez mais pequeno, congregam os homens. Certamente o empenhamento a favor da paz diz respeito a toda a pessoa de boa vontade, sendo este o motivo pelo qual as diversas Mensagens foram dirigidas a todos os membros da Família humana. Todavia, o dever impõe-se com maior premência a todos quantos professam a fé em Deus e mais ainda aos cristãos, que têm como seu guia e mestre o « Príncipe da paz » (Is 9, 5) (JOÃO PAULO II, 1991, n. 1).

João Paulo II, reafirma a paz como uma realidade inerente ao ser humano, competindo à religião assumi-la, externá-la e empenhar-se em sua concretização para o bem de toda a família humana. João Paulo II (1991, n. 2) “A aspiração da paz está inscrita na natureza humana e revê-se nas diversas religiões. Exprime-se no desejo de ordem e tranquilidade, na atitude de disponibilidade ao outro, na ajuda e colaboração baseada no respeito recíproco.”

Há nessa declaração do Papa João Paulo II, uma sentença preciosa no tocante ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Insistindo na paz como valor comum, fundamental e irrenunciável a toda a família humana, o papa aponta as religiões como protagonistas da paz desde seus fundamentos religiosos. João Paulo II (1991, n.7) “Seria aberrante que as religiões ou grupos dos seus seguidores, na interpretação e prática das respectivas crenças, se deixassem cair em formas de fundamentalismo e de fanatismo, justificando com motivações religiosas as lutas e os conflitos com os outros.” O pontífice faz um paralelo inusitado, por parte do magistério católico, entre tradições religiosas diferentes e seu compromisso com a paz. João Paulo II, destaca os livros sagrados de tradições diferentes e considera em cada um

deles fundamentos para a paz. De alguma maneira uma porta se abre no campo do diálogo inter-religioso ao considerar o valor de tais tradições citando seus escritos sagrados ao lado dos sagrados escritos cristãos. Não se trata certamente de igualar tais escritos e nem as tradições religiosas diferentes, mas de considerar com respeito o bem presente nessas crenças.

Isto explica porquê também nos livros sagrados das diversas religiões, a referência à paz ocupa um lugar relevante no quadro da vida do homem e das suas próprias relações com Deus. Assim, por exemplo, se, para nós cristãos, Jesus Cristo, Filho d' Aquele que tem « desígnios de paz e não de aflição » (Jr 29, 11), é « a nossa paz » (Ef 2, 14), para os irmãos hebreus, a palavra « shalom » exprime augúrio e bênção de um estado de harmonia do homem consigo próprio, com a natureza e com Deus, enquanto para os fiéis muçulmanos é tão importante o termo « *salam* » que constitui um dos magníficos Nomes divinos. Pode-se dizer que a religião, se é autenticamente vivida, não deixará de produzir frutos de paz e fraternidade, porque está na sua natureza promover um vínculo cada vez mais estreito com a divindade e favorecer um relacionamento sempre mais solidário entre os homens (JOÃO PAULO II, 1991, n. 2).

O papa recorda que ações, antes inimaginadas, fortaleceram a busca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade bem como o empenho pela construção da paz para a família humana. Com destaque aponta o Encontro de Oração pela Paz, proposto pelo pontífice e que reuniu líderes das principais religiões. É um elemento novo no cenário da Igreja o discurso de uma origem comum respeitando que apesar dos modos diferentes de expressar a fé, os crentes podem estar juntos sem um discurso proselitista. João Paulo II (1991, n.3) “Peregrinámos juntos, meditando em silêncio sobre a nossa origem comum e idêntico destino, sobre as nossas limitações e responsabilidades, sobre os apelos e anseios de tantos irmãos e irmãs que esperam a nossa ajuda nas suas necessidades.” A presença concreta desses líderes religiosos acenou para a possível convivência das diferenças; esta, por sua vez exige abertura sincera ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (1991, n. 6) “Para alcançar esta meta de activa cooperação na causa da paz, falta ainda muita estrada: é a estrada do mútuo conhecimento [...] um sincero e ampliado diálogo [...] e a estrada, enfim, da convivência quotidiana na partilha de esforços e sacrifícios para conseguir a

mesma finalidade.” O protagonismo das religiões na promoção da paz tem como plataforma o diálogo entre as diferenças que povoam as sociedades.

Vindos dos vários Continentes, estiveram reunidos em Assis os chefes espirituais das principais religiões: isso constituiu um testemunho concreto acerca da dimensão universal da paz, confirmando que ela não é apenas o resultado de hábeis negociações político-diplomáticas ou de interesses económicos em jogo, mas depende fundamentalmente d'Aquele que conhece o coração dos homens, orientando e dirigindo os seus passos (JOÃO PAULO II, 1991, n.3).

No número 5 da mensagem João Paulo II, destaca a importância do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (1991, n. 6) “Os contatos inter-religiosos, são já considerados caminho obrigatório, para que as muitas e dolorosas lacerações, que tiveram lugar no decurso dos séculos, não se repitam e as que restam sejam depressa sanadas.”

O papa reafirma a prontidão da Igreja Católica ao diálogo inter-religioso e compreende que sua aproximação das tradições religiosas não cristãs em nada afeta o corpo doutrinário da Igreja nem sua convicção acerca de Jesus Cristo como único salvador e a missão salvífica da Igreja junto à humanidade. Faz parte do pensamento de João Paulo II, a constante reafirmação da natureza divina da Igreja e sua missão. Isso, porém não é apresentado como obstáculo ao diálogo, afirmação da identidade católica que se aproxima de todos os outros com respeito sincero e reconhecimento dos raios da verdade presentes em todas as religiões na busca de Deus.

Sem ignorar nem menosprezar as diferenças, a Igreja está convencida de que existem elementos ou aspectos que utilmente podem ser desenvolvidos e realizados em conjunto com os seguidores de outras crenças e confissões, para a promoção da paz. A isto mesmo tendem os contatos inter-religiosos e, de modo muito particular, o diálogo ecuménico. Graças a tais formas de confronto e intercâmbio, as religiões puderam mais claramente tomar consciência das suas graves responsabilidades no referente ao verdadeiro bem da humanidade inteira. Elas aparecem hoje mais firmemente determinadas a não se deixarem instrumentalizar por interesses particulares ou por objectivos políticos, tendendo a assumir, na comunidade dos povos, um comportamento mais consciente e incisivo na animação das realidades sociais e culturais. Isto permite-lhes ser uma força activa no processo

de desenvolvimento, oferecendo assim uma segura esperança à humanidade (JOÃO PAULO II, 1991, n. 5).

Nesse ponto o pontífice profere um discurso em consonância com o Concílio Vaticano II, especialmente destacando a Declaração *Nostra Aetate*. É importante destacar a sintonia dos discursos dos pontífices pós-conciliares, com as orientações do próprio Concílio. Isto dá coerência à Igreja e assegura continuidade das decisões conciliares para a ação evangelizadora da Igreja. Repercute ainda no novo paradigma de uma Igreja menos voltada para si e disposta ao diálogo com o mundo e as diferenças nele presentes.

A Igreja Católica, ao mesmo tempo que afirma claramente a sua identidade, doutrina e missão salvífica a favor de todos os homens, « nada rejeita do que existe de verdadeiro e santo » nas outras religiões; antes, « olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia reflectem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens » (Decl. *Nostra aetate*, 2) (JOÃO PAULO II, 1991, n. 5).

Em 1995, João Paulo II, publicou uma Exortação Apostólica Pós-Sinodal intitulada, Exortação Apostólica pós Sinodal *Ecclesia in Africa*. Nesse documento o papa propõe o desafio posto aos padres sinodais de adequar a Igreja aos desafios presentes no continente africano e ao mesmo tempo manter-se fiéis à tradição católica.

Com esta Exortação Apostólica pós-sinodal, em comunhão com a Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos, desejo dirigir-me em primeiro lugar aos Pastores e fiéis católicos, e depois aos irmãos das outras Confissões cristãs, àqueles que professam as grandes religiões monoteístas, em particular aos seguidores da religião tradicional africana, e a todos os homens de boa vontade que, de um modo ou doutro, têm a peito o desenvolvimento espiritual e material da África ou detêm nas suas mãos os destinos deste grande Continente (JOÃO PAULO II, 1995, n.7).

Houve a insistência de que o Sínodo fosse portador de uma esperança viva aos africanos, que embora vivendo em um cenário de dor poderiam

recuperar a confiança em si mesmo e contar com o apoio efetivo da Igreja. Desse modo o pontífice se propõe a falar para a Igreja Católica, e para os não católicos incluindo os não cristãos. Já desde essa perspectiva é possível verificar que João Paulo II reafirma a acolhida do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Em um continente marcado por grande diversidade étnica, cultural, social e religiosa a Igreja reafirma sua disposição ao diálogo promotor e fomentador da cultura de paz.

Outro desafio, evidenciado pelos Padres Sinodais, refere-se às diversas formas de divisão, que se hão-de resolver com a prática sincera do diálogo. Justamente foi assinalado que a coexistência de grupos étnicos, tradições, línguas e mesmo religiões diversas, dentro das fronteiras herdadas das potências coloniais, encontra frequentemente obstáculos, devido a graves hostilidades recíprocas. « As oposições tribais põem por vezes em perigo se não a paz, pelo menos a consecução do bem comum da sociedade no seu conjunto, e criam também dificuldades para a vida das Igrejas e o acolhimento dos Pastores de outras etnias ».61 Eis porque a Igreja em África se sente interpelada pelo preciso dever de reduzir tais fracturas. Também sob este ponto de vista, a Assembleia Especial sublinhou a importância do diálogo ecuménico com as outras Igrejas e comunidades eclesiais, e ainda do diálogo com a religião tradicional africana e com o islamismo. Os Padres interrogaram-se, ainda, sobre os meios possíveis para alcançar essa meta (JOÃO PAULO II, 1995, n. 49).

João Paulo II tratando do continente africano chama a atenção dos padres sinodais para que a Igreja na África não negligencie as inúmeras necessidades dos indivíduos e das sociedades africanas. O próprio tema assumido pelo Sínodo explicita o desafio que espera a Igreja Católica no continente africano; «A Igreja em África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000: "Vós sereis minhas testemunhas" (Act 1,8) ». João Paulo II (1995, n. 8) "(A Exortação Apostólica) Afrontará, depois, os vários aspectos da missão evangelizadora, que reclamam particular atenção da Igreja no momento presente: a evangelização, a inculturação, o diálogo, a justiça e a paz, e os meios de comunicação social."

Devido à profunda convicção de que «a síntese entre cultura e fé não é só uma exigência da 36 cultura, mas também da fé », porque « uma fé que não se torna cultura é uma fé não plenamente acolhida, nem inteiramente pensada, nem fielmente vivida »,151 a Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos considerou a inculturação uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares em

África: só assim pode o Evangelho lançar sólidas raízes nas comunidades cristãs do Continente (JOÃO PAULO II, 1995, n. 78).

Com estes elementos em conjugação com o Sínodo, o papa assume a perspectiva de lançar um olhar confiante e otimista para o futuro e a responsabilidade que se impõe à Igreja na cooperação da construção desse futuro esperançoso. Ao insistir na valorização de inúmeros elementos da cultura africana, o papa aponta muitos elementos culturais que conservam semelhanças com valores culturais do cristianismo.

As culturas africanas têm um sentido muito vivo da solidariedade e da vida comunitária. Em África, não se concebe uma festa que não seja compartilhada por toda a povoação. De facto, a vida comunitária nas sociedades africanas é expressão da família alargada. Com votos ardentes, rezo — e peço para rezarem — a fim de que a África conserve sempre esta preciosa herança cultural e para que não sucumba nunca à tentação do individualismo, tão estranho às suas melhores tradições (JOÃO PAULO II, 1995, n. 44).

O papa partiu da premissa de que nem tudo nessa cultura entra em sincronismo com a cultura cristã, mas insiste mais no respeito e valorização dos elementos iluminadores de tais culturas e que possibilitam a cultura do encontro mediante o diálogo intercultural e inter-religioso.

Na cultura e na tradição africana, o papel da família é considerado por todo o lado como fundamental. Aberto a este sentido da família, do amor e respeito pela vida, o africano ama os filhos, que são recebidos alegremente como um dom de Deus. « Os filhos e filhas de África amam a vida. É precisamente o amor pela vida que os leva a atribuir tão grande importância à veneração dos antepassados. Eles creem instintivamente que os mortos continuam a viver e permanecem em comunhão com eles. Não é isto, de algum modo, uma preparação à fé na comunhão dos Santos?! Os povos da África respeitam a vida desde que é concebida até nascer. Alegram-se com esta vida. Rejeitam a ideia de que ela possa ser aniquilada, mesmo quando a isso quereriam induzi-los as chamadas "civilizações avançadas". E as práticas hostis à vida são lhes impostas por meio de sistemas económicos ao serviço do egoísmo dos ricos ».50 Os Africanos demonstram respeito pela vida até ao seu termo natural, e reservam um lugar no seio da família para os anciãos e os parentes (JOÃO PAULO II, 1995, n. 43).



No discurso de João Paulo II nessa Exortação Apostólica, pode-se verificar como o Sínodo partiu de um dos elementos culturais africanos presentes em praticamente todas as culturas para propor um modo de falar da Igreja e de ser Igreja. O Sínodo assume a denominação da Igreja como família. Sabe-se que a família é um elemento caro à cultura africana. A partir dessa perspectiva é possível assinalar a abertura da Igreja para valorizar elementos culturais que tem grande significado na vida dos indivíduos e das sociedades que se fazem cenário da ação da Igreja em busca de adequar-se culturalmente para que não haja prejuízo à evangelização.

Devido à profunda convicção de que «a síntese entre cultura e fé não é só uma exigência da 36 cultura, mas também da fé », porque « uma fé que não se torna cultura é uma fé não plenamente acolhida, nem inteiramente pensada, nem fielmente vivida »,151 a Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos considerou a inculturação uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares em África: só assim pode o Evangelho lançar sólidas raízes nas comunidades cristãs do Continente (JOÃO PAULO II, 1995, n. 78).

Uma das marcas do discurso de João Paulo II nesta Exortação Apostólica, é a insistência na enculturação da Igreja e sua prática evangelizadora e sua abertura ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Ainda porque o continente africano se encontrasse, por ocasião do Sínodo, sob a contínua ameaça de guerras civis e inúmeros conflitos tribais. A paz se torna especialmente uma urgência para as sociedades africanas.

Por ocasião do meu primeiro encontro com o Conselho da Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, que se reunira tendo em vista a Assembleia Especial para a África, indiquei a razão pela qual pareceu oportuno convocar esta Assembleia: a promoção de « uma orgânica solidariedade pastoral em todo o território africano e nas ilhas contíguas ».16 Com esta expressão, pretendia abraçar os intuítos e objetivos principais para os quais se deveria orientar a dita Assembleia. Para esclarecer ainda melhor as minhas expectativas, acrescentei que as reflexões preparatórias da Assembleia deveriam abarcar « todos os aspectos importantes da vida da Igreja em África e, em particular, deveriam abranger a evangelização, a enculturação, o diálogo, a solicitude pastoral no campo social e os meios de comunicação social » (JOÃO PAULO II, 1995, n.16).

Nessa perspectiva o papa propõe que o Evangelho não é uma ameaça para a originalidade das culturas às quais se dirige na prática evangelizadora da Igreja. Ele próprio aponta para uma radical enculturação tendo como fundamento a encarnação do Verbo de Deus, na perspectiva do cristianismo. João Paulo II (1995, n.59) “O Sínodo considera a inculturação uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África.” De modo que o anúncio do Evangelho a uma cultura não cristã promove o enriquecimento desta sem negar seus princípios de verdade que iluminam as consciências dos seus seguidores. Ao contrário de uma oposição entre o Evangelho e as tradições religiosas não cristãs, no encontro entre ambas explicita-se a presença das sementes do verbo em tais tradições religiosas. Desse modo na perspectiva de João Paulo II, o anúncio do Evangelho não diminui nem desqualifica as demais tradições, mas possibilita o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade que permite a cultura de paz.

À luz do mistério da Encarnação e da Redenção é que se deve realizar o discernimento dos valores e contra valores das culturas. Tal como o Verbo de Deus Se tornou semelhante a nós em tudo, exceto no pecado, assim a enculturação da Boa Nova assume todos os valores humanos autênticos, purificando-os do pecado e restituindo-os ao seu significado pleno. A enculturação mantém ainda laços profundos com o mistério do Pentecostes. Graças à efusão e à ação do Espírito que unifica dons e talentos, todos os povos da terra, ao entrarem na Igreja, vivem um novo Pentecostes, professam em sua língua a única fé em Jesus Cristo e proclamam as maravilhas que o Senhor neles operou. O Espírito, que já no plano natural é fonte originária da sabedoria dos povos, guia com uma iluminação sobrenatural a Igreja para o conhecimento da Verdade total. Por sua vez, a Igreja, assumindo os valores das diversas culturas, torna-se *sponsa ornata monilibus suis*, a noiva que se adorna com suas joias (Is 61,10) (JOÃO PAULO II, 1995, n. 61).

João Paulo II, assume as decisões do Concílio Vaticano II no que se refere a aproximação da Igreja de modo respeitoso aos não cristãos. Reafirma a sua disposição ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Nessa perspectiva o papa aponta que a evangelização da Igreja, com o anúncio de Jesus não negligencia o respeito aos não cristãos. Ao contrário sua afirmação quanto à prática evangelizadora da Igreja junto aos não cristãos

permite verificar que anunciar Jesus Cristo é oportunizar àqueles que não o conhecem a aproximação das verdades cristãs, respeitando a livre escolha dos indivíduos de aderirem ou não a Jesus Cristo.

A Mensagem do Sínodo sublinha que o Deus vivo, Criador do céu e da terra e Senhor da história, é o Pai da grande família humana, que formamos. Como tal, Ele quer que Lhe prestemos testemunho no respeito dos valores e das tradições religiosas próprias de cada um, trabalhando juntos pela promoção humana e pelo desenvolvimento a todos os níveis. Longe de pretender ser Alguém em nome do qual se matam outros homens, Ele empenha os crentes a porem-se juntos ao serviço da vida, na justiça e na paz. Particular atenção, pois, há-de ser dada ao diálogo islâmico-cristão para que respeite, de uma parte e doutra, o exercício da liberdade religiosa com tudo o que isso comporta, nomeadamente as manifestações exteriores e públicas da fé (JOÃO PAULO II, 1995, n. 66).

Desse modo pode-se verificar que o pontificado de João Paulo II está em coerência com o Concílio Vaticano II no que se refere ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. É importante considerar que nessa Exortação Apostólica, ao dirigir-se à Igreja após o término do Sínodo na África, o papa reconhece que a evangelização católica desde o Concílio está imbuída de uma aproximação respeitosa das culturas a que se dirige. Ao destacar elementos culturais promotores do bem, da verdade e da justiça entre os não cristãos João Paulo II reafirma a doutrina conciliar no que se refere às relações da Igreja Católica com os não cristãos.

Com razão, afirmam os Padres Sinodais que « o profundo interesse por uma enculturação verdadeira e equilibrada do Evangelho se torna necessário para evitar a confusão e a alienação na nossa sociedade, a braços com uma rápida evolução ».58 Durante a visita ao Malawi, eu mesmo tive ocasião de dizer: « Proponho-vos hoje um desafio — o desafio a rejeitardes um modo de viver que não corresponda às vossas melhores tradições locais e à vossa fé cristã. Muitos na África olham para além da África, para a chamada "liberdade do modo moderno de viver". Hoje exorto-vos calorosamente a olhar para vós mesmos. Vede as riquezas das vossas tradições, olhai a fé que celebramos nesta Assembleia. Haveis de encontrar aqui a liberdade genuína; aqui encontrareis Cristo que vos guiará para a verdade » (JOÃO PAULO II, 1995, n. 48).

Na Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso em 24 de novembro de 1995, o Papa João Paulo II, recorda a importância fundamental da Declaração Conciliar, *Nostra Aetate*, para o diálogo inter-religioso. Seu pronunciamento permite verificar que a compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é uma convicção da Igreja Católica e constitui uma atitude presente e deve ser continuada. Não é uma inspiração do passado e nele guardado, mas ao contrário faz parte da própria ação evangelizadora da Igreja.

O "diálogo da espiritualidade" é uma forma essencial e suprema de diálogo entre homens e mulheres de diferentes experiências religiosas. Permite que "pessoas enraizadas em suas próprias tradições religiosas" dividam "suas riquezas espirituais, por exemplo, no que diz respeito a oração e contemplação, fé e maneiras de buscar a Deus ou ao Absoluto" (*Evangelii Nuntiandi*, 42). Esse tipo de intercâmbio, para o qual devem ser adequadamente preparados, pode ser uma fonte de enriquecimento mútuo e um estímulo para uma colaboração frutífera na promoção e salvaguarda dos mais elevados valores e ideais espirituais da humanidade (JOÃO PAULO II, 1995, n. 4).

João Paulo II aponta a importância da temática proposta pela Assembleia que destaca o tema "O Diálogo da Espiritualidade e da Espiritualidade do Diálogo," como um caminho que permite aprofundar na compreensão da dimensão espiritual dos seres humanos e ainda permite tocar na malha da diversidade religiosa em que caminhos percorridos por diversas sociedades e culturas que contribuíram e contribuem para o enriquecimento da sociedade humana.

Espiritualidade", hoje no centro de suas reflexões, implica a idéia de uma busca da parte do homem de um relacionamento pessoal com Deus, um relacionamento que pode dar vida e consistência às suas relações com crentes de outras tradições religiosas. "Espiritualidade" não é apenas conhecimento e debate. É inseparável da busca da santidade, que, em sentido absoluto, pertence apenas a Deus, mas que, através de sua misericórdia amorosa, também é concedido ao homem como um dom e responsabilidade (JOÃO PAULO II, 1995, n. 3).

Na perspectiva do pontífice há uma inquietação comum a todos os indivíduos no que se refere ao drama e mistério da existência humana. Não obstante sejam diversas as tradições religiosas que acompanham o percurso da existência humana, há um elemento comum entre todos os que praticam ou

aderem a uma religião. O significado da vida e de tudo que nela está contido como experiência e existência, a origem e o fim da aventura humana. É ainda comum a todos buscarem em sua tradição religiosa as respostas a essa dramática indagação. O diálogo da Espiritualidade abre espaço para a proximidade e troca de experiências e das respostas construídas no escopo das diversas religiões.

Este diálogo de espiritualidade requer uma espiritualidade de diálogo, isto é, de uma visão capaz de apoiar os esforços empreendidos para favorecer boas e harmoniosas relações entre os fiéis de diferentes religiões. O diálogo inter-religioso nunca é simples. Precisa de convicções sólidas, grande compreensão e profunda sensibilidade à diversidade (JOÃO PAULO II, 1995, n. 5).

O papa destaca que há muitas tentativas para responder às inquietações existenciais dos homens e mulheres. Embora a religião, na perspectiva do papa, proponha a resposta melhor, mais completa e esperançosa, é preciso compreender que na modernidade a sociedade é povoada de outras respostas que por vezes afastam as pessoas da perspectiva da transcendência.

João Paulo II (1995, n. 4) “Embora o diálogo possa assumir outras formas [...] o diálogo da espiritualidade oferece profundidade e qualidade que podem evitar outras formas de dialogar, o perigo de um ativismo puro e simples.” Esta é uma ocasião em que o diálogo inter-religioso ajuda a somar esforços a partir das riquezas que as diversas tradições religiosas alcançaram e constituem patrimônio da humanidade. “A Igreja também acredita encontrar em seu Senhor e Mestre a chave, o centro e o fim de toda a história humana” (*Gaudium et Spes*, 10).

Muitas vezes hoje, em muitas partes do mundo, a cultura materialista aprisiona, por assim dizer homens no espaço e no tempo, para que os encontrem desorientados e incapazes de compreender a vida. Alguns, como o Concílio Vaticano II já observou, vivendo em uma atmosfera de materialismo prático, não percebem este drama humano (cf. *Gaudium et Spes*, 10). Outros, então, “somente pelos esforços humanos, esperam uma verdadeira e plena libertação da humanidade, e estou convencido de que o futuro reino do homem na terra satisfará todos os desejos de seus corações” (*Gaudium et Spes*, 10). Então, uma terceira categoria, aqueles que acreditam em Deus ou buscam o Absoluto, encontram uma resposta para estas questões do coração do homem através da espiritualidade, em outras palavras, através de uma concepção de vida e história do homem não limitada por limites estreitos da nossa existência humana, mas aberta à transcendência e à eternidade (JOÃO PAULO II, 1995, n.2).

Em seu discurso o papa explicita a compreensão da Igreja ao considerar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, sua disposição em reconhecer e valorizar o esforço das diversas tradições religiosas na busca da verdade. Ainda o papa destaca que muito do que foi constituído por muitas tradições religiosas não cristãs é conteúdo de verdadeiro caráter religioso. Isso aponta para um dos princípios essenciais do diálogo inter-religioso, o respeito à alteridade religiosa.

Numa perspectiva mais ampla, a busca pela perfeição, purificação, conformação à vontade de Deus não se limita apenas aos cristãos. É sobre todo ser humano. Não é de admirar, então, se encontrarmos nas tradições religiosas da humanidade uma clara consciência do chamado aos valores mais elevados. As várias religiões, como o meu predecessor Paulo VI ensinou, "carregam dentro de si o eco de milênios de buscar a Deus, pesquisa incompleta, mas freqüentemente realizada com sinceridade e retidão. Eles têm uma herança impressionante de textos profundamente religiosos. Eles ensinaram gerações de pessoas a rezar. Eles estão todos espalhados com inúmeros "germes da Palavra" "(*Evangelii Nuntiandi*, 53) (JOÃO PAULO II, 1995, n. 3).

Por ocasião do Primeiro Congresso dos Leigos Católicos do Oriente Médio, de 10 a 14 de junho de 1997, João Paulo II indica a sua compreensão da necessidade do diálogo inter-religioso como meio eficaz para a construção da paz e da solidariedade. A própria realidade da Igreja Católica no Oriente Médio é uma ambiência fomentadora do diálogo. Considere-se que naquela região há diversos ritos em diversas comunidades cristãs católicas. Além disso os cristãos dividem, espaço com outras tradições religiosas dentre as quais as comunidades formadas de muçulmanos. É um ambiente no qual urge a compreensão e abertura ao diálogo, especialmente o inter-religioso como caminho aberto à solidariedade e à paz.

Embora os cristãos católicos sejam minoria, o papa recorda que cabe à Igreja, e isso inclui os cristãos católicos leigos a abraçarem o protagonismo não somente do diálogo entre cristãos de denominações diferentes ou com diferentes hábitos e práticas litúrgicas, mas que assumam e compreendam a importância do diálogo inter-religioso. Esse deve apoiar-se e apoiar a convivência entre crentes de tradições religiosas diferentes, visando sempre ao predomínio da paz e do bem comum. A proximidade respeitosa na convivência e na frequência de lugares sociais e políticos comuns pode servir como ponto de partida para a compreensão da possível e necessária tolerância religiosa. É

possível verificar que a compreensão de João Paulo II no campo do diálogo inter-religioso exige do cristão não fechar-se no seu mundo cristão, mas engajar-se na vida comum e cooperar no sentido de promover o bem a todos; permitindo verificar sua compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade (JOÃO PAULO II, 2000, n.1).

Nesse mesmo documento o papa recorda que os cristãos leigos católicos devem estar atentos aos acontecimentos do país em que se encontram e devem considerar a diversidade como uma realidade também presente no campo religioso. Devem então ser presença colaboradora e construtora de paz e solidariedade; eles mesmos devem ser solidários e a partir de sua fé colaborar para o bem comum e a construção da paz e da solidariedade.

Assim, serão impelidos a pôr os próprios talentos e capacidades profissionais ao serviço do progresso dos seus compatriotas e a participar activamente na gestão social e na vida política da sua pátria. Cada comunidade cristã é composta de pessoas de origem e sensibilidades diferentes. Cada um tenha o cuidado de «tudo fazer numa concórdia divina, sob a guia do bispo» (Santo Inácio de Antioquia, Carta aos Magnésios, 6, 1), evitando as divisões como princípio de todos os males! (JOÃO PAULO II, 2000, n.1).

Na audiência pública de 09 de setembro de 1998, João Paulo II deixa clara a sua adesão à doutrina do Concílio Vaticano II, sobre o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade e indica sua clara percepção do novo modo de relacionamento da Igreja Católica com as religiões não cristãs. João Paulo II (1986, p. 322, n. 4) “Através do diálogo, façamos com que Deus esteja presente no meio de nós: pois enquanto nos abirmos uns aos outros, abrimo-nos também a Deus”. Não se afasta do Concílio, mas apoia-se na perspectiva conciliar no trato com as tradições não cristãs. Recorda que a Igreja assume, ensina e exorta aos seus crentes que superem as antigas posturas agressivas com os não cristãos, praticadas no passado. Para tanto o papa retoma a Declaração *Nostra Aetate* e aponta a postura oficial da Igreja em relação aos não-cristãos. No discurso de João Paulo II, é possível verificar em seu pontificado uma continuidade da doutrina do Concílio Vaticano II que aponta a abertura da Igreja no sentido de superar a aspiração de ser o único canal possível da ação de Deus e da salvação dos homens. Reafirma Cristo como

único salvador e a Igreja Católica como corpo místico de Cristo; e assume a ação do Espírito Santo para além das estruturas visíveis desse mesmo corpo.

Em todas as autênticas experiências religiosas, a manifestação mais característica é a oração. Por causa da constitutiva abertura do espírito humano à ação com que Deus o solicita a transcender-se, podemos considerar que «toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração de todo o homem» (Alocução aos membros da Cúria Romana, 22/12/1986, n. 11, em *Insegnamenti* IX/2 [1986], pág. 2028) (JOÃO PAULO II, 1998, n. 2).

Isso permite verificar que a Igreja Católica reconhece a presença e ação de Deus nas tradições religiosas não cristãs e acolhe em relação fraterna a sua busca da verdade e prática do bem. Apoiado em antiga doutrina dos padres da Igreja, o pontífice retoma a temática das Sementes do Verbo em todas as religiões; essa presença não é inerte ou estática, mas uma presença atual e atuante. A partir dessa doutrina João Paulo II indica que

Essa doutrina impele-nos a afirmar que, embora por caminhos diferentes, «está contudo voltada para uma mesma direção, a mais profunda aspiração do espírito humano, tal como ela se exprime na busca de Deus; e conjuntamente na busca, mediante a tensão no sentido de Deus, da plena dimensão da humanidade, ou seja, do sentido pleno da vida humana» (*Redemptor hominis*, 11). As «sementes de verdade», presentes e operantes nas diversas tradições religiosas, são um reflexo do único Verbo de Deus, «que a todo o homem ilumina» (cf. Jo 1, 9) e que Se fez carne em Cristo Jesus (cf. Jo 1, 14). Elas são ao mesmo tempo «efeito do Espírito da verdade, operante para além dos confins visíveis do Corpo Místico», e que «sopra onde quer» (Jo 3, 8) (cf. *Redemptor hominis*, 6 e 12) (JOÃO PAULO II, 1998, n. 1).

Nessa mesma audiência pública o papa faz uma declaração significativa sobre as tradições religiosas não cristãs ao afirmar que a busca de Deus não é apenas um esforço humano, mas é ação do Espírito de Deus. Isso permite verificar que João Paulo II reafirma a doutrina conciliar que propõe e assume que não se pode ter o monopólio da verdade religiosa nem de Deus. João Paulo II (1998, n.3) “O Espírito Santo está presente nas outras religiões não só através das autênticas expressões de oração. A presença e a ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos,



as culturas e as religiões.” O papa chega mesmo a afirmar que as tradições religiosas nascem de autênticas experiências pessoais do Sagrado; experiências autênticas que transformam pessoas e suscitam seguidores. Mas o pontífice não fala das tradições religiosas não cristãs de modo genérico, aponta a visibilidade de tais religiões em seus ritos, doutrinas e valores.

Antes de tudo, é preciso ter presente que toda a busca do espírito humano em direcção da verdade e do bem e, em última análise, de Deus, é suscitada pelo Espírito Santo. Precisamente desta abertura primordial do homem em relação a Deus nascem as diversas religiões. Não raro na sua origem encontramos fundadores que realizaram, com a ajuda do Espírito de Deus, uma mais profunda experiência religiosa. Transmitida aos outros, essa experiência tomou forma nas doutrinas, nos ritos e nos preceitos das várias religiões (JOÃO PAULO II, 1998, n. 2).

João Paulo II dá um passo significativo na busca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade ao admitir que os crentes não cristãos são atingidos pela salvação de Jesus Cristo mesmo sem pertencerem à Igreja Católica ou ao cristianismo. Isso é significativo por tocar na princípio que reza: “fora da Igreja não há salvação.” O pontífice então propõe que aos não cristãos a vivência do bem presente em sua própria religião e a sincera obediência à sua consciência é ambiência de salvação. Esta então fica à exclusiva ação de Deus e não da pertença ao cristianismo ou à Igreja Católica. Isso é importante quando se deseja com sinceridade abrir-se ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade e se deseja estabelecer canais de diálogo.

Normalmente, «é através da prática daquilo que é bom nas suas próprias tradições religiosas e seguindo os ditames da sua consciência, que os membros das outras religiões respondem de maneira positiva ao convite de Deus e recebem a salvação em Jesus Cristo, ainda que não O reconheçam como o seu Salvador (cf. *Ad gentes*, 3, 9 e 11)» (Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso – Congregação para a Evangelização dos Povos, Instrução Diálogo e Anúncio, 19 de Maio de 1991, n. 29, em *Enchiridion Vaticanum* 13 [1991-1993], pág. 203). [...] Tal possibilidade realiza-se mediante a adesão íntima e sincera à Verdade, o dom generoso de si ao próximo, a busca do Absoluto suscitada pelo Espírito de Deus. Também através da actuação dos preceitos e das práticas conformes à lei moral e ao autêntico sentido religioso se manifesta um raio da Sabedoria divina.

Precisamente em virtude da presença e da acção do Espírito, os 2 elementos de bem, dentro das diversas religiões, dispõem misteriosamente os corações para acolherem a revelação plena de Deus em Cristo (JOÃO PAULO II, 1998, n. 3).

O papa aponta o que a Igreja assume e orienta seus fiéis na relação com as tradições religiosas não cristãs e com os seus seguidores. Nessa indicação do papa é possível verificar que a Igreja renunciou às práticas do passado que pretendiam impor a doutrina cristã aos outros crentes. Permite ainda a percepção de uma nova postura da Igreja no trato, respeito, valorização e reconhecimento do contributo dos não-cristãos à família humana. O discurso de João Paulo II sinaliza a convicção e abertura da Igreja Católica ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Pelos motivos aqui recordados, a atitude da Igreja e de cada um dos cristãos para com as outras religiões é marcada por respeito sincero, simpatia profunda e também, quando for possível e oportuno, por colaboração cordial. Isto não significa esquecer que Jesus Cristo é o único Mediador e Salvador do género humano. Nem sequer significa atenuar a tensão missionária, à qual estamos obrigados em obediência ao mandato do Senhor ressuscitado: «Ide, pois, ensinai todas as nações, baptizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo» (Mt 28, 19). Antes, a atitude de respeito e diálogo constitui um imperioso reconhecimento das «sementes do Verbo» e dos «gemidos do Espírito». Neste sentido, longe de se opor ao anúncio do Evangelho, ela prepara-o, à espera dos tempos dispostos pela misericórdia do Senhor (JOÃO PAULO II, 1998, n.4).

João Paulo II aponta em seu pontificado a continuidade e aprofundamento da decisão da Igreja, especialmente a partir do Concílio Vaticano II, em continuar e dinamizar o diálogo inter-religioso. Ciente de seu protagonismo para viabilizar o diálogo entre as sociedades e entre as diversas tradições religiosas, a Igreja não pode prescindir de ela mesma abrir-se ao diálogo antes de propô-lo aos demais. Embora em seu discurso na Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso em 30 de outubro de 1998, acentue a importância das comemorações do jubileu de dois mil anos do nascimento de Jesus Cristo e o Seu evento na história, o pontífice destaca a exigência de conversão sincera para que o diálogo inter-religioso seja mais que um projeto.

Com os Padres do Concílio exorto-vos, e a todos os filhos e filhas da Igreja, a reconhecer, conservar e fazer progredir os bens espirituais e morais que se encontram entre os não cristãos, «com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes doutras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs» (*Nostra aetate*, 2). Deste modo, a Igreja estará atenta à obra do Espírito nos corações de outros crentes. Poderemos assim edificar sobre objetivos alcançados, consolidar os esforços actuais e encorajar a futura cooperação entre todos os que buscam a verdade transcendente (JOÃO PAULO II, 1998, n. 3).

O pontífice reafirma a disposição e convicção da Igreja em reconhecer os valores presentes nas tradições religiosas não-cristãs. Essa compreensão exige um esforço institucional, um esforço dos pastores da Igreja e de seus fiéis, no sentido de se abrirem com sinceridade ao diálogo com o pressuposto do respeito fraterno que não exclui, nem diminui o valor e a contribuição que outras tradições religiosas podem dar à sociedade.

Para alcançar correctamente a finalidade de «alargar os horizontes», é necessária uma conversão do coração, uma metanoia que foi justamente o objecto das vossas reflexões nestes dias. Com efeito, o coração humano é o ponto de partida desta peregrinação interior e tem um papel essencial em todo o diálogo religioso. As vossas reflexões visam, portanto, um objectivo importante. Ajudarão a Igreja a empenhar-se de modo cada vez mais pleno e eficaz no diálogo com os nossos irmãos e irmãs de diferentes tradições religiosas (JOÃO PAULO II, 1998, n. 2).

Mas João Paulo II sinaliza um algo a mais na capacidade para o diálogo. Não se trata apenas de no presente considerar aspectos contributivos das diversas tradições religiosas com seus valores e princípios, alguns próximos e outros comuns ao cristianismo no presente. O papa sugere que o tesouro das tradições religiosas não cristãs situados e assimilados por suas respectivas culturas no tempo anterior à chegada e anúncio do Evangelho entre os seus pode e deve ser respeitado.

Tendo como base a recente Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Ásia - com os seguidores do Induísmo, do Budismo, do Xintoísmo e de todos aqueles modos de pensar e de viver, que já estavam radicados na Ásia, antes de ali chegar o Evangelho. As vossas reflexões situam-se justamente no contexto geral de «O diálogo de espiritualidade e a espiritualidade do diálogo» (João Paulo II, 1998, n. 2).

Esse pensamento do papa inclui a valorização da participação do indivíduo no âmbito de sua individualidade, sua adesão pessoal a um processo de superação de pressupostos fragmentadores assumidos em tempos passados que contribuíram para a intolerância para com a alteridade. O indivíduo ao qual a Igreja se dirige vive em sua sociedade plural, multicultural e plurirreligiosa. O caminho para o diálogo pede a superação de razões agressivas do passado, bem como desvincular-se do desejo de vingança das ações passadas.

“A oração é o vínculo que mais eficazmente nos une: graças a ela, os crentes conseguem encontrar-se lá onde são superadas as desigualdades, incompreensões, rancores e hostilidades, isto é, diante de Deus, Senhor e Pai de todos” (Mensagem para o Dia Mundial da Paz, 1992, n. 4). Por esta razão, podemos também apreciar a importância das comunidades cristãs de oração, em particular as contemplativas nas sociedades multirreligiosas. Ao darem testemunho da Boa Nova de Jesus Cristo, essas comunidades tornam-se pontes de fraternidade e de solidariedade e promovem um diálogo e uma cooperação fecundos entre cristãos e seguidores de outras religiões (João Paulo II, 1998, n. 2).

O Papa João Paulo II, ao dirigir-se ao presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, Cardeal Arinze e aos demais membros que cooperam com seu trabalho no campo desafiador, porém necessário do diálogo inter-religioso, situa-o no cenário de comemorações do bimilenário do nascimento de Jesus Cristo, o que cerca o empenho sincero por parte da Igreja na busca do diálogo com as demais tradições religiosas.

Para alcançar correctamente a finalidade de «alargar os horizontes», é necessária uma conversão do coração, uma metanoia que foi justamente o objecto das vossas reflexões nestes dias. Com efeito, o coração humano é o ponto de partida desta peregrinação interior e tem um papel essencial em todo o diálogo religioso. As vossas reflexões visam, portanto, um objectivo importante. Ajudarão a Igreja a empenhar-se de modo cada vez mais pleno e eficaz no diálogo com os nossos irmãos e irmãs de diferentes tradições religiosas, em particular com os Muçulmanos (JOÃO PAULO II, 1998, n.2).

O pontífice destaca o significativo passo dado na compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, a aproximação da Igreja junto aos seguidores de outras tradições religiosas como Hinduísmo, Budismo e Xintoísmo. João Paulo II (1998, n.3) “A Igreja estará atenta à obra do Espírito nos corações de outros crentes. Poderemos assim edificar sobre objectivos alcançados, consolidar os esforços actuais e encorajar a futura cooperação entre todos os que buscam a verdade transcendente.” É possível verificar a disposição para o diálogo com uma nova perspectiva no sentido de valorizar o significativo bem que tais religiões promoveram em suas culturas antes da chegada do Evangelho. João Paulo II (1998, n. 3) “Com os Padres do Concílio exorto-vos, e a todos os filhos e filhas da Igreja, a reconhecer, conservar e fazer progredir os bens espirituais e morais que se encontram entre os não cristãos.” Então o respeito às outras tradições e o reconhecimento de seus valores consta da perspectiva e prática dialogal da Igreja.

Nesse contexto o papa destaca a importância do diálogo da oração, um elemento comum às diversas tradições religiosas. Acentua que nesse ambiente orante é possível superar as rivalidades e mágoas do passado, muitas provocadas pelas próprias religiões.

De facto, uma autêntica e duradoura conversão do coração não pode acontecer senão com espírito de oração. «A oração é o vínculo que mais eficazmente nos une: graças a ela, os crentes conseguem encontrar-se lá onde são superadas as desigualdades, incompreensões, rancores e hostilidades, isto é, diante de Deus, Senhor e Pai de todos » (Mensagem para o Dia Mundial da Paz, 1992, n. 4). Por esta razão, podemos também apreciar a importância das comunidades cristãs de oração, em particular as contemplativas nas sociedades multirreligiosas (JOÃO PAULO II, 1998, n.2).

Em 22 de janeiro de 1999, o papa João Paulo II fez publicar a Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America*, após o Sínodo da Igreja na América. Esse Sínodo teve como motivação os quinhentos anos da presença do cristianismo católico na América por ocasião da comemoração dos quinhentos anos de colonização do continente americano. O papa propõe inseri-lo, como os outros, na perspectiva de preparação para o bimilenário do cristianismo. O papa segue o mesmo esquema, fazendo uma introdução na qual descreve as razões do

Sínodo e sua relação com o Jubileu. O pontífice retoma a temática da abertura da Igreja em compartilhar com todos, sua própria prática evangelizadora e ao longo do documento vai destacando sua presença no continente americano, os benefícios que a presença colaborativa da Igreja na formação da sociedade americana e aponta os desafios da evangelização na modernidade e a responsabilidade da Igreja em cooperar na superação dos problemas de ordem moral e social ainda presente entre essas sociedades.

No mesmo dia em que completavam-se os quinhentos anos do início da evangelização da América, dia 12 de outubro de 1992, desejando abrir novos horizontes e dar renovado impulso à evangelização, no discurso de abertura dos trabalhos da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo, fiz a proposta de um encontro sinodal, «visando incrementar a cooperação entre as diversas Igrejas particulares » para juntos enfrentar, no âmbito da nova evangelização e como expressão da comunhão episcopal, os problemas relativos à justiça e à solidariedade entre todas as nações da América (JOÃO PAULO II, 1999, n. 2).

O tema escolhido e sugerido pelo papa aos bispos do continente americano, « Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América.» É possível verificar algo novo nesse tema. Ao reportar-se à América como totalidade continental, o papa propõe uma chamada à ideia de comunhão em um só continente, sem a classificação costumeira de fazer destes dois continentes, América do Norte e América do Sul. De modo explícito João Paulo II relaciona a evangelização com a responsabilidade na urgência de superação das diferenças sociais gritantes no continente.

Os elementos comuns a todos os povos da América, entre os quais ressalta uma comum identidade cristã e um sincero empenho na consolidação dos vínculos de solidariedade e comunhão entre as diversas expressões do rico patrimônio cultural do Continente, constituem o motivo decisivo que me levou a pedir que a Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos dedicasse as suas reflexões à América como uma única realidade. A escolha de usar a palavra no singular queria significar não só a unidade, sob certos aspectos já existente, mas também aquele vínculo mais estreito ao qual os povos do Continente aspiram e que a Igreja deseja favorecer, no âmbito da própria missão dirigida a promover a comunhão no Senhor (JOÃO PAULO II, 1999, n. 5).

A exortação a uma comunhão, segundo o pontífice, necessária à evangelização exige um processo de conversão começando pela superação da classificação que reforça o distanciamento entre os ricos e os pobres, entre os países desenvolvidos, os subdesenvolvidos e não desenvolvidos. João Paulo II (1999, n. 3) “O tema manifesta com clareza a centralidade da pessoa de Jesus Cristo ressuscitado, presente na vida da Igreja, que convida à conversão, à comunhão e à solidariedade.” Essa classificação reforça e encoraja a divisão social e justifica o predomínio financeiro e monetários dos países ricos sobre os pobres.

Por isso, a solidariedade é fruto da comunhão que se baseia no mistério de Deus uno e trino, e no Filho de Deus encarnado e morto por todos. Ela se exprime no amor do cristão que procura o bem de todos, especialmente dos mais necessitados. Nasce daí, para as Igrejas particulares do Continente americano, o compromisso da recíproca solidariedade e da partilha dos bens materiais e dos dons espirituais com que Deus as abençoou, estimulando a disponibilidade das pessoas para trabalhar onde for preciso. A partir do Evangelho, é necessário promover uma cultura da solidariedade que incentive oportunas iniciativas de apoio aos pobres e aos marginalizados, de modo especial aos refugiados, que veem-se forçados a deixar suas aldeias e terras para fugir da violência (JOÃO PAULO II, 1999, n. 52).

O papa insiste que as duas comemorações, o bimilenário do cristianismo e os quinhentos anos da evangelização na América, são oportunidade de uma reestruturação na prática evangelizadora da Igreja. Uma adequação dos métodos e linguagens para que sua mensagem chegue às sociedades modernas considerando seu novo panorama cultural. O pontífice pede que não se repita os métodos e linguagens de modo a repetir uma ação, mas reformulá-la de modo que o evangelho seja audível para a sociedade marcada por diversidades de toda ordem. Essa nova perspectiva exige a superação de métodos aplicados em uma sociedade rural e agrária, o que não corresponde mais à América que enfrenta ainda o fenômeno da urbanização. A práxis evangelizadora da Igreja deve ter em conta esse novo elemento social que recoloca o indivíduo na sociedade e reformula suas relações interpessoais, sociais e institucionais; incluindo suas relações com a Igreja. Não se trata, portanto, de uma ação que pressuponha uma América católica, mas um continente caracterizado por diversas manifestações religiosas, o que exige capacidade de perceber o novo

cenário sociocultural e a necessidade de uma nova linguagem com novos métodos de evangelização.

Evangelizar a cultura urbana constitui um formidável desafio para a Igreja, que, assim como durante séculos soube evangelizar a cultura rural, da mesma forma é também chamada hoje a levar a cabo uma evangelização urbana metódica e capilar através da catequese, da liturgia e do mesmo modo de organizar as próprias estruturas pastorais (JOÃO PAULO II, 1999, n. 21).

Essa tomada de consciência de que a Igreja deve falar a sociedades nas quais a diversidade cultural é uma realidade, permite verificar que João Paulo II assumiu a insistência no diálogo como novo cenário da Igreja, e o seu pontificado como explicitação dessa abertura. O pontífice, recorda o pensamento de Paulo VI ao reafirmar que a nova evangelização deve ter em conta a necessidade de dialogar com as culturas contemporâneas pois a diversidade cultural exige nova modalidade na práxis evangelizadora da Igreja a fim de que se estabeleça o diálogo com as diversas manifestações culturais das sociedades.

O meu predecessor Paulo VI, com sábia inspiração punha em relevo que a « ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época ». (263) Justamente por isso, os Padres Sinodais consideraram que « a nova evangelização requer um esforço lúcido, sério e organizado para evangelizar a cultura ». (264) O Filho de Deus, quando assumiu a natureza humana, encarnou-Se no âmbito de um determinado povo, embora a sua morte redentora tenha trazido a salvação a todos os homens, qualquer que seja a sua cultura, raça e condição. O dom do seu Espírito e o seu amor são destinados a todos e cada um dos povos e culturas para os unir entre si à imagem daquela perfeita união que existe em Deus Uno e Trino. Para que isso seja possível, é necessário inculturar a pregação, de forma que o Evangelho seja anunciado na linguagem e na cultura de quantos o ouvem. (265) Simultaneamente, porém, é preciso não esquecer que só o mistério pascal de Cristo, suprema manifestação do Deus infinito na finitude (JOÃO PAULO II, 1999, n. 70).

A esse respeito o pontífice enumera uma série de experiências de pessoas com Jesus citadas nos evangelhos e a partir daí insiste na cultura do encontro como oportunidade para o diálogo com todos. Essa cultura do encontro deve ser atualizada na práxis evangelizadora da Igreja com os homens e culturas contemporâneos a fim de que o diálogo supere a perspectiva de proposta e tome concretude na vida da Igreja.



Outro aspecto importante desse documento para o tema dessa pesquisa, O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é a valorização da enculturação do evangelho e do anúncio que dele a Igreja faz. João Paulo II aponta que outras ações de evangelização podem ser acolhidas como ações positivas e em cooperação com a própria ação da Igreja.

Como não dar graças a Deus, e como não expressar vivo apreço pelos irmãos e irmãs na fé que na América, junto a outros cristãos e inúmeras pessoas de boa vontade, estão empenhados em defender, com todos os meios legais, a vida e a tutelar o nascituro, o doente incurável e os inválidos? Sua ação é ainda mais meritória se se consideram a indiferença de muitos, as ameaças eugenéticas e os atentados à vida e à dignidade humana, que diariamente se cometem em todo lugar (JOÃO PAULO II, 1999, n. 63).

O resgate da religiosidade popular, mesmo quando se trata de um catolicismo popular, como porta de entrada para o estabelecimento do diálogo entre a Igreja e as comunidades em cujas culturas estão presentes elementos que assinalam uma relação com o catolicismo, embora não correspondam explicitamente ao conteúdo da fé católica, apontam para uma disposição ao diálogo que assume como premissa valorizar o que se encontra de verdade nessa prática religiosa e assumi-la como oportunidade de entrada da evangelização católica. Essa conduta faz esse documento em coerência com o Concílio Vaticano II e com os outros documentos da Igreja que apontam o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, posto que assume o respeito às diferenças incluindo a religiosidade popular.

Uma vez que, na América, a piedade popular é expressão da inculturação da fé católica e muitas das suas manifestações assumiram formas religiosas autóctonas, não se deve subestimar a possibilidade de recolher dela também, sempre iluminados pela prudência, válidas indicações para uma maior inculturação do Evangelho. Isto possui suma importância especialmente entre as populações indígenas, para que as « sementes do Verbo » presentes na sua cultura alcancem a plenitude em Cristo. O mesmo diga-se a respeito dos americanos de origem africana. A Igreja reconhece que tem a obrigação de se aproximar destes americanos valendo-se da sua cultura, considerando seriamente as riquezas espirituais e humanas de tal cultura, que caracteriza o seu modo de celebrar o culto, o sentido de alegria e de solidariedade, sua língua e suas tradições (JOÃO PAULO II, 1999, n. 16).

Na audiência de 21 de abril de 1999, o Papa João Paulo II, reafirma a convicção da Igreja Católica acerca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Na ocasião o pontífice recorda que o caminho que vem sendo percorrido pela Igreja toma por base a Declaração *Nostra Aetate*, que não somente incentivou a prática e a necessidade do diálogo dos cristãos, especialmente os católicos com os crentes das religiões não cristãs. Segundo o papa essa declaração imprimiu na práxis da Igreja um novo modo de viver sua missão salvífica e ação evangelizadora.

Queremos neste dia reflectir sobre o modo de testemunhar Deus Pai em diálogo com todos os homens religiosos. Nesta nossa reflexão teremos dois pontos de referência: o Concílio Vaticano II, com a Declaração *Nostra aetate* sobre «As relações da Igreja com as religiões não cristãs», e a meta já próxima do Grande Jubileu. A Declaração *Nostra aetate* lançou as bases de um novo estilo, o do diálogo, na relação da Igreja com as várias religiões. Por sua parte, o Grande Jubileu do Ano 2000 representa uma ocasião privilegiada para testemunhar este estilo (JOÃO PAULO II, 1999, n. 1).

Esse novo estilo supera a práxis muito acentuada no passado de condenar as práticas religiosas não cristãs substituindo-a por esse novo estilo denominado pelo pontífice, o diálogo. O papa aponta também como oportunidade para intensificar a prática do diálogo inter-religioso o marco histórico do jubileu dos dois mil anos do nascimento de Jesus Cristo. Para tanto o papa propõe como ponto fundante do diálogo a crença no Deus único, Pai e Criador de tudo e de todos. João Paulo II (1999, n. 1). “A vontade salvífica universal transforma a história humana numa grande peregrinação de povos rumo a um único centro, Jerusalém, porém sem que as diversidades étnico-culturais sejam anuladas.” É precisamente através do diálogo inter-religioso que uma tradição religiosa pode se enriquecer com elementos de outras tradições. O diálogo substitui o medo e o ataque pela convivência fraterna e respeitosa com a diversidade religiosa.

Deste modo, por exemplo, ao haurirmos de religiões como a muçulmana a poderosa afirmação do Absoluto, pessoal e transcendente respeito ao cosmos e ao homem, podemos, da nossa parte, oferecer o testemunho de Deus no íntimo da Sua vida trinitária, esclarecendo que a trindade das Pessoas não atenua mas qualifica a própria unidade divina. De igual modo, dos itinerários religiosos que levam a conceber a realidade última em sentido monístico, como uma «Unidade» indiferenciada na qual tudo se resolve, o cristianismo

recebe o apelo a respeitar o sentido mais profundo do mistério divino, para além de todas as palavras e conceitos humanos (JOÃO PAULO II, 1999, n. 4).

Há na perspectiva de João Paulo II sobre o diálogo inter-religioso um seguro sentido de que a ideia da universalidade salvífica ancorada em único Deus, não pretende eliminar a diversidade das identidades culturais, religiosas ou individuais. Não se trata de uma massificação nem mesmo de uma hegemonia religiosa. João Paulo II (1999, n. 2). “Cada povo, conservando plenamente a própria identidade, é chamado a converter-se sempre mais ao Deus único, que Se revelou a Israel.” A Igreja nesse campo aponta para outra direção que perpassa o tecido das diversidades. Nesse sentido João Paulo II está em coerência com o Concílio Vaticano II, assumido nessa pesquisa como plataforma para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Desde a declaração do Concílio na *Nostra Aetate*, que não apenas admitiu a diversidade como uma das marcas da sociedade pós-moderna, mas imergiu sua prática evangelizadora no tecido social marcado de diversidade cultural e pluralismo religioso.

A convicção, de que Deus está efectivamente a preparar todos os homens para a salvação, serve de fundamento para o diálogo dos cristãos com os homens religiosos de crenças diferentes. O Concílio delineou assim a atitude da Igreja a respeito das religiões não cristãs: «A Igreja católica olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia reflectem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens (JOÃO PAULO II, 1999, n. 3).

Na audiência do dia 28 de abril de 1999, João Paulo II refletiu sobre o diálogo com os judeus explicitando a nova perspectiva da Igreja não somente sobre o diálogo, mas também sobre esse povo. Não há mais espaço no interior do magistério católico para a compreensão dos judeus como povo inimigo do cristianismo, menos ainda para imputar-lhe a culpa pela morte de Jesus. Retomando a Carta Apostólica *Tertio Millennio adveniente*, o papa ressalta o especial desejo da Igreja de reatar os laços com o povo judeu.

O Papa aponta vários elementos presentes nas duas tradições religiosas que indicam mais proximidade do que distanciamento entre cristãos e judeus. O

discurso positivo de João Paulo II destaca uma esperança na construção de um futuro de proximidade, fraternidade, respeito e reciprocidade entre ambas.

Esta atitude de diálogo entre cristãos e judeus exprime não só o valor geral do diálogo entre as religiões, mas inclusive a partilha do longo caminho que leva do Antigo ao Novo Testamento. Há uma grande parte da história da salvação para a qual cristãos e judeus olham juntos. «Ao invés das outras religiões não cristãs, a fé judaica é já uma resposta à Revelação de Deus na Antiga Aliança» (Catecismo da Igreja Católica [CIC], 839) (JOÃO PAULO II, 1999, n. 2).

O papa destaca que o diálogo abre caminho não somente para uma convivência respeitosa capaz de ressignificar os caminhos percorridos por tradições religiosas diferentes. Tais percursos, ainda que tenham encontrado significados diversos sobre a existência humana e os dramas existenciais, podem ajudar-se mutuamente para o bem comum desde a partilha de seu patrimônio cultural e dos valores que pregam. O pontífice refere-se com atenção especial aos judeus recordando que os danos relacionais do passado vividos pelas duas tradições podem ser superados e a mútua cooperação refaz os caminhos da paz e da solidariedade.

Esta atitude de diálogo entre cristãos e judeus exprime não só o valor geral do diálogo entre as religiões, mas inclusive a partilha do longo caminho que leva do Antigo ao Novo Testamento. Há uma grande parte da história da salvação para a qual cristãos e judeus olham juntos. [...] Esta história é iluminada por uma imensa plêiade de pessoas santas, cuja vida testemunha a posse das coisas que se esperam na fé. A Carta aos Hebreus põe em evidência precisamente esta resposta de fé ao longo do curso da história da salvação (cf. Hb 11). O corajoso testemunho da fé deveria também hoje caracterizar a colaboração de cristãos e judeus na proclamação e actuação do desígnio salvífico de Deus em favor da humanidade inteira. Depois, se este desígnio é interpretado de modos diferentes no que concerne à recepção de Cristo, isto comporta obviamente uma divaricação decisiva, que está na origem do próprio cristianismo, mas não impede que haja muitos elementos comuns. Subsiste sobretudo o dever de colaborar para promover uma condição humana mais conforme ao desígnio de Deus (JOÃO PAULO II, 1999, n. 2).

Um dos elementos fortes resultantes do diálogo inter-religioso, é a verificação dos princípios e valores comuns que perpassam os códigos doutrinários das diversas tradições. Esses elementos somados permitem a

proteção da vida e da pessoa humanas, que ocupam lugar singular na ambiência religiosa. É possível verificar no discurso do pontífice a reafirmação de que o diálogo inter-religioso não está interessado em proselitismo. João Paulo II (1999, n. 3) “Hoje, o diálogo implica o facto de que os cristãos estão mais conscientes destes elementos que nos aproximam.” Ao contrário parte do princípio do respeito à alteridade. Não se trata de discutir doutrina, mas estreitar o compromisso com o bem comum especialmente o bem da pessoa humana e a preservação de sua vida.

Ao reconhecerem o senhorio de Deus sobre a inteira criação e em particular sobre a terra (cf. Lv 25), todos os fiéis são chamados a traduzir a própria fé em compromisso concreto, para proteger a sacralidade da vida humana em todas as suas formas e defender a dignidade de cada irmão e irmã (JOÃO PAULO II, 1999, n. 2).

Em seu discurso o pontífice permite verificar a mudança de mentalidade da Igreja ao referir-se às outras tradições religiosas. Não se trata mais de partir da Igreja como paradigma único da verdade. O papa propõe que a Igreja é de certo modo herdeira do judaísmo, cuja tradição religiosa através de algumas de suas estruturas rituais, está presente na estrutura litúrgica da Igreja. Destaca então algumas datas litúrgicas católicas presentes na tradição judaica.

Nas nascentes bíblicas compartilhadas com os irmãos judeus, encontram (os cristãos), elementos indispensáveis para viver e aprofundar a sua própria fé. Isto é verificável, por exemplo, na Liturgia. Assim como Jesus, que Lucas nos apresenta enquanto, na sinagoga de Nazaré, abre o livro do profeta Isaías (cf. Lc 4, 16 ss.), assim também a Igreja haure da riqueza litúrgica do povo hebraico. Ela ordena a liturgia das horas, a liturgia da palavra e até mesmo a estrutura das orações eucarísticas em conformidade com os modelos da tradição hebraica. Algumas grandiosas solenidades, como a Páscoa e o Pentecostes, evocam o ano litúrgico hebraico e representam excelentes ocasiões para recordar na oração o povo que Deus escolheu e ama (cf. Rm 11, 2) (JOÃO PAULO II, 1999, n. 3).

Essa compreensão da necessária valorização do Sagrado no ambiente das demais religiões expressa o princípio do respeito incondicionalmente necessário para que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à

solidariedade supere o discurso e torne-se concretude entre as religiões. João Paulo II (1999, n.2) “todos os fiéis são chamados a traduzir a própria fé em compromisso concreto, para proteger a sacralidade da vida humana em todas as suas formas e defender a dignidade de cada irmão e irmã.” Na oportunidade João Paulo II recorda que houve erros graves no passado, mas apela para o presente seja disposição e disponibilidade de construção de um futuro pacífico, fraterno e respeitoso entre cristãos e judeus. O diálogo entre tradições religiosas diferentes exige de todos a disposição de resignificar o passado em vistas de novas relações e construção de uma sociedade humana mais fraterna da qual se exclua de toda e qualquer forma de antissemitismo, intolerância, discriminação e violência. Incluso a violência religiosa.

Não só a comum história de cristãos e judeus, mas de modo particular o seu diálogo deve ter em vista o porvir (cf. CIC, 840) tornando-se, por assim dizer, «memória do futuro» (Nós recordamos: uma reflexão sobre o Shoah: ed. port. de *L'Osservatore Romano* de 21/3/98, pág. 8). A recordação dos factos tristes e trágicos do passado pode abrir o caminho para um renovado sentido de fraternidade, fruto da graça de Deus, e para o compromisso no sentido de fazer com que as sementes infectadas do antijudaísmo e do anti-semitismo nunca mais se radiquem no coração do homem (JOÃO PAULO II, 1999, n. 4).

Na perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, João Paulo II busca identificar e destacar os elementos comuns entre as tradições religiosas do judaísmo e do cristianismo que servem como ponte para o diálogo entre as duas tradições religiosas. Esse é um olhar que exige o que ele mesmo chamou de conversão do coração para que seja possível uma visão mais ampla da presença de Deus para além das estruturas formais da Igreja.

Ao meditar sobre o mistério de Israel e a sua «vocação irrevogável» (cf. ed port. de *L'Osservatore Romano* de 20/4/86, pág. 8), os cristãos perscrutam também o mistério das suas raízes. Nas nascentes bíblicas compartilhadas com os irmãos judeus, encontram elementos indispensáveis para viver e aprofundar a sua própria fé. Isto é verificável, por exemplo, na Liturgia. Assim como Jesus, que Lucas nos apresenta enquanto, na sinagoga de Nazaré, abre o livro do profeta Isaías (cf. Lc 4, 16 ss.), assim também a Igreja haure da riqueza litúrgica do povo hebraico. Ela ordena a liturgia das horas, a liturgia da palavra e até mesmo a estrutura das orações eucarísticas em conformidade com os modelos da tradição hebraica. Algumas

grandiosas solenidades, como a Páscoa e o Pentecostes, evocam o ano litúrgico hebraico e representam excelentes ocasiões para recordar na oração o povo que Deus escolheu e ama (cf. Rm 11, 2) (JOÃO PAULO II, 1999, n. 3).

O papa propõe que o diálogo inter-religioso aposta na construção de um futuro mais fraterno, em que o bem comum se sobreponha aos interesses de grupos. A atualização da memória de um futuro no sentido de fazê-lo presente desde a perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. De modo que o futuro não se torne algo demasiadamente incerto levando o indivíduo a refugiar-se no passado com sua aparente segurança ideológica e religiosa.

Não só a comum história de cristãos e judeus, mas de modo particular o seu diálogo deve ter em vista o porvir (cf. CIC, 840) tornando-se, por assim dizer, «memória do futuro. » A recordação dos factos tristes e trágicos do passado pode abrir o caminho para um renovado sentido de fraternidade, fruto da graça de Deus, e para o compromisso no sentido de fazer com que as sementes infectadas do antijudaísmo e do anti-semitismo nunca mais se radiquem no coração do homem (JOÃO PAULO II, 1999, n. 4).

Verifica-se nessa perspectiva de João Paulo II, a exigência de desmistificar o passado. Por traz dessa máscara de estabilidade sociocultural havida uma sociedade intolerante, excludente, violenta nas quais o diálogo com as diferenças não existia; inclusive eram combatidas.

Um documento de considerável importância para o diálogo inter-religioso no pontificado de João Paulo II foi a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Asia*, datado de 06 de novembro de 1999. Nele o pontífice faz detalhada descrição da situação da Igreja na Ásia, seu contato com os problemas e dramas sociais, a grande diversidade cultural, política, social e religiosa. O papa indaga sobre as causas que levaram o cristianismo a decrescer nessa região, nascedouro da fé cristã. O pontífice sinaliza que a evangelização católica deve considerar as realidades em que atua. As estruturas políticas, sociais, culturais passam a fazer parte da ação evangelizadora da Igreja como sinalização de abertura ao diálogo.

A Igreja precisa sempre de ter uma compreensão exacta da situação política nos diversos países onde ela procura cumprir a sua missão. Na Ásia, actualmente o panorama político é muito complexo, ostentando um leque de ideologias que varia desde formas democráticas de governo até formas teocráticas. Ditaduras militares e ideologias ateias estão muito presentes. Alguns países reconhecem uma religião oficial de Estado, que deixa pouca ou nenhuma liberdade religiosa às minorias e aos seguidores de outras religiões. Outros Estados, embora não explicitamente teocráticos, reduzem as minorias a cidadãos de segunda classe com menor salvaguarda dos seus direitos fundamentais. Nalguns lugares, não é permitido aos cristãos praticarem livremente a sua fé nem anunciar Jesus aos outros.<sup>22</sup> São perseguidos e é-lhes negado o seu justo lugar na sociedade. Os Padres Sinodais recordaram de maneira particular o povo da China, manifestando a veemente esperança de que todos os seus irmãos e irmãs chineses católicos tenham um dia a possibilidade de cumprir livremente a sua religião e professar visivelmente a sua plena comunhão com a Sé de Pedro (JOÃO PAULO II, 1999, n 8).

Lendo o documento é possível verificar que João Paulo II, considera a diversidade presente na Ásia como um valor positivo como oportunidade de convivência entre as diferenças e ambiência favorável ao anúncio do Evangelho. Embora situe com clareza a hostilidade de algumas organizações políticas à fé cristã. Mas destaca o encorajamento para que os católicos não negligenciem sua missão. O papa situa o Sínodo dos bispos da Igreja Asiática no conjunto de ações para a celebração do bimilenário nascimento de Jesus Cristo. João Paulo II aponta que a Ásia é campo privilegiado da diversidade cultural e religiosa e por isso mesmo é cenário que privilegia a cultura do encontro que a Igreja vem propondo como plataforma que permita o desenvolvimento do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Mesmo internamente a Igreja presente na Ásia sinaliza grande diversidade, seja no culto, nos ritos, nas tradições peculiares de cada povo. Segundo o pontífice isso não é negativo, mas serve exatamente como apoio para a ação evangelizadora da Igreja que acolheu as culturas de cada território e a partir do processo enculturação desenvolveu sua ação evangelizadora.

Nesse documento é possível verificar que o processo de reconhecimento dos valores positivos de outras religiões vai se consolidando desde a perspectiva da Igreja Católica. Não somente o reconhecimento formal, mas um reconhecimento que abre espaço para uma aproximação fraterna que resulta em



muitos encontros de oração e diálogo. A Igreja Católica vai aprofundando sua escolha de assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Não podemos deixar de ficar maravilhados perante a imensidão da população da Ásia e o complexo mosaico das suas múltiplas culturas, línguas, crenças e tradições, que abrangem uma parte substancial da história e do património da família humana. A Ásia é também o berço das maiores religiões do mundo: judaísmo, cristianismo, islamismo e hinduísmo. É a terra natal de muitas outras tradições espirituais como o budismo, taoísmo, confucionismo, zoroastrismo, jainismo, sikhismo e xintoísmo<sup>37</sup>. São milhões também os que vivem comprometidos com religiões tradicionais ou tribais, com variados graus de um complexo ritual e de ensino religioso formal. A Igreja nutre o mais profundo respeito por estas tradições e deseja empenhar-se num diálogo sincero com os seus seguidores. Os valores religiosos, que ensinam, aguardam pelo seu pleno cumprimento em Jesus Cristo (JOÃO PAULO II, 1999, n.6).

A abertura da Igreja ao diálogo, não ficou restrita às diversas Igrejas cristãs, mas vai muito além das fronteiras do cristianismo. A Igreja reafirma Jesus Cristo como único mediador entre Deus e todos os homens, e único autor da salvação, e reafirma o primado da Igreja Católica como mediadora dessa salvação realizada em Jesus Cristo. Mas a partir dessa afirmação a Igreja amplia sua compreensão da autoria e realização da salvação em Jesus Cristo,

---

<sup>37</sup>O Jainismo teve origem por volta do Séc. VII antes da era cristã na bacia do rio Ganges. Em geral, Mahavira é considerado o fundador do Jainismo. A tradição religiosa do jainismo tem como centro os seres humanos e suas preocupações e ensina que o universo é eterno e não possui criador. Embora existam deuses, em um sistema de céus acima do mundo humano, estes deuses não têm influências sobre os assuntos dos seres mortais e eles próprios podem deixar de serem deuses e renascer. Os ensinamentos jainistas descrevem a realidade constituindo duas categorias: Jiva (alma) que na sua forma original é caracterizada por qualidades de pleno conhecimento, bem-aventurança e energia, e a não Jiva- átomos, qualidades de movimento e repouso e que juntos constituem o mundo material.

Sikhismo deriva do termo em sânscrito "sisya", que significa discípulo. O Sikhismo é uma religião fundada por Baba Nanak, que tinha por objetivo criar uma religião que fosse a fusão entre o islamismo e o hinduísmo. O livro sagrado dos seguidores do Sikhismo, chamados sikhs, é o Adi Granth. Uma das ideias pregadas pelo Sikhismo indica que existe um karma, uma influência, na vida atual, de ações cometidas nas vidas anteriores. Além disso, os sikhs são defensores da tolerância e da igualdade e acreditam que somente através de nossos próprios esforços somos capazes de nos libertar. Os três pilares do Sikhismo enfatizam o cumprimento de deveres fundamentais para a religião: Ter Deus presente na mente em todos os momentos (Nam Japam); Sustentar-se pela prática do trabalho honesto (Kirt Karni); Compartilhar o que se consegue no trabalho com os necessitados (Vand Chhakna).

O Xintoísmo é a única religião que pode ser considerada genuinamente japonesa, tendo origens mesclando-se com a do próprio povo japonês. Há dois milênios percebe-se sua predominância no misticismo do país. A denominação adaptada do chinês xin-tao, que significa "via dos deuses", só foi aceita por volta do século XI, embora muitos utilizem o termo kami-no-michi, com a mesma significação. Ao contrário do Budismo, de origem indiana e influência chinesa, o Xintoísmo é dominante apenas no Japão, embora sua prática não exija o abandono ou recusa de outras formas de manifestação de crença religiosa. Não se trata de uma crença exclusivista, pois convive pacificamente e até complementa-se com outras religiões. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/> e <https://www.infoescola.com/>.. Acesso em 25 de junho de 2019.

admitindo que mesmo estando fora das estruturas visíveis da Igreja, considerada e definida como corpo de Cristo, as religiões não cristãs são ambiência da ação do Espírito de Deus que atualiza a ação de Cristo mesmo entre os não cristãos.

O Sínodo foi também uma ocasião para reconhecer as tradições religiosas e civilizações antigas, as profundas filosofias e sabedoria que fizeram da Ásia aquilo que ela é hoje. E sobretudo foram lembrados os próprios povos da Ásia, que constituem a verdadeira riqueza e esperança do futuro do Continente. Durante o Sínodo, aqueles que estiveram presentes foram testemunhas dum encontro extraordinariamente frutuoso entre as antigas e as novas culturas e civilizações da Ásia, um panorama maravilhoso na sua diversidade e convergência, especialmente quando símbolos, cânticos, danças e cores apareceram juntos, em harmoniosa combinação, à volta da Mesa do Senhor, nas Liturgias Eucarísticas de abertura e encerramento. Uma celebração ditada, não pela vaidade de realizações humanas, mas pela consciência do que o Altíssimo tem feito pela Igreja da Ásia (cf. Lc 1, 49) (JOÃO PAULO II, 1999, n. 4).

Na exortação pós-sinodal, João Paulo II aponta que a ação evangelizadora da Igreja abre-se à compreensão da diversidade cultural. Essa nova perspectiva anuncia o esforço para a superação da construção de uma sociedade homogênea e monoreligiosa. Em seu pontificado o papa vai apontando para uma leitura mais flexível por parte da Igreja em relação à cultura. Desse modo intensifica-se na Igreja o esforço para a compreensão das culturas em que a sua ação evangelizadora tenha em conta e faça de fato um esforço para que o anúncio de Jesus Cristo na Igreja seja inculturado e tenha em conta de respeito sincero os valores culturais e religiosos das diversas sociedades em que pretenda atuar.

A nova evangelização, como um apelo à conversão, à graça e à sabedoria, é a única esperança genuína para um mundo melhor e um futuro mais risonho. A questão não é saber se a Igreja tem algo de essencial a dizer aos homens e mulheres do nosso tempo, mas como será possível dizê-lo clara e convictamente. Quando decorria o Concílio Vaticano II, o meu predecessor Papa Paulo VI declarou, na Encíclica *Ecclesiam suam*, que a questão da relação entre a Igreja e o mundo moderno constituía uma das preocupações mais importantes do nosso tempo. Escrevia ele que « a sua realidade e urgência era tal que criou um peso na nossa alma, um estímulo, uma chamada ». 147 A partir do Concílio, a Igreja tem mostrado constantemente que deseja prosseguir esta relação num espírito de diálogo. Esta opção pelo diálogo, porém, não é uma mera estratégia para a coexistência pacífica entre os povos; é uma parte essencial da missão da Igreja, porque tem

a sua origem no amoroso diálogo de salvação do Pai com a humanidade, através do Filho no poder do Espírito Santo (JOÃO PAULO II, 1999, n. 29).

Daí reafirmar sua opção pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Embora a enculturação seja um grande desafio tanto para a práxis interna da Igreja como para sua ação ad gentes, é possível verificar que João Paulo II insiste no respeito e valorização da cultura do outro como elemento que contribui para o bem comum. A Igreja então, assume que as culturas não cristãs trazem em si valores positivos que contribuem para a identidade dos indivíduos e das sociedades. Estes devem ser acolhidos pela Igreja que recusa qualquer ação evangelizadora que resulte na imposição da cultura cristã europeia como paradigma de verdadeira cultura.

A cultura é o espaço vital onde a pessoa humana se encontra face a face com o Evangelho. Se uma cultura é o resultado da vida e atividade dum grupo humano, também as pessoas pertencentes a este grupo são modeladas em larga medida pela cultura onde vivem. Dado que pessoas e sociedade mudam, também a cultura muda com elas. Se uma cultura se transforma, as pessoas e a sociedade são transformadas por ela. A partir desta perspectiva, torna-se mais claro por que evangelização e inculturação aparecem natural e intimamente ligadas uma com a outra. Mas o Reino de Deus irrompe em pessoas que estão profundamente ligadas a uma cultura, e a edificação do Reino não pode deixar de servir-se de elementos das culturas humanas. Por isso, Paulo VI definiu a ruptura entre o Evangelho e a cultura como o drama do nosso tempo, com um impacto profundo tanto na evangelização como na cultura.<sup>84</sup> Neste processo que leva a Igreja a encontrar-se com as diversas culturas do mundo, ela não só transmite as suas verdades e valores renovando intimamente as culturas, mas aproveita também das várias culturas os elementos positivos que nelas se encontram já. Este é o caminho obrigatório para os evangelizadores apresentarem a fé cristã e tornarem-na parte da herança cultural de um povo (JOÃO PAULO II, 1999, n. 21).

As afirmações do papa João Paulo II, nesta exortação pós-sinodal possibilita verificar que (o papa) está em sintonia com o Concílio Vaticano II e assume como parte de seu pontificado o empenho para que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, proposto pelo Vaticano II constitua uma opção irrenunciável para a Igreja Católica. João Paulo II (1999, n. 31) “O contato, diálogo e cooperação com os seguidores de outras religiões foi um dever que o Concílio Vaticano II legou a toda a Igreja como uma obrigação

e um desafio.” João Paulo II, indica o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, como um instrumento capaz de promover a superação da intolerância, dos preconceitos e da violência. João Paulo II (1999, n. 31) “A Igreja deve continuar a esforçar-se por defender e fomentar, a todos os níveis, este espírito de encontro e cooperação entre as religiões.” O próprio João Paulo II, indica um olhar positivo sobre o diálogo inter-religioso. Não obstante haja ainda resistências tanto no âmbito de alguns setores da Igreja Católica, como de alguns seguimentos religiosos não cristãos, o papa recorda que passos significativos foram dados e o mundo pode presenciar homens e mulheres de diferentes tradições religiosas agindo e orando em comum pela paz na humanidade. O papa então elenca alguns desses momentos que tomam alcance mundial.

Visto que a Igreja está sondando novos caminhos de encontro com as outras religiões, apraz-me mencionar formas de diálogo já efetuadas com bons resultados: intercâmbio de estudos entre peritos nas diversas tradições religiosas ou representantes destas tradições, iniciativas comuns em prol do desenvolvimento humano integral e em defesa dos valores humanos e religiosos. Volto a afirmar a grande importância que tem, para o processo de diálogo, a revitalização da oração e da contemplação. Homens e mulheres de vida consagrada podem contribuir real e significativamente para o diálogo inter-religioso, dando testemunho do vigor das grandes tradições cristãs de ascetismo e misticismo. O memorável encontro, que teve lugar em Assis, a cidade de S. Francisco, no dia 27 de Outubro de 1986, entre a Igreja Católica e os representantes das outras religiões mundiais demonstra que homens e mulheres religiosos, sem abandonarem as suas próprias tradições, podem apesar disso comprometer-se a rezar e trabalhar pela paz e o bem da humanidade (JOÃO PAULO II, 1999, n. 31).

É oportuno recordar que o papa explicita sua percepção do diálogo inter-religioso não como a mistura de diversas religiões sob o predomínio de uma, nem mesmo a renúncia dos fundamentos do cristianismo para promover uma unidade religiosa. Daí a constante reafirmação de Jesus Cristo como único salvador e a plenitude da verdade revelada. Mas insiste no necessário respeito às tradições religiosas distintas e sua estrutura ritual. O papa insiste que o diálogo somente é possível entre pessoas com profunda convicção de sua própria fé. Isso afastará o espectro da ameaça da imposição de uma tradição religiosa sobre a outra.

No processo de diálogo não deve haver qualquer abdicação dos princípios, nem falso irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum no caminho da procura e da experiência religiosa, e simultaneamente em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. Só pessoas dotadas duma fé cristã madura e convicta é que são qualificadas para se empenharem num diálogo inter-religioso autêntico. « Apenas cristãos imersos profundamente no mistério de Cristo e felizes na sua comunidade de fé podem, sem riscos indevidos e com esperança de bons frutos, comprometer-se no diálogo inter-religioso ». 157 Por conseguinte, é importante que a Igreja da Ásia proporcione modelos idóneos de diálogo inter-religioso — evangelização em diálogo e diálogo para a evangelização (JOÃO PAULO II, 1999, n. 31).

Em sua mensagem para o 33º dia Mundial da Paz, em 1º de janeiro de 2000, o papa João Paulo II fez uma declaração sobre a paz, que nos permite verificar uma visão amadurecida, não utópica e comprometida com o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O pontífice, no cenário do Jubileu dos 2000 anos do nascimento de Cristo, propõe que a paz não acontecerá como resultado de uma utopia poética, mas exige o compromisso de toda a sociedade, para a superação de uma mentalidade que fatiou a sociedade humana então vista como facções opostas ou sobrepostas a serem dominadas e conquistadas, que levou o século XX a um colapso do sentido de humanidade.

Esta mensagem de esperança, que nos chega da gruta de Belém, queremos oferecê-la ao início do novo milénio: Deus ama todos os homens e mulheres da terra e dá-lhes a esperança de um tempo novo, um tempo de paz. O seu amor, plenamente revelado no Filho encarnado, é o fundamento da paz universal. Acolhido no mais íntimo do coração, esse amor reconcilia cada um com Deus e consigo mesmo, renova as relações entre os homens e gera aquela sede de fraternidade que é capaz de afastar a tentação da violência e da guerra. O Grande Jubileu está indissolúvelmente ligado com esta mensagem de amor e reconciliação, que traduz as mais autênticas aspirações da humanidade do nosso tempo (JOÃO PAULO II, 2000, n.1).

O papa insiste que a paz não é utopia, mas possibilidade real inscrita no coração de toda a humanidade que constitui uma só família. A realidade da paz repercute em toda a humanidade, bem como sua ausência aflige toda a humanidade. João Paulo II (2000, n. 3) “Com a guerra, quem perde é a

humanidade.” Só na paz e com a paz é que se pode garantir o respeito da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos inalienáveis. O empenho pela paz é dialogal em duas dimensões inseparáveis, tendo a própria humanidade como ambiência de uma inabitação de ambas dimensões. Se por um lado a paz é acolhida pelos crentes como um dom de Deus, por outro exige o esforço sincero e desinteressado que se move no amor e na justiça. João Paulo II (2000, n. 2) “A todos declaro que a paz é possível. Há-de ser implorada como um dom de Deus, mas também, com a sua ajuda, construída dia-a-dia através das obras da justiça e do amor.”

João Paulo II retoma a afirmação de que a humanidade é uma só família marcada por diferenças legítimas que asseguram a identidade de cada povo que a compõe. Essas diferenças não são motivações para disputas, rivalidades e tentativas de submissão de um povo pelo outro. Há em toda a humanidade um elemento comum que caracteriza e sinaliza a singularidade de todos os indivíduos, a sede e busca de transcendência. João Paulo II (2000, n.2) “Na base de tal busca, (da paz) há-de estar a certeza de que a humanidade, apesar de ferida pelo pecado, pelo ódio e pela violência, é chamada por Deus a formar uma única família.”

Nessa perspectiva João Paulo II, abre uma reflexão sobre o Século XX, e recorda as atrocidades cometidas e deixadas como herança vergonhosa para toda a humanidade. João Paulo II (2000, n. 13) “Ninguém se iluda de que a simples ausência de guerra, apesar de tão desejada, seja sinónimo de paz duradoura. Não há paz verdadeira, sem equidade, verdade, justiça e solidariedade.” A recorrência dos interesses de grupos ou nações sobrepostos aos interesses da família humana arrastou a humanidade a um mar de sangue que assinalou perdas de todas as ordens, sentidamente as perdas humanas. O irascível desejo de poder despertou tentativas de genocídio e carnificina, cujas marcas e consequências ainda rondam a sociedade e os indivíduos.

No século que deixámos para trás, a humanidade foi duramente provada por uma sequência infinda e horrenda de guerras, conflitos, genocídios, « limpezas étnicas », que causaram sofrimentos indescritíveis: milhões e milhões de vítimas, famílias e países destruídos, vagas de refugiados, miséria, fome, doenças,

subdesenvolvimento, enorme perda de recursos. Na raiz de tanto sofrimento, está uma lógica de prepotência, alimentada pelo desejo de dominar e explorar os outros, por ideologias de poder ou utopia totalitária, por nacionalismos insensatos ou antigos ódios tribais (JOÃO PAULO II, 2000, n. 3).

Nessa declaração o papa sinaliza que a superação da violência e o estabelecimento da paz tem implicações não somente religiosas, mas os mecanismos políticos e econômicos têm responsabilidade fundante na promoção e sustentação da cultura de paz. Certo que ao tratar de paz, na perspectiva do João Paulo II, não se pensa apenas na ausência de conflitos bélicos, mas nos somatórios de desafios que ameaçam a vida e a dignidade humanas. A paz está vinculada à superação dos dramas sociais que ameaçam a vida humana e os direitos inalienáveis que lhes são assegurados. Desse modo a paz exige coerência social na superação das desigualdades que reduzem muitos a uma sub-existência.

Não obstante ser chamada a formar uma única família, a humanidade encontra-se ainda dramaticamente dividida em duas pela pobreza: no início do século XXI, mais de um bilhão e quatrocentos milhões de pessoas vivem numa situação de pobreza extrema. Por isso, é particularmente urgente uma revisão dos modelos que inspiram as opções de desenvolvimento. A este respeito, será preciso harmonizar melhor as legítimas exigências da eficiência econômica com as da participação política e da justiça social, sem voltar a cair nos erros ideológicos cometidos no século XX. Concretamente, isso significa permear de solidariedade as redes das interdependências econômicas, políticas e sociais, que os processos de globalização em acto tendem a aumentar. Tais processos exigem uma revisão da cooperação internacional em termos de uma nova cultura de solidariedade. Concebida como semente de paz, a cooperação não pode reduzir-se só à ajuda e assistência [...] mas, deve traduzir-se num compromisso concreto e palpável de solidariedade, de modo que torne os pobres protagonistas do seu desenvolvimento e consinta ao maior número possível de indivíduos de dar asas, nas circunstâncias econômicas e políticas concretas onde vivem, à criatividade típica da pessoa humana, de que depende também a riqueza das nações (JOÃO PAULO II, 2000, n. 17).

O papa fala de uma paz construída em bases sólidas que toque nas exigências reais da vida dos indivíduos. Pode-se fazer um paralelo com o magistério católico quando as Guerras Mundiais chegaram ao fim. Na ocasião a Igreja propunha uma paz sem vencidos, a fim de evitar que as soluções da paz

provocassem novos conflitos. Na perspectiva de João Paulo II a paz exige a superação da distribuição injusta dos bens. Esta manteria um estado velado de guerra interna às nações, cujas consequências serão desastrosas.

Ao início dum novo século, a pobreza de biliões de homens e mulheres é a questão que, em absoluto, mais interpela a nossa consciência humana e cristã; e torna-se ainda mais dramática devido à constatação de que os maiores problemas económicos do nosso tempo não dependem da falta de recursos, mas do facto de que as actuais estruturas económicas, sociais e culturais sentem dificuldade em assumir as exigências dum autêntico progresso. Com toda a razão, os pobres, quer dos países em vias de desenvolvimento quer dos países prósperos e ricos, « pedem o direito de participar no usufruto dos bens materiais e de fazer render a sua capacidade de trabalho, criando assim um mundo mais justo e mais próspero para todos. A elevação dos pobres é uma grande ocasião para o crescimento moral, cultural e até económico da humanidade inteira ». (4) Vejamos os pobres não como um problema, mas como possíveis sujeitos e protagonistas dum futuro novo e mais humano para todo o mundo (JÃO PAULO II, 2000, n. 14).

Contudo o olhar de João Paulo II para a perspectiva de paz na sociedade humana não é pessimista. Enxerga em meio ao caos devastador da guerra, iniciativas numerosas que permitiram compreender a superação da violência pelo empenho sincero pelo bem da humanidade. O papa ainda insiste que a Igreja assumiu como um caminho a ser percorrido o compromisso com o estabelecimento da paz.

É forçoso recordar quantos — e são inúmeros — contribuíram para a afirmação dos direitos humanos e a sua solene proclamação, para a derrota dos totalitarismos, para o fim do colonialismo, para o avanço da democracia, para a criação de grandes organismos internacionais. Ofereceram-nos exemplos luminosos e proféticos aqueles que orientaram as suas opções de vida pelo valor da não-violência. O seu testemunho de coerência e fidelidade, mantido muitas vezes até ao martírio, deixou escritas páginas esplêndidas e ricas de lições. Entre os que agiram em nome da paz, há que incluir aqueles homens e mulheres que, com o seu desvelo, tornaram possíveis grandes progressos em todos os campos da ciência e da técnica, consentindo vencer doenças terríveis, melhorar e prolongar a vida (JOÃO PAULO II, 2000, n. 4).



Retomando as iniciativas de papas como João XXIII e Paulo VI, que tiveram um pontificado marcado pela busca e empenho pela paz; João Paulo II propõe que a insistência da Igreja no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade é irrenunciável. O pontífice entende que houve na Igreja uma tomada de posição sobre a paz que volta o seu interesse para a humanidade como uma família, sem privilegiar um povo ou um Estado por proximidade ou identidade religiosa. Uma escolha que vai se consolidando como um processo sem volta. Nessa dinâmica o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, torna-se parte constitutiva da própria ação evangelizadora da Igreja.

Não posso ainda deixar de mencionar também os meus Predecessores, de venerável memória, que guiaram a Igreja no século XX. Com o seu magistério sublime e a sua ação incansável, guiaram a Igreja na promoção de uma cultura de paz. Emblemática dessa multiforme ação, é a intuição feliz e clarividente de Paulo VI que instituiu, em 8 de Dezembro de 1967, o Dia Mundial da Paz. Ano após ano, foi-se consolidando como uma experiência fecunda de reflexão e planificação em comum (JOÃO PAULO II, 2000, n. 4).

A partir dessa observação o papa lança o olhar para o Século XXI, como oportunidade de fomentar a consolidação de uma sociedade humana pacificada. Nesse sentido o diálogo, incluindo o inter-religioso, torna-se vetor de uma sociedade na qual as diferenças não sejam oportunidade de violência, mas qualifiquem as sociedades para o bem da humanidade. A paz não exige uniformidade ou hegemonia de qualquer ordem ou natureza para se consolidar. Mas nasce também da superação de uma perspectiva fatiada da sociedade humana, como se cada nação fosse um dado sem referência a outra nação. A paz exige a superação dessa visão e isso pode ser desenvolvido a partir, dentre outros elementos, da aceitação do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Não podemos certamente prever o futuro; mas é possível estabelecer este princípio impelente: haverá paz na medida em que toda a humanidade for capaz de redescobrir a sua vocação primordial de ser uma única família, na qual a dignidade e os direitos das pessoas — de qualquer estado, raça, religião — sejam afirmados como anteriores e predominantes relativamente a qualquer diferenciação e

especificação. Uma tal consciência pode proporcionar alma, sentido e orientação ao contexto mundial actual, caracterizado pelos dinamismos da globalização. Ainda que não isentos de riscos, tais dinamismos contêm oportunidades extraordinárias e promissoras que apontam precisamente para a meta referida, ou seja, para fazer da humanidade uma só família, fundada sobre os valores da justiça, da equidade, da solidariedade (JOÃO PAULO II, 2000, n. 5).

Nessa declaração do papa há um elemento que desperta a atenção quando fala da paz como dom de Deus e empenho sincero das sociedades e dos indivíduos. É possível entrever que a Igreja ao discursar e propor a busca da paz, assume que paz, direitos humanos e justiça social são inseparáveis e condicionantes. Observe-se que há nesse discurso a prerrogativa dos direitos dos indivíduos em destaque em relação aos direitos da religião. Exprime sua percepção de que os interesses da humanidade estão acima dos interesses de uma nação, de um grupo ou mesmo de uma instituição.

Deste princípio, deriva um corolário de enorme valor: quem ofende os direitos humanos, ofende a consciência humana enquanto tal, ofende a própria humanidade. Por isso, o dever de tutelar tais direitos transcende as fronteiras geográficas e políticas dentro das quais são espezinhados. Os crimes contra a humanidade não podem considerar-se assunto interno duma nação (JOÃO PAULO II, 2000, n. 7).

Esse discurso do papa parece-nos de grande importância para demonstrar como a Igreja Católica foi tecendo sua insistência no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. E como esse diálogo ao mesmo tempo em que apoia-se na compreensão da humanidade como uma só família, não obstante as suas diferenças, que ao contrário de rivalizar povos, culturas e religiões podem contribuir para a convivência pacífica. A partir disso então o diálogo toma forma de ação conjunta, fraterna e respeitosa na busca de solução para os problemas e na concretização de convivência fraterna entre as diferenças.

A promoção da paz e dos direitos humanos, a resolução dos conflitos armados internos e externos aos Estados, a tutela das minorias étnicas e dos migrantes, a salvaguarda do ambiente, o combate contra doenças terríveis, a luta contra os traficantes de droga e de armas e

contra a corrupção política e económica são problemas que nenhuma nação é capaz hoje de enfrentar sozinha; dizem respeito a toda a comunidade humana e, por isso, devem ser enfrentados e resolvidos numa acção conjunta. Deve-se encontrar a estrada para discutir, com uma linguagem compreensível e comum, os problemas postos pelo futuro do homem. O fundamento deste diálogo é a lei moral universal, escrita no coração do homem. Seguindo esta « gramática » do espírito, a comunidade humana pode enfrentar os problemas da convivência e caminhar para o futuro respeitando o desígnio de Deus. Do encontro entre fé e razão, entre sentido religioso e sentido moral, provém um contributo decisivo para o diálogo e a colaboração entre os povos, entre as culturas e as religiões (JOÃO PAULO II, 2000, n. 18).

Por fim reafirmando a convicção da Igreja Católica de que a aproximação de diferenças e em especial a proximidade da Igreja com outras culturas e tradições religiosas não afeta as suas convicções acerca de sua fé e doutrina. João Paulo II propõe a concretização da paz como dom de Deus na encarnação de Jesus Cristo oferecido a todos os que com sinceridade buscam a Deus.

Neste ano jubilar, a Igreja, movida pela ardente lembrança do seu Senhor, deseja confirmar a própria vocação e missão de ser, em Cristo, « sacramento », ou seja, sinal e instrumento de paz no mundo e para o mundo. Para ela, cumprir a sua missão evangelizadora é trabalhar pela paz. [...] Assim, para os fiéis católicos, a obrigação de construir a paz e a justiça não é secundária, mas essencial, e há-de ser cumprida com um coração aberto aos irmãos das outras Igrejas e Comunidades eclesiais, aos crentes de outras religiões e a todos os homens e mulheres de boa vontade, com quem partilham a mesma ânsia de paz e fraternidade (JOÃO PAULO II, 2000, n. 20).

O conjunto de viagens do Papa João Paulo II por ocasião do bimilenário do nascimento de Jesus Cristo, torna-se um campo oportuno para verificar como a convicção da Igreja e sua disposição em assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade foi se consolidando ao longo dos cinquenta anos que se seguem ao Concílio Vaticano II, plataforma de nossa reflexão. O pontífice, em seus discursos, particularmente às grandes religiões monoteístas sinaliza um caminho sem volta e de irrenunciável necessidade para a promoção da paz e o bem dos indivíduos e das sociedades.

É possível verificar no discurso do papa no aeroporto internacional do Cairo em 24 de fevereiro de 2000, que cada palavra, como uma bússola, ao mesmo tempo que apresenta a convicção, disposição e abertura da Igreja ao

diálogo inter-religioso, acentua que o sucesso desta jornada entre tradições religiosas diferentes pressupõe e exige ao mesmo tempo sinceridade e clareza nas próprias convicções religiosas bem como o respeito incondicional às convicções das demais tradições e o reconhecimento dos benefícios que todos plantaram nas diversas sociedades ao longo de sua história.

De início nesse discurso dirigido aos diferentes líderes religiosos e ao presidente do Egito, presentes no aeroporto internacional do Cairo, o papa legitima o diálogo inter-religioso com uma linguagem marcadamente respeitosa à história, cultura e civilização egípcias.

Esta é a terra duma civilização que tem 5.000 anos, conhecida no mundo inteiro pelos seus monumentos e pelo seu conhecimento da matemática e da astronomia. Esta é a terra na qual diferentes culturas se encontraram e se mesclaram, tornando o Egito famoso pela sua sabedoria e o seu saber (JOÃO PAULO II, 2000, n.1).

Dirige-se aos interlocutores com uma saudação comum as diversas tradições religiosas, mas o faz na língua nativa: *As-salámû 'aláikum!*<sup>38</sup> É possível verificar a atitude assertiva de João Paulo II, como portador do discurso, da convicção e da prática da Igreja Católica como protagonista do diálogo entre tradições religiosas diferentes, mas ainda como promotora do diálogo entre as mesmas. O Papa insiste na importância e necessidade do diálogo inter-religioso como um bem necessário, descartando a possibilidade de considerá-lo uma ameaça a quaisquer das tradições religiosas. É possível verificar em suas palavras que a Igreja é ciente e disposta a superar a tentativa de hegemonia de uma religião em detrimento das demais. Ao contrário insiste no reconhecimento e valorização das diversas tradições religiosas, seja com sua contribuição no campo dos valores da fé, seja em sua inegável colaboração na estabilidade social, na história e na cultura. O papa propõe que religiões diferentes podem conviver juntas e empenhar-se no bem comum.

Nos tempos cristãos, na cidade de Alexandria, onde o evangelista Marcos, discípulo de Pedro e de Paulo, fundou a Igreja, nasceram famosos escritores eclesiásticos como Clemente e Orígenes e grandes Padres da Igreja como Atanásio e Cirilo. [...] A chegada do Islão trouxe esplêndidas obras de arte e ensinamentos que exerceram uma

---

<sup>38</sup> A paz esteja convosco! Saudação de João Paulo II no aeroporto Internacional do Cairo no dia 24 de Fevereiro de 2000.

influência determinante sobre o mundo árabe e a África. O povo do Egito perseguiu durante séculos o ideal da unidade nacional. As diferenças de religião jamais constituíram um obstáculo, mas antes uma forma de enriquecimento recíproco ao serviço da única comunidade nacional (JOÃO PAULO II, 2000, n.2).

Na perspectiva do pontífice o diálogo inter-religioso não é uma proposta unilateral, mas convicção e empenho de todos os líderes religiosos somados aos esforços dos governantes que em ajuda mútua podem promover o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A unidade e a harmonia da nação são um valor precioso que todos os cidadãos deveriam tutelar e os responsáveis políticos e religiosos deveriam promover, na justiça e no respeito dos direitos de todos. [...] Fazer o mal, promover a violência e o conflito em nome da religião é uma contradição terrível e uma grande ofensa a Deus. Contudo, a história passada e presente oferece-nos muitos exemplos deste abuso da religião. Todos nós devemos trabalhar para fortalecer o empenho crescente a favor do diálogo inter-religioso, um grande sinal de esperança para os povos do mundo (JOÃO PAULO II, 2000, n.3).

Por ocasião de sua peregrinação pelos dois mil anos do nascimento de Jesus Cristo, estando na Terra Santa no dia 26 de março de 2000, o Papa João Paulo II, em seu discurso proferido aos líderes religiosos judeus, muçulmanos e cristãos ali presentes, no Pontifício Instituto Notre-Dame nos permite verificar sua coerência com as perspectivas do Concílio Vaticano II, que propõe o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Já de início o pontífice descarta a ideia de hegemonia de uma religião em detrimento de outras.

Estou consciente de modo particular do facto que esta terra é santa para os Judeus, os Cristãos e os Muçulmanos. Por isso, a minha visita não estaria completa sem este encontro convosco, ilustres responsáveis religiosos. Obrigado pelo apoio que a vossa presença oferece aqui, nesta tarde, à esperança e à convicção de pessoas tão numerosas entrarem numa nova era de diálogo inter-religioso. Estamos conscientes de que é necessário e urgente estabelecer vínculos mais estreitos entre todos os crentes, para garantir um mundo mais justo e pacífico (JOÃO PAULO II, 2000, n. 1).

O diálogo inter-religioso transita pela plataforma do respeito incondicional ao modo de crer de cada tradição seus valores e princípio justos; respeito igualmente necessário ao seu patrimônio histórico e cultural que deve ser acolhido como riqueza contributiva para toda a sociedade humana. No discurso

do papa é possível verificar esta atitude de respeito inclusive ao assumir que ao longo do processo histórico as religiões que hoje convivem em Jerusalém, optaram muitas vezes pelo caminho do distanciamento, da ruptura, da intolerância e da violência. Mas João Paulo II insiste que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é capaz de prescindir do passado em vista de um futuro que seja resultado dos verdadeiros caminhos e propostas das religiões, que podem cooperar para um mundo pacífico e pacificador.

No testemunho das três religiões que vivem, uma ao lado da outra, dentro dos seus muros. Nesta coexistência nem tudo foi ou será fácil. Contudo, devemos encontrar nas nossas respectivas tradições religiosas a sabedoria e a motivação superior para garantir o triunfo da compreensão recíproca e do respeito cordial. [...] Amar os nossos irmãos e irmãs comporta uma atitude de respeito e de compaixão, gestos de solidariedade, cooperação no serviço do bem comum. Portanto, a preocupação pela justiça e pela paz não é estranha ao campo da religião, mas é de facto um dos seus elementos essenciais (JOÃO PAULO II, 2000, n. 1 e 3).

Ao ler o discurso do pontífice, é possível verificar a convicção da contribuição e necessidade da religião para a auto compreensão da humanidade acerca do bem comum e da paz. Nessa perspectiva João Paulo II personifica em seu pontificado a busca pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Chama a atenção para a responsabilidade das diversas tradições religiosas em decodificar a relação com Deus em vistas do bem comum de toda pessoa humana, salvaguardando, defendendo e concretizando o respeito à diversidade que compõem a sociedade humana. João Paulo II (2000, n. 4) “A religião não é nem deve tornar-se um pretexto para a violência, em particular quando a identidade religiosa coincide com a identidade étnica e cultural. Religião e paz caminham juntas!” Desse modo as religiões não devem ocupar-se somente do território geográfico ou simbólico da cultura em que nasceram e da qual são parte constitutiva da identidade. Mas compete às religiões todas compreender e assumir a humanidade em toda a sua diversidade como lugar existencial do exercício livre da fé.

Se for autêntica, a devoção a Deus implica necessariamente a atenção para com os outros seres humanos. Como membros da única família humana e amados filhos de Deus, temos deveres recíprocos que, como crentes, não podemos ignorar. [...] Como responsáveis religiosos, ajudemos as pessoas a conduzirem uma vida completa, a

harmonizarem a dimensão vertical da sua relação com Deus, com a horizontal do serviço ao próximo (JOÃO PAULO II, 2000, n. 3).

A busca sincera pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, abre caminho para a comunhão e a reciprocidade da família humana pelo viés da religião. As diversas tradições religiosas, com alguns aspectos mais ou menos carregados com os elementos culturais a que estão ligadas desde sua origem são portadoras do princípio comum que é a promoção do bem a todos. Em geral vinculam a confissão da fé em Deus, à promoção do bem aos homens e mulheres de todos os lugares.

Todas as nossas religiões conhecem, duma ou doutra forma, a Regra de ouro: "Faze aos outros o que desejas que seja feito a ti". Por mais que esta regra seja uma guia preciosa, o amor autêntico pelo próximo vai mais além. Baseia-se na convicção de que quando amamos o nosso próximo mostramos amor a Deus, e quando lhe fazemos mal, ofendemos a Deus. Isto significa que a religião é inimiga da exclusão e da discriminação, do ódio e da rivalidade, da violência e do conflito (JOÃO PAULO II, 2000, n. 4).

Quando uma tradição religiosa torna-se sua própria circunscrição deteriora-se traindo sua função de mediação e fazendo-se seu próprio fim. Verifica-se assim, no discurso do pontífice a convocação das diferentes tradições religiosas para assumirem a humanidade como seu povo e sua responsabilidade.

Visto que nos alimentamos das riquezas das nossas respectivas religiões, devemos difundir a consciência de que os problemas de hoje não serão resolvidos, se não nos conhecermos e permanecermos isolados uns dos outros. Conhecemos todas as incompreensões e os conflitos do passado e sabemos que eles ainda incumbem de maneira pesada sobre as relações entre Judeus, Cristãos e Muçulmanos. Devemos fazer tudo o que é possível para transformar a consciência das ofensas e pecados do passado numa firme determinação a edificar um novo futuro, no qual não haverá senão a cooperação fecunda e respeitosa entre nós (JOÃO PAULO II, 2000, n. 4).

No final desse discurso o Papa João Paulo II esboça o compromisso da Igreja Católica em empenhar-se com a construção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O papa insiste que o diálogo inter-religioso autêntico exige que as diversas tradições religiosas aproximem-se umas das outras despidas de tentativas proselitistas ou desejo de hegemonia

religiosa impondo-se às demais. Recorda o pontífice que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade somente será possível e fecundo quando construído sobre os alicerces das convicções religiosas que os crentes das diferentes religiões trazem consigo, dando-lhes a segurança e garantia necessárias para aproximarem-se dos outros com abertura sincera de coração para se conhecerem melhor, e respeitando as diferenças reais da diversidade religiosa, cooperarem para o bem.

A Igreja católica deseja prosseguir um diálogo inter-religioso sincero e fecundo com as pessoas de fé judaica e os seguidores do Islão. Este diálogo não é uma tentativa de impor aos outros a nossa visão. Ele exige que todos nós, fiéis àquilo em que cremos, escutemos o outro com respeito, procuremos discernir quanto há de bom e de santo em cada uma das outras doutrinas, e cooperemos no apoio a tudo o que favorece a mútua compreensão e a paz (JOÃO PAULO II, 2000, n. 4).

Na audiência pública do dia 29 de novembro de 2000, O Papa João Paulo II, retoma o tema do diálogo inter-religioso e ressalta quão presente esta temática se faz na sociedade contemporânea e a irrenunciável disposição que deve estar presente nas convicções dos líderes das diversas tradições religiosas. A partir das virtudes chamadas na doutrina católica de virtudes teologais, Fé, Esperança e Caridade, como elementos comuns às diversas tradições religiosas, o papa retoma o tema do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (2000, n.1) “Todos, portanto, participam da mesma fonte de salvação que Deus derramou sobre a humanidade”. Motivado por uma pintura ilustrativa do apocalipse, o pontífice recorda que toda a humanidade compartilha do mesmo destino. João Paulo II (2000, n.1) “Todos os justos da terra elevam o seu louvor a Deus, tendo chegado à meta da glória, depois de terem percorrido o caminho íngreme e fadigoso da existência terrena”. É possível verificar nesse pronunciamento do papa, elementos propostos desde o Concílio Vaticano II em sua proposta de abertura da Igreja para o diálogo com os não cristãos e sua disposição de aproximar-se com respeito das outras religiões para conhecê-las e juntas buscarem caminhos para o bem comum.

Com esta tensão profunda, que resiste também no meio das contradições humanas, a experiência religiosa abre os homens ao dom divino da caridade e às suas exigências. Neste horizonte se coloca o



diálogo inter-religioso ao qual o Concílio Vaticano II nos encorajou (JOÃO PAULO II, 2000, n.4).

Apoiando-se no Livro Sagrado dos cristãos, o papa apresenta o percurso das alianças propostas por Deus ao povo, destacando a universalidade das mesmas alianças que abarcam a diversidade dos povos da terra. João Paulo II (1979, n. 6) “Toda a humanidade tende para a autêntica adoração de Deus e a comunhão fraterna dos homens, sob a acção do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do "Corpo Místico" de Cristo”. Subjaz nessa reflexão a compreensão de que a humanidade constitui uma única família cujos membros estão interligados pelos vínculos da fé em Deus criador e Pai de todos.

Retomando um dos princípios do diálogo inter-religioso, João Paulo II busca elementos comuns entre as diferentes tradições religiosas, de modo que as diferenças não sejam suficientes para impedir o diálogo. Desse modo o papa propõe a fé como elo de comunhão entre todas as tradições religiosas que propõem a crença em um Ser supremo ou em uma realidade Sagrada.

Embora de modo diverso e com as devidas diferenças, importa aplicar isto que acabamos de dizer agora à atividade que busca a aproximação com os representantes das religiões não-cristãs e que se exprime também ela através do diálogo, dos contatos, da oração em comum e da busca dos tesouros da espiritualidade humana, os quais, como bem sabemos não faltam também aos membros destas religiões (JOÃO PAULO II, 1979, p.22, n 6).

Por conseguinte, a fé torna-se ambiência para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Nessa perspectiva pretende-se superar a imposição da fé que uma tradição professa sobre a outra. E ainda supera-se a tentativa de coação dos indivíduos para aderirem a uma determinada crença que se apresente como única possibilidade de salvação.

Não acontece, por ventura, algumas vezes, que a crença firme dos sequazes das religiões não-cristãs – crença que é feita também ela do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do Corpo Místico – deixa confundidos os cristãos, não raro tão dispostos, por sua vez, duvidar quanto às verdades reveladas por Deus e anunciadas pela Igreja, e tão propensos ao relaxamento princípio da moral e a abrir o caminho ao permissivismo ético? (JOÃO PAULO II, 1979, p.23, n.6).

O pontífice reafirma a convicção da Igreja no diálogo-inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A superação das diferenças não passa pelo confronto ou convencimento doutrinário ou teológico. Há sim um diálogo técnico entre os teólogos que permite a explicitação para compreensão do conteúdo doutrinário. João Paulo II (2000, n. 4) “O caminho para a plenitude da verdade (Jo 16, 13) requer a humildade da escuta, a fim de captar e valorizar todo o raio de luz, sempre fruto do Espírito de Cristo, seja qual for a parte de onde venha.” Mas o relevante no campo do diálogo inter-religioso é compreender que os elementos comuns às diversas tradições permitem não somente a convivência pacífica das diferentes religiões, mas a sua mútua cooperação com ações conjuntas que resultem no bem dos indivíduos e na construção da paz.

Esse diálogo manifesta-se no empenho comum de todos os crentes em prol da justiça, da solidariedade e da paz. Exprime-se nas relações culturais, que lançam uma semente de idealidade e de transcendência nas terras muitas vezes áridas da política, da economia, da existência social (JOÃO PAULO II, 2000, n. 4).

No dia 06 de janeiro de 2001, o Papa João Paulo II apresentou a Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, na qual faz uma apreciação da celebração dos dois mil anos do nascimento de Jesus. O pontífice enumera os diversos acontecimentos realizados tanto em Roma como nas dioceses católicas espalhadas pelo mundo. O papa insiste em que o evento celebrado não deve ser visto simplesmente como um evento do passado, como apenas uma recordação. Propõe o evento do cristianismo como dado histórico ocorrido na história e por isso capaz de atualizar-se no ambiente cultural de todos os homens. Segundo o papa o Jubileu de dois mil anos do nascimento de Jesus deve inquietar os cristãos e lançá-lo numa perspectiva de futuro a ser construído a partir da novidade de Jesus Cristo. João Paulo II (2001, n. 1) “*Duc in altum*!”<sup>39</sup> Estas palavras ressoam hoje aos nossos ouvidos, convidando-nos a lembrar com gratidão o passado, a viver com paixão o presente, abrir-se com confiança ao futuro: « Jesus Cristo é o mesmo, ontem, hoje e sempre » (Heb 13, 8).”

---

<sup>39</sup> Faze-te ao Largo. Seguir adiante. Ir para águas mais profundas. Expressão latina que traduzida indica a ousadia de avançar, não ficar na morosidade. (Tradução nossa).

Dentre os inúmeros desafios de que a sociedade moderna é cenário, o pontífice aponta a necessidade de superar elementos dificultadores do diálogo ecumênico, cujo avanço no presente ainda se faz longe em decorrência dos erros passados. Mas o papa insiste que essa é uma escolha da Igreja e embora ainda não tenha alcançado o grau esperado e necessário, constitui uma meta irrenunciável cuja conquista exige empenho e maturidade de todos. Mesmo assim destaca acontecimentos ecumênicos que são sinais de esperança nesse campo. Embora o jubileu bimilenar do nascimento de Jesus, esteja dentro da ambiência do cristianismo, o papa retoma o tema do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (2001, n.56) “Mas, o diálogo não pode ser fundado sobre o indiferentismo religioso, e nós, cristãos, temos a obrigação de realizá-lo, dando testemunho completo da esperança que há em nós (cf. 1 Ped 3,15).”

A Igreja continua insistindo na necessidade do diálogo entre as diversas tradições religiosas como oportunidade de mútuo crescimento e convivência pacífica para o bem comum. João Paulo II (2001, n. 54) “Este é um encargo que nos faz tremer, quando olhamos para a fraqueza que frequentemente nos torna opacos e cheios de sombras. Mas é uma missão possível, se, expondo-nos à luz de Cristo, nos abirmos à graça que nos faz homens novos.” Na Carta Apostólica o pontífice insiste que há necessidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Sua perspectiva, contudo, mantém a identificação do diálogo entre tradições religiosas diferentes como dois pólos distintos que podem se ajudar e cooperar mutuamente para o bem, mas permanece na perspectiva de um diálogo caracterizado pela premissa, A Igreja Católica e as demais tradições religiosas. Com destaque ao primado da Igreja Católica e sua necessária mediação.

O diálogo inter-religioso « não pode de forma alguma substituir o anúncio, mas permanece orientado para o anúncio ». [40] Por outro lado, o dever missionário não nos impede de entrar no diálogo intimamente dispostos a ouvir. Com efeito, sabemos que a própria Igreja, diante do mistério de graça infinitamente rico de dimensões e consequências para a vida e a história do homem, jamais cessará de indagar, podendo contar com a ajuda do Paráclito, o Espírito da Verdade (cf. Jo 14,17), ao Qual compete precisamente a missão de guiá-la para a « verdade total » (Jo 16,13). Este princípio está na base quer do inexaurível aprofundamento teológico da verdade cristã, quer

do diálogo cristão com as filosofias, as culturas, as religiões (JOÃO PAULO II, 2001, n. 56).

João Paulo II destaca nesse documento que o diálogo inter-religioso é uma escolha que faz parte da ação da própria Igreja. Desde o Concílio Vaticano II, essa decisão passou a fazer parte constitutiva da ação da Igreja. Os insucessos no avanço desse campo não fazem sucumbir o empenho em sua conquista, ao contrário chama aos que o buscam renovar sua determinação na construção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Não é raro o Espírito de Deus, que « sopra onde quer » (Jo 3,8), suscitar na experiência humana universal, não obstante as suas múltiplas contradições, sinais da sua presença, que ajudam os próprios discípulos de Cristo a compreenderem mais profundamente a mensagem de que são portadores. Não foi porventura com esta abertura humilde e confiante que o Concílio Vaticano II se empenhou a ler « os sinais dos tempos»? Apesar de ter efectuado um discernimento diligente e cuidadoso para identificar os « verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus », a Igreja reconhece que não se limitou a dar, mas também « recebeu da história e evolução do género humano ». [43] Esta atitude feita simultaneamente de abertura e de atento discernimento, iniciou-a o Concílio também com as outras religiões. Compete-nos a nós seguir fielmente o seu ensinamento pelo sulco aberto (JOÃO PAULO II, 2001, n. 56).

O papa destaca seu interesse que no jubileu do nascimento de Jesus, que à primeira vista seria um evento estritamente para os cristãos, fosse um ambiente propício ao diálogo inter-religioso e recorda o convite feito a líderes não cristãos ainda no período preparatório. Desse modo é possível verificar que há disposição no pontificado de João Paulo II ao diálogo com as tradições religiosas não cristãs. Indicando ainda seu alinhamento com a cultura do encontro a qual desde o Concílio a Igreja vem assumindo e propondo.

Nesta perspectiva, coloca-se também o grande desafio do diálogo inter-religioso, no qual temos de continuar a empenhar-nos no novo século, segundo a linha traçada pelo Concílio Vaticano II. Nos anos de preparação para o Grande Jubileu, a Igreja tentou, inclusive com encontros de notável relevo simbólico, delinear uma relação de abertura e diálogo com expoentes doutras religiões. Como esquecer o grande « ícone » de Assis no ano 1986 e o encontro na Praça de S.

Pedro com representantes de muitas religiões não cristãs no dia 28 de Outubro de 1999, já às portas do Jubileu? O diálogo deve continuar. Na condição de um pluralismo cultural e religioso mais acentuado, como se prevê na sociedade do novo milénio, isso é importante até para criar uma segura premissa de paz e afastar o espectro funesto das guerras de religião que já cobriram de sangue muitos períodos na história da humanidade. O nome do único Deus deve tornar-se cada vez mais aquilo que é: um nome de paz, um imperativo de paz (JOÃO PAULO II, 2001, n. 55).

Na visita de João Paulo II à Mesquita Omayylde, em Damasco no dia 06 de maio de 2001, é possível verificar concretamente a relação respeitosa que a Igreja propõe ao assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, desde à sua maneira de referir-se aos seguidores do Islão e apresentar uma saudação na língua dos muçulmanos: João Paulo II (2001, n. 1) “Queridos Amigos Muçulmanos, *As-salamû 'aláikum!*”. O discurso do papa deixa transparecer o reconhecimento da contribuição do Islão para o patrimônio cultural da humanidade. João Paulo II (2001, n. 1) “e agora estou profundamente emocionado por ser vosso hóspede aqui na grande Mesquita Omlyyade, riquíssima de história religiosa.”

O pontífice vai elencando alguns elementos religiosos que são comuns tanto aos cristãos quanto aos muçulmanos, apontando que mesmo com as diferenças existentes entre as duas tradições religiosas, há elementos comuns que permitem a convivência fraterna em meio a diversidade. Essas diferenças podem criar distanciamento, porém os elementos comuns em ambas as tradições se tornam elos estreitos e fortes que apontam para a superação das diferenças para o bem comum.

O nosso encontro está a realizar-se nas proximidades daquele que tanto os cristãos como os muçulmanos consideram ser o túmulo de João Baptista, conhecido como Yahya na tradição muçulmana. [...] O facto de nos encontrarmos neste famoso lugar de oração recorda-nos que o homem é um ser espiritual, chamado a reconhecer e respeitar a absoluta prioridade de Deus em todas as coisas. Tanto os cristãos como os muçulmanos concordam que o encontro com Deus na oração é o alimento necessário para a nossa alma, sem o qual o nosso coração esmorece e a nossa vontade deixa de buscar o bem e sucumbe ao mal (JOÃO PAULO II, 2001, n. 2).

O papa então faz transparecer em seu discurso um dos modos de diálogo a partir da perspectiva comum de ambas as tradições religiosas. O diálogo da oração, cuja perspectiva tanto para cristãos quanto para muçulmanos traduzem proximidade e encontro com Deus. Podemos verificar nesse encontro, que por si, já é diálogo inter-religioso, a compreensão de que a paz e a solidariedade são construídas por meio do diálogo entre as diferentes religiões. João Paulo II (2001, n. 4) “Como membros da única família humana e como crentes, temos obrigações em relação ao bem comum, à justiça e à solidariedade.” Não se trata do empate persuasivo de princípios doutrinários, mas do mútuo respeito pelos valores e princípios das tradições religiosas que promovem a paz, a defesa da vida e o bem da sociedade.

Esse elemento comum presente tanto na tradição cristã quanto na tradição muçulmana torna-se ambiência formadora de identidade religiosa que repercutirá tanto na identidade social quanto nas ações dos indivíduos em sua sociedade. Desse modo a religião cristã e a muçulmana têm responsabilidade na construção do bem comum e na convivência fraterna desde o compromisso de formar seus crentes para a superação da intolerância religiosa que é responsável por grande parte da violência praticado em nome da própria religião ou de Deus.

Quando, por ocasião de matrimônios, de funerais ou ainda de outras celebrações, os cristãos e os muçulmanos permanecem em silêncio, respeitam a oração do próximo e dão testemunho daquilo que os une, sem dissimular nem negar as coisas que os separam. É nas mesquitas e nas igrejas que as comunidades de muçulmanos e de cristãos forjam a sua identidade religiosa [...] A minha ardente esperança é de que os chefes religiosos e os mestres muçulmanos e cristãos apresentem as nossas duas grandes comunidades religiosas como grupos que vivem em diálogo respeitador, e nunca mais como comunidades em conflito. É fundamental que aos jovens sejam ensinados os modos de respeitar e compreender, de maneira a não serem orientados para fazer mau uso da sua própria religião, promovendo ou justificando o ódio e a violência. A violência destrói a imagem do Criador nas suas criaturas e jamais deveria ser considerada como fruto das convicções religiosas (JOÃO PAULO II, 2001, n. 3).

O pontífice aponta para o progresso conquistado no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade entre a Igreja Católica e o Islão, mas deixa claro que ainda há um caminho longo a ser percorrido, e ambas as

tradições devem se empenhar para que o diálogo não venha a sucumbir diante das experiências negativas que por vezes desestimulam ou fazem nascer a descrença na força e na possibilidade do diálogo entre tradições religiosas diferentes. Os líderes religiosos têm o dever de estimular os seguidores de suas religiões a não temerem ou desconfiarem do diálogo inter-religioso, mas ao contrário devem aproximar-se com sinceridade de coração e respeito dos crentes de outras religiões para juntos buscarem o bem comum. Esse medo pode ser superado à medida em que ambos os seguidores compreenderem a natureza e o objetivo do diálogo inter-religioso verdadeiro, imbuído de respeito sincero à religião que o outro professa, e destituído de segundas intenções ou tentativas de proselitismo. João Paulo II (2001, n. 4) “O diálogo inter-religioso levará a várias formas de cooperação, de maneira especial ao cumprimento do dever de cuidar dos pobres e dos mais frágeis. Estes são os sinais de que o nosso culto a Deus é genuíno.”

No discurso de João Paulo II, verifica-se que o pontífice reconhece que no passado houve critérios dificultadores do diálogo e a intolerância presente tanto entre os cristãos como entre os muçulmanos criaram rupturas e reações vingativas que marcaram tempos de impossibilidade do diálogo.

Cada indivíduo e cada família conhece horas de harmonia e outros momentos em que o diálogo é interrompido. As experiências positivas não-de fortalecer as nossas comunidades na esperança da paz; e as experiências negativas não deveriam debilitar esta esperança. Por todas as vezes que os muçulmanos e os cristãos se ofenderam uns aos outros, devemos pedir perdão ao Omnipotente e oferecer o perdão uns aos outros (JOÃO PAULO II, 2001, n. 4).

Não se trata de uma visão ingênua ou pueril de acontecimentos contraditórios praticados pelas religiões que se percebiam como inimigas cuja convivência era impraticável. Mas trata-se de séria convicção de que a disposição para perdoar e apresentar pedido de perdão traz consigo uma força maior que os erros cometidos. Desse modo o papa propõe o diálogo pelo perdão e no perdão.

Sem dúvida, a nível prático, o melhor entendimento mútuo há-de levar a uma nova forma de apresentar as nossas duas religiões, não em oposição, como aconteceu com demasiada frequência no passado, mas em boa parceria, para o bem da família humana. O diálogo inter-religioso é mais eficaz quando nasce da experiência de "vida conjunta", dias após dia, no contexto das mesmas comunidades e culturas (JOÃO PAULO II, 2001, n. 4).

João Paulo II faz perceber que o diálogo inter-religioso assume na Igreja um carácter de irrenunciabilidade, e avança nessa percepção indicando que deve estar integrado à pastoral orgânica. Em sua mensagem para o 87º Dia Mundial dos Migrantes em 2 de fevereiro de 2001, reforça essa afirmação e inclui o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, como prática necessária para integrar os migrantes em busca de novas oportunidades de vida ou em fuga de sua pátria para proteger sua vida.

Na Encíclica *Redemptoris missio* recordei o dever da Igreja a respeito dos migrantes não cristãos, pondo em evidência como eles originam, com a sua instalação, novas ocasiões de contactos e mudanças culturais, que estimulam a Comunidade cristã ao acolhimento, diálogo, ajuda e fraternidade. Isto supõe uma mais viva tomada de consciência da importância da doutrina católica sobre as religiões não cristãs (cf. Declaração *Nostra aetate*), de modo a poder manter um atento, constante e respeitoso diálogo inter-religioso, como meio para um conhecimento e um enriquecimento recíproco. «À luz do plano de salvação - escrevia na citada Encíclica *Redemptoris missio* - a Igreja não vê contraste entre o anúncio de Cristo e o diálogo inter-religioso; sente necessidade, porém, de os conjugar no âmbito da sua missão ad gentes (JOÃO PAULO II, 2001, n. 6).

O papa aponta que a Igreja não pode eximir-se de participar na construção de soluções que visem a preservar, proteger e assegurar os direitos e a dignidade das pessoas, incluindo aquelas que por diversas razões deixam sua pátria, ou como refugiados ou como imigrantes. João Paulo II (2001, n. 3) “O conhecimento do homem, que a Igreja adquiriu em Cristo, impele-a a anunciar os direitos humanos fundamentais e a fazer sentir a sua voz quando eles são violados.” Nesse contexto destaca as dificuldades no contato com outras culturas e outros ambientes por vezes marcados de animosidades culturais e religiosas. Assim João Paulo II, destaca que a pastoral orgânica inclui o diálogo inter-religioso como uma necessidade pastoral que não pode ser ignorada.



Ela (a Igreja) porém, não se cansa de afirmar e defender a dignidade da pessoa, pondo a descoberto os direitos irrenunciáveis que dela brotam. Esses são, em particular, o direito a ter uma pátria própria, a viver livremente no próprio País, a conviver com a própria família, a dispor dos bens necessários para uma vida digna, a conservar e a desenvolver o próprio património étnico, cultural e linguístico, a professar publicamente a própria religião, a ser reconhecido e tratado em qualquer circunstância em conformidade com a dignidade própria do ser humano (JOÃO PAULO II, 2001, n. 3).

No dia 16 de junho de 2001, o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso realizou um encontro religioso, ocasião marcada pelo aniversário de dez anos da morte do bispo Piero Rossano, figura importante, defensora e encorajadora do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O diálogo é acima de tudo um estilo de acção, uma atitude e um espírito que guia o comportamento. Implica atenção, respeito e acolhimento para com o outro, a quem se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões e os seus valores (*L'Osservatore Romano*, 12 de Agosto de 1984, pág. 5, n. 29).

Nesse evento o Papa João Paulo II retoma a insistência da Igreja no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade e sua determinação em prosseguir empenhando-se para que o diálogo se torne cada vez mais uma realidade entre as diversas tradições religiosas. Não obstante as dificuldades e desencontros entre as diferentes tradições religiosas no cenário da história das sociedades, o diálogo tornou-se uma necessidade irrenunciável. Desse modo o papa retoma seu pensamento sobre a necessidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, recordando sua Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, para ratificar em seu pontificado a convicção da Igreja acerca do diálogo inter-religioso.

O diálogo deve continuar. Na condição de um pluralismo cultural e religioso mais acentuado, como se prevê na sociedade do novo milénio, isso é importante até para criar uma segura premissa de paz e afastar o espectro funesto das guerras de religião que já cobriram de sangue muitos períodos da história da humanidade. O nome do único Deus deve tornar-se cada vez mais aquilo que é: um nome de paz, um imperativo de paz (JÃO PAULO II, 2001, n. 55).

O pontífice reforça a necessária superação do medo e do conseqüente afastamento dos outros. O diálogo inter-religioso ao contrário de ser uma ameaça à própria tradição religiosa, é oportunidade para aprofundamento e radicação nos princípios e valores que cada crente assume em sua vida como aporte de suas convicções. O impulso pelo diálogo nasce da própria convicção que o indivíduo alimenta e de que é alimentado, de modo que professar uma fé implica em construir pontes que permitam o acesso aos outros e dos outros. O aprimoramento da fé com sua conseqüente convicção amplia a compreensão da missão que Cristo deu aos seus discípulos e confiou à Igreja para que esta seja protagonista do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (2001, n. 3), “o acolhimento de Cristo impele decididamente ao confronto e ao acolhimento de todos os homens”.

Um sério e autêntico diálogo inter-religioso deve apoiar-se sobre um sólido fundamento, para que dê os desejados frutos em tempo oportuno. Estar abertos ao diálogo significa ser coerentes até aos limites com a própria tradição religiosa (JOÃO PAULO II, 2001, n. 2).

Em um mundo marcado por diversidades em toda ordem, a Igreja deve ser promotora do diálogo entre as outras tradições religiosas. Verifica-se nessa perspectiva que João Paulo II, apoia-se na doutrina do Concílio Vaticano II ao retomar o Decreto Ad Gentes, para afirmar que a convicção cristã não é obstáculo, mas ponto de partida seguro para os cristãos e as outras tradições religiosas se aproximarem e dialogarem.

Assim, essa absoluta fidelidade a Cristo tornou-se propriamente um sólido ponto de partida para encontrar as pessoas e apreciar nelas as riquezas que como afirma o Concílio Vaticano II Deus distribuiu a todos os povos, na sua magnificência (JOÃO PAULO II, 2001, n. 2).

Na fala do Papa João Paulo II, dirigindo-se à Assembleia do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso no dia 28 de outubro de 2001, é possível verificar a preocupação com as conseqüências negativas à compreensão e aceitação do diálogo como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (2001, n.3). “Uma das nossas tarefas fundamentais consiste em demonstrar que a religião inspira a paz, encoraja a solidariedade, promove a justiça e fomenta a liberdade.” O pontífice recorda que diante das tentativas do

radicalismo fundamentalista que deturpam os verdadeiros e nobres princípios das diversas tradições religiosas, é preciso não recuar, mas avançar no sentido de intensificar a crença, a confiança e as ações que promovam o diálogo entre tradições religiosas diferentes.

A vossa Assembleia está a refletir sobre o progresso do diálogo inter-religioso, num período em que toda a humanidade ainda sente o drama dos acontecimentos do dia 11 do passado mês de Setembro. Afirmou-se que estamos a testemunhar um verdadeiro conflito de religiões. Todavia, como eu já disse em numerosas ocasiões, isto significaria falsificar a própria religião. Os crentes sabem que, longe de praticar o mal, eles são obrigados a fazer o bem, a trabalhar para aliviar o sofrimento, para construir em conjunto um mundo justo e repleto de harmonia (João Paulo II, 2001 n.1).

O papa insiste que as religiões são as principais protagonistas no processo de consolidação do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O diálogo e a paz são elementos constitutivos das tradições religiosas. Compete aos líderes religiosos não permitir que lhes sejam sequestrados os valores verdadeiramente religiosos para serem substituídos por ideologias fundamentalistas. João Paulo II (2001, n.5) “Podem surgir mal-entendidos, o caminho do acordo conjunto pode ser impedido por preconceitos e a mão estendida da amizade pode ser rejeitada.” Assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade dinamiza uma ação das diversas tradições religiosas para além das estruturas visíveis de sua instituição; isso leva as religiões ao encontro com os ideais das sociedades que somam esforços para combater a violência do fundamentalismo e intolerância religiosa. A partir do diálogo entre as religiões estas podem estabelecer diálogo de ações no combate à violência.

Se é urgente que a comunidade internacional promova bons relacionamentos entre as pessoas pertencentes a diferentes tradições étnicas e religiosas, é ainda mais urgente que os próprios crentes fomentem relações caracterizadas pela abertura e confiança, em ordem à solicitude conjunta pelo bem-estar de toda a família humana (JOÃO PAULO II, 2001 n.2).

Mais uma vez nessa ocasião, o papa reafirma a convicção da Igreja no reconhecimento do valor das outras tradições religiosas. A partir dessa premissa o olhar temeroso para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à

solidariedade, é superado e ocorre um mútuo enriquecimento que coopera para a convivência fraterna e o bem comum. O medo do diálogo inter-religioso nasce da incompreensão do profundo significado do nome de Deus, que expressa e propõe a paz que é antes de tudo resultado da adesão dos indivíduos ao próprio Deus que é princípio da paz. O encontro das diversidades religiosas inicia uma nova cultura capaz de dinamizar a superação das diferenças sem fragmentar as identidades.

O contato com os seguidores das outras religiões é frequentemente uma fonte de grande alegria e encorajamento, pois leva-nos a descobrir como Deus atua nas mentes e nos corações dos homens e, com efeito, nos seus ritos e costumes (JOÃO PAULO II, 2001, n.5).

Na exortação apostólica dirigida pelo papa João Paulo II à Igreja Católica da Oceania com data de 22 de novembro de 2001, o pontífice reafirma a determinação da Igreja Católica em insistir no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Verifica-se nesse documento sua abertura tanto para o diálogo ecumênico, quanto ao inter-religioso e sua advertência à necessidade de atenção aos grupos fundamentalistas de base cristã com os quais a Igreja não estabelece comunhão de ideias nem de ações. João Paulo II (2001, p.18) “Há que distinguir o ecumenismo da aproximação eclesial a grupos ou movimentos religiosos fundamentalistas, alguns dos quais são de inspiração cristã.”

Ao referir-se ao ecumenismo o papa insiste que a Igreja deve estar aberta e acessível ao diálogo com os cristãos não católicos, e vê nessa ação um benefício para todos os que professam a fé em Cristo. O pontífice manifesta sua compreensão e concordância com os bispos da Oceania ao referirem-se à questão da divisão entre cristãos como algo que promove a disseminação do mal e causa escândalo na sociedade.

Os Padres Sinodais consideraram a separação dos cristãos como um grande obstáculo à 17 credibilidade do testemunho da Igreja, tendo expresso o desejo ardente de que cesse o escândalo da divisão e sejam feitos novos esforços de reconciliação e diálogo, para que o esplendor do Evangelho possa irradiar mais claramente. [...] Em muitas regiões missionárias da Oceania, as diferenças entre Igrejas e Comunidades Eclesiais conduziram, no passado, ao antagonismo e à contraposição. Nos tempos recentes, porém, o relacionamento tem sido mais positivo e fraterno. A Igreja na Oceania tem dado grande prioridade ao ecumenismo, revestindo-se de novidade e abertura as

atividades ecuménicas; estas são acolhidas favoravelmente como oportunidade para « um diálogo de salvação », (87) que tem em vista uma maior compreensão e mútuo enriquecimento (JOÃO PAULO II, 2001, p. 17-18).

O papa recorda nesse documento que a Igreja não deve temer as outras tradições religiosas, mas ao contrário deve estar atenta ao fato de que o pluralismo cultural e religioso constitui uma realidade social. O caminho que a Igreja escolhe nesse novo cenário social é aquele de considerar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O diálogo inter-religioso, porém, deve levar em conta uma devida, séria e aprofundada preparação, de modo que tal iniciativa resulta em oportunidade de uma convivência fraterna entre os crentes das diferentes tradições religiosas.

Maiores oportunidades de viajar e possibilidades mais acessíveis de migração deram como resultado um encontro sem precedentes entre as culturas do mundo, explicando-se assim a presença na Oceania das grandes religiões não cristãs. Algumas cidades têm 18 comunidades hebraicas, compostas por um número considerável de sobreviventes do Holocausto, podendo elas desempenhar uma função importante nas relações entre hebreus e cristãos. Em certos lugares, encontram-se também estabelecidas há muito tempo comunidades muçulmanas; noutros, há comunidades de hindus; e noutros ainda, têm-se fundado centros budistas. É importante que os católicos conheçam melhor tais religiões, as suas doutrinas, modos de vida e culto (JOÃO PAULO II, 2001, p. 18-19).

O medo de estabelecer relacionamento com as outras tradições religiosas será superado pela adesão à cultura do encontro promotora de um sincero e respeitoso diálogo com as demais tradições religiosas. Uma expressão desse respeito é o estudo honesto da doutrina de tais tradições, a fim de conhecê-las e compreender seu modo de crer, celebrar e praticar a sua fé. Ainda nesse documento é possível verificar a reafirmação do olhar positivo da Igreja Católica dirigido ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A Igreja na Oceania deve estudar mais cuidadosamente as religiões tradicionais das populações indígenas, para entrar com maior eficácia no diálogo que o anúncio cristão requer. « O anúncio e o diálogo, cada um no próprio âmbito, são ambos considerados elementos componentes e formas autênticas da única missão evangelizadora da Igreja (JOÃO PAULO II, 2001, p.19).

No dia 20 de janeiro de 2002, o papa João Paulo II, fez um breve, porém significativo discurso durante a oração do Angelus, na praça de São Pedro. O papa recordou o atentado de 11 de setembro assinalando-o como uma agressão à vida. Embora a violência decorrente da intolerância pareça ter mais força que a paz, João Paulo II, adverte que muitos líderes religiosos demonstram interesse de agirem juntos pela paz. João Paulo II (2002, n.3) “Convido os fiéis e as pessoas de boa vontade do mundo inteiro, a unir-se a esta peregrinação, para que todos sejam chamados a construir juntos a paz.”

São gestos e ações que indicam o verdadeiro sentido da religião e sua autêntica missão entre os homens, as sociedades e as culturas. Segundo o papa a violência não tem espaço nem no ambiente religioso, nem entre os legítimos e autênticos líderes e seguidores das diversas tradições religiosas. Quem manipula a religião para fins pessoais ou violentos, desvirtua o sentido sagrado da religião, que está presente nas consciências dos indivíduos desde os tempos mais remotos.

Com base nisto, homens e mulheres de diversas confissões religiosas não só podem colaborar, mas devem também empenhar-se cada vez mais para defender e promover o efetivo reconhecimento dos direitos humanos, condição indispensável para uma paz autêntica e duradoura. Perante a violência, que no nosso tempo assola muitas regiões da Terra, eles sentem a necessidade de demonstrar que as religiões são um factor de solidariedade, desacreditando e isolando todos os que instrumentalizam o nome de Deus para finalidades ou com métodos que, na realidade, o ofendem (JOÃO PAULO II, 2002, n. 2).

O papa destaca a necessidade e importância do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, como uma escolha irrenunciável para o bem da sociedade humana que constitui uma só realidade, a família humana querida e criada por Deus, Pai e criador de todos. Como ilustração positiva do esforço pelo diálogo inter-religioso, João Paulo II relata o extraordinário feito do Dia Mundial de Oração pela Paz, que tem reunido em Assis líderes e seguidores de diversas tradições religiosas. Cada uma a seu modo terá momentos de orações pela paz. Cada uma rezando segundo sua profissão de fé e sua cultura. Todos, porém com um propósito comum: a paz.

A partir daquele momento<sup>40</sup> um novo espírito muitas vezes chamado "espírito de Assis" anima o diálogo inter-religioso e une-o indissolavelmente ao compromisso pela justiça, pela salvaguarda da criação e pela paz. O Dia de oração pela paz não quer de forma alguma induzir ao sincretismo religioso. De facto, cada grupo religioso rezará em lugares diferentes, segundo a própria fé, língua e tradição, no pleno respeito dos outros. O que unirá todos os participantes é a certeza de que a paz é um dom de Deus. Como crente, cada um sabe que é chamado a tornar-se artífice de paz (JOÃO PAULO II, 2002, n. 2).

Na celebração do 36º Dia Mundial da Paz, ocorrido em 1º de janeiro de 2003, João Paulo II aponta que a Igreja Católica está comprometida com processo de construção da paz para o bem da família humana. O papa retoma os princípios que o Papa João XXIII propôs na Encíclica *Pacem in Terris* publicada no dia 11 de abril de 1963, na qual convocou todas as pessoas a se empenharem concretamente para conquista da paz. De acordo com João Paulo II, o Papa João XXIII compreendeu o quadro trágico da sociedade mundial, e ao contrário de deter-se, preferiu apostar no diálogo como caminho aberto à paz e à solidariedade como dinâmica promotora da paz.

Espírito clarividente que era, João XXIII identificou como condições essenciais da paz quatro exigências concretas da alma humana: a verdade, a justiça, o amor e a liberdade (cf. *ibid.*, I: o.c., 265-266). A verdade, dizia ele, será fundamento da paz, se cada indivíduo honestamente tomar consciência não só dos próprios direitos, mas também dos seus deveres para com os outros. A justiça edificará a paz, se cada um respeitar concretamente os direitos alheios e esforçar-se por cumprir plenamente os próprios deveres para com os demais. O amor será fermento de paz, se as pessoas sentirem como próprias as necessidades dos outros e partilharem com eles o que possuem, a começar pelos valores do espírito. Finalmente a liberdade alimentará e fará frutificar a paz, se os indivíduos, na escolha dos meios para alcançá-la, seguirem a razão e assumirem corajosamente a responsabilidade dos próprios atos (JOÃO PAULO II, 2003, n. 3).

João Paulo II retoma o cenário que envolvia a sociedade quando da publicação da *Pacem in Terris*. Um mundo polarizado e radicalmente dividido não somente territorialmente, mas também no modo de pensar. A polarização política, econômica e ideológica; a ruptura do diálogo gerou um clima de

---

<sup>40</sup> Dia Mundial de Oração pela Paz.

desconfiança, ameaça e medo planetários. João Paulo II (1995, n. 3) “A paz e o progresso só podem ser obtidos através do respeito da lei moral universal, escrita no coração do homem.”

Na realidade o mundo, ao qual se dirigia João XXIII, encontrava-se numa situação de profunda desordem. O século XX começara com uma grande expectativa de progresso; e, ao invés, a humanidade viu-se obrigada a registrar, em sessenta anos de história, a deflagração de duas guerras mundiais, a afirmação de devastadores sistemas totalitários, a acumulação de imensos sofrimentos humanos e o desencadeamento contra a Igreja da maior perseguição até então conhecida na história. Apenas dois anos antes da *Pacem in terris*, em 1961, fora erguido o «Muro de Berlim» para dividir e contrapor não só duas partes da referida cidade, mas também duas formas de conceber e construir a cidade terrena. De cada lado do muro, a vida assumiu um estilo diverso, inspirado muitas vezes em regras contrárias umas às outras, num clima generalizado de suspeita e difidência. Quer como visão do mundo quer como organização concreta da vida, aquele muro atravessou a humanidade no seu conjunto e penetrou no coração e na mente das pessoas, criando divisões que pareciam destinadas a durar para sempre (JOÃO PAULO II, 2003, n. 2).

O pontífice assume que os ideais de João XXIII devem ser reassumidos por todos para que a paz supere o plano do ideal e atinja concretude na vida dos indivíduos e das sociedades. João Paulo II permite avaliar que a Igreja não deve se desencorajar da busca da paz, embora não raras vezes a ambiência conflitiva dos povos acene mais para uma indisposição à paz do que a persistência em busca da mesma. Reafirma que a paz não pode ser vista na perspectiva de um sonho utópico, mas é condicionada ao respeito da dignidade e o direito da pessoa humana. João Paulo II (2003, n. 6) “A questão da paz não pode ser separada do problema da dignidade e dos direitos do homem. Ora esta constitui precisamente uma das verdades perenes ensinadas pela *Pacem in terris*, que será bom recordar e meditar neste quadragésimo aniversário.”

Ao pensarmos nele (João XXIII) neste Dia Mundial da Paz de 2003, somos convidados a empenhar-nos nos mesmos sentimentos que ele nutria: confiança em Deus misericordioso e compassivo, que nos chama à fraternidade; confiança nos homens e mulheres de todos os tempos incluindo o nosso, por causa da imagem de Deus igualmente impressa no espírito de todos. Partindo destes sentimentos, pode-se esperar a construção dum mundo de paz sobre a terra (JOÃO PAULO II, 2003, n 10).



João Paulo II, propõe que a paz não é resultado de cálculos e ações burocráticas, mas uma paz duradoura acontecerá como resultado de um pacto social em torno de uma cultura de paz. Uma nova cultura que influencie as estruturas do poder e a vida comum dos indivíduos. Uma sociedade impregnada por essa cultura será capaz de atitudes continuadas no diálogo irrenunciável.

Gestos de paz nascem da vida de pessoas que cultivam constantemente no próprio espírito atitudes de paz; são fruto da mente e do coração de «obreiros da paz» (cf. Mt 5, 9). Gestos de paz são possíveis quando as pessoas têm em grande apreço a dimensão comunitária da vida, podendo assim perceber o significado e as consequências que certos acontecimentos têm para a sua própria comunidade e para o mundo inteiro. Gestos de paz criam uma tradição e uma cultura de paz. A religião possui uma função vital para suscitar gestos de paz e consolidar condições de paz, podendo desempenhá-la de forma tanto mais eficaz quanto mais decididamente se concentrar naquilo que lhe é próprio: a abertura a Deus, o ensino da fraternidade universal e a promoção duma cultura solidária. O «Dia de Oração pela Paz», que promovi em Assis em 24 de Janeiro de 2002 com a participação de representantes de numerosas religiões, tinha em vista isso mesmo. Queria exprimir o desejo de educar para a paz através da difusão duma espiritualidade e duma cultura de paz (JOÃO PAULO II, 2003, n. 9).

Ao concluir a mensagem para o 36º dia Mundial pela Paz, João Paulo II inseriu o aniversário de quarenta anos da *Pacem in Terris* na perspectiva de acolhimento do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Aponta que o diálogo ecumênico e inter-religioso devem ser retomado como oportunidade de dinamizar a busca da paz.

As comunidades eclesiais hão-de estudar a forma apropriada de celebrar ao longo do ano este aniversário, através de iniciativas que não deixarão de ter carácter ecumênico e inter-religioso abrindo-se a quantos se sentem profundamente movidos «para abaterem barreiras que dividem, para corroborarem os vínculos de caridade mútua, para compreenderem os outros, para perdoarem aos que lhes tiverem feito injúrias» (JOÃO PAULO II, 2003, n. 10).

Na homilia do Papa João Paulo II, no encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos no dia 25 de janeiro de 2003, é possível

verificar a abertura de coração do Papa à mensagem do Concílio Vaticano II no que se refere ao Diálogo ecumênico e Inter-religioso. João Paulo II (2003, n. 5) “não existe aproximação ecumênica sem conversão do coração, sem santificação pessoal e sem renovação da vida eclesial.” Embora seu discurso se dedique ao diálogo ecumênico, há um tom de grande respeito pela diversidade religiosa dentro do próprio cristianismo e não será diferente quando se dirige aos que professam uma religião não cristã. João Paulo II (2003, n. 1) “O meu profundo desejo é de que a Igreja de Roma, se torne cada vez mais um modelo de relações ecumênicas fraternais. O texto ao qual nos referimos reflete um contexto de diálogo ecumênico, porém o mesmo papa lança-o a uma dimensão de diálogo inter-religioso ao sinalizar o empenho de todos mediante o diálogo como caminho aberto à construção da paz e da solidariedade. João Paulo II (2003, n. 2) “Em seu nome, unamos os nossos esforços para servir a paz e a reconciliação, a justiça e a solidariedade, especialmente ao lado dos pobres e dos últimos da terra”.

Uma paz e uma solidariedade nascidas do diálogo tanto ecumênico como inter-religioso dirigem-se a pessoas e situações concretas. João Paulo II (2003, n. 4), “e para esta meta, o Espírito orienta-nos também através dos diálogos teológicos, que constituem uma indubitável ocasião de enriquecimento recíproco.” A fala do papa permite constatar que a paz e a solidariedade, como resultado do diálogo entre denominações e tradições religiosas diferentes, são convicções do pontífice.

Aquele acontecimento de carácter inter-religioso lançou uma forte mensagem ao mundo: cada pessoa autenticamente religiosa está comprometida a implorar de Deus o dom da paz, renovando a vontade de a promover e construir, juntamente com os outros fiéis. O tema da paz é mais urgente do que nunca, interpela de maneira particular os discípulos de Cristo, Príncipe da Paz, e constitui um desafio e um compromisso para o movimento ecumênico (JOÃO PAULO II, 2003, n. 2).

Seguindo o Espírito do Concílio Vaticano II, João Paulo II, dirige-se aos representantes das diversas denominações presentes na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos com um tom explicitamente respeitoso. É possível

então, constatar essa perspectiva da Igreja Católica no pontificado de João Paulo II, a convicção do diálogo entre diferentes denominações e tradições religiosas, um caminho aberto à paz e à solidariedade. Já não se trata de adversários, mas pessoas que professam a fé em Deus com perspectivas diversas, como são diversas as tradições religiosas. Observe-se a expressão de fraternidade do pontífice ao dirigir-se aos membros desse evento dialogal.

Como deixar de recordar, além do mencionado encontro de Assis, que contou com a participação de altos representantes de quase todas as Igrejas e Comunidades eclesiais do Oriente e do Ocidente, a visita a Roma, no mês de Março, de uma Delegação do Santo Sínodo da Igreja ortodoxa da Grécia? Em Junho foi assinada, com o Patriarca Ecuménico Bartolomeu I, a Declaração conjunta sobre a salvaguarda da criação; em Maio, tive a alegria visitar o Patriarca Máximo, da Bulgária; em Outubro, recebi a visita do Patriarca Teoctisto, da Roménia, com quem também assinei uma Declaração conjunta. Além disso, não posso esquecer a visita do Arcebispo de Cantuária, Dr. Carey, já no termo do seu mandato, nem os encontros com Delegações ecuménicas de Comunidades eclesiais do Ocidente, assim como os progressos alcançados pelas várias Comissões mistas de diálogo (JOÃO PAULO II, 2003, n. 3).

Mas não se trata de uma visão ingênua sobre a questão do diálogo entre denominações cristãs diferentes, nem sobre tradições religiosas diferentes. O papa deixa perceber sua clareza quanto às dificuldades reais existentes nesse campo; as resistências ainda por serem superadas. Todavia explicita que as dificuldades não devem suprimir as convicções de todos os que acreditam e se empenham no diálogo religioso, ecumênico e inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de reconhecer com realismo as dificuldades, os problemas e as decepções que ainda hoje estamos a encontrar. Assim, às vezes podemos sentir um certo cansaço e uma carência de fervor, enquanto permanece viva a dor por não podermos ainda partilhar em comum a Mesa eucarística. Porém, o Espírito não cessa de nos surpreender e continua a realizar prodígios extraordinários (JOÃO PAULO II, 2003, n. 3).

O papa conclui seu discurso com um olhar otimista para os desafios que ainda se impõem às convicções e práticas do diálogo ecumênico e inter-religioso

como caminho aberto à paz e à solidariedade. João Paulo II (2003, n. 6) “os bons votos que hoje exprimimos em conjunto são para que a espiritualidade da comunhão cresça cada vez mais!”

Podemos assim verificar no discurso de João Paulo II, a redescoberta da alteridade religiosa, seja entre as denominações cristãs diferentes, ou as diferentes tradições religiosas, primeiro como uma unidade existencial na perspectiva da unidade do corpo místico de Cristo; isso pode ser alargado para a unidade da humanidade como o grande corpo familiar que pertence ao único Deus e Pai de todos. Em seguida a verificação no discurso do papa apontando para a superação da antiga perspectiva do outro como uma ameaça ou um dano a ser suprimido. Passa então, a ser acolhido como um dom capaz que soma ao bem que eu possuo, os seus próprios bens. E mais esse bem que está no outro e pode me enriquecer, é e faz um bem ao outro. Isso é mesmo novo na perspectiva da Igreja. O bem no outro é em si um bem. Não precisa primeiro passar pela Igreja para ser algo bom, mas pelo bem que é em si, faz bem a mim.

Possa confirmar-se em cada um de nós a capacidade de ver no irmão de fé, na unidade do Corpo místico, "como "um que faz parte de mim", para saber partilhar as suas alegrias e os seus sofrimentos" (NMI, n. 43). Que nos seja concedido ver "o que há de positivo no outro, para o acolher e valorizar como dom de Deus: um "dom para mim", como o é para o irmão que directamente o recebeu" (Ibidem). Ninguém se iluda! Sem uma autêntica espiritualidade da comunhão, os instrumentos exteriores da comunhão "revelar-se-iam mais como estruturas sem alma, máscaras de comunhão, do que como vias para a sua expressão e crescimento" (Ibidem) (JOÃO PAULO II, 2003, n. 6).

João Paulo II aproveitou cada oportunidade para insistir na importância do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Suas palavras eram como flechas certeiras alvejando os corações dos interlocutores. No discurso proferido pelo pontífice aos participantes de um colóquio promovido pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso no dia 2 de dezembro de 2003, é possível verificar sua convicção da necessidade do diálogo, e igualmente sua compreensão de que o diálogo exige e pressupõe contínua revisão das próprias atitudes em relação às convicções, afim de que as religiões não traíam seus próprios fundamentos.

Hoje em dia, há urgente necessidade de diálogo, de compreensão e de cooperação entre as grandes religiões do mundo, de modo particular entre o cristianismo e o islamismo. Com efeito, a religião é chamada a construir pontes entre os indivíduos, os povos e as culturas, a constituir um sinal de esperança para a humanidade (JOÃO PAULO II, 2003).

O pontífice indica que a Igreja tem ciência de que o diálogo inter-religioso deve ser um apelo, uma crença e uma atitude de todas as tradições religiosas e de todos os indivíduos que recusam a intolerância, a violência e a guerra. Observa-se que não pretende ser um arauto solitário do diálogo. Isso equivaleria a não dialogar, mas a impor um pensamento sobre os demais. Seu papel é inquietar e mobilizar os crentes de todos os credos a embarcarem no compromisso e na prática convicta do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Embora João Paulo II tenha dado passos relevantes no processo de abertura da Igreja para o diálogo ecumênico e inter-religioso durante seu pontificado, há uma declaração publicada pelo pontífice que suscitou muitas críticas dentro e fora do ambiente eclesiástico católico. É possível considerá-lo como o documento mais controverso e polêmico de seu pontificado em relação ao diálogo inter-religioso. Trata-se da Declaração *Dominus Iesus* de 06 de agosto de 2000. O documento emitido pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé sobre a unidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja.

Considerando a reação de negativa do documento, julgamos importante somá-lo às demais publicações do pontificado de João Paulo II, trazidos para essa pesquisa. Logo na introdução o documento resgata o protagonismo da Igreja Católica como continuadora legítima no mundo sob mandato de Jesus Cristo de sua obra salvífica. A declaração resgata o credo nicenoconstantinopolitano cristão formulado nos Concílios de Nicéia 325 e Constantinopla 381. Esse conteúdo assumido como fundamental da fé e dever dos cristãos. (DI, n. 1).

O documento, retoma com rigidez a recusa à teologia do pluralismo religioso e empenha-se em conter o seu crescimento. O documento reafirma que em Jesus Cristo está em caráter definitivo e completo a Revelação de Deus à humanidade. (DI 5). Marcada com um caráter combativo se propõe combater os

pensamentos teológicos contrários a essa doutrina cristã, recusando a possibilidade de pensar teológico. Nesse sentido a Declaração retoma a doutrina do Lógos eterno que entra no tempo pela encarnação e o Espírito Santo na obra salvífica. O documento refuta a dupla análise entre o Jesus histórico e o Lógos divino. Afirma assim que a ação salvífica é uma e totalmente realizada pelo Lógos encarnado. (DI n. 10). Transcorre no texto a tentativa de vincular a unidade de Cristo na Igreja Católica. De modo mais incisivo afirma a universalidade da salvação em Jesus Cristo como segue abaixo

É igualmente frequente a tese que nega unicidade e a universalidade salvífica do mistério de Jesus Cristo da oposição não tem nenhum fundamento bíblico deve se ao invés crer se firmemente com mudado Perini da fé da igreja a verdade Jesus Cristo filho de Deus senhor e único salvador que no seu evento de encarnação morte ressurreição realizou a história da salvação a qual tem nele a sua plenitude e o seu cento (DI n. 13).

Reafirmando que Deus salvou de modo único através de Jesus Cristo, a *Dominus Iesus*, assume um caráter cristocêntrico para toda da humanidade. Isso aumenta as dificuldades para dialogar sobre a salvação com os não cristãos. Continuando afirma a relação intrínseca entre a unidade e unicidade de Jesus Cristo em união com a unicidade da Igreja, fazendo de Cristo e Igreja duas realidades distintas, porém em nível igual de verdade. (DI n.16) “Em relação com a unicidade e universalidade da mediação salvífica de Jesus Cristo deve se crer firmemente como verdade de fé católica a unicidade da igreja por ele fundada”

A *Dominus Iesus* afirma uma *relação* irrenunciável entre a Igreja Católica como semente do reino e esta é, na história, a possibilitadora capaz de fazer a união da humanidade com a realidade sagrada. Nesse sentido a Igreja perfaz-se povo reunido na Unidade Trinitária. (DI n. 18). Podemos verificar aqui a intenção do documento de estabelecer uma certa interdependência e retroalimentação da tríade Cristo, Igreja e Reino, como única realidade, dando à Igreja o caráter de continuadora de Jesus e sua mensagem no tempo e na história. A Declaração reafirma a necessidade da Igreja para a salvação, e ao tratar da salvação dos não cristãos, retoma o que estabelece o número 7 do Decreto *Ad Gentes* do Concílio Vaticano II.

À guisa de ilustrar a rejeição a esse documento apresentamos, a seguir os comentários de alguns autores que nos parecem importantes para

compreendermos a recepção negativa que houve da *Dominus Iesus*. Começando por Costa que procura amenizar as críticas enfáticas à *Dominus Iesus*. Segundo o autor as críticas enfatizavam a afirmação de que sem a Igreja e fora dela não seria possível a salvação. Costa (2009) “Esta declaração deu muito que falar na imprensa em geral de modo negativo afirmando-se que o papa tinha dito que somente se salvaria quem fosse cristão católico. Claro que tal afirmação é falsa.” Segundo ele o documento dirige-se ao ambiente interno da Igreja para tratar de assuntos específicos da doutrina católica reafirmando elementos irrenunciáveis de sua doutrina. Desse modo é possível compreender que o documento não afronta às demais religiões, mas reafirma aos católicos o conteúdo de sua fé.

Discordando de Costa, encontramos a reflexão de Teixeira que considera um retrocesso a proposta da *Dominus Iesus* no campo do diálogo inter-religioso. O autor compreende que o conteúdo da Declaração cria obstáculos e interrompe o trabalho que até então vinha sendo desenvolvido por aqueles que se dedicam ao diálogo entre as diferentes religiões. Teixeira (2010) “A declaração significou um forte impacto, na ocasião as repercussões são muito negativas entre as instâncias que trabalham os temas do ecumenismo do diálogo inter-religioso.” Teixeira sinaliza que a *Dominus Iesus* traz um forte apelo proselitista com o objetivo de converter os adeptos de outras tradições religiosas ao catolicismo, por isso insiste na perspectiva de superioridade do cristianismo católico em relação às demais tradições religiosas bem como às outras denominações cristãs. De acordo com Teixeira o autor da *Dominus Iesus* revela falta de conhecimento das realidades religiosas existentes para além da Europa, o que lhe dá um limite de alcance.

A forma como o documento trata as outras religiões é extremamente pobre, revelando uma teologia que não é capaz de ver no outro senão um momento de passagem para um patamar mais elevado, que se arroga o espaço privilegiado para a autêntica experiência reveladora de Deus (TEIXEIRA, 2010).

Suess é outro autor que critica a Declaração *Dominus Iesus* destacando como resultado o distanciamento das tradições religiosas promovendo prejuízo às conquistas tanto no campo do diálogo ecumênico quanto no campo do diálogo inter-religioso. Suess (2005, p. 408) “Nas sete afirmações destiladas da

declaração *Dominus Iesus*, essa procura separar o trigo, representado pela Igreja Católica, do joio, representado pelas outras religiões e denominações cristãs.” Para Sues a Declaração se contrapõe às declarações do Concílio Vaticano II que reconhece elementos positivos e traços da verdade nas religiões não cristãs. Ao tratar da salvação dos não cristãos a partir da mediação da Igreja Católica (DI 20), Sues é enfático,

*A Dominus Iesus* garante virtualmente a unicidade e unidade da igreja católica que não é um caminho entre outros mas único caminho de salvação. As religiões não são caminhos complementares à Igreja. Nessa perspectiva, deve interpretar a fórmula: fora da igreja não há salvação (SUES, 2005 p. 410).

É possível verificar aqui um dos elementos que marcaram a diferença da compreensão da Igreja, sua missão e sua proximidade com as outras tradições religiosas entre João Paulo II e Francisco. Se de um lado a *Dominus Iesus* expressa um grau de dificuldade no trato da complementaridade entre a Igreja e as religiões não cristãs, em Francisco não somente encontra-se a ideia de complementaridade como inclui-se a proposição de convergência das religiões na busca de Deus e do bem comum. Isso será verificado no capítulo final desse trabalho quando abordaremos especificamente o pontificado de Francisco, sobre o qual afirmamos ser até o momento o pontífice que melhor concretiza os ideais de diálogo proposto pelo Concílio Vaticano II.

O diálogo inter-religioso parece um conchavo entre perdedores sem perfil eclesial e identidade. [...] Os autores da *Dominus Iesus* sabem do risco da violência inerente ao anúncio militante dos fundamentalistas. Não incitam a violência, mas tão pouco promovem a paz, ao apontar, basicamente, basicamente, para aquilo que separa a Igreja Católica das outras religiões (SUESS, 2005, p. 411).

Suess acusa certo desconhecimento do contexto sócio religioso nos dias atuais por parte dos responsáveis pela composição da *Dominus Iesus*, denotando falta de respeito aos que professam a fé fora da tradição cristã. Para o autor o texto da Declaração propõe uma Igreja institucional voltada para si mesma, desconsiderando os riscos que se impõem aos indivíduos e às culturas em um ambiente social ou religioso marcado pelo exclusivismo. Sues (2005, p. 411) “A *Dominus Iesus* reabilitou momentos e práticas missionárias da época colonial sem explicitamente falar delas. É o método da substituição de crenças



pela fé católica”. Com isso nosso autor pontua que esse documento tem um caráter que não leva em conta os desafios e necessidades da evangelização, carregado de um tom que assinala a superioridade do cristianismo católico sobre as outras tradições religiosas e denominações cristãs.

Barros é mais um dos autores que apontam críticas ao documento, para ele a *Dominus Iesus* vai na perspectiva contrária à prática pastoral de João Paulo II, que marcou a Igreja durante seu pontificado com um discurso de proximidade e respeito às demais tradições religiosas. Ao longo do seu governo na Igreja Católica o papa assinalou a necessidade de uma Igreja aberta à convivência dialógica com os que professam a fé fora da tradição cristã. Barros (2005, p. 13) “A *Dominus Iesus* não parece ter sido nenhuma coisa nem outra. Ela surpreendeu por vir na contramão do esforço de João Paulo II, de fazer do jubileu de 2000 um acontecimento ecumênico e encerrá-lo em um encontro inter-religioso.”

O próprio título do documento identifica a tal ponto o Cristo e a igreja que usar para os dois (Cristo e igreja) atributos iguais, sem quaisquer distinções: “unidade e universalidade salvíficas do Cristo e da igreja”. Como se mediação salvífica do Cristo e a da igreja fossem da mesma natureza, supondo que esta a tenha e seja aquela através da qual o Cristo exerce a sua. Essa identificação simplista provoca o exclusivismo teológico e pastoral (SUESS, 2005, p. 411).

Boff contribuiu nessa discussão ao fazer sua análise da declaração *Dominus Iesus* no que tange à relação entre Igreja de Cristo e a Igreja Católica. A partir do Concílio Vaticano II, busca o discurso dos padres conciliares na *Lumen Gentium* n. 8

A igreja de Cristo se concretiza na igreja católica apostólica Romana mas não se exaurir nesta concretização pois ela por causa das limitações históricas culturais ocidentais o outro especialmente razão das sombras e dos pecados presentes em seu interior... Não pode identificar-se em tudo por ele é simples teteia sem resto com a igreja De Cristo (BOFF, 2005, p. 17).

O autor propõe que a Congregação para a Doutrina da Fé desconsidera o Concílio Vaticano II, quando apresenta em equidade a Igreja de Cristo e a Igreja Católica. Boff apresenta a controvérsia fazendo a seguinte consideração

A Distinção entre “*Est*” e o “*Subsist in*” feita pelos padres conciliares abriu caminho novo para o ecumenismo católico que não poderá mais ser fechado. O cardeal J. Ratzinger no *Dominus Iesus*, erroneamente usa o “*Subsist in*” para fechar o ecumenismo católico aberto, reafirmar a identificação exclusiva da Igreja Católica romana com a Igreja de Cristo e assim voltar aquilo que o Concílio quis superar, ao “*Est*” a identificação pura e simples sem distinção (BOFF, 2005, p. 20).

Ferraro, outro a colaborar com sua análise crítica da *Dominus Iesus*, frente ao pluralismo religioso do mundo de hoje. Ferraro (2005, p. 31) o autor parte da perspectiva de abertura que o Concílio Vaticano II inaugurou na dinâmica do diálogo ecumênico e inter-religioso. Destaca ainda que João Paulo II percorreu a mesma direção do Concílio com gestos que sinalizaram bem seu pontificado na proximidade respeitosa às tradições religiosas não cristãs. Ferraro contudo indica que nas últimas duas décadas, considere-se a data da publicação da *Dominus Iesus*, é possível observar um certo retrocesso na abertura no campo do diálogo inter-religioso, o que trouxe prejuízo à vivência da fé cristã em sociedades plurirreligiosas.

Depois de cinco anos a *Dominus Iesus* continua exigindo reflexão cada vez mais aprofundada do desígnio salvífico de Deus. Os cristãos/ãs compreendem cada dia mais a necessidade do diálogo ecumênico e inter-religioso (FERRARO, 2005, p. 37).

Knitter, ao analisar a *Dominus Iesus* traz à tona a tensão entre o diálogo inter-religioso com a perspectiva teológica apresentada pelo documento. Há, segundo Knitter, um desalinhamento entre a *Dominus Iesus* e a teologia das religiões, o que esbarra na questão do diálogo inter-religioso e a dificuldade de setores internos da Igreja no que se refere às ações inter-religiosas.

O que os cristãos estão percebendo através da prática do diálogo está em tensão com a teologia das religiões que encontramos na *Dominus Iesus* e outros pronunciamentos oficiais do Vaticano. Tal tensão, ainda que dolorosa é também vivificante. A *dominus Iesus* elaborada pelo cardeal Ratzinger nos ajudou a ficarmos mais conscientes desta tensão (KNITTER, 2005, p. 45).

Outros autores se manifestaram com críticas à *Dominus Iesus*, esses porém foram apontados aqui à guisa contribuição à reflexão sobre as ideias de contestação à *Dominus Iesus* e justificar sua apresentação nessa pesquisa.

Considere-se que embora o documento tenha a autoria do cardeal Ratzinger, as críticas feitas ao documento apontam para o Papa João Paulo II, que embora tenha dado passos importantes no processo de abertura da Igreja ao mundo plurirreligioso através do diálogo inter-religioso, assumiu posturas retrógradas na *Dominus Iesus* no tocante ao diálogo entre as diferentes tradições religiosas. Mas considerando o conjunto das obras do Papa João Paulo II e suas ações no campo do diálogo inter-religioso, consideramos que sua contribuição nesse campo foi importante para o avanço da Igreja na proximidade e relação com as demais religiões e denominações cristãs.

Encerramos aqui os dados sobre o pontificado de João Paulo II, no tocante ao diálogo inter-religioso. Buscamos destacar algumas de suas iniciativas nesse campo a fim de explicitar seu comprometimento com as orientações do Concílio Vaticano II no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A seguir vamos apresentar as iniciativas do Papa Francisco no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Demonstrando como esse pontificado tem se esforçado para abrir ainda mais a Igreja Católica à cultura do encontro e da paz.

## **6 FRANCISCO UM PAPA PARA SITUAR A IGREJA NA MUDANÇA DE ÉPOCA**

Esse capítulo que encerra a pesquisa está ordenado em cinco subtemas que se completam e explicitam a perspectiva de Francisco no tocante ao diálogo inter-religioso e sua compreensão da Igreja Católica como uma realidade que deve mover-se sempre em direção ao outro; uma Igreja em saída. O primeiro item é denominado: Francisco, levar a Igreja a reconhecer, dialogar e aprender com as diversidades. Nesse item aborda-se a capacidade dialogal do cardeal Bergólio antes mesmo de sua eleição ao papado. Destaca-se ainda sua adesão à cultura da paz e do encontro. O segundo item: Francisco, o papa do fim do mundo; o peregrino do diálogo. Aqui tem destaque a compreensão do papa sobre a universalidade do diálogo e sua disposição em fazer da Igreja um corpo em diálogo com o mundo diverso que marca as sociedades hodiernas. O terceiro item: Francisco, novas perspectivas para o diálogo inter-religioso. Nesse item explicita-se a compreensão que o papa tem da totalidade das diversidades como constituintes de uma só família humana. Ainda destaca-se a incondicional defesa da dignidade humana, incluindo o respeito ao direito de cada um em escolher e professar sua fé desde a sua vida privada à exposição pública do seu modo de crer e praticar sua fé. Nesse item ainda aborda-se a perspectiva de Francisco ao tratar o diálogo inter-religioso como uma ação que visa ir ao encontro de indivíduos concretos e sua história pessoal. No quarto ponto: Francisco, reformar as estruturas e ações; a Igreja com as outras tradições religiosas, discorre-se sobre a perspectiva do pontífice e um novo paradigma que acentua sua percepção e prática dialogal; a Igreja Católica não é a referência para a qual as demais tradições devem migrar, mas está junto às demais para percorrer a mesma direção e fazer-se a serviço do bem comum. No item cinco: A Igreja e o diálogo inter-religioso; diferentes em identidades, iguais na meta: a paz. Aqui desenvolve-se a compreensão de que o diálogo possibilita a convergência religiosa mesmo de tradições diferentes. Destaca-se ainda que as diferenças religiosas não são impossibilitadas da convivência fraterna. Ainda aborda-se que na compreensão de Francisco a tolerância religiosa não é a meta final do diálogo inter-religioso, mas um passo no processo dialógico das diferenças. Aponta-se a convivência fraterna entre diferentes como a meta do diálogo inter-religioso em

Francisco. Aponta-se um novo paradigma: não se trata mais de diferentes ocupando o mesmo espaço geográfico, mas os diferentes são o espaço existencial habitado pelo mesmo Sagrado.

### **6.1 Francisco, levar a Igreja a reconhecer, dialogar e aprender com as diversidades**

Iniciamos esse capítulo acenando para o então Cardeal Bergoglio, que ao longo de seu ministério episcopal como arcebispo de Buenos Aires já sinalizava sua perspectiva dialogal, sua abertura pessoal e pastoral para o diálogo com as outras tradições religiosas e sua convicção da cultura do encontro como mecanismos capazes de promover a superação dos conflitos e a consolidação da paz, para a convivência comum entre os diferentes na mesma sociedade. Os discursos do Papa Francisco, explicitam a clareza que tem ao tratar do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Os inúmeros discursos do Papa Bergólio, suas viagens apostólicas, suas declarações e suas atitudes para com as diferentes culturas e diferentes tradições religiosas deixam claro que o diálogo em suas diversas dimensões perpassa seu pensamento como eixo condutor de seu pontificado.

O diálogo nasce de uma atitude de respeito pela outra pessoa, de um convencimento de que o outro tem algo de bom a dizer; implica abrir um lugar em nosso coração para seu ponto de vista, sua opinião e sua proposta. Dialogar implica uma acolhida cordial e não uma condenação prévia. Para dialogar é preciso saber baixar as defesas, abrir as portas de casa e oferecer calor humano (BERGOGLIO, 2013, p. 12).

O diálogo, em Francisco é aliado da cultura do encontro, que possibilita a superação das seculares barreiras nascidas dos conflitos entre as diversas tradições religiosas que deixaram à história humana um triste legado de fundamentalismo intolerante. O encontro entre tradições religiosas diferentes, porém, não deve ser traduzido, a partir de Francisco, como um sincretismo ou uma fusão de princípios religiosos. Ao contrário pode-se afirmar, desde os seus discursos, que tanto a cultura do encontro como o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade são realidades possíveis tanto às

culturas como às tradições religiosas que estejam dispostas à superação do conflito em prol da paz e da convivência fraterna entre os diferentes sujeitos sociais e suas convicções.

Em um texto, o rabino Abraham Skorka fez referência ao frontispício da Catedral Metropolitana, que representa o encontro de José com seus irmãos. Décadas de desencontros confluem nesse abraço. Ele envolve pranto, e também uma pergunta íntima: meu pai vive? Não sem razão, essa imagem foi posta ali nos tempos da organização nacional:\* representava o anseio de reencontro dos. A cena faz referência ao trabalho para instaurar uma “cultura do encontro”. Várias vezes mencionei a dificuldade que nós, argentinos, temos de consolidar essa “cultura do encontro”; parece que a dispersão e os abismos que a história criou nos seduzem. Às vezes, chegamos a nos identificar mais com os construtores de muralhas do que com os de pontes. Faltam o abraço, o pranto e a pergunta pelo pai, pelo patrimônio, pelas raízes da pátria. Há carência de diálogo. (BERGOGLIO, 2013, p. 11).

A cultura do encontro que o pontífice propõe exclui o caminho de assimilação de uma cultura pela outra, nem de uma tradição religiosa pela outra. Isso corresponderia a uma espécie de supremacia de uma religião ou uma cultura sobre as demais. A proximidade, gênesis do diálogo, conduz à possibilidade de mútua compreensão dos diferentes indivíduos com suas diversas complexidades religiosas.

Com Skorka nunca tive que negociar minha identidade católica, assim como ele não o fez com sua identidade judaica, e isso não só pelo respeito que temos um pelo outro, mas também porque assim concebemos o diálogo inter-religioso. O desafio consistiu em caminhar com respeito e afeto, caminhar na presença de Deus e procurando ser irrepreensíveis (BERGOGLIO, 2013, p. 12-13).

Francisco ao tratar do diálogo não afirma a igualdade como condição ou resultado da proximidade e da convivência. Ao contrário o papa aponta-o como plataforma basilar para uma história humana que conduza o homem a ser cada vez mais humano. Esse modo de olhar aproximando os homens de diferentes tradições religiosas, cujo olhar transcenda os interesses de suas respectivas instituições e mirem a razão das próprias religiões constitui um longo caminho

de superação e disposição. Desse modo as religiões poderão protagonizar a paz e a convivência fraterna entre as diferenças que habitam a mesma casa comum.

São muitas as barreiras que no cotidiano impedem o diálogo: a desinformação, a fofoca, o preconceito, a difamação, a calúnia. Todas essas realidades configuram certo sensacionalismo cultural que sufoca toda abertura em relação aos outros. E, assim, ficam travados o diálogo e o encontro (BERGÓLIO, 2013, p. 12).

Essas afirmações podem ser identificadas no livro *Sobre o Céu e a Terra*, publicado em 2013. Nele encontra-se uma série de diálogo entre o cardeal Bergólio, futuro Papa Francisco, e o rabino Abram Skorka. Este livro torna-se a grafia de identidades e convicções religiosas diferentes que buscam em meio às diferenças, os elementos comuns às duas tradições religiosas que podem cooperar na construção da paz e promover a convivência fraterna e pacífica.

## **6.2 Francisco, o papa do fim do mundo. O Peregrino do Diálogo**

No dia 20 de março de 2013, o Papa Francisco ao dirigir-se aos representantes das Igrejas, comunidades eclesiais e de outras religiões, destaca a importância não somente da compreensão do necessário diálogo tanto entre cristãos, quanto de cristãos com outras tradições religiosas e entre as diversas tradições religiosas não cristãs.

A Igreja católica está consciente do valor que reveste a promoção da amizade e do respeito entre homens e mulheres de diversas tradições religiosas. Compreendemos cada vez mais a importância, quer porque o mundo — de certa forma — se tornou «menor», quer porque o fenômeno das migrações aumenta os contactos entre pessoas e comunidades de diferentes tradições, culturas e religiões. Esta realidade interpela a nossa consciência de cristãos, constitui um desafio para a compreensão da fé e para a vida concreta das Igrejas locais, das paróquias e de numerosos cristãos (FRANCISCO, 2013).

Um acento à universalidade do diálogo entre homens e mulheres de religião e entre as instituições religiosas! Francisco (2013) “Quanto mais formos fiéis à Sua vontade nos pensamentos, nas palavras e nas obras, tanto mais

caminharemos efectiva e substancialmente para a unidade.” Esse discurso do pontífice permite constatar que em sua perspectiva o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, transcende o campo da devoção ou da piedade religiosa; mas assume uma translinearidade sociocultural que permite a convivência fraterna entre as diferenças que caracterizam de modo especial as sociedades contemporâneas.

A Igreja Católica está ciente da importância que tem a promoção da amizade e do respeito entre homens e mulheres de diferentes tradições religiosas – quero sublinhar isto: promoção da amizade e do respeito entre homens e mulheres de diferentes tradições religiosas –; assim o atesta o valioso trabalho que realiza o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. E de igual modo ela está ciente da responsabilidade que grava sobre todos nós relativamente a este nosso mundo e à criação inteira, que devemos amar e guardar. Muito podemos nós fazer pelo bem de quem é mais pobre, de quem é frágil e de quem sofre, para favorecer a justiça, promover a reconciliação, construir a paz. Mas, acima de tudo, devemos manter viva no mundo a sede do absoluto, não permitindo que prevaleça uma visão unidimensional da pessoa humana, segundo a qual o homem se reduz àquilo que produz e ao que consome: esta é uma das insídias mais perigosas para o nosso tempo (FRANCISCO, 2013).

Não se trata, todavia, como se poderia erroneamente entender, de estabelecer uma uniformidade religiosa, mas uma convergência das diferentes tradições religiosas no sentido de promover o bem comum pelo estabelecimento da paz e da solidariedade. Isso deve ter como resultado a superação da tolerância pela convivência fraterna, ou o explícito convite a compreenderem-se nas diferenças como companheiros de viagem cuja estrada aponta o mesmo fim, Deus. O diálogo faz reconhecer que diferentes tradições religiosas não caminham em direção oposta, mas estabelecem um paralelismo de princípios que promovem a convivência fraterna entre diferentes. O rabino Abraham Skorka, amigo pessoal do Papa Francisco, desde o período anterior à sua eleição papal destaca como os dois refletiam sobre o diálogo inter-religioso e como o então cardeal Bergoglio já expressava sua convicção sobre o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A matriz, a primeira matriz, o judaísmo do século 1, é a base. Eu e Bergoglio mantemos um diálogo tão especial porque a história de judeus e cristãos é cheia de desencontros muito dolorosos, mas é como se fossem desencontros entre dois irmãos. Houve desencontros, mas sabíamos que viemos de um mesmo ponto de partida. Um foi para



um lado, e o outro foi para outro, paralelo. Repito: para outro lado paralelo (SKORKA, 2015).

Esta é uma marca forte na compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade no pontificado de Francisco. Sinaliza sua compreensão da missão da Igreja que deve dispor-se à compreensão e aceitação das diferenças religiosas respeitando a historicidade das outras tradições e aproximando-se com respeito à escuta das diversas compreensões de Deus, do mundo e das pessoas e dispondo-se a oferecer às demais a sua compreensão.

Sabemos quanta violência produziu, na história recente, a tentativa de eliminar Deus e o divino do horizonte da humanidade, e reconhecemos o valor de dar testemunho, nas nossas sociedades, da abertura originária à transcendência, que está inscrita no coração do ser humano. Nisto, sentimos que estão conosco também todos aqueles homens e mulheres que, embora não se reconhecendo filiados em nenhuma tradição religiosa, todavia andam à procura da verdade, da bondade e da beleza – esta verdade, bondade e beleza de Deus –, e que são nossos preciosos aliados nos esforços por defender a dignidade do homem, na construção duma convivência pacífica entre os povos e na guarda cuidadosa da criação (FRANCISCO, 2013).

Trata-se nessa perspectiva de situar a Igreja Católica com as demais tradições religiosas, como demonstração do caminhar juntos como companheiros de estrada. Nesse sentido a compreensão de Francisco sobre o diálogo inter-religioso avança em relação ao Papa João Paulo II, para quem o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade partia da prerrogativa da Igreja Católica e as demais tradições religiosas. Uma tênue distinção, porém, significativa por dar à Igreja Católica, o protagonismo e o primado tanto sobre as outras Igrejas cristãs, quanto às outras tradições religiosas. Skorka (2015) “Bergoglio está entre os indivíduos que sabem criar uma mudança na História. Não só agora como Papa. Ele justamente chegou a Papa por ter essa atitude, não só com o judaísmo. Sabe recuperar a espiritualidade em tempos tão turbulentos.” Essa perspectiva marca um diferencial importante na compreensão e práxis de Francisco no campo do diálogo inter-religioso. É inovador situar a Igreja Católica no patamar das outras tradições religiosas; marca um passo significativo na consolidação do diálogo entre diferentes religiões, pois concretamente nenhuma das tradições religiosas aparece nesse cenário como referência superior às demais.

Pela minha parte, na esteira dos meus Predecessores, desejo assegurar a vontade firme de prosseguir no caminho do diálogo ecuménico. [...] Peço-vos, queridos irmãos e irmãs, que leveis a minha cordial saudação e a certeza da minha recordação no Senhor Jesus às Igrejas e Comunidades cristãs que aqui representais, e a vós peço a caridade de uma oração especial pela minha pessoa, para que possa ser um Pastor segundo o coração de Cristo. E agora dirijo-me a vós, ilustres representantes do povo judeu, ao qual nos une um vínculo espiritual muito particular. [...] Agradeço a vossa presença e confio que poderemos, com a ajuda do Altíssimo, continuar proficuamente aquele diálogo fraterno que o Concílio almejava. Depois saúdo e agradeço cordialmente a todos vós, queridos amigos que pertenceis a outras tradições religiosas: em primeiro lugar, os muçulmanos, que adoram o Deus único, vivo e misericordioso e O invocam na oração, e todos vós. Muito aprecio a vossa presença: nela vejo um sinal palpável da vontade de crescer na estima recíproca e na cooperação em prol do bem comum da humanidade (FRANCISCO, 2013).

Com atenção não menos importante, por meio do Pontifício Conselho *Cor Unum* em 2013, com o tema *Acolher Cristo nos Refugiados*, o Papa Francisco apresenta à Igreja as diretrizes para o trabalho pastoral com os refugiados e as pessoas deslocadas à força.

A responsabilidade efetiva e a partilha dos encargos entre todos os Estados é indispensável para promover a paz e estabilidade. Esta deve ser uma fonte de inspiração para a família humana das nações a fim de refletir sobre os desafios de hoje e encontrar as soluções necessárias num espírito de diálogo e compreensão recíproca. A nossa geração e as gerações futuras exigem isto de modo que os refugiados e os deslocados internamente poderão também se beneficiar (FRANCISCO, 2013, p. 20, n. 34).

O pontífice chama o olhar da Igreja para esse dado que não é novo, mas exige uma resposta mais eficaz por parte da Igreja. Ao abrir-se para o drama dos refugiados, Francisco exprime sua disposição para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Os refugiados somam um grande número de diferentes culturas e sociedades fragmentadas e trazidas para terras, sociedades e culturas que lhes são, em grande parte e conteúdo, estranhas e por vezes adversas.

A solidariedade, aliás, é o sentimento de pertença comum, oferecido já pela razão humana, segundo o qual todos formam uma única família humana, apesar das nossas diferenças nacionais, étnicas e culturais, e todos dependemos uns dos outros. Isto implica uma responsabilidade: somos realmente guardiões dos nossos irmãos e irmãs, onde quer que vivam. A abertura às necessidades do próximo

inclui a nossa relação com o estrangeiro, que pode ser justamente considerado como « o mensageiro de Deus que surpreende e rompe a regularidade e a lógica da vida quotidiana, trazendo perto quem está longe » (EMCC 101) (FRANCISCO, 2013, n. 28, p. 20).

### **6.3 Francisco: novas perspectivas para o diálogo inter-religioso.**

É possível verificar na preocupação de Francisco a compreensão da humanidade como uma única família, que embora marcada de diferenças sociais, culturais e religiosas, constitui uma unidade capaz de conviver em fraternidade tendo como interesse o bem comum. Aqui encontramos um elemento significativo na invalidação da intolerância. Negar-se ao diálogo com as diferenças implica em negar a presença do Criador que se inculturou com as diferenças e nas diferenças. O Papa Francisco traz consigo esse algo a mais do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade que o faz romper qualquer trincheira religiosa, teológica, cultural e social, para ir ao encontro do outro e fazer-se presença respeitosa e disposta ao empenho por sua dignidade e os seus direitos, para a convivência fraterna e pacífica.

Consequentemente, a humanidade é uma única família; portanto, todos os homens e mulheres são irmãos e irmãs em humanidade e estão destinados também a sê-lo, mediante a graça, no Filho de Deus, Jesus Cristo. A partir desta perspectiva, podemos afirmar que todos os refugiados, os migrantes, as pessoas em movimento e as populações locais formam uma única família. Por conseguinte, a solidariedade e a caridade humana não devem excluir qualquer pessoa, cultura ou povo (cf. CIC 361). Os mais vulneráveis não são simplesmente pessoas necessitadas a favor das quais realizamos generosamente um ato de solidariedade mas, ao contrário, são membros da nossa família com os quais temos a obrigação de compartilhar os recursos de que dispomos (FRANCISCO, 2013, p. 11, n. 10).

Verifica-se assim, que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade na perspectiva do Papa Francisco, não se detém em algo de caráter teórico, utópico ou ideológico; mas vai direto ao encontro do indivíduo concreto, histórico, social e religioso. Esse diálogo tem o foco na defesa da dignidade dos indivíduos para além do proselitismo religioso. O seu discurso propõe que as pessoas não estão dispostas à estrutura da Igreja, mas esta deve dispor suas estruturas para salvaguardar a dignidade da pessoa. De qualquer pessoa, sem o critério de pertença à Igreja ou ao cristianismo como pressuposto da aproximação eclesial cuja ação favoreceria a defesa da dignidade da pessoa

e seu inalienável direito à vida. Francisco (2013, p. 20, n.112), em continuidade com o pensamento de João Paulo II, insiste na relação entre a fé em Cristo com o apoio concreto ao ser humano.

Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-lo sobretudo no rosto daqueles com quem Ele mesmo se quis identificar... Esta página do Evangelho conferir (Mt 25,35-37) não é um mero convite à caridade, mas uma página de cristologia que projeta um feixe de luz sobre o mistério de Cristo.<sup>41</sup>

Eis uma explicitação do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, parte da compreensão e aceitação dos indivíduos e sua dignidade incondicional sem condicionador de qualquer pressuposto para sua acolhida.

A revelação de Deus em Cristo e na Igreja atribui um papel central ao significado da dignidade do indivíduo, 22 que inclui os refugiados políticos, as pessoas deslocadas e as vítimas do tráfico humano. Isto fundamenta-se na convicção de que todas as pessoas são criadas à imagem de Deus (Gn 1,26-27). Na verdade, esta é o princípio básico da visão cristã da sociedade, segundo a qual «cada um dos seres humanos são o fundamento, a causa e o fim de todas as instituições sociais».23 Cada indivíduo tem um valor inestimável, os seres humanos valem mais do que as coisas, e a medida dos valores que qualquer instituição possui caracteriza-se porque ameaça ou melhora a vida e a dignidade da pessoa humana (FRANCISCO, 2013, p. 18, n. 25).

Os discursos e a práxis do Papa Francisco dão uma tônica singular na compreensão e iniciativas que valorizem e resultem no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Os discursos do pontífice dão continuamente ênfase à solidariedade com os mais fracos. A fragilidade social e cultural das pessoas é apontada por Francisco como campo a ser fecundado pela solidariedade. Esta, sempre como iniciativa cristã para com todos, sem distinção, sem classificações, sem denominações. Um diálogo de caráter universal, cujo olhar esteja voltado para a família humana diversa, mas única. Uma abordagem marcada com uma ética do encontro e do diálogo que desloca a posição da Igreja, que deixaria de estar à frente para estar junto, entre os demais.

---

<sup>41</sup> João Paulo II, Carta Apostólica *Novo millennio ineunte*, 6 de janeiro de 2001, n. 49: AAS XCIII (2001) 302.

Todos têm a responsabilidade de responder pessoalmente à exigência de globalizar o amor e a solidariedade, e de ser atores principais neste sentido. Os poderosos ou as pessoas influentes devem sentir-se responsáveis pelos mais débeis e estar disponíveis para os ajudar. De qualquer maneira, a Igreja Católica acredita que o esforço a favor da solidariedade internacional, « baseada no conceito mais amplo do bem comum, é o caminho que pode garantir a todos um futuro verdadeiramente melhor. Para que isso aconteça, é necessário que uma cultura de solidariedade e interdependência se propague e penetre profundamente na consciência universal e, deste modo, sensibilize as autoridades públicas, as organizações internacionais e os cidadãos ao dever de aceitar e compartilhar com os mais pobres » (FRANCISCO, 2013, n. 31, p. 20).

Nessa linha do diálogo que aproxima as pessoas e as histórias, fazendo superar rupturas decorrentes de escolhas equivocadas do passado, o Papa Francisco propõe o diálogo ecumênico e inter-religioso como ações de cooperação para a proteção da dignidade dos indivíduos e o bem comum. Francisco propõe que as pessoas de religião se antecipem no compromisso com o diálogo ecumênico e inter-religioso enquanto as organizações religiosas ainda se encontrem em limites institucionais que inibem suas ações no campo do diálogo. Um passo à frente na dimensão do diálogo, começando pela cooperação, pela ação conjunta de diferentes modos cristãos de crer para acudir as diferenças entre crentes, visando ao bem comum. Segundo Papa Francisco o elemento comum a partir do qual o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é a crença das diversas tradições religiosas acerca da dignidade da pessoa humana, fundada na ação criadora de Deus.

Quando vão ao encontro das necessidades do mundo contemporâneo, é importante que os cristãos consigam dar testemunho do profundo compromisso de tornar presente o Reino de Deus.<sup>108</sup> Isto poderia realizar-se através da obra e da cooperação comuns, que deveria aproximá-los uns aos outros, renovando o seu serviço em resposta aos desafios do sofrimento e da opressão. « Nesta união na missão, da qual decide sobretudo o mesmo Cristo, todos os cristãos devem descobrir aquilo que os une, ainda antes de se realizar a sua plena comunhão. Esta é a união apostólica e missionária... Graças a esta união, podemos juntos aproximar-nos do magnífico património do espírito humano, que se manifestou em todas as religiões... ».<sup>109</sup> A ação e a cooperação conjuntas com as diferentes Igrejas e comunidades eclesiais,<sup>110</sup> assim como os esforços comuns enviados com quantos professam outras religiões, poderiam dar origem ao lançamento de apelos cada vez mais urgentes em benefício dos refugiados e de outras pessoas deslocadas à força (FRANCISCO, 2013, p. 61, n. 110).

Ao dirigir-se à Delegação do comitê Judaico Internacional sobre as Consultas Inter-Religiosas, no dia 24 de junho de 2013, Francisco reafirma o pensamento da Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II, no trato com os judeus. Os esforços da Igreja desde então para desconstruir o discurso condenatório desse povo como responsável pela morte de Cristo, sinaliza frutos com a aproximação das duas tradições religiosas mediante o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A partir dos discursos do Papa Francisco em suas considerações sobre os judeus, pode-se verificar que houve um esforço significativo do magistério católico no sentido de aproximação do povo judeu que passou de inimigo a família da qual o cristianismo herdou valores e princípios fundantes da fé cristã.

Através das palavras do texto conciliar, a Igreja reconhece que "os princípios de sua fé e sua eleição já são encontrados, segundo o mistério divino da salvação, nos Patriarcas, Moisés e os Profetas". E, quanto ao povo judeu, o Concílio recorda o ensinamento de São Paulo, segundo o qual "os dons e o chamado de Deus são irrevogáveis" e, além disso, condena firmemente as odes, perseguições e todas as manifestações do anti-semitismo. Para as nossas raízes comuns, um cristão não pode ser anti-semita! (FRANCISCO, 2013).

Mesmo antes de ser elevado à Cátedra de Pedro, o então cardeal Jorge Bergoglio, sinalizava sua disposição ao diálogo inter-religioso, incluindo sua proximidade com os judeus. A cultura do encontro encurta as distâncias e possibilita o diálogo. Os discursos de Francisco expressam sua convicção de que o diálogo, conseqüente da proximidade, estabelece relações de respeito e valorização do outro. O empenho na superação do paradigma de eliminação das diversidades pela proposição da convivência fraterna entre as diferenças ocupando o mesmo espaço.

Durante o meu ministério como Arcebispo de Buenos Aires - como o Presidente assinalou - tive a alegria de manter relações de amizade sincera com alguns membros do mundo judaico. Muitas vezes falamos sobre nossa respectiva identidade religiosa, a imagem do homem contida nas Escrituras, as maneiras de manter vivo o sentido de Deus em um mundo que em muitos aspectos é secularizado. Eu os enfrentei em várias ocasiões com os desafios comuns enfrentados pelos judeus e cristãos. Mas acima de tudo, como amigos, desfrutamos da presença

um do outro, enriquecemos um ao outro no encontro e no diálogo (FRANCISCO, 2013).

O papa insiste na função social das religiões como fomentadoras da paz e promotoras da cultura do encontro, que para além das diferenças sinalizam a reciprocidade na defesa da vida e da dignidade da pessoa humana. Francisco insiste para que incongruências teológicas não sejam suficientes para impossibilitar a convergência da vida no cumprimento do propósito de Deus sobre a mesma vida humana.

A humanidade precisa do nosso testemunho comum em favor do respeito pela dignidade do homem e da mulher criados à imagem e semelhança de Deus, e em favor da paz, que é principalmente uma dádiva dele. Aqui eu gosto de lembrar as palavras do profeta Jeremias: "Conheço os projetos que fiz em seu favor - oráculo do Senhor - projetos de paz e não de infortúnio, para conceder-lhe um futuro cheio de esperança" (Jr 29.11) (FRANCISCO, 2013).

Na Encíclica *Lumen Fidei*, iniciada pelo Papa Bento XVI, concluída pelo Papa Francisco, e promulgada no dia 29 de junho de 2013, embora não se trate diretamente do diálogo inter-religioso, encontramos afirmações que apoiam a busca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O diálogo entre tradições religiosas diferentes, torna-se uma própria necessidade das mesmas tradições, uma vez que todas transitam pela plataforma da fé. Nesse sentido a Encíclica referida aqui aponta a fé como uma ação que sinaliza para duas realidades, a de Deus e dos indivíduos que creem.

A fé assume um carácter pessoal: o Senhor não é o Deus de um lugar, nem mesmo o Deus vinculado a um tempo sagrado específico, mas o Deus de uma pessoa, concretamente o Deus de Abraão, Isaac e Jacob, capaz de entrar em contacto com o homem e estabelecer com ele uma aliança. A fé é a resposta a uma Palavra que interpela pessoalmente, a um Tu que nos chama por nome (FRANCISCO, 2013, n. 8).

A mesma Encíclica abre fronteiras para que a busca do diálogo não seja vencida pelos medos das diferenças. Aqui retoma-se a afirmação de que os líderes das diversas tradições não recuem por receios que apontam para ações do passado, quando uma tradição religiosa pretendeu impor-se às demais com

o uso não raro da força e da violência. Francisco (2013, n.54) “À medida que a história da salvação avança, o homem descobre que Deus quer fazer a todos participar como irmãos da única bênção, que encontra a sua plenitude em Jesus, para que todos se tornem um só. ” A relação entre fé e Amor constitui a dinâmica mesma para a cultura do encontro e a proximidade promotoras de diálogo que tenha por objetivo primeiro sempre o bem comum do indivíduo, dos indivíduos e das sociedades. Esse impulso do amor como expressão da fé é um combustível necessário na constituição do diálogo entre as diferenças, incluindo as diferenças religiosas. É possível verificar isso na insistência de Francisco na relação entre fé e amor para a busca, o encontro e a proximidade com o outro.

Uma verdade comum mete-nos medo, porque a identificamos — como dissemos atrás — com a imposição intransigente dos totalitarismos; mas, se ela é a verdade do amor, se é a verdade que se mostra no encontro pessoal com o Outro e com os outros, então fica livre da reclusão no indivíduo e pode fazer parte do bem comum. Sendo a verdade de um amor, não é verdade que se impõe pela violência, não é verdade que esmaga o indivíduo; nascendo do amor pode chegar ao coração, ao centro pessoal de cada homem; daqui resulta claramente que a fé não é intransigente, mas cresce na convivência que respeita o outro. O crente não é arrogante; pelo contrário, a verdade torna-o humilde, sabendo que, mais do que possuirmo-la nós, é ela que nos abraça e possui. Longe de nos endurecer, a segurança da fé põe-nos a caminho e torna possível o testemunho e o diálogo com todos (FRANCISCO, 2013, n. 34).

Essa percepção do Papa Francisco, de uma Igreja comprometida com o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, vai se explicitando a partir *Lumen Fidei*, nos discursos e ações que o pontífice manifesta seja no ambiente interno da Igreja, seja entre os não católicos e não cristãos. A partir da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, as ideias do papa vão se fazendo mais explícitas nesse campo.

Logo no primeiro ano de seu pontificado o Papa Francisco fez publicar no dia 24 de novembro de 2013, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, sobre o Anúncio do Evangelho. Um documento importante para tornar conhecida a perspectiva do pontífice sobre sua visão acerca da sociedade contemporânea e a atuação da Igreja nesse cenário ao anunciar o Evangelho.

O individualismo pós-moderno e globalizado favorece um estilo de vida que debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares. A ação pastoral deve



mostrar ainda melhor que a relação com o nosso Pai exige e incentiva uma comunhão que cura, promove e fortalece os vínculos interpessoais. Enquanto no mundo, especialmente nalguns países, se reacendem várias formas de guerras e conflitos, nós, cristãos, insistimos na proposta de reconhecer o outro, de curar as feridas, de construir pontes, de estreitar laços e de nos ajudarmos «a carregar as cargas uns dos outros» (Gal 6, 2). Além disso, vemos hoje surgir muitas formas de agregação para a defesa de direitos e a consecução de nobres objectivos. Deste modo se manifesta uma sede de participação de numerosos cidadãos, que querem ser construtores do desenvolvimento social e cultural (FRANCISCO, 2013, n. 67).

Francisco propõe que a presença da Igreja na sociedade deve sinalizar seu compromisso de mostrar Jesus Cristo e o Evangelho, não como imposições aos demais. Ao contrário a novidade de Jesus Cristo deve ser apresentada como oportunidade de reaproximação das diversidades socioculturais tendo como objetivo promover o bem dos indivíduos e das sociedades.

O grande risco do mundo actual, com sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é uma tristeza individualista que brota do coração comodista e mesquinho, da busca desordenada de prazeres superficiais, da consciência isolada. Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria do seu amor, nem ferve o entusiasmo de fazer o bem. Este é um risco, certo e permanente, que correm também os crentes. Muitos caem nele, transformando-se em pessoas ressentidas, queixosas, sem vida. Esta não é a escolha duma vida digna e plena, este não é o desígnio que Deus tem para nós, esta não é a vida no Espírito que jorra do coração de Cristo ressuscitado (FRANCISCO 2013, 2).

A afirmação de Francisco sobre a mediação da Igreja no campo do diálogo, permite verificar que o seu pontificado encarna a proposta do Concílio Vaticano II para a Igreja assumir o protagonismo na compreensão, adesão e promoção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Esse diálogo não é dirigido a pessoas, lugares e situações imaginárias; ao contrário tem cenário especialmente desafiador na modernidade. É precisamente no lugar da diversidade cultural, da diversidade religiosa e das desigualdades sociais que a Igreja é desafiada e precisa encontrar caminhos novos para efetivamente dialogar. Francisco (2013, n. 75) “Ao mesmo tempo, o que poderia ser um precioso espaço de encontro e solidariedade, transforma-se muitas vezes num lugar de retraimento e desconfiança mútua.” Esse diálogo, porém, deve trazer consigo a leveza do sorriso para se comunicar com alegria uma mensagem capaz de interagir com as diferenças.

A Igreja é chamada a ser servidora dum diálogo difícil. Enquanto há cidadãos que conseguem os meios adequados para o desenvolvimento da vida pessoal e familiar, muitíssimos são também os «não-cidadãos», os «meio-cidadãos» ou os «resíduos urbanos». A cidade dá origem a uma espécie de ambivalência permanente, porque, ao mesmo tempo que oferece aos seus habitantes infinitas possibilidades, interpõe também numerosas dificuldades ao pleno desenvolvimento da vida de muitos. Esta contradição provoca sofrimentos lancinantes. Em muitas partes do mundo, as cidades são cenário de protestos em massa, onde milhares de habitantes reclamam liberdade, participação, justiça e várias reivindicações que, se não forem adequadamente interpretadas, nem pela força poderão ser silenciadas (FRANCISCO, 2013, n. 74).

Não se pode construir, na perspectiva do Papa Francisco, um ambiente de paz, de proximidade, de diálogo e de cumplicidade sob o rosto sombrio da tristeza e da indiferença. Nesse documento o papa propõe novos caminhos para a Igreja em sua prática evangelizadora como presença positiva na sociedade, mas além disso propondo-lhe aceitar a alegria presente nas diversas manifestações de humanidade presentes nas culturas e na vida simples dos povos. Uma Igreja que se alegra na alegria da humanidade. Francisco (2013, n.5) “O Evangelho, onde resplandece gloriosa a Cruz de Cristo, convida insistentemente à alegria.” O papa propõe que a cultura do encontro geradora da paz exige um passo para além de si, com a superação da autossuficiência que isola o indivíduo, a sociedade, a cultura ou as organizações dos mundos e dos indivíduos.

Somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da auto-referencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro. Aqui está a fonte da acção evangelizadora. Porque, se alguém acolheu este amor que lhe devolve o sentido da vida, como é que pode conter o desejo de o comunicar aos outros? (FRANCISCO, 2013, n. 8).

O Papa Francisco desde o início de seu pontificado revela uma clara visão dos desafios que a sociedade contemporânea apresenta à acção evangelizadora da Igreja, e tais desafios incidem diretamente na perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O diálogo entre diferenças religiosas e culturais gravita a partir de princípios minimamente

comuns; a modernidade subjetivista que propaga verdades subjetivas torna-se um território desafiador para a cultura do encontro e do diálogo.

Um sã pluralismo, que respeite verdadeiramente aqueles que pensam diferente e os valorizem como tais, não implica uma privatização das religiões, com a pretensão de as reduzir ao silêncio e à obscuridade da consciência de cada um ou à sua marginalização no recinto fechado das igrejas, sinagogas ou mesquitas (FRANCISCO, 2013, n. 255).

A partir das afirmações do pontífice, é possível verificar que em sua perspectiva a diversidade cultural e religiosa são em si realidades positivas e colaborativas para o bem dos indivíduos e das sociedades. Mas o subjetivismo da verdade lança os indivíduos, as culturas e as sociedades às rivalidades, intolerâncias e violências. Sem a liberdade, em suas dimensões mais diversas, as sociedades tendem a sobrepor-se umas às outras num estado de beligerância simbólica e armada.

Na cultura dominante, ocupa o primeiro lugar aquilo que é exterior, imediato, visível, rápido, superficial, provisório. O real cede o lugar à aparência. Em muitos países, a globalização comportou uma acelerada deterioração das raízes culturais com a invasão de tendências pertencentes a outras culturas, economicamente desenvolvidas mas eticamente debilitadas. Assim se exprimiram, em distintos Sínodos, os Bispos de vários continentes. Há alguns anos, os Bispos da África, por exemplo, retomando a Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, assinalaram que muitas vezes se quer transformar os países africanos em meras «peças de um mecanismo, partes de uma engrenagem gigantesca. Isto verifica-se com frequência também no domínio dos meios de comunicação social, os quais, sendo na sua maior parte geridos por centros situados na parte norte do mundo, nem sempre têm na devida conta as prioridades e os problemas próprios desses países e não respeitam a sua fisionomia cultural. De igual modo, os Bispos da Ásia sublinharam as influências externas que estão a penetrar nas culturas asiáticas. Vão surgindo formas novas de comportamento resultantes da orientação dos *mass-media* (...). Em consequência disso, os aspectos negativos dos *mass-media* e espectáculos estão a ameaçar os valores tradicionais (FRANCISCO, 2013, n.62).

Além dos desafios que a sociedade moderna impõe à ação evangelizadora da Igreja, o papa sugere que a estrutura burocrática da Igreja tornou-se um elemento nocivo à permanência dos católicos na instituição. Nesse documento já sinaliza sua intenção de chamar a Igreja a uma reorganização em seu modo de relacionar-se com seus fiéis que em grande parte manifestam pouco sentido de pertença à sua estrutura institucional. O diálogo exige abertura

de acolhida desde a dimensão interna da Igreja, a fim de que de burocracia eclesial não faça da Igreja uma realidade inacessível. A acessibilidade eclesial torna-se, segundo o Papa Francisco um desafio para a Igreja e sua adequação às necessidades dos indivíduos contemporâneos.

A fé católica de muitos povos encontra-se hoje perante o desafio da proliferação de novos movimentos religiosos, alguns tendentes ao fundamentalismo e outros que parecem propor uma espiritualidade sem Deus. Isto, por um lado, é o resultado duma reação humana contra a sociedade materialista, consumista e individualista e, por outro, um aproveitamento das carências da população que vive nas periferias e zonas pobres, sobrevive no meio de grandes preocupações humanas e procura soluções imediatas para as suas necessidades. Estes movimentos religiosos, que se caracterizam pela sua penetração subtil, vêm colmar, dentro do individualismo reinante, um vazio deixado pelo racionalismo secularista. Além disso, é necessário reconhecer que, se uma parte do nosso povo baptizado não sente a sua pertença à Igreja, isso deve-se também à existência de estruturas com clima pouco acolhedor nalgumas das nossas paróquias e comunidades, ou à atitude burocrática com que se dá resposta aos problemas, simples ou complexos, da vida dos nossos povos. Em muitas partes, predomina o aspecto administrativo sobre o pastoral, bem como uma sacramentalização sem outras formas de evangelização (FRANCISCO, 2013, n.63).

O pontífice traz à tona a sua preocupação com a necessidade de enculturação no anúncio do Evangelho. A partir da afirmação do papa nesse documento, é possível verificar não ser apenas na modalidade oficial do catolicismo que encontra-se substrato da verdade cristã. O pontífice assume a perspectiva de outros pontificados ao afirmar que a Igreja não é campo exclusivo da ação do Espírito que atua livremente entre os homens e nas diversas culturas. Francisco (2013, n. 235) “É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos nós. Mas há que o fazer sem se evadir nem se desenraizar.” Nessa perspectiva a abertura ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade ganha força, à medida em que Francisco não parte da supremacia do catolicismo oficial, mas a este convoca para decodificar a presença da verdade salvífica em outras modalidades de expressão da fé católica.

A presença de Deus acompanha a busca sincera que indivíduos e grupos efectuam para encontrar apoio e sentido para a sua vida. Ele vive entre os cidadãos promovendo a solidariedade, a fraternidade, o desejo de bem, de verdade, de justiça. Esta presença não precisa de ser criada, mas descoberta, desvendada. Deus não Se esconde de

quantos O buscam com coração sincero, ainda que o façam tateando, de maneira imprecisa e incerta (FRANCISCO, 2013, n. 71).

É possível verificar na reflexão do Papa Francisco um peculiar olhar positivo para o catolicismo popular que em muitas situações constituem a resistência da fé às estruturas do relativismo e do consumismo bem como para a tradições religiosas não cristãs. Francisco (2013, n. 68) “Uma cultura popular evangelizada contém valores de fé e solidariedade que podem provocar o desenvolvimento duma sociedade mais justa e crente, e possui uma sabedoria peculiar que devemos saber reconhecer com olhar agradecido.” O respeito ao diferente e a aceitação de sua capacidade de ter em si o bem e de promovê-lo na sociedade, são indicadores de que o Papa Francisco preconiza em seu pontificado o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Nos países de tradição católica, tratar-se-á de acompanhar, cuidar e fortalecer a riqueza que já existe e, nos países de outras tradições religiosas ou profundamente secularizados, há que procurar novos processos de evangelização da cultura, ainda que suponham projectos m a longo prazo. Entretanto não podemos ignorar que há sempre uma chamada ao crescimento: toda a cultura e todo o grupo social necessitam de purificação e amadurecimento. No caso das culturas populares de povos católicos, podemos reconhecer algumas fragilidades que precisam ainda de ser curadas pelo Evangelho: o machismo, o alcoolismo, a violência doméstica, uma escassa participação na Eucaristia, crenças fatalistas ou supersticiosas que levam a recorrer à bruxaria, etc. Mas o melhor ponto de partida para curar e ver-se livre de tais fragilidades é precisamente a piedade popular (FRANCISCO, 2013, n. 69).

No tocante ao catolicismo popular, não se trata de dogmatizá-lo encerrado em si mesmo. O papa não desconsidera a presença de sincretismo religioso e algumas vezes de elementos contrários corpo doutrinário do cristianismo católico. Mas não o execra como um sub catolicismo; convida a Igreja a redescobri nele elementos estruturantes da fé cristã e assumi-lo para enriquecê-lo com o Evangelho a fim de passar de uma mistura de fé, superstição e sentimentalismo à adesão a Jesus Cristo com uma fé que promova transformações também na sociedade. Ao contrário de descartar o catolicismo popular como subcultura, o papa propõe inculturar o Evangelho, para evangelizar a cultura popular.

O substrato cristão dalguns povos – sobretudo ocidentais – é uma realidade viva. Aqui encontramos, especialmente nos mais necessitados, uma reserva moral que guarda valores de autêntico humanismo cristão. Um olhar de fé sobre a realidade não pode deixar de reconhecer o que semeia o Espírito Santo. Significaria não ter confiança na sua acção livre e generosa pensar que não existem autênticos valores cristãos, onde uma grande parte da população recebeu o Baptismo e exprime de variadas maneiras a sua fé e solidariedade fraterna. Aqui há que reconhecer muito mais que «sementes do Verbo», visto que se trata duma autêntica fé católica com modalidades próprias de expressão e de pertença à Igreja (FRANCISCO, 2013, n. 68).

O Papa insiste na ruptura das estruturas esquizofrênicas que criam separações e impedem o encontro interpessoal. Desde a Igreja o pontífice convoca à superação do medo do encontro com os outros. Francisco (2013, n. 91) “Faz falta ajudar a reconhecer que o único caminho é aprender a encontrar os demais com a atitude adequada, que é valorizá-los e aceitá-los como companheiros de estrada, sem resistências interiores.” Segundo Francisco essa espiritualidade esquizofrênica tende a uma busca equivocada do Sagrado que se torna refúgio para a fuga do encontro com as pessoas. O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade assume a plataforma da proximidade solidária com os outros, sem interesse em seus distintivos.

Nisto está a verdadeira cura: de facto, o modo de nos relacionarmos com os outros que, em vez de nos adoecer, nos cura é uma fraternidade mística, contemplativa, que sabe ver a grandeza sagrada do próximo, que sabe descobrir Deus em cada ser humano, que sabe tolerar as moléstias da convivência agarrando-se ao amor de Deus, que sabe abrir o coração ao amor divino para procurar a felicidade dos outros como a procura o seu Pai bom (FRANCISCO, 2013, n. 92).

Se por um lado a Igreja através do seu magistério assumiu o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, precisa ainda consolidar em seu ambiente Ad Intra, a disposição à superação de uma prática religiosa bastada a si mesmo e confinada a conversar somente com os católicos.

O isolamento, que é uma concretização do imanentismo, pode exprimir-se numa falsa autonomia que exclui Deus, mas pode também encontrar na religião uma forma de consumismo espiritual à medida do próprio individualismo doentio. O regresso ao sagrado e a busca espiritual, que caracterizam a nossa época, são fenómenos ambíguos. Mais do que o ateísmo, o desafio que hoje se nos apresenta é responder adequadamente à sede de Deus de muitas pessoas, para que não tenham de ir apagá-la com propostas alienantes ou com um Jesus Cristo sem carne e sem compromisso com o outro. Se não

encontram na Igreja uma espiritualidade que os cure, liberte, encha de vida e de paz, ao mesmo tempo que os chame à comunhão solidária e à fecundidade missionária, acabarão enganados por propostas que não humanizam nem dão glória a Deus (FRANCISCO, 2013, n. 89).

Francisco aponta a ferida da violência que persiste não somente entre nações, mas também nas relações interpessoais. O papa indica a necessidade urgente de uma conversão generalizada; conversão não apenas no plano da espiritualidade, mas uma conversão das razões da espiritualidade. De outra forma não se pode explicar que pessoas que professam a fé em Deus se levantem umas contra as outras e muitos casos cristãos contra cristãos.

O mundo está dilacerado pelas guerras e a violência, ou ferido por um generalizado individualismo que divide os seres humanos e põe-nos uns contra os outros visando o próprio bem-estar. Em vários países, ressurgem conflitos e antigas divisões que se pensavam em parte superados (FRANCISCO, 2013, n. 99).

O pontífice refuta a intolerância à diversidade cultural, pois resulta em um círculo ininterrupto de violência. O papa faz recordar que há diferenças entre as diversas sociedades e culturas e estas não são mútuas ameaças, mas manifestações da dinâmica do Espírito que de modo multiforme age nas múltiplas culturas conduzindo todos ao mesmo fim. Francisco (2013, n.99) “Estamos no mesmo barco e vamos para o mesmo porto! Peçamos a graça de nos alegrarmos com os frutos alheios, que são de todos.” Há feridas sociais, históricas, políticas, simbólicas e físicas que devem ser superados para que se abra à frente da família humana um horizonte possível de paz, solidariedade e fraternidade. Francisco (2013, n.100) “Para quantos estão feridos por antigas divisões, resulta difícil aceitar que os exortemos ao perdão e à reconciliação, porque pensam que ignoramos a sua dor ou pretendemos fazer-lhes perder a memória e os ideais.” A dores do passado não podem se tornar plataforma para novas violências.

Este povo de Deus encarna-se nos povos da Terra, cada um dos quais tem a sua cultura própria. A noção de cultura é um instrumento precioso para compreender as diversas expressões da vida cristã que existem no povo de Deus. Trata-se do estilo de vida que uma determinada sociedade possui, da forma peculiar que têm os seus membros de se relacionar entre si, com as outras criaturas e com Deus. Assim entendida, a cultura abrange a totalidade da vida dum povo. [84]

Cada povo, na sua evolução histórica, desenvolve a própria cultura com legítima autonomia (FRANCISCO, 2013, n. 115).

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco refaz o olhar do magistério católico na relação entre o anúncio do Evangelho e a valorização da cultura a que este é apresentado. Francisco (2013, n.115) “O ser humano está sempre culturalmente situado: natureza e cultura encontram-se intimamente ligadas. A graça supõe a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe.”

Há uma perspectiva nova que abre um horizonte que permita o desenvolvimento do diálogo ecumênico, mas singularmente o inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. O papa propõe que o anúncio do Evangelho seja precedido pela compreensão, respeito e valorização da cultura local; o que indica o início de um diálogo entre três elementos igualmente importantes na evangelização. A considerar, a cultura a que se dirige o anúncio; o evangelho anunciado e o evangelizador.

E assim, como podemos ver na história da Igreja, o cristianismo não dispõe de um único modelo cultural, mas “permanecendo o que é, na fidelidade total ao anúncio evangélico e à tradição da Igreja, o cristianismo assumirá também o rosto das diversas culturas e dos vários povos onde for acolhido e se radicar.” (88). [...]Pela inculturação, a Igreja «introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade», [90] porque «cada cultura oferece formas e valores positivos que podem enriquecer o modo como o Evangelho é pregado, compreendido e vivido».[91] Assim, «a Igreja, assumindo os valores das diversas culturas, torna-se *sponsa ornata monilibus suis*, a noiva que se adorna com suas jóias (cf. Is 61, 10) ». [92] (FRANCISCO, 2013, n. 116).

O anúncio dialogado supera o modelo de que somente ao anunciar o Evangelho Deus chega a determinada cultura. Ao contrário o anúncio deixará a descoberto a presença de Deus em todas as culturas. A diversidade cultural é manifestação da multiforme ação do Espírito Santo que faz emergir das culturas a beleza do amor de Deus.

Esta salvação, que Deus realiza e a Igreja jubilosamente anuncia, é para todos, [82] e Deus criou um caminho para Se unir a cada um dos seres humanos de todos os tempos. Escolheu convocá-los como povo, e não como seres isolados. [83] Ninguém se salva sozinho, isto é, nem como indivíduo isolado, nem por suas próprias forças. Deus atrai-nos, no respeito da complexa trama de relações interpessoais que a vida numa comunidade humana supõe, (FRANCISCO, 2013, n. 113).



O pontífice preconiza a necessidade de um novo olhar da Igreja sobre as culturas a que se dirige. O mundo é uma realidade multicultural com uma diversidade positiva que enriquece o anúncio do Evangelho. Embora o Evangelho tenha um centro único, com uma única verdade, anunciá-lo com a intenção de gerar um cristianismo com uma única face, com uma única representação simbólica seria um contrassenso.

Não podemos pretender que todos os povos dos vários continentes, ao exprimir a fé cristã, imitem as modalidades adoptadas pelos povos europeus num determinado momento da história, porque a fé não se pode confinar dentro dos limites de compreensão e expressão duma cultura. [95] É indiscutível que uma única cultura não esgota o mistério da redenção de Cristo (FRANCISCO, 2013, n. 118).

A partir da reflexão de Francisco, pode-se avaliar que o cristianismo possui um único núcleo e o mesmo centro, porém possui tantas faces quantas culturas existentes em nosso mundo. Essa compreensão da enculturação do Evangelho na prática evangelizadora da Igreja permite verificar que o Papa Francisco alarga ainda mais as fronteiras da Igreja nas vias do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2013, n. 250) “Uma atitude de abertura na verdade e no amor deve caracterizar o diálogo com os crentes das religiões não-cristãs, apesar dos vários obstáculos e dificuldades, de modo particular os fundamentalismos de ambos os lados.” Acolher a diversidade cultural não é uma ameaça ao anúncio do Evangelho, mas compreensão de que a salvação não está condicionada a um modelo cultural em detrimento de todos os outros.

Não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdico. É verdade que algumas culturas estiveram intimamente ligadas à pregação do Evangelho e ao desenvolvimento do pensamento cristão, mas a mensagem revelada não se identifica com nenhuma delas e possui um conteúdo transcultural. Por isso, na evangelização de novas culturas ou de culturas que não acolheram a pregação cristã, não é indispensável impor uma determinada forma cultural, por mais bela e antiga que seja, juntamente com a proposta do Evangelho. A mensagem, que anunciamos, sempre apresenta alguma roupagem cultural, mas às vezes, na Igreja, caímos na vaidosa sacralização da própria cultura, o que pode mostrar mais fanatismo do que autêntico ardor evangelizador (FRANCISCO, 2013, n. 117).

O Papa Francisco traz profunda contribuição à perspectiva do diálogo como caminho aberto à paz e à solidariedade e consegue dar concretude à proposta discursiva do Concílio Vaticano II. Francisco (2013, n. 129) “nos países onde o cristianismo é minoria, para além de animar cada baptizado a anunciar o Evangelho, as Igrejas particulares hão-de promover activamente formas, pelo menos incipientes, de enculturação.” Suas palavras não preveem que o aspecto institucional da Igreja seja o protagonismo na proximidade dos cristãos com outras culturas.

Um diálogo é muito mais do que a comunicação duma verdade. Realiza-se pelo prazer de falar e pelo bem concreto que se comunica através das palavras entre aqueles que se amam. É um bem que não consiste em coisas, mas nas próprias pessoas que mutuamente se dão no diálogo (FRANCISCO, 2013, n. 142).

É possível verificar que seu propósito primeiro não é engrossar as fileiras do catolicismo, mas, antes está empenhado em possibilitar o diálogo da cultura cristã firmada e afirmada no Evangelho, com as demais culturas. Nesse postulado entende-se que o pontífice está empenhado em dinamizar a prática do diálogo entre tradições religiosas diferentes e com o mundo multicultural.

Nesta pregação, sempre respeitosa e amável, o primeiro momento é um diálogo pessoal, no qual a outra pessoa se exprime e partilha as suas alegrias, as suas esperanças, as preocupações com os seus entes queridos e muitas coisas que enchem o coração. Só depois desta conversa é que se pode apresentar-lhe a Palavra, seja pela leitura de algum versículo ou de modo narrativo, mas sempre recordando o anúncio fundamental: o amor pessoal de Deus que Se fez homem, entregou-Se a Si mesmo por nós e, vivo, oferece a sua salvação e a sua amizade. É o anúncio que se partilha com uma atitude humilde e testemunhal de quem sempre sabe aprender, com a consciência de que esta mensagem é tão rica e profunda que sempre nos ultrapassa (FRANCISCO, 2013, n. 128).

Francisco aponta para uma nova atitude da Igreja no cenário do mundo multicultural e plurirreligioso, advertindo que o protagonismo da Igreja no anúncio do Evangelho deve ousar ao aproximar-se com a novidade da alteridade. Francisco (2013, n. 250) “Este diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo e, por conseguinte, é um dever para os cristãos e também para outras comunidades religiosas.” Acolhê-la com alegria e admitir que o Espírito Santo age no mundo sem os auspícios da estrutura visível do corpo de

Cristo exige uma revisão de paradigma que desloca a Igreja no centro de suas ações, apontando para uma realidade que lhe seja maior e para a qual deve apontar seu pensar e seu agir. O medo é inimigo do encontro e da proximidade; faz recuar o propósito de assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Se deixamos que as dúvidas e os medos sufoquem toda a ousadia, é possível que, em vez de sermos criativos, nos deixemos simplesmente ficar cómodos sem provocar qualquer avanço e, neste caso, não seremos participantes dos processos históricos com a nossa cooperação, mas simplesmente espectadores duma estagnação estéril da Igreja (FRANCISCO, 2013, n. 129).

Outro elemento importante na saga do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade no pontificado do Papa Francisco, é sua percepção de que não se deve prescindir e admitir a ação livre do Espírito Santo na condução de toda a humanidade, não reduzindo o seu campo de ação a um grupo, uma organização, uma cultura ou um povo. Francisco garimpa o bem em todos os cantos, cantares, culturas e cultos. Em sua percepção a ação unilateral, humano sem admissão e acolhimento do agir do Espírito, marcha-se em rota de colisão.

A diversidade deve ser sempre conciliada com a ajuda do Espírito Santo; só Ele pode suscitar a diversidade, a pluralidade, a multiplicidade e, ao mesmo tempo, realizar a unidade. Ao invés, quando somos nós que pretendemos a diversidade e nos fechamos em nossos particularismos, em nossos exclusivismos, provocamos a divisão; e, por outro lado, quando somos nós que queremos construir a unidade com os nossos planos humanos, acabamos por impor a uniformidade, a homologação. Isto não ajuda a missão da Igreja (FRANCISCO, 2013, n, 131).

Por isso mesmo a diversidade deve ser acolhida como sopro do Espírito que conduz à unidade da família humana que está para além das fronteiras de um grupo, uma sociedade, uma cultura ou uma religião. Contudo Francisco salienta que negar a ação do Espírito na diversidade, resultaria na tentativa de homogeneização cultural e religiosa. Isso implica em caducar todos os esforços em busca da consolidação da cultura do encontro, da proximidade e do diálogo. Francisco (2013, n. 230) “A diversidade é bela, quando aceita entrar constantemente num processo de reconciliação até selar uma espécie de pacto

cultural que faça surgir uma diversidade reconciliada.” Nessa perspectiva o diálogo da Igreja deve alcançar não somente os espaços simbólicos das sociedades na modernidade, mas incidir nas instâncias que labutam em campos decisivos e que afetam o modo de pensar e se comportar dos indivíduos e das sociedades.

Este diálogo é, em primeiro lugar, uma conversa sobre a vida humana ou simplesmente «estar aberto a eles, compartilhando as suas alegrias e penas». [194] Assim aprendemos a aceitar os outros, na sua maneira diferente de ser, de pensar e de se exprimir. Com este método, poderemos assumir juntos o dever de servir a justiça e a paz, que deverá tornar-se um critério básico de todo o intercâmbio. Um diálogo, no qual se procurem a paz e a justiça social, é em si mesmo, para além do aspecto meramente pragmático, um compromisso ético que cria novas condições sociais. Os esforços à volta dum tema específico podem transformar-se num processo em que, através da escuta do outro, ambas as partes encontram purificação e enriquecimento. Portanto, estes esforços também podem ter o significado de amor à verdade (FRANCISCO, 2013, n. 250).

Em sua contínua peregrinação pela paz e esforço em conduzir os cristãos católicos a mergulharem mais nas fontes da Igreja, a saber o Evangelho de Jesus, e menos em sua estrutura jurídica e canônica, o Papa Francisco vai garimpando entre as culturas, as sociedades, os povos e os indivíduos em busca dos elementos comuns que possam calçar as vias do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Isso se verifica em sua insistência em trilhar um caminho marcado pelo reconhecimento do outro.

Neste diálogo, sempre amável e cordial, nunca se deve descuidar o vínculo essencial entre diálogo e anúncio, que leva a Igreja a manter e intensificar as relações com os não-cristãos. [195] [...]. A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas «disponível para compreender as do outro» e «sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos».[196] Não nos serve uma abertura diplomática que diga sim a tudo para evitar problemas, porque seria um modo de enganar o outro e negar-lhe o bem que se recebeu como um dom para partilhar com generosidade. Longe de se contraporem, a evangelização e o diálogo inter-religioso apoiam-se e alimentam-se reciprocamente. [197] (FRANCISCO, 2013, n. 251).

A perspicácia de Francisco resguarda um compromisso com o bem dos outros e o combate às estruturas que promovam e sustentem a fragilização da vida, da dignidade e dos direitos das pessoas. Embora o papa seja explicitamente guardião da verdade católica, não privilegia uma pureza

doutrinária ao custo da convivência com estruturas, organizações, ideologias e indivíduos que promovam o sofrimento, empobrecimento e a dor dos indivíduos mais frágeis da sociedade.

Jesus ensinou-nos este caminho de reconhecimento do outro, com as suas palavras e com os seus gestos. Para quê ofuscar o que é tão claro? Não nos preocupemos só com não cair em erros doutrinários, mas também com ser fiéis a este caminho luminoso de vida e sabedoria. Porque «é frequente dirigir aos defensores da “ortodoxia” a acusação de passividade, de indulgência ou de cumplicidade culpáveis frente a situações intoleráveis de injustiça e de regimes políticos que mantêm estas situações». [161] (FRANCISCO, 2013, n. 194).

Francisco explicita sua compreensão do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade dando um salto qualitativo na relação entre diferentes. A cultura do encontro deve ter em conta as pessoas das quais se pretende aproximar e com as quais se queira estabelecer diálogo. Essa percepção do pontífice pode ser verificada quando nesse documento ele aborda sobre o diálogo com os muçulmanos. Não se encontra na fala do papa nenhum tom condenatório fundado no radicalismo terrorista. Mas faz uma distinção consistente entre a tradição religiosa e os equívocos praticados por indivíduos que deturpam a mensagem da mesma tradição.

Para sustentar o diálogo com o Islão é indispensável a adequada formação dos interlocutores, não só para que estejam sólida e jubilosamente radicados na sua identidade, mas também para que sejam capazes de reconhecer os valores dos outros, compreender as preocupações que subjazem às suas reivindicações e fazer aparecer as convicções comuns. Nós, cristãos, deveríamos acolher com afecto e respeito os imigrantes do Islão que chegam aos nossos países, tal como esperamos e pedimos para ser acolhidos e respeitados nos países de tradição islâmica. [...] Frente a episódios de fundamentalismo violento que nos preocupam, o afecto pelos verdadeiros crentes do Islão deve levar-nos a evitar odiosas generalizações, porque o verdadeiro Islão e uma interpretação adequada do Alcorão opõem-se a toda a violência (FRANCISCO, 2013, n. 253).

Mas que seja sem pretensões escondidas ou expectativa de proselitismo. O outro é ao mesmo tempo o outro e o próximo, com todo o conjunto de riquezas que sua experiência religiosa e cultural. O fato de não ser cristão não diminui nem inferioriza sua tradição religiosa. Isso é algo muito forte nas proposições do Papa Francisco.

Deste modo, torna-se possível desenvolver uma comunhão nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda. Por isso, é necessário postular um princípio que é indispensável para construir a amizade social: a unidade é superior ao conflito. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se assim um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida (FRANCISCO, 2013, n. 228).

Mais do que ações que tragam algum bem estar ou benefício imediato, o pontífice insiste em estabelecer uma relação capaz de superar ações esporádicas. Não se trata tanto do fazer em modo de assistência imediata. Mais que isso trata-se de aproximar-se do diferente, reconhece-lo como tal e não pretender fazê-lo igual na profissão de fé. É mesmo um processo de mistura de diferentes que continuam diferentes e sabem conviver de modo fraterno tendo em vista o bem de todos.

O nosso compromisso não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência; aquilo que o Espírito põe em movimento não é um excesso de activismo, mas primariamente uma atenção prestada ao outro «considerando-o como um só consigo mesmo».[166] Esta atenção amiga é o início duma verdadeira preocupação pela sua pessoa e, a partir dela, desejo procurar efectivamente o seu bem (FRANCISCO, 2013, n. 199).

Referindo-nos ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, verifica-se na reflexão do Papa Francisco um alargamento na busca de proximidade com as diferenças sociais, culturais e religiosas, que não são simplesmente presença no campo das sociedades, mas são ambiências sociais nas quais as vidas humanas, as identidades individuais e culturais, tudo está interligado, numa interdependência vital. Esse conjunto existencial assevera a necessidade de uma coletividade aberta às diferenças como condição à paz e à solidariedade. O diálogo inter-religioso tem esse carácter de não desqualificar, nem desfigurar as diferenças identitárias, salvaguardando o carácter pessoal dos indivíduos e o bem comum a todos os indivíduos. Esse é um eixo que perfaz a unidade na diversidade. Pretender que haja uma cultura como paradigma do bem, rompe a possibilidade do diálogo entre as diferenças.

O todo é mais do que a parte, sendo também mais do que a simples soma delas. Portanto, não se deve viver demasiado obcecado por questões limitadas e particulares. É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos nós. Mas há que o fazer sem se evadir nem se desenraizar. É necessário mergulhar as raízes na terra fértil e na história do próprio lugar, que é um dom de Deus. Trabalha-se no pequeno, no que está próximo, mas com uma perspectiva mais ampla. Da mesma forma, uma pessoa que conserva a sua peculiaridade pessoal e não esconde a sua identidade, quando se integra cordialmente numa comunidade não se aniquila, mas recebe sempre novos estímulos para o seu próprio desenvolvimento. Não é a esfera global que aniquila, nem a parte isolada que esteriliza (FRANCISCO, 2013, n. 235).

É precisamente esse eixo que encontramos na fala e nas atitudes do Papa Francisco quando trata da proximidade com os não cristãos. Isso desestabiliza a ótica daqueles que intentam um diálogo inter-religioso partindo do pressuposto da primazia de uma verdade ou uma cultura sobre as demais. Essa perspectiva é explicitada pelo pontífice quando refere-se aos judeus e sinaliza que não obstante haja elementos inconciliáveis do ponto de vista da teologia entre judeus e cristãos, em contraposição ambas as tradições possuem elementos significativos que promovam mútuo crescimento no campo da fé e da convivência pacífica. Desse modo as diferenças não devem se converter em fronteiras que demarcam territórios para a convivência. Não podem ser tomadas como justificativas para muros de pedras nem para muros simbólicos que asseguram a separação, o distanciamento, a intolerância e a violência.

Por isso, a Igreja também se enriquece quando recolhe os valores do Judaísmo. Embora algumas convicções cristãs sejam inaceitáveis para o Judaísmo e a Igreja não possa deixar de anunciar Jesus como Senhor e Messias, há uma rica complementaridade que nos permite ler juntos os textos da Bíblia hebraica e ajudar-nos mutuamente a desentranhar as riquezas da Palavra, bem como compartilhar muitas convicções éticas e a preocupação comum pela justiça e o desenvolvimento dos povos (FRANCISCO, 2013, n. 249).

Francisco propõe que isso não somente inviabiliza o diálogo entre as tradições religiosas diferentes, como ainda reinstitui o domínio de uma sobre as demais. É possível verificar na perspectiva do pontífice aquele princípio de aproximar-se com respeito do outro e de todo o seu arcabouço confessional, admitindo a ação de Deus mesmo nos ritos e cultos a que chegaram pelas vias da fé.

Ao anunciar Jesus Cristo, que é a paz em pessoa (cf. Ef 2, 14), a nova evangelização incentiva todo o baptizado a ser instrumento de pacificação e testemunha credível duma vida reconciliada. [187] É hora de saber como projectar, numa cultura que privilegie o diálogo como forma de encontro, a busca de consenso e de acordos mas sem a separar da preocupação por uma sociedade justa, capaz de memória e sem exclusões. O autor principal, o sujeito histórico deste processo, é a gente e a sua cultura, não uma classe, uma fracção, um grupo, uma elite. Não precisamos de um projecto de poucos para poucos, ou de uma minoria esclarecida ou testemunhal que se aproprie de um sentimento colectivo. Trata-se de um acordo para viver juntos, de um pacto social e cultural (FRANCISCO, 2013, n. 239).

A qualificação que Francisco admite e faz das culturas, ciências e tradições religiosas que não estejam necessariamente vinculadas à cultura cristã, ao modo de fazer ciência que não estejam fundadas nos princípios da ética cristã e às tradições religiosas de berço não cristão, marca a compreensão do papa em dar início ao diálogo a partir do bem presente em cada uma dessas instâncias. Não se trata então de primeirar o campo doutrinário como plataforma para a proximidade e o diálogo. Ao contrário, o impulso para a cultura do encontro é admitir que, embora com a Igreja o papa assuma Jesus Cristo como o único salvador, a liberdade com que Deus age supera todo entendimento incluindo o entendimento do corpo visível da Igreja. É algo desafiador e inovador na vida do catolicismo romano nos últimos cinquenta anos.

Devemos sempre lembrar-nos de que somos peregrinos, e peregrinamos juntos. Para isso, devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças, e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus. O abrir-se ao outro tem algo de artesanal, a paz é artesanal. Jesus disse-nos: «Felizes os pacificadores» (Mt 5, 9). Neste esforço, mesmo entre nós, cumpre-se a antiga profecia: «Transformarão as suas espadas em relhas de arado» (Is 2, 4) (FRANCISCO, 2013, n.244).

O papa tem essa capacidade de concretizar as intuições do Concílio Vaticano II na perspectiva transitar do eclesiocentrismo ao Cristocentrismo. Essa transladação viabiliza o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Isso pode ser verificado quando, nessa exortação, o papa refere-se ao modo como os cristãos devem respeitar e cordialmente aproximar dos não cristãos para compreender pelo diálogo o modo como o Espírito Santo age para além das estruturas visíveis do corpo de Cristo. Francisco aponta, em coerência com o Concílio Vaticano II, e os pontífices que o precederam, a tranquila relação dos crentes não cristãos com a salvação realizada por Deus. Isso pode se dar



segundo o modo de agir de Deus, que foi reservado por Ele unicamente para Si. O diálogo inter-religioso apontado por Francisco abre um cenário novo para a cultura da paz e a construção de uma sociedade pacificada pela fraternidade e a convivência solidária.

Os não-cristãos fiéis à sua consciência podem, por gratuita iniciativa divina, viver «justificados por meio da graça de Deus»[199] e, assim, «associados ao mistério pascal de Jesus Cristo».[200] Devido, porém, à dimensão sacramental da graça santificante, a acção divina neles tende a produzir sinais, ritos, expressões sagradas que, por sua vez, envolvem outros numa experiência comunitária do caminho para Deus.[201] Não têm o significado e a eficácia dos Sacramentos instituídos por Cristo, mas podem ser canais que o próprio Espírito suscita para libertar os não-cristãos do imanentismo ateu ou de experiências religiosas meramente individuais. O mesmo Espírito suscita por toda a parte diferentes formas de sabedoria prática que ajudam a suportar as carências da vida e a viver com mais paz e harmonia. Nós, cristãos, podemos tirar proveito também desta riqueza consolidada ao longo dos séculos, que nos pode ajudar a viver melhor as nossas próprias convicções (FRANCISCO, 2013, n. 254).

Seu pontificado vai dando sinais de que o magistério católico prossegue apontando a cultura do encontro e do diálogo como sinalização da construção de uma sociedade fraterna em que as diferenças sejam convergência para o bem comum, superando a compreensão do passado que as justificavam como divergências inconciliáveis.

São tantas e tão valiosas as coisas que nos unem! E, se realmente acreditamos na acção livre e generosa do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns dos outros! Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós. Só para dar um exemplo, no diálogo com os irmãos ortodoxos, nós, os católicos, temos a possibilidade de aprender algo mais sobre o significado da colegialidade episcopal e sobre a sua experiência da sinodalidade (FRANCISCO, 2013, n.246).

Na mensagem do Papa Francisco para a celebração do 47º Dia Mundial da Paz, no dia 1º de janeiro de 2014, cujo tema foi Fraternidade, Fundamento e Caminho para a Paz, logo no ano seguinte à sua eleição ao papado, o pontífice dá destaque à sua perspectiva de uma ação pastoral que não se limite às estruturas da Igreja Católica.

Por este motivo, desejo dirigir um forte apelo a quantos semeiam violência e morte, com as armas: naquele que hoje considerais apenas um inimigo a abater, redescobri o vosso irmão e detende a vossa mão!

Renunciai à via das armas e ide ao encontro do outro com o diálogo, o perdão e a reconciliação para reconstruir a justiça, a confiança e esperança ao vosso redor! «Nesta óptica, torna-se claro que, na vida dos povos, os conflitos armados constituem sempre a deliberada negação de qualquer concórdia internacional possível, originando divisões profundas e dilacerantes feridas que necessitam de muitos anos para se curarem (FRANCISCO, 2014, n. 7).

O discurso do papa no dia mundial da paz desse ano sinaliza que sua perspectiva de comunhão supera a exigência de pertença ao cristianismo ou à Igreja Católica. Francisco, (2014, n.3) “todos são amados por Deus, todos foram resgatados pelo sangue de Cristo, que morreu na cruz e ressuscitou por cada um. Esta é a razão pela qual não se pode ficar indiferente perante a sorte dos irmãos.” O pontífice sinaliza a intenção de abrir portas para uma busca comum pela paz, a partir dos elementos das diversas tradições religiosas que podem cooperar a partir de seus princípios para um bem que transcenda os interesses doutrinários da própria tradição religiosa. Sinaliza assim sua disposição ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Com efeito, no coração de cada homem e mulher, habita o anseio duma vida plena que contém uma aspiração irreprimível de fraternidade, impelindo à comunhão com os outros, em quem não encontramos inimigos ou concorrentes, mas irmãos que devemos acolher e abraçar. Na realidade, a fraternidade é uma dimensão essencial do homem, sendo ele um ser relacional. A consciência viva desta dimensão relacional leva-nos a ver e tratar cada pessoa como uma verdadeira irmã e um verdadeiro irmão; sem tal consciência, torna-se impossível a construção duma sociedade justa, duma paz firme e duradoura (FRANCISCO, 2014, n. 1).

Francisco parte do princípio de uma fraternidade que, embora tenha fundamentos religiosos, transcende estruturas religiosas das tradições que se fazem porta-vozes da verdade sagrada. Os discursos do papa apontam para a redescoberta de uma fraternidade que nasce do vínculo comum a todos os povos e culturas. Trata-se da humanidade de cada indivíduo e de cada cultura com suas especificidades e modos próprios de conceber e conviver. Seus discursos indicam uma preocupação menor com as especificidades religiosas e uma atenção maior aos elementos que contribuam ao entendimento da pluralidade religiosa para a construção de uma paz duradoura e justa.

O número sempre crescente de ligações e comunicações que envolvem o nosso planeta torna mais palpável a consciência da

unidade e partilha dum destino comum entre as nações da terra. Assim, nos dinamismos da história – independentemente da diversidade das etnias, das sociedades e das culturas –, vemos semeada a vocação a formar uma comunidade feita de irmãos que se acolhem mutuamente e cuidam uns dos outros. Contudo, ainda hoje, esta vocação é muitas vezes contrastada e negada nos factos, num mundo caracterizado pela «globalização da indiferença» que lentamente nos faz «habituar» ao sofrimento alheio, fechando-nos em nós mesmos (FANCISCO, 2014, n. 1).

Nesse sentido a superação dos elementos, que mesmo tendo sua validade para uma determinada cultura, em favor de uma cultura do encontro que promova a proximidade tanto dos indivíduos como das instituições religiosas, daria oportunidade de estabelecer-se relações novas cujo primado teria como interesse fundamental o bem das pessoas e cuidado comum da dignidade humana oriunda de sua filiação divina. De modo que as diversas religiões assumiriam a pessoa humana como maior e mais significativo sinal de Deus.

A raiz da fraternidade está contida na paternidade de Deus. Não se trata de uma paternidade genérica, indistinta e historicamente ineficaz, mas do amor pessoal, solícito e extraordinariamente concreto de Deus por cada um dos homens (cf. Mt 6, 25-30). Trata-se, por conseguinte, de uma paternidade eficazmente geradora de fraternidade, porque o amor de Deus, quando é acolhido, torna-se no mais admirável agente de transformação da vida e das relações com o (FRANCISCO, 2014, n. 2).

Francisco faz conhecer em seus discursos uma convicção segura de um outro modelo de vida em sociedade baseado na solidariedade entre os indivíduos e entre os povos. Nessa perspectiva propõe uma reformulação dos propósitos das instituições e estrutura das forças motrizes da sociedade. Francisco (2014, n. 3).” Na família de Deus, onde todos são filhos dum mesmo Pai e, porque enxertados em Cristo, filhos no Filho, não há «vidas descartáveis». Todos gozam de igual e inviolável dignidade.” Então a pessoa torna-se a motivação da constituição da sociedade e do funcionamento de suas engrenagens.

Ora, da mesma forma que se considera a paz como *opus solidaritatis*, é impossível não pensar que o seu fundamento principal seja a fraternidade. [...] Isto implica não deixar-se guiar pela «avidez do lucro» e pela «sede do poder». É preciso estar pronto a « “perder-se” em benefício do próximo em vez de o explorar, e a “servi-lo” em vez de o oprimir para proveito próprio (...). O “outro” – pessoa, povo ou nação –

[não deve ser visto] como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalhar e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso “semelhante”, um “auxílio” ». [8] (FRANCISCO, 2014, n. 4).

Mas o ponto de partida é a construção desse novo paradigma cultural marcado pela disposição ao encontro com o outro e a superação do medo de aproximar-se do diferente. Essa marca convergiria para um organismo social em função da pessoa e não para fazê-la algo social em função do capital. Francisco, (2014, n.8) “A fraternidade gera paz social, porque cria um equilíbrio entre liberdade e justiça, entre responsabilidade pessoal e solidariedade, entre bem dos indivíduos e bem comum.” Essa nova dinâmica social que abraça a diversidade cultural, a pluralidade religiosa e a multiplicidade das identidades, requer uma abertura ao diálogo como caminho aberto à paz e à solidariedade. Incluindo o diálogo inter-religioso.

A globalização, como afirmou Bento XVI, torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos. [1]. As inúmeras situações de desigualdade, pobreza e injustiça indicam não só uma profunda carência de fraternidade, mas também a ausência duma cultura de solidariedade. As novas ideologias, caracterizadas por generalizado individualismo, egocentrismo e consumismo materialista, debilitam os laços sociais, alimentando aquela mentalidade do «descartável» que induz ao desprezo e abandono dos mais fracos, daqueles que são considerados «inúteis». Assim, a convivência humana assemelha-se sempre mais a um mero *ut des* pragmático e egoísta FRANCISCO, 2014, n.1).

Entre os dias 24 e 26 de maio de 2014, quando se comemorou o 50º aniversário da reunião ocorrida em Jerusalém entre o Papa Paulo VI e o Patriarca Atenágora, o Papa Francisco fez uma declaração sumária contra o terrorismo, que expressa seu sentir e seu pensar sobre o uso da violência em nome da religião ou o uso da religião como fundamento da violência. O papa exclamava em voz forte que a violência sustentada pela religião é obstrução à obra de Deus e ruptura com sua vontade. Francisco (2014) "Adão, onde você está? Aqui estamos nós, Senhor, com a vergonha do que o homem, criado à sua imagem e semelhança, foi capaz de fazer. " Pode-se verificar nesse texto curto, porém profundo que o papa propõe que a violência religiosa nasce da recusa ao diálogo com o que seja diferente. Essa afirmação do pontífice acentua o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade como uma das marcas fortes de seu pontificado.

Quero dizer, com grande humildade, que o terrorismo é ruim! É ruim em sua origem e é ruim em seus resultados. É ruim porque nasce do ódio, é ruim em seus resultados porque não constrói, destrói! Que todas as pessoas entendam que o caminho do terrorismo não ajuda! O caminho do terrorismo é fundamentalmente criminoso! Eu rezo por todas estas vítimas e por todas as vítimas do terrorismo no mundo. Por favor, não mais terrorismo! É uma estrada sem saída! (FRANCISCO, 2014).

Nesse sentido atentamos para a escolha que o papa faz do texto bíblico do Gênesis que narra o diálogo de Deus com Caim logo após este ter assassinado seu irmão. É bom notar que Caim e Abel são figuras que assinalam diferenças em seu modo de agir em sua relação com o trabalho e com Deus. Esse discurso deu-se durante a visita ao Memorial Mundial do Holocausto - *Yad Vashem*. O Papa Francisco classificou o holocausto como um ato terrorista e intimou a todos a pensarem nesse acontecimento histórico como uma vergonha humana e o deslocamento do homem do significado de sua existência e sua reciprocidade na paz. Aqui Francisco expressa de modo emocionado todo o seu sentir e pensar acerca da intolerância e violência religiosas, na oração proferida diante do Memorial Mundial do Holocausto.

Adão, onde você está?" (Veja Gn 3 : 9). Onde você está homem? Onde você foi? Neste lugar, um memorial da Shoah<sup>42</sup>, ouvimos essa pergunta de Deus: Adão, onde você está?" Nesta pergunta há toda a dor do Pai que perdeu seu filho. Esse grito: "Onde você está?", Aqui, diante da imensurável tragédia do Holocausto, ressoa como uma voz que se perde em um abismo sem fim [...] Homem, quem é você? Eu não te reconheço mais. Quem é você homem? Quem você se tornou? Que horror você foi capaz de fazer? O que o fez cair tão baixo? Não é o pó do solo, pelo qual você é atraído. O pó do solo é uma coisa boa, o trabalho das minhas mãos. Não é o sopro da vida que respirei em suas narinas. Essa respiração vem de mim, é uma coisa muito boa (Gn 2,7). Não, este abismo não pode ser apenas o seu trabalho, suas mãos, seu coração. Quem o corrompeu? Quem o desfigurou? Quem o infectou com a presunção de dominar o bem e o mal? Quem o convenceu de que você era deus? Você não apenas torturou e matou seus irmãos, mas ofereceu-os como um sacrifício para si mesmo, porque você se elevou a Deus. Hoje voltamos a ouvir aqui a voz de Deus: "Adão, onde está você?".

---

<sup>42</sup> Shoah – שואה: Holocausto

Ainda no contexto da peregrinação do Papa Francisco à Terra Santa, quando se recordava e comemorava o encontro do Papa Paulo VI com o Patriarca Atenágora, Francisco foi ao encontro de alguns rabinos judeus. A leitura o texto de saudação do pontífice dirigido aos presentes na *Heichal Shlomo*<sup>43</sup>, é possível verificar com clareza a convicção de Francisco no tocante ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Elementos fundamentais para a realização de um autêntico diálogo inter-religioso, são encontrados nesse discurso.

Do lado católico, há certamente a intenção de considerar plenamente o significado das raízes judaicas da fé de alguém. Confio, com a sua ajuda, que, mesmo no lado judaico, o interesse no conhecimento do cristianismo será mantido, se possível, mesmo nesta terra abençoada onde ele reconhece suas origens e especialmente entre as gerações mais jovens (FRANCISCO, 2014).

A contínua referência que o papa faz ao respeito devido às duas tradições religiosas fazem-no em íntima comunhão com a proposta do Concílio Vaticano II, que abriu a Igreja Católica para a proximidade e diálogo com as tradições religiosas não cristãs. Francisco (2014) “De fato, estou convencido de que o que aconteceu nas últimas décadas nas relações entre judeus e católicos tem sido um autêntico dom de Deus, uma das maravilhas realizadas por ele, pelas quais somos chamados a bendizer seu nome.” Francisco aponta a necessidade de uma confiança autêntica entre aqueles que pretendem estabelecer diálogo inter-religioso. Este não se trata de uma formalidade nascida de decretos, mas exige um respeito sincero e honesto que envolve o respeito pelo outro, sua crença, seu modo de crer e sua liberdade de expressar sua fé e dela falar pública e reservadamente.

Nos primeiros meses do meu pontificado, pude receber várias organizações e expoentes do mundo judaico. Tal como acontece com os meus antecessores, estes pedidos de reunião são numerosos. Elas se somam às muitas iniciativas que acontecem em escala nacional ou local e tudo isso atesta o mútuo desejo de conhecer-se melhor, de nos ouvir, de construir laços de autêntica fraternidade (FRANCISCO, 2014).

---

<sup>43</sup> Heichal Shlomo (Hechal Shlomo) - O Centro Mundial do Patrimônio Judaico localizado no coração de Jerusalém perto da Grande Sinagoga de Jerusalém.

Somente com essa atitude se torna possível o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Nessa ambiência de confiabilidade e respeito surgem as oportunidades para ações realizadas em comum. Quando Francisco fala de diálogo inter-religioso e quando dialoga com as outras tradições religiosas, o faz alavancado em sua experiência anteriores ao pontificado. São conhecidas suas iniciativas no sentido de dialogar com não cristãos e com eles estabelecer laços de fraternidade e convivência. Não trata o diálogo inter-religioso do ponto vista acadêmico, mas da perspectiva experiencial, donde lhe vem afirmar com veemência a vitalidade nascida do diálogo para a construção da paz e da solidariedade entre os indivíduos e as sociedades.

O conhecimento mútuo de nossa herança espiritual, o apreço pelo que temos em comum e respeito no que nos divide, pode nos guiar para o futuro desenvolvimento futuro de nossos relacionamentos, que confiamos às mãos de Deus. Uma grande contribuição para a causa da paz; juntos seremos capazes de testemunhar, num mundo em rápida mutação, o significado perene do plano divino da criação; juntos, podemos nos opor firmemente a todas as formas de anti-semitismo e às várias outras formas de discriminação. Que o Senhor nos ajude a andar com confiança e firmeza em seus caminhos. Shalom! (FRANCISCO, 2014).

Sua força nas atitudes dialogais reforça sua convicção de que o diálogo inter-religioso é possível quando os envolvidos estão de fato dispostos a dialogar. Essa disposição, porém, insiste na superação da primazia de uma ou outra tradição, porquanto todos devem estar focados nos elementos comuns que de toda e qualquer crença, com destaque à confiança em um ser supremo e, por conseguinte o compromisso com o bem dos homens e das mulheres de todos os tempos e lugares. Francisco destaca um elemento da tradição judaica apontando a exigência de maturidade entre os crentes para que as divisões sejam superadas pela cultura do encontro, da proximidade e do respeito como fomentadores do diálogo inter-religioso. Isso é possível verificar quando evoca o *Bar Mitzvah*<sup>44</sup> uma exigência comum a todos que percorrem os caminhos do diálogo.

---

<sup>44</sup> *Bar Mitzvah*, מצוה בר, filho da lei ou filho do mandamento, com a variação, מצוה בת, filha da Lei ou do mandamento para as meninas. Significa a transição mais importante na vida de um judeu. Aos 13 anos para os meninos e aos 12 para as meninas. Segundo o judaísmo, os

Não se trata apenas de estabelecer relações de respeito mútuo em nível humano: somos chamados, como cristãos e judeus, a nos questionar profundamente sobre o significado espiritual do vínculo que nos une. Este é um vínculo que vem de cima, o que supera a nossa vontade e permanece intacto, apesar de todas as dificuldades de relacionamentos infelizmente vividas na história (FRANCISCO, 2014).

Na Viagem Apostólica de 2014, na República da Coreia por ocasião do VI Dia da Juventude Asiática o papa dirige-se aos ouvintes convidando-os à abertura à convivência pacífica com as diferenças entre cristãos e com crentes de outras tradições religiosas. Francisco (2014) “Jesus nos pede para acreditar que o perdão é a porta que leva à reconciliação. Ao nos ordenar a perdoar nossos irmãos sem reservas, ele nos pede para fazer algo totalmente radical, mas ele também nos dá a graça de fazê-lo.” Os discursos do papa sinalizam que a convivência fraterna é fruto do diálogo com as diferenças. O papa insiste que Cristo é motivo de convergência nunca de divergência. Nessa perspectiva cristã abre-se a acolher no mistério de Cristo mesmo aqueles que não estão inseridos na estrutura visível do corpo místico de Cristo. Francisco (2014) “A cruz de Cristo revela o poder de Deus para preencher todas as divisões, curar todas as feridas e restaurar os laços originais do amor fraterno.” A disposição para acolher os outros e ouvi-los desde sua perspectiva é fundamental para que as diferenças não sejam usadas como justificativa para a violência, mas serve exatamente como antídoto à violência em nome da religião.

Estou confiante de que, num espírito de amizade e cooperação com outros cristãos, com os seguidores de outras religiões e com todos os homens e mulheres de boa vontade que se preocupam com o futuro da sociedade coreana, você será o fermento do Reino de Deus. Deus nesta terra. Então, nossas orações pela paz e pela reconciliação se elevarão a Deus pelos corações mais puros e, por seu dom da graça, elas obterão aquele bem precioso ao qual todos nós aspiramos (FRANCISCO, 2014).

Na perspectiva de Francisco o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade tem força do Espírito de Deus e é capaz de fazer surgir uma sociedade de amigos, companheiros de estrada que se ajudam



mutuamente e se compreendem em suas próprias diferenças, que passam a ser especificidades e pólos de oposições intransponíveis. Uma das razões que nos parece presentes nos discursos do papa e que apontam para sua disposição em não insistir na doutrina do cristianismo católico como ponto de partida para o diálogo, mas busque através da cultura do encontro a proximidade entre pessoas que creem, e estabelecem laços de fraternidade pelo acolhimento respeitoso de sua tradição religiosa, acolhida como capaz de contribuir para o bem comum.

No dia 20 de junho de 2014, dirigindo-se aos participantes da Conferência Internacional “Liberdade Religiosa de Acordo com o Direito Internacional e o Conflito Global de Valores”, Francisco ressalta a relação intrínseca entre liberdade religiosa e o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2014) “Em vez do conflito global de valores, é possível, a partir de um núcleo de valores universalmente compartilhados, uma colaboração global em vista do bem comum.” O discurso do pontífice explicita sua disposição e convicção de que a liberdade religiosa é direito inalienável de toda pessoa humana, cuja capacidade e possibilidade de significar e ressignificar sua vida e sua existência deve ser respeitada e protegida tanto pelas instituições religiosas quanto pelo poder do Estado.

De fato, todo ser humano é um "buscador" da verdade sobre sua origem e seu destino. Em sua mente e em seu "coração" surgem questões e pensamentos que não podem ser reprimidos ou sufocados, pois emergem das profundezas e são inerentes à essência interior da pessoa. São questões religiosas e precisam da liberdade religiosa para se manifestarem plenamente (FRANCISCO, 2014).

A busca do sentido da existência é, de acordo com Francisco, uma inquietação inerente a todos os seres humanos individualmente, e em coletividade à toda família humana. Contudo os caminhos percorridos para encontrar tal verdade sobre si e sobre a existência humana podem ser percorridos segundo as diversas oportunidades presentes às sociedades e culturas. Francisco insiste que tal liberdade não pode ser condicionada à vida privada, o que faria da liberdade religiosa apenas uma situação de tolerância tanto do Estado, quanto das diferentes tradições religiosas.

À luz das aquisições da razão, confirmadas e aperfeiçoadas pela revelação e pelo progresso civil dos povos, é incompreensível e

preocupante que, até hoje, a discriminação e as restrições de direitos permaneçam no mundo simplesmente porque pertencem e professam publicamente uma certa fé. É inaceitável que haja mesmo perseguições reais por motivos de filiação religiosa! Até guerras! Isso feridas razão, presta atenção à paz e humilha a dignidade humana (FRANCISCO, 2014).

Na perspectiva de Francisco a tentativa de interromper a liberdade religiosa desmascara as intenções mortíferas que nascem da busca insaciável do poder levando o homem à cegueira existencial que o reduz às mais baixas selvagerias. Tal liberdade segue em parceria com o diálogo entre as diferenças, incluindo as diferenças religiosas que nascem da cultura do encontro que superam as fronteiras ideológicas e aproximam as pessoas, as culturas e as sociedades. Francisco (2018) “Com vocês, gostaria de agradecer ao Doador de todo o bem pelo dom de nossa amizade, impulso e motor de diálogo entre nós. É um diálogo que neste momento somos chamados a promover e expandir em um nível inter-religioso, para o bem da humanidade.” A cultura do encontro promotora do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade torna-se antídoto ao absolutismo de toda ideologia que resulta sempre em ditaduras que se arrogam o poder de falar por todos e não permitem que os outros falem.

E em poucos dias, no dia 9 de novembro, eles serão oitenta anos da chamada "Kristallnacht", quando muitos locais de culto judaicos foram destruídos, também com a intenção de erradicar o que é absolutamente inviolável no coração do homem e de um povo: a presença do Criador. Quando queríamos substituir o bom Deus pela idolatria do poder e pela ideologia do ódio, chegamos à insensatez de exterminar as criaturas. Portanto, a liberdade religiosa é um bem supremo a ser protegido, um direito humano fundamental, um baluarte contra as reivindicações totalitárias (FRANCISCO, 2018).

O pontífice insiste que não se trata apenas da liberdade de aderir no âmbito da vida privada a um determinado modo de crer ou a um conjunto de doutrinas circunscritos no âmbito da individualidade. Isso seria o encarceramento da liberdade religiosa. Na perspectiva de Francisco a liberdade religiosa alcança a oportunidade de escolha pessoal do indivíduo, porém seu exercício deve ser possibilitado na dimensão solitude de cada um e expressado na ambiência dos espaços sociais e culturais sem quaisquer constrangimentos.

A razão reconhece na liberdade religiosa um direito humano fundamental que reflete sua mais alta dignidade, a de poder buscar a verdade e aderir a ela, e reconhece nela uma condição indispensável para poder desdobrar todo o seu potencial. A liberdade religiosa não é apenas a de um pensamento ou culto privado. É a liberdade de viver de acordo com os princípios éticos resultantes da verdade encontrada, tanto privada quanto publicamente. Este é um grande desafio no mundo globalizado, onde o pensamento fraco - que é como uma doença - também reduz o nível ético geral e, em nome de um falso conceito de tolerância, acabamos perseguindo aqueles que defendem a verdade sobre o homem e suas conseqüências éticas (FRANCISCO, 2014).

Essa percepção do Papa Bergólio, lança tanto o Estado quanto as organizações religiosas no cenário do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco não circunscreve o diálogo inter-religioso ao universo das instituições religiosas, mas mescla o ambiente simbólico da religião ao ambiente social no qual as relações interpessoais e institucionais se desenvolvem ou se conflitam. Francisco (2014) “Espero sinceramente que a sua conferência ilustre com profundidade e rigor científico as razões que obrigam todos os sistemas legais a respeitar e defender a liberdade religiosa. Eu agradeço por esta contribuição.” Não obstante o cenário seja marcado de conflitos e interesses opostos, a dinâmica das religiões pode ressignificar ocupação dos territórios socioculturais para a convivência fraterna e pacífica entre as diferentes tradições religiosas e a multiculturalidade.

Os sistemas jurídicos, estaduais ou internacionais, são, portanto, chamados a reconhecer, garantir e proteger a liberdade religiosa, que é um direito inerente à natureza humana, sua dignidade de ser livre, e também é um indicador de uma democracia saudável e uma das principais fontes de legitimidade do Estado. A liberdade religiosa, incorporada nas constituições e leis e traduzida em comportamento coerente, favorece o desenvolvimento de relações de respeito mútuo entre as diversas Confissões e sua saudável colaboração com o Estado e a sociedade política, sem confusão de papéis e sem antagonismos (FRANCISCO, 2014).

O discurso do Papa Francisco ao propor o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, pauta-se em gestos concretos de proximidade. O pontífice insiste que é possível convergir para o bem comum com o aprimoramento das culturas e das sociedades desde os valores das diversas tradições religiosas. Na perspectiva de Francisco para o diálogo inter-religioso acontecer é preciso superar não somente o medo das diferenças, como também

os preconceitos religiosos que consolidam fronteiras impermeáveis entre as tradições religiosas. Nesse sentido é possível considerar nos discursos do pontífice que existe uma porosidade nos elementos comuns das tradições religiosas que permitem a translíngua de valores que convergem para a superação das intolerâncias fundamentalistas promotoras de violência. Essa porosidade, contudo, não significa fragmentação religiosa, nem tão pouco sincretismo. Ao contrário o diálogo sustenta as convicções e distingue as doutrinas e crenças, e é precisamente a distinção entre as diversas tradições que oportunizam a convivência fraterna entre as diferenças. Desse modo a tolerância cede lugar à proximidade respeitosa, segundo a qual as identidades devem ser preservadas.

A este respeito, gostaria de recordar a maravilhosa reunião inter-religiosa de dois anos atrás no Azerbaijão, onde notei a harmonia que as religiões podem criar "a partir das relações pessoais e da boa vontade dos responsáveis". Aqui está o caminho. «Para dialogar com os outros e orar por todos: estes são os nossos meios para transformar as lanças em foices (ver Is 2,4), para dar lugar ao amor onde há ódio e perdão onde há ofensa, para não se cansar de implorar e caminhar por caminhos de paz ". Sim, porque hoje "não é hora de soluções violentas e abruptas, mas a hora urgente para empreender processos pacientes de reconciliação" (2 de outubro de 2016). É uma tarefa fundamental para a qual somos chamados (FRANCISCO, 2018).

Entre os dias 28 e 30 de novembro de 2014, o Papa Francisco realizou uma viagem Apostólica à Turquia, e ali deixou sinais de sua condição de porta-voz da Igreja Católica com iniciativas que reforçam os laços de fraternidade entre diferentes tradições religiosas, resultantes da firme convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2014) "Sem esta abertura ao encontro e ao diálogo, uma visita papal não corresponderia plenamente às suas finalidades, tal como as entendo eu na esteira dos meus venerados Antecessores." A cultura do encontro acentua-se e explicita-se no pontificado de Francisco que assume o diálogo inter-religioso como uma condição irrenunciável na consolidação da paz. O Papa insiste na responsabilidade dos líderes religiosos como protagonistas do encontro, do diálogo e da paz. É a resposta que a sociedade humana espera das instituições religiosas.

Na verdade, as boas relações e o diálogo entre líderes religiosos revestem-se de grande importância. Constituem uma mensagem clara dirigida às respectivas comunidades, manifestando que, apesar das diferenças, são possíveis o respeito mútuo e a amizade. Esta, além de ser um valor em si mesma, adquire significado especial e importância acrescida num tempo de crises como o nosso; crises que se tornam, em algumas áreas do mundo, verdadeiros dramas para populações inteiras (FRANCISCO, 2014).

Em sua jornada pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, Francisco sugere que tanto a paz quanto a violência transpõem as fronteiras sociais, culturais e simbólicas. Não há guerras sem vítimas, sem territórios destruídos e tentativas de apagar a memória de um povo. Não há ganho suficiente que justifique a destruição ou a submissão de um povo, uma cultura, uma crença. Francisco (2014) “Com efeito, há guerras que semeiam vítimas e destruições, tensões e conflitos interétnicos e inter-religiosos, fome e pobreza que afligem centenas de milhões de pessoas, danos ao meio ambiente, ao ar, à água, à terra. ”

Particularmente preocupante é o facto de que, sobretudo por causa de um grupo extremista e fundamentalista, comunidades inteiras – especialmente de cristãos e yazidis, mas não só – sofreram, e ainda sofrem, violências desumanas por causa da sua identidade étnica e religiosa. Foram expulsos à força das suas casas, tiveram de abandonar tudo para salvar a sua vida e não renegar a fé. A violência abateu-se também sobre edifícios sagrados, monumentos, símbolos religiosos e o património cultural, como se quisessem apagar todo o vestígio, qualquer memória do outro (FRANCISCO, 2014).

Há no discurso de Francisco uma insistente chamada à reflexão sobre a natureza da religião e a persistente convocação dos líderes religiosos a assumirem seu protagonismo como expositores de sua tradição religiosa. A omissão destes os torna cúmplices do fundamentalismo intolerante promotor de violência. A paz é uma escolha que somente será legítima se encarnada na vida e cultura concretas dos povos. Isso é uma condição para a superação dos fundamentalismos, intolerâncias e violências religiosas.

Com satisfação, soube das boas relações e da cooperação entre o Diyanet e o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Espero

que aquelas continuem e se consolidem para bem de todos, porque toda a iniciativa de diálogo autêntico é sinal de esperança para um mundo tão necessitado de paz, segurança e prosperidade (FRANCISCO, 2014).

O diálogo inter-religioso personificado por Francisco insiste na cultura do encontro que aproxima, promove mútuo conhecimento e gera respeito gratuito. Nessa base do diálogo o pontífice anuncia a responsabilidade de toda a família humana, cuja disposição exige primeirar o bem comum, a dignidade da pessoa e a centralidade em Deus criador de todos, deixando as estruturas doutrinárias no âmbito de cada tradição religiosa.

Como chefes religiosos, temos a obrigação de denunciar todas as violações da dignidade e dos direitos humanos. A vida humana, dom de Deus Criador, possui um carácter sagrado. Por isso, a violência que busca uma justificação religiosa merece a mais forte condenação, porque o Onipotente é Deus da vida e da paz. O mundo espera, de todos aqueles que afirmam adorá-Lo, que sejam homens e mulheres de paz, capazes de viver como irmãos e irmãs, apesar das diferenças étnicas, religiosas, culturais ou ideológicas (FRANCISCO, 2014).

Esse é um salto audacioso no caminho do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Secundarizar o triunfalismo religioso, primeirando<sup>45</sup> a realidade desejada de uma humanidade familiar, unida por vínculos de fraternidade e convivência respeitosa. Esse desafio, verificado nos discursos de Francisco, promove uma desterritorialização simbólica que atinge em cheio a prática das religiões. Trazer Deus para o centro do discurso, da doutrina e na prática religiosa, e relocar as religiões ao âmbito de coadjuvante do sagrado e do humano.

Um elemento importante no discurso de Francisco ao tratar do diálogo inter-religioso é destacar uma convergência das diversas tradições religiosas a Deus. Por muito tempo o processo assumido pela Igreja Católica era marcadamente contrário a essa possibilidade de uma convergência das diferenças rumo ao sagrado e à salvação promovida por Ele. Vale dizer que

---

<sup>45</sup> Expressão utilizada pelo Papa Francisco para indicar a ordem das prioridades e dos valores que devem definir e decidir as escolhas e ações humanas.

ainda hoje alguns dos seus líderes apregoam essa afirmação. A novidade que nos faz verificar que a Igreja Católica assume o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, reside nessa perspectiva de que não é condição de salvação que os crentes do mundo inteiro sejam inseridos nas estruturas visíveis do corpo de Cristo, a Igreja, para serem salvos.

Reconhecer e desenvolver esta convergência espiritual – através do diálogo inter-religioso – ajuda-nos também a promover e defender, na sociedade, os valores morais, a paz e a liberdade (cf. João Paulo II, Discurso à comunidade católica de Ancara, 29 de Novembro de 1979). O reconhecimento conjunto da sacralidade da pessoa humana sustenta a compaixão comum, a solidariedade e a ajuda efectiva aos mais atribulados (FRANCISCO, 2014).

Essa ideia de convergência das religiões reafirma a doutrina proposta no Vaticano II, acerca da ação de Deus que salva os não cristãos. Desse modo as demais tradições religiosas não são condicionadas a integrar as estruturas visíveis do corpo místico de Cristo, a Igreja, para alcançarem a salvação. Mas cada tradição religiosa tem elementos suficientes com identidades próprias que lhes permitem aproximar-se do sagrado. Uma expressão do modus Deo. critério apresentado pelo Concílio Vaticano II, indicando que Deus tem um modo de salvar a todos, associando-os à salvação em Cristo, sem que precisem estar inseridos nas estruturas visíveis do cristianismo. A convergência religiosa sinaliza a possibilidade de convergência na convivência fraterna entre as diferenças, inclusive as religiosas. Aponta para o bem comum, transcende, no caso das religiões, os interesses institucionais, apontam para Deus e transitam na concretude do humano.

Em particular, os responsáveis das comunidades religiosas podem oferecer a valiosa contribuição dos valores presentes nas respectivas tradições. Nós, muçulmanos e cristãos, somos depositários de tesouros espirituais inestimáveis, entre os quais reconhecemos elementos de convergência, embora vividos segundo as tradições próprias: a adoração de Deus misericordioso, a referência ao patriarca Abraão, a oração, a esmola, o jejum... elementos que, vividos sinceramente, podem transformar a vida e dar uma base segura para a dignidade e a fraternidade dos homens (FRANCISCO, 2014).

Reafirmando sua determinação em motivar ao diálogo, à escolha da paz e às disposição de ações que resultem em uma paz concreta para a convivência fraterna na sociedade, o papa Francisco publica a sua segunda mensagem para O Dia Mundial de Oração pela Paz cujo tema foi Já não escravos, mas irmãos. No dia 1º de janeiro de 2015, o pontífice faz ecoar sua mensagem de paz advertindo que se trata de um dom de Deus e uma exigência e resposta de cada indivíduo e cada sociedade comprometida com o bem comum.

Rezo de modo particular para que, respondendo à nossa vocação comum de colaborar com Deus e com todas as pessoas de boa vontade para a promoção da concórdia e da paz no mundo, saibamos resistir à tentação de nos comportarmos de forma não digna da nossa humanidade (FRANCISCO, 2015, n,1).

Francisco insiste na autonomia dos indivíduos como plataforma na qual as relações interpessoais podem ser desenvolvidas. Ao falar em autonomia do indivíduo, toca um drama social ainda presente nas sociedades contemporâneas, a questão das relações de exploração das pessoas. O diálogo, na perspectiva do papa, somente é possível se o homem e a mulher em todas as culturas e sociedades forem respeitados e assumidos como seres relacionais. Francisco (2015, n.2). “Sendo o homem um ser relacional, destinado a realizar-se no contexto de relações interpessoais inspiradas pela justiça e a caridade, é fundamental para o seu desenvolvimento que sejam reconhecidas e respeitadas a sua dignidade, liberdade e autonomia.” O discurso do papa permite averiguar que sua perspectiva para uma sociedade pacificada e em paz exige a superação do paradigma social conivente com a exploração do homem pelo homem. As diferenças sejam elas quais forem não podem sustentar o domínio de um sobre o outro.

Tudo isto prova como a Boa Nova de Jesus Cristo – por meio de Quem Deus «renova todas as coisas» (Ap 21, 5)[3] – é capaz de redimir também as relações entre os homens, incluindo a relação entre um escravo e o seu senhor, pondo em evidência aquilo que ambos têm em comum: a filiação adoptiva e o vínculo de fraternidade em Cristo. O próprio Jesus disse aos seus discípulos: «Já não vos chamo servos, visto que um servo não está ao corrente do que faz o seu senhor; mas a vós chamei-vos amigos, porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi ao meu Pai» (Jo 15, 15) (FRANCISCO, 2015, n. 2).



Nesse sentido o seu discurso indica uma retomada da Mensagem para o Dia Mundial de Oração pela Paz de 2014, na qual o papa sugere uma humanidade comum a todas as pessoas, a partir da qual não se justifica a supremacia de um sobre o outro. Na atual mensagem o papa refuta uma ordem social que alimente as relações de exploração humana. Nesse sentido é possível verificar que a opção pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade no pontificado de Francisco, incide diretamente no comportamento dos indivíduos não somente em suas relações religiosas, mas também nas relações sociais, políticas e econômicas.

Infelizmente, o flagelo generalizado da exploração do homem pelo homem fere gravemente a vida de comunhão e a vocação a tecer relações interpessoais marcadas pelo respeito, a justiça e a caridade. Tal fenómeno abominável, que leva a espezinhar os direitos fundamentais do outro e a aniquilar a sua liberdade e dignidade, assume múltiplas formas sobre as quais desejo deter-me, brevemente, para que, à luz da Palavra de Deus, possamos considerar todos os homens, «já não escravos, mas irmãos» (FRANCISCO, 2015, n. 1).

Nessa mensagem o papa continua insistindo no fundamento de uma humanidade comum como elemento capaz de dinamizar o processo de superação das diferenças pelo reconhecimento da igual dignidade entre todos. As palavras de Francisco propõem que a seu olhar as diferenças tornam-se algo de característica comum a todos; carácter comum que impulsiona a verificar nas relações interpessoais marcadas pela fraternidade, mediante o diálogo, a superação dos conflitos e a conquista de uma convivência comum e fraterna. O que nos leva a avaliar que para o pontífice não se trata mais de acentuar as particularidades individuais, culturais ou religiosas, mas de identificar uma humanidade, caracterizada como família humana, que em diversidade compartilha a mesma casa comum,

Juntamente com esta causa ontológica – a rejeição da humanidade no outro –, há outras causas que concorrem para se explicar as formas actuais de escravatura. Entre elas, penso em primeiro lugar na pobreza, no subdesenvolvimento e na exclusão, especialmente quando os três se aliam com a falta de acesso à educação ou com uma

realidade caracterizada por escassas, se não mesmo inexistentes, oportunidades de emprego. Não raro, as vítimas de tráfico e servidão são pessoas que procuravam uma forma de sair da condição de pobreza extrema e, dando crédito a falsas promessas de trabalho, caíram nas mãos das redes criminosas que gerem o tráfico de seres humanos. Estas redes utilizam habilmente as tecnologias informáticas modernas para atrair jovens e adolescentes de todos os cantos do mundo. (FRANCISCO, 2015, n. 4).

A palavra de Francisco na declaração pelo Dia Mundial de Oração pela Paz nesse ano, ressalta que a fraternidade comum à mesma humanidade é um processo que se desenvolve no reconhecimento do outro, de sua identidade, de sua presença física e simbólica como referência humanizadora. A partir desse discurso é possível creditar ao pensamento de Francisco que as diferenças e as diversidades não se opõem, mas convergem como necessidade para a tessitura do homem. O papa ilustra isso tomando em paralelo dois textos bíblicos, Gênesis (Gn 1, 27-8), no qual se encontra a narrativa do primeiro fratricídio da humanidade, motivado pela não aceitação e inveja do irmão. Em paralelo Francisco trata o texto da carta a Filêmon, ( Fl 15-16), na qual encontra-se a narrativa de Paulo exortando Filêmon a receber seu antigo escravo Onésimo, como irmão superando o paradigma de exploração de um pelo outro. Francisco relaciona a agressão de Caim à intolerância e desprezo, como motivadores à eliminação da humanidade comum.

Na narração das origens da família humana, o pecado de afastamento de Deus, da figura do pai e do irmão torna-se uma expressão da recusa da comunhão e traduz-se na cultura da servidão (cf. Gen 9, 25-27), com as consequências daí resultantes que se prolongam de geração em geração: rejeição do outro, maus-tratos às pessoas, violação da dignidade e dos direitos fundamentais, institucionalização de desigualdades. Daqui se vê a necessidade duma conversão contínua à Aliança levada à perfeição pela oblação de Cristo na cruz, confiantes de que, «onde abundou o pecado, superabundou a graça (...) por Jesus Cristo» (Rom 5, 20.21). Ele, o Filho amado (cf. Mt 3, 17), veio para revelar o amor do Pai pela humanidade. Todo aquele que escuta o Evangelho e acolhe o seu apelo à conversão, torna-se, para Jesus, «irmão, irmã e mãe» (Mt 12, 50) e, conseqüentemente, filho adoptivo de seu Pai (cf. Ef 1, 5) (FRANCISCO, 2015, n.2).

O discurso de Francisco aqui, denuncia a permanência de relações de exploração na sociedade, o que inviabiliza a paz e a convivência comum. O papa acena para as novas formas de exploração e suas causas apelando para uma

conversão social, uma reconfiguração de valores e dinâmicas sociais. A reconstrução das relações humanas, na lógica do papa, deve partir da humanidade comum que faz superar o paradigma das rupturas culturais em seus diversos níveis, que sustentam os conflitos e fortalecem as relações de exploração.

Temos de reconhecer que estamos perante um fenómeno mundial que excede as competências de uma única comunidade ou nação. Para vencê-lo, é preciso uma mobilização de dimensões comparáveis às do próprio fenómeno. Por esta razão, lanço um veemente apelo a todos os homens e mulheres de boa vontade e a quantos, mesmo nos mais altos níveis das instituições, são testemunhas, de perto ou de longe, do flagelo da escravidão contemporânea, para que não se tornem cúmplices deste mal, não afastem o olhar à vista dos sofrimentos de seus irmãos e irmãs em humanidade, privados de liberdade e dignidade, mas tenham a coragem de tocar a carne sofredora de Cristo,[12] o Qual Se torna visível através dos rostos inumeráveis daqueles a quem Ele mesmo chama os «meus irmãos mais pequeninos» (Mt 25, 40.45) (FRANCISCO, 2015, n. 6).

Na viagem Apostólica feita ao Sri Lanka Francisco participou no dia 13 de janeiro de 2015 de um encontro inter-religioso, no qual dirigiu-se ao que ele chamou de as quatro maiores comunidades religiosas que integram a vida no Sri Lanka, o Budismo, o Hinduísmo, o Islamismo e o Cristianismo. Já no discurso inicial o papa dirige-se aos não cristãos de maneira não somente respeitosa, mas valorizando a tradição religiosa a que seguem, bem como a função religiosa dos líderes ali presentes. Essa atitude de Francisco por si sinaliza o diálogo inter-religioso como integrante de seu pontificado.

No Concílio Vaticano II, a Igreja Católica declarou seu profundo e duradouro respeito pelas outras religiões. Ele declarou que "nada rejeita do que é verdadeiro e sagrado nessas religiões. Considera com respeito sincero [esses] modos de agir e viver, [aqueles] preceitos e [essas] doutrinas" (*Nostra aetate*, 2). De minha parte, desejo reafirmar o sincero respeito da Igreja por você, suas tradições e suas crenças. É nesse espírito de respeito que a Igreja Católica deseja colaborar com você e com todas as pessoas de boa vontade, buscando a prosperidade de todos os cingaleses. Espero que minha visita ajude a encorajar e aprofundar as várias formas de colaboração inter-religiosa e ecumênica que foram realizadas nos últimos anos (FRANCISCO, 2015, Sri Lanka).

O papa fala como quem se dirige a iguais, não acentua as diferenças. A tutela da religião e sua estrutura não antecede o encontro, a escuta e a fala. Antes dirige-se a pessoas de religião e aprecia os traços do sagrado presentes em cada uma. Busca primeiramente a força do encontro elemento catalizador do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2015) “Espero que a colaboração inter-religiosa e ecumênica mostre que, para viver em harmonia com seus irmãos e irmãs, homens e mulheres não devem esquecer sua identidade, seja ela étnica ou religiosa.” Valoriza mais esse encontro entre pessoas de crença. Francisco (2015) “O que é necessário agora é cura e união, não mais conflitos ou divisões [...] Quantas maneiras existem para os seguidores de diferentes religiões para realizar este serviço! Quantas necessidades prover para o bálsamo da solidariedade fraterna!”

Coerente com a perspectiva do diálogo inter-religioso que requer de cada um uma firme convicção de sua fé a convicção de sua própria identidade como condição para um autêntico e frutuoso diálogo entre as diferentes tradições religiosas, Francisco declara seu lugar no ambiente das religiões e sua função entre os cristãos. Mas não diminui o valor, o significado e a importância das outras tradições. Seu olhar é inclusivo; não faz uma lista das primazias, mas aponta a importância da Igreja Católica com as outras tradições religiosas. Esse é um traço de seu pontificado no campo do diálogo inter-religioso.

Que o crescente espírito de cooperação entre os líderes das várias comunidades religiosas encontre expressão no compromisso de colocar a reconciliação entre todos os cidadãos do Sri Lanka no centro de todos os esforços para renovar a sociedade e suas instituições. Por razões de paz, não se deve permitir que as crenças religiosas sejam abusadas pela causa da violência ou da guerra. Devemos ser claros e inequívocos ao convidar nossas comunidades a viver plenamente os preceitos de paz e convivência presentes em cada religião e denunciar os atos de violência cometidos. (FRANCISCO, 2015).

O discurso de Francisco permite verificar que ao dirigir-se aos líderes católicos e às lideranças dos não cristãos, expressa sempre o pensar e o sentir oficiais de todo o magistério católico desde o evento do Concílio Vaticano II. Aponta o novo olhar da Igreja para as tradições religiosas que não vertem do cristianismo; olhar respeitoso, fraterno e acolhedor do bem nelas presentes. O

pontífice aposta na superação dos conflitos justificados pelas diferenças, a partir da cultura do encontro que promove o conhecimento mútuo. Conhecer o outro faz superar o medo da proximidade, e o preconceito diversidade. É no conhecimento dos traços da verdade presentes em todas as tradições religiosas que os indivíduos crentes e suas instituições alcançam a desconstrução preconcebida de supostos malefícios religiosos. Essa perspectiva abre-se à mútua colaboração, ao respeito e à cooperação para o bem comum.

Essas iniciativas louváveis ofereceram oportunidades de diálogo, essenciais se quisermos nos conhecer, nos entendermos e nos respeitarmos mutuamente. Mas, como mostra a experiência, para que esse diálogo e encontro sejam efetivos, deve ser baseado em uma apresentação completa e franca de nossas respectivas convicções. Certamente este diálogo irá destacar como nossas crenças, tradições e práticas são diferentes. E, no entanto, se formos honestos ao apresentar nossas crenças, poderemos ver com mais clareza o que temos em comum. Novos caminhos se abrirão para mútua estima, cooperação e até amizade. (FRANCISCO, 2015).

Na viagem Apostólica do Papa Francisco à Bósnia-Herzegovina, durante o Encontro Ecumênico e Inter-religioso, ocorrido no Centro Internacional Estudantil Franciscano, no dia 06 de junho de 2015, o pontífice explicitou sua compreensão sobre o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2015) “Dirijo uma cordial saudação a cada um de vós e às vossas comunidades e agradeço, em particular, as amáveis palavras de boas-vindas e as reflexões que foram propostas. E, ouvindo-as, posso dizer-vos que me fizeram bem!”

É possível verificar no discurso do papa que sua compreensão do diálogo inter-religioso deve acontecer de maneira simples, que já faz parte da vida dos indivíduos nas ações cotidianas. Isso deve ser valorizado e integrado como modo de vida, até que seja assumido no âmbito das instituições religiosas. A busca sincera do diálogo inter-religioso sinaliza o compromisso das religiões na busca e construção da paz pela convivência fraterna entre as diferenças. Francisco (2015) “Na realidade o diálogo inter-religioso, aqui como em qualquer parte do mundo, é uma condição imprescindível para a paz e, por isso, é um dever para todos os crentes” Por si esse diálogo desconstrói o discurso que apregoa a intolerância entre as diferenças. E ainda propõe uma nova

compreensão acerca das diferenças. Não se trata de negar que haja diferenças, mas de certificar que não são ameaças, mas elementos promotores de humanização.

Por este motivo, o diálogo inter-religioso não pode limitar-se só a alguns, apenas aos responsáveis das comunidades religiosas, mas deveria estender-se o mais possível a todos os crentes, envolvendo os diferentes sectores da sociedade civil. Neste sentido, merecem uma atenção especial os jovens, chamados a construir o futuro deste país. No entanto, é sempre bom lembrar-se de que o diálogo, para ser autêntico e eficaz, pressupõe uma identidade formada: sem identidade formada, o diálogo é inútil ou prejudicial. Digo isto a pensar nos jovens, mas vale para todos (FRANCISCO, 2015).

Francisco propõe em seu discurso que o diálogo inter-religioso é o primeiro passo na superação da violência étnica, que insiste na supressão de um povo, uma cultura, uma crença, uma história. Nos ambientes multiculturais e multiétnicos, por vezes, a violência se sustenta na defesa de uma cultura com a supressão da outra, supostamente inimiga. O diálogo inter-religioso torna nesses ambientes um contra discurso propondo e demonstrando que a convivência fraterna entre diferentes é possível e promove o bem comum.

Esta cidade, que no passado recente se tornara tristemente um símbolo da guerra e das suas destruições, esta Jerusalém da Europa hoje, com a sua variedade de povos, culturas e religiões, pode ser novamente sinal de unidade, lugar onde a diversidade não constitua uma ameaça, mas uma riqueza e uma oportunidade para crescer juntos. Num mundo infelizmente ainda dilacerado por conflitos, esta terra pode tornar-se uma mensagem: atestar que é possível viver um ao lado do outro, na diversidade, mas na comum humanidade, construindo juntos um futuro de paz e de fraternidade. Pode-se viver fazendo a paz! (FRANCISCO, 2015).

Ao ler os discursos de Francisco verifica-se sua compreensão do diálogo inter-religioso como uma realidade necessária, a ser primeirada nas instituições religiosas como desencadeamento da cultura de paz e do processo de diálogo em todos os corpos sociais. Francisco (2015) “Encorajo-vos neste vosso compromisso com a causa da paz, da qual vós, como líderes religiosos, sois os primeiros guardiões aqui na Bósnia-Herzegovina. Asseguro-vos de que a Igreja Católica continuará a dar todo o seu apoio e a garantir a sua completa disponibilidade.” Esse ponto de partida desloca a religião da acusação de alguns que a classificam como elemento danoso à sociedade, reconduzindo-a ao

imaginário social e pessoal como um elemento positivo na constituição da própria sociedade.

O encontro de hoje é sinal dum desejo comum de fraternidade e de paz; testemunha uma amizade que tendes vindo a construir ao longo dos anos e que já viveis na convivência diária e na colaboração. O facto de nos encontrarmos aqui já é uma «mensagem» daquele diálogo que todos procuramos e para o qual trabalhamos [...] O vosso trabalho é muito valioso nesta região e, de modo particular, aqui em Sarajevo, encruzilhada de povos e culturas, onde a diversidade, se por um lado constitui um grande recurso que permitiu o desenvolvimento social, cultural e espiritual desta região, por outro serviu de motivo para dilacerações dolorosas e guerras sangrentas (FRANCISCO, 2015).

Francisco salienta que o temor de alguns no campo do diálogo inter-religioso perde consistência ao se tornar explícito que sua busca não é a tratativa persuasiva de temas doutrinários com o fim de fazer com que uma religião ocupe o espaço simbólico e social de uma outra tradição. Mas trata-se de um encontro e uma conversa de humanos, da família humana cuja atenção se volta à defesa da vida e da dignidade de cada homem e cada mulher, impulsionando-os ao cuidado da casa comum. O diálogo testemunha a humanidade de cada povo e o entrelaçamento de sua origem e seu futuro. Uma perspectiva insistente de Francisco, apoiar-se no diálogo entre as diferenças para aprender com os erros do passado, superá-los mediante o perdão recíproco e apostar as culturas, os povos e as crenças no presente para construir um futuro pacificado, um futuro de paz, um futuro para a paz.

Antes mesmo de se tornar um debate sobre os grandes temas da fé, o diálogo inter-religioso é uma «conversa sobre a vida humana» (Ibid., 250). Nele compartilha-se o dia-a-dia da existência, na sua vivência concreta, com as alegrias e as aflições, as canseiras e as esperanças; assumem-se responsabilidades comuns; projecta-se um futuro melhor para todos. Aprende-se a viver juntos, a conhecer-se e aceitar-se nas respectivas diferenças, livremente, por aquilo que se é. No diálogo, reconhece-se e desenvolve-se uma comunhão espiritual, que unifica e ajuda a promover os valores morais – os grandes valores morais –, a justiça, a liberdade e a paz. O diálogo é uma escola de humanidade e um factor de unidade, que ajuda a construir uma sociedade baseada na tolerância e no respeito mútuo (FRANCISCO, 2015).

Francisco faz compreender que o diálogo inter-religioso, desde o fim das guerras mundiais, entra no cenário das sociedades, não como uma resposta à modernidade que propõe a religião como um elemento caduco, mas como

elemento integrante da própria dinâmica social. Sua reflexão permite avaliar que no âmbito da Igreja Católica o diálogo inter-religioso sinaliza a sanidade da religião que se antecipa à crise do mundo polarizado e fechado ao diálogo. É resposta religiosa à caducidade das ideologias do Século XX que levaram às ditaduras, aos conflitos bélicos mundiais, à polarização ideológica, política e econômica das sociedades. Essa caducidade sabotou as liberdades e os direitos dos indivíduos em muitas partes do mundo.

Não é por acaso que o nascimento do Conselho para o Diálogo Inter-religioso e outras apreciáveis iniciativas no campo inter-religioso e ecumênico tenha tido lugar no fim da guerra como uma resposta à exigência de reconciliação e perante a necessidade de reconstruir uma sociedade dilacerada pelo conflito (FRANCISCO, 2015).

Em 25 de setembro de 2015 ao discursar no Memorial Ground Zero em Nova York, Francisco faz conhecer sua convicção do diálogo como meio eficaz para resolver as diferenças e os conflitos. O estudo do seu discurso permite verificar que sua perspectiva acusa a falta de diálogo como a plataforma sobre a qual a violência é assumida como solução dos conflitos entre as diferenças. Quando se recusa o diálogo, a violência e a destruição tornam-se eco na história das sociedades. Francisco (2015) “a destruição nunca é impessoal, abstrata ou apenas de coisas; mas que antes de tudo tem um rosto e uma história, é concreta, tem nomes. Nos familiares, pode-se ver o rosto da angústia; uma angústia que nos deixa atônitos e brada ao céu.” Nesse discurso pode-se verificar a insistência da Igreja no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade; e esse esforço é verificado no pontificado de Francisco cujo empenho abre espaço para a cultura do encontro. Francisco se mostra convencido da cultura do encontro como possibilidade real de superar as diferenças pelo conhecimento do outro, de sua cultura, de sua crença e suas convicções.

A água, que vemos correr para este centro vazio, lembra-nos todas aquelas vidas que estavam sob o poder daqueles que crêem que a destruição seja o único modo de resolver os conflitos. É o grito silencioso de quantos sofreram na sua carne a lógica da violência, do ódio, da vingança. Uma lógica, que só pode causar angústia, sofrimento, destruição, lágrimas. A água que desce é símbolo também das nossas lágrimas; lágrimas pela destruição de ontem, que se unem às lágrimas por tantas destruições de hoje. Este é um lugar onde choramos; choramos a angústia provocada por nos sentirmos



impotentes perante a injustiça, perante o fratricídio, perante a incapacidade de resolver as nossas diferenças dialogando. Neste lugar choramos pela perda injusta e gratuita de inocentes, por não poder encontrar soluções para o bem comum. É água que nos recorda o pranto de ontem e o pranto de hoje (FRANCISCO, 2015).

Essa persistência de Francisco em anunciar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade o destaca entre os que insistem na construção de um caminho dialogal. As ações radicais do pontífice no sentido de propor insistentemente o diálogo como caminho de conciliação, compreensão e respeito às diferenças, e superação dos conflitos, marcam sua distinção e capacidade interativa com as diferenças culturais e religiosas. Em entrevista concedida, o rabino Abrahan Skorka recorda as palavras do Papa Francisco que revelam sua profunda convicção da soberania do diálogo inter-religioso, mesmo diante da improbabilidade da paz.

Depois do nosso encontro nos jardins do Vaticano, houve a guerra entre Israel e Hamas. Trocando e-mails com Bergoglio, ele me disse, usando estilo profético: vai chegar um momento em que o pó que se levantou com a batalha vai se dissipar, e a imagem do nosso abraço diante do Muro das Lamentações, essas mensagens de paz, vão servir como fonte de inspiração para lutar pela paz. Como diria Bergoglio, vão servir de imagem de que se pode, de que é possível (SKORKA, 2015).

O pontífice deixa claro sua perspectiva de uma aproximação entre as diferentes tradições, sem que haja a sobreposição de uma sobre a outras, ou se afirme a primazia de uma tradição em relação às demais. Trata-se de um respeito que reconhece o outro e valoriza seu modo de expressar sua fé. O diálogo qualifica a crença do outro, e sua profissão privada ou pública. Não se encontra no discurso do papa nenhum tipo de sincretismo, mas segura decisão de não se limitar a saber sobre o outro, mas saber o outro; ir ao seu encontro e encontrá-lo; encontrando-o acolhê-lo em suas convicções, respeitar-lhe o espaço existencial e social e garantir-lhe o lugar cultural.

E este lugar de morte transforma-se também num lugar de vida, de vidas salvas, numa canção que nos leva a afirmar que a vida está destinada sempre a triunfar sobre os profetas da destruição, sobre a morte, que o bem prevalece sempre sobre o mal, que a reconciliação e a unidade sairão vencedores sobre o ódio e a divisão. E, com tal finalidade, precisamos de banir os nossos sentimentos de ódio, vingança, rancor. Mas sabemos que isto só é possível como dom do Céu. Aqui, neste lugar da memória, proponho a cada um de vós que faça, à sua maneira, mas juntos, um momento de silêncio e oração.

Peçamos ao Céu o dom de nos comprometermos pela causa da paz. Paz nas nossas casas, nas nossas famílias, nas nossas escolas, nas nossas comunidades. Paz naqueles lugares onde a guerra parece não ter fim. Paz naqueles rostos que nada mais conheceram senão angústia. Paz neste vasto mundo que Deus nos deu como casa de todos e para todos. Somente, paz. Rezemos em silêncio (FRANCISCO, 2015).

Em sua insistência em dialogar e propor o diálogo como um processo curador de feridas que marcaram e marcam as culturas, Francisco insiste na força do diálogo em despertar os nobres sentimentos que asseguram o caráter humano das sociedades, das culturas e das pessoas. Não raras vezes há manifestações de diálogo em situações que afetam a segurança e a dignidade da vida humana. Francisco ratifica esse pensamento ao destacar nesse discurso a disposição de inúmeros desconhecidos que se juntaram para socorrer as vítimas do ataque de 11 de setembro. A solidariedade que é um valor comum às tradições religiosas promoveu uma ação solidária que não foi interrompida pelas diferenças sociais, culturais ou religiosas. Esse diálogo da ação desponta como farol de esperança que reafirma a possibilidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Neste lugar de angústia e recordação, enche-me de esperança a oportunidade de me associar aos líderes que representam as numerosas religiões que enriquecem a vida desta cidade. Espero que a nossa presença aqui seja um sinal vigoroso das nossas vontades de compartilhar e reiterar o desejo de sermos forças de reconciliação, forças de paz e justiça nesta comunidade e em todo o mundo. Apesar das diferenças, das discrepâncias, é possível viver um mundo de paz. Perante qualquer tentativa de uniformizar, é possível e necessário que nos reunamos, das diferentes línguas, culturas, religiões, para dar voz a tudo aquilo que o quer impedir. Juntos, hoje, somos convidados a dizer «não» a qualquer tentativa de uniformização e «sim» a uma diferença acolhida e reconciliada (FRANCISCO, 2015).

Na visita Apostólica ao Quênia, Uganda e República Centro-Africana, ocorrida entre os dias 25 a 30 de novembro de 2015, o Papa Francisco dá mais um passo no tecido do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, fazendo incluir em seu programa de viagem, um encontro com líderes e fiéis muçulmanos na Mesquita Central de Koudoukou, em Bangui na República Centro-Africana.

No discurso do papa proferido nessa ocasião, é possível verificar a liberdade e proximidade com que o pontífice dirige-se aos líderes e seguidores

do Islã. Francisco (2015, Bangui) “Queridos amigos, queridos irmãos, convidovos a rezar e a trabalhar pela reconciliação, a fraternidade e a solidariedade entre todos, sem esquecer as pessoas que mais sofreram com estes acontecimentos.” Destaca em suas palavras respeito aos que seguem uma tradição religiosa diferente da sua e os chama de irmãos, validando a importância de seu protagonismo na busca do diálogo inter-religioso que constrói a paz e gera solidariedade.

Nestes tempos dramáticos, os líderes religiosos cristãos e muçulmanos quiseram erguer-se à altura dos desafios presentes. Tiveram um papel importante no restabelecimento da harmonia e da fraternidade entre todos. Quero assegurar-lhes a minha gratidão e a minha estima. E podemos também recordar os inúmeros gestos de solidariedade que cristãos e muçulmanos tiveram para com os seus compatriotas de outra confissão religiosa, acolhendo-os e defendendo-os durante esta última crise no vosso país, mas também noutras partes do mundo. (FRANCISCO, 2015).

A insistência do pontífice na proclamação de uma fraternidade universal que permite a todos conviverem em fraternidade habitando a mesma casa comum, é verificável no discurso do papa. As diferenças religiosas, segundo Francisco nesse discurso, não podem suplantam a convivência pacífica que resulta dos comuns elementos presentes nas diversas tradições religiosas. Deus é Criador e Pai de todos os seres humanos; Ele é o autor da paz, Ele é a paz.

Entre cristãos e muçulmanos, somos irmãos. Devemos, portanto, considerar-nos como tal, comportar-nos como tal. Sabemos bem que os acontecimentos recentes e as violências que abalaram o vosso país não se fundavam em motivos propriamente religiosos. Quem afirma crer em Deus deve ser também um homem ou uma mulher de paz. Cristãos, muçulmanos e membros das religiões tradicionais viveram juntos, em paz, durante muitos anos. Por isso, devemos permanecer unidos, para que cesse toda e qualquer acção que, dum lado e doutro, desfigura o Rosto de Deus e, no fundo, visa defender, por todos os meios, interesses particulares em detrimento do bem comum. Juntos, digamos não ao ódio, não à vingança, não à violência, especialmente aquela que é perpetrada em nome duma religião ou de Deus. Deus é paz, Deus salam. (FRANCISCO, 2015).

De acordo com Francisco o diálogo produz frutos de solidariedade, compaixão, respeito e proximidade, fazendo com que a força da fé não sucumba

ao radicalismo fundamentalista que em nome de Deus ou da religião pregam e promovem a violência, incluindo a religiosa. O papa destaca a solidariedade dos muçulmanos com os crentes de outras tradições durante o levante da intolerante violência que assolou o país.

Encorajo-vos vivamente a fazer do vosso país uma casa acolhedora para todos os seus filhos, sem distinção de etnia, filiação política ou confissão religiosa. A República Centro-Africana, situada no coração da África, graças à colaboração de todos os seus filhos, poderá então dar a todo o continente um impulso nesta direção.(FRANCISCO,2015).

Foi um discurso curto, porém forte no sentido de sedimentar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade assumido no pontificado de Francisco. O modo como o papa se apresenta e se aproxima dos líderes religiosos não cristãos, e não católicos exprime sua convicção de que o diálogo é mais eficaz do que a reafirmação entrincheirada das doutrinas.

No dia 26 de novembro de 2015, por ocasião de sua Viagem Apostólica ao Quênia, Uganda e República Centro Africana, durante um encontro ecumênico e inter-religioso ocorrido na Nunciatura Apostólica, em Nairobi Quênia, o Papa Francisco fez um discurso importante para o fortalecer as relações entre todos que estejam comprometidos com o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2015) “Mas o diálogo ecumênico e inter-religioso não é um luxo. Não é algo exterior ou opcional, mas é essencial, algo de que o nosso mundo, ferido por conflitos e divisões, tem cada vez mais necessidades.” Nesse discurso Francisco permite avaliar que sob seu olhar, a cultura do encontro não deve ser uma novidade, ou algo excepcional na vida dos que professam alguma fé. O papa não faz uma distinção de territórios sagrados como sendo espaços reservados somente aos que se identificam com a fé professada em tal território. É significativo considerar o discurso do papa, que em sua perspectiva, no campo do diálogo inter-religioso, a territorialidade da fé deve ser universal, sem fronteiras, sem impedimentos de proximidade entre crentes de tradições religiosas distintas.

Muito obrigado pela sua visita e suas palavras. Estou feliz com este trabalho conjunto com o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-

religioso. É um diálogo não só de idéias, é um diálogo humano, de pessoa para pessoa, que ajuda a todos a crescer, crescer como pessoa, em nosso caminho de buscar o absoluto, de Deus, muito obrigado, obrigada por sua boa vontade. Obrigado pela sua visita e obrigado por visitar Taiwan. Eu realmente aprecio isso (FRANCISCO, 2018).

A proximidade entre crentes de diferentes credos torna-se visibilidade da cultura do encontro e indicador da convivência pacífica entre as diferenças. Francisco (2015), “Com os olhos no futuro, rezemos para que todos os homens e mulheres se considerem irmãos e irmãs, unidos pacificamente nas suas diferenças e através delas. Rezemos pela paz!” A proximidade respeitosa de tradições religiosas diferentes desencadearia um processo mais amplo de convergência das diferenças no sentido de promover o bem comum.

Num mundo cada vez mais interdependente, vemos cada vez mais claramente a necessidade da compreensão inter-religiosa, da amizade e da cooperação na defesa da dignidade conferida por Deus a cada um dos indivíduos e aos povos, e o seu direito de viver em liberdade e felicidade. Ao defender e respeitar tal dignidade e tais direitos, as religiões desempenham um papel essencial para se formar as consciências, inculcar nos jovens os valores espirituais profundos das nossas respectivas tradições, formando bons cidadãos, capazes de impregnar a sociedade civil de honestidade, integridade e uma visão do mundo que valorize a pessoa humana no que diz respeito ao poder e ao ganho material (FRANCISCO, 2015).

Nessa ocasião o papa traz à tona a responsabilidade da religião na reconstrução da significação do universo humano como ambiência de inter-relacionalidade e reciprocidade entre os indivíduos, as sociedades e as culturas que se desenvolvem e se consolidam em um ambiente plural como a modernidade. Francisco (2015) “Pretendo reiterar este compromisso, que nasce da nossa convicção da universalidade do amor de Deus e da salvação que Ele oferece a todos.” O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, torna-se uma alavanca indispensável para conter a onda de violência que tem afetado as diversas sociedades, muitas vezes motivadas pelo fundamentalismo e intolerância religiosa. Nesse sentido o diálogo inter-religioso torna-se oportunidade de reterritorializar a religião a um dos seus sentidos mais

profundos, que seja religar o que está dividido, corrompido, separado, até que a inimizade seja superada pela amizade.

Com efeito, as crenças religiosas e a maneira de as praticar influem sobre aquilo que somos e a compreensão do mundo que nos rodeia. São, para nós, fonte de iluminação, sabedoria e solidariedade, enriquecendo assim as sociedades onde vivemos. Ao cuidar do crescimento espiritual das nossas comunidades, ao formar as mentes e os corações para a verdade e os valores ensinados pelas nossas tradições religiosas, tornamo-nos uma bênção para as comunidades onde vive o nosso povo (FRANCISCO, 2015).

#### **6.4 Francisco, reformar as estruturas e ações: a Igreja com as outras tradições religiosas**

O discurso do papa permite considerar que sua intenção é a coabitação das diferenças em um território comum, o que ele classifica de a casa comum. Mas não é apenas um território geográfico, senão que consta ainda a territorialidade simbólica que permite inter-relacionalidade, proximidade, e convivência fraterna. Há nisso uma reviravolta considerável, pois o papa explicita que em seu pensar e dialogar inter-religioso a Igreja faz um êxodo paradigmático; superando a premissa que considera o diálogo inter-religioso como uma ação da Igreja e as demais tradições religiosas, para uma premissa nova, a Igreja Católica com as demais tradições religiosas. Não mais um entre os outros, mas um com os outros. Uma revalorização das diferenças como oportunidade de estabelecer laços que apontem a busca do bem comum sem privilegiar determinado grupo por sua classificação religiosa.

Penso aqui na importância da nossa convicção comum segundo a qual, o Deus a quem procuramos servir, é um Deus de paz. O seu Nome Santo não deve jamais ser usado para justificar o ódio e a violência. [...] Como é importante que nos reconheçamos como profetas de paz, pacificadores que convidamos os outros a viver em paz, harmonia e respeito mútuo! Que o Todo-Poderoso toque os corações de quantos estão envolvidos nesta violência e conceda a sua paz às nossas famílias e comunidades (FRANCISCO, 2015).

Esse modo de promover um equilíbrio entre os grupos religiosos diferentes, nas diferentes distribuições dos mesmos nos territórios por onde se encontrem. Onde uma determinada tradição religiosa é maioria, o critério acima apontaria para a proteção e cuidado com as minorias religiosas. Isso é importante pois o quadro majoritário de uma tradição pode alterar-se radicalmente quando esta encontra-se em uma sociedade de tradição religiosa diferente, o que a faria passar de maioria a minoria.

A cada discurso do Papa Francisco, é possível verificar sua disposição e convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Seus discursos permitem verificar que considera o mundo como campo de sua ação e as diversas sociedades como um corpo social comum que constitui uma família, cujos laços de fraternidade precisam ser reatados para uma convivência comum pelos vínculos da fraternidade. Francisco (2016) “A indiferença para com o próximo assume diferentes fisionomias. Há quem esteja bem informado, ouça o rádio, leia os jornais ou veja programas de televisão, mas fá-lo de maneira entorpecida, quase numa condição de rendição.” Francisco se mostra um incansável defensor do diálogo e da paz como resultados da cultura do encontro pela qual o medo das diferenças pode ser superado. Isso pode ser verificado logo do tema de sua mensagem para o Dia Mundial de Oração pela Paz, Vence a Indiferença e Conquista a Paz em 1º de janeiro de 2016.

Embora o ano passado tenha sido caracterizado, do princípio ao fim, por guerras e actos terroristas, com as suas trágicas consequências de sequestros de pessoas, perseguições por motivos étnicos ou religiosos, prevaricações, multiplicando-se cruelmente em muitas regiões do mundo, a ponto de assumir os contornos daquela que se poderia chamar uma «terceira guerra mundial por pedaços», todavia alguns acontecimentos dos últimos anos e também do ano passado incitam-me, com o novo ano em vista, a renovar a exortação a não perder a esperança na capacidade que o homem tem, com a graça de Deus, de superar o mal, não se rendendo à resignação nem à indiferença. Tais acontecimentos representam a capacidade de a humanidade agir solidariamente, perante as situações críticas, superando os interesses individualistas, a apatia e a indiferença (FRANCISCO, 2016, n. 2).

O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade no ambiente da Igreja Católica, ganha no pontificado de Francisco uma perspectiva

inovadora e uma dinâmica de proximidade. É recorrente em seus discursos a preocupação com os dramas das pessoas e das diversas sociedades; sua insistente tentativa de provocar oportunidades de diálogo entre as diferentes tradições religiosas e entre as diversas culturas. Francisco (2016) “A indiferença manifesta-se como falta de atenção à realidade circundante, especialmente a mais distante. Algumas pessoas preferem não indagar, não se informar e vivem o seu bem-estar e o seu conforto, surdas ao grito de angústia da humanidade sofredora.” Esses discursos propõem que a cultura do encontro proposta por Francisco, tem caráter planetário pretendendo uma proximidade que dispensa uniformidade, com coalisão na promoção da paz e do bem comum.

Variadas são as razões para crer na capacidade que a humanidade tem de agir, conjunta e solidariamente, reconhecendo a própria interligação e interdependência e tendo a peito os membros mais frágeis e a salvaguarda do bem comum. Esta atitude de solidária corresponsabilidade está na raiz da vocação fundamental à fraternidade e à vida comum. A dignidade e as relações interpessoais constituem-nos como seres humanos, queridos por Deus à sua imagem e semelhança. Como criaturas dotadas de inalienável dignidade, existimos relacionando-nos com os nossos irmãos e irmãs, pelos quais somos responsáveis e com os quais agimos solidariamente (FRANCISCO, 2016, n.2).

No Dia Mundial de Oração pela Paz de 2016, Francisco destaca a indiferença como ameaça à própria liberdade dos indivíduos. Esse discurso sinaliza que o papa compreende que a indiferença individual e institucional assumiu marcas de uma cultura proeminente alheando os indivíduos das relações interpessoais que assumem a alteridade como referencial de humanidade pessoal e social. Francisco (2016) “Fora desta relação, passaríamos a ser menos humanos. É por isso mesmo que a indiferença constitui uma ameaça para a família humana.” Dessa vez o papa assevera que a paz torna-se apenas planejamento de gabinete quando as trincheiras da indiferença não são concretamente superadas a partir do esforço pessoal e social. Fazer desencadear e consolidar-se a cultura do encontro como novo formada para as relações interpessoais e sociais.



Depois, quando investe o nível institucional, a indiferença pelo outro, pela sua dignidade, pelos seus direitos fundamentais e pela sua liberdade, de braço dado com uma cultura orientada para o lucro e o hedonismo, favorece e às vezes justifica ações e políticas que acabam por constituir ameaças à paz. Este comportamento de indiferença pode chegar inclusivamente a justificar algumas políticas económicas deploráveis, precursoras de injustiças, divisões e violências, que visam a consecução do bem-estar próprio ou o da nação (FRANCISCO, 2016, n. 2).

No dia 17 de janeiro de 2016, durante sua visita à Sinagoga de Roma, o Papa Francisco deixou transparecer com clareza sua percepção sobre o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2016) “Estimados irmãos maiores, devemos estar deveras gratos por tudo o que foi possível realizar nos últimos cinquenta anos, porque entre nós cresceram e se aprofundaram a compreensão recíproca, a confiança mútua e a amizade.” É possível verificar no discurso do pontífice um acolhimento universalizado das diferenças e sua disposição de ir ao encontro dos indivíduos pertencentes a tradições religiosas não cristãs. Francisco aponta que as diferenças, incluindo as religiosas, não têm suporte religioso que justifique o distanciamento, a inimizade e a violência contra a pessoa humana.

No centro do diálogo inter-religioso que Francisco anuncia, está o ser humano, tragado por Deus e n'Ele dignificado. A partir dessa premissa o papa salienta a natureza própria de qualquer religião. O curso proposto por toda tradição religiosas aponta para cumplicidade com o Criador e Pai de todos. Esta insistência para a superação dos atos agressivos de toda ordem sustentados em razões religiosas, é marca sempre presente no discurso do Papa Francisco. O papa insiste na compreensão da religião como uma realidade que não tem luz própria, nem fim em si mesma; toda religião é por assim dizer, guardiã da dignidade do ser humano e deve protegê-la com todo empenho (FRANCISCO, 2016).

## **6.5 A Igreja e o diálogo inter-religioso: diferentes em identidades, iguais na meta: a paz**

Francisco ressalta o fato de as diversas tradições religiosas configurarem diferenças que apontam para uma realidade única e comum a todos, Deus. Este não faz distinção de pessoas, nem as classifica por nacionalidade, níveis sociais; igualmente não classifica a humanidade por sua religião. É significativo que Francisco subtrai da religião o senhorio sobre a fé e sobre o objeto para o qual

a fé aponta. Há uma inversão em sua prática dialogal. Parte do princípio que sustenta as tradições religiosas e insiste que estas servem como ponte não rupturas.

Juntamente com as questões teológicas, não devemos perder de vista os grandes desafios que o mundo de hoje enfrenta. O de uma ecologia integral já se tornou prioritário, e como cristãos e judeus podemos e devemos oferecer à humanidade inteira a mensagem da Bíblia acerca do cuidado da criação. Conflitos, guerras, violências e injustiças causam feridas profundas na humanidade e chamam-nos a reforçar o compromisso a favor da paz e da justiça. A violência do homem sobre o homem está em contradição com qualquer religião digna deste nome, e em particular com as três grandes religiões monoteístas. A vida, dom de Deus, é sagrada (FRANCISCO, 2016).

Nessa perspectiva o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, torna-se instrumento de superação de conceitos fechados que estacionam as religiões em si mesmas. Os discursos de Francisco sinalizam para esse modelo religioso que denuncia a própria religião como responsável pelas atrocidades praticadas em nome de Deus. Francisco propõe que desqualifica qualquer tradição religiosa, que fundada em si e sua promoção, subtrai do ser humano o direito inalienável de sua dignidade.

A 28 de Outubro passado, na Praça de São Pedro, pude saudar também um grande número de representantes judaicos, e expressei-me do seguinte modo: «Merece uma especial ação de graças a Deus a verdadeira mudança que nestes cinquenta anos se verificou nas relações entre cristãos e judeus. Indiferença e oposição transformaram-se em colaboração e benevolência. De inimigos e estranhos, passamos a ser amigos e irmãos. Com a Declaração *Nostra Aetate* o Concílio traçou o caminho: “sim” à redescoberta das raízes judaicas do cristianismo; “não” a todas as formas de anti-semitismo e condenação de qualquer injúria, discriminação e perseguição que delas derivam (FRANCISCO, 2016).

O papa exemplifica esse pensamento ao referir-se aos judeus que foram ao longo da história cristã desqualificados também por parte da Igreja Católica. Tal proceder religioso descredencia as instituições religiosas que dão visibilidade à religião. Francisco (2016) “Os cristãos, para se compreenderem a si mesmos, não podem deixar de fazer referência às raízes judaicas, e a Igreja, mesmo professando a salvação através da fé em Cristo, reconhece a irrevogabilidade da Antiga Aliança e o amor constante e fiel de Deus por Israel.” Uma mudança de curso é verificada nos discursos de Francisco quando insiste na

reconfiguração religiosa da própria religião, como meio e não como fim. Francisco (2016) “E o passado deve servir-nos de lição para o presente e para o futuro. O Shoah<sup>46</sup> ensina-nos que é necessária sempre a máxima vigilância, para poder intervir tempestivamente em defesa da dignidade humana e da paz.” A fundamental adesão ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade catalisa a reconstrução da história religiosa pela superação dos erros do passado reatando os laços de fraternidade que foram desfeitos pela beligerância da fé religiosa. Nesse discurso Francisco sinaliza que a Igreja entrou na dinâmica do diálogo inter-religioso e abre-se a acolher em respeito os que professam a fé fora da tradição cristã.

Com esta minha visita sigo os passos dos meus Predecessores. O Papa João Paulo II veio aqui há trinta anos, a 13 de abril de 1986; e o Papa Bento XVI esteve entre vós há seis anos. João Paulo II, naquela ocasião, cunhou a bonita expressão «irmãos maiores», e de facto vós sois os nossos irmãos e as nossas irmãs maiores na fé. Pertencemos todos a uma única família, a família de Deus, o qual nos acompanha e protege como seu povo. Juntos, como judeus e católicos, somos chamados a assumir as nossas responsabilidades por esta cidade, dando a nossa contribuição, antes de tudo espiritual, e favorecendo a resolução dos diversos problemas actuais. Faço votos por que cresçam cada vez mais a proximidade, o conhecimento recíproco e a estima entre as nossas duas comunidades de fé (FRANCISCO, 2016).

Ao discursar aos participantes do Simpósio sobre o diálogo inter-religioso promovido pela Organização dos Estados Americanos, o Instituto do Diálogo inter-religioso de Buenos Aires e o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, no dia 08 de setembro de 2016, que esteve centrada na Laudato Si, o Papa Francisco retomou de modo insistente sua convicção sobre esse diálogo como caminho aberto à paz e à solidariedade, apontando-o como condição irrenunciável, sem a qual o desejo e a busca da paz tornam-se apenas discussão burocrática ou utópica. Francisco (2016) “Convido-os a trabalhar e promover iniciativas em conjunto, para que todos juntos nos tornemos conscientes do cuidado e proteção do lar comum, construindo um mundo cada vez mais humano, onde ninguém é demais e onde todos somos necessários.”

---

<sup>46</sup> A palavra de origem bíblica shoah, שואה, que significa "calamidade". Foi assumida na terminologia hebraica para designar o holocausto, extermínio de milhares de judeus no regime nazista na Europa. Paul Celan. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007. ISSN: 1982-3053

Francisco acentua a insustentabilidade da paz sem a concretização do diálogo entre as diversas tradições religiosas, que trazem consigo as aspirações dos povos e dos indivíduos que perfazem suas fileiras. O papa declara o valor da diversidade religiosa, cuja importância é continuamente acentuada pelo pontífice. Francisco (2016) “Nossas tradições religiosas são uma fonte de inspiração necessária para promover uma cultura de encontro. A cooperação inter-religiosa é fundamental, baseada na promoção de um diálogo sincero e respeitoso.” A reconsideração da diversidade religiosa como manifestação da ação do Espírito de Deus no meio dos diversos povos e em cada povo marca um salto qualitativo na perspectiva da Igreja Católica, reafirmada no pontificado de Francisco.

Se não houver respeito mútuo, não haverá diálogo inter-religioso, é a base para caminhar juntos e enfrentar desafios. Este diálogo é baseado na identidade de alguém e na confiança mútua que vem quando eu sou capaz de reconhecer o outro como um presente de Deus e aceitar que ele tem algo a me dizer. O outro tem algo a me dizer. Cada encontro com o outro é uma pequena semente que se instala (FRANCISCO, 2016).

A partir dos discursos do pontífice, é possível verificar que em sua perspectiva de diálogo, não há prerrogativa de uma tradição sobre a outra, mas há uma cumplicidade inter-religiosa do protagonismo do bem comum, incluindo no campo do diálogo a reciprocidade religiosa no trato e no cuidado da natureza como obra de Deus. Francisco (2016) “O mundo de hoje está sofrendo e precisa de nossa ajuda conjunta, e pede por isso. Você percebe que isso está a anos luz de qualquer concepção de proselitismo?” Nessa perspectiva é possível verificar que Francisco aponta como negligência à própria natureza das religiões privar-se de uma atuação concreta na concepção de um modo novo de relacionar-se com toda a criação. Francisco (2016) “É um dever que temos, porque acreditamos que Deus é o criador da criação e somos instrumentos em suas mãos para assegurar que todos os homens e mulheres sejam respeitados em sua dignidade e seus direitos, e possam ser realizados como pessoas.” Esse olhar que contempla toda a diversidade da natureza como uma obra em tudo interligada perfazendo uma unidade criacional, flexibiliza o coração das instituições religiosas para o acolhimento dos outros organismos religiosos como complementares, cuja ação promoverá uma convergência das culturas, das

religiões e dos indivíduos, para o bem comum. Isso, porém, sem que haja interferência de uma tradição religiosa na identidade da outra.

As religiões têm um papel muito importante nessa tarefa de promover o cuidado e o respeito pelo meio ambiente, especialmente nessa ecologia integral. A fé em Deus nos leva a reconhecê-lo em sua criação, que é o fruto de seu amor por nós, e nos convida a cuidar da natureza e protegê-la. Por isso, é necessário que as religiões promovam uma verdadeira educação, em todos os níveis, que ajude a difundir uma atitude responsável e atenta às necessidades do cuidado de nosso mundo; e, em particular, proteger, promover e defender os direitos humanos (cf. Encíclica *Laudato Si*, n. 201). [...] Ou seja, integrar a responsabilidade, não apenas como sujeito, mas também como consciência, em uma educação integral (FRANCISCO, 2016).

A linguagem de Francisco ao dirigir-se às demais tradições religiosas sinalizam uma atitude reveladora de um respeito sincero e sua disposição em não primar uma tradição sobre as demais. O pontífice insiste que para além das discussões referentes às diversas doutrinas sobre a vida e sua origem, as religiões têm em comum o compromisso com a vida. Francisco (2016) “Nesta jornada de diálogo, somos testemunhas da bondade de Deus, que nos deu a vida; isso é sagrado e deve ser respeitado, não desprezado.” Ater-se ao bem de todos os indivíduos emerge como preocupação e prática comuns a todas as tradições religiosas. Francisco (2016) “É necessário que compartilhem as dores e as esperanças, para poder caminhar juntos, cuidar uns dos outros e também da criação, na defesa e promoção do bem comum.” Desse modo Francisco abre o campo das diferenças religiosas não como ambiência de conflitos, mas como plataforma de diálogo concretizado pela cultura do encontro. Há uma reviravolta nessa percepção que declina do destaque do primado da tradição cristã sobre as demais. Francisco (2016) “o amor misericordioso de Deus não tem limites: nem de cultura, nem de raça, nem de língua, nem de religião; abraça todos aqueles que sofrem no corpo e no espírito. [...] Todo ser humano é o maior presente que Deus pode nos dar.” Essa perspectiva destaca o cristianismo católico como um catalizador do diálogo inter-religioso, seja da Igreja com as demais tradições, como o diálogo entre as demais tradições. Isso, contudo não implica em declarar o cristianismo como condição para a interação entre as diversas tradições religiosas.

O papa continuamente insiste na superação da violência em nome de Deus ou mesmo da religião. As suas declarações permitem verificar que o

pontífice faz uma convocação em nome da fé e das diversas tradições religiosas a uma declaração explícita de que religião e violência não se conjugam. Uma firme decisão de declarar como não religião qualquer grupo que usurpando da religião promova a violência ou avilte a dignidade dos indivíduos por razões culturais, sociais, de gênero, ou religiosa.

Notamos também com dor que às vezes o nome da religião é usado para cometer atrocidades, como terrorismo, e semear medo e violência e, conseqüentemente, as religiões são indicadas como responsáveis pelo mal que nos rodeia. É necessário condenar conjunta e decisivamente essas ações abomináveis e distanciar-se de tudo o que procura envenenar almas, dividir e destruir a coexistência; é necessário mostrar os valores positivos inerentes às nossas tradições religiosas para obter uma sólida contribuição de esperança. Por essa razão, reuniões como a atual são importantes (FRANCISCO, 2016).

Os discursos de Francisco no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, apontam menos para um enunciado de ideias e mais para uma atitude dialogal do pontífice, dirigida inclusive aos representantes das tradições religiosas não cristãs, com um tratamento fraterno que acusa a verdade de sua convicção sobre o diálogo como caminho capaz de superar as diferenças. O diálogo de Francisco com as outras tradições é elemento constitutivo da própria religião.

Deus é o maior e mais fiel aliado. Ele chamou Abraão para formar dele um povo que se tornaria uma bênção para todos os povos da terra, e ele sonha com um mundo no qual homens e mulheres se aliam a ele e, portanto, vivem em harmonia uns com os outros e com a criação. Em meio a tantas palavras humanas que, infelizmente, levam à divisão e à competição, essas palavras da aliança divina abrem a todos nós bons caminhos para viajarmos juntos. A presente publicação é também o resultado de uma "aliança" entre pessoas de diferentes nacionalidades, idades e denominações religiosas que puderam trabalhar juntas (FRANCISCO, 2017).

Em 1º de janeiro de 2017 o Papa Francisco publica sua terceira mensagem para o Dia Mundial de Oração pela Paz, tendo como tema, A não-violência: estilo de uma política para a paz. Em coerência com sua compreensão da humanidade como uma família unida por laços de uma comum humanidade, o Papa Francisco dirige-se aos líderes mundiais e aos líderes das diversas religiões e a todas as pessoas sem fazer distinção de qualquer natureza, mas

aponta para a fraternidade como modo próprio dos que compartilham a mesma humanidade e percorrem o mesmo caminho.

Desejo deter-me na não-violência como estilo duma política de paz, e peço a Deus que nos ajude, a todos nós, a inspirar na não-violência as profundezas dos nossos sentimentos e valores pessoais. Sejam a caridade e a não-violência a guiar o modo como nos tratamos uns aos outros nas relações interpessoais, sociais e internacionais. Quando sabem resistir à tentação da vingança, as vítimas da violência podem ser os protagonistas mais credíveis de processos não-violentos de construção da paz. Desde o nível local e diário até ao nível da ordem mundial, possa a não-violência tornar-se o estilo característico das nossas decisões, dos nossos relacionamentos, das nossas ações, da política em todas as suas formas (FRANCISCO, 2017, n.1).

O discurso de Francisco insiste em descortinar a falsa ideia de que os dramas e tragédias bélicas do Século XX já estejam superadas. Em contraposição às Guerras Mundiais do passado recente, o papa denuncia uma guerra mundial em pedaços, porém tão nociva quanto às outras. Francisco (2017) “A Igreja comprometeu-se na implementação de estratégias não-violentas para promover a paz em muitos países solicitando, inclusive aos intervenientes mais violentos, esforços para construir uma paz justa e duradoura.” Desse modo é possível verificar no discurso do pontífice uma exortação a persistir no combate a qualquer ordem de violência que ameace a vida humana em qualquer uma de suas circunstâncias e identidades. Verifica-se a preocupação do papa com os países em suposta paz que alimentam indiferença em relação ao que estão em guerra. O envolvimento pela paz deve ser uma dinâmica conjunta.

Por vezes, entende-se a não-violência como rendição, negligência e passividade, mas, na realidade, não é isso. Quando a Madre Teresa recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1979, declarou claramente qual era a sua ideia de não-violência ativa: «Na nossa família, não temos necessidade de bombas e de armas, não precisamos de destruir para edificar a paz, mas apenas de estar juntos, de nos amarmos uns aos outros (...). E poderemos superar todo o mal que há no mundo».[7] Com efeito, a força das armas é enganadora. «Enquanto os traficantes de armas fazem o seu trabalho, há pobres pacificadores que, só para ajudar uma pessoa, outra e outra, dão a vida» (FRANCISCO, 2017, n. 4).

Nessa mensagem o papa faz um convite explícito aos governantes, aos líderes religiosos e todas as pessoas de boa vontade a se empenharem no combate à guerra ou qualquer outra forma de violência. Mas, esse convite é acompanhado de uma exortação não repetir a dinâmica de outros tempos em que se buscava a paz pela força supressora ou bélica. Francisco (2016) “Este compromisso a favor das vítimas da injustiça e da violência não é um patrimônio exclusivo da Igreja Católica, mas pertence a muitas tradições religiosas, para quem «a compaixão e a não-violência são essenciais e indicam o caminho da vida.” O papa insiste no paradigma da não-violência como expressão da cultura do encontro para uma convivência comum e fraterna, que se abra à dinâmica do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Citando Bento XVI, Francisco aponta a não-violência como escolha identitária dos cristãos, alargando-a para todas as pessoas de boa vontade empenhadas na paz.

A violência não é o remédio para o nosso mundo dilacerado. Responder à violência com a violência leva, na melhor das hipóteses, a migrações forçadas e a atrozes sofrimentos, porque grandes quantidades de recursos são destinadas a fins militares e subtraídas às exigências do dia-a-dia dos jovens, das famílias em dificuldade, dos idosos, dos doentes, da grande maioria dos habitantes da terra. No pior dos casos, pode levar à morte física e espiritual de muitos, se não mesmo de todos (FRANCISCO, 2017, n. 2).

O discurso do papa chama a atenção dos governantes, das instituições sociais e das instituições religiosas para que não se crie uma falseada impressão de paz ou de sua conquista. Francisco aponta para disfarce da guerra que podem promover uma indiferença generalizada às diversas novas formas de violência praticadas nas sociedades. Essa afirmação nasce do discurso do papa no qual ele fala de uma nova modalidade de guerra mundial. O papa assevera que já se está diante de uma guerra mundial, imperceptível pois está acontecendo em pedaços, fragmentada, mas potentemente atuante.

Seja como for, esta violência que se exerce «aos pedaços», de maneiras diferentes e a variados níveis, provoca enormes sofrimentos de que estamos bem cientes: guerras em diferentes países e



continentes; terrorismo, criminalidade e ataques armados imprevisíveis; os abusos sofridos pelos migrantes e as vítimas de tráfico humano; a devastação ambiental. E para quê? Porventura a violência permite alcançar objetivos de valor duradouro? Tudo aquilo que obtém não é, antes, desencadear represálias e espirais de conflitos letais que beneficiam apenas a poucos «senhores da guerra»? (FRANCISCO, 2017, n.2).

Esse discurso do papa, permite verificar sua reafirmação do diálogo inter-religioso como condição irrenunciável para a conquista e consolidação da paz. O empenho das diversas tradições religiosas corresponde aos anseios de todos os povos por uma sociedade pacificada.

Claro, é possível que as diferenças gerem atritos: enfrentemo-los de forma construtiva e não-violenta, de modo que «as tensões e os opostos [possam] alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida», conservando «as preciosas potencialidades das polaridades em contraste (FRANCISCO, 2013, n.228).

A Igreja Católica assume essa perspectiva de dialogar com as outras tradições religiosas e insiste em cooperar para que haja entre as diversas tradições disposição para o diálogo. Sob o olhar de Francisco o diálogo inter-religioso não se resume na ação da Igreja Católica dialogando com as demais tradições religiosas, mas a amplitude desse diálogo deve alcançar a todos e cooperar, a partir da cultura do encontro, para o mútuo conhecimento, a superação do medo, a convivência comum e fraterna e a consolidação da paz nas sociedades.

Asseguro que a Igreja Católica acompanhará toda a tentativa de construir a paz inclusive através da não-violência ativa e criativa. No dia 1 de janeiro de 2017, nasce o novo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, que ajudará a Igreja a promover, de modo cada vez mais eficaz, «os bens incomensuráveis da justiça, da paz e da salvaguarda da criação» e da solicitude pelos migrantes, «os necessitados, os doentes e os excluídos, os marginalizados e as vítimas dos conflitos armados e das catástrofes naturais, os reclusos, os desempregados e as vítimas de toda e qualquer forma de escravidão e de tortura».[23] Toda a ação nesta linha, ainda que modesta, contribui para construir um mundo livre da violência, o primeiro passo para a justiça e a paz (FRANCISCO, 2017, n.6).

No dia 23 de fevereiro de 2017 o papa se encontra com representantes do judaísmo e recebe uma edição especial da Torá, os escritos sagrados do povo judeu. Nessa ocasião reafirma o reconhecimento da Igreja Católica sobre o valor e a importância do judaísmo para o cristianismo. Essa experiência apontada nos discursos do papa desmistifica os resquícios antissemita que desqualifica o judaísmo. Francisco (2017) "O diálogo fraterno e institucional entre judeus e cristãos é agora consolidado e eficaz, através de uma comparação contínua e colaborativa." Ao contrário o papa retoma a afirmação do Concílio Vaticano II e afirma que judeus e cristãos são irmãos e não inimigos. A paz se concretiza de modo processual. As possíveis distâncias doutrinárias não são suficientes para romper os laços do respeito e do amor.

A grande parte introdutória adicionada ao texto e a nota do Editor sublinham esta atitude de diálogo, expressando uma visão cultural aberta, em respeito mútuo e em paz, em harmonia com a mensagem espiritual da Torá. As importantes personalidades religiosas que trabalharam nesta nova edição também deram atenção especial à dimensão literária do texto, assim como as preciosas chapas de cores acrescentaram mais valor à publicação (FRANCISCO, 2017).

No dia 28 de abril de 2017 no Centro de Conferências Al-Azhar, no Cairo, ao dirigir-se aos participantes da Conferência Internacional para a Paz, o Papa Francisco deixa transparecer seu modo de pensar e proceder no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Em seu discurso é possível verificar a extensão que a temática do diálogo inter-religioso alcança em seu pontificado. Francisco vai garimpando os espaços à sua volta fazendo-os oportunidade de encontro dialogal que promova a paz. A perspicácia do pontífice, partindo da historicidade do Egito como ambiência testemunhal para toda a humanidade, da construção de uma civilização constitutiva de alianças, o que pressupõe reciprocidade relacional, admissão de diversidades em convivência.

Terra das alianças. No Egito, não apenas o sol da sabedoria surgiu; até mesmo a luz policromática das religiões iluminou esta terra: aqui, ao longo dos séculos, "as diferenças religiosas constituíram" uma forma de enriquecimento recíproco ao serviço da comunidade nacional única ". [3] Diferentes crenças se encontraram e várias culturas se misturaram, sem se confundirem, mas reconhecendo a importância de

se aliarem ao bem comum. Tais alianças são urgentemente necessárias hoje em dia (FRANCISCO, 2017).

Francisco reafirma o processo da paz, sob a tutela do diálogo de modo que se reveja a construção dos instrumentos do saber sem sua instrumentalização; um reordenamento das forças institucionais a fim de gerar sinergia em meio às diferenças. Pode-se verificar que em Francisco tudo respira paz e diálogo, diálogo e paz. Francisco (2017) “Deus, amante da vida, não deixa de amar o homem e, por isso, insta-o a opor-se ao caminho da violência, como pressuposto fundamental de toda aliança na terra.” Cada momento é para ele oportunidade de afirmar sua convicção da superação das diferenças e das marcas dos erros históricos que promoveram violências de toda ordem, inclusive em nome de Deus ou da religião. Francisco (2017) “E para realmente contrariar a barbárie daqueles que sopram o ódio e incitam à violência, é necessário acompanhar e desenvolver gerações que respondam à lógica incendiária do mal com o paciente crescimento do bem.” Nesse sentido a educação no campo do diálogo inter-religioso deve reconduzir cada indivíduo à redescoberta daquilo que todo homem é, um ser em abertura relacional. A educação tem o poder de desconstruir as ideologias monoculturalistas, monoreligiosas e monoidentitárias.

A educação, de fato, torna-se sabedoria da vida quando é capaz de extrair do homem, em contato com Aquele que o transcende e com o que o rodeia, o melhor de si, formando identidades não empenhadas em si mesmas. A sabedoria busca o outro, superando a tentação de ficar rígido e próximo; aberta e comovente, humilde e indagadora ao mesmo tempo, sabe valorizar o passado e pô-lo em diálogo com o presente, sem renunciar a uma hermenêutica adequada. Essa sabedoria prepara um futuro em que o objetivo não é prevalecer sobre a própria parte, mas para o outro como parte integrante de si mesmo; no presente, não se cansa de identificar oportunidades de reunião e partilha; do passado, ele aprende que do mal nasce apenas o mal e a violência apenas a violência, numa espiral que acaba aprisionando. Essa sabedoria,[1] (FRANCISCO, 2017).

A partir desse discurso proferido pelo Papa Francisco, podemos avaliar que para ele a diversidade não é obstáculo à vivência pessoal e pública da fé que o indivíduo professa. Francisco (2017) “Educar em abertura respeitosa e diálogo sincero uns com os outros, reconhecendo seus direitos e liberdades

fundamentais, especialmente os religiosos, é a melhor maneira de construir juntos o futuro, de sermos construtores da civilização.” A pluralidade irrompe não mais como uma ameaça a ser superada, mas como oportunidade de dialogar e prosseguir juntos o mesmo caminho de uma existência pacífica e construtora de sociedades pacificadas. Francisco (2017) “As religiões são chamadas a implementar este imperativo, em primeiro lugar e hoje, porque, enquanto estamos na necessidade urgente do Absoluto, é essencial excluir qualquer absolutização que justifique formas de violência.” Um traço importante na perspectiva do pontífice acerca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é a sua acentuada insistência de que o diálogo inter-religioso deve promover a superação da tolerância até atingir a convivência fraterna, respeitosa e sincera. Francisco (2017) “Porque a única alternativa à civilização do encontro é a incivilidade do confronto, não há outro.” Mais que diferentes ocupando o mesmo lugar, compreende que as diferenças são o lugar da convivência fraterna de indivíduos sulcam a existência como companheiros de viagem. Sociedade diferentes, culturas diferentes, credos diferentes, identidade diferentes, porém com a mesma meta existencial.

Neste desafio de civilização tão urgente e excitante somos chamados, cristãos e muçulmanos, e todos os crentes, para dar nossa contribuição: "Vivemos sob o sol de um único Deus misericordioso. [...] Neste sentido, então, é que podemos chamar uns aos outros irmãos e irmãs [...], porque sem a vida de Deus o homem seria como o céu sem sol. " [2] *It levi* o sol de uma fraternidade renovada em nome de Deus e nascendo desta terra, beijada pelo sol, o alvorecer de uma civilização de paz e de encontro (FRANCISCO, 2017).

As afirmações que o papa faz sobre o diálogo inter-religioso permitem considerar que há um tríplice movimento nesse campo e nessa prática. Contrariando àqueles que apontam o diálogo entre tradições religiosas diversas como uma ameaça à ortodoxia da fé professada, o discurso de Francisco aponta que a ameaça está exatamente em fechar-se em uma crença que desqualifica os traços da verdade contemplados pelos diversos crentes em seus credos.

Terra das alianças. No Egito, não apenas o sol da sabedoria surgiu; até mesmo a luz policromática das religiões iluminou esta terra: aqui, ao longo dos séculos, "as diferenças religiosas constituíram" uma forma de enriquecimento recíproco ao serviço da comunidade nacional única ". [3] Diferentes crenças se encontraram e várias culturas se misturaram, sem se confundirem, mas reconhecendo a importância de se aliarem ao bem comum. Tais alianças são urgentemente necessárias hoje em dia (FRANCISCO, 2017).

A maturidade da fé que o indivíduo assimilou explicita-se em sua identificação com essa mesma fé, sua convicção de que a verdade por ele alcançada por meio da fé professada é suficiente para as respostas fundamentais da existência da raça humana. Essa descoberta configuradora de identidade assume novo paradigma em relação à alteridade. O outro não é inimigo, mas companheiro, suas diferenças não são ameaças. Francisco (2017) "De fato, a violência é a negação de toda religiosidade autêntica." Nessa perspectiva as diferenças são complementares e ampliam o indivíduo e sua proximidade da verdade. Esse novo paradigma refaz as intenções dos crentes das diversas tradições religiosas. Nessa ambiência o diálogo se faz autêntico por não esconder estratégias de domínios de uma verdade sobre a outra, de uma fé sobre a outra, de uma religião à outra.

Precisamente no campo do diálogo, especialmente inter-religioso, somos sempre chamados a caminhar juntos, na convicção de que o futuro de todos depende também do encontro entre religiões e culturas. Neste sentido, o trabalho do Comitê Conjunto para o Diálogo entre o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e a Comissão de Diálogo Al-Azhar nos oferece um exemplo concreto e encorajador. Três orientações fundamentais, se bem combinadas, podem ajudar o diálogo: o dever de identidade, a coragem da alteridade e a sinceridade das intenções. O dever de identidade, porque um verdadeiro diálogo sobre a ambiguidade ou o sacrifício do bem não pode ser estabelecido para agradar o outro; a coragem da alteridade, porque quem é diferente de mim, cultural ou religiosamente, não deve ser visto e tratado como inimigo, mas acolhido como companheiro de viagem, na genuína convicção de que o bem de cada pessoa reside no bem de todos; a sinceridade das intenções, porque o diálogo, como uma expressão autêntica do humano, não é uma estratégia para alcançar segundas intenções, mas um modo de verdade, que merece ser pacientemente empreendido para transformar a competição em colaboração (FRANCISCO, 2017).

Ao discursar aos líderes religiosos empenhados no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, Francisco introduz a temática da

religião como elemento constitutivo não somente dos indivíduos, mas também das sociedades e das culturas. Os conflitos religiosos constituem uma afronta à própria natureza das religiões, configurando-as como corpos estranhos no ambiente social. Na perspectiva do pontífice a religião deve ser sempre um elemento catalizador nas sociedades e nas culturas. Isso impõe que os líderes religiosos não se deixem instrumentalizar pelos governos e seus interesses. O diálogo entre as tradições religiosas diferentes, com trocas de experiências e partilhas da compreensão da existência e da constituição dos organismos sociais e elementos culturais pode assegurar a liberdade necessária à religião para que não se torne um instrumento estatal. É possível verificar essa preocupação do pontífice ao reafirmar continuamente em seus discursos a natureza da religião e sua missão entre os indivíduos e no seio das diversas sociedades.

Como líderes religiosos, somos chamados a desmascarar a violência que se disfarça de presumida sacralidade, confiando na absolutização do egoísmo e não na autêntica abertura ao Absoluto. Somos obrigados a denunciar violações contra a dignidade humana e contra os direitos humanos, a fim de esclarecer as tentativas de justificar qualquer forma de ódio em nome da religião e condená-los como uma falsidade idólatra de Deus: seu nome é Santo, Ele é o Deus da paz, Deus salam . [5] Portanto, só a paz é santa e nenhuma violência pode ser perpetrada em nome de Deus, porque iria profanar o seu nome (FRANCISCO, 2017).

O Papa Francisco em sua jornada convocatória ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, em um outro diálogo com os judeus, dirigindo-se aos rabinos da Conferência Europeia, ao Conselho Rabínico da América e à Comissão do Gran Rabbino D'Israel, no dia 31 de agosto de 2017, destaca de sua parte, e ressalta que a mesma conferência rabínica reconhece o passo que a Igreja Católica deu no campo do diálogo inter-religioso com a promulgação da Declaração Conciliar *Nostra Aetate*, que abriu o caminho desafiador do diálogo inter-religioso tanto para os católicos como para os seguidores de outras tradições religiosas. Francisco (2017) “Ao longo das \*últimas décadas, conseguimos abordar, dialogar de forma eficaz e proveitosa; Aprofundamos nossa compreensão mútua e intensificamos nossos laços de amizade.”

A declaração entre Jerusalém e Roma, no entanto, não esconde as diferenças teológicas de nossas tradições de fé. No entanto, expressa a vontade firme de colaborar mais de perto hoje e no futuro. O seu documento é dirigido aos católicos, chamando-os de parceiros, aliados próximos, amigos e irmãos na busca comum por um mundo melhor que possa desfrutar da paz, justiça social e segurança. Outra passagem reconhece que apesar das diferenças teológicas profundas, católicos e judeus compartilham crenças comuns e a alegação de que as religiões devem usar o comportamento moral e a educação religiosa - não a guerra, a coerção ou a pressão social - para exercer sua capacidade de influenciar e inspirar. (FRANCISCO, 2017).

No dia 02 de setembro de 2017, ao dirigir-se aos membros do Conselho Coreano dos Líderes Religiosos, o Papa Francisco insistiu na vida como o elemento comum primordial a todas as tradições religiosas. As palavras do papa permitem verificar que em sua percepção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, vida e religião estão imbricadas e inseparáveis. Esse elo comum a todas as tradições religiosas acentua que o diálogo não é um corpo estranho ao universo das diferenças religiosas, mas expressão de sua vitalidade. Francisco (2017) "A vida é uma jornada, uma longa jornada, mas um caminho que não pode ser percorrido sozinho. Devemos caminhar com nossos irmãos na presença de Deus." O papa insiste que os líderes religiosos não somente estejam abertos à cultura do encontro que permite o mútuo e respeitoso conhecimento da diversidade religiosa como oportunidade de complementaridade no diálogo da vida para a preservação da dignidade de cada pessoa, cada cultura e todas as identidades.

Nesse sentido, pede-se aos líderes religiosos que abram, promovam e acompanhem processos de bem e reconciliação para todos: somos chamados a ser pacificadores, anunciando e incorporando um estilo não-violento, um estilo de paz, com palavras que diferem da narrativa de medo e com gestos que se opõem à retórica do ódio (FRANCISCO, 2017).

Os discursos de Francisco no campo do diálogo inter-religioso são marcados de otimismo e crença na superação da violência pela convergência das religiões na construção de uma sociedade pacificada. O pontificado de Bergoglio, acentua a convicção da Igreja Católica no campo do diálogo com as

tradições religiosas não cristãs e insiste na promoção do diálogo. Francisco (2017) “Como sabem, especialmente desde o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica não se cansa de traçar caminhos, às vezes nada fáceis, de diálogo e, em particular, de promover o diálogo com os seguidores de outras religiões.” O pontífice aproveita todos os espaços de seus discursos para promover o diálogo e a compreensão de sua necessidade para o estabelecimento de uma cultura que vá ao encontro dos outros respeitando-lhes a alteridade; sem a necessidade de eliminar o que lhe é próprio do ponto de vista da cultura e da religião.

Temos, portanto, uma jornada muito longa pela frente, a ser realizada juntamente com humildade e constância, sem levantar a voz, mas arregaçar as mangas, semear a esperança de um futuro para ajudar o homem a ser mais humano, um futuro em que ele é ouvido ao clamor de muitos que repudiam a guerra e imploram maior harmonia entre pessoas e comunidades, entre povos e estados (FRANCISCO, 2017).

Não se trata, porém, de um diálogo que crie porosidade nas diversas identidades religiosas, nem mesmo o estabelecimento de concessões que fragilize o modo de crer de cada tradição religiosa. Mas é um movimento de ir ao encontro do outro para descobri-lo e respeitá-lo em seu ambiente, sua cultura e sua religião. Não se trata de proselitismo, não é duelo persuasivo que resulta no esvaziamento de um para a supremacia do outro. Mas é precisamente a aberto de si para o outro, a disposição de fazer-se ao lado, e acolher ao lado.

O diálogo de que precisamos só pode ser aberto e respeitoso ao mesmo tempo; só assim será frutífero. Aberta, isto é, cordial e sincera, realizada por pessoas que concordam em caminhar juntos com estima e franqueza. Respeitosa, porque o respeito mútuo é a condição e, ao mesmo tempo, o propósito do diálogo inter-religioso: de fato, é respeitar o direito à vida, à integridade física e às liberdades fundamentais, como a consciência, religião, pensamento e expressão, que estabelece as bases para a construção da paz, para a qual cada um de nós é chamado a rezar e agir (FRANCISCO, 2017).

Francisco em seus discursos permite verificar que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, dispõe modos distintos de percorrer o mesmo caminho, com acento na decisão de o percorrer juntos, um



ao lado do outro, superando o equívoco de outros tempos em que se percorria o caminho da fé acentuando-se o paradigma de cada um contra todos os outros. Francisco (2017) “A lembrança da amizade e do bem que recebemos uns dos outros nos dá forças para continuar juntos, com a ajuda de Deus.” Nessa perspectiva o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade no pontificado do Papa Bergoglio tende à superação da tolerância pela convivência fraterna. Indo além de aceitar a ocupação do mesmo lugar por modos diferentes de crer, superando o espaço geográfica pelo espaço existencial em que os diferentes são o lugar de Deus.

O mundo olha para nós, insta-nos a colaborar entre nós e com todos os homens e mulheres de boa vontade. Ele nos pede respostas e compromissos compartilhados sobre vários temas: a dignidade sagrada da pessoa, a fome e a pobreza que ainda afligem muitas populações, a rejeição da violência, em particular aquela cometida profanando o nome de Deus e profanando a religiosidade humana, a corrupção que alimenta injustiças, degradação moral, a crise da família, da economia, do ecológico e, por último, mas não menos importante, da esperança (FRANCISCO, 2017).

O Papa Francisco tem sido um dos pontífices católicos que mais explicitamente apresenta uma proposta concreta de diálogo inter-religioso. Seus discursos frequentemente são dirigidos aos diversos líderes religiosos sem a prerrogativa da Igreja Católica como referência a partir da qual as tradições religiosas se ordenem. Ele sinaliza a reciprocidade das diferentes tradições religiosas ressaltando o princípio comum a todas. Francisco (2017) “As religiões têm recursos para promover conjuntamente uma aliança moral que promova o respeito pela dignidade da pessoa humana e o cuidado com a criação.” Nesse sentido faz uma distinção clara do ordenamento doutrinário das diferentes tradições religiosas e o fundamento último de todas elas, a crença em Deus como princípio e fundamento de todo o agir humano e sentido da existência. Nisso não há primado de uma religião sobre a outra, mas credulidade recíproca.

Na construção da paz, as religiões, com seus recursos espirituais e morais, têm um papel particular e insubstituível. Eles não podem ter uma atitude neutra e, até menos, ambígua em relação à paz. Quem comete violência ou a justifica em nome da religião ofende gravemente

a Deus, que é a paz e a fonte da paz, e deixou um reflexo de sua sabedoria, poder e beleza no ser humano (FRANCISCO, 2017).

A partir daí é compreensível a insistência do papa ao convocar a laboralidade conjunta das diferentes tradições religiosas e sua responsabilidade comum como catalizadoras da paz. A própria paz seria então o resultado de um diálogo entre a generosidade de Deus que oferece aos homens a paz e o empenho humano na busca de uma sociedade pacificada. O empenho das religiões no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade deve superar a ambiência discursiva e tornar-se ação inclusiva que envolva não somente as lideranças das diversas tradições, mas seja constitutiva da práxis religiosa. O contrário colocaria as realidades religiosas outra vez em rota de colisão.

A paz é uma tarefa urgente mesmo no mundo de hoje, onde tantas populações são dilaceradas pela guerra e pela violência. Ao mesmo tempo, a paz é um dom divino e uma conquista humana. É por isso que os crentes de todas as religiões são chamados a invocar e interceder por isso; e todos os homens de boa vontade, especialmente aqueles que ocupam posições de responsabilidade, são chamados a trabalhar por ela, com o coração, com a mente e com as mãos, sim, porque a paz é construída de maneira "artesanal". Neste trabalho, paz e justiça são construídas juntas (FRANCISCO, 2017).

No dia 28 de novembro de 2017, o Papa Francisco, antes de dirigir-se à capital Nay Pyi Taw, dirigiu-se à cidade birmanesa de Yangon, com alguns líderes das principais religiões presentes no país<sup>47</sup>. Francisco (2017) “Nós devemos entender a riqueza de nossas diferenças, e é a partir destas diferenças que se dá o diálogo. Não tenham medo das diferenças. Não tenhamos medo das diferenças. Um é o nosso Pai. Nós somos irmãos.” Nesse encontro Francisco reforçou a perspectiva de seu pontificado no sentido de continuar e consolidar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Embora tenha sido um encontro extra-oficial, esse encontro oportunizou ao pontífice discorrer sobre a responsabilidade das religiões na construção da paz.

---

<sup>47</sup> Budismo, Cristianismo, Islã e Hinduísmo, judaísmo. Vatican News acessado em 25 de setembro de 2019.

Esta declaração do papa, permite verificar que em seu pontificado é menos importante ações proselitistas por parte da Igreja, e mais acentuada a importância de convivência com as diferenças de modo respeitoso sem a pretensão de impor a doutrina católica aos demais. Francisco ressalta que a presença de diferentes tradições religiosas na sociedade não é oportunidade de conflitos, perseguições e violência. Mas em seu discurso aponta para oportunidade que as diferenças oferecem para a convivência pacífica, a paz e a solidariedade na sociedade.

Nos queiramos como irmãos. E se discutimos entre nós, que seja como irmãos. Que em seguida se reconciliam. Sempre voltam a ser irmãos. Eu penso que somente assim se constrói a paz. Obrigado, construam a paz. Não se deixem uniformizar pela colonização das culturas. A verdadeira harmonia divina se faz por meio das diferenças. As diferenças são uma riqueza para a paz (FRANCISCO, 2017).

A fala do papa aponta para a consolidação do diálogo inter-religioso como antídoto à colonização cultural, expressão marcante nos discursos de Francisco. Segundo o pontífice há uma dinâmica de colonização pela cultura que tende a uniformizar as culturas, as sociedades e inclui também as religiões. Ao referir-se ao diálogo inter-religioso insiste que não se trata da tentativa de uniformizar as religiões, mas de respeitar as diferenças e especificidades das diversas tradições religiosas. Essa proposta reforça a afirmação dessa pesquisa ao afirmar em sua tese que a Igreja Católica não somente assumiu o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, como propõe às demais tradições religiosas que engrossem as fileiras do diálogo e a convivência entre as diferenças como expressão da própria natureza das religiões.

A unidade não é uniformidade, mesmo dentro da mesma Confissão [...]. Somos todos diferentes e cada Confissão tem suas riquezas, suas tradições, suas riquezas para dar, para compartilhar. E isto somente pode existir, quando se vive em paz. E a paz se constrói no coro das diferenças. A unidade sempre se dá com as diferenças, insistiu Francisco, e a paz é isto, a harmonia (FRANCISCO, 2017).

Francisco insiste em seus discursos sobre a superação da tolerância. Os discursos do pontífice permitem verificar que a tolerância é uma etapa do diálogo inter-religioso, contudo deve ser superada cedendo ao paradigma da convivência fraterna entre diferentes que descobrem os laços de fraternidade

exatamente por serem diferentes. Seguindo o apostolado dos antecessores dá ao seu pontificado um caráter peregrinante. Suas viagens apostólicas são marcadas por mensagens que convidam à paz, à reconciliação, ao acentuado convite à convergência, inclusive religiosa, para o bem comum e a consolidação da paz. É possível verificar em seus discursos a insistência no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Nos discursos e nos gestos de Francisco, é possível identificar que pensa a paz como fruto concreto do diálogo sem fronteiras; um diálogo entre iguais. Isso nos parece significativo no contexto da Igreja Católica que por muito se posicionou como a referência a partir da qual os critérios para o diálogo deveriam ser assumidos pelos demais.

Enquanto você falava, uma oração veio à minha mente, uma oração que muitas vezes recitamos, tirada do Livro dos Salmos: "Como é bonito ver os irmãos unidos". Unidos não significa igualdade, unidade não é uniformidade, mesmo dentro da mesma confissão. Cada um tem seus valores, suas riquezas e até suas deficiências (FRANCISCO, 2017).

Francisco continuamente traduz em gestos a afirmação de uma fraternidade que traduza a humanidade como uma família cujo propósito maior seja o bem de todos, a defesa inegociável da dignidade de cada pessoa e o valor da vida como primeiro grande e irrenunciável bem. Seu modo de dirigir-se aos líderes de tradições religiosas não cristãs, reveste seus discursos de verdadeiro caráter dialogal, no qual não se aponta uma tradição religiosa que prevaleça sobre as demais. Francisco (2017) "Construa a paz. Não se deixe ser uniformizado pela colonização das culturas. A verdadeira harmonia divina é criada através das diferenças. As diferenças são uma riqueza para a paz." Os discursos do pontífice revelam uma percepção de que todas as tradições religiosas são necessárias umas às outras para que cada uma atinja o propósito de sua natureza.

Nesse contexto o diálogo inter-religioso aparece como um caminho e uma meta que apontam e conduzem ao mesmo fim, sem, contudo, fragmentar a identidade nem a especificidade de cada um, incluindo aqui o respeito inequívoco à estrutura inclusive cultural e cultural de cada uma das tradições religiosas. O princípio da aceitabilidade para o favorecimento da humanidade

como uma só família. Francisco (2017) “Somos todos diferentes e toda confissão tem suas riquezas, suas tradições, suas riquezas para dar, compartilhar. E isso só pode acontecer se você viver em paz. E a paz é construída no coro das diferenças. Unidade é sempre realizada com diferenças.” Aparece nos discursos do Papa Francisco uma preocupação com o respeito à identidade dos indivíduos crentes e de suas instituições religiosas. Seus discursos apontam para a recusa de uma colonização religiosa cujo objetivo seja a monoreligiozação das culturas, das sociedades e dos indivíduos.

Não devemos ter medo das diferenças. Um é nosso pai, somos irmãos. Vamos nos amar como irmãos. E se discutirmos entre nós, que ele é como irmãos, que são imediatamente reconciliados, que sempre voltam a ser irmãos. Eu acho que esta é a única maneira de construir a paz (FRANCISCO, 2017).

O pontífice aponta para um diálogo inter-religioso que preserve as diferenças que fazem vir ao mundo das relações não conflitos, mas possibilidade de uma compreensão mais ampla da própria verdade que deixa suas marcas nos modos diversos das tradições religiosas. Essa percepção de Francisco reforça a recusa ao sincretismo religioso que descaracteriza e desidentifica as tradições religiosas sequestrando-lhe todo o tesouro cultural ali guardado e consolidado. A perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade torna-se real quando os membros de tradições religiosas diferentes trazem alicerçados em sua experiência religiosa e em sua identidade religiosa uma séria convicção de sua doutrina e seus valores. Sem isso o diálogo torna-se proselitismo.

Três vezes você usou a palavra "harmonia". Isso é paz: é harmonia. Nós, neste tempo em que nos é dado viver, experimentamos uma tendência mundial para a uniformidade, para tornar tudo igual. Isso está matando a humanidade. Esta é uma colonização cultural. Devemos entender a riqueza de nossas diferenças - étnicas, religiosas, populares - e é justamente a partir dessas diferenças que o diálogo nasce. E a partir dessas diferenças se aprende do outro, como irmãos (FRANCISCO, 2017).

Ainda na viagem Apostólica a Mianmar e Bangladesh, o Papa Francisco deixa claro seu pensamento sobre a necessidade do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, ao insistir na necessidade de que todos assumam sem medo e sem falso respeito humano a cultura do encontro.

Caros amigos, agradeço-lhes por seus esforços em promover a cultura do encontro, e rezo para que, com a demonstração do compromisso comum dos seguidores das religiões de discernir o bem e colocá-lo em prática, ajudemos todos os crentes a crescer em sabedoria e em santidade e cooperar para construir um mundo cada vez mais humano, unido e pacífico (FRANCISCO, 2017).

O medo de encontrar-se com as diferenças, de aproximar-se das tradições e culturas não cristãs, torna-se um empecilho para o diálogo, o respeito, o acolhimento e o reconhecimento dos raios da verdade presentes em cada uma delas. Francisco (2017) “Nós nos reunimos para aprofundar nossa amizade e expressar o desejo comum pelo dom de uma paz genuína e duradoura.” A trincheiras constituídas no imaginário das instituições religiosas e dos seus seguidores serão superadas pela cultura do encontro que permite a desconstrução da desconfiança e da beligerância entre as mesmas pelo estabelecimento de laços sinceros de amizade e respeito.

As palavras que ouvimos, mas também as canções e danças que animaram a nossa assembleia, falaram com eloquência do desejo de harmonia, fraternidade e paz contidas nos ensinamentos das religiões do mundo. Que o nosso encontro desta tarde seja um sinal claro dos esforços dos líderes e seguidores das religiões presentes neste país para viver juntos em respeito mútuo e boa vontade. Em Bangladesh, onde o direito à liberdade religiosa é um princípio fundamental, esse compromisso é um lembrete respeitoso, mas firme, para aqueles que procuram fomentar a divisão, o ódio e a violência em nome da religião (FRANCISCO, 2017).

Francisco ao discursar assume diante das demais tradições sua disposição em superar o discurso classificatório que por vezes estigmatiza o que não é cristão como inimigo da fé e sujeito e necessitado de conversão ao cristianismo. Esse discurso por vezes construiu um significado de sub religião ao que não está inserido nas estruturas visíveis do corpo de Cristo, a Igreja. Essa particularidade do pontífice dá sinais de uma significativa abertura da Igreja no sentido de antecipar a fraternidade intercultural, e multireligiosa à eclesialidade institucional. Francisco (2017) “Nestas diferentes expressões, vemos como o

caminho da bondade leva à cooperação a serviço dos outros” A cultura do encontro entre as diversas tradições religiosas pode primeirar uma ação que corresponda aos anseios das sociedades e seus cidadãos em busca da proximidade em um mundo marcado por diferenças, divisões, rupturas e distâncias, sociais, políticas, econômicas e relacionais.

Um espírito de abertura, aceitação e cooperação entre os crentes não apenas contribui para uma cultura de harmonia e paz; é seu coração pulsante. Quanto o mundo precisa deste coração que bate forte, para combater o vírus da corrupção política, ideologias religiosas destrutivas, a tentação de fechar os olhos para as necessidades dos pobres, refugiados, minorias perseguidas e os mais vulneráveis! Quanta abertura é necessária para acolher as pessoas do nosso mundo, especialmente os jovens, que às vezes se sentem sozinhos e desorientados ao buscar o sentido da vida! (FRANCISCO, 2017).

É possível verificar nos discursos de Francisco uma compreensão da paz como um processo de superações. Desde aquelas dos indivíduos como as das instituições. O diálogo é fruto de superações. Francisco assume em seu pontificado a pauta do Concílio Vaticano II, no sentido de superar o triunfalismo religioso que marcou por séculos a Igreja Católica. Daí que ao falar suscita esse caráter por vezes presentes nas instituições religiosas das diversas tradições e que, por conseguinte reveste seus seguidores de comportamentos equivocados sobre Deus e a relação com as diferenças. Francisco (2017) “abertura do coração”, que é a condição para uma cultura de encontro. A abertura do coração é também um caminho que leva à busca de bondade, justiça e solidariedade. Leva a buscar o bem do próximo.” Superar a cultura do isolamento religioso pela cultura do encontro que estabelece laços e desconstrói preconceitos religiosos; superar a tolerância como meta final do diálogo inter-religioso em favor da busca do outro não a partir de nós, mas do outro, disposto à confiança no que até então lhe é estranho e por vez temível. Francisco (2017) “A solicitude religiosa pelo bem de nosso próximo, que brota de um coração aberto, flui como um grande rio, irrigando as terras áridas e desertas do ódio, da corrupção, da pobreza e da violência que tanto danificam a vida humana, dividem o famílias.” A superação do ideal de conquista do outro pela proximidade e convivência fraterna, o que implica não apenas respeitar o espaço do outro, mas serem ambos espaços comuns para o Sagrado e a realização dos propósitos fundamentais de toda religião dinamizando a paz e o bem comum.

É um sinal particularmente reconfortante de nossos tempos que crentes e pessoas de boa vontade se sintam cada vez mais chamadas a cooperar na formação de uma cultura de encontro, diálogo e colaboração a serviço da família humana. Isso requer mais do que mera tolerância. Ela nos estimula a alcançar o outro em uma atitude de confiança e entendimento mútuos, para construir uma unidade que compreenda a diversidade não como uma ameaça, mas como uma fonte potencial de enriquecimento e crescimento. Ela nos estimula a cultivar uma abertura de coração, de modo a ver os outros como um caminho, não como um obstáculo (FRANCISCO, 2017).

O pontífice faz compreender que o diálogo nasce da vida, e nela provocar o renascer da história como oportunidade de reconstrução para superar os equívocos do passado que por vezes mergulharam as tradições religiosas no beligerismo sangrento. Desse modo Francisco argumenta que antes de tudo o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade é encontro de vidas dispostas à vida, à sua defesa, disposta ao reencantamento pela própria vida em qualquer de suas situações. Não se trata, por isso, de confrontos discursivos que a modo sofismas tente demonstrar as fragilidades de uma tradição religiosa ou as vantagens de uma sobre a outra.

Primeiro, é uma porta. Não é uma teoria abstrata, mas uma experiência vivida. Isso nos permite engajar em um diálogo de vida, não apenas uma troca de ideias. Requer boa vontade e aceitação, mas não deve ser confundido com indiferença ou reticência em expressar nossas convicções mais profundas. Envolver-se frutuosamente com os outros meios para compartilhar nossas diferentes identidades religiosas e culturais, mas sempre com humildade, honestidade e respeito (FRANCISCO, 2017).

Nessa abertura de vida para a vida, o diálogo inter-religioso favorece uma maior autenticidade das convicções religiosas de cada crente e de cada tradição religiosa. Vidas que se encontram e se respeitam redescobrem que não precisam falsear sua identidade, nem tão pouco fazer concessões. As diferenças aceitas, acolhidas e respeitadas como valores não impõem condições nem fazem concessões. Apenas se encontram, se conhecem, se reconhecem, se respeitam e convivem em fraternidade promotora do bem de todos.

A abertura do coração também é semelhante a uma escada que atinge o Absoluto. Relembrando essa dimensão transcendente de nossa atividade, percebemos a necessidade de purificar nossos corações, para que possamos ver todas as coisas em sua perspectiva mais verdadeira. A cada passo nossa visão se tornará mais clara e



receberemos a força para perseverar no compromisso de entender e valorizar os outros e seu ponto de vista. Desta forma, encontraremos a sabedoria e a força necessárias para alcançar a mão da amizade (FRANCISCO, 2017).

Na Mensagem para o dia Mundial de Oração pela Paz de 2018, cuja tema, Migrantes e Refugiados: Homens e Mulheres em busca de Paz, o Papa Francisco toca no drama mais recente daquele momento e recorda que os migrantes estão fugindo da guerra em busca de paz. Francisco (2018) “Quem fomenta o medo contra os migrantes, talvez com fins políticos, em vez de construir a paz, semeia violência, discriminação racial e xenofobia, que são fonte de grande preocupação para quantos têm a peito a tutela de todos os seres humanos. [8]” A perspectiva do discurso do pontífice considera que a presença de migrantes de várias culturas e professos de diversas tradições religiosas, abre oportunidade para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Na perspectiva de Francisco, esse fenômeno estabelece a ambiência para a cultura do encontro e oportuniza o mútuo conhecimento que proporciona a superação da violência religiosa e cultura.

Paz a todas as pessoas e a todas as nações da terra! A paz, que os anjos anunciam aos pastores na noite de Natal, [1] é uma aspiração profunda de todas as pessoas e de todos os povos, sobretudo de quantos padecem mais duramente pela sua falta. Dentre estes, que trago presente nos meus pensamentos e na minha oração, quero recordar de novo os mais de 250 milhões de migrantes no mundo, dos quais 22 milhões e meio são refugiados. Estes últimos, como afirmou o meu amado predecessor Bento XVI, «são homens e mulheres, crianças, jovens e idosos que procuram um lugar onde viver em paz». [2] E, para o encontrar, muitos deles estão prontos a arriscar a vida numa viagem que se revela, em grande parte dos casos, longa e perigosa, a sujeitar-se a fadigas e sofrimentos, a enfrentar arames farpados e muros erguidos para os manter longe da meta (FRANCISCO, 2018, n.1).

O discurso do papa para o Dia Mundial de Oração pela Paz em 2018, aponta para a transformação do olhar dos crentes, das instituições sociais e de todas as pessoas de boa vontade. O papa sinaliza as migrações como um fenômeno cujo término não acontecerá em tempo curto como alguns pensam. Francisco (2018) “Alguns consideram-nas uma ameaça. Eu, pelo contrário, convido-vos a vê-las com um olhar repleto de confiança, como oportunidade para construir um futuro de paz.” Mas, trata-se de uma realidade social, um fenômeno de mobilidade multicultural e plurirreligiosa; uma rede que vai se tecendo por vias

políticas onde os migrantes são acolhidos ou sob um impulso de tramas de morte onde as fronteiras se fecham. Emerge daí uma violência velada que irrompe no medo da proximidade.

Precisamos de lançar, também sobre a cidade onde vivemos, este olhar contemplativo, «isto é, um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças (...), promovendo a solidariedade, a fraternidade, o desejo de bem, de verdade, de justiça»,[10] por outras palavras, realizando a promessa da paz. Detendo-se sobre os migrantes e os refugiados, este olhar saberá descobrir que eles não chegam de mãos vazias: trazem uma bagagem feita de coragem, capacidades, energias e aspirações, para além dos tesouros das suas culturas nativas, e deste modo enriquecem a vida das nações que os acolhem (FRANCISCO, 2018, n. 2).

Nesse sentido o papa insiste para que o medo do diferente não se torne plataforma para a exclusão e ruptura com a humanidade comum de todos os povos que os caracteriza como família humana. A paz precisa ser conquistada para esses dramas migratórios que assinalam as fragilidades das sociedades apontadas como referenciais da liberdade e da igualdade.

Quem estiver animado por este olhar será capaz de reconhecer os rebentos de paz que já estão a despontar e cuidará do seu crescimento. Transformará assim em canteiros de paz as nossas cidades, frequentemente divididas e polarizadas por conflitos que se referem precisamente à presença de migrantes e refugiados (FRANCISCO, 2018, n.3).

Na mensagem de 2018, o pontífice propõe quatro ações que contribuem para a convivência pacífica entre migrantes e cidadãos locais. O papa insiste que a paz exige ir sempre além do mínimo. Sua perspectiva sinaliza que não basta alojar os migrantes, mas para que os conflitos cedam à paz entre diferentes culturas que passam a ocupar o mesmo espaço é preciso ter em conta a necessidade de integrar os espaços imaginários aos espaços geográficos. A partir disso o papa propõe as seguintes ações em relação aos migrantes, refugiados, vítimas do tráfico humano e toda sorte de motivadores das migrações.

Acolher, faz apelo à exigência de ampliar as possibilidades de entrada legal, de não repelir refugiados e migrantes para lugares onde os aguardam perseguições e violências, e de equilibrar a preocupação pela segurança nacional com a tutela dos direitos humanos fundamentais. Proteger, lembra o dever de reconhecer e tutelar a

dignidade inviolável daqueles que fogem dum perigo real em busca de asilo e segurança, de impedir a sua exploração. Promover, alude ao apoio para o desenvolvimento humano integral de migrantes e refugiados. Integrar, significa permitir que refugiados e migrantes participem plenamente na vida da sociedade que os acolhe, numa dinâmica de mútuo enriquecimento e fecunda colaboração na promoção do desenvolvimento humano integral das comunidades locais (FRANCISCO, 2018, n.4).

Na Conferência Internacional sobre a Responsabilidade dos Estados, Instituições e Indivíduos no Combate ao Antisemitismo e aos Crimes relacionados a Atrocidade Anti-sititiana, no dia 29 de janeiro de 2018, o Papa Francisco alarga o alcance do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, insistindo na concretude que esse deve ter não somente no arcabouço das ideias, mas singularmente em ações concretas que solidifiquem a paz e a solidariedade entre os povos e os indivíduos.

Agradeço também o nobre propósito que nos une: refletir juntos, sob vários pontos de vista, a responsabilidade de Estados, instituições e indivíduos na luta contra o anti-semitismo e os crimes relacionados ao ódio anti-semita. Eu gostaria de enfatizar uma palavra: responsabilidade. Ser responsável significa poder responder. Não se trata apenas de analisar as causas da violência e recusar lógicas perversas, mas de estar pronto e ativo para responder a elas. Portanto, o inimigo contra o qual lutar não é apenas o ódio, em todas as suas formas, mas, mais ainda, até a raiz, a indiferença; porque é a indiferença que paralisa e nos impede de fazer o que é certo mesmo quando sabemos que é certo (FRANCISCO, 2018).

Na ocasião Francisco reafirma que a violência em nome da religião, fruto do fundamentalismo intolerante, não expressa a verdade de Deus nem das tradições religiosas comprometidas com a vida, a dignidade e a liberdade humanas. No discurso do papa ao reportar-se às práticas antisemitistas, o papa recorda que tal prática não apoia-se exclusivamente em razões religiosas, mas encontra eco em motivações sociais, políticas e econômicas. Francisco (2018) "O futuro comum dos judeus e cristãos exige que nos lembremos, porque "não há futuro sem memória". A própria história é a memória do futuro." A insistência no diálogo inter-religioso, alargando-o às fronteiras dos Estados sugere que as respostas às indagações acerca da violência somente podem ser construídas e consolidadas em uma ação conjunta que envolva instituições religiosas e os Estados.

O discurso do pontífice, permite verificar que o progresso das sociedades não se mostra suficiente para superar as ideologias do passado que resultaram em graves crimes contra a família humana. O percurso das sociedades contemporâneas, segundo o papa, revela marcas uma memória histórica adoecida, cujos acontecimentos parecem ter perdido impacto no estabelecimento dos relacionamentos. Francisco (2018) “Eu nunca me canso de repetir que a indiferença é um vírus que infecta perigosamente nossos tempos, tempos em que estamos cada vez mais conectados com os outros, mas cada vez menos atentos aos outros.” Nesse sentido o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade emerge como uma escolha necessária e decisiva para tornar viva responsabilidade de todos para que os males do passado não sejam repetidos; inclui-se aqueles praticados em nome da religião ou sob sua tutela.

Pense no caminho", mas lembre-se, isto é, faça-se vivo, não deixe o passado morrer. Lembrar é "volte com o coração": lembre-se não apenas da mente, mas das profundezas da alma, com tudo de si mesmo. E não apenas lembre o que você gosta, mas "toda a jornada". O dia da lembrança acaba de ser celebrado. Para recuperar nossa humanidade, para recuperar uma compreensão humana da realidade e superar muitas formas deploráveis de apatia para com os outros, precisamos dessa memória, dessa capacidade de nos envolver juntos na lembrança. A memória é a chave para acessar o futuro, e é nossa responsabilidade entregá-lo dignamente às gerações mais jovens (FRANCISCO, 2018).

Francisco reafirma a decisão da Igreja Católica de promover a cultura do encontro, também com as diferenças religiosas, indo para além da tolerância e dispondo-se a caminhar junto com os demais. A necessária e irrenunciável decisão de respeitar as diferenças para a superação das rupturas e brechas à violência em nome de Deus. No tocante à questão da violência praticada contra os judeus, Francisco reafirma a recusa da Igreja e sua disposição em estar ao lado, fazer-se presença fraterna. O diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade exige um olhar que ao mesmo tempo distingue a identidade de cada um e assume a convergência das diferentes tradições religiosas para a realização do bem comum.

A Igreja deseja estender sua mão. Quer lembrar e andar juntos. Ao longo deste caminho, «consciente da herança que tem em comum com os judeus, e impulsionada não por razões políticas, mas pela caridade religiosa evangélica, deplora as odes, perseguições e todas as manifestações de anti-semitismo dirigidas contra os judeus a qualquer momento e por qualquer pessoa "(Conselho Ecumênico, Segunda Declaração do Vaticano , *Nostra Aetate* , 4) (FRANCISCO, 2018).

O papa ao pronunciar-se no campo do diálogo insiste em que haja reciprocidade de todos os responsáveis pelas tradições religiosas e aqueles que se devotam às questões do Estado, para que o combate a toda forma de violência seja resultado da responsabilidade de todos. O caminho do diálogo e da conciliação deve fazer ouvir a pluralidade de vozes e culturas daqueles que estão empenhados na consolidação da paz e da solidariedade. Não pode ser um decreto unilateral aplicado a todos. O diálogo é espaço de todos para todos, sem que ninguém fique sem ser ouvido e contemplado.

Queridos amigos, ajudemo-nos mutuamente a fermentar uma cultura de responsabilidade, memória e proximidade, e estabelecemos uma aliança contra a indiferença, contra toda a indiferença. O potencial da informação certamente ajudará, mas o treinamento será ainda mais importante. É urgente educar as gerações mais jovens para que se envolvam ativamente na luta contra o ódio e a discriminação, mas também para superar os contrastes do passado e nunca se cansar de procurar o outro. De fato, para preparar um futuro verdadeiramente humano, não é suficiente rejeitar o mal, mas é necessário construir o bem juntos. Agradeço pelo seu esforço em tudo isso. Que o Senhor da paz o acompanhe e abençoe todos os seus bons propósitos. Obrigado (FRANCISCO, 2018).

Em 6 de outubro de 2016 o Santo Padre anunciou o tema da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos: “Os jovens, a fé e o discernimento vocacional”. O caminho sinodal teve início imediatamente com a redação do Documento preparatório (DP), publicado em 13 de janeiro de 2017 junto a uma “Carta aos Jovens” do Santo Padre. Tal Documento compreendia um Questionário, destinado principalmente às Conferências Episcopais, aos Sínodos das Igrejas Orientais Católicas e aos outros organismos eclesiais, com quinze perguntas para todos, três específicas para cada continente e o pedido de partilhar três “boas práticas”. De 11 a 15 de setembro de 2017 realizou-se um Seminário internacional sobre a condição juvenil, com a presença de muitos

peritos e de vários jovens e que ajudou a pôr em evidência a situação dos jovens no mundo de hoje do ponto de vista científico.

No *Instrumento laboris*, do Sínodo dos Bispos, na Décima Quinta Assembleia Geral Ordinária de 2018, referindo-se aos jovens, é possível verificar que a Igreja está atenta à diversidade religiosa que ocupa espaço significativo nas diversas sociedades. Muitas vezes as situações se invertem, perfazendo um labirinto de alterações entre maiorias e minorias religiosas. Essa mesma diversidade de tradições religiosas diferentes, e as diversidades de modos do catolicismo em muitas sociedades, considera as identidades que se constituem sob o signo das culturas a que pertencem. Verifica-se uma abertura na prática evangelizadora da Igreja no sentido de compreender e assumir essa mesma diversidade também entre os jovens, a custo de ver-se frustrada à tentativa de dirigir-se aos jovens partindo do pressuposto de um paradigma de identidade juvenil a que todos devem estar equiparados.

Variedades e diferenças também dizem respeito ao contexto religioso em que os jovens crescem: há países onde os católicos representam a maioria, enquanto em outros eles são apenas uma ínfima minoria, ora socialmente aceites, ora discriminados e perseguidos até o martírio. Há contextos em que o cristianismo deve confrontar-se com as consequências de escolhas passadas, também políticas, que minam a sua credibilidade; outros em que os católicos se deparam com a riqueza cultural e espiritual de outras tradições religiosas ou de culturas tradicionais; existem contextos secularizados, que consideram a fé como algo puramente privado, e outros em que aumentam cada vez mais as seitas religiosas ou propostas espirituais de outro género (new age, etc.). Há regiões em que o cristianismo e a religião são considerados uma herança do passado e, em outras, ainda representam o eixo fundamental da vida social. Em alguns países, a comunidade católica não é homogénea, mas inclui minorias étnico-culturais (comunidades indígenas) e também religiosas (pluralidade de ritos); em outros, ela é chamada a abrir caminho para os fiéis provenientes das rotas migratórias (FRANCISCO, 2017, n. 24).

Abertura ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, exige da Igreja considerar a hibridização cultural, social e religiosa, incluindo modos diversos de cristianismo. Há um grande desafio hermenêutico para abrir portas ao diálogo com os jovens; incluindo uma compreensão diversa acerca de Jesus Cristo. A ambiência cristã na modernidade molda opiniões diversas acerca do Cristo e muitas delas em dissonância com a cristologia católica. A necessidade de aproximar-se dos jovens, entender o emaranhado de compreensões cristológicas e a partir daí

iniciar um processo dialógico, constitui um desafio no pontificado de Francisco no campo do diálogo que a um só tempo acolha as diferenças e inclua na perspectiva católica da salvação que reflita na dimensão social dos indivíduos.

Como apontam as pesquisas sociológicas, o contexto é variado também em relação à fé e à pertença confessional. Como evidenciado no Seminário Internacional, «uma parte do desinteresse e da apatia dos jovens em termos de fé (e da menor atração pelas Igrejas) é atribuível à dificuldade das grandes instituições religiosas em sintonizar-se com a consciência moderna; e isso mesmo em contextos sociais que interrogam as pessoas com novas e dolorosas perguntas de sentido, diante das muitas incertezas que pesam sobre a vida individual e coletiva. De resto, em um mundo jovem muito diferenciado internamente, não faltam sinais de vitalidade religiosa e espiritual, encontrados tanto nas grandes Igrejas quanto fora delas». E ainda: «Esta coexistência generalizada de fiéis, não-fiéis e “fiéis diferentes”, mais do que gerar tensões e conflitos parece favorecer – sob certas condições – situações de reconhecimento recíproco. Isto se aplica em particular quando se aborda, de um lado, um ateísmo ou um agnosticismo com uma face mais humana, não arrogante, nem presunçosa; e do outro, uma crença religiosa mais dialógica que fanática» (FRANCISCO, 2017, n. 25).

O Papa Francisco leva ao interior da Igreja, com uma perspectiva positiva, o reconhecimento das diversidades presentes nas sociedades contemporâneas, e o faz de um modo diferente. Não aborda as novas situações presentes na sociedade sob o prisma do pecado ou da condenação, mas pede à Igreja que acolha de modo respeitoso as novas condições sociais dos indivíduos no sentido de protegê-los em sua dignidade, e os direitos que lhes são próprios.

Francisco (2013) “Sem dúvida, cooperação não significa ir contra a nossa fé ou consciência. Com efeito, para permanecer autênticas e credíveis, as comunidades cristãs devem ter Jesus Cristo como o seu ponto de referência constante.” Esse modo com que Francisco dialoga com as diferenças, pretende refrear as iniciativas violentas contra as minorias de toda ordem. Algumas delas com base em fundamentalismo religioso gerador da intolerância e postulador de um puritanismo salvífico. Reafirmando assim que o pontífice não somente está empenhado no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, como suas atitudes concretizam seu pastoreio dialogal, focando o indivíduo no meio da massa. Ele tem essa perspicácia de alvejar o indivíduo e busca-lo para o diálogo; é possível verificar no pontífice que privilegia a possibilidade de aproximação e diálogo.

As pesquisas internacionais mostram que muitos jovens enfrentam desigualdade e discriminação por causa de seu gênero, classe social, pertença religiosa, orientação sexual, posição geográfica, deficiência ou etnia. Este é um tema ao qual os jovens são muito sensíveis e sobre o qual a Reunião pré-sinodal expressou-se com grande clareza: «O racismo, em diferentes modos, é presente nos jovens de diversas partes do mundo» (RP 2). O mesmo fenômeno é relatado por numerosas Conferências Episcopais. Uma atenção especial é dada pela Reunião pré-sinodal às formas de discriminação que afetam as mulheres jovens, também no contexto eclesial: «Hoje a falta de igualdade entre homens e mulheres é um problema difuso na sociedade. Isso acontece também na Igreja» (RP 5). Os jovens, portanto, perguntam-se «quais os lugares em que as mulheres podem prosperar dentro da Igreja e da sociedade?» (RP 5), com a consciência de que «a Igreja pode lidar com esses problemas com um olhar aberto às diversas ideias e experiências» (RP 5) (FRANCISCO, 2017, n, 48).

Juntamente com a diversidade das identidades religiosas, entre os jovens forma-se um ambiente propício ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A diversidade religiosa não raramente promove um hibridismo religioso, mas também social. A convivência entre tantos diferentes que aponta para esse novo cenário social no qual o diálogo transcende a condição de possibilidade e torna-se exigência *sine qua non* para a paz e a solidariedade entre os indivíduos e as sociedades.

Por exemplo, no Seminário Internacional, alguns peritos indicaram como o fenômeno migratório possa tornar-se uma oportunidade para um diálogo intercultural e para a renovação de comunidades cristãs em risco de involução. Alguns jovens LGBT, por meio das várias contribuições enviadas à Secretaria do Sínodo, desejam «beneficiar-se de uma maior proximidade» e experimentar uma atenção maior por parte da Igreja, enquanto algumas Conferências Episcopais perguntam-se sobre o que propor «aos jovens que em vez de formar casais heterossexuais decidem constituir casais homossexuais e, acima de tudo, desejam estar perto da Igreja» (FRANCISCO, 2017, n. 197).

O quadro migratório de diversos países afeta a estrutura social e cultural especialmente em países europeus. Um cenário de diversidades linguísticas, culturais, sociais, religiosas e relacionais desperta no Papa Francisco uma contínua preocupação no sentido de a evangelização católica alcançar essa diversidade que bate às portas das sociedades tradicionalmente cristãs.

A leitura dos documentos expostos aqui, permite verificar que Francisco em sua práxis evangelizadora parte da necessidade de primeiro conhecer os migrantes, assimilar sua condição, aproximar-se pela superação das possíveis diferenças religiosas e agir no sentido de proteger a dignidade e os direitos que



lhes são próprios. Este é um dado importante na busca do diálogo inter-religioso no pontificado de Francisco.

Assim que para Francisco a cultura do encontro supõe um sincero desejo de proximidade, de conhecimento, de respeito ao outro com o fim de restá-lo em sua dignidade sem a preocupação de primeira de convertê-lo e fazê-lo somar ao número dos cristãos. Isso se revela ao verificar a postura de Francisco quando fala sobre os migrantes, destacando os jovens. Francisco (2017) “A migração de jovens representa um empobrecimento do capital humano, proativo e corajoso, nos países de origem e uma ameaça ao seu desenvolvimento sustentável.” Esse olhar de Francisco que mira o indivíduo na multidão e pretende atribuir-lhe a dignidade por vezes vilipendiada pela fuga de sua pátria por razões alheias à sua vontade. Ao fugir da violência os migrantes não deixam apenas sua terra, mas sua história, seu lugar e seu papel social. Torna-se um anônimo destituído de direitos, à mercê das decisões de outro povo, outro Estado e outra cultura. Assim que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, na perspectiva do Papa Francisco, antecede a própria evangelização. Seu olhar dialogal foca o indivíduo e a defesa de sua dignidade e seus direitos.

A Reunião pré-sinodal contou com a participação não só de jovens católicos, mas também de jovens de outras confissões cristãs, de outras religiões e até mesmo de não-crentes. Foi um sinal de que os jovens acolheram com gratidão, pois tal facto mostrou o rosto de uma Igreja hospitaleira e inclusiva, capaz de reconhecer a riqueza e a contribuição que cada um pode trazer para o bem comum. Sabendo que a fé autêntica não pode gerar uma atitude de presunção para com os outros, os discípulos do Senhor são chamados a valorizar todos os rebentos bons presentes em cada pessoa e em cada situação. A humildade da fé ajuda a comunidade dos fiéis a deixar-se instruir também por pessoas de diferentes posições ou culturas, na lógica de um benefício recíproco em que elas dão e recebem (FRANCISCO, 2017, n. 196).

Nesse documento de trabalho, verifica-se que o Papa Francisco insiste nessa compreensão da Igreja como lugar do diálogo com as diferenças, incluindo as diferenças religiosas, que não devem ser vistas como ameaças, mas como oportunidade de mútuo conhecimento promover do crescimento de todos para o bem comum de indivíduos e sociedades. Há um sinalizador significativa no pontificado de Francisco; ele não prioriza as estruturas formais do catolicismo

ao tratar das diferenças, mas propõe à Igreja antes de tudo abrir-se à acolhida dessas diferenças para conhecê-las e respeitosa e pôr-se a servir.

O diálogo ecumênico e inter-religioso, que em alguns países assume as características de uma real prioridade para os jovens, nasce e cresce em um clima de respeito recíproco e de abertura natural de uma comunidade que se envolve «com mansidão e respeito, conservando boa consciência» (1Pe 3,16). Até mesmo o diálogo com os não-crentes e com o mundo secular como um todo é, em alguns contextos, decisivo para os jovens, especialmente nos âmbitos acadêmico e cultural, nos quais por vezes se sentem discriminados em nome da fé que professam: iniciativas como a “Cátedra dos não-crentes” e o “Átrio dos Gentios” são de grande interesse para as jovens gerações, porque as ajudam a integrar a sua fé no mundo em que vivem e também a assumir uma modalidade de diálogo aberto e de confronto fecundo entre diferentes posições (FRANCISCO, 2017 n. 197).

Francisco (2018) “Se é sempre uma alegria para a Igreja Católica construir pontes de diálogo com comunidades, pessoas e organizações, é certamente uma alegria especial fazê-lo com personalidades religiosas e intelectuais palestinas.” Essa sua disposição e convicção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade é reafirmada em seu discurso de saudação à delegação dos Municípios Budistas da Tailândia em 2018. Francisco (2018) “É meu profundo desejo que budistas e católicos intensifiquem seu relacionamento, progridam na compreensão mútua e na estima de suas respectivas tradições espirituais e sejam testemunhas dos valores da justiça, da paz e da proteção da dignidade humana no mundo.

O diálogo é estabelecido em todos os níveis: consigo mesmo, através da reflexão e da oração, na família, na comunidade religiosa, entre diferentes comunidades religiosas e até mesmo com a sociedade civil. Sua principal condição é o respeito mútuo e, ao mesmo tempo, visa consolidar esse respeito a fim de reconhecer todos os direitos, onde quer que estejam, a todas as pessoas. Do diálogo surge um maior conhecimento mútuo, uma maior estima recíproca e uma colaboração para a realização do bem comum e para uma ação sinérgica em relação às pessoas necessitadas, garantindo-lhes toda a assistência necessária (FRANCISCO, 2017).

Ao considerar o pontificado do Papa Francisco como um significativo expoente da opção da Igreja pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, destaca-se não somente seus discursos, é imperativo

considerar as ações que culminam em realizações que marcam novos rumos para o diálogo no âmbito da Igreja.

Em nome de Deus, que criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade e os chamou a conviver entre si como irmãos, a povoar a terra e a espalhar sobre ela os valores do bem, da caridade e da paz. Em nome da alma humana inocente que Deus proibiu de matar, afirmando que qualquer um que mate uma pessoa é como se tivesse morto toda a humanidade e quem quer que salve uma pessoa é como se tivesse salvo toda a humanidade (FRANCISCO, 2019).

Uma reviravolta que propõe a superação dos conflitos e das divergências pelo estabelecimento de um caminho convergente, que embora refute a ideia de uniformidade e fusão religiosa, assegura que as diferenças não são divergências conflitivas mas marcas de identidades específicas no conjunto das diversidades da mesma família humana.

De tais fraternas e sinceras acareações que tivemos e do encontro cheio de esperança num futuro luminoso para todos os seres humanos, nasceu a ideia deste «Documento sobre a Fraternidade Humana». Um documento pensado com sinceridade e seriedade para ser uma declaração conjunta de boas e leais vontades, capaz de convidar todas as pessoas, que trazem no coração a fé em Deus e a fé na fraternidade humana, a unir-se e trabalhar em conjunto, de modo que tal documento se torne para as novas gerações um guia rumo à cultura do respeito mútuo, na compreensão da grande graça divina que torna irmãos todos os seres humanos (FRANCISCO, 2019).

A insistência de Francisco no sentido de responder ao fundamentalismo intolerante e à violência em nome da religião, com discursos e gestos tolerantes capazes de prosseguir na busca e consolidação da paz mediante o perdão como meio de curar as feridas promovidas pelas ações violentas do passado em nome da religião, vem estabelecendo uma ambiência favorável cultura do encontro, do mútuo conhecimento, do respeito e do diálogo.

A história afirma que o extremismo religioso e nacional e a intolerância geraram no mundo, quer no Ocidente quer no Oriente, aquilo que se poderia chamar os sinais duma «terceira guerra mundial aos pedaços»; sinais que, em várias partes do mundo e em diferentes condições trágicas, começaram a mostrar o seu rosto cruel; situações de que não se sabe exatamente quantas vítimas, viúvas e órfãos produziram (FRANCISCO, 2019).

Francisco (2019) “Com efeito Deus, o Todo-Poderoso, não precisa de ser defendido por ninguém e não quer que o Seu nome seja usado para aterrorizar as pessoas.” Não se trata, porém, de uma percepção ingênua de que o diálogo e a paz entre as religiões já se tenham consolidado. Mas aponta-se para um novo paradigma no campo religioso que assegure a superação da instrumentalização da religião para interesses de grupos religiosos, ideológicos, políticos ou econômicos.

De igual modo declaramos – firmemente – que as religiões nunca incitam à guerra e não solicitam sentimentos de ódio, hostilidade, extremismo nem convidam à violência ou ao derramamento de sangue. Estas calamidades são fruto de desvio dos ensinamentos religiosos, do uso político das religiões e também das interpretações de grupos de homens de religião que abusaram – nalgumas fases da história – da influência do sentimento religioso sobre os corações dos homens para os levar à realização daquilo que não tem nada a ver com a verdade da religião, para alcançar fins políticos e económicos mundanos e míopes. Por isso, pedimos a todos que cessem de instrumentalizar as religiões para incitar ao ódio, à violência, ao extremismo e ao fanatismo cego e deixem de usar o nome de Deus para justificar atos de homicídio, de exílio, de terrorismo e de opressão (FRANCISCO, 2019).

Essa busca determinada do papa para abrir espaço nas tradições religiosas, a ser ocupado pela reflexão e adesão à cultura do encontro que estabeleça proximidade e possibilite o diálogo é uma marca característica do seu pontificado. Os discursos e documentos do papa permitem verificar que sua disposição de proximidade não tem como referencial as questões religiosas; não se apoia na estrutura das definições dogmáticas, mas acena para o eixo central e comum a todas as religiões. Deus é o fundamento a partir do qual a cultura do encontro, o diálogo sincero e respeitoso e a convivência fraterna encontram eco no ministério pontifício de Francisco.

A fé leva o crente a ver no outro um irmão que se deve apoiar e amar. Da fé em Deus, que criou o universo, as criaturas e todos os seres humanos – iguais pela Sua Misericórdia –, o crente é chamado a expressar esta fraternidade humana, salvaguardando a criação e todo o universo e apoiando todas as pessoas, especialmente as mais necessitadas e pobres (FRANCISCO, 2019).

Um dos marcos desse processo da cultura do encontro e a insistência da Igreja Católica no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade é o documento sobre a fraternidade humana em prol da paz

mundial e da convivência comum, do dia 04 de fevereiro de 2019, pelo papa Francisco em nome de todos os católicos do ocidente e do Oriente, e o líder muçulmano, o Grão Imame de Al-Azhar Ahmad Al-Tayyeb, que o assinou em nome de todos os seguidores do Islam. Esse documento é conhecido como documento de Abu Dabhi. Esse episódio, resulta em um acontecimento concreto da insistência do diálogo entre tradições religiosas diferentes e historicamente marcadas por recíprocas ações violentas.

Por fim, através da cooperação conjunta, a Igreja Católica e a al-Azhar anunciam e prometem levar este Documento às Autoridades, aos Líderes influentes, aos homens de religião do mundo inteiro, às organizações regionais e internacionais competentes, às organizações da sociedade civil, às instituições religiosas e aos líderes do pensamento; e empenhar-se na divulgação dos princípios desta Declaração em todos os níveis regionais e internacionais, solicitando que se traduzam em políticas, decisões, textos legislativos, programas de estudo e materiais de comunicação. Al-Azhar e a Igreja Católica pedem que este Documento se torne objeto de pesquisa e reflexão em todas as escolas, nas universidades e nos institutos de educação e formação, a fim de contribuir para criar novas gerações que levem o bem e a paz e defendam por todo o lado o direito dos oprimidos e dos marginalizados (FRANCISCO, 2019).

A disposição encontrada em Francisco para o respeito às tradições religiosas não cristãs, a sua convicção pessoal de que é possível a convivência fraterna e comum entre tradições religiosas diferentes, contribuíram seguramente para aproximar culturas religiosas, que embora tenham uma raiz comum em Abraão e professem o monoteísmo, se caracterizam por elementos distintos que caracterizam cada uma com sua identidade própria e seu conjunto de tradições, doutrinas e culto bem distintos.

A liberdade é um direito de toda a pessoa: cada um goza da liberdade de credo, de pensamento, de expressão e de ação. O pluralismo e as diversidades de religião, de cor, de sexo, de raça e de língua fazem parte daquele sábio desígnio divino com que Deus criou os seres humanos. Esta Sabedoria divina é a origem donde deriva o direito à liberdade de credo e à liberdade de ser diferente. Por isso, condena-se o facto de forçar as pessoas a aderir a uma determinada religião ou a uma certa cultura, bem como de impor um estilo de civilização que os outros não aceitam (FRANCISCO, 2019).

A participação do Papa Francisco no esforço de aproximar as diferentes tradições religiosas para a superação do fundamentalismo promotor de violência, insiste na proposição da convivência entre pessoas, que embora professem

religiões diferentes gravitam em torno de um princípio capaz de sustentar e concretizar os anseios de paz.

A forte convicção de que os verdadeiros ensinamentos das religiões convidam a permanecer ancorados aos valores da paz; apoiar os valores do conhecimento mútuo, da fraternidade humana e da convivência comum (FRANCISCO, 2019).

A partir dessa proposição, Francisco atuando como líder Católico, não parte do postulado da primazia do catolicismo em relação às demais tradições. O protagonismo na conquista e consolidação da paz pelo diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade é multireligioso.

Em nome da liberdade, que Deus deu a todos os seres humanos, criando-os livres e enobrecendo-os com ela. Em nome da justiça e da misericórdia, fundamentos da prosperidade e pilares da fé. Em nome de todas as pessoas de boa vontade, presentes em todos os cantos da terra. Em nome de Deus e de tudo isto, Al-Azhar al-Sharif – com os muçulmanos do Oriente e do Ocidente - juntamente com a Igreja Católica – com os católicos do Oriente e do Ocidente – declaramos adotar a cultura do diálogo como caminho; a colaboração comum como conduta; o conhecimento mútuo como método e critério. Nós – crentes em Deus, no encontro final com Ele e no Seu Julgamento –, a partir da nossa responsabilidade religiosa e moral e através deste Documento, rogamos a nós mesmos e aos líderes do mundo inteiro, aos artífices da política internacional e da economia mundial, para se comprometer seriamente na difusão da tolerância, da convivência e da paz; para intervir, o mais breve possível, a fim de se impedir o derramamento de sangue inocente e acabar com as guerras, os conflitos, a degradação ambiental e o declínio cultural e moral que o mundo vive atualmente. Dirigimo-nos aos intelectuais, aos filósofos, aos homens de religião, aos artistas, aos operadores dos mass-media e aos homens de cultura em todo o mundo, para que redescubram os valores da paz, da justiça, do bem, da beleza, da fraternidade humana e da convivência comum, para confirmar a importância destes valores como âncora de salvação para todos e procurar difundi-los por toda a parte (FRANCISCO, 2019).

Por essa razão há nos discursos do papa uma abertura para acolher a contribuição das demais tradições religiosas. Isso permite verificar que o pontífice inaugura uma perspectiva segundo a qual há uma inversão de olhar. Se até então partia-se do postulado da Igreja Católica como complementadora das incompletudes das demais tradições religiosas, agora, na óptica de Francisco as diversas tradições religiosas se complementam a partir de seus valores transcendentais. Isso assegura a nosso ver, a convergência religiosa na conquista da paz e da convivência comum, baseada na fraternidade, o que

sugere a superação da tolerância pela recepção do outro como companheiro de estrada marchando ao mesmo fim.

Ao concluir, almejamos que esta Declaração: seja um convite à reconciliação e à fraternidade entre todos os crentes, mais ainda, entre os crentes e os não-crentes, e entre todas as pessoas de boa vontade; seja um apelo a toda a consciência viva, que repudia a violência aberrante e o extremismo cego; um apelo a quem ama os valores da tolerância e da fraternidade, promovidos e encorajados pelas religiões; seja um testemunho da grandeza da fé em Deus, que une os corações divididos e eleva a alma humana; seja um símbolo do abraço entre o Oriente e o Ocidente, entre o Norte e o Sul e entre todos aqueles que acreditam que Deus nos criou para nos conhecermos, cooperarmos entre nós e vivermos como irmãos que se amam. Isto é o que esperamos e tentaremos realizar a fim de alcançar uma paz universal de que gozem todos os homens nesta vida (FRANCISCO, 2019).

No dia 08 de março de 2019, o Papa Francisco ao dirigir-se aos líderes das tradições religiosas mundiais, reunidos em Roma para a Conferência sobre as Religiões e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, insere o diálogo inter-religioso na dimensão social cuja transformação para o bem comum exige a cultura do encontro com o respectivo comprometimento dos líderes religiosos como mandatários de suas respectivas tradições religiosas. Francisco (2019) “E as respostas são o que espero que surjam nesta Conferência: respostas concretas ao grito da terra e o grito dos pobres. Compromissos concretos para promover o desenvolvimento real de forma sustentável, através de processos abertos à participação das pessoas.” A religião inserida nas diversas culturas e disposta a ser presença provocadora de transformação que resulta na paz e na solidariedade entre as nações e os indivíduos.

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados por mais de 190 nações em setembro de 2015, foram um grande passo para o diálogo global, no sinal de uma "nova solidariedade universal" necessária (Enc. *Laudato Si'*, 14). Diferentes tradições religiosas, incluindo a católica, aceitaram os objetivos do desenvolvimento sustentável porque são o resultado de processos participativos globais que, por um lado, refletem os valores das pessoas e, por outro lado, são apoiados por uma visão integral do desenvolvimento (FRANCISCO, 2019).

Os pronunciamentos de Francisco, permitem verificar que seu pontificado caracteriza a disposição da Igreja Católica em abrir suas portas à diversidade cultural e religiosa. Uma convicção acerca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade marcado por uma ação inclusiva das

diferenças respeitando-lhes o caráter próprio que as identificam no cenário sociocultural. Francisco (2019) “O princípio cardinal de todas as religiões é o amor por nossos semelhantes e o cuidado com a criação.” O pontífice insiste na disposição de uma Igreja mediadora do diálogo, mas inserida no diálogo; sem um cenário pronto e idealizado pela Igreja e apresentado às demais como rota previamente definida. Ao contrário, o papa convida as diferentes tradições religiosas a confeccionarem juntas a tessitura a ser proposta às sociedades, às culturas, às tradições religiosas e aos indivíduos crentes ou não.

No caso das pessoas religiosas, precisamos abrir os tesouros de nossas melhores tradições para um diálogo verdadeiro e respeitoso sobre como construir o futuro do nosso planeta. As histórias religiosas, embora antigas, são normalmente densas de simbolismo e contêm “uma crença sentida hoje: que tudo está em relação” (*Laudato Si*, 70) (FRANCISCO, 2019).

O pontífice deixa transparecer em seus discursos a abertura exigida para que de fato o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, não se traduza uma atitude discursiva uniforme à qual todas as diferenças se adequem. Os pronunciamentos do papa realçam a inclusão não somente da diversidade de cultura e de religião na busca do bem comum e da concretização da paz; a ação nascida do diálogo deve dar visibilidade à pluralidade das vozes que sonorizam o conjunto de valores e esperanças das diversas tradições. Isso sinaliza uma disposição da Igreja em compreender que o diálogo inter-religioso se faz sem um porta voz que a partir de si, de sua visão da vida e da realidade proponha sua verdade em nome de todas as demais tradições. Mas trata-se de um discurso e um escolha construídos na sonoridade das múltiplas vozes que traduzem a multiplicidade das tradições religiosas que embora marcadas com identidades próprias que feitas de diferenças, podem convergir na escolha da paz e do bem de toda a família humana a partir do princípio da igualdade de todos aos olhos de Deus, mas também aos olhos humanos.

Reclamações de modelos negativos e propostas de rotas alternativas não se aplicam apenas a outros, mas também a nós. De fato, todos nós devemos nos esforçar para promover e implementar metas de desenvolvimento que sejam apoiadas por nossos valores religiosos e éticos mais profundos. O desenvolvimento humano não é apenas uma questão econômica ou que diz respeito apenas aos especialistas, mas



antes de tudo é uma vocação, um chamado que exige uma resposta livre e responsável (cf. Bento XVI, Enc. *Caritas in Veritate*, 16-17 ).

O Papa Francisco ao sinalizar que as práticas religiosas não podem prescindir do diálogo inter-religioso, ao discursar para as diferentes tradições insiste que a natureza das religiões impõe a cada uma das tradições religiosas o severo compromisso com o desenvolvimento das sociedades, o amadurecimento das culturas e defesa dos indivíduos no combate a tudo o que possa negligenciar a vida humana e sua dignidade.

Exprimo o meu sincero apreço pelos seus esforços em cuidar da nossa casa comum, ao serviço da promoção de um futuro sustentável inclusivo. Eu sei que às vezes pode parecer uma tarefa muito difícil. E, no entanto, "os seres humanos, capazes de se degradarem ao extremo, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e a regenerar-se" (Enc. *Laudato Si*, 205). Essa é a mudança que as circunstâncias atuais exigem, porque a injustiça que faz com que a terra e os pobres chorem não é invencível. Obrigado (FRANCISCO, 2019).

Por isso o diálogo inter-religioso por meio da cultura do encontro permite o mútuo conhecimento das culturas, das próprias religiões e dos indivíduos e convoca a mesmas tradições religiosas a cooperarem para o desenvolvimento das sociedades seja integral, inclusivo, capaz de alcançar a todos. O desenvolvimento não pode ser o resultado um dirigido a todos, mas participativo, que traduza o empenho de todos para todos.

Quando falamos de sustentabilidade, não podemos ignorar a importância de incluir e ouvir todas as vozes, especialmente aquelas normalmente marginalizadas por esse tipo de discussão, como as dos pobres, migrantes, indígenas e jovens. Tenho a satisfação de ver uma variedade de participantes nesta Conferência, portadores de uma multiplicidade de vozes, opiniões e propostas, que podem contribuir para novos caminhos de desenvolvimento construtivo. É importante que a implementação de objetivos de desenvolvimento sustentável siga a sua natureza original, que se pretende inclusiva e participativa (FRANCISCO, 2019).

As pessoas religiosas podem cooperar em larga escala para o bem, para a paz, para a convivência harmoniosa entre as diferenças. Aproximar-se dos outros, descobri-los em sua identidade, sem proselitismo doentio, sem triunfalismo dominador. As tradições religiosas embora diferentes, não se anulam mas cooperam pela convergência para o bem e a paz. Nesse sentido o

Papa Francisco aponta um diálogo sem vencedores e vencidos, mas de convergentes cuja presença nos cenários sociais sinaliza a cooperação para superação das fissuras sociais empobrecem a muitos.

Embora seja certamente necessário visar uma série de objetivos de desenvolvimento, isso não é suficiente para uma ordem mundial justa e sustentável. Os objetivos econômicos e políticos devem ser apoiados por objetivos éticos, que pressupõem uma mudança de atitude, a Bíblia diria uma mudança de coração (veja *ibid.*, 2). São João Paulo II já falou da necessidade de "encorajar e apoiar uma conversão ecológica" (Catequese, 17 de janeiro de 2001). Esta é uma palavra forte: conversão ecológica. Aqui as religiões têm um papel fundamental a desempenhar. Para uma transição correta para um futuro sustentável, devemos reconhecer "nossos erros, pecados, vícios ou negligência", devemos "nos arrepender do coração, mudar de dentro", para nos reconciliar com os outros, com a criação e com o Criador (veja Enc. *Laudato Si'*, 218) (FRANCISCO, 2019).

No encontro ecumênico e inter-religioso, ocorrido no Centro Pastoral dos Jovens em Skopje, capital da República da Macedônia, o Papa Francisco acenou, em seu discurso elementos que exprimem o espírito do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

Há alguns meses, um amigo meu, Ahmad Al-Tayyeb, o Grande Imã de Al-Azhar, e eu tivemos um sonho como o seu, que nos fez querer assumir um compromisso e assinar um documento que diz que a fé deve levar nós, crentes, a ver outras pessoas como nossos irmãos e irmãs. Como irmãos e irmãs, precisamos apoiar e amar, sem nos deixarmos manipular por interesses mesquinhos (FRANCISCO, 2019).

Ao ler o discurso do papa nesse encontro, pode-se avaliar sua convicção de que o diálogo é possível e exige disposição de todos os que almejem uma sociedade em que as diferenças sejam assumidas como oportunidades que dinamizam a convivência. Francisco (2019) "Sonhar nos ajuda a manter viva nossa certeza de que outro mundo é realmente possível, e que somos chamados a nos envolver, a ajudar a construir esse mundo através de nosso trabalho, nossos esforços e ações." O pontífice incentiva a crença na transformação dos paradigmas culturais que promovem a impossibilidade de as diferenças ocuparem o mesmo ambiente social, cultural e simbólico.

Nosso mundo está cansado; nosso mundo ficou velho. O mundo está dividido, e podemos ser tentados a mantê-lo dividido e a nos tornarmos divididos. Existem aqueles adultos que querem que sejamos divididos; esteja em guarda. Contudo, com que força ouvimos as palavras de

nosso Senhor: "Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt5: 9) (FRANCISCO, 2019).

Os discursos de Francisco trazem sempre como pano de fundo a cultura do encontro. Francisco (2019) "Aprendemos com a história, isso não é novo: semear medo é fazer uma coleta de crueldade, de fechamentos e até mesmo de esterilidade." Sua perspectiva aponta sempre para o compromisso tanto das instituições religiosas, quanto para as pessoas de religião, na assertividade do encontro como oportunidade de superação do medo das diferenças. Francisco (2019) "Que todos trabalhem juntos para tornar esse sonho realidade: líderes religiosos, políticos e culturais. Que cada um de nós, onde quer que estejamos, em tudo o que fazemos, possa dizer: "Senhor, faça-me um instrumento da sua paz". De acordo com o papa a religião deve sempre aproximar as pessoas, nunca estabelecer rupturas e provocar silêncios indiferentes. Francisco (2017) "Por favor, sonhem juntos, não sozinhos; sonhe com os outros, nunca contra os outros! Sonhe com os outros e nunca contra os outros! Sozinhos, vocês correm o risco de ver miragens, ver coisas que não estão lá. Sonhos são construídos juntos." O panorama da cultura do encontro e da proximidade permite o mútuo conhecimento e a reciprocidade no bem para o estabelecimento da paz. Francisco (2017) "Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente; ninguém pode viver a vida de fé ou realizar seus sonhos sozinho, sem sair de casa, sem fazer parte de uma comunidade, sozinho no coração ou em casa, fechado e isolado atrás de quatro paredes." O pontificado de Francisco torna-se reafirmação da disposição da Igreja na consolidação do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade mediante a proximidade promovida pela cultura do encontro.

Certamente, como membros da Igreja, não devemos nos afastar dos outros. Todos devem nos considerar amigos e vizinhos, como os apóstolos, que, como diz a Bíblia, gozavam da boa vontade de todo o povo (Atos 2:47; cf. 4: 21,33; 5:13). No entanto, ao mesmo tempo, devemos ousar ser diferentes, apontar para outros ideais além dos deste mundo, testemunhando a beleza da generosidade, serviço, pureza, perseverança, perdão, fidelidade à nossa vocação pessoal, a beleza da oração, busca da justiça e do bem comum, a beleza do amor pelos pobres e a amizade social (FRANCISCO, 2017).

O Papa Francisco aponta em seus discursos que o diálogo é condição sem a qual a paz fica reduzida a uma utopia. O diálogo é fruto da cultura do encontro pela qual superamos o medo do que é diferente.

A paz é um dom e uma tarefa; ela deve ser implorada e trabalhada, recebida como uma bênção e constantemente buscada, pois nos esforçamos diariamente para construir uma cultura na qual a paz seja respeitada como um direito fundamental. Uma paz ativa, “fortalecida” contra todas as formas de egoísmo e indiferença que nos fazem colocar os interesses mesquinhos de alguns antes da dignidade inviolável de cada pessoa (FRANCISCO, 2019).

Francisco (2017) “Envolver-se requer vida; exige estar lá e compartilhar os bons tempos, mas também os não tão bons. [...] O antídoto é estar ouvindo, ouvindo um ao outro.” Superamos o sonho de triunfalismo que impõe um saber, um pensar e um olhar sobre os outros.

A paz exige e exige que adotemos o diálogo como nosso caminho, a compreensão mútua como nosso código de conduta e a compreensão recíproca como nosso método e padrão (*Document on Human Fraternity*, Abu Dhabi, 4 de fevereiro de 2019). Dessa maneira, podemos nos concentrar no que nos une, mostrar respeito mútuo por nossas diferenças e encorajar um ao outro a olhar para um futuro de oportunidades e dignidade, especialmente para as gerações futuras (FRANCISCO, 2019).

O pontífice insiste que as diferenças não são rivalidades cujo labor se concretiza na eliminação de um para o predomínio do outro. A reflexão de Francisco aponta exatamente para a compreensão de que ser diferente é garantia de preservar a própria identidade e as próprias convicções. Mesmo não sendo iguais é possível ser recíprocos.

Alguns minutos atrás, vimos duas crianças brincando aqui. Eles queriam brincar, brincar juntos. Eles não foram jogar em seus computadores, eles queriam jogar de verdade! Nós os observamos: eles estavam felizes, contentes. Porque eles sonhavam em brincar juntos, um com o outro. Você viu isso? No entanto, em um determinado momento, um deles percebeu que o outro era mais forte e, em vez de sonhar com o outro, começou a sonhar contra o outro e tentou superar o outro. E essa alegria mudou quando vimos a mais fraca em lágrimas, no chão. Você viu como podemos passar de sonhar com os outros para sonhar contra outros. Nunca domine os outros! Construa a comunidade com os outros: essa é a alegria de seguir em frente. Isto é muito importante (FRANCISCO, 2017).

No dia 15 de maio de 2019, outra oportunidade para verificar nos discursos de Francisco seu comprometimento com o diálogo inter-religioso. Desta vez foi o pronunciamento do papa com representantes do judaísmo que participavam da 24ª Conferência do Comitê Internacional de Ligação Católico-Judaico, que trouxe a temática, “Povos, ideias e confins em movimento”. Esse encontro foi realizado pela o Comitê Judaico Internacional para o Diálogo Inter-religioso e pela Comissão do Vaticano para as Relações Religiosas com o Judaísmo. Francisco (2019) “partilhamos uma rica herança espiritual que pode e deve ser cada vez mais valorizada, crescendo na redescoberta recíproca, na fraternidade e no compromisso comum em favor dos outros”. O diálogo inter-religioso é sempre presente às pautas do pontífice.

Esse congresso é como se fosse a assembleia geral daqueles que estão comprometidos profissionalmente com o diálogo judaico-católico, frisa o Papa na mensagem, ressaltando que depois da promulgação da Declaração *Nostra Aetate*, sobre a Igreja e as religiões não-cristãs, o diálogo judaico-católico deu bons frutos (FRANCISCO, 2019).

Nos discursos do papa vê-se descortinar o seu esclarecimento sobre o diálogo como um caminho que imprime novo paradigma para a vida social no ambiente de pluralidade religiosa e diversidade cultural.

Os discursos de Francisco no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade permitem verificar sua insistência em um diálogo sincero, aberto, respeitoso com as outras tradições religiosas. Isso acompanhado de uma recusa à prática do proselitismo que fere os princípios do diálogo inter-religioso. Francisco (2019) “A insensatez é não escutar, literalmente não saber, não ouvir: a incapacidade de escutar a Palavra e essa surdez não deixa espaço para o amor nem para a liberdade.”

Tal convicção aponta para a cultura do encontro promotora da superação do medo e renovadora da confiança. O olhar de desconfiança e descrédito pode ser superado pela valorização dos benefícios que as outras tradições religiosas trazem consigo e oferecem ao bem comum na sociedade. Ao dirigir-se aos judeus o papa expressa essa convicção.

Partilhamos uma rica herança espiritual que pode e deve ser cada vez mais valorizada, crescendo na redescoberta recíproca, na fraternidade

e no compromisso comum em favor dos outros. Nesse sentido, esse encontro deve ajudar a desenvolver convergências e promover uma colaboração mais intensa (FRANCISCO, 2019).

No pontificado de Francisco a tolerância não é a meta a ser alcançada entre as tradições religiosas, mas uma etapa do caminho do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Seus discursos abrem campo a uma meta mais audaciosa, que seja a construção de uma sociedade de diferentes que se reconhecem em suas diferenças e se tornam recíprocos no bem comum.

Não somente tolerância, mas respeito entre as religiões. O diálogo é o caminho para nos conhecer melhor e para colaborar na criação de um clima não somente de tolerância, mas também de respeito entre as religiões. A nossa força está na mansidão do encontro, não do extremismo hoje presente em vários lugares e que leva somente ao conflito. Nunca se erra em procurar o diálogo. A Sagrada Escritura recorda que “a mente de quem planeja o mal é amarga; e quem aconselha a paz vive tranquilo” (FRANCISCO, 2019).

O encontro do Papa Francisco na reunião sobre a Teologia após a *Veritatis Gaudium* no Contexto do Mediterrâneo, promovido pela Pontifícia Faculdade Teológica do Sul da Itália, em Nápolis, no dia 21 de junho de 2019, marca uma oportunidade em que Francisco desafia os teólogos a uma releitura da própria teologia. Nesse encontro em que o papa dirige-se a acadêmicos o pontífice explicita sua perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, como linha transversal que perpassa toda a práxis da Igreja Católica no cenário da modernidade.

Como podemos cuidar um do outro dentro de uma família humana? Como podemos promover uma convivência tolerante e pacífica que se traduz em autêntica fraternidade? Como podemos fazer para que o acolhimento da outra pessoa e daqueles que são diferentes de nós por pertencerem a uma tradição religiosa e cultural diferente prevaleça em nossas comunidades? Como as religiões podem ser caminhos de irmandade em vez de muros de separação? Essas e outras questões precisam ser discutidas em vários níveis, e requer um compromisso generoso de ouvir, estudar e dialogar, a fim de promover processos de libertação, paz, fraternidade e justiça. Devemos estar convencidos: trata-se de iniciar processos, não de definir ou ocupar espaços. Iniciando processos (FRANCISCO, 2019).

A partir desse discurso é possível verificar a disposição de propor uma Igreja capaz de ir além de si, de desprender-se de si; capaz de reconhecer-se

junto com os outros sem estabelecer fronteiras ou trincheiras que separam, sem prevalecer-se do primado como prerrogativa de primeirar-se, mas disposta a colocar-se na fila com os outros reconhecendo em cada para além das diferenças companheiros de estrada que percorrem a existência para o mesmo fim.

A maneira dialógica de proceder é o caminho a chegar onde se formam paradigmas, modos de sentir, símbolos e representações de indivíduos e povos. Para chegar lá - como "etnógrafos espirituais", por assim dizer, das almas dos povos - para poder dialogar em profundidade e, se possível, contribuir para o seu desenvolvimento com a proclamação do Evangelho do Reino de Deus, fruto do qual é o amadurecimento de uma fraternidade cada vez mais ampliada e inclusiva (FRANCISCO, 2019).

A perspectiva eclesial de Francisco destaca o seu pontificado no contexto da Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II. Uma eclesiologia que não parte da Igreja, mas a insere no conjunto da família humana, percebendo-se tão importante e tão serva quanto todas as outras. Uma explicitação do discurso do Papa Paulo VI no encerramento do Concílio, quando declarou que a Igreja entende-se desde o Evento do Vaticano II como quase escrava da humanidade.<sup>48</sup>

Em diálogo com culturas e religiões, a Igreja anuncia as Boas Novas de Jesus e a prática do amor evangélico que Ele pregou como uma síntese de todo o ensino da Lei, a mensagem dos Profetas e a vontade do Pai. O diálogo é, acima de tudo, um método de discernimento e proclamação da Palavra de amor, dirigida a cada pessoa e que quer morar no coração de cada pessoa. *kerygma*. O diálogo, entendido dessa maneira, é uma forma de acolhimento (FRANCISCO, 2019).

Nesse sentido o pontífice abre a teologia a um novo campo, que não se restrinja a agir unicamente para reafirmar os dogmas dos católicos, fechada sobre si mesma. O desafio é fazer uma teologia pronta a acolher o que lhe seja diferente, disposta a dialogar na fé com as realidades que povoam também a

---

<sup>48</sup> Discurso do Papa Paulo VI na última sessão pública do Concílio Vaticano II. 07 de dezembro de 1965. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651207\\_epilogo-concilio.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio.html). Acessado em 23 de julho de 2019 às 14h15.

sociedades em sua concretude. Francisco (2019) “Nesta jornada contínua de sair de si mesmo e encontrar os outros, é importante que os teólogos sejam homens e mulheres de compaixão [...] tocados interiormente pela vida oprimida que muitos vivem, pelas formas da escravidão presente hoje.” A teologia que não dialoga com as realidades humanas concretas e por vezes diferentes; que não dialoga com quem pensa Deus de modos diversos pode patrocinar a violência. Isso provocaria uma inversão religiosa, ao contrário de adorar a Deus adoraria as definições dogmáticas. Isso não raras vezes resultou em sangue.

Refiro-me em particular a todas as atitudes agressivas e bélicas que marcaram a maneira como os povos mediterrâneos que se autodenominavam cristãos viveram. Isso inclui tanto as atitudes e práticas coloniais que moldaram tanto a imaginação e as políticas desses povos, e as justificativas para todos os tipos de guerras, bem como todas as perseguições realizadas em nome de uma religião ou suposta pureza racial ou doutrinária. Nós também realizamos essas perseguições. Lembro-me, no *Chanson de Roland*, que depois que a batalha foi vencida, todos os muçulmanos estavam alinhados em frente à fonte batismal. Havia alguém com uma espada. E eles tiveram uma escolha: ser batizado ou morto, enviado para o próximo mundo. Batismo ou morte. Nós fizemos isso (FRANCISCO, 2019).

Nesse sentido a proposição de Francisco acena que o anúncio do Evangelho como missão da Igreja deve gravitar no anúncio de Jesus Cristo em diálogo com as sociedades e culturas plurais, sem repetir as práticas equivocadas do passado marcadas pela imposição da fé cristã católica às outras tradições religiosas e às outras culturas.

Eu diria que a teologia, particularmente neste contexto, é chamada para ser uma teologia acolhedora e para desenvolver um diálogo sincero com instituições sociais e civis, com universidades e centros de pesquisa, com líderes religiosos e com todas as mulheres e homens de boa vontade, por a construção em paz de uma sociedade inclusiva e fraterna e também para o cuidado da criação (FRANCISCO, 2019).

Francisco propõe inquietar o pensar teológico com a capacidade de dialogar, não fixados apenas nos elementos ideativos da fé, mas descidos às realidades de cada tempo. Francisco (2019) “O diálogo como hermenêutica teológica pressupõe e envolve escuta consciente. Isso também significa ouvir a história e a experiência.” A partir das afirmações de Francisco é possível verificar que propõe uma teologia que faça despontar novos paradigmas; uma teologia



que ajude a abrir campos novos levando os indivíduos ao futuro, sem deter-se apenas a olhar para o passado.

Os antigos edifícios do pensamento, as grandes sínteses teológicas do passado são minas de sabedoria teológica, mas não podem ser aplicadas mecanicamente às questões atuais. É preciso valorizá-los para procurar novos caminhos (FRANCISCO, 2019).

O papa recorda a teologia como ciência viva a cooperar para que o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, seja sinal de saúde da fé. Francisco (2019) “são necessárias narrativas renovadas e compartilhadas que - baseadas na escuta do passado e do presente - falem com o coração das pessoas, narrativas nas quais é possível se ver de maneira construtiva, pacífica e geradora de esperança.” Evitando o equívoco da afirmação de uma tradição religiosa sobre outras à custa do derramamento de sangue.

Aqui eu mencionaria uma síndrome perigosa: a "síndrome de Babel". Pensamos que a "síndrome de Babel" é a confusão que surge quando não sabemos o que a outra pessoa está dizendo. Essa é a primeira etapa. Mas a verdadeira "síndrome de Babel" é quando eu não escuto o que a outra pessoa está dizendo e penso que sei o que a outra está pensando e está prestes a dizer. Essa é a desgraça! (FRANCISCO, 2019).

No dia 14 de setembro de 2019, o papa recebeu delegação de bispos orientais católicos, na sede da Igreja Católica em Roma e enfatizou nesse encontro a responsabilidade comum pelo diálogo e a paz. Embora esse encontro tenha características de diálogo ecumênico por dirigir-se a líderes cristãos, encontramos nele elementos importantes para motivar o diálogo em sua dimensão inter-religiosa. Cada pronunciamento do Papa Francisco é oportunidade para reforçar a cultura do encontro e a busca do entendimento através do diálogo que estabelece proximidade e ajuda a superar as diferenças sem a pretensão de eliminá-las. Francisco (2019) “Hoje, enquanto muitas desigualdades e divisões ameaçam a paz, somos chamados a ser artesãos de diálogo, promotores de reconciliação, construtores pacientes de uma civilização de encontro.”

Francisco insiste, em ambiente cristão ou não cristão, na responsabilidade que os líderes religiosos têm de promover o diálogo para a paz. Além disso o papa insiste que cada líder religioso deve assumir a tarefa no processo de

superação das feridas do passado que muitas vezes se tornam motivação para novas práticas de violência.

Caminhando e trabalhando juntos pelos outros e pela nossa Casa Comum, podemos redescobrir, no coração da nossa catolicidade, o antigo significado atribuído à Sede de Roma, chamada a "presidir na caridade toda a Igreja. [...] Caminhamos na caridade, sem divisões, afirmou o Pontífice, quando nos inclinamos, juntos, ao irmão que sofre, aos que sofrem a solidão e a pobreza, aos marginalizados, aos não nascidos, aos jovens privados de esperança, às famílias desintegradas, aos idosos e enfermos descartados (FRANCISCO, 2019).

Instituições religiosas e homens de religião não podem ser coniventes com a cultura da indiferença, da violência e da intolerância. É imperativo que religião atue como força construtiva e muitas vezes como força reconstrutiva. Mas nunca como força ou motivação que justifique a violência ou a violação do indivíduo, sua dignidade e liberdade.

Enquanto muitos são envolvidos por uma espiral da violência e por contínuas acusações mútuas, o Senhor quer que sejamos dóceis semeadores do Evangelho do amor; somos os que se comprometem para sarar as feridas do passado, a superar os preconceitos e as divisões, a dar esperança a todos, caminhando, lado a lado, com os irmãos e irmãs não católicos (FRANCISCO, 2019).

No dia 25 de setembro de 2019, O Vatican News publicou a mensagem do Papa Francisco em solidariedade aos familiares das vítimas do atentado antissemita ocorrido a 25 anos na Argentina contra o centro judaico "AMIA" de Buenos Aires em 18 de julho de 1994. Nessa mensagem Francisco externa sua profunda convicção sobre o papel da religião na construção da paz mediante o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A explícita recusa de qualquer forma de violência em nome da religião faz parte da perspectiva do pontífice quando fala das diferenças em convivência.

Passaram-se 25 anos da tragédia da AMIA. Como no primeiro dia, a cada 18 de julho meu coração acompanha os familiares das vítimas, sejam judias ou cristãs. E desde o primeiro dia, peço a Deus pelo descanso eterno de quem perdeu a vida neste ato de loucura (FRANCISCO, 2019).

A insistência de Bergólio que procura espalhar a cultura de paz por meio do diálogo entre as diferenças, permite verificar que em seu pontificado da Igreja

Católica assume e propõe a superação da violência como resposta aos conflitos entre diferentes tradições religiosas. Francisco (2019) “O terrorismo em nome da religião, indica que estamos vivendo uma terceira guerra mundial em pedaços.” Francisco explicita sua compreensão da paz e aponta a violência em nome da religião como demência de quem a pratica. Francisco (2019) "Bem sabemos que não é a religião que incita e leva à guerra, mas a obscuridade nos corações de quem comete atos irracionais. Deus nos chamou para viver como irmãos.”

Os discursos de Francisco permitem verificar que sua preocupação ao propor o diálogo inter-religioso e a cultura do encontro não tem como ponto de partida a própria religião, mas o motivo porque a religião é constituída. Isso é significativo para o ambiente católico, pois a Igreja buscou asseverar sua primazia como mediadora da salvação. Desse modo Francisco insiste em princípios mais determinantes para a paz, e aponta elementos que precedem a própria instituição religiosa. A fraternidade entre os povos, entre as diferentes culturas e entre as diversidades de tradições religiosas. Seus discursos apontam para Deus como ponto de partida e não a religião, que deixa de ser o centro do processo de sacralização, referendando a Deus a centralidade que aponta para toda a família humana.

O papa continuamente recorda que as religiões existem para criar pontes de entendimento entre as diferenças e nunca estabelecer rupturas e hiatos promotores de intolerância que deflagra a violência em nome de Deus. Francisco (2019) “A religião não leva à guerra; a fraternidade une. A fraternidade une a humanidade e atravessa limites geográficos e ideológicos.” Ao discursar Francisco propõe aos líderes religiosos o empenho a curar as marcas de sangue derramado em nome da religião que escreveram parágrafos longos nas diversas sociedades. Nesse sentido Francisco considera que superar os erros do passado é fundamental para a superação da violência em nome de Deus para fazer justiça às vítimas do passado.

Desejo que uma tão significativa herança espiritual e cultural desperte em seus cidadãos o desejo de encontro e de abertura ao diálogo. Trata-se de saber conviver na diversidade, através do diálogo, da partilha, construindo pontes e derrubando barreiras de desconfiança e de preconceitos. (FRANCISCO. 2019).<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Discurso do Papa Francisco a parlamentares da República Tcheca e da República Eslovaca por ocasião dos 1.150 anos da morte de São Cirilo. Vaticano no dia 22 de março de 2019.

Nas declarações e ações de Francisco, é possível verificar que o seu pontificado assinala, de modo explícito, o caminho que a Igreja Católica percorreu desde o Concílio Vaticano II, no anúncio, adesão e incentivo ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco (2019) «Não há alternativa. Ou construiremos o futuro juntos ou não haverá futuro.» Embora o pontífice não seja o primeiro dos papas pós conciliares a incentivar o diálogo entre as diversas tradições religiosas, seu pontificado vem dando passos muito consistentes no sentido de sedimentar o desenvolvimento de uma cultura do encontro, da proximidade e do diálogo, que permitam a convivência fraterna e pacífica entre as diferentes tradições religiosas.

Devemos, portanto, nos comprometer para que Deus, que nos criou, não seja motivo de divisão, mas de unidade. Vamos nos abrir para a aventura de nos tornarmos companheiros de viagem de todo ser humano em nosso caminho rumo à Verdade. Viver a própria identidade na “coragem da alteridade” é o limiar que a Igreja do Papa Francisco nos pede para atravessar hoje. Só assim a fidelidade a Deus, em Jesus, se torna história nova, construção de uma civilização de aliança que abraça na paz e na troca de dons a riqueza das diferenças. O pluralismo, não só religioso, de nossas sociedades é uma realidade que nos convida a refletir sobre nossa identidade sem a qual não há um autêntico diálogo inter-religioso (GUIXOT, 2019).

O pontífice é explicitamente um homem do diálogo com as diferentes tradições religiosas, contudo seus discursos deixam claro sua recusa tanto do proselitismo como do sincretismo. Francisco insiste que a identidade religiosa de cada indivíduo e de cada instituição religiosa devem ser resguardadas e protegidas de toda e qualquer coação.

As religiões, em particular, não podem desistir da tarefa urgente de construir pontes entre povos e culturas. Chegou o tempo em que as religiões se dediquem mais ativamente, com coragem e audácia, sem fingimento, em ajudar a família humana a amadurecer a capacidade de reconciliação, a visão de esperança e os itinerários concretos de paz (FRANCISCO, 2019).

Sua disposição à proximidade com tradições religiosas diferentes não goza do apoio de todos os ambientes católicos que temem um exacerbado sincretismo religioso. O presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-

religioso assim se expressa sobre essa reação ao Documento sobre a Fraternidade Humana para a paz mundial e a convivência comum.

Embora respeitando as opiniões daqueles que pensam que a declaração de Abu Dhabi possa cair no sincretismo ou no relativismo, mesmo em boa fé, acredito que o medo seja o inimigo número um do diálogo inter-religioso. A Igreja Católica recorda o valor de sua própria identidade, da coragem, da alteridade e da sinceridade das intenções. Não se trata de fazer um “caldeirão” no qual todas as religiões são consideradas iguais, mas que todos os fiéis, aqueles que buscam a Deus e todas as pessoas de boa vontade sem uma afiliação religiosa, têm igual dignidade (GUIXOT, 2019).

Nesse sentido o Papa Francisco tem uma marca original no campo do diálogo inter-religioso, que o assinala como um homem universal, um homem de todos os povos. Sua real crença de que a humanidade é um único povo, ou como ele continuamente afirma, a família humana. Essa sua crença o faz assumir que essa família habita uma casa comum. Esses dois elementos tornam inaceitáveis as divisões e as violências supostamente apoiadas na religião. Ele ousa superar um dos conceitos mais disseminados entre os defensores do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade; superar não seja aqui interpretado como menosprezar ou desqualificar, ao contrário chama para ir além. O papa propõe conviver, vivermos uns com os outros, uns ao lado dos outros, como amigos que percorrem o mesmo caminho e por isso optam pela paz e a promovem. Nunca uns contra os outros.

O Papa Francisco, com seu diálogo de respeito e amizade, em palavras e em obras, acrescentaria, não cessa de exortar o mundo e todas as pessoas de boa vontade a promoverem três coisas: fraternidade, paz e convivência. Não nos esqueçamos de que esses três elementos são essenciais, se realmente queremos curar as feridas do nosso mundo. Eles são o ABC do nosso futuro. Muitas pessoas colaboraram no projeto da declaração que, na minha opinião, como o Papa Francisco diria, lembra a imagem de um poliedro. Na verdade, o considero em seus muitos aspectos um documento inclusivo (GUIXOT, 2019).

O otimismo presente nas palavras de Francisco quando propõe a convivência pacífica entre as diferenças como consequência de um diálogo respeitoso que permita a superação das trágicas marcas que a história passada registrou com a participação direta ou indireta das religiões, envolve a todos os

que o ouvem com uma disposição sincera de estabelecer um futuro para a família humana.

Embora muitas vezes, infelizmente, seja o mal, o ódio, a divisão a fazer notícia, há um oceano oculto de bem que cresce e nos faz esperar no diálogo, no conhecimento mútuo, na possibilidade de construir juntos com os fiéis de outras religiões e com todos os homens e mulheres de boa vontade, um mundo de fraternidade e de paz (FRANCISCO, 2019).

Um marco concreto da atuação de Francisco no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade foi a assinatura do Documento sobre a Fraternidade Humana para a paz mundial e a convivência comum, assinado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, em 4 de fevereiro de 2019, pelo Papa Francisco e pelo Grão Imame de Al-Azhar. Esse compromisso formal entre duas tradições religiosas diferentes com o propósito de apontar iniciativas reais para que no presente divergente das diferenças, se construa pela cultura do encontro, da proximidade e do diálogo um futuro pacífico no qual as diferenças deixem de ser fundamentadoras da violência e se tornem marco para as diversas sociedades da convivência fraterna entre as diferenças e entre diferentes.

A criação desse Comitê superior é um ato significativo. Trata-se, de fato, segundo o comunicado que anuncia o seu nascimento, de promover os ideais contidos no Documento sobre a Fraternidade Humana, porque é «uma declaração de compromisso comum para unir a humanidade e trabalhar pela paz no mundo, a fim de assegurar que as gerações futuras possam viver num clima de respeito mútuo e convivência saudável (GUIXOT, 2019).

Embora o documento seja consequência dos esforços de diálogo entre cristãos católicos e muçulmanos, sua perspectiva é abrangente e abre-se a todas as tradições religiosas, e inclui ainda os líderes políticos e as pessoas de boa vontade, que mesmo não professando um credo religioso, estão comprometidas com a causa paz e da convivência. Bem ao caráter de Francisco, uma iniciativa de caráter universal que visa incluir a todos, sem margem a qualquer modo de exclusão.

Eu acho que a declaração de Abu Dhabi seja um apelo global à “civilização do amor”, que contrasta com aqueles que desejam um

confronto de civilizações! Oração, diálogo, respeito e solidariedade são as únicas armas vencedoras contra o terrorismo, o fundamentalismo e todos os tipos de guerra e violência. São armas que fazem parte dos arsenais espirituais de todas as religiões. A paz é um bem precioso, uma aspiração que vive no coração de todo homem, fiel ou não, e que deve inspirar toda ação humana (GUIXOT, 2019).

Seis meses depois de assinado o Documento sobre a Fraternidade Humana para a paz mundial e a convivência comum, foi criado o Comitê Superior para se alcançar os objetivos contidos no Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da paz mundial e da convivência comum. Guixot (2019) “Documento sobre a Fraternidade Humana dá seus primeiros frutos. O documento foi assinado, em fevereiro passado, pelo Grão Imame de Al-Azhar e o Papa Francisco, durante sua viagem apostólica aos Emirados Árabes Unidos.”

A criação do Comitê marca o começo de iniciativas concretas no sentido de tirar da formalidade o compromisso pela paz e convivência fraterna. É um sério processo de mudança de paradigma e nesse sentido, as declarações do papa possibilitam avaliar que o teor do documento exige adentrar as capilaridades sociais e religiosas de modo a favorecer o desenvolvimento do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

A declaração nasce do diálogo islâmico-cristão no contexto de uma conferência global sobre a fraternidade humana. E é nesse contexto global que a mensagem da declaração se espalha pelo mundo como uma “nova” janela que se abre no contexto do Espírito de Assis. Consequentemente, além de quem, onde e quando, esta mensagem universal de fraternidade, paz e convivência comum é inclusiva e pode ser partilhada por todos os fiéis de todas as religiões, junto com todas as pessoas de boa vontade (GUIXOT, 2019).

A perspectiva de diferentes tradições religiosas conviverem de modo pacífico e fraterno assume uma transversalidade desse compromisso nas estruturas sociais de modo a formatar um novo modelo de relacionamento sociocultural. A educação seria um elemento de fundamental importância para compreensão e adesão à convivência fraterna e respeitosa.

A perspectiva de educar-se e educar para uma cultura do encontro, da fraternidade e da paz implica, como consequência inevitável, a vontade de rever, sob esta ótica, os percursos educacionais e acadêmicos nas escolas, nos institutos de formação e nas universidades. Um primeiro passo concreto será estudar, refletir e difundir o “Documento sobre a Fraternidade”, como o Santo Padre nos pediu para fazer (GUIXOT, 2019).

As declarações formais do Vaticano sobre a criação desse comitê permitem avaliar que Francisco assume esse fato como um fruto significativo para que novos passos sejam dados rumo ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade para o estabelecimento de uma convivência fraterna e pacífica entre as diferentes tradições religiosas, estabelecendo um novo paradigma acentuado pela compreensão de que embora diferentes, todos são companheiros de viagem trilhado ao mesmo fim. Guixot (2019) “Esse Comitê que recebeu é um exemplo concreto de como os líderes religiosos podem construir pontes, fortalecer o diálogo e vencer a tentação de se fechar em si mesmos e alimentar o “confronto de civilizações”.

A criação do Comitê marca um dado significativo no sentido de não deixar a iniciativa apenas no formato de intenção, mas levar o acordo à realidade concreta dos indivíduos, das sociedades, das culturas e das instituições religiosas.

O Santo Padre encoraja o trabalho do Comitê para a divulgação do Documento, agradece aos Emirados Árabes Unidos o empenho concreto a favor da fraternidade humana e almeja que se possam multiplicar no mundo iniciativas similares (BRUNI, 2019).

É um elemento importante na perspectiva do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade e revela a assinatura de líderes religiosos preocupados com a constituição de uma cultura do encontro que permita o diálogo e a convivência fraterna entre seguimentos religiosos com identidades culturais significativamente diferentes. O atual presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, Dom Miguel Ángel Ayuso Guixot (2019, Vaticano) “O diálogo inter-religioso é o único antídoto eficaz contra o mal do fundamentalismo. ”

As religiões monoteístas, junto com todas as outras, deverão trabalhar para que o que foi assinado pelo Papa Francisco e pelo Grão Imame seja difundido e vivido por todos para o bem da humanidade. Nesse sentido, o novo Comitê será um instrumento valioso (GUIXOT, 2019).

No dia 11 de setembro de 2019, assinalando o compromisso com o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, foi realizada



a primeira reunião do Comitê Superior, cuja tarefa é levar à prática os propósitos do Documento sobre a Fraternidade Humana para a Paz mundial e Viver Juntos, estabelecido em agosto de 2019. A data escolhida para o primeiro passo concreto na busca de caminhos para a paz teve em consideração os atentados de 11 de setembro às Torres gêmeas nos Estados Unidos. A preocupação é apontar caminhos que superem a violência e a morte pela paz e a vida; a intolerância pela fraternidade. Dentre as decisões assumidas pelo Comitê, está a proposta às Nações Unidas para definir entre os dias 3 e 5 de fevereiro uma data que estabeleça o dia da Fraternidade Humana. Outra decisão foi abrir o Comitê a representantes de outras tradições religiosas. Isso porque quando esse documento foi assinado o compromisso deu-se entre cristãos católicos e muçulmanos. Mas desde sua origem pensou-se em abri-lo a outros que estejam comprometidos com a paz.

Uma oportunidade importante em que o Papa Francisco reafirmou sua convicção acerca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade foi sua viagem de volta da Visita Apostólica ao Marrocos. Nessa ocasião o papa apresentou sua expectativa quanto o inequívoco acerto de acolher o diálogo como caminho seguro para a superação do fundamentalismo, da intolerância e da violência. Francisco (2019) “Por que sentimos dor? Porque aqueles que constroem os muros acabarão presos pelos muros que construíram. Mas aqueles que constroem pontes vão muito avante.” Nessa viagem o papa tratou do diálogo entre católicos e muçulmanos a partir do documento de Abu Dhabi.

O pontífice respondeu as questões levantadas pelos jornalistas que o acompanhavam no voo de retorno a Roma. Dentre os assuntos abordados destacamos algumas que estão mais estreitamente relacionadas ao tema desta pesquisa. Quando Francisco fala de diálogo, com ênfase no diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, é possível extrair do seu discurso alguns elementos continuamente presentes que perfazem uma tríade dialogal. A paz, a unidade, a fraternidade. Francisco (2019) “Para mim, construir pontes é algo que vai quase além do humano, exige muito esforço.” Esta tripla conceituação antecede mesmo a questão religiosa. A preocupação do papa não é doutrinária; um discurso de convencimento do primado da Igreja e sua administração da salvação. Mas a partir da religião como realidade positiva que

traz consigo o bem, Francisco se propõe e propõe aos demais a convergência religiosa na construção do bem com e da paz.

Com os nossos irmãos muçulmanos e muçulmanas, selamos esta fraternidade no documento de Abu Dhabi e aqui no Marrocos todos vimos uma liberdade, uma fraternidade, uma acolhida de todos os irmãos com um respeito muito grande. Esta é uma bela flor de convivência que promete dar frutos. Não devemos desistir! É verdade que ainda haverá dificuldades, muitas dificuldades porque, infelizmente, existem grupos intransigentes (FRANCISCO, 2019).

Os discursos do papa atestam que a paz é um processo lento e exige paciente persistência de todos os que desejam a paz e estejam dispostos a concretizá-la. As suas proposições permitem verificar que pensar a paz como um simples programa de governo ou a assinatura de um decreto seria como navegar sem bússola. Francisco (2019) “Sempre que há um diálogo fraterno, há uma relação em vários níveis. [...] O diálogo não pode ser de laboratório, deve ser humano, e se é humano é com a mente, o coração e as mãos, e assim são assinados acordos.” A vontade das instituições precisa ser acompanhada da vontade dos indivíduos. Através do diálogo, da escuta respeitosa, do encontro com os outros e a disposição pessoal de que diferentes modos de pensar, viver e crer podem ocupar o mesmo espaço geográfico e social.

Mas gostaria de dizer isto claramente: em cada religião há sempre um grupo integralista que não quer ir em frente e vive de recordações amargas, das lutas do passado, procurando mais a guerra e também semeando o medo. Vimos que é mais bonito semear a esperança, andar de mãos dadas sempre em frente. Vimos, também no diálogo com vocês aqui no Marrocos, que são necessárias pontes e sentimos dor quando vemos pessoas que preferem construir muros (FRANCISCO, 2019).

A paz nasce da superação das fronteiras simbólicas, ideológicas, sociais, culturais e religiosas. Essa perspectiva é visível no pensamento do Papa Francisco quando discursa sobre o diálogo inter-religioso.

Preocupa-me outra coisa: a retrocessão nossa, cristãos, quando tiramos a liberdade de consciência, pense você, nos médicos e nas instituições hospitalares cristãs que não têm o direito de objeção de consciência, por exemplo, à eutanásia. A Igreja foi para a frente e vocês, países cristãos, foram para trás? (FRANCISCO, 2019).

Seus pronunciamentos permitem avaliar a insistente proposta do papa em recordar às diversas tradições religiosas a necessidade irrenunciável de recusar uma proposta existencial marcada de exclusões e recusas das diversas faces com que a humanidade é constituída. Francisco (2019) “Os construtores de muros, sejam de lâminas que cortam como facas ou de tijolos, tornar-se-ão prisioneiros dos muros que fazem.” As palavras de Francisco apontam continuamente para a cultura do encontro que propõe proximidade dialogal desencadeadora do processo de mútuo conhecimento e superação das rivalidades nascidas dos erros do passado. O papa insiste que não se trata de superar os outros, mas percorrer juntos, cada um com sua própria identidade, o mesmo caminho existencial em busca do Autor da vida.

Como podemos cuidar um do outro dentro de uma família humana? Como podemos promover uma convivência tolerante e pacífica que se traduz em autêntica fraternidade? Como podemos fazer para que o acolhimento da outra pessoa e daqueles que são diferentes de nós por pertencerem a uma tradição religiosa e cultural diferente prevaleça em nossas comunidades? Como as religiões podem ser caminhos de irmandade em vez de muros de separação? Essas e outras questões precisam ser discutidas em vários níveis, e requer um compromisso generoso de ouvir, estudar e dialogar, a fim de promover processos de libertação, paz, fraternidade e justiça. Devemos estar convencidos: trata-se de iniciar processos, não de definir ou ocupar espaços. Iniciando processos... (FRANCISCO, 2019).

Os discursos do pontífice apontam para uma nova fase do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade, na qual o olhar da cada instituição religiosa deve voltar-se para si mesmo no tocante às inúmeras contradições na práxis de cada uma delas. Francisco (2019) “A fé cresce na consciência da capacidade de compreender a si mesmo. ” Diante de uma situação conflituosa que poderia despertar uma reação mais contundente para neutralizar tal ação, Francisco propõe que o olhar institucional se volte para si mesmo e questione-se de sua própria prática nas diversas fases de sua história e a partir daí busque um caminho pacífico, pacificador e pacificado.

Há 300 anos queimavam os hereges vivos - porque a Igreja acentuou na consciência moral o respeito pela pessoa e a liberdade de culto também cresce, também nós devemos continuar a crescer, há pessoas católicas que não aceitam o que o Vaticano II disse sobre a liberdade de culto, a liberdade de consciência, há pessoas que não aceitam católicos, nós também temos este problema, mas também os irmãos muçulmanos crescem na consciência e alguns países não

compreendem bem ou não crescem tão bem como outros, no Marrocos há este crescimento (FRANCISCO, 2019).

O Papa Francisco assumiu a mesma dinâmica dos seus mais recentes predecessores, fazendo-se um papa que não se define como um burocrata, ou mero chefe de Estado. Um pontificado marcado por inúmeras visitas apostólicas com um objetivo muito claro, estabelecer pontes. Anunciando a cultura do encontro o papa vai sem poder ao encontro de líderes religiosos não católicos e se aproxima também das tradições religiosas não cristãs. Uma das características marcantes desse pontificado é o diálogo sem fronteiras culturais, sociais ou ideológicas.

Após sua eleição como sucessor de São Pedro, para a fé católica, em 2014 Francisco percorreu caminhos que levaram ao encontro da Turquia, da Albânia, Coreia do Sul, Jordânia, Israel, Palestina. Em todas essas viagens o papa encontrou-se com líderes das diversas tradições religiosas ali presentes em clima de profundo respeito, cordialidade e diálogo. Dando continuidade à sua perspectiva de uma Igreja em saída o papa continuou sua marcha pela cultura da paz para o encontro. Em 2015, esteve na Bósnia e Herzegovina, O Sri Lanka. No ano seguinte, esteve no encontro de Assis<sup>50</sup> para a Jornada Mundial pela Paz, encontro marcado por dois aspectos do diálogo; o ecumênico e o inter-religioso a partir dos quais esteve com líderes cristãos de diversas denominações e com líderes religiosos não cristãos. No mesmo ano dirigiu-se ao Azerbaijão. Em 2017, o papa Bergólio dirigiu-se a Myanmar, Bangladesh e Egito. Por fim no ano de 2019, o papa viajou para os Emirados Árabes unidos, ao Marrocos. Esses países visitados por Francisco têm em quase todos uma característica particular, os cristãos são a minoria. Acena-se nessa escolha do papa sua práxis de ser uma Igreja em saída, em busca dos menores na sociedade. Marca ainda sua determinação em superar os confrontos e conflitos pelo diálogo.

Este relato não esgota as peregrinações de Francisco ao encontro das diversas culturas com o propósito de estabelecer pontes para o diálogo inter-

---

<sup>50</sup> Encontro de Assis – foi o marco simbólico do diálogo inter-religioso, em 27 de outubro de 1986, na Cidade de Assis na Itália, reuniram-se representantes das mais significativas tradições religiosas do mundo, numa Jornada Mundial de Oração pela Paz como iniciativa do Papa João Paulo II.

religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Em todos esses países o papa pronunciou discursos inclusivos e convidou à superação dos conflitos pelo diálogo entre as diferentes religiões. O pontífice insistiu em cada visita a recepção da cultura do encontro. A proximidade estabelecida pelo papa com os líderes religiosos não cristãos resultou em um pacto pela paz, pela convivência comum como instrumento de superação da violência. Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum, assinado conjuntamente com o Grão Imã da Mesquita de Al-Azhar, no Egito, Sheik Ahmad al-Tayyeb. Há nessa visita um marco simbólico singular, pois foi a primeira vez que um papa visitou uma região berço do Islamismo. Esse ato recorda um esforço de diálogo entre cristãos e muçulmanos ocorrido há 800 anos com São Francisco de Assis. Concretamente duas tradições religiosas que historicamente se declararam inimigas, marcaram o início de um compromisso comum na direção da superação da violência pela paz mediante a cultura do encontro que dinamiza o mútuo conhecimento e viabiliza o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O pontífice é explícito ao propor o encontro entre diferentes tradições religiosas para que possam convergir como sinalizadoras de Deus, em dinâmica conjunta para o bem da humanidade, à qual Francisco continuamente refere-se como a família de Deus. Os discursos do papa permitem averiguar sua convicção de que as diferentes tradições religiosas, embora cada uma com sua identidade própria e com suas diferenças teológicas e doutrinária, não são adversários em um campo de batalha no qual uma esforce para erradicar a outra. Mas as diferenças são contributos para a conquista e manutenção da paz pela convivência pacífica. Não se trata então, de confrontar as diferentes tradições religiosas subjugando as minorias religiosas pelo poder daquelas que constituem a maioria. Francisco percebe que essas diferenças são oportunidades que dinamizam a vida social.

As ações convictas do Papa Francisco que aos 80 anos de idade é reconhecido como a maior liderança dos dias atuais, permitem afirmar que o seu pontificado se faz projeção dos anseios do Concílio Vaticano II, que desde a declaração *Nostra Aetate* emplacou na Igreja Católica o propósito de abraçar o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. É possível que esta mesma perspectiva de Francisco que propõe uma sociedade de

diferentes convivendo em igualdade de direitos, de liberdades e de profissão de, esteja na contramão de alguns líderes religiosos que alimentam ainda o sonho de uma sociedade homogênea, monocultural e monoreligiosa. Contudo Francisco fez eclodir um forte sentimento e desejo de convivência pacífica entre as diferentes tradições religiosas. A fraternidade por ele anunciada propõe que as mãos que sinalizam diferentes modo de crer, podem se unir em ajuda mútua e em cumplicidade conduzirem-se como companheiros de estrada ao longo da existência vivida em fraternidade.

Uma das maiores explicitações da convicção do papa Francisco acerca do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade manifestou-se no Sínodo Especial para a Pan-amazônica. Nesse evento reuniram representantes de várias culturas e várias tradições religiosas. A partir dos discursos do papa, pode-se verificar que este Sínodo representa um dos maiores acontecimentos multiculturais, multiidentitários e multireligiosos do Século XXI.

“Tudo está interligado, como se fôssemos um. Tudo está interligado nesta Casa Comum”.<sup>51</sup> Esta declaração do papa Francisco, contida na Encíclica *Laudato Si* ecoa não somente nos ambientes católicos, mas perpassa inúmeros ambientes criando uma espécie de melodia cantada em defesa do meio ambiente. A Encíclica assume a conceituação de que o planeta é um sistema vivo no qual tudo está interligado, o céu, a terra, a floresta, os rios, os animais, os povos, as culturas, os saberes, as crenças, estabelecendo um novo paradigma das relações entre os indivíduos, e desses com o meio ambiente, o qual repetidas vezes o papa classifica como a casa comum.

Nessa perspectiva em 15 de outubro de 2017, o papa convocou o Sínodo especial para a Amazônia, com data de sua realização no período de 06 a 27 de outubro de 2019.

Acolhendo o desejo de algumas Conferências Episcopais da América Latina, assim como ouvindo a voz de muitos pastores e fiéis de várias partes do mundo, decidi convocar uma Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a região Pan-amazônica. O objetivo principal desta convocação é identificar novos caminhos para a evangelização

---

<sup>51</sup> Música de Padre Cireneu Khun, svd

daquela porção do Povo de Deus, especialmente dos indígenas, frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno, também por causa da crise da Floresta Amazônica, pulmão de capital importância para nosso planeta. Que os novos Santos intercedam por este evento eclesial para que, no respeito da beleza da Criação, todos os povos da terra louvem a Deus, Senhor do universo, e por Ele iluminados, percorram caminhos de justiça e de paz” (FRANCISCO, 2018)<sup>52</sup>

A REPAM, Rede Eclesial Pan-Amazônica, fundada em setembro de 2014 em Brasília, é um organismo de importância singular no pontificado do Papa Francisco na América Latina. Marca uma reviravolta na prática evangelizadora da Igreja Católica na grande Amazônia assumindo uma comunicação em rede que aproxima povos e culturas diferentes.

O Cardeal Cláudio Hummes, presidente da REPAM, nomeado pelo Papa Francisco como relator geral do Sínodo afirmou que a decisão de Francisco acerca do Sínodo vem de um processo iniciado em 2013, por ocasião da 28ª Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho de 2013, no Rio de Janeiro. Ele deu destaque especial à Igreja na Amazônia, identificando-a “como teste decisivo, banco de prova para a Igreja e a sociedade brasileira”.

A Igreja está na Amazônia não como aqueles que têm as malas na mão para partir depois de terem explorado tudo o que puderam. Desde o início, a Igreja está presente na Amazônia com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e bispos, e lá continua presente e determinante no futuro daquela área. [...] Queria convidar todos a refletirem sobre o que Aparecida disse a propósito da Amazônia, incluindo o forte apelo ao respeito e à salvaguarda de toda a criação que Deus confiou ao homem, não para que a explorasse rudemente, mas para que a tornasse um jardim” (HUMMES, 2019, p. 10).

Marca uma das determinações da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. A conferência foi realizada na cidade de Aparecida no Estado de São Paulo. Propôs iniciar um processo de conscientização da importância da região amazônica para o planeta terra.

---

<sup>52</sup> Por Polyana Gonzaga. <https://www.a12.com/redacaoa12/santo-padre/por-que-o-papa-convocou-o-sinodo-para-a-amazonia>

Criar nas Américas a consciência sobre a importância da Amazônia para toda humanidade. Estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum (DAP, n. 475).

Além das igrejas particulares da grande Amazônia, fazem parte da REPAM o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Secretariado da América Latina e Caribe de Cáritas (SELACC) e a Confederação Latino-americana e Caribenha de Religiosos (CLAR). Além desses organismos inclui os nove países que integram a Amazônia, Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. O próprio projeto de uma rede eclesial pan-amazônica considera as diversidades das culturas presentes nas sociedades amazônicas, incluindo as culturas dos povos indígenas, afrodescendentes e ribeirinhos. Uma rede intercultural que busca diálogo respeitoso entre as diferenças.

Este organismo que atua entre culturas diferentes se tornou um elemento importante no pontificado do Papa Francisco, especialmente nos últimos acontecimentos desse pontificado que explicitou a compreensão do papa sobre o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Os discursos do pontífice permitem avaliar que partindo do princípio de uma humanidade comum, e assumindo a humanidade como uma família que habita uma casa comum, Francisco avança para uma explicitação das relações humanas como relações dialogais. Desde a compreensão da humanidade como uma família na qual todos possuem a mesma dignidade, o papa propõe que tudo na casa comum está interligado, incluindo as pessoas.

Francisco desenvolve essa temática na Encíclica *Laudato Si*, na qual o papa desenvolve uma profunda reflexão sobre o meio ambiente e a ação predatória dos homens sobre a natureza. A partir daí propõe uma conversão nas relações com o meio ambiente e entre as pessoas. A abertura do papa ao diálogo intercultural e inter-religioso alcançou um marco emblemático no século XXI na convocação de um Sínodo especial para a Amazônia, no qual as populações urbanas e as diferentes etnias e tradições religiosas que convivem na Amazônia



foram ouvidas. A sinodalidade por si já expressa um modo dialogal de pensar e decidir juntos, que expressa o caráter do papa peregrino do diálogo e da paz.

A Igreja está na Amazônia não como aqueles que têm as malas na mão para partir depois de terem explorado tudo o que puderam. Desde o início, a Igreja está presente na Amazônia com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e bispos, e lá continua presente e determinante no futuro daquela área. [...] Queria convidar todos a refletirem sobre o que Aparecida disse a propósito da Amazônia, incluindo o forte apelo ao respeito e à salvaguarda de toda a criação que Deus confiou ao homem, não para que a explorasse rudemente, mas para que a tornasse um jardim (FRANCISCO, 2013).

Segundo o papa o objetivo maior do Sínodo<sup>53</sup> para a Pan-Amazônica é encontrar novos caminhos para ação evangelizadora da Igreja naquela região. Francisco deu como tema do Sínodo, Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral. Uma novidade no processo do Sínodo foram as escutas feitas amplamente aos moradores da região da Pan-Amazônica. Essas escutas assinalam o caráter dialogal do Sínodo. Desde acadêmicos, cientistas, indígenas, ribeirinhos, afrodescendentes, moradores das cidades e da floresta. Todos tomaram parte no processo preparatório do Sínodo por meio das escutas.

O Sínodo anunciado haveria de ter características muito inovadoras, “Primeiro, porque abarcaria somente uma parte geográfica dos vários países envolvidos, e não o todo. Além disso, pela primeira vez os indígenas seriam tema central e interlocutores fundamentais de um sínodo, bem como a ecologia (HUMES, 2019).

O resultado do processo de escutas que assinala um grande diálogo inter-religioso e intercultural foi a elaboração do *Instrumentum Laboris*, o Documento de Trabalho que serviu de orientação aos padres sinodais durante o Sínodo em Roma. Apresentou as linhas principais do tema do Sínodo escrito com a contribuição dos povos amazônicos, desde as metrópoles até às aldeias indígenas. O Sínodo trouxe à tona a questão do diálogo inter-religioso como

---

<sup>53</sup> Formado de dois termos gregos syn = juntos e hodos = caminho. Caminhar juntos. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/igreja/sinodo-para-a-amazonia/professor-de-historia-da-igreja-explica-conceito-e-objetivo-de-um-sinodo/>

caminho aberto à paz e à solidariedade. Francisco escancara sua convicção acerca do diálogo como necessidade irrenunciável.

Na Amazônia, o diálogo inter-religioso ocorre especialmente com religiões indígenas e cultos afrodescendentes. Essas tradições merecem ser conhecidas, entendidas em suas próprias expressões e em seu relacionamento com a floresta e a mãe terra. Juntamente com eles, os cristãos, baseados em sua fé na Palavra de Deus, dialogam, compartilham suas vidas, preocupações, lutas e experiências de Deus, para aprofundar a fé um do outro e agir juntos em defesa da casa comum". Para isso, é necessário que as igrejas da Amazônia desenvolvam iniciativas de encontro, estudo e diálogo com os seguidores dessas religiões.<sup>54</sup>

O pontífice inaugura um modelo de diálogo ainda não presente às práticas da Igreja; um olhar acolhedor e respeitoso das tradições religiosas diferentes, incluindo ainda nesse diálogo a proximidade da Igreja à sociedade multicultural, multiétnica e multireligiosa. Nessa perspectiva é possível verificar nos discursos de Francisco a compreensão de que o acolhimento dessa sociedade exige uma comunicação e evangelização caracterizadas pelo encontro, a convivência fraterna e o diálogo.

A realidade multiétnica, multicultural e multireligiosa da Amazônia exige uma atitude de diálogo aberto, reconhecendo também a multiplicidade de interlocutores: povos indígenas, ribeirinhos, camponeses e afrodescendentes, outras igrejas e denominações religiosas cristãs, organizações da sociedade civil, Os movimentos sociais populares, o Estado, enfim, todas as pessoas de boa vontade que buscam a defesa da vida, a integridade da criação, a paz, o bem comum.<sup>55</sup>

Os discursos e a prática de Francisco, apontam para sua perspectiva do diálogo inter-religioso como uma realidade que se desenvolve em modo

---

<sup>54</sup> Sínodo Amazônico. Documento final n. 25. Datado de 26 de outubro de 2019. Esse documento é o texto final do Sínodo, contudo o documento definitivo será publicado somente depois da apreciação e definição do Papa Francisco. Até o momento dessa pesquisa o texto definitivo não estava publicado.

<sup>55</sup> Sínodo Amazônico. Documento final n. 23. Datado de 26 de outubro de 2019

processual entre pessoas que creem, mesmo quando suas crenças tenham traços e aspectos diferentes e algumas vezes antagônicos.

O diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural deve ser assumido como um caminho indispensável da evangelização na Amazônia (cf. DAp 227). A Amazônia é um amálgama de credos, principalmente cristãos. Diante dessa realidade, caminhos reais de comunhão se abrem para nós.<sup>56</sup>

Assumir o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade se realiza entre crentes que compartilham suas vidas, suas lutas, suas preocupações e suas experiências de Deus, fazendo de suas diferenças um estímulo para crescer e aprofundar a própria fé.

O *Instrumentum Laboris* é composto de três partes: a primeira, o verescutar, se intitula A voz da Amazônia, e teve a finalidade de apresentar a realidade do território e de seus povos. Na segunda parte, Ecologia integral: o clamor da terra e dos pobres, abordando a problemática ecológica e pastoral; e na terceira parte, Igreja profética na Amazônia: desafios e esperanças, a problemática eclesiológica e pastoral.

O Sínodo Pan-amazônico levantou vários elementos questionadores à ação e presença da Igreja na região amazônica e sinalizou muitos desafios que exigem a conjugação uma ação evangelizadora da Igreja que inclua a valorização das culturas locais e o diálogo inter-religioso. Embora o Sínodo tenha apresentado ao Papa Francisco as decisões dos padres Sinodais, até o momento dessa redação o pontífice ainda não havia deferido ou indeferido tais decisões.

Em síntese, verificamos que desde a perspectiva da Igreja na dinâmica proposta pelo Concílio Vaticano II, a convivência entre diferentes tradições religiosas supera as raias da utopia. Nesse capítulo em que se avaliou o pontificado de Francisco foi possível verificar que a inserção da Igreja na sociedade contemporânea e sua persistência em prol do diálogo inter-religioso, enfrentou momentos favoráveis e outros desfavoráveis à promoção do diálogo

---

<sup>56</sup> Sínodo Amazônico. Documento final n. 24. Datado de 26 de outubro de 2019

inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Na perspectiva desta pesquisa, no tocante ao pontificado do Papa Francisco, entendemos que este melhor concretizar as expectativas da Igreja Católica no campo do diálogo inter-religioso desde o Vaticano II, até o momento.

A leitura dos seus discursos e divulgação de sua práxis dialogal permite constatar que o diálogo é possível na sociedade plural, multicultural e plurirreligiosa desde a perspectiva da Igreja Católica. O pontífice ensina que o diálogo entre as diferenças somente se concretiza quando os envolvidos no processo aceitam que não existe um via única para o diálogo. Ao contrário faz-se mister que o respeito às diferenças e a escuta honesta promovam a cultura do encontro.

Por fim o papa do diálogo, propõe que as tradições religiosas diferentes podem convergir para o bem comum sem fragmentar sua própria identidade, mas se completam para que no mútuo conhecimento trilhem, apesar de suas especificidades e diferenças, a mesma estrada que conduz à paz.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese dessa pesquisa parte do pressuposto que a Igreja Católica assume o debate e iniciativas no campo do diálogo inter-religioso a partir do Concílio Vaticano II, como porta aberta à modernidade multicultural em vistas à construção da paz e da solidariedade. No entanto nota-se que o caráter universal das mesmas, dificultam a possibilidade dialogal para o estabelecimento da cultura do encontro com a consequente promoção da paz. Considera-se porém, que a tradição cristã católica romana abriu espaço em seu ambiente interno com iniciativas de proximidade a outras tradições, flexibilizando sua convicção de depositária única da verdade salvífica, com uma nova compreensão da premissa *Extra Ecclesia, nula salus est*. Nesse sentido acredita-se que nas reflexões e iniciativas do magistério católico desde o Concílio Vaticano II, especialmente nos pontificados dos Papas João Paulo II e Francisco encontram-se passos significativos no pensar da Igreja sobre si mesma que apontam para um concreto diálogo inter-religioso.

A partir desta hipótese traçamos uma cronologia na qual buscamos identificar a trajetória da Igreja Católica vivida no processo de superação de alguns dos seus paradigmas institucionais que se mostravam insuficientes para o seu diálogo com a nova configuração social, política, econômica e ideológica que então se consolidava nas sociedades. Assim tomamos o capítulo primeiro da pesquisa para demonstrar um período crítico em que a Igreja vivia dois aspectos importantes da mesma realidade eclesial. De um lado as bases da Igreja demonstravam seu desejo de mudanças na própria Igreja para inseri-la nos tempos novos. De outro a rígida estrutura da hierarquia católica que insistia na manutenção dos mesmos paradigmas e resistia às mudanças, cujos anseios estavam em ebulição em suas bases.

Já podemos vislumbrar elementos que referenciam a hipótese desta pesquisa nas primeiras cinco décadas do Século XX, o sofrido parto de ajustamento eclesial à modernidade. Isso pode ser verificado nas idas e vindas sobre a temática do diálogo nos pontificados no referido período. Desde Pio X, com recusa total à modernidade, até João XXIII, com um salto surpreendente rumo ao diálogo universal, foram muitos e crescentes os tons no diálogo do catolicismo romano com a sociedade e com a diversidade religiosa. Mais ou

menos explícitos, os pontífices desse período sinalizaram a compreensão de novos tempos que impunham à Igreja a formatação de sua presença no mundo novo, multicultural e plurirreligioso. Isso vai acenando para um caminho de abertura e diálogo com uma realidade não exclusivamente católica ou cristã. Acenamos para a dinâmica de uma mudança processual da Igreja no tocante ao diálogo, que culmina no Concílio Vaticano II, plataforma sobre a qual entendemos a guinada por parte da Igreja no campo do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

No capítulo segundo demonstramos através das declarações do Concílio Vaticano II, elementos que dão consistência à nossa tese. Tanto no diálogo ecumênico quanto no diálogo inter-religioso, o Concílio explicitou uma nova perspectiva da Igreja em sua relação com a sociedade reconhecida e assumida como pluricultural, bem como a reformulação do seu olhar para com as denominações cristãs não católicas e as tradições religiosas não cristãs. A possibilidade de diálogo com os não católicos e os não cristãos torna-se uma verdade eclesial para o mundo católico romano. Logo de início verifica-se a disposição para o diálogo com a superação do julgamento condenatório aos judeus, que até então eram vistos como pérfidos assassinos de Jesus e inimigos da fé. Desde o Concílio passam a ser reconhecidos como o primitivo povo de Deus, os irmãos mais velhos. Não somente em relação aos judeus a Igreja reformula sua compreensão, aceitação e respeito às diversidades religiosas. O Concílio traz novo paradigma para a salvação, até então exclusividade da Igreja Católica. Professa-se desde então, que os não cristãos também serão salvos sem a necessidade de pertencerem à estrutura visível do corpo de Cristo, a Igreja. Esses são elementos consistentes que vão ao longo da pesquisa confirmando a hipótese por nós formulada no tocante à abertura da Igreja ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade.

O capítulo três, assinala um comportamento explícito na Igreja Católica Romano no campo do diálogo inter-religioso. Enquanto no capítulo nos dedicamos a trabalhar a questão da intolerância religiosa no período de 2009 a 2019, assinala a inserção da Igreja nesse campo como protagonista do diálogo com as outras religiões e entre as diversas tradições religiosas. Ainda nesse capítulo verifica-se a mudança conceitual e uma práxis nova da Igreja na temática do diálogo ecumênico e inter-religioso, o que nos dá mais elementos

para constatar a tese aqui defendida. As afirmações dos documentos publicados pelo Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso denotam a imersão da Igreja nesse campo e a continuidade das propostas do Concílio Vaticano II. Além de documentos que explicitam as convicções formais da Igreja sobre sua conduta dialogal com tradições religiosas não cristãs, apontamos suas iniciativas de proximidade tanto dos líderes religiosos não cristãos quanto dos seus seguidores. Precisamente essa cultura do encontro entre diferentes, no campo religioso dá fôlego à postulação de nossa tese. O diálogo inter-religioso na Igreja Católica, segundo nosso entendimento, não se limita ao campo teórico, mas interpela ao encontro, à proximidade, à escuta respeitosa e ao reconhecimento de traços da verdade nas tradições religiosas não cristãs e à efetiva convivência fraterna entre diferentes na mesma sociedade.

Como pode ser verificado no capítulo quarto, a Igreja imergiu concretamente no diálogo inter-religioso através do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Ao apresentar a questão da intolerância religiosa e a consequente violência que promove, constatou-se neste capítulo as ações da Igreja promotoras do diálogo com as outras tradições religiosas e entre as elas. Apresentou-se uma reflexão sobre a intolerância religiosa, as respostas da Igreja Católica e seu protagonismo na reflexão e ações no sentido de propor o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. A série de documentos publicados pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso entre 2009 a 2019, nos permite constatar a tese dessa pesquisa que postula a inserção da Igreja Católica Romana no diálogo inter-religioso como parte integrante de sua ação missionária e o anúncio de Jesus Cristo. Desde os documentos apresentados nesse capítulo encontramos elementos que explicitam a opção da Igreja pelo diálogo inter-religioso assumindo-o não como um ato, mas como uma atitude, o que o constitui uma ética, uma moral e uma cultura que diluirão a intolerância, o fundamentalismo e a violência em nome de Deus e da religião.

Como líderes religiosos, somos obrigados a denunciar qualquer forma de violência que atesta a dignidade humana e os direitos humanos, sem silenciar as tentativas justificar todas as formas de ódio em nome da religião e

condená-las como falsificação idólatra de Deus: seu nome é Santo, Ele é Deus de paz. Então só a paz é santa e nenhuma violência pode ser perpetrada em nome de Deus, porque ele profanaria seu nome. Somos, portanto, chamados, em primeiro lugar, a desmascarar violência que se disfarça como presumida sacralidade, baseando-se na absolutização do egoísmo e não na autêntica abertura ao Absoluto. Na isso não é suficiente! Como crentes, nós compartilhamos a vocação de sermos construtores da paz, hoje mais do que nunca. Sem ceder ao sincretismo ou relativismo, devemos aprender a orar uns pelos outros pedindo a Deus o dom da paz, encontrando-nos, dialogando e promovendo concorde num espírito de colaboração e amizade (TAURAN 2017, p. 89).

Faz parte de nossa hipótese a consideração que no pontificado de João Paulo II, marca de modo mais explícito a perspectiva da Igreja Católica sobre o diálogo inter-religioso. A pesquisa nos permite considerar que este pontífice empenhou-se para aproximar a Igreja das tradições religiosas não cristãs. Embora alguns críticos assinalem que o Papa Karol tenha traços de conservadorismo, de modo especial no campo doutrinário católico, especialmente na Declaração *Dominus Iesus*, na qual retoma princípios reafirmadores da mediação da Igreja Católica para a salvação em Jesus. Esse documento foi muito criticado dentro e fora da Igreja e foi apontado como a contra-mão no processo de diálogo inter-religioso, Apesar dos aspectos retrógrados desta declaração, é verificável que João Paulo II estabeleceu uma linha de diálogo inter-religioso que ampliou a perspectiva de um diálogo universal como proclamou o Concílio Vaticano II. Suas publicações e suas ações foram fundamentais para romper as fronteiras então persistentes de desconfiança e medo inter-religiosos. Considere-se a iniciativa do papa de reunir os líderes das principais tradições religiosas para juntos viverem o Dia Mundial de Oração pela Paz, em 27 de outubro de 1986, marco de diálogo inter-religioso em seu pontificado. Nas edições posteriores do mesmo evento o papa convidou também representantes de religiões africanas e indígenas. Esse evento marca uma mudança explícita na Igreja Católica no tocante à práxis dialógica com tradições religiosas não cristãs. Os elementos encontrados no pontificado de João Paulo II, no campo do diálogo inter-religioso nessa pesquisa autorizam a tese dessa proposta.



O ponto culminante deste trabalho encontra-se no pontificado do Papa Francisco. A evidência de um papa dialogal que estabelece o diálogo inter-religioso como algo irrenunciável marca sua atuação junto às diversas sociedades e tradições religiosas. Segundo o papa, o diálogo é possível na sociedade plural, multicultural e plurirreligiosa desde a perspectiva da Igreja Católica. O pontífice ensina que o diálogo entre as diferenças somente se concretiza quando os envolvidos no processo aceitam que não existe uma via única para o diálogo. Ao contrário faz-se mister que o respeito às diferenças e a escuta honesta promovam a cultura do encontro. Se a *Dominus Iesus* de João Paulo II resgatou a perspectiva da substituição, a necessidade de deixar a religião que se professa para aderir ao catolicismo, Francisco amplia a reflexão da cooperação entre as religiões diferentes acenando para a convergência das religiões. Francisco, propõe que as tradições religiosas diferentes podem convergir para o bem comum sem fragmentar sua própria identidade, mas se completam para que no mútuo conhecimento trilhem, apesar de suas especificidades e diferenças, a mesma estrada que conduz à paz. Francisco (2020) “A retórica do choque de civilizações serve apenas para justificar a violência e alimentar o ódio.”

Se de um lado o pontificado de João Paulo II estava situado em um processo de desarticulação do comunismo e dos demais sistemas autoritários reinantes em muitos países, o que deu à Igreja um ar de modernidade e adequação de sua atuação na sociedade, por outro, o pontificado de Francisco traz características bem diversas. O Cardeal Bergólio assume o ministério petrino inserindo na Igreja um clima de reformas e adequações incluindo nessas reformas a dimensão institucional da Igreja. O quadro político social contudo aponta em muitas sociedades o retorno ao conservadorismo de direita. De um lado as reformas franciscanas convocam a Igreja a superar a burocracia eclesial, à proximidade das culturas diferentes, à transparência, ao respeito às diferenças; por outro lado os dirigentes da Igreja se opõem a essa perspectiva sinalizando tentativa de retorno a práticas supostamente superadas desde o Concílio Vaticano II no que se refere à estrutura institucional e à práxis evangelizadora da Igreja. Essa situação interna encontra apoio no fenômeno sociopolítico que emerge nas sociedades no final do Século XX e início do Século XXI, o retorno do direitismo conservadorista político. O que Bauman (2017) chamou de

retrotopia. Um desencorajamento do futuro incerto, refugiando-se em supostas seguranças do passado. Acreditamos que Francisco seja o papa que mais enfrentou resistências internas da Igreja desde o Século XX, aos dias de hoje. Estaria a porosidade, liquidez e fragmentação da pós-modernidade incorporada, de certo modo em uma ação contraditória, nas estruturas supostamente estáveis da Igreja Católica a ponto de sugerir que o alto escalão eclesiástico, notadamente cardeais e bispos, explicitaram sua recusa à orientação do Sumo Pontífice Católico? Isso fica para uma nova pesquisa.

A insistência de Francisco à abertura às diferenças como necessidade irrenunciável ao diálogo, à compreensão da humanidade como uma família capaz de conviver em paz fraterna e respeitosa apesar de suas diferenças, contrasta com o fechamento das fronteiras ideológicas e geográficas que ocupam os diversos cenários sociais. Se de um lado muitos países promovem um isolacionismo nacionalista com um olhar desconfiado para as minorias, apontando para a polarização e a intolerância, de outro o Papa Francisco insiste que no planeta tudo está interligado, é uma interligação de vidas, e nada sobrevive sozinho, recusando a perspectiva de polarização e intolerância. São antagonismos que marcam o pontificado de Francisco tanto no ambiente interno da Igreja, quanto no ambiente das diversas sociedades. Mas mesmo com esses antagonismo o pontífice é reconhecido hoje entre as maiores autoridades do planeta. Com o desenvolvimento dessa pesquisa entendemos que o pontificado de Francisco, que surpreende até mesmo as estruturas mais rígidas da Igreja Católica, pode ser considerado uma explicitação da convocação do Concílio Vaticano II ao chamar a Igreja a dialogar com os tempos modernos e com as diversidades que o perfazem.

A pesquisa permite concluir a capacidade dialogal do Cardeal Bergólio antes mesmo de sua eleição ao papado, com destaque à sua adesão à cultura da paz e do encontro. Podemos afirmar a compreensão do papa sobre a universalidade do diálogo e sua disposição em fazer da Igreja um corpo em diálogo com o mundo diverso que marca as sociedades hodiernas. A partir da pesquisa entende-se que o papa compreende que há uma totalidade das diversidades como constituintes de uma só família humana e a incondicional defesa da dignidade da pessoa, incluindo o respeito ao direito de cada um escolher e professar sua fé desde a sua vida privada à exposição pública do seu

modo de crer e praticar sua crença. Demonstrou-se nesse capítulo a perspectiva de Francisco ao tratar o diálogo inter-religioso como uma ação que visa ir ao encontro de indivíduos concretos e sua história pessoal. Entendemos que na perspectiva do pontífice há um novo paradigma que acentua sua percepção e prática dialogal: a Igreja Católica não é a referência para a qual as demais tradições devem migrar, mas está junto às demais para percorrer a mesma direção e fazer-se a serviço do bem comum. Compreendemos que na perspectiva de Francisco, o diálogo possibilita a convergência religiosa mesmo de tradições diferentes, viabilizando a convivência fraterna. Em seu entendimento a tolerância religiosa não é a meta final do diálogo inter-religioso, mas um passo no processo dialógico das diferenças, cuja meta é a convivência fraterna entre diferentes para a promoção da paz. O papa aponta um novo paradigma: não se trata mais de diferentes ocupando o mesmo espaço geográfico, mas os diferentes são o espaço existencial habitado pelo mesmo Sagrado.

Não há qualquer alternativa sensata à paz, porque todo o projeto de exploração e supremacia brutaliza seja quem fere seja a quem é ferido, e revela uma concepção míope da realidade, uma vez que priva do futuro não apenas o outro mas também o próprio. Assim, a guerra aparece como o falimento de todo o projeto humano e divino. (FRANCISCO, 2020).

O modo explícito com que Francisco associa o anúncio do Evangelho ao compromisso com a paz e o bem das pessoas sem levar em consideração a religião a que pertença, acentua nossa compreensão de que nesse pontificado o chamado conciliar ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade tem até o momento sua expressão mais concreta.

Em síntese, verificamos que desde a perspectiva da Igreja na dinâmica proposta pelo Concílio Vaticano II, a convivência entre diferentes tradições religiosas supera as raias da utopia. Nesse capítulo em que avaliou-se o pontificado de Francisco foi possível verificar que a inserção da Igreja na sociedade moderna e sua persistência em prol do diálogo inter-religioso, enfrentou momentos favoráveis e outros desfavoráveis à promoção do diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Nesse sentido entendemos que este pontífice melhor concretiza as expectativas da Igreja Católica no campo do diálogo inter-religioso desde o Vaticano II, até o momento.

Por nossa vez, irmãos, levantamos a voz para pedir aos governos a tutela das minorias e da liberdade religiosa. A perseguição de que são vítimas sobretudo, mas não só, as comunidades cristãs é uma ferida que dilacera o nosso coração e não nos pode deixar indiferentes. Jamais aceitaremos que pessoas que procuram por mar a esperança morram sem receber socorro, nem que alguém que chega de longe acabe vítima de exploração sexual, seja mal pago ou contratado pelas máfias. (FRANCISCO 2020).

Assim compreendemos a partir dessa pesquisa que João Paulo II e Francisco, ao longo dos respectivos pontificados, apresentaram de modo mais explícito alguns elementos fundamentais que permitem desmistificar o diálogo inter-religioso, apontando categorias que a Igreja Católica propõe e assume como catalizadores do diálogo entre tradições religiosas diferentes. Ambos apontam para uma solidariedade translinear que perpassa todas as tradições religiosas que apontam para o bem comum dos indivíduos e das sociedades. A gestualidade dialogal de João Paulo II, foi determinante para dinamizar o diálogo inter-religioso, não somente da Igreja Católica com as demais tradições, mas fomentar ainda o diálogo entre as lideranças das principais tradições religiosas mundiais. Ainda que a mesma afirmação possa ser feita em relação a Francisco, esse desterritorializa o lugar do diálogo inter-religioso. É certo que na mesma perspectiva de João Paulo II, Francisco aproxima-se dos líderes religiosos, reconhecendo-os como legítimos porta-vozes de seus seguidores; contudo inicia um diálogo direto, não somente institucional chegando ao indivíduo que assume determinada religião como modo de exprimir sua fé. Ambos destacam a cultura do encontro como caminho eficaz para a superação do medo que distanciam e inimizam tradições religiosas diferentes. A cultura do encontro promove mútuo conhecimento e recíproco respeito que estabelecem critérios para o diálogo fecundo entre tradições religiosas diferentes.

Desse modo este trabalho se dispôs a pensar as relações possíveis entre diferentes tradições religiosas no âmbito institucional e entre os indivíduos que praticam a religião, por meio da aproximação institucional mediante acordos celebrados para o empenho na convivência fraterna entre diferentes religiões,

bem como as experiências compartilhadas em congressos e encontros inter-religiosos de oração pela paz.

Ao concluir nosso trabalho, entendemos que a inquietação desconstrutora de certezas pouco claras nascidas do desconhecimento e o não reconhecimento da disposição da Igreja, sua compreensão e incentivo ao diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade foi superada à medida em que essa pesquisa permitiu o contato com o posicionamento oficial da Igreja nesse campo. Interrogamos como o diálogo inter-religioso pode ser um meio de transformação das relações humanas e sociais, garantindo-lhes uma real solidariedade mundial para a paz que promove e protege a vida. Tendo como recortes os pontificados de João Paulo II e Francisco como concretização da abertura proposta pelo Concílio Vaticano II para o diálogo inter-religioso como caminho aberto à paz e à solidariedade. Verificamos nesses pontificados a participação da Igreja Católica nesse processo com um novo paradigma caracterizado pelas premissas: a Igreja e as outras tradições religiosas; e, a Igreja com as outras tradições religiosas.

Obviamente a hospitalidade e uma integração digna são etapas dum processo não fácil; mas é impensável poder enfrentá-lo levantando muros. Antes, desta maneira, é-nos impedido o acesso à riqueza de que o outro é portador e que sempre constitui uma oportunidade de crescimento (FRANCISCO, 2020).

A hipótese em que nos apoiamos é que a Igreja Católica assumiu o debate e iniciativas no campo do diálogo inter-religioso a partir do Concílio Vaticano II, como porta aberta à modernidade multicultural em vistas à construção da paz e da solidariedade; nos pontificados de João Paulo II e Francisco teriam se concretizados as iniciativas do Concílio em direção ao diálogo com a diversidade cultural e religiosa. Esse caminho investigativo nos diz muito e nos impulsiona a uma contínua e crescente reflexão sobre o diálogo inter-religioso, seus porões, suas invisibilidades, seus desafios e sua contribuição para o bem comum das sociedades. Diante da urgência do diálogo em sociedades fragmentadas, multiculturais e plurirreligiosas, muitas questões surgem como sinalização da necessidade de não se engessar o esforço na trajetória do diálogo inter-religioso, buscando sempre inovar as relações e ações das tradições religiosas com vistas sempre a melhorar a convivência entre as diferenças nas sociedades.

Só o diálogo permite encontrar-se, superar preconceitos e estereótipos, contar e conhecer-se melhor a si mesmo. Para quem acredita no Evangelho, o diálogo tem um valor não apenas antropológico, mas também teológico, é necessário elaborar uma teologia do acolhimento e do diálogo, que reinterprete e reproponha a doutrina bíblica. (FRANCISCO, 2020).

Mesmo diante das sensações que nos inquietam nesses universos culturais diversificados, com acentuadas descontinuidades, com contínuos deslocamentos, identidades marcadas de porosidade e velocidade acentuada, próprios dos tempos hodiernos, entendemos que a hipótese levantada nesta pesquisa foi verificada. Considere-se que os ensinamentos do papa se tornam matéria doutrinária da Igreja no respectivo pontificado. Contudo há ainda um longo caminho a percorrer-se na compreensão e na práxis do diálogo inter-religioso em significativo número de lideranças e fiéis no catolicismo romano. Ainda paira a desconfiança no campo do diálogo inter-religioso. Desse modo entendemos que a tese foi demonstrada em sua expectativa e desafiada em sua aplicação prática na vivência de uma parte do ambiente católico

Se por um lado podemos falar em culturas, sociedades e identidades porosas, é possível compreender que as mesmas sociedades abrigam profundidades interconectadas que processam, em um movimento dinâmico, a reconstrução de laços entre diferentes que permitem transitar e conviver no mundo das relações reais, e por sua vez abre espaço para o diálogo inter-religioso.

Em síntese, verificamos que desde a perspectiva da Igreja na dinâmica proposta pelo Concílio Vaticano II, a convivência entre diferentes tradições religiosas supera as raias da utopia. Nessa pesquisa em que se avaliou o processo de adesão da Igreja Católica ao diálogo inter-religioso no início do Século XX, e nos pontificados de João Paulo II e Francisco constatamos a confirmação de nossa hipótese e acreditamos que a pesquisa serve de apoio a todos os que se dedicam ao exaustivo, porém, esperançoso trabalho de diálogo entre as diferenças culturais, identitárias e religiosas.

## REFERÊNCIAS

ALBERIGO, G. La Condition Chrétienne après Vatican II, in G. Alberigo e J. P. Jossua (ed.), *La reception de Vatican II*, Paris, 1985, p. 28.

AQUINO, Francisco de Júnior. *Diálogo Inter-religioso por uma Cultura de Paz. Interreligious dialogue for a culture of peace*. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/1231/8253>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

AQUINO, R. M. de e SILVA, C. R. R. *Intolerante não sou eu, intolerante é o outro: um olhar antropológico*. Ano VI, volume I, número 10. – Jan – Jul, 2017. <<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/download/.../1271>>. Acesso em: 13 set. 2017.

\_\_\_\_\_. *Liberdade, caminhada, festa: sinais de tolerância religiosa*. In Reunião Brasileira de Antropologia, 28º, 2008, São Paulo, Anais do evento, CD virtual, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.portal.abant.or.br/index.php/2013-04-20>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. *Dez Anos do “Chute na Santa”: a intolerância com a diferença*. In SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro/Ari Pedro Oro... et al.* São Paulo: Editora USP, 2007. p. 171-189.

ALMEIDA, T.M.C.de. *Dia Mundial da Religião e Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa*. .Net, Brasília, jan. 2018. Publicado em notícias do CRP 01/DF Conselho regional de Psicologia do DF. Disponível em: <http://www.crp-01.org.br/?p=6995>. Acesso em: 23 jan. 2018.

ARINZE, Cardinal Francis. *La reencontre des autres croyants*. Paris: Méidas Paul, 1997.

AURÉLIO, Dicionário On line. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

AVRITZER, Leonardo. *Entre o diálogo e a Reflexividade: a modernidade tardia e a mídia*. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (org). *Teoria Social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BAITELLO, Noval Junior. *A era da iconofagia. Ensaios de Comunicação e Cultura*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

BARROS, Marcelo. *A unicidade e universalidade salvíficas de Jesus Cristo e da Igreja - A Dominus Iesus cinco anos depois e a Teologia na América Latina*. In: VIGIL, José Maria (Org.). *O atual debate da teologia do pluralismo religioso depois da Dominus Iesus*. Livro digitais koinonia, v. 1. 2005. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf/>. Acesso em 12 de mar. 2020.

BASSET, Jean-Claude. *Le dialogue interreligieux: histoire et avenir*. Paris: Cerf, 1996.

BAUMAN, Zygmund. *Vida Líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. *Retrotopia*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENNASSAR, Bartolomeu. *Ética civil e moral cristã em diálogo: uma nova cultura moral para sobreviver humanamente: diálogo (e diapraxis) ante a intransigência e a irresponsabilidade*. Trad. José Afonso Beraldin. São Paulo: Paulinas 2002.

BENTO XV. *Exortação Apostólica Desde o Início*. Libreria Editrice Vaticana. Anais de SS. Bento XV Tomo I, p.181-183. Vaticano, 1 de agosto de 1917.

BERGOGLIO, Jorge. SKORKA, Abraham. *Sobre o Céu e a Terra - o que Pensa o novo Papa Francisco sobre a família, a fé e o papel da Igreja no século XXI*. Tradução Sandra Martha Dolinsky. - 1ª ed. - Editora Paralela. São Paulo: 2013.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulinas, 1985.

\_\_\_\_\_. & LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Bíblia Sagrada. Brasília: Edições CNBB, 2007.

BOBBIO, Noberto (1909), *A Era dos Direitos, 4ª Reimpressão*, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992.

BOFF, Leonardo. *El Cristo cósmico: la superación del antropocentrismo*. In: Numem, revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora. v.2. n.1, p. 125-139, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

\_\_\_\_\_. Quem subverte o Concílio? A propósito da Dominus Iesus. In: VIGIL, José Maria (Org.). O atual debate da teologia do pluralismo religioso depois da Dominus Iesus. Livro digitais koinonia, v. 1. 2005. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf/>. Acesso em 12 de mar. 2020.



\_\_\_\_\_. *Bento 16 e a guerra na igreja*. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de maio 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>. Acesso em 11 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Um Concílio de toda Cristandade?* Disponível em: <https://www.leonardoboff.org/2013/08/09/um-concilio-de-toda-a-cristandade/> . Acesso em 17 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. *Bento 16 e a guerra na igreja*. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de maio 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>. Acesso em 11 jun. 2018.

Boletim Secretariatus pro non Christianis 56 (1984/2), No. 13. *A atitude da Igreja para com os seguidores de outras religiões: reflexões e orientações sobre o diálogo e a missão*, AAS 75 [1984], pp. 816-828.

BORGES, Anselmo. Secularização e tolerância. In: *Revista de História das Idéias: tolerâncias, intolerâncias*. Instituto de História e Teoria das Idéias / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. volume 25. 2004.

\_\_\_\_\_. Printed version. *Revista Crítica de Ciências Sociais 75 | 2006*. Número não temático. Date of publication: 1 outubro 2006. Number of pages: 171-177. ISSN: 0254-1106. Publisher Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

BOTO, Carlota. Educação e ética: formação para a cidadania e para a tolerância. *Revista Internacional d'Humanitatis* 22 jul-set 2011, CEMOrOc - Feusp / Univ. Autònoma de Barcelona.

BOUSQUET, Mons. François. *Uma sábia abordagem à religião: um sinal de esperança para uma humanidade ferida*. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Boletim 151-152 2016/1-2. Pag. 161.

BRETON, Stanislas. *Unicité et monothéisme*. Paris: Cerf, 1981.

BRUNI, Matteo. Papa chama fiéis de todas as religiões a construir um mundo de paz. Notícia publicada pelo Assessor de Imprensa do Vaticano em 26 de Agosto de 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/>.

BYSTRINA, Ivan. *Tópicos de semiótica da cultura*. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP 1995.

CALDEIRA, Júlio. O Decreto Ad Gentes: sobre a atividade missionária da Igreja (parte II). Disponível em: [http://julioimc.blogspot.com/2010/06/o-decreto-ad-gentes-sobre-atividade\\_15.html](http://julioimc.blogspot.com/2010/06/o-decreto-ad-gentes-sobre-atividade_15.html). Acesso em 18 de junho 2018.

CAMILA, Paula. Redação: *Intolerância no Brasil Pós-Moderno*. 2018. Disponível em: <https://descomplica.com.br/blog/sem-categoria/redacao-ronta-intolerancia-no-mundo-contemporaneo/> 2011: Acesso: 31/03/2018.

CALIMAN, Cleto. "A Eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil". In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). Concílio Vaticano II: análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 231-233.

CAMPOS, I. S. e RUBERT, R. *As religiões de matriz africana e a intolerância religiosa*. Cadernos do LEPAARQ . Vol. XI n°22 | 2014.

CATHOLICUS. *Apocalipse revelou-se um desastre inconsequente da Record*. Disponível em: <https://catholicus.org.br/apocalipse-revelou-se-um-desastre-inconsequente-da-record/> 18 DE DEZEMBRO DE 2017: Acesso em: 31 jan. 2018.

CLAVERIE. Pierre. *Pró Diálogo. Um sonho para todo mundo*. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Boletim 159 2018/2. 08 de Dezembro de 2018. Cidade do Vaticano – Roma.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O Cristianismo e as Religiões*. São Paulo: Loyola, 1997.

COMBLIN, Pe. José. *A Mensagem da Lumen Gentium (capítulos 1 e 2)*. Artigo publicado em maio-junho de 2004(pp.9-14). Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentos-e-concilios/>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

COMPÊNDIO VATICANO II, Petrópolis: Vozes, 1984, 17<sup>o</sup> edição.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006*. (Documentos da CNBB, n. 71). São Paulo: Paulinas, 2003.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Dominus Iesus: Sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2009.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO - CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 13 de maio de 2007, 7 edição, São Paulo: Paulinas 2008.

CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL - CONIC. Entrevista com Marga Janet Ströher sobre o Comitê de Diversidade Religiosa. Brasília, 28 de setembro de 2013.

CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna. Introdução às teorias do contemporâneo*. Tradução: SOBRAL, Adail Ubirajara; GONÇAVES, Maria Stela. São Paulo: Loyola, 1989.

COSTA, O.B.R. *Das relações entre a modernidade e o fundamentalismo religioso*. Revistas Eletrônicas PUCRS, Porto Alegre, v. 44, n. 2, Teocomunicação

2014. pp.220-246. Disponível em <http://www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em 23 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. B.R. *O problema de Deus em Tillich e a pós modernidade: Deus está Mesmo morto?* Disponível em: <http://www.seer.pucgoias.edu.br/files/journals/1/articles/3322/submission/reviiew/3322-9660-1-RV.doc>.> Acesso em 25 de junho 2019.

COTLER, Irwin. *Religião, intolerância e cidadania: rumo a uma cultura mundial dos direitos do homem*. In: BARRET-DUCROCQ (dir.) *A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância*, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997. Tradução: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.60-73.

COUTINHO, Jorge. *Verdade cristã e diálogo inter-religioso*. A propósito de Gianni Vattimo.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Desconversa. o Blog do Descomplica. Redação Pronta – *Intolerância no mundo contemporâneo*.<https://descomplica.com.br/blog/sem-categoria/redacao-pronta-intolerancia-no-mundo-contemporaneo/><Acesso em: 31 jan. 2018.

DEVADASS, Clarence. *Parte I – Seeking the Truth Together. Christian – Doaist Dialogue*. p. 261. Pontificium Concilium Pró-Dialogo Inter-Religious. Civitate Vaticana. Boletim 153/2016-3.

Diálogo e Proclamação. *Reflexões e orientações sobre o diálogo inter-religioso e a proclamação do Evangelho de Jesus Cristo*, Documento Conjunto do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e a Congregação para a Evangelização dos Povos, Vaticano, 19 de maio de 1991. Reunião com o Presidente da Direção dos Assuntos Religiosos, Sala de Conferência do "Diyamet", Ancara, 28 de Novembro de 2006.

Diretrizes sobre o Diálogo com as Pessoas de Fé e Ideologias Vivas, Conselho Mundial de Igrejas, Genebra, 1979; "Missão e Evangelismo - uma afirmação ecumênica", em *International Review of Mission* 71 (1982), pp. 427-451

Documento Conjunto do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e a Congregação para a Evangelização dos Povos, Roma, 19 de maio de 1991.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2001.

Documento Final do Sínodo da Amazônia. Libreria Editrice Vaticana. <http://w2.vatican.va>, Cidade do Vaticano em 26 de outubro de 2019.

DAOU. Fr. Fadi. *Extremismo e violência em nome da religião: "Razões" dos seus apoiantes e perpetradores. Resposta das religiões; um ponto de vista católico*. Pró Diálogo Boletim 151-152 2016/1-2 Pag. 154 – 160.

DUQUOC, Christian. *O cristianismo e a pretensão à universalidade*. Concilium, v. 155, n.5, p. 62-73, 1980.

\_\_\_\_\_. *Um Dio diverso*. 2ª ed. Brascia: Queriniana, 1985.

DUPUIS, Jacques. *Gesù Cristo encontro alle religioni*. 2ª ed. Assisi: Cittadela, 1991.

\_\_\_\_\_. *Verso una teologia cristiana del pluralismo religioso*. Brescia: Querianiana, 1997.

\_\_\_\_\_. *Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999.

\_\_\_\_\_. *O cristianismo e as Religiões – do desencontro ao encontro*. Tradução: Orlando Soares Moreira. Edições Loyola. São Paulo, 2004.

ECCO, Clovis e RIBEIRO, Wesley dos Santos,. *Intolerância religiosa – 1ª ed*. Curitiba, Editora Prisma, 2018.

ELARION, 2018, *Apud TEIXEIRA*). *A teologia do pluralismo religioso em Caude Giffré: in numem*: revista de estudos e pesquisa da dreligião. Juiz de Froa, v. 1,1, p. 48-49).

ELARION, Jean Molière. *En quête de la vie en plénitude: L'universalité du Salut selon Claude Geffré, lue dans le contexte du Vodou haitien*. Copyrigh Logos Verlag. Berlim Gmbh 2018. Alle Rechte Vorbehalten.

Ética Tolerância Educação Narrativas Childhood Ethics Tolerance Education Narratives. Data do documento: 2010, p 1-25. Editor: Cadernos de Educação. Citação: BOTO, C. (2010). Resumo: Este trabalho tem por propósito refletir sobre a confluencia.

FAGOLLI, Massimo. *Nostra Aetate após 50 anos: História, e não só memória, do Vaticano II*. Artigo publicado na ABC Religion and Etchies. Tradução: Isaque Gomes Correia. 03 de novembro 2015. Disponível em: [//https://www.ihu.unisininos.br/](https://www.ihu.unisininos.br/).

FIGUEIREDO, Ivanilda. *Relatório da Relatoria de Direitos Humanos e Estado Laico da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca – Brasil*. Brasília: Terra de Direitos. 2016, p. 5. Disponível em: <http://www.plataformadh.org.br>. Acesso em 12.outubro de 2018.

FERRARO, Benedito. *O desafio da fé cristã num mundo plural. Dominus Iesus: problemas pendentés janelas abertas*. In: VIGIL, José Maria (Org.). *O atual debate da teologia do pluralismo religioso depois da Dominus Iesus*. Livros digitais koinonia, v. 1. 2005. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf/>. Acesso em 12 de mar. 2020.

FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Vol. I. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1992.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*: Vilém Flusser; organizado por Rafael Cardoso. Tradução Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Santo Padre no Encontro com os representantes das Igrejas e Comunidades Eclesiais, e de outras religiões*. 20 de março de 2013. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no Encontro com os representantes das Igrejas e Comunidades Eclesiais, e de outras religiões*. 20 de março de 2013. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Lumen Fidei* do Sumo Pontífice Francisco Sobre A Fé. Roma, 29 de Junho de 2013, solenidade dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, primeiro de Pontificado. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Santo Padre para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz*, em 1º de janeiro de 2014. Data da mensagem Vaticano, 8 de dezembro de 2013. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium* do Santo Padre Sobre o Anúncio do Evangelho no Mundo Atual. Roma, no encerramento do Ano da Fé, dia 24 de Novembro. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *A Igreja da Misericórdia: minha visão para a Igreja*. Organização Giuliano Vigini. Tradução do prefácio Cristina Mariani. São Paulo: Paralela, 2014.

\_\_\_\_\_. *Discurso Viagem Apostólica à República da Coreia por ocasião do VI da Juventude Asiática – 13 a 18 de agosto de 2014*. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes Pontifício Conselho Cor Unum Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força Diretrizes pastorais. Cidade do Vaticano 2013.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos membros da Comissão Judaica Internacional para as consultas inter-religiosas*. Cidade do Vaticano, 24 de junho de 2013. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre durante a peregrinação à Terra Santa por ocasião do 50º Aniversário da Reunião Em Jerusalém entre O Papa Paulo VI e*

a *Patriarca Atenagora (24-26 De Maio De 2014)* Segunda-Feira, 26 de Maio de 2014 Visita ao Memorial do Yad e aos dois Gran Rabini de Israel. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos participantes da Congresso Internacional "Liberdade Religiosa Segundo o Direito Internacional e o Conflito Global de Valores"*. Cidade do Vaticano, 20 de junho de 2014. © copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre por ocasião da visita ao Presidente dos Assuntos Religiosos no Diyanet Ancara*, 28 de novembro de 2014 durante a viagem Apostólica à Turquia (28-30 de novembro de 2014). © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Santo Padre para a Celebração do XLVIII Dia Mundial da Paz* 1º de janeiro de 2015. Vaticano, 8 de Dezembro de 2014. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no Encontro Inter-Religioso e Ecuménico durante a Viagem Apostólica ao Sri Lanka e às Filipinas*, 13 de janeiro de 2015.. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no Encontro Ecuménico e Inter-Religioso durante a viagem Apostólica a Sarajevo (Bosnia-Herzegóvina)*, 6 de Junho de 2015. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no Encontro Inter-Religioso no Memorial Ground Zero Discurso em Nova Iorque, durante a viagem apostólica a Cuba, aos Estados Unidos da América e visita à sede da Organização das Nações Unidas (19-28 de setembro de 2015), 25 de setembro de 2015.* © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2015.

\_\_\_\_\_. *Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no Encontro com a Comunidade Muçulmana durante a viagem Apostólica ao Quênia, Uganda e República Centro-Africana (25-30 de novembro de 2015), na Mesquita Central de Koudoukou, Bangui (República Centro-Africana),30 de novembro de 2015.* © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Santo Padre para a celebração do XLIX Dia Mundial Da Paz* 1º de janeiro de 2016. 08 de dezembro de 2015. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre na visita à Sinagoga de Roma*, 17 de janeiro de 2016. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos participantes do Simpósio promovido pela Organização dos Estados Americanos e do Instituto do Diálogo Inter-Religioso De Buenos Aires Consistory Hall*, em 8 de setembro de 2016. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Saudação do Santo Padre ao Rabbino Abraham Skorka*, pela Apresentação de uma Edição Especial Da Torá, com o Grupo Editorial quinta-feira, 23 fevereiro 2017. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos Participantes da Conferência Internacional para a Paz durante sua viagem Apostólica ao Egito (28-29 DE ABRIL DE 2017)*, no Centro de Conferências Al-Azhar, Cairo em 28 de abril de 2017. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Papa Francisco aos Representantes da Conferência do Rabino Europeu, do Conselho Rabino da América e da Comissão do Gran Rabbino D'israel*, em 31 de agosto de 2017. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos membros do "Conselho Coreano dos Líderes religiosos"* sábado, 2 de setembro de 2017. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Saudação do Santo Padre aos delegados da "Conferência Mundial das Religiões pela Paz"*. Auletta da Sala Paulo VI, Cidade do Vaticano, Quarta-feira, 18 de outubro de 2017. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no encontro com as autoridades governamentais, com a sociedade civil e com o corpo diplomático, no Centro Internacional de Congressos (Nay Pyi Taw)*, 28 de novembro de 2017. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos participantes do Encontro com os Líderes Religiosos de Myanmar*, em 28 de novembro de 2017, durante a Viagem Apostólica de Myanmar e Bangladesh de 26 de novembro a 2 de dezembro de 2017). © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos participantes do Encontro Inter-religioso e ecumênico para a Paz, durante a viagem Apostólica a Myanmar e Bangladesh*, 1º de dezembro 2017. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. <http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Santo Padre para a Celebração do 51º Dia Mundial da Paz*. Vaticano, 13 de novembro – Memória de Santa Francisca Xavier Cabrini, Padroeira dos migrantes – de 2017.1º de janeiro de 2018. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre na Conferência Internacional sobre a Responsabilidade dos Estados, Instituições e Indivíduos no Combate ao Antisemitismo e aos Crimes Relacionados a Atrocidade Anti-Sititiana*, Cidade do Vaticano, 20 de janeiro de 2018. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Sínodo dos Bispos XV Assembleia Geral Ordinária, os Jovens, a Fé e o Discernimento Vocacional*. Instrumentum laboris. Cidade do Vaticano. 2018.. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Cumprimento do Santo Padre à delegação taoista de Taiwan* 14 de março de 2018. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Saudação do Santo Padre à Delegação dos Municípios Budistas da Tailândia* quarta-feira, 16 de maio de 2018 e aos participantes do Comitê Permanente reunidos para o diálogo com as personalidades religiosas da Palestina, promovido pelo pontifício conselho para o diálogo inter-religioso. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre na Viagem Apostólica aos Emirados Árabes Unidos* 3 a 5 de fevereiro de 2019. Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da paz mundial e da convivência comum. Abu Dabhi, 4 de fevereiro de 2019. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos participantes da Conferência sobre o tema as religiões e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Sala Clementina, Cidade do Vaticano, 8 de março de 2019. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Encontro Ecumênico e Inter-Religioso com o Centro Pastoral dos Jovens* (Skopje Skopje, Capital da República da Macedônia, uma cidade localizada no coração da Península Balcânica, na encruzilhada de comunicações vitais, uma cidade com uma tradição de 2000 anos.) 7 de maio de 2019. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre na 24ª Conferência do Comitê Internacional de Ligação-Católica-Judaica*, Cidade do Vaticano, 15 de maio de 2019. © copyright - Libreria editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre na reunião sobre o tema “Teologia após Veritatis audium no contexto do Mediterrâneo”*, promovido pela Pontifícia Faculdade Teológica do Sul da Itália - seção San Luigi - de Nápoles. Sexta-feira,



21 de junho de 2019. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre para a Delegação dos Bispos Orientais Na Sede Da Igreja Católica Em Roma – 14 de Setembro de 2019.* © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Papa Francisco publicada no Vatican News As Vítimas do Atentado Antissemita em 25 Dezembro de 2019.* © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre aos parlamentares da República Tcheca e da República eslovaca por ocasião dos 1.150 anos da morte de São Cirilo.* Cidade do Vaticano no dia 22 de março de 2019. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no encontro com sacerdotes, as pessoas consagradas e o Conselho Ecumênico das Igrejas durante a Viagem Apostólica ao Marrocos, 30 a 31 de março de 2019.* Catedral de Rabat, 31 de março de 2019. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Intolerância. Organização e Notas de Ana Maria Araújo Freire.* São Paulo: Paz e Terra, 2005.

G1.Globo. *Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada.* Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html> ;< Acesso em: 31 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. *Pastora quebra imagens de santa e vídeo repercute na internet* <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2017/01/pastora-quebra-imagens-de-santa-e-video-repercute-na-internet.html>. 11 janeiro de 2017. < Acesso em 31/01/2018.

GEFFRÉ, Claude. *Li dialogue des religions: défi pour um monde divise.* Le Supplément. N. 156,1986

\_\_\_\_\_. *A fé na era do pluralismo religioso.* In: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Diálogo de pássaros.* São Paulo: Paulinas, 1993.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Bombonato,* Vera Ivanise, (orgs.). São Paulo: Paulinas, 2004.

GUIMARÃES, Edward Neves M. B. *Perspectivas Cristãs Para O Diálogo Inter-religioso Atual.* *Christian perspectives for the current inter-religious dialogue.* Periodicos.pucminas.br. Acesso 15 de Setembro de 2017.

GUIMARÃES, Ricardo. “Contexto de Mundo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EdPS5LjT6Ts>. Vídeo publicado em 28.04.2016. Acessado em 13.07.2016.

GUIXOT. Mons. Miguel Angel Ayuso. *Extremismo religioso - diálogo inter-religioso - papel dos líderes religiosos*. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Boletim 155-156 2017/2-3. P. 131. Itália - Santa Sé. Dia da África, Roma, 27 de abril de 2017.

GIORGI, Irmã Maria A. de. A paz interna – a paz entre os povos: Cristão Colóquio Budista, pp. 55-58. Pontificium Concilium Pró-Dialogo Inter-Religious. Civitate Vaticana. Boletim 142/13-1.

\_\_\_\_\_. *Diálogo Inter-religioso e Extremismo: Razões e Remédios*. Pró Diálogo Boletim 151-152 2016/1-2 Pag. 174 – 177. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso - Boletim 153 2016/3.

GRESCHAT, Martin. GUERRIERO, Elio. *Il Grande Libro dei Papi*. Cinisello Balsamo – Milano: San Paolo, 1995.

HABERMAS, Jürgen. *O papel da sociedade civil e da esfera pública política*. In: *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HICK, John. *O caráter não-absoluto do cristianismo*. Numem, v. 1, n. 1, p. 11-44, 1998.

HOULIHAN. Patrick J. *Bento XV e a campanha esquecida para acabar com a Grande Guerra*. Artigo publicado na Revista IHU ON-LINE, 5 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570345>. Acesso em 20 de março de 2019.

<https://www.gotquestions.org/portugues/dispensacionalismo.html>.

[https://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/jainismo.htm](https://www.suapesquisa.com/o_que_e/jainismo.htm). Acesso em 25 de junho de 2019.

<https://www.infoescola.com/religiao/xintoismo/>. Acesso em 25 de junho de 2019.

<https://www.infoescola.com/religiao/sikhismo/>. Acesso em 25 de junho de 2019.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/papa-e-rabino-dao-exemplo-de-dialogo-4918007.html> Acesso em 11 de outubro de 19 às 116h53

<https://www.vaticannews.va/pt/papa-francisco/missa-santa-marta.html> Acesso em 25 de setembro de 2019 às 12h57).

HUMMES, Cláudio. *O Sínodo para a Amazônia - O Anúncio*, página 9, Editora Paulus, junho de 2019.

Introibo ad altare Dei: Acerca do sumo Pontífice Sua Santidade Bento XV. Disponível em: <<http://subireiaoaltardedeus.blogspot.com/2016/01/acerca-do-sumo-pontifice-sua-santidade.html>>. Acesso em: 15 de janeiro 2018.

IWASHITA, Pedro K. *Diálogo, Entendimento e Compreensão*. Conferência de Aparecida e o diálogo inter-religioso. São Paulo: Ameríndia/Paulinas, 2008.

JOÃO XXIII. *Discurso de abertura do Concílio Vaticano II*. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/johnxxiii/it/speeches/1962/documents/hf\\_j-xiii\\_spe\\_19621011\\_opening-council.html](http://w2.vatican.va/content/johnxxiii/it/speeches/1962/documents/hf_j-xiii_spe_19621011_opening-council.html)>. Acesso em: 28 de junho de 2018 às 15h45.

JOÃO PAULO II. *Redemptor Hominis*, Documentos da Igreja. Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus, 1978).

\_\_\_\_\_. *Slavorum apostoli*. Documentos da Igreja. Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus 1978).

\_\_\_\_\_. *Redemptoris Missio*. Documentos da Igreja. Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus 1978).

\_\_\_\_\_. *Ut Unum Sint*. Documentos da Igreja. Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus 1978).

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Redemptor Hominis* no início do seu Ministério Pontifical. Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 4 de março, primeiro Domingo da Quaresma, do ano de 1979, primeiro do meu Pontificado. IOANNES PAULUS PP. II - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/>>.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos Membros do Secretariado para os não-cristãos* em 3 de março de 1984. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos membros das outras religiões*, Madras, 5 de fevereiro de 1986, n. 4, em *Insegnamenti IX/1*, [1986], pp. 322 s.). Disponível em: <<http://w2.vatican.va/>>.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos Representantes das Igrejas Cristãs e Religiões Mundiais*. Dia Mundial de Oração em Assis, 27 de outubro de 1986. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/>> .

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Redemptoris Missio sobre a validade permanente do mandato missionário*. 7 de dezembro de 1990. . © Copyright - Libreria Editrice Vaticana Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. Mensagem de Sua Santidade para a celebração do XXIV Dia Mundial da Paz – 1º de janeiro 1991 – Se queres a paz, respeitaa consciência de cada homem. @Copyright-Libreria Editrice Vaticana Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Sua Santidade para a Celebração do XXV Dia Mundial da Paz. Os Crentes Unidos na Construção da Paz*. 1º de janeiro DE 1992. ©

Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Vaticano, 8 de dezembro do ano 1991. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Audiência Geral, em 9 de setembro de 1998.* @Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos participantes na Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso* em 24 de novembro de 1995. Cardinale Arinze. © copyright 1995 - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Ecclesia In Africa* aos Bispos aos Presbíteros e Diáconos aos Religiosos e Religiosas e todos fiéis leigos sobre a Igreja em África e a sua Missão Evangelizadora Rumo ao ano 2000. Dado em Yaoundé, Camarões, no dia 14 de setembro de 1995, Festa da Exaltação da Santa Cruz, do ano 1995, décimo sétimo de Pontificado. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Ut unum sint: sobre o empenho ecumênico.* Carta encíclica. 2ª ed. (A voz do Papa , n. 142). São Paulo: Paulinas, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Sua Santidade ao Arcebispo James Francis Stafford por ocasião do Primeiro Congresso dos Leigos Católicos do Médio Oriente.* Presidente do Pontifício Conselho para os Leigos. Beirute, 10 a 14 de junho de 1997. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso à Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso,* em 30 de outubro de 1998. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana.

\_\_\_\_\_. *Discurso na Audiência de 21 de Abril de 1999. Testemunhar Deus Pai no diálogo com todos os homens religiosos.* Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Audiência, em 28 de Abril de 1999. O diálogo com os judeus.* Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Ecclesia in Ásia sobre Jesus Cristo Salvador e a sua Missão de Amor e Serviço na Ásia:* « para que tenham vida e a tenham em abundância » (JO 10, 10). Dado em Nova Deli, na Índia, no dia 6 de novembro do ano 1999. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:<http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem para a Celebração do XXXIII Dia Mundial da Paz, no Respeito dos Direitos Humanos.* 1º de janeiro de 2000. Vaticano, 8 de dezembro do ano 1999.

\_\_\_\_\_. *Audiência Geral, em 29 de novembro de 2000.* Fé, Esperança e Caridade na perspectiva do diálogo inter-religioso. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Papa pelo 87º Dia Mundial Dos Migrantes 2001*. Vaticano, 2 de Fevereiro de 2001. Libreria Editrice Vaticana.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos participantes de um Colóquio Promovido pelo Pontifício Conselho para O Diálogo Inter-Religioso* em 02 de dezembro de 2003. Disponível em: <https://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Carta Apostólica Novo Millennio Ineunte* do Sumo Pontífice ao Episcopado, ao Clero e aos Fiéis no Termo do Grande Jubileu do ano 2000 © Copyright - Libreria Editrice Vaticana 32.

\_\_\_\_\_. *Discurso aos participantes na Assembleia inter-religiosa*, Praça de São Pedro, 28 de outubro de 2001. © Copyright - Libreria Editrice Vatican.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Sua Santidade para a Celebração do XXXIII Dia Mundial da Paz*, 1º de janeiro de 2000. Vaticano, 8 de dezembro do ano 1999. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Peregrinação. Jubilar à Terra Santa (20-26 de março de 2000). Encontro Inter-religioso no Pontifício Instituto "Notre-Dame"* Discurso do Papa João Paulo II. Em Jerusalém, 23 de março de 2000. Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Santo Padre no Encontro Religioso Promovido Pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso*, em 16 de junho de 2001. © Libreria Editrice Vaticana 3. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Ecclesia In Oceania* aos Bispos aos Presbíteros e Diáconos aos Consagrados e Consagradas e a todos os Fiéis Leigos sobre Jesus Cristo e os Povos da Oceânia seguindo o seu caminho proclamando a sua verdade e vivendo a sua vida. Dado em Roma, junto de S. Pedro, no dia 22 de novembro do ano 2001, vigésimo quarto de Pontificado.

\_\_\_\_\_. *Oração do Angelus*. Na praça de São Pedro, em 20 de janeiro de 2002. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem de Sua Santidade para a Celebração do XXXVI Dia Mundial da Paz*. Em 1º de janeiro de 2003. Vaticano, 8 de Dezembro de 2002. Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

*Homilia no Encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos*. ROMA. Basílica de São Paulo fora dos Muros. Sábado, 25 de janeiro de 2003. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Peregrinação. Jubilar à Grécia, Síria e Malta*. (4 - 9 de maio de 2001). Visita à Mesquita "Omayylde" e Encontro com a Comunidade Muçulmana Damasco, 6 de maio de 2001. © Copyright - Libreria Editrice Vaticana 3. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

\_\_\_\_\_. *Peregrinação Jubilar ao Monte Sinai* (24 - 26 de fevereiro de 2000). Cerimônia de Boas-vindas. Discurso do Santo Padre no Aeroporto Internacional do Cairo, em 24 de fevereiro de 2000. Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

JOANNES PAULUS PP. II Páginas 17 a 19 Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

JOSAPHAT, Carlos. *Vaticano II: A Igreja aposta no Amor Universal*. São Paulo: Paulinas 2013.

KNITTER, Paul. *O Cristianismo como religião verdadeira e absoluta*. Concilium, v. 156, n. 6, p. 19-33, 1980.

\_\_\_\_\_. *A teologia católica das religiões numa encruzilhada*. In: Concilium, 203, 1986/1, p. 105-114.

\_\_\_\_\_. *A Dominus Iesus e a hermenêutica da recepção*. IN.: VIGIL, José Maria (Coord.). In: VIGIL, José Maria (Org.). *O atual debate da teologia do pluralismo religioso depois da Dominus Iesus*. Livro digitais koinonia, v. 1. 2005. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf/>. Acesso em 12 de mar. 2020.

KONZEN, João A. *Ética teológica Fundamental*. São Paulo: Paulinas, 2007.

KÜNG, Hans. *Religiões do mundo. Em busca de pontos comuns*. Campinas: Verus, 2004.

LIBANIO, João Batista. *Extra Ecclesiam nulla salus*. *Perspectiva Teológica*, n. 8, p. 21-49, 1973.

\_\_\_\_\_. *A Religião no início do milênio*. São Paulo: Loyola, 2002.

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO: relatório. Disponível em: <http://www.acn.org.br/images/stories/RLRM2016/pDFs/SumarioExecutivo.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

LIONÇO, Tatiana. *Fundamentalismo Religioso e Estado Laico*. Reunião ampliada. Rio de Janeiro, 2015. <https://br.boell.org/pt-br/2015/11/10/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*; tradução MACHADO, Maria Lúcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAESTRO, Luis Maria. *Missão Ad Gentes e globalização: desafios para a Igreja no Brasil*. *Revista de Cultura Teológica* - v. 14 – N. 58 jul/set 2006. Disponível

em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15082/11263>. Acesso em 20 ago 2018.

MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MARTINS, Edijéce. *A Bíblia e o Bisturi – Biografia do Dr. George William Butler*. 2.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

MBOMA. Irmã NzENZILI. *O Munus da Igreja na África para a África*. Seminário sobre “Colaboração Inter-religiosa no espírito do Africa e Munus.” O Papel do seminário na formação para a transformação: Missionários em contexto inter-religioso. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Lagos, Nigéria, 20 a 23 de março de 2012 Boletim 140-141, 2012.

METZ, Johann Baptist. *Unidade e Pluralismo: problemas e perspectivas enculturação*. Concilium, v. 224, n. 4, 1989.

MIRANDA, Mário de França. *A difícil inculturação da fé*. In: HACKMANN, Geraldo (org.). *Sub umbris fideliter*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999, p. 287-305.

\_\_\_\_\_. *O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo aggiornamento?* (Rev. Pistis Praxis, Teol. Pastor. Curitiba, V. 4 n. 2, p. 395 – 420. Jul./dez. 2012).

MORIN, Edgar – *O Enigma do Homem – Para uma Nova Antropologia*.” Tradução de Fernando de Castro Ferro. Zahar Editores, 1979, Rio de Janeiro/RJ.

NEXO JORNAL. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/11/Como-a-intoler%C3%A2ncia-religiosa-tem-se-manifestado-no-Brasil/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

NIVANO Hiroshi Munehiro Niwano. *A paz interna – a paz entre os povos: Cristão Colóquio Budista*, pp. 55-58. Pontificium Concilium Pró-Dialogo Inter-Religious. Civitate Vaticana. Boletim 142/13-1.

NOTICIA UOL. *Mãe de santo atacada por traficantes evangélicos deixa o Brasil e planeja pedir asilo à Suíça*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/20/atacada-por-trafficantes-evangelicos-mae-de-santo-deixa-o-brasil.htm>: <Acesso em: 30 jan. 2018.

OLIVEIRA, Irene Dias. *Religião e as Teias do Multiculturalismo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Irene D.; COSTA, Celma L.F.; CÁCERES, Pedro Antonio C. (Orgs). *Religião, etnicidade e violência*. São Paulo: Edições Terceira Via e Fonte Editorial, 2017.

OTTMANN, Goetz. *Habermas e a esfera pública no Brasil: considerações conceituais*. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 68, 2004. Tradução do inglês: Heloísa B. de Almeida.

PAULO VI, Papa. *A evangelização no mundo contemporâneo*. (Exortação Apostólica *Evangelii Nunciandi*) 2ª ed. Petrópolis: Vozes 1976.

\_\_\_\_\_. Encíclica *Mysterium Fidei* – sobre o culto da Sagrada Eucaristia, Roma, 03.09.1965.

\_\_\_\_\_, *Discurso da última sessão pública do Concílio Vaticano II*. Disponível : [https://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_pvi\\_spe\\_19621011\\_openincouncil.html](https://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/speeches/1965/documents/hf_pvi_spe_19621011_openincouncil.html)). Acesso em 03 de julho de 18. Às 17h36

PACE, Enzo. *Fundamentalismos religiosos, violência e sociedade*. PACE, Enzo; OLIVERIA, Irene Dias de; AUBRÉE, Marion (orgs.). São Paulo: Fonte Editorial, Edições Terceira Via, 2017

PAL, Maximilian. *Orientalium Ecclesiarum. Alcuni principi Giuridici sulle chiese orientali cattoliche*. Dialog Telogic, 2015, vol. 18 (35). p. 34-48.

PANASIEWICZ Roberlei. *Fundamentalismo Religioso: história e presença no cristianismo*. [www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2008/12/panasiewiczroberlei.pdf](http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2008/12/panasiewiczroberlei.pdf) Acessado em 23 de janeiro de 2018. Às 01h05.

\_\_\_\_\_. *Diálogo e revelação: rumo ao encontro inter-religioso*. Belo Horizonte: Com Arte/Face-Fumec, 1999.

PANIKKAR, Raimon. *Il dialogo intrareligioso*. Assisi: Cittadella Editrice, 1988.

\_\_\_\_\_. *L'incontro indispensabile: dialogo delle religioni*. Milano, Jaca Book, 2001.

PEDREIRA, Eduardo Rosa. *Do confronto ao encontro*. São Paulo: Paulinas, 1999.

PEREIRA, Miguel Baptista. *Modernidade, Fundamentalismo e Pós-Modernidade*. Revista Filosófica de Coimbra-2. Coimbra: 1992. <http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/modernidade>. Acesso em 24 de janeiro de 2018. Às 00h40

PERRIN, Christine Lienemann. *Missão e diálogo inter-religioso*. Tradução SCHLUPP, Walter O. São Leopoldo, Sinodal, CEBI, 2005.

PHAN Peter C. *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II. Inter-religions dialogue: 50 years after Vatican II*. Georgetown University. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo: Agosto de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos>. Acesso 15 de setembro de 2017. 18h15.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e anúncio*. Petrópolis, Vozes 1991.



PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Il dialogo inter-religioso nel magistero pontificio*. (Documenti 1963-1993). Città del Vaticano: @ Libreria Editrice Vaticana, 1994. Disponível em: <http://w2.vatican.va/>.

PUEBLA. Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. *Evangelizar no presente e no futuro da América Latina: conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

PUNTEL, Joana Terezinha. *A Igreja e a democratização da comunicação*. Paulinas. São Paulo 1994.

\_\_\_\_\_. *Inter Mirifica – Texto e Comentário*. Paulinas. São Paulo 2012.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *O diálogo das religiões*. Tradução Paulo Bazaglia. Paulus, São Paulo, 1997.

REIS, Junio Barreto dos. COSTA, Ilton Garcia da. *Diálogo inter-religioso: cooperação entre as religiões para a busca do bem comum à humanidade. Inter-religious dialogue: cooperation between religions in the quest for the common good to humanity*. [www.publicadireito.com.br/artigos](http://www.publicadireito.com.br/artigos). Acesso 14 de Outubro de 2017. 17h39

REGO, Jussara. *O Caso Mãe Gilda. INTOLERÂNCIA RELIGIOSA*. Ano 3 – Nº 13. Dezembro de 2008. Publicação Virtual de Koinonia. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=256&cod\\_boletim=14&-tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=256&cod_boletim=14&-tipo=Artigo). Acesso em 23 de abril de 2016.

RESOLUÇÃO 35/36, Assembleia Geral da ONU, de 25 de maio de 1981, parágrafo 2º. Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções,

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. 11ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos; 124). 9-22.

ROJAS, Enrique. *O homem moderno*. São Paulo: Ed Mandarin, 1996.

ROUTHIER, Giles. *Gaudium Et Spes: A Aprendizagem Da Igreja Católica No Diálogo com o Mundo*. Perspectiva Teológica. Belo Horizonte, v. 47, n. 132, p. 161-178, Mai./Ago. 2015. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2017/6000-1524156318.pdf>. Acesso em 25 de junho 2017.

SANCHEZ, Wagner Lopes. *Vaticano II e o diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulus, 2015. — (Coleção Marco conciliar)

SILVA, Claudi Gonçalves da. *João Paulo II e o diálogo inter-religioso*. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Religião, 2012. [www.unicap.br/tede/tede](http://www.unicap.br/tede/tede) Acesso 09 de Novembro de 2017.

SILVA, Clemildo Anacleto Francisco de Júnior. Anais do Congresso Internacional das Faculdades EST, 1., 2012, Brasil, São Leopoldo EST, v. 1, 2012. | p.1195-1209.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Prefácio ou notícias de uma guerra nada particular: os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil*. In SILVA, Vagner Gonçalves da. (org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 9-28.

STROHER, Marga Janete. Entrevista sobre o Comitê de Diversidade Religiosa ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil, 28 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://conic.org.br/portal/noticias>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

SCHURZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Textos escolhidos de Alfred Schutz. Organização e introdução de Helmut R. Wagner. Zahar editores. Rio de Janeiro 1979.

SUESS, Pablo. *O Decreto Ad Gentes, sobre a atividade missionária da Igreja e o Concílio Vaticano II*. Disponível em: <<http://www.missiologia.org.br/cms/ckfinder/userfiles/files/360DecretoAd%20Gentes.pdf>> .Acesso em 15 de março de 2018.

\_\_\_\_\_.A propósito da evangelização explícita – a Declaração Dominus Iesus revisitada. In: VIGIL, José Maria (Org.). *O atual debate da teologia do pluralismo religioso depois da Dominus Iesus*. Livro digitais koinonia, v. 1. 2005. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf/>. Acesso em 12 de mar. 2020.

SUJITA, Mary. “*Solidariedade para a Vida na Periferia*”, conferência proferida na Assembleia da União Internacional de Superiores Gerais (UISG), Roma, 09 a 13 de maio de 2016. [Http://www.internationalunionsuperiorsgeneral.org/wp-content/uploads/2016/04/PI-2016\\_-Sujita\\_PORT.pdf](http://www.internationalunionsuperiorsgeneral.org/wp-content/uploads/2016/04/PI-2016_-Sujita_PORT.pdf), p. 3. Acessado em 15.12.2017, 02h45.

TAILCHE, Khalid Basher Mikha. *Contrapontos do pensamento fundamentalista: para uma análise crítica*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-27022013-111119/pt-br.php>. Acesso em: 15 jun. 2018.

TAMAYO, Juan José. *Fundamentalismos y diálogo entre religiones*. Madrid: Trotta, 2004.

TAURAN. Card. Jean-Louis. *Extremismo e Violência em Nome da Religião. Qual abordagem da religião?* Colóquio do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e o Centro For Interreligious Dialogue (C.I.D.) da Organização Islâmica de Cultura e Relações (I.C.R.O.), baseado em Teerã, República Islâmica do Irã, Roma, 22-23 de Novembro de 2016. *Pró Diálogo Boletim* 151-152 2016/1-2 Pag. 152 – 153.

\_\_\_\_\_. *Diálogo Inter-Religios:o Hoje*. Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso. Disponível em: <https://www.vatican.va/>. Acesso em : 25 de setembro 2018.

TEIXEIRA, Faustino (org.). *Diálogo de pássaros: nos caminhos do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas 1993.

\_\_\_\_\_. *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997.

\_\_\_\_\_. *O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio*. Convergência ano 34, n. 375, set. 1999. p. 433-448.

\_\_\_\_\_. *Buscadores do diálogo: Itinerários inter-religiosos*. São Paulo: Paulinas, 2012.

\_\_\_\_\_. *Entre o desafio do diálogo e a vocação do anúncio*. Convergência, v.34, n. 327, pp. 520-529.

\_\_\_\_\_. *Um peregrino no caminho da paz. João Paulo II na Terra Santa*. Convergência, v. 35, n. 333, pp. 314-320.

\_\_\_\_\_. *O diálogo inter-religioso. O desafio da acolhida da diferença*. Perspectiva Teológica v. 34, n. 93, p. 155-177, 2002. Disponível em: <<http://www.missiologia.org.br/cms/>>. Acessado em 09 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. *O diálogo em tempos de fundamentalismo religioso*. Convergência, v. 37, n. 356, pp. 495-506.

\_\_\_\_\_. *O diálogo inter-religioso no tempo da cidadania da identidade*. Tempo e Presença, v. 25, n. 332, novembro/dezembro 2003, pp. 7-11.

\_\_\_\_\_. (org.). *O pluralismo das religiões e o significado de Cristo*. In:TEIXEIRA, Faustino. *Diálogo de pássaros*. São Paulo: Paulinas, 1993.

TILLARD, Jean-Marie Roger. *Dialogare per non morire*. Bologna: EDB, 2001.

TRACY, David. *Fragmentos e formas: universalidade e particularidade hoje*. Concilium v. 271, n. 3, p. 151-160, 1997.

V Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano e do Caribe- Aparecida - Documento Final.

VASCONCELOS, Pedro Lima. *Fundamentalismos: matrizes, presenças e inquietações*. São Paulo: Paulinas, 2008.

VATTIMO, Gianni. *A farewell to truth*. Trad. Willian McCuaig. Neu York: Columbia University Press, 2011

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa Contra a Igreja*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p.53.

WHITEHEAD, Alfred North. *A ciência e o mundo moderno*. Tradução de Hermann Herbert Watzlawick. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLFF, Elias. *Espiritualidade do diálogo inter-religioso: contribuições na perspectiva cristã*. São Paulo: Paulinas, 2016.

ZAGHENI, Guido. *A Idade Moderna: Curso de história da Igreja – III*. Tradução ALMEIDA, José Maria de. São Paulo: Paulus, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Idade contemporânea: Curso de história da Igreja – IV*. Tradução ALMEIDA, José Maria de. São Paulo: Paulus, 1999.